

JULIANO DE SOUZA

**O “*ESPORTE DAS MULTIDÕES*” NO
BRASIL: entre o contexto de ação futebolístico
e a negociação mimética dos conflitos sociais**



CURITIBA
2014

JULIANO DE SOUZA

**O “*ESPORTE DAS MULTIDÕES*” NO
BRASIL: entre o contexto de ação futebolístico
e a negociação mimética dos conflitos sociais**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Doutor em
Educação Física pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação Física, do Setor
de Ciências Biológicas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior

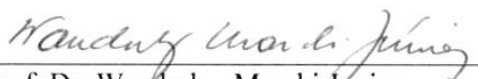
**CURITIBA
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANO DE SOUZA

“O ‘esporte das multidões’ no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais”

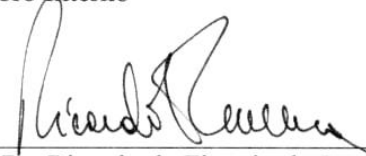
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação Física – Área de Concentração: Exercício e Esporte; Linha de Pesquisa: Esporte, Lazer e Sociedade; do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:



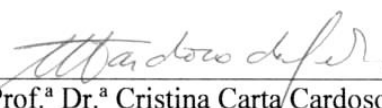
Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior
Presidente / Orientador - UFPR



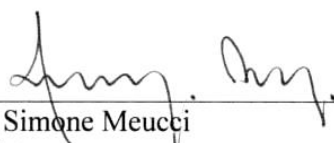
Prof. Dr. André Mendes Capraro
Membro Interno



Prof. Dr. Ricardo de Figueiredo Lucena
Membro Externo



Prof.ª Dr.ª Cristina Carta Cardoso de Medeiros
Membro Externo



Prof.ª Dr.ª Simone Meucci
Membro Externo

Curitiba, 09 de Dezembro de 2014.

*Aos meus pais por não terem medido esforços para que eu
pudesse concretizar mais essa etapa de minha vida profissional.*

AGRADECIMENTOS

Este, sem a menor sombra de dúvidas, é um dos momentos mais esperados por quem dedicou esforços a realização de um estudo monográfico, seja de que natureza for, pois além de indicar que a pesquisa já findou ou está se encaminhando para o seu fechamento, permite externar, com certa tranquilidade e leveza e, portanto, sem tantos rigorismos e pudores, uma série de impressões e sentimentos que se, em razão das escolhas teórico-metodológicas, não se fizeram traduzir textualmente na pesquisa, ao menos foram centrais e decisivos no intuito de animar ou, mais precisamente, estimular o pesquisador durante sua “aventura”.

O que será dito na sequência passa por essa situação e, no meu caso – e de outros possivelmente – adquire também alguns contornos um tanto difíceis de serem plenamente restituídos, pois ao intentar retribuir em palavras os ensinamentos e sentimentos que tantas pessoas me transmitiram, não através somente de palavras, ao longo desse árduo e prazeroso percurso que foi meu doutoramento, corro o sério risco de não corresponder às expectativas ou ser tomando pelo esquecimento e, deste modo, não fazer justiça a todos os nomes que contribuíram senão diretamente para que esse estudo emergisse, ao menos tentaram me motivar – alguns, talvez, sem terem uma ideia precisa sobre o que uma tese representa para quem almeja seguir carreira acadêmica –, durante essa investida e souberam compreender minhas ausências, isolamento e, sobretudo, meus momentos de angústia e de impaciência, o que, por sinal, já seria mais que o bastante para render louvores a essas pessoas.

Não obstante essa situação ponderada e a possibilidade, portanto, de eu estar sendo seletivo no ato de evocar a memória, talvez pelo curto espaço para mencionar a todos que, de uma forma ou outra, me ajudaram a construir esta tese e, mais que isso, a ter condições de chegar a este momento importante de minha formação, sinto-me no dever de tentar organizar algo nesse sentido, de maneira bem menos esquemática que o habitual, diga-se de passagem, e num esforço de reconhecimento que foge um pouco à formalidade acadêmica.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao professor Wanderley pelo voto de confiança que depositou em minha pessoa desde a época do mestrado. Admiro-lhe muito pelo profissional, pesquisador e, acima de tudo, pelo ser humano que é. A forma como tu tens animado nosso grupo, ensinando-nos a primar pelo compromisso, seriedade, respeito e amizade é algo que nunca vou esquecer. Em relação ao desenvolvimento da tese, lhe agradeço ainda, dentre uma série de outros motivos, por ter me ajudado a encontrar um ponto de equilíbrio entre crítica e

criatividade, sem jamais interferir em meu estilo e prezando sempre pela autonomia [relativa, porque autonomia total é um mito] dos orientandos em suas análises, arguições e escolhas metodológicas. Aproveito aqui ainda para estender meus agradecimentos à professora Kátia, sempre tão afetuosa e com uma palavra de ânimo para nós do grupo. Sem querer fazer média, vocês são fora de sério! Obrigado pela oportunidade e pela amizade!

Agradeço ao grupo de pesquisa com quem pude construir ao longo desses anos – com alguns mais e com outros menos, o que é natural e perfeitamente compreensível –, uma série de experiências tanto de teor acadêmico quanto extra-acadêmico. Valeu Gil, Ricardo, Juliana, Ana, Tati, Fernandinho, Babi, Leila, Dandoro, Taiza, Mateus, Marcelo, Cristian. No que versa mais diretamente a essa tese, as leituras e críticas que teceram foi fundamental para livrar-me dos excessos. Vocês, cada qual ao seu modo, são parte desse trabalho. Divido-o com vocês, mas evidentemente, devo dizer que os posicionamentos (polêmicos e destoantes) que assumi e mantive durante a escrita do texto são de minha inteira responsabilidade.

Nesse processo de construção do trabalho, destaco também o papel decisivo da banca de qualificação. Agradeço à professora Cristina que contribuiu não só com a tese, mas com minha formação através da disciplina de Metodologia do Ensino Superior. Não me lembro de um dia que tu não pudesses me receber em sua sala (na pequena Paris como eu já lhe disse). *Merci!* Agradeço à professora Simone por aquela leitura de meu projeto de tese (que ainda versava sobre o Corinthians). Lembro-me de tu dizeres que estava pleiteando, por outras vias, uma explicação tão essencialista do fenômeno quanto aquelas que eu ensinava criticar. Esse dia foi decisivo para que revesse alguns de meus posicionamentos. Obrigado também pelas dicas teóricas e sugestões cruciais na qualificação. Agradeço ao professor Antonio Jorge e ao professor Ricardo Lucena pelas sugestões importantíssimas e valiosas tecidas ao trabalho. Obrigado ainda por me enviar gentilmente sua tese de doutorado – não disponível na praça – professor Toni. Sua tese é pioneira e me inspirou na reorganização do estudo. Agradeço ao professor André pela participação na banca de defesa e pelas inúmeras ideias que me fez despertar em relação a esse estudo durante nossas várias conversas e alguns cafés.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, na figura de seu atual coordenador, o professor Cavichioli, das ex-coordenadoras, as professoras Neiva e Joice respectivamente, do secretário do programa, Rodrigo Waki (sempre gentil, prestativo e que ajudou a imprimir uma nova dinâmica de organização no PPGEDF), e dos professores da linha de Sociologia do Esporte e do Lazer, em particular, o professor Mezzadri, o professor Capraro, o professor Cavicca e a professora Dora. Muito obrigado por tudo!

Faço menção também aos amigos e amigas que pude descobrir durante o processo de doutoramento na cidade de Curitiba. Pinhalzinho tú é demais, sempre irreverente e com suas tiradas brilhantes. *Gracias* Leila! Renata, nem tenho palavras, para retribuir sua disposição em ouvir minhas angústias teóricas e existenciais. Aprendi muito através de nossas conversas. Everton você é muito massa cara... Parceria total! “Corinthians eh nós”! Dandoro e Helena, agradeço a sincera amizade que identifico em vocês. Obrigado por me acolherem gentilmente tantas vezes em sua casa. Sentirei falta das sessões psicológicas das quintas-feiras à noite.

Agradeço aos meus professores e, atualmente, colegas profissionais da Universidade Estadual do Centro-Oeste pela oportunidade em apreender não só sobre Educação Física, mas sobre ética e seriedade. Valeu Silvano, Marcão, Deo, Larissa, Zeh, Schelys! Estendo essas palavras aos demais colegas que integram o Departamento de Educação Física da Unicentro, a saber, as professoras Sandra e Verônica, sempre tão legais comigo, e os professores Bruno, Marcus e Anderson. Brunão e Personal vocês são amigos feras! Quero ainda aproveitar esse momento para externar minha admiração por ti Marcão. Você é um dos poucos profissionais que conheço que além de se preocupar com o desenvolvimento de uma Educação Física de qualidade, demonstra isso através de uma prática coerente.

Quero agradecer imensamente minha família na figura de meu pai, mãe, irmão, avós, tios, tias, primos e primas. Vocês, cada qual à sua maneira, são muito especiais para mim. Sei que esse ano de 2014 foi muito difícil para todos nós pelo processo em que vimos uma pessoa querida ir deixando-nos diariamente, sem que nós déssemos conta disso, afinal a esperança sempre reinou. Teria muitas palavras de gratidão a dirigir a meus pais, a minha avó Julia que observo quase todas as manhãs da janela de meu quarto e fico admirando sua sabedoria, mas diante das circunstâncias em que vimo-nos envoltos recentemente, opto então por sintetizar um agradecimento coletivo aos meus familiares rendendo palavras de afeto e reconhecimento à tia Leila (*in memoriam*), tão participante em nossas vidas. Sou sempre suspeito pra falar de ti tia, mas quero registrar aqui, aquilo que te disse pessoalmente antes de tu partires: sou muito grato pelo que fez por minha mãe, pelas passeios durante a infância, por sempre incluir-nos em suas prioridades, pelo apoio incondicional à minha formação superior, por digitar minha monografia de conclusão de curso, pela honestidade, atenção e senso de justiça tão presentes em ti. Obrigado por tudo! Dedico este estudo a quem tu gostarias que eu dedicasse.

Nesse momento de dificuldade que passamos, várias pessoas também se mostraram solidárias. Agradeço muito a vocês. Nesses tempos é que reconhecemos, de fato, vários amigos. Quero agradecer ao Wendell e à Elisa pela amizade verdadeira que construímos e por sempre estarem me animando, inclusive, nesses últimos meses onde o término da tese coincidiu com

essas situações familiares. Vocês são pessoas fantásticas! Agradeço, em tão presente medida, ao Fernandinho – que vem me ajudando desde a época do mestrado – e à Gisieli. Vocês foram muito legais comigo em todas as ocasiões que estive aí em Maringá. Lembro em particular daquela semana do concurso, tão difícil para mim, e que quando pensava em desistir, vocês não permitiram, me estimulando a continuar. Vocês são demais!

Agradeço ao Marco (vulgo Quityo) – amigo das antigas – por estar a quase vinte anos suportando minhas ironias regadas, às vezes, ao mau humor. Sei que atualmente quase não dá tempo de conversarmos, mas sempre que nos encontramos as risadas são garantidas, em particular por remorar as mil partidas de xadrez ou warcraft III que perdeu para mim seu *noob*... (há controvérsias, você diria, mas contra os números não há o que protestar... haha).

Por falar em jogo, tenho que agradecer a uma galera do voleibol e do xadrez. Passei e tenho passado momentos muito legais com vocês, marcado pelas competições, é verdade, mas é justamente a competição que nos tornou/torna mais próximos. Agradecimento especial ao Markley, Sandro, Fábio, Romário, Marcelo, Kloster, Hermes Kaminski (*in memorian*), Gil, Dotorivo, Bob, Suélen, Pâmela, Gaby, Denise e a toda a “matungada” do xadrez Gorpa! Ao pessoal do voleibol agradecimentos mais que justos: Professor Alexandre, Professora Márcia, Zé Edson, Maria, Chaiane, Néia, Fábio, Daniel, Marciel, Marcos Brasil, Jefão, Davi, Ernando, Mário, Emerson, Guilherme, Roberto, Vissini, Marlon, Ernani, Thomas, Luciano, Henrique, Rafaéis, Samuel, Edmar, Wagner e toda a galera das peleias do ginásio do Cedeteg...

Devo mencionar também uma galera da BR room 1, servidor garena. Jogo com vocês warcraft III (*melee*) pelo menos há uns oito anos. Foram altos *fakes*, altas choradeiras, altas reclamações de MH (*mapa hacker*), mas também intermináveis risadas, piadas e *trolladas*. Nesses últimos quatro anos que passei “internado” na frente do computador, jogar *meele* foi uma poderosa válvula de escape. Com alguns jogadores pude desenvolver, inclusive, um vínculo muito próximo, ainda que virtual. Agradecimento especial ao Tarcício (Scar), Junin (LuciferV5), Mairon (Genius), Márcio (Harbor) e Ruan (Therapy).

Agradeço também aos amigos que conheci durante um mochilão em janeiro de 2014, em especial à Priscila, à Carina, ao Moisés, ao Ítalo, ao Hassan, entre outros. Foi muito bom encontrá-los e trocar ideias com vocês durante esse período. Que venham novas viagens!

Por fim – mas antes de tudo – agradeço a Deus por ser tão bom e generoso comigo, sempre suprimindo minhas dificuldades e angústias ao longo desse percurso...

Guarapuava, Primavera de 2014.

O aumento do conhecimento é como uma esfera dilatando-se no espaço: quanto maior a nossa compreensão (simbolizada pelo volume da esfera), maior o nosso contato com o desconhecido (a superfície da esfera).

B. Pascal (1623-1662)

O que legitima uma investigação científica não é o método mas, sim, a descoberta.

N. Elias (1897-1990)

RESUMO

A presente tese sintetizada no título “*O ‘esporte das multidões’ no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais*” configura uma pesquisa de caráter fundamentalmente, mas não exclusivamente teórico, articulada sob perspectiva de mediação e interlocução crítica com a produção sócio-histórico-antropológica brasileira sobre futebol. O ponto de partida desta argumentação é que em parte significativa dos estudos que se propuseram, direta ou indiretamente, a discutir ou, minimamente, a considerar alguns dos mecanismos pelos quais o futebol no Brasil ergueu-se como fenômeno de apelo massivo, não foi possível restituir relacionalmente a natureza conflitiva das dinâmicas que alavancaram este processo. Ao que consta, esse quadro delineado provavelmente emergiu em consequência da penetração de ideologias e crenças políticas nas pesquisas científicas e é em razão, portanto, deste ponto de inflexão identificado que nos aprouve definir o problema investigativo desta tese nos seguintes termos: como explicar, por vias relacionais, o processo de difusão e circulação massiva do futebol moderno assim como alguns significados e funções sociais desempenhadas por essa prática esportiva no Brasil? A hipótese de trabalho que assumimos em paralelo ao problema de pesquisa dimensionado se assentou no entendimento de que uma reinterpretação relacional da difusão e circulação massiva do futebol na sociedade brasileira requereria, por um lado, um exercício de redimensionamento das categorias de pensamento que contribuíram para reiteração de um sistema de crenças futebolísticas no país e, por outro lado, a proposição de um quadro explicativo que atribuísse lugar de centralidade aos conflitos sociais obscurecidos, postos à margem ou tratados de forma maniqueísta pelas explicações teóricas dominantes e vigentes. Em termos de orientações metodológicas, coube desenvolver uma pesquisa teórica endossada por uma série de materiais bibliográficos (teses, dissertações, livros e artigos) e empíricos (reportagens de jornais e revistas, produção literária, imagens, charges, além do uso de alguns dados quali e quantitativos publicados no trabalho de outros autores ou disponíveis em alguns sites sobre futebol). Já no tocante aos encaminhamentos teóricos, não nos filiamos ortodoxamente em um ou em outro modelo analítico, muito embora isso não impeça de admitir que o “núcleo duro” de nossa argumentação reside na retomada conjunta das contribuições teóricas de Mannheim, Elias, Bourdieu, Lahire, Brandão e Jessé Souza. A tese posta então em apreço está estruturada em duas partes dialógicas, sendo que a primeira delas consistiu em trazer à tona aquilo que, no plano ontológico, poderíamos chamar de “significações ideológicas” no processo de circulação da prática futebolística no Brasil, enquanto a segunda parte do estudo foi pensada muito mais no intuito de restituir algumas “significações reais” que ajudassem a esclarecer, com base na relativa autonomia que a esfera social conserva em relação à esfera epistemológica, a estruturação do futebol no Brasil como um fenômeno de apelo massivo ou, noutros termos, como “*esporte das multidões*”. Vencidas essas duas etapas do estudo, cada qual intimamente relacionada e indispensável uma à outra, chegamos à conclusão principal de que não são os significados inerentes e adjacentes às lógicas explicativas pleiteadas em cada uma das “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol brasileiro que esclarecem o porquê do futebol ter assumido a condição de fenômeno de apelo massivo no Brasil. Ao invés disso, foi a dinâmica do clubismo, na condição de mecanismo estruturante do processo de difusão do futebol associado para múltiplas direções sociais, que permitiu que essa prática esportiva fosse apropriada pelos mais diferentes grupos e assumisse contornos de “*esporte das multidões*” desde seu nascedouro na Inglaterra e suas primeiras “ondas” de propagação pelo mundo. O Brasil, ao que consta, partilhou dessa mesma lógica. Em estando imerso nesse processo, tratava-se de uma questão de tempo para que esse esporte pudesse trilhar sua trajetória de sucesso nas diferentes regiões e cidades do país.

Palavras-chave: Futebol; Brasil; Sociologia do Conhecimento; Teoria Sociológica.

ABSTRACT

The thesis here presented, synthesized in the title “The ‘Sport of the Crowds’ in Brazil: between the soccer action context to the mimetic negotiation of social conflicts” can be fundamentally characterized, but not exclusively, as theoretical, developed through the perspective of mediation and critical dialogue with the Brazilian social-historical-anthropological production in soccer. The starting point of this argument is that a significant part of the studies which directly or indirectly proposed to discuss, or minimally consider, some of the mechanisms through which soccer has become a phenomenon of massive appeal in Brazil, were not able to relationally restore the conflicting nature of the dynamics which leveraged that process. Such scenario might have emerged as a result of the penetration of ideologies and political beliefs in scientific research. Due to this identified inflexion point, thus, it is appropriate to define the investigative problem of this thesis as follows: how to explain, in a relational way, the process of modern soccer diffusion and its massive circulation, as well as some meanings and social functions of this sports practice in Brazil? Our working hypothesis, along with the defined research problem, was based on the understanding that a relational reinterpretation of diffusion and massive circulation of soccer in Brazilian society would require, on one hand, the resizing of the thinking categories that contributed to the reiteration of a system of beliefs about soccer in the country and, on the other hand, the proposition of a explanatory picture that would place social conflicts – once overshadowed, put aside or dealt with in a Manichaeian way by dominant and prevailing theoretical explanations – as central. In terms of methodology, it was convenient to develop a theoretical search, based on bibliographic material (theses, dissertations, books and articles) and empiric material (newspaper and magazine articles, literary production, images, cartoons, besides the use of some qualitative and quantitative data from other authors or available in some websites about soccer). With regards to the theoretical basis, this work does not strictly adopts one or another analytical model, which does not necessarily prevent the definition of a “hard core” for our argument, based on the theoretical contributions of Mannheim, Elias, Bourdieu, Lahire, Brandão and Jessé Souza. The thesis is structured in two dialogical parts. The first part consisted in highlighting what, in the ontological plan, could be called “ideological significations” in the process of circulation of soccer practices in Brazil. The second part was developed in order to restore some “real significations” that could help clarify, based on the relative autonomy that the social sphere has in relation to the epistemological sphere, the structuring of soccer in Brazil as a phenomenon of massive appeal and, in other terms, as the “sport of the crowds”. After those two parts – each one intimately related and indispensable to the other – we get to the main conclusion that the reason why soccer has assumed such massive position in Brazil cannot be explained by meanings which are inherent or adjacent to the explanatory logic of the “intellectual families” of Brazilian soccer sociology. Instead, it was the clubs dynamics, as a structuring mechanism in the diffusion of association soccer to multiple social directions that allowed this sports practice to be appropriated by different groups and assume the position of “sport of crowds”, since its birth in England and its first spreading “waves” around the world. Brazil, as it is observed, followed the same trend. Being immersed in this process, it was just a matter of time before soccer became successful in the many different parts of the country.

Keywords: Soccer; Brazil; Sociology of Knowledge; Sociological Theory.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 –	A corrupção e o jeitinho brasileiro.....	49
IMAGEM 2 –	Crise no futebol europeu.....	49
IMAGEM 3 –	Brasil é medalha de ouro na corrupção.....	61
IMAGEM 4 –	No país do futebol e da corrupção.....	61
IMAGEM 5 –	Avaí <i>versus</i> Santos.....	73
IMAGEM 6 –	Brasil fora da Copa.....	73
IMAGEM 7 –	<i>Panis et Circensis</i>	82
IMAGEM 8 –	O brasileiro quando o assunto é.....	82
IMAGEM 9 –	Carnaval é uma festa democrática.....	101
IMAGEM 10 –	Brasil: país do futebol.....	101
IMAGEM 11 –	A ginga canonizada.....	112
IMAGEM 12 –	O futebol moleque do Brasil.....	112
IMAGEM 13 –	Racismo no Brasil? Que absurdo!!!!.....	130
IMAGEM 14 –	Racismo no futebol [1].....	130
IMAGEM 15 –	Racismo no futebol [2].....	135
IMAGEM 16 –	Casa-Grande & Senzala.....	135
IMAGEM 17 –	Futebol (1935).....	167
IMAGEM 18 –	Futebol (1940).....	167
IMAGEM 19 –	Retirantes (1944).....	168
IMAGEM 20 –	Espantalho (1943).....	169
IMAGEM 21 –	Guerra (1952-1956).....	174
IMAGEM 22 –	Paz (1952-1956).....	175
IMAGEM 23 –	<i>The tlachtli</i> , Chichén Itzá, Yucatán, México.....	286
IMAGEM 24 –	Calcio fiorentino.....	286
IMAGEM 25 –	Clubes de futebol em Londres (2014).....	303
IMAGEM 26 –	Cartaz de divulgação de partida do S. C. Rio Grande (1900).....	345
IMAGEM 27 –	Grêmio Tricampeão do Wanderpreis.....	345

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Primeiros clubes de futebol na Grã-Bretanha.....	301-302
TABELA 2 –	Principais rivalidades do futebol inglês entre equipes participantes da <i>League Clubs</i> (2012-13).....	306-308
TABELA 3 –	Algumas rivalidades do futebol londrino.....	309
TABELA 4 –	<i>Matches</i> entre Sheffield F. C. e London F. C. (1871-1876).....	310-311
TABELA 5 –	Clubes de futebol no Brasil (1894-1930).....	320-325
TABELA 6 –	Contextos de ação futebolísticos no Brasil (1894-1930).....	333-335
TABELA 7 –	Fundação de agremiações esportivas em Porto Alegre por décadas e por esporte (1894-1930).....	343
TABELA 8 –	Preferências clubísticas no Rio Grande do Sul.....	346-347

LISTA DE SIGLAS

AFPA	– Associação de <i>Foot-Ball</i> Porto Alegre
AMEA	– Associação Metropolitana de Esportes Atléticos
CBF	– Confederação Brasileira de Futebol
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
FA	– <i>Football Association</i>
FIFA	– <i>Fédération Internationale de Football Association</i>
IPO	– Instituto Pesquisas de Opinião
INSEP	– <i>Institut National du Sport et de l'Education Physique</i>
LPAF	– Liga Porto-Alegrense de <i>Foot-Ball</i>
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PIB	– Produto Interno Bruto
RBCE	– Revista Brasileira de Ciências do Esporte
RSSSF	– <i>Rec. Sport Soccer Statistics Foundation</i>
SCCP	– <i>Sport Club</i> Corinthians Paulista
SFA	– <i>Sheffield Football Association</i>
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
Lista de imagens	xi
Lista de tabelas	xii
Lista de siglas	xiii
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	20

PARTE 1

As linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro – uma crítica da razão escolástica

1. Liberalismo, patrimonialismo e a tese do atraso do futebol brasileiro	43
2. A crítica cultural de esquerda e a tese do futebol como “ópio do povo”	64
3. A tese da singularidade cultural brasileira e o futebol como “aula de democracia”	86
4. A tese do dilema racial brasileiro e o futebol como <i>locus</i> de reprodução deste conflito	115
Síntese da primeira parte.....	142

PARTE 2

Para uma releitura sociológica do futebol – aportes teórico-metodológicos

5. À procura de uma epistemologia crítico-reflexiva do futebol brasileiro	151
6. A modernização seletiva brasileira e o contexto esportivo: autores e proposições	178
7. Um esboço de reconstrução teórica do futebol moderno como contexto de ação.....	235
8. Clubismo, contextos de ação regionalistas e negociação mimética de conflitos.....	280
Síntese da segunda parte.....	352

CONCLUSÕES.....	357
REFERÊNCIAS	365
ANEXOS	394

APRESENTAÇÃO

O ato de escolher é algo um tanto complexo de ser “sociologizado” e “historicizado”, em especial porque muitas de nossas escolhas – eu diria a maior parte delas – não se tratam de investidas plenamente conscientes e racionais. Até mesmo o indivíduo que se autointitula ou sente-se o mais livre possível naquilo que faz ou opta por fazer, tem suas escolhas permeadas por motivações internas, nem sempre claras, e pressões externas muitas vezes embaraçadas e difíceis de serem restituídas. Seria a escolha uma espécie de demônio pessoal? Talvez, mas não porque haja nela algo de misterioso ou então porque ela aparentemente demonstre um sentido específico, mas, no fundo, tenha outro. Por sinal, as fronteiras entre aquilo que seria uma boa ou má escolha dependem muito dos olhos de quem observa ou, no mínimo, oscilam de uma pessoa à outra e de um lugar social a outro. Ao invés então de demônio seria a escolha uma virtude? Se refletida, diria que sim. E não só isso: uma valentia [mas também uma covardia]; uma sorte [e também um azar]; uma lástima ou algo um pouco menos que isso, tal como nos faz pensar a poetisa em estrofes que falam por si mesmas:

Ou se tem chuva e não se tem sol,
ou se tem sol e não se tem chuva!

Ou se calça a luva e não se põe o anel,
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.

É uma grande pena que não se possa
estar ao mesmo tempo nos dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e gasto o dinheiro.

Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,
se saio correndo ou fico tranquilo.

Mas não consegui entender ainda
qual é melhor: se é isto ou aquilo.

(MEIRELES, C. Ou isto ou aquilo. In: *Poesia Completa*.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 1483).

Tal como passível depreender do excerto, nossas vidas, de fato, são pautadas em uma infinidade de escolhas que, na maior parte das vezes, nos escapam o sentido ou que, para

nosso alívio ou infortúnio, talvez não possuam sentido algum. É provável também que muitas situações de escolhas, surjam durante nossas vidas sem nos perguntarem ao menos se queremos ou estamos preparados para negociá-las. Escolher insurge, portanto, como algo de certa forma angustiante, mas não poder escolher, sem dúvida, é desesperador. No âmago de tais experiências, marcadas pelas incertezas que carregam, mas também pelas possibilidades de descobertas, há também quem indague os motivos de termos que fazer nossas escolhas. Por que escolher se ambas as coisas nos satisfazem? Por que optar por “isto ou aquilo” e não por “isto e aquilo” tal como tão apropriadamente sugeriu a escritora Cecília Meireles?

São questões com certo grau de complexidade e, em não possuindo a cultura filosófica necessária para desenvolvê-las a rigor, me sinto limitado em responder de forma incisiva ou arriscar comentários mais extravagantes. Nem mesmo este foi o objetivo que me levou a propor, a modo de preâmbulo, esta reflexão. Ao invés disso, o intuito aqui em refletir, mesmo de maneira pontual, incompleta e provisória sobre as escolhas é demonstrar como nossa vida, inclusive a vida profissional e acadêmica, é conduzida por momentos em que precisamos nos posicionar e seguir caminhos que não necessariamente foram planejados por nós de forma calculista e se o foram não sabemos devidamente o porquê ou por quais razões acabamos atribuindo determinados sentidos a essas escolhas e não outros quaisquer.

Foi no lastro então desse processo ambíguo e não plenamente planejado que é realizar escolhas ao longo de nossas vidas que, aos meus 18 anos, fui levado, sem muito problematizar isso na ocasião ou atribuindo sentidos muito diferentes dos quais hoje, aos 29 anos, atribuo a essas escolhas, a optar por cursar a faculdade de Educação Física na Universidade Estadual do Centro-Oeste, em minha cidade natal, Guarapuava/PR. Não se tratava de escolha arbitrária, apreço-me em advertir. Por trás do desejo de ser profissional de Educação Física, havia uma história pessoal, não muito bem sucedida, de envolvimento com a modalidade de voleibol no município durante aproximadamente sete anos. Lembro-me dos êxitos e momentos positivos construídos nessa prática, mas também dos fracassos e reticências. Recordo-me da vontade de vencer e ensinar voleibol às categorias de base, mas também das dificuldades com que fui me inserindo nesse círculo, de forma muitas vezes desacreditada e desiludida.

Influenciado então por essas experiências vivenciadas no voleibol, é que adentrei no curso de Educação Física e fui tendo o privilégio de dia após dia conhecer um pouco mais sobre essa profissão e assim desfazer muitos dos preconceitos, leituras de senso comum e motivações equivocadas que conservava acerca da mesma. Uma professora, com ideias um tanto excêntricas, ao menos para minha pessoa naquela circunstância, e outro professor, com opiniões não menos excêntricas, foram estímulos iniciais importantes para as escolhas futuras

que faria. Esse professor me encorajou, inclusive, já nos primeiros meses de graduação, em meados de 2003, a participar de um minicurso oferecido na universidade sobre a teoria de Norbert Elias. O referido minicurso foi ministrado por um pesquisador pioneiro da área de História do Esporte no Brasil, o professor Ademir Gebara, e na oportunidade pude ouvir, sem muito entender, sobre processo cego, longa duração, autocontrole, catarse etc., conceitos que só decodificaria seus sentidos anos mais tarde, mas que já na ocasião me inquietaram.

Fui seguindo minha graduação e mantendo minhas inserções no voleibol. Foi durante esse período também que me dediquei, mais a rigor, ao estudo do xadrez, prática em que já era iniciado, mas muito informalmente. Passei a frequentar o Clube de Xadrez de Guarapuava e, em fazendo parte desse círculo restrito, a essa tribo que constitui uma espécie de maçonaria, competi representando o município em torneios estaduais e em edições dos Jogos Abertos do Paraná. Essa “redescoberta” do xadrez em minha vida, por volta de 2004, coincidiu com meu interesse por algumas leituras pós-estruturalistas e pós-modernistas aplicadas à Educação Física. Foi uma fase de leituras bastante diversificadas. Norbert Elias havia ficado de lado. Estava impressionado mesmo com as análises de Foucault e sua crítica à modernidade.

Esse entusiasmo com Foucault, com os pós-estruturalistas e com os pós-modernos se deu de modo quase inabalável até eu começar a desenvolver minha monografia de conclusão de curso sob a orientação de uma professora do Departamento de História da universidade, curiosamente esposa daquele professor que me incentivou a pensar a Educação Física pelo prisma das Ciências Humanas e Sociais já nos primeiros momentos da graduação. Recordo-me, como se fosse hoje, de Lili, como carinhosamente a chamava, me advertindo que o poder não repousava nos discursos e sim nas práticas. Lembro daquele livro com capa em tom de grafite – A economia das trocas linguísticas de autoria de Pierre Bourdieu – que gentilmente me emprestara por alguns meses e das inúmeras dificuldades que tive em entendê-lo.

Na referida monografia, orientada pela professora Liliane, estudei algumas histórias de exclusão nas aulas de Educação Física. Essas histórias foram relatadas em um documento que eu próprio redigi e no qual então fiz uso de personagens fictícios para “narrar” e dar vida a algumas situações frustrantes que eu e outros colegas do período de infância e de adolescência havíamos vivenciado nas aulas de Educação Física durante os anos de colégio. Olhando para este fato hoje, tenho convicção de que “minha opção” em cursar Educação Física, além de estar relacionado a determinado *habitus* de classe, tratou-se também de uma espécie de acerto de contas pessoais com uma disciplina que eu tanto gostava, mas pouco me inseria pelo fato do conteúdo predominante ser futebol e eu não apresentar tanta destreza para tal prática. Analisei aquele material, de modo muito preliminar. O peso de Foucault na análise foi central,

mas autores como Bourdieu, Goffman e Elias (que eu finalmente reencontrara) me ajudaram, através de seus pressupostos teóricos, a pensar e interpretar aquelas histórias de exclusão que trouxera à tona na monografia como também não me permitiam pender totalmente para o relativismo cultural pós-moderno, cujo qual posteriormente eu abandonaria.

Terminei a graduação no ano de 2006 com alguma perspectiva futura de frequentar um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Isso, no entanto, ainda parecia um projeto meio distante e despretensioso, tanto que alguns anos depois é que lhe concretizei. No ano de 2007, tive minha primeira experiência profissional pós-formado. Trabalhei então como professor de Educação Física e Esporte no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município de Guarapuava. O trabalho que pude desenvolver nesse projeto junto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social foi muito gratificante, mas, por outro lado, inquietante demais. Minhas angústias em relação à desigualdade se tornaram bem mais frequentes. Nesse contexto, passei a ler Bourdieu de maneira quase frenética. Por trás daquele léxico tão difícil que eu mal conseguia entender e decifrar os nexos, pude enxergar uma humanidade que há algum tempo estava à procura. Aí praticamente começara minha “conversão”.

Ainda em 2007, lembro-me já estar um tanto mais claro em minha mente que prestaria um processo seletivo de Mestrado, tanto que em outubro do mesmo ano participei da seleção proporcionada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Com um projeto versando sobre estratégias de reprodução dos códigos do esporte de alto nível no voleibol escolar, meio confuso na ocasião e estruturado muito mais no intuito de “convencer” o possível orientador, que, por sinal, eu já havia tido a oportunidade de ouvir durante um minicurso sobre voleibol em 2005 aqui mesmo em Guarapuava, não fui aprovado. Confesso: frustrei-me bastante e pensei em abandonar esse ideal desperto. Não fossem os estímulos de um professor que conheci na metade de 2006 e que, posteriormente se tornaria um amigo próximo, em outubro de 2008 não teria tentado novamente a seleção de Mestrado na Universidade Federal do Paraná pleiteando uma vaga com o mesmo orientador.

Tendo apresentado um novo projeto, dessa vez sobre a história do xadrez no contexto da Guerra Fria, fui aprovado nos Programas de Mestrado em Educação Física e em Sociologia da Universidade Federal do Paraná no final de 2008 e teria como orientador o professor Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por razões íntimas, optei por realizar o estudo na área de Educação Física e, em dezembro de 2010, obtive o grau de Mestre. Dessa oportunidade que me foi dada decorreu, em consequência, minha aproximação com o Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade, coordenado pelo professor Wanderley. Foi (e tem sido) um tempo prazeroso e

produtivo em vários aspectos. Conheci professores e colegas com diferentes objetos de estudo em Sociologia do Esporte. Pude aprender muito com cada uma dessas pessoas.

Finalizado meus estudos no Mestrado, já em fevereiro de 2011, participei do processo seletivo de Doutorado no mesmo Programa de Pós-Graduação que recentemente acabara de frequentar. Pleiteei uma vaga com o orientador de outrora e obtive êxito. Originalmente, meu projeto de pesquisa tinha como objetivo maior explicar sociologicamente a repercussão social do *Sport Club Corinthians Paulista* (SCCP) na sociedade brasileira a partir, sobretudo, de sua negação no mercado das trocas simbólicas e emocionais no país. Tratava-se de um projeto, com certo tom de ousadia, mas por algumas situações de natureza epistemológica acabei deixando-lhe de lado por ora ou, quem sabe, para outro investigador. Percebi que para levar a efeito esse empreendimento precisava, antes de qualquer coisa, revisitar de maneira crítico-reflexiva a produção sócio-histórico-antropológica brasileira sobre futebol, de modo, portanto, a não reproduzir explicações sobre o Corinthians que já se faziam presentes na literatura e cujas quais eu manifestava algumas reservas e reticências teóricas.

Em conversa com o professor Wanderley, decidimos então levar a diante a segunda proposta que me incorrera correlacionalmente ao projeto original. Foi uma escolha de certa forma difícil, afinal já havia adquirido um material bibliográfico considerável sobre a história do clube paulista, além de já ter acompanhado alguns jogos do clube na cidade de São Paulo com intuito de apreender *in loco* aquelas representações e práticas que denotavam relações de amor e ódio que os indivíduos e grupos construía em referência a essa equipe do futebol brasileiro. Não obstante essas condições e o meu desejo de trazer à tona as singularidades do *ethos* corinthiano cujo qual partilho, julguei mais apropriado nessa ocasião optar pela segunda pesquisa, tendo em vista que a mesma erguia-se como uma etapa preliminar para que pudesse ser realizado, com a eficácia pretendida, o estudo que originalmente havia pensado.

Os resultados dessa escolha seguem nas próximas páginas. Se isto foi a melhor opção ou se aquilo poderia ser de mais proveito ao campo investigativo cujo qual me debruço, é um julgamento que escapa ao esforço de reflexividade do eu-pesquisador. Talvez nem tenha o distanciamento necessário para esclarecer esse dilema ou, de igual modo, talvez nem esteja ao meu alcance inventariá-lo. O que posso, de antemão, assegurar é que ao assumir nesta tese alguns posicionamentos teóricos em detrimento de outros, procurei sempre os justificar. Se “minhas” escolhas foram as mais adequadas, essa é uma análise que deixo para o leitor. Se o “isto ou aquilo” convém mais ao “isto e aquilo” trata-se de uma proposição em aberto...

INTRODUÇÃO

As leituras e releituras teóricas levadas a efeito ao longo da presente tese são resultado de um investimento heurístico que consistiu em revisitar, a partir de um ângulo marcadamente reflexivo, a maneira com que algumas relações histórico-sociais tangenciadas entre futebol e sociedade brasileira foram e ainda são negociadas pela academia no sentido de definir as agendas de pesquisa e as pautas de discussão em voga sobre essa prática esportiva no Brasil. Em outras palavras, tanto o desafio teórico quanto o esforço de sistematização bibliográfica colocados em apreço neste estudo, decorrem, primeiramente, do desencantamento intelectual que nos foi desperto com relação a algumas das interpretações sociológicas que vigoram sobre o futebol no país e, em segundo lugar, da constatação que o futebol brasileiro ou, melhor dizendo, que algumas relações estruturantes estabelecidas entre futebol e sociedade brasileira demandam uma proposta de reinterpretação teórica ou, no mínimo, alguns *insights* teóricos que permitam um entendimento alternativo de tais relações e processos.

Evidente que o que aqui está em tela não tem por *leitmotiv* o desenvolvimento de um mero exercício desconstrucionista que consistiria tão somente em legitimar uma possibilidade de articulação teórica em detrimento de outras. É necessário, nesse sentido, frisar que no campo da ciência ninguém começa do estágio zero, mas, pelo contrário, começa-se justamente naquele ponto de reflexão onde outros pararam ou, por razões muito específicas, não puderam ou não quiseram se alongar. Essa tomada de posição epistemológica, não nos impede, no entanto, de considerar ou mesmo advertir que se a lógica de produção científica, por um lado, demanda dívidas para com o empreendimento dos pioneiros e pares, por outro lado, também denota, em determinados momentos, a necessidade de rupturas e afastamento com esses mesmos empreendimentos, em especial com aqueles conceitos e categorias explicativas que além de não corresponderem à realidade dos fatos observáveis, devem seu sentido e sua razão de existir, sobretudo, a fatores extrateóricos (MANNHEIM, 1967; ELIAS, 1980, 2008).

A nosso ver, esse tipo de postura epistemológica se demonstra útil e adequada ao tratamento analítico que aqui será conferido à produção científica cristalizada no campo dos estudos socioculturais do futebol no Brasil ou, mais estritamente, à produção do saber em Sociologia do Futebol. Trata-se, então, de um empreendimento teórico que consistiu em se reportar ao saber produzido pelos pioneiros e pares a partir da perspectiva de “cumulatividade

crítica” (LAHIRE, 2002b), isto é, reconhecendo tanto os esforços interpretativos e *corpus* de contribuições teóricas produzidas segundo o contexto histórico-social em que tais agentes de investigação estavam inseridos, quanto os eventuais limites ou mesmo ideologias e todo tipo de ideias mistificadoras que foram veiculadas, consciente ou inconscientemente, nas obras desses intelectuais também em conformidade com pressões histórico-sociais específicas.

Em outros termos, o exercício de leitura aqui mobilizado com vistas à posteriormente apresentarmos um esboço de reinterpretação teórica acerca do futebol moderno foi orientado por esse pressuposto que nos coloca então em uma situação de *dúvidas*, mas também de *dúvidas* com relação às abordagens teóricas precedentes. Neste propósito, procuramos alternar entre uma continuidade refletida com o processo de constituição do futebol brasileiro como objeto sociológico que requer o esclarecimento de alguns de seus dilemas, conflitos e relativas singularidades e, por outro lado, entre uma postura descontinuísta no tocante aos sistemas de crenças¹ incrustados à produção sócio-histórico-antropológica que se ateve em interpretar a circulação do futebol no Brasil e, sobretudo, a restituir alguns dos significados e funções sociais que se supõem cumprir esta prática esportiva no interior desta sociedade.

É importante, de antemão, ser ressaltado que quando argumentamos que o futebol cumpre determinadas funções sociais na sociedade brasileira ou em outras sociedades onde, por ventura, esse esporte ocupe um lugar de dominância na hierarquia das práticas esportivas e culturais, não necessariamente estamos nos enveredando por uma abordagem funcionalista tal como preconizada, a título de exemplo, no trabalho de Durkheim ou então de Parsons. A bem da verdade, ao fazermos uso do conceito de “funções sociais”, temos por objetivo maior chamar atenção para o fato de que as “funções sociais do esporte” (ELIAS; DUNNING, 1992) são relativas, ou melhor dizendo, são relacionais aos elementos estruturais e psicogenéticos que distinguem as configurações humanas que fizeram e ainda fazem uso dos esportes na modernidade. Nesse particular, o conceito de função social, tal como solicitado e empregado ao longo deste estudo, remete à noção de relação entre os indivíduos e grupos (ELIAS, 1980, p. 84-85) e, além disso, procura fugir daqueles usos reificantes que, em última instância,

¹ O estudo das crenças sociais se deve muito ao trabalho pioneiro de Durkheim levado a cabo em seu livro “*As formas elementares da vida religiosa*” (DURKHEIM, 2000). No entanto, ao longo desta pesquisa optamos por abordar as crenças no sentido com que as mesmas foram trabalhadas respectivamente nas obras de Elias e Bourdieu. Vale notar que os dois autores, cada qual ao seu modo, procuraram associar o estudo das crenças sociais a uma teoria geral do poder, muito embora tanto em Elias quanto em Bourdieu os sistemas de crenças também sejam pensados pelo prisma da Sociologia do Conhecimento, tal como passível de verificar e de ler-se especialmente no texto “*Os alemães*” (ELIAS, 1997) e no texto “*A produção da crença*” (BOURDIEU, 2008a). Vale ressaltar que, em vários momentos de nossa argumentação, se demonstrou mais apropriado tratar as crenças na perspectiva de Elias, se bem que em outros momentos insurgiu a necessidade de recorrermos à análise de Bourdieu sobre as crenças que movem os diferentes campos a partir de estratégias fundadas na arbitrariedade e, portanto, na naturalização das relações que se engendram nesses *locus* concorrenciais.

tenham por intuito ou nos conduzam a ocultar “[...] que **as funções são atributos de relações** e que são objeto de múltiplas perspectivas” (ELIAS, 1980, p. 137, os grifos são nossos).

Outro aspecto de fundamental importância a ser aqui arrolado remete à condição de que o ato de sugerir que existem alguns aspectos teórico-conceituais que não nos interessam reter das interpretações teóricas acumuladas sobre o futebol brasileiro com o intuito maior de tentar estabelecer uma compreensão mais rigorosa daquelas mediações firmadas entre futebol e sociedade, não se constitui em uma tarefa simples e ausente de contrapartidas. Há que se lembrar nesse sentido, e em conformidade com aquilo que adverte o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1967), que à medida que reconhecemos que as ideias contidas e propaladas em determinadas teorias correspondem à função da posição social que seus proponentes ocupam na sociedade, não podemos deixar de ponderar o fato de que nossas ideias também preenchem funções de uma determinada posição social. Se não impusermos, inclusive, a nós mesmos essa reflexão, mais cedo ou mais tarde, seremos eventualmente advertidos a encarar este fato, tendo em vista a possibilidade do método que aqui utilizamos ser aplicado por outrem com relação às nossas próprias ideias e aspirações teóricas (MANNHEIM, 1967, p. 26).

Além disso, é oportuno frisarmos, ainda de acordo com Mannheim (1967), que as mais diversas correntes intelectuais não são autoimunes, como se as ideias de um grupo específico não influenciassem as ideias de outros grupos e vice-versa. Ao invés disso, é preciso admitir que “[...] após ter uma classe descoberto algum fato histórico ou sociológico [...] todos os outros grupos, quaisquer que sejam seus interesses, não só podem levar em consideração cada fato como *devem*, de algum modo, incorporar cada fato ao seu sistema de interpretação do mundo” (MANNHEIM, 1967, p. 29). O que nos interessa então observarmos desse esquema sinóptico sistematizado por Mannheim com o propósito de que o problema da Sociologia do Conhecimento pudesse ser trazido à tona é o fato mais geral de que “[...] correntes intelectuais diversas não se desenvolvem isoladamente, mas mutuamente se afetam e se enriquecem; e, no entanto, não se fundem num sistema comum, mas tentam considerar a totalidade dos fatos descobertos, partindo de diferentes axiomas gerais” (MANNHEIM, 1967, p. 30).

Em função disso, inclusive, é que não parece apropriado ou mesmo possível assumir uma postura inteiramente descontinuísta com relação à produção acadêmica consolidada em torno da Sociologia do Futebol no Brasil, muito embora, devamos deixar claro que, em se tratando dos sistemas de crenças atrelados a essas abordagens, nossa ruptura procura ser a mais radical possível. Balizados, por assim dizer, esses dois momentos, compete então reiterar que algumas categorias históricas de pensamento articuladas nesse campo de estudos, desde que destituídas de suas funções ideológicas correspondentes aos interesses de grupos sociais

específicos, serão no mínimo observadas em nosso empreendimento, até porque a proposta de releitura de algumas “lógicas ocultas” presentes no contexto de ação futebolístico moderno² tal como pretendemos argumentar teoricamente ao longo desta tese, só adquiriu forma e sentido em decorrência do caminho epistemológico trilhado pelos pioneiros da área.

Deste modo, o espírito metodológico que anima e orienta a relação que manteremos com a produção de conhecimento sociológico acumulado acerca do futebol brasileiro preza pelo desenvolvimento de uma “mentalidade desmascaradora de ideologias” tal como sugeriu Mannheim (1967), ao mesmo tempo em que também não desdenha daquilo que, de fato, se constitui em inovações teóricas nas correntes intelectuais que integram este campo do saber. Além disso, a abordagem que aqui propomos não começou do nada, mas está circunscrita dentro de uma totalidade histórica e intergeracional de ideias que abrange a própria formação do pensamento social brasileiro e, acima de tudo, o cenário de pesquisas acadêmicas que foi historicamente edificado em torno da Sociologia do Futebol no país.

Tendo essa última premissa sido admitida e recolocada, portanto, no centro de nossa proposta investigativa, devemos por extensão reconhecer, assim como o faz Mannheim (1967, p. 30), que, de fato, “[...] nenhum de nós se coloca num vácuo de desincorporadas verdades supratemporais [...]”, como se a produção de saber no passado não nos dissesse respeito e não afetasse de maneira decisiva a percepção que temos da realidade e, muito particularmente, a reinterpretação teórica que propomos da mesma. Ao invés disso, “[...] todos nós confrontamos a ‘realidade’ com problemas já estruturados e sistematizações sugeridas, e a obtenção de um novo conhecimento consiste em incorporar novos fatos à velha armação de definições e categorias, determinando seu lugar entre elas” (MANNHEIM, 1967, p. 30).

Pensando em conformidade com sociólogo alemão Norbert Elias e, redimensionando, portanto, esta tomada de posição epistemológica de acordo com sua teoria sociológica do conhecimento, em particular com o pressuposto que versa sobre a necessidade de se estruturar um quadro teórico que preze por explicar os sistemas de conhecimento acumulados sobre as sociedades humanas na escala de longo prazo, é oportuno acrescentar que:

² A reconstrução teórica do futebol como um contexto de ação social específico tal como propomos ao longo da presente tese, guarda semelhança com a abordagem configuracional *eliasiana* e tem por fundamentação aquelas críticas apresentadas por Lahire (2002a) com relação ao conceito *bourdieusiano* de campo e a vários outros conceitos estruturais pensados no âmbito da teoria sociológica para responder às dinâmicas de diferenciação e de estratificação social. Quando falamos, portanto, em contexto de ação futebolístico, temos em mente, a princípio, um espaço de inter-relações que mobiliza num mesmo plano interacional, basicamente três segmentos de atores, a saber, os profissionais, os especialistas e os torcedores (TOLEDO, 2000a, p. 5). Assim sendo, esse contexto de ação futebolístico, por um lado, envolve agentes com diferentes *habitus* de classe e com diferentes *habitus* profissionais e, por outro, engendra uma história onde os variados agentes constroem/partilham, em medida significativa, um mesmo núcleo de representações miméticas que eles próprios concorreram para estruturar a partir de seus raios de ação específicos. No capítulo 7 da tese desenvolveremos essas premissas teóricas.

O pescador, tentando capturar conexões dos objetos em sua rede, **não começa do nada**. Não somente o conhecimento dos objetos, mas também o conhecimento de como adquirir e de como avançar o conhecimento dos objetos, de como capturá-los em sua própria rede, de como construir redes e de como construir redes melhores para capturá-los, **desenvolveu-se ao longo das gerações**; e a rede será passada para ele na medida em que tenha sido desenvolvida em sua sociedade (ELIAS, 2008, p. 546, os grifos são nossos).

Consubstanciados então nessa metáfora de Elias solicitada para pensar os avanços e recuos na produção e desenvolvimento do conhecimento sobre as sociedades humanas, é que se impõe a necessidade de reforçar que foi justamente o entendimento de que seria preciso localizar nossas ideias no âmago de um sistema de pensamento referente produzido ao longo da história sob as pressões de um espaço concorrencial dos pontos de vista (MANNHEIM, 1967; BOURDIEU, 1989), que fez com que o problema da Sociologia do Conhecimento ganhasse centralidade neste estudo. Além disso, a procura por esse sistema total que abrange escolas de pensamento e visões de mundo que precedem a nossa e, nesse caso, afetam, em medida significativa, nossas ideias, quer saibamos disso ou não, faz ruir todo ideal fictício de que aquilo que aspiramos ou sugerimos começou em nós mesmos através de um ato teórico inaugural. Seja por filiação introspectiva ou por descontentamento refletido, o fato é que aqueles problemas de pesquisa, que culminam (ou não) com intervenções teóricas e com a proposição de outros arranjos interpretativos, são sempre devedores a uma conjuntura de pensamento anterior que remete a condições sociais científicas e extracientíficas prévias das quais, diga-se de passagem, depende a própria funcionalidade desse sistema de ideias.

Para que um problema de pesquisa, tal como o que anima este estudo, pudesse então emergir, foi preciso que uma série de fatores epistemológico-sociais que apontam (1) para a história de constituição de uma subárea específica de investimento acadêmico-científico, qual seja, a Sociologia do Futebol, (2) para o núcleo de tensões teóricas que tem ocupado o centro do debate da produção sociológica contemporânea e (3) para a configuração societária do momento histórico-social em que vivemos, fossem sistematicamente acionados. É, inclusive, o desvelamento dessa lógica de conversação entre fatores teóricos e extrateóricos que nos fez adotar a epistemologia social *mannheimiana* com o intuito de restituir algumas das condições objetivas que se fizeram agir sobre a constelação que deu origem ao eixo problematizador dessa pesquisa, concebido mutuamente do ponto de vista da Sociologia do Conhecimento e da procura por uma teoria da ação social alternativa que ajude a explicar a circulação massiva do futebol no contexto moderno bem como a compreender alguns dos significados subjacentes à distribuição dessa prática esportiva entre os diferentes grupos sociais.

Feito então esse breve recenseamento epistemológico pelo qual nos aprouve apontar, na esteira da argumentação de Mannheim (1967), alguns dos fatores teóricos e extrateóricos subjacentes ao desafio intelectual aqui proposto, é imperativo enfim expor, de forma mais sistemática e contundente, as questões norteadoras que se circunscrevem no âmago dessa frente investigativa e constituem, por assim dizer, o aspecto problematizador do estudo. Nesse particular, indagamos: o que é preciso para reinterpretar teoricamente o futebol moderno? Por que esse investimento insurge como necessário? Quais procedimentos teórico-metodológicos poderiam orientar, de forma alternativa, esse esforço de reconstrução teórica? Dessas questões preliminares, por conseguinte, é que emergiu a problemática central do estudo situada então nos seguintes termos: **como compreender, por vias relacionais, o processo de difusão e circulação massiva do futebol moderno assim como alguns significados e funções sociais desempenhadas por essa prática esportiva no Brasil?**

Trata-se, como é passível inferir, de um problema de pesquisa que mobiliza dois níveis de apreensão do mundo social em suas possibilidades de conversação e dialogia: um de ascendência epistemológica e outro de sustentação eminentemente ontológica. Por um lado, nos deparamos com uma variedade de estudos sócio-histórico-antropológicos sobre o futebol brasileiro, produzidos – de acordo com a apropriação que nos aprouve fazer de uma série de categorias sociológicas – sob as pressões de um sistema acirrado de lutas (BOURDIEU, 2002a, 2004), exercendo influências recíprocas uns sobre os outros (MANNHEIM, 1967; BRANDÃO, 2005) e que, ao largo de uma história estrutural situada, vieram a contribuir com a construção da “realidade” social (BACHELARD, 1984; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999), nesse caso, a “realidade” futebolística brasileira, por via da conversão de algumas de suas ideias (SOUZA, 2006; BOTELHO; LAHUERTA, 2005) em “sistemas de crenças” (ELIAS, 1980) que obscurecem o mundo social e favorecem a instauração de uma ordem fundada no naturalismo e na dominação simbólica (BOURDIEU, 1989, 2009).

Por outro lado, estamos sensíveis ao argumento de que para além das “representações científicas” que então contribuem para fazer o mundo social de um jeito específico e não de outro qualquer ou, em outras palavras, para além dessa “realidade” construída, em parte, pela força de algumas ideias e categorias analíticas sugeridas e sistematizadas nas mais diversas abordagens e *corpus* teóricos, existe sim a possibilidade de explicar a sociedade a partir de definições reais e da captura da estrutura real dos processos que fazem esta mesma sociedade (VANDENBERGHE, 2010), de modo que é possível restituir sentidos e recobrar explicações conexo-causais para as dinâmicas sociais, no caso deste estudo, para alguns dos significados e funções que o futebol acabou assumindo na modernidade, sem reduzir, no entanto, a ontologia

à epistemologia e, em contrapartida, sem desembocar nas variantes de empirismo ingênuo praticado pelos modelos influenciados pelas Ciências Naturais (ELIAS, 1980).

É nessa fronteira móvel e porosa estabelecida, portanto, entre as explicações teóricas que atribuem uma primazia relacional à epistemologia sobre a ontologia e as explicações que, por sua vez, invertem essa premissa, que nos aprouve elaborar nossa hipótese de trabalho em dois momentos precisos que, embora reportem a essas duas distintas estruturas metateóricas, mantêm conexão íntima entre si. Nesse sentido, para que a difusão e circulação massiva do futebol moderno possam vir a ser reinterpretadas de forma relacional sugere-se, em primeiro lugar, que seja efetuado um exercício de redimensionamento das categorias de pensamento que contribuíram para reiteração de um sistema de crenças futebolísticas no país.

A nosso ver, essas crenças futebolísticas de base sentimentalista, além de exercerem efeito mistificador no debate socioesportivo nacional, acabam por ocultar uma infinidade de conflitos e contra-processos que entendemos serem decisivos para a compreensão de alguns significados e funções imanentes à circulação massiva do futebol moderno e à sua distribuição entre os diferentes grupos sociais. Nesse propósito, o segundo ato que se revela importante ser levado a efeito para que o futebol possa ser entendido de um ângulo relacional no Brasil é a proposição de um quadro interpretativo que atribua um lugar de centralidade aos conflitos sociais e a esses contra-processos obscurecidos, postos à margem ou então tratados de forma maniqueísta pelas explicações teóricas dominantes e vigentes.

Com vistas a aprofundar essa hipótese de trabalho e torná-la mais inteligível, convém acrescentar mais elementos à discussão e especificar as formas hegemônicas com que o futebol vem sendo estudado de um ângulo sociocultural no Brasil e, logo em seguida, apresentar alguns pressupostos teóricos que talvez contribuam para reinterpretar a economia simbólico-emocional do futebol moderno. Como um primeiro aspecto a ser observado nessa investida, afirmamos então que o dimensionamento do futebol no Brasil como objeto de atenção sócio-histórico-antropológica foi conduzido a partir de quatro linhagens intelectuais que, por sua vez, correspondem a visões de mundo expressas e traduzidas particularmente nos seguintes eixos teóricos e categorias analíticas: (1) liberalismo, patrimonialismo e a tese do atraso do futebol brasileiro; (2) a crítica cultural de esquerda e a tese do futebol como “ópio do povo”; (3) a tese da singularidade cultural brasileira e o futebol como “aula de democracia”; e (4) a tese do dilema racial brasileiro e o futebol como *locus* de reprodução deste conflito.

É sempre importante levarmos em conta que essas linhagens intelectuais anunciadas, em alguma medida, ajudaram a constituir um espaço concorrencial dos pontos de vista sobre a circulação simbólico-emocional da prática futebolística no Brasil. Além disso, essas quatro

linhagens intelectuais, embora sejam decisivas em nosso empreendimento, acabam também denotando a formação de um sistema de crenças históricas em torno de alguns significados e funções sociais que o futebol supostamente alcançou no âmago desta sociedade (ou mesmo em outras), favorecendo a perpetuação de interpretações teóricas e visões de mundo que, em certos aspectos, requerem uma problematização mais sistemática e rigorosa.

No bojo desse inventário, outro aspecto decisivo a ser considerado nessas linhagens é que as crenças que elas animam têm por efeito maior encobrir, mas sem que os atores tenham plena consciência disso, dois elementos ontológicos extremamente importantes para explicar a circulação e distribuição massiva do futebol no Brasil e em outras sociedades, a saber, o fato (1) de que a emergência do clubismo e das tramas clubísticas a ele associadas foram mais decisivas que a própria prática futebolística *per se* para entender por que o futebol se tornou um dos esportes mais apreciados e consumidos mundialmente e (2) de que a emergência do clubismo mantém relação direta, porém, não de causa-efeito, com as lutas de grupos reais de observação empírica da sociedade, o que, por ora, sugere uma correlação histórica negociada por vias miméticas entre o clubismo e os conflitos sociais de maior amplitude, indicando um problema que a Sociologia do Futebol no Brasil, e talvez no mundo, com exceção da Escola de Leicester (representada por Norbert Elias, Eric Dunning e pelos orientandos deste último), não esteve devidamente atenta ou encerrou na tradição do individualismo metodológico.

No lastro desse empreendimento delineado, é necessário então trazermos à tona aquele significado social ou, melhor dizendo, aquela função social que, no nosso entendimento, se constitui ontologicamente como um dos principais mecanismos responsáveis pelo fato de o futebol ter se difundido globalmente entre os diferentes segmentos sociais das mais variadas sociedades, de modo a se tornar paulatinamente ao longo do século XX um dos esportes mais consumidos no mundo. Em termos objetivos e sintéticos, entendemos então que o fato de o futebol ter se tornado, na esteira de longo alcance, um dos esportes mais preferidos pelo público consumidor e, por conseguinte, um dos mais comercializáveis, mantém uma relação diretamente proporcional com o fato de esta prática esportiva em sua dinâmica de difusão e circulação na modernidade ter se constituído por excelência como um daqueles espaços de socialização mais propícios para negociação mimética dos conflitos sociais.

Trata-se de uma proposição teórica relativamente simples e que embora favoreça uma série de perspectivas de apreensão e tratamento analítico do fenômeno em apreço, tem sido tendencialmente obscurecida no Brasil pela produção acadêmica especializada. A principal razão deste ocultamento se deve, sobretudo, a penetração de ideologias e crenças políticas nas pesquisas científicas. Quando afirmamos então que o futebol se ergue como um dos espaços

sociais onde os conflitos entre grupos antagônicos tendem a ser negociados mimeticamente, para preservar uma rigorosidade e objetividade em nosso empreendimento, procuramos não nos enveredar por essa ou por aquela crença política. Em outras palavras, atentamos para o fato de que o contexto de ação futebolístico brasileiro não se constitui em um *locus* que teria por função encobrir os conflitos sociais, tal como pensam ou querem os intérpretes *marxistas*, ou, em contrapartida, restabelecer parâmetros circunstanciais e compensatórios de igualdade e democracia entre grupos sociais antagônicos por intermédio de uma espécie de inversão das hierarquias, tal como pensam ou querem os intérpretes culturalistas.

No lugar dessas interpretações rivais, propomos, portanto, que o futebol moderno seja lido teoricamente como um contexto de ação social específico onde os conflitos sociais são mediados a partir de uma economia simbólico-emocional cuja principal função é permitir aos grupos antagônicos na competição social que os seus estoques de simpatias e de antipatias, de afinidades e preconceitos frequentemente reprimidos nas rotinas de seriedade sejam, em suas devidas proporções, exteriorizados e negociados mimeticamente, sob o espectro de diversas representações, na esfera do lazer. Em outros termos, o futebol moderno, de longa data, vem se constituindo como espaço privilegiado para que os atores possam escoar através das mais diferentes “formas-representações” (TOLEDO, 2000a) seus sentimentos e avaliações morais profundas inerentes aos conflitos histórico-sociais, sejam eles em função de classe, etnia, raça, gênero, guerras, convicções religiosas e políticas etc. Daí, portanto, o valor heurístico que se pode atribuir ao futebol para compreensão alargada da vida humana.

Em síntese, a hipótese assumida para o núcleo problematizador desta tese reside na compreensão de que a distribuição do futebol entre os diferentes grupos sociais só pode ser estudada de modo relacional na medida em que tais contra-processos sugeridos acerca das correlações acumuladas historicamente entre clubismo e os conflitos mais amplos são trazidos à tona e rearranjados segundo um quadro teórico que leve em conta os apontamentos acima dirimidos, evidenciando então uma possibilidade de reconstrução teórica do contexto de ação futebolístico moderno que privilegie tanto os sentimentos e representações sociais quanto os princípios mercadológicos que orientam as razões de agir dos grupos que se relacionam no interior do referido *locus*. Feita essa recensão epistemológico-ontológica pela qual emergiu respectivamente nosso problema de pesquisa e hipótese de trabalho, convém finalmente situar os objetivos delimitados para esta investigação assim como os principais encaminhamentos teórico-metodológicos adotados para o cumprimento dos mesmos.

Nosso objetivo principal com este estudo é apresentar uma estrutura de análise teórica que possibilite compreender, por vias relacionais, o processo de difusão e circulação massiva do futebol moderno assim como alguns significados e funções sociais desempenhadas por essa prática esportiva na sociedade brasileira. Para atingir esse desígnio, nos aprobeu então delimitar quatro objetivos específicos que, por sua vez, concorrem para efetivação do objetivo eleito como fio condutor da pesquisa. São então objetivos auxiliares desta tese: (1) apresentar alguns pressupostos teóricos e categorias de pensamento imanentes às linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol brasileiro; (2) identificar/problematicar algumas crenças sociais incrustadas a essas linhagens; (3) esboçar uma proposta de reconstrução teórica do futebol moderno como contexto de ação social relativamente específico; e (4) demonstrar algumas bases de correspondências miméticas passíveis de serem visualizadas entre o clubismo e os conflitos sociais mais amplos em contextos de ação futebolísticos regionalistas.

Para consecução desses objetivos, fazemos uso dos recursos da pesquisa teórica, aqui entendida como aquela modalidade investigativa que se propõe a reconstruir teorias no sentido de aprimorá-las para uma leitura mais precisa da realidade social (DEMO, 2000). Esse exercício de repensar o uso das teorias não é, no entanto, tão simples como a definição outorgada sugere e, em sua dimensão de complexidade, pressupõe duas coisas: (1) que alguns instrumentos teóricos acionados para explicar o mundo social ou o papel que determinadas práticas cumprem em sua mediação com o mundo, não são suficientes em razão de algumas teorias sociológicas reproduzirem imagens não-fundamentadas de processos (ELIAS, 1980, 2008) ou pelo fato dessas teorias não poderem ser generalizadas sem uma retradução para explicar contextos/objetos diferentes daqueles cujos quais seus proponentes se respaldaram no ato de edificarem tais frentes analíticas (SOUZA, 2003); (2) que a reconstrução ou proposição de quadros teóricos alternativos exige uma crítica ao naturalismo sob o qual tendencialmente se funda a ordem social (BOURDIEU, 1989) ao mesmo tempo em que acaba recobrando um grau de preservação do estatuto ontológico da realidade que é diferente de adotar uma atitude empirista na explicação do mundo (ELIAS, 1980; VANDENBERGHE, 2010).

Cabe ressaltar que tais premissas, de valor fundamental a essa abordagem, emergem de um mesmo núcleo de tensões práticas decorrentes das relações objetivas firmadas entre os avanços da produção sociológica e a própria complexificação do tecido social, uma vez que os quadros teóricos tanto interferem, em alguma medida, na conformação das visões de mundo e estrutura das relações, tal como demonstrado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989) a partir daquilo que denominou de “teoria do efeito da teoria”, como o inverso também é verdadeiro, tendo em vista que as formulações teóricas por dizerem respeito a uma realidade

palpável e concreta que as autoridades científicas se propuseram e se propõem a compreender e desvelar, tendem a fornecer (re)descrições desse mundo, o que, como consequência, denota que a realidade social existe independentemente das análises que fazamos dela (BHASKAR, 2000; VANDENBERGHE, 2010). Mais esclarecedora, no entanto, que essas leituras para o nosso argumento é a interpretação de Elias tecida no sentido de demonstrar que por mais “[...] diferentes que possam ser a ciência social e a ideologia social, ambas são manifestações das mesmas transformações da estrutura da sociedade” (ELIAS, 1980, p. 70).

Nesse sentido, é permissível contemplar as teorias sociológicas e a sociedade como duas esferas que mutuamente se afetam, se tocam e se ressignificam, muito embora, devamos advertir que as estruturas teóricas não fazem as estruturas sociais porque as pessoas passaram a ler e estudar essas teorias e, por assim dizer, se convenceram desse *corpus* de percepções científicas produzidas pela *intelligentsia* (SOUZA, 2009). O que ocorre, segundo argumenta o sociólogo brasileiro Jessé Souza, é que as concepções dos intelectuais quando se articulam aos “interesses” ou então às causas defendidas por determinados grupos e, mais que isso, se institucionalizam, daí sim elas começam a fazer a vida prática das pessoas comuns sem que as mesmas, na maior parte das vezes, se dêem conta disso (SOUZA, 2009, p. 111).

Também é verdade, como de certo modo já apontamos, que muitas das formulações teóricas da Sociologia tem como equivalentes os anseios concretos e as visões de mundo de grupos sociais efetivamente mobilizados, se bem que o mais interessante a se investigar, tal como alertado por Mannheim (1967), é a possibilidade, bastante provável, por sinal, de que as ideias sociológicas e a existência social dos grupos às quais tais ideias correspondem, têm por gênese um processo social comum que abarcaria aquelas dimensões histórico-estruturais que envolvem o movimento da sociedade como um todo. Nas palavras de Mannheim:

Não basta compreender que as “idéias” de uma classe antagonica são ditadas pela sua “existência”, não basta reconhecer que nossas próprias ideias sejam ditadas pela nossa própria existência; o que temos de entender é que tanto nossas “idéias” quanto nossa “existência” constituem componentes de um processo evolutivo totalizante, no qual estamos comprometidos (MANNHEIM, 1967, p. 27).

É de valor fundamental para os nossos propósitos, frisar que esse posicionamento de Mannheim viria a ser radicalizado por Elias que, além então de concatenar os grupos às ideias e as ideias igualmente aos grupos, não se contentou em pensar essas premissas em termos de circunscrição a intervalos de espaço-tempo estanques, mas, ao invés disso, procurou associá-las a uma teoria do desenvolvimento social de longo alcance e a uma teoria não-reificante do poder, de modo a demonstrar que os avanços e recuos no conhecimento e que as formas

inconvenientes ou tidas como mais convenientes de conhecimento e de pensamento têm sido ao longo dos séculos “[...] freqüentemente reprimidas e esquecidas ou, às vezes, meramente distorcidas e expurgadas de acordo com a distribuição de poder entre os grupos que controlam a produção e a disseminação do conhecimento” (ELIAS, 2008, p. 533).

Segundo Elias (1980), duas reorientações teóricas advindas dessa leitura se fazem incidir na teoria sociológica do conhecimento. Uma primeira consequência dessa formulação é a urgência de reivindicar uma maior autonomia para a Sociologia em relação à Filosofia da Ciência e, por conseguinte, a possibilidade de encarar cada vez mais o conhecimento em uma perspectiva sociológica do que propriamente filosófica (ELIAS, 1998, p. 26-27). Em segundo lugar, essa retomada favorece a compreensão de que tanto a epistemologia quanto a ontologia emergem de um mesmo movimento complexo e englobador que situa a sociedade como uma entidade dinâmica constituída a partir de progressos e retrocessos.

A abordagem *eliasiana* convida-nos a romper, portanto, com o absolutismo filosófico e com suas sentenças acerca do mundo social, expressas no estabelecimento de leis gerais que governariam a sociedade, como também com o relativismo pós-moderno que tende a reduzir o social ao domínio do discurso. Contra essas perspectivas “abstracionistas”, a teoria processual de Elias nos encoraja a pensar a sociedade, o conhecimento inerente a vida em sociedade e, acima de tudo, o conhecimento científico da sociedade como dimensões entrelaçadas de um mesmo processo marcado por continuidades e rupturas. Sem dúvida, uma das vantagens que esse olhar processual acaba garantindo, num nível teórico subsequente, é permitir-nos avaliar a sociedade moderna como um misto de mudança e de permanência com relação às épocas e momentos histórico-sociais anteriores e, mais que isso, contemplar, metaforicamente falando, o mundo social e a própria produção de conhecimento sociológico no tocante a este mesmo mundo à imagem do duplo espiral da cadeia de DNA.

Pautados, portanto, nesse conjunto de formulações teóricas que apreendem a ontologia e a epistemologia como esferas integrantes de um processo cego que não foi racionalmente planejado para determinados fins e que, nesse particular, precisa ser perspectivado e lido em suas tensões e contradições que nem sempre são visíveis e percebidas pela sociedade organizada como tampouco por alguns dos grupos que detêm o monopólio da explicação científica sobre o fenômeno em questão, é que nos aprouve organizar a presente tese em duas partes dialógicas, sendo que a primeira delas consistiu em trazer à tona aquilo que poderíamos designar como “significações ideológicas” no processo de circulação dos bens e práticas futebolísticas no Brasil, enquanto a segunda parte do estudo foi pensada muito mais no intuito de restituir algumas “significações reais” que explicassem ou, no mínimo, que ajudassem a

esclarecer, com base na relativa autonomia que a esfera social conserva em relação à esfera epistemológica, a estruturação do futebol no Brasil (e, provavelmente, no mundo) como um fenômeno de apelo massivo ou, em outros termos, como “*esporte das multidões*”.

Na primeira parte do estudo, expressa e então desenvolvida sob o título “*As linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro – uma crítica da razão escolástica*”, delimitamos como intuito investigativo maior problematizar e, sobretudo, demonstrar que determinadas ideias e categorias históricas de pensamento veiculadas em algumas interpretações teóricas do Brasil moderno como também em algumas produções sócio-histórico-antropológicas sobre o futebol brasileiro contribuíram e desempenharam um papel decisivo na sobredeterminação teórica de alguns aspectos que estruturam a realidade de circulação dessa prática esportiva no país, tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda dos bens simbólicos e culturais.

Trata-se, efetivamente, de uma etapa preliminar da pesquisa, na qual consideramos (1) os efeitos das ideias na construção daquilo que as pessoas tendem a chamar de realidade social (BACHELARD, 1984, 1985; BOURDIEU, 1989; SOUZA, 2009) e (2) a (re)produção de sistemas de crenças que tornam dificultoso o avanço de um conhecimento sociológico que seja mais seguro e correspondente à realidade dos fatos observáveis (ELIAS, 1980). Nesse propósito, o estudo das quatro “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol brasileiro, tais quais hipoteticamente delimitadas nas páginas anteriores, será desenvolvido ao longo desta tese sob o crivo de tais premissas teóricas, muito embora não com o propósito de invalidar ou destituir o esforço dos autores que produziram obras no âmago de cada uma dessas “famílias intelectuais” ou então induzir a uma posição de descrédito de seus trabalhos.

Para trilhar esse percurso teórico, foi necessário desenvolver, em primeiro lugar, uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório (e posteriormente sistemático) que consistiu objetivamente em retomar aquelas obras produzidas sobre o futebol brasileiro a partir de um enfoque sociocultural. Cabe notar que o processo de seleção das obras e textos fundamentados a partir de uma visão sócio-histórico-antropológica acerca da circulação dos bens e práticas futebolísticas no Brasil se deu a partir de um duplo critério: um de valor relacionado à obra e outro à posição de dominância que determinados autores assumiram/assumem no contexto de produção científica voltada ao tratamento sociocultural deste fenômeno no país. Respaldados, deste modo, tanto nas contribuições do sociólogo brasileiro Gildo Marçal Brandão (2005) que afirma que determinados textos são mais centrais que outros textos no desiderato de avançar no escavamento das linhagens do pensamento político-social no país, quanto nas teorizações de Bourdieu (2008b) que adverte que a consideração de determinados agentes é mais decisiva que a de outros na análise objetivista do campo, é que insurgiu a possibilidade de avançar no

estudo das linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro procurando observar tanto aqueles autores quanto aquelas obras tidas e reconhecidas como as mais expressivas e determinantes no processo de construção histórica deste espaço institucionalizado de reflexão acadêmica e, sobretudo, no processo de constituição epistemológica deste objeto de pesquisa.

Elencados esses autores e obras, o esforço seguinte foi demonstrar a existência de uma espécie de “cordão invisível” a açambarcar os significados e funções sociais ideológicas que o futebol historicamente passou a exercer no Brasil com base, dentre outras coisas, na mediação implícita firmada de modo, muitas vezes, não-tematizado entre as produções acadêmicas e as incursões jornalísticas, literárias e artísticas no país. Para levar a efeito essa análise, nos coube recorrer pontualmente a algumas produções literárias e jornalísticas sobre o futebol brasileiro no sentido de exemplificar o poder de penetração das ideias dos “intelectuais futebolísticos” no cotidiano de vivências consolidado em torno dessa prática esportiva no país. Acionamos ainda, a título ilustrativo, algumas charges e imagens que remetessem à condição naturalizada com que essas ideias foram se espalhando pelo Brasil fazendo valer uma série de crenças que são inadequadas à compreensão de algumas “significações reais” que o futebol, do ponto de vista de sua distribuição entre os mais heterogêneos grupos, alcançou nesta sociedade.

Após fazer essa incursão reflexiva com objetivo maior de preparar o terreno para as reinterpretações a serem tecidas, adentramos à segunda parte do estudo apresentada com o título *“Para uma releitura sociológica do futebol – aportes teórico-metodológicos”*. Nesta seção da tese, nos reencontramos com aquela visão integradora de sociedade que, tal como discorrido há pouco, concebe o conhecimento dos processos e os próprios processos como derivações de um movimento histórico-estrutural mais amplo constituído a partir do entrelaçar de ações de seres humanos interdependentes. Neste momento do trabalho, buscamos conferir uma maior autonomia à esfera ontológica no tocante à esfera epistemológica, de modo a sugerir que, para além dos sistemas de crenças futebolísticas atuantes no Brasil, seria possível compreender a circulação massiva desse esporte nesta sociedade assim como sua distribuição entre os diferentes grupos e estamentos sociais de forma relacional e não-idealista.

Para sermos mais precisos, nesta segunda parte da pesquisa procuramos reunir alguns apontamentos teórico-metodológicos e, em seguida, sistematizá-los com o intuito de restituir algumas releituras do futebol moderno em resposta à própria crítica da razão escolástica ensaiada na primeira parte da pesquisa. Na esteira dessas proposições, se impôs inicialmente a necessidade de apresentarmos alguns pressupostos que nos permitissem avançar em busca de uma epistemologia crítico-reflexiva do futebol brasileiro que se situasse, sobretudo, na contramão das tendências de fragmentação do saber expressas na divisão acadêmica entre

áreas de conhecimento e na segmentação do mundo social em esferas estanques. Atribuímos, portanto, como um dos princípios metodológicos fundamentais deste estudo, uma primazia da síntese em relação à análise e evitamos, assim, tal como se enfatiza na teoria sociológica de Norbert Elias, “[...] a compartimentalização das pessoas e das sociedades humanas segundo categorias como ‘econômico’, ‘político’ e ‘social’ – como se o ‘econômico’ e o ‘político’ não fizessem parte de algum modo da sociedade [...]” (DUNNING, 1992a, p. 21).

Dando prosseguimento a esse exercício de reconstrução do saber sociológico sobre a circulação dos bens e práticas futebolísticas no Brasil, introduzimos, a título de reflexividade, a “pintura social” de Cândido Portinari e, em menção metafórica à mesma, argumentamos que aquelas releituras teóricas do futebol e, mais amplamente, do esporte que se ambicionassem autocríticas requereriam, antes de tudo, uma proposta de leitura realista do Brasil moderno que tivesse por compromisso o desvelamento de processos e relações ocultas. Esse foi o tom, inclusive, sob o qual nos aprouve evocar a teoria da modernização seletiva formulada por Jessé Souza com o propósito de explicar a relativa singularidade de sociedades periféricas em relação aos países da modernidade central. Foi o tom sob o qual também introduzimos, logo na sequência, a teoria do processo civilizador de Norbert Elias e a teoria dos campos de Pierre Bourdieu bem como aqueles constructos teórico-conceituais que nos interessava reter de suas obras para explicar o fenômeno esportivo em sociedades como a brasileira.

Completada essa etapa da pesquisa, na qual foram acionados e explicitados alguns dos pressupostos teóricos centrais e decisivos para a continuidade da argumentação, competiu-nos finalmente situar e apresentar um esboço de reconstrução teórica do futebol moderno como um contexto de ação social relativamente específico. Em interlocução crítica com o modelo das “formas-representações” proposto por Luiz Henrique de Toledo (2000a), com o modelo de restituição das tramas clubísticas de Arlei Damo (2005) e com a teoria do ator plural de Bernard Lahire (2002a), somadas às demais incursões teóricas acumuladas no decorrer do estudo, argumentamos que o futebol, em uma escala que vai do micro ao macro, do regional ao global, do sincrônico ao diacrônico, poderia ser lido como um contexto de ação onde os indivíduos e grupos constroem e partilham determinados significados que ajudam a desvelar e melhor compreender a função social que essa prática esportiva cumpriu e tem cumprido na sociedade moderna até o ponto de se configurar como “*esporte das multidões*”.

Frente a esse esboço de reinterpretação teórica situado, avançamos ao último momento da tese, no qual tivemos por objetivo desenvolver algumas incursões teóricas e empíricas que endossassem o argumento de que uma das razões potenciais que explicaria o sucesso com que o clubismo acabou alavancando a circulação massiva do futebol na modernidade foi o fato das

experiências clubísticas expressarem as lutas de grupos de observação empírica da sociedade e, mais que isso, propiciarem um contexto para descarga emocional ou, melhor dizendo, para a negociação mimética de conflitos de diversas ordens, cujos quais, por sua vez, se fariam devedores a certas conjunturas sociais que caberia ao pesquisador restituir.

Para levar a efeito essa proposta analítica, nos valem de uma série de dados e fatos trazidos na literatura histórico-sociológica nacional e internacional produzida sobre o futebol, não no sentido de reproduzir explicações já consolidadas academicamente e, ao invés disso, sempre tentando impor uma releitura teórica original sobre esse material. De forma auxiliar, recuperamos alguns dados veiculados na imprensa escrita e em *sites* específicos sobre futebol que nos ajudassem a desenvolver um exercício preliminar de aplicação do modelo teórico contextualista para compreender alguns significados que essa prática esportiva alcançou na sociedade moderna no lastro de uma dinâmica muito particular que teve origem no contexto da sociedade inglesa e se espalhou para os diferentes lugares do globo. Tal *corpus* empírico, por sua vez, foi evocado a partir de uma postura crítica que orientou tanto o modo como tais dados e fatos foram delimitados quanto lidos. Em suma, entendemos que se não houvesse investimento rigoroso sobre os dados, não haveria quantidade de informações que salvassem a pesquisa, uma vez que sem reflexão crítica acerca do trabalho empírico não seria possível ter feito outra coisa que senão atualizar pré-conceitos do senso comum (SOUZA, 2009).

Essa tomada de posição crítica, por sua vez, marcou o tom sob o qual edificamos não somente nossas incursões empíricas ao longo do trabalho, mas a presente tese como um todo articulado. Importante, nesse sentido, reiterar que por visão crítica da sociedade entendemos aquela que desmagifica e desnaturaliza o mundo social. Se fôssemos, inclusive, resumir em poucas palavras o espírito científico que está a permear este estudo, diríamos que tal espírito se singulariza por sua atitude desencantada diante da realidade com a qual nos confrontamos. Trata-se, apreçamo-nos em advertir, de um empreendimento com certas doses de risco, pois vislumbrar introduzir alguns lampejos de desencantamento onde pelo menos há algum tempo houve uma espécie de encantamento pode soar como heresia. Não sem o conhecimento então de tais efeitos é que nos arriscamos no avançar das páginas a problematizar as leituras teóricas do futebol brasileiro e propor algumas releituras que nos ajudem restituir, por vias relacionais, a distribuição dessa prática esportiva entre os diferentes grupos sociais bem como interpretar sua conformação como fenômeno de apelo massivo ou, como se sugere no título da tese, na condição simbólico-emocional de “*esporte das multidões*”.

Parte 1

*As linhagens da Sociologia do Futebol
brasileiro – uma crítica da razão escolástica*

O empreendimento proposto nesta primeira parte do estudo não é em todo inédito e, de certa forma, já foi pleiteado nos trabalhos de alguns estudiosos (SHIRTS, 1982; SOARES, 1998a; TOLEDO, 2001; RODRIGUES, 2003; SILVA *et al.*, 2009; GIGLIO; SPAGGIARI, 2010; HELAL, 2011; MURAD, 2011) que se predispuseram a realizar, cada qual ao seu modo – e de diferentes perspectivas –, um balanço bibliográfico com relação às temáticas e a uma série de questões epistemológicas referentes à produção sócio-histórico-antropológica sobre o futebol brasileiro. Diferentemente desses autores, no entanto, não temos por intuito realizar uma revisão exaustiva das literaturas com o propósito imediato de enumerar quais seriam os pólos de difusão de conhecimento, os agentes e instituições, assim como os temas de pesquisa e eixos teóricos que vem norteando a produção do saber em Sociologia do Futebol no Brasil. São, sem dúvida, questões de suma importância e que fornecem um panorama satisfatório da produção de conhecimento na área assim como de suas principais tendências.

Não obstante a relevância do trabalho de mapeamento realizado por esses autores, o que aqui está em tela é uma tentativa de “escavamento genealógico” de algumas linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol no Brasil, em empreendimento consubstanciado na proposta investigativa sistematizada pelo sociólogo brasileiro Gildo Marçal Brandão (2005) na esteira do programa teórico esboçado por Mannheim (1967) em seu reconhecido ensaio “*O problema de uma Sociologia do Conhecimento*” já citado na introdução da tese. Com vistas a atingir êxito nesse exercício, procuramos primeiramente revisitar de maneira exploratória a produção de natureza sociocultural materializada em torno do futebol brasileiro para, num momento seguinte, identificar relações intergeracionais entre os estudos e construir um *corpus* articulado de conhecimento, num esforço de síntese que, em seu elevado grau de radicalidade epistêmica, nos possibilitou visualizar e recuperar algumas linhagens intelectuais – “famílias teóricas” – que têm se feito preponderar nesse domínio de investigação acadêmica.

Oportuno frisar que essas “famílias teóricas” expressas e sintetizadas então em quatro principais vertentes – (1) liberalismo, patrimonialismo e a tese do atraso do futebol brasileiro; (2) a crítica cultural de esquerda e a tese do futebol como “ópio do povo”; (3) a tese da singularidade cultural brasileira e o futebol como “aula de democracia”; e (4) a tese do dilema racial brasileiro e o futebol como *locus* de reprodução deste conflito – tal como já havíamos sugerido em nossa hipótese, não seriam as únicas a circular no campo acadêmico brasileiro, muito embora as mesmas orientem decisivamente a produção dos estudos socioculturais do futebol nesta sociedade e cubram parte considerável dos trabalhos publicados e divulgados em escala nacional, independentemente da área de conhecimento a que pertencem os proponentes das pesquisas e dos procedimentos metodológicos que adotam.

Evidente que a circulação social dessas linhagens não se conformou como processo circunscrito e encerrado aos limites de uma única sociedade, a exemplo da brasileira ou outra qualquer. Muito provavelmente a tendência de circulação das ideias sociológicas por via dessas linhagens e do trabalho dos intelectuais por detrás das mesmas foi fruto de uma lógica transnacional pautada na conformação de um mercado internacional de ideias (BOURDIEU, 2002b) posto, em primeiro lugar, que a difusão do futebol como fenômeno sociocultural e de apelo massivo não se constituiu como um processo estanque (GIULIANOTTI, 2002) e, em segundo lugar, que o interesse de apreender esse esporte – em movimento de difusão pela sociedade moderna – na condição de fenômeno sociológico concretizou-se como uma agenda de pesquisa que antes de ser levada a efeito no Brasil – sociedade cuja qual nos detemos mais a rigor a fim de consolidar nosso investimento – já havia sido posta em prática nos centros de produção sociológica europeia. Dito de outra maneira, estamos atentos ao fato de que as linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro são relacionais ao próprio dimensionamento do futebol como um objeto sociológico em escala internacional, muito embora, para os efeitos da análise aqui proposta, optemos, em diálogo com a abordagem contextualista de Bourdieu, em nos deter na análise deste campo de conhecimento tal como estruturado no Brasil.

Outra observação metodológica importante a ser ressaltada acerca dessas linhagens é que as mesmas, na condição de fenômenos ideológicos – perpassados por categorias históricas de pensamento acionadas em seus devidos contextos – insurgem como sustentáculos de uma variedade de ideias-força³ que afetaram a forma com que a sociedade brasileira viria a pensar o futebol e, em certa medida, a se pensar a partir dessa prática esportiva. No nosso ponto de vista, portanto, o principal efeito prático dessas linhagens é que cada uma delas, ao seu modo, acabou veiculando uma espécie de “utilidade social” ao domínio de circulação do futebol nesta sociedade, até mesmo pelo fato de que essas quatro “famílias intelectuais” ao mesmo tempo em que “fizeram” o senso comum também retirarem seu poder de convencimento deste mesmo senso comum, estruturando, nesse particular, um eficaz círculo vicioso que, dentre outras implicações práticas, garantiu hegemonia explicativa a essas tendências de pensamento conforme iremos argumentar no decorrer dos capítulos que integram esta seção.

³ Ao assumir-se esse tipo de abordagem, é necessário efetuar um deslocamento teórico-metodológico no sentido de avançar em uma proposta de trabalho não atenta apenas ao conteúdo das ideias, mas, em tão presente medida, à eficácia social e política das ideias. O termo “ideias-força” se refere justamente a esse deslocamento e está sendo aqui empregado no lastro da argumentação de estudiosos que ambicionaram restabelecer, cada qual ao seu modo, alguns pontos de aproximação existentes entre o denominado ensaísmo e a então reflexão sociológica institucionalizada (BOTELHO; LAHUERTA, 2005; BOTELHO, 2007, 2010; BOTELHO; BASTOS; VILLAS BÓAS, 2008), se contrapondo, nesse sentido, àquelas vertentes de compreensão do pensamento social brasileiro que procuraram evidenciar um corte epistemológico – quando senão instaurar uma visão disjuntiva – entre os trabalhos de natureza teórica dos textos ensaísticos e as pesquisas fundamentadas empiricamente.

Antes, contudo, de avançarmos nesse desiderato e tecermos qualquer comentário mais preciso no sentido de tematizar a singularidade explicativa de cada uma das quatro linhagens intelectuais delimitadas, é importante acrescentarmos algumas ressalvas teórico-metodológicas à argumentação que propomos. Em primeiro lugar, devemos advertir que o próprio esquema metodológico de Bourdieu, de certa forma, acaba prescrevendo e fornecendo uma série de subsídios teóricos para esse tipo de reconstrução epistemológica que aqui estamos pleiteando, sobretudo, se pensarmos que, para este autor, só podemos avançar em uma compreensão mais adequada e rigorosa do mundo social na medida em que passamos a problematizar as próprias categorias de pensamento e conjunto de enunciados teóricos que, com efeito, são mobilizados para compreensão deste mesmo mundo social (BOURDIEU, 1989, 2008b).

Em segundo lugar, devemos salientar que o programa para Sociologia da Ciência de Bourdieu desenvolvido ao longo de sua obra e sistematizado notadamente no livro “*Os usos sociais da ciência*” (BOURDIEU, 2004) apesar de inspirador e com valor relativamente central no recenseamento epistemológico que aqui propomos, se concentra, sobretudo, no desvelamento do mapa que articula as estruturas subjetivas dos agentes de investigação com as estruturas objetivas do campo científico que concorrem e, acima de tudo, disputam o monopólio da competência legítima para dizerem o que é ou não é pertencente ao domínio científico.⁴ Nesse caso, a lógica de raciocínio desenvolvida pelo autor francês em sua teoria do campo científico talvez não seja a mais adequada para mapearmos e, ademais, avançarmos no entendimento das especificidades teóricas que caracterizam as linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro, cujas quais, em relativa independência ao processo de institucionalização desse objeto de estudo na condição de espaço de disputas por prestígio e reconhecimento, se expressaram ao longo dos tempos a partir da rotinização de ideias-força caras ao trabalho de autores e intelectuais que muitas vezes nem estiveram côncios deste processo.

Decorre, portanto, desta inflexão teórica à necessidade de somarmos ao programa da Sociologia da Ciência de Bourdieu, a proposta de investigação das linhagens do pensamento político-social brasileiro tal como desenvolvida e sistematizada por Brandão (2005), muito embora devamos ressaltar que o modelo analítico proposto pelo sociólogo brasileiro para a Sociologia dos intelectuais destoa consideravelmente daquelas abordagens contextualistas que se preocupam em desvelar o processo de institucionalização das Ciências Sociais ou de outra

⁴ Esse princípio heurístico do método de Bourdieu, no caso de sua própria obra, permitiu-lhe localizar as tensões entre, de um lado, a corrente estruturalista e, de outro, a corrente fenomenológica na França dos anos 1950/1960 e, por conta dessa leitura, propor sua noção de conhecimento praxiológico. Para maiores detalhes ver o seguinte texto: BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003a, pp. 39-72.

área/objeto de investigação acadêmica. De qualquer modo, essa possibilidade de aproximação teórica entre ambas as abordagens é plausível e justificável em nosso estudo, na medida em que temos o interesse de mapear tanto algumas das afinidades eletivas entre determinados autores – de tempos históricos diferentes – que integraram as mesmas “famílias intelectuais” quanto algumas das disputas e tensões objetivas inerentes ao processo de constituição do futebol como um objeto de interesse sócio-histórico-antropológico no país.

Além disso, a opção por encaminharmos essa recensão a partir de certo “pluralismo teórico” no sentido de fazermos uso ao longo do texto de contribuições teóricas tão distintas como as de Bourdieu e Brandão,⁵ por exemplo, justifica-se pelo fato de que muito embora entendamos que a constituição dessa área do saber obedeça, de fato, a uma cronologia própria expressa em suas fases de desenvolvimento e nas tomadas de posições conflitantes entre os agentes de investigação tal como passível depreender do programa de pesquisa que Bourdieu reservou ao campo acadêmico-científico, ainda assim, não podemos restringir sua leitura tão somente a esse itinerário, até porque outros processos de natureza social, científica e cultural foram centrais na determinação do futebol como objeto passível de problematização e análise sociológica. Deste modo, a existência de “famílias intelectuais” extremamente duráveis da Sociologia do Futebol no país aponta para um desses processos.

Feitas essas observações, é importante avançarmos a discussão e nos determos com mais afinco ao modelo investigativo de Brandão (2005), em particular no que tange ao modo com que devem ser escavadas as “famílias intelectuais” preponderantes em determinada área de estudo. Sobre esse *modus operandi*, a socióloga brasileira Elide Rugai Bastos esclarece:

Ao afirmar a presença de linhagens no pensamento político brasileiro, Gildo não pressupõe a existência de uma linearidade ou de um traço evolutivo que unifica as idéias. Supõe continuidades e rupturas entre elas. Afirma não existirem matrizes ideológicas transtemporais. Desse modo, procura equilibrar duas formas de compreensão do pensamento: de um lado os elementos teóricos fundantes das idéias; de outro, o contexto histórico em que são gestadas, desenvolvidas, modificadas e aplicadas às situações concretas. A partir dessa difícil combinação, **aponta as “afinidades eletivas” existentes entre autores que, por vezes, nem mesmo se dão conta desse fato.** Tais encontros ocorrem tanto a partir de uma polissemia de conteúdos aos quais se aplicam os mesmos conceitos quanto de uma aparente multiplicidade de termos que remetem a uma mesma conotação. Assim, Gildo propõe um método para abordar tanto os temas quanto os autores brasileiros (BASTOS, 2010, p. 6-7, os grifos são nossos).

⁵ Outros referenciais teóricos, conforme já foi dito na introdução da pesquisa, também serão acionados ao longo do texto para procedermos na análise crítica daquilo que, por um lado, estamos denominando de “leituras” do futebol brasileiro e na proposição e sistematização, por outro lado, de nossas “releituras”. Nessa primeira parte da tese, além das contribuições pontuais de Brandão e Bourdieu também recorreremos aos constructos de Elias, de Lahire e de Jessé Souza, além de, por vez ou outra, nos reportarmos ao modelo teórico de Mannheim que acaba assumindo um lugar central em nossa investida por conta particularmente da tese de que todos os sistemas de conhecimento possuem /exercem efeitos ideológicos, queiram os cientistas sociais ou não.

Tal como é possível entrever deste comentário, Brandão sistematiza uma proposta de análise heurística do conhecimento cujo pressuposto norteador resulta da compreensão de que o pensamento social brasileiro não deveria ser tratado como uma mera pré-história ideológica a ser preterida em relação às investigações que remetem ao momento de institucionalização das Ciências Sociais como disciplina acadêmica no Brasil. Essa última postura, segundo o autor, equivale, inclusive, a equiparar as Ciências Sociais às Ciências Naturais de modo a se direcionar os esforços metodológicos da primeira área, no tocante ao entendimento da produção das ideias e da circulação social das mesmas, num sentido estrito de progressão e sem dar crédito à produção dos intelectuais que se dispuseram a pensar o país no período que precedeu a institucionalização dessa disciplina (BRANDÃO, 2005, p. 234).

Além dessa observação, Brandão também reitera que as formas (pre)dominantes de estudar a produção de conhecimento em Ciências Sociais no Brasil tendem invariavelmente a ocultar a existência de estilos, “famílias intelectuais” e linhagens duradouras do pensamento político-social brasileiro que, se assim tratado, revelar-se-ia na condição de um importante elemento integrador para pensar a política e desenvolver muitas das análises científicas atuais (BRANDÃO, 2005, p. 235-236). Diga-se de passagem, que é justamente então o processo de constituição dessas “famílias intelectuais” que Brandão pretende compreender de modo a assinalar as principais características dessas “famílias” e levar a efeito o escavamento de suas genealogias. Uma primeira linhagem que o autor identifica seria então a “conservadora”; uma segunda linhagem a “liberal”; e uma terceira linhagem – mencionada, mas não aprofundada – a “crítica de esquerda”. É de suma importância frisar, que essas formas de pensamento não são excludentes entre si, tendo em vista que na condição de fenômenos sociais e ideológicos se comunicam e se influenciam reciprocamente (BRANDÃO, 2005, p. 241).

Como é possível notarmos a partir desse breve recenseamento, Brandão contextualiza de forma cuidadosa e conexa suas linhagens em termos de forças políticas que, materializadas sob a forma de produção de conhecimento de causa, são tanto reflexos da estrutura político-social vigente em determinadas épocas quanto propulsoras dos referidos processos político-sociais estruturados nessas mesmas épocas. No caso deste estudo, entretanto, optamos por não localizar as linhagens visualizadas no campo da Sociologia do Futebol brasileiro a partir de um ângulo exclusivamente político e sim como ideias-força – com suas diversas implicações políticas, é claro –, que ao mesmo tempo em que incidiram e continuam incidindo sobre a compreensão que a sociedade brasileira tem do futebol em particular e do esporte em geral, são também devedoras aos próprios processos de agenciamento político-cultural que ajudaram a edificar e, muito especialmente, a estruturar o campo esportivo brasileiro.

A fim de melhor contextualizar essas linhagens, nos coube priorizar aqueles textos que seriam então os mais representativos e, sobretudo, ilustrativos das especificidades com que as mesmas foram gestadas no campo acadêmico brasileiro. Essa escolha, por sua vez, não se deu arbitrariamente, mas, ao invés disso, guiada pelo princípio metodológico apresentado por Brandão (2005) para justificar a importância de retomar determinados textos para avançar no escavamento de linhagens intelectuais e não outros quaisquer. Nas palavras do autor:

[...] não há como fugir do suposto segundo o qual as obras mais significativas, os textos fundamentais, as criações teóricas mais típicas são mais capazes – **porque mais coerentes, mais amplas, mais profundas e mais autônomas** – de revelar a natureza de uma época e a consciência de uma concepção política, de permitir aos homens a tomada de consciência do que fazem e de extrair todas as implicações de sua própria situação (BRANDÃO, 2005, p. 243, os grifos são nossos).

Postos nesses termos, e retomadas sob o crivo dessa premissa metodológica, as obras aqui delimitadas segundo o esforço de síntese e de totalização explicativa que engendraram, se constituem como textos reveladores acerca de uma série de valores culturais e políticos inerentes ao debate futebolístico protagonizado na sociedade brasileira, por conta, sobretudo, da constituição de ideias-força no campo da Sociologia e, mais precisamente, no âmbito da Sociologia do Futebol. Compete-nos, além disso, lembrar que essas ideias ao se difundirem para as mais distintas esferas da vida social brasileira, ganharam em legitimidade e prestígio ao mesmo tempo em que estruturaram dinâmicas político-culturais que foram indispensáveis ao ato de construção e reconstrução daquilo a que damos o nome de realidade.

Uma última ressalva antes de passarmos ao estudo da primeira “família intelectual” em tela, é que este exercício epistemológico que aqui pleiteamos não se presta à tessitura de comentários depreciativos quanto à estrutura teórico-metodológica dos trabalhos consultados. De forma alguma também temos por objetivo desqualificar o esforço daqueles autores que circunscreveram suas obras no âmago dessas linhagens, até porque entendemos que todo exercício de permitir-se discordar não pode ser insensível às contribuições dos pares e ao respeito que devemos ter pelos mesmos. Nosso interesse é pelo conteúdo e pela eficácia social das ideias vinculadas nessas linhagens, de modo que seja possível compreender as percepções dominantes acerca do futebol brasileiro e, num nível seguinte de esforço, colocar em xeque o sistema de crenças sociais erigidas em torno dessa prática esportiva no Brasil.

CAPÍTULO 1

LIBERALISMO, PATRIMONIALISMO E A TESE DO ATRASO DO FUTEBOL BRASILEIRO

No conhecido e referenciado texto “*A aventura liberal numa ordem patrimonialista*”, o sociólogo brasileiro Raymundo Faoro procurou discutir com base em algumas categorias *weberianas* de compreensão da sociedade – categorias essas, é sempre importante lembrar, que já insurgiam como centrais na obra do autor brasileiro desde a época em que escrevera o seu clássico livro “*Os donos do poder*” e o publicara pela primeira vez no ano de 1958 –, a maneira como se constitui no bojo da sociedade brasileira uma relação de tensão, mas, em certos aspectos, também de complementaridade, entre o patrimonialismo e liberalismo de tipo político e econômico. O argumento do autor desenvolvido no texto em apreço, a contento da análise teórica que permeia sua obra como um todo, é que a sociedade civil acaba não se constituindo no Brasil como base da sociedade e, pelo contrário, o que caracterizaria este tipo de formação social seria o predomínio de uma ordem política onde os indivíduos basicamente exerceriam o papel de governantes ou então de governados (FAORO, 1993, p. 16).

Ao pintar esse painel interpretativo acerca da formação social brasileira, Faoro faz uso de uma abordagem teórica dualista, onde a coexistência das duas ordens supracitadas – o patrimonialismo e o liberalismo –, a partir de determinado período histórico, culminou com o estabelecimento de uma sociedade marcada, em particular, pela predominância de um tipo de “capitalismo politicamente orientado” (FAORO, 1993). Essa diagnose sugerida se traduz de modo insofismável nos termos de Faoro (1993), quando argumenta que a sociedade brasileira – inclusive no contexto em que redigira o seu ensaio – possuía as características dessas duas modalidades: “Herdeiro do patrimonialismo português, recebeu, com a independência, o impacto do mundo inglês, já moderno, adotando a máscara capitalista e liberal, sem negar, ou como se diria com mais propriedade, sem superar o patrimonialismo” (FAORO, 1993, p. 17). A expressão “aventura liberal” ou “capitalismo como máscara”, nesse sentido, podem ser lidas como categorias empregadas por Faoro com o intuito de demarcar as dificuldades com que o projeto liberalista se fez valer na sociedade brasileira e, mais que isso, com o propósito de demarcar as carências dessa sociedade ante ao capitalismo mundial.

Essas ideias, tal como iremos sugerir durante o capítulo, de certo modo, remontam à própria noção de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, expressando talvez ou fazendo às vezes de referente objetivo e estrutural daquilo que o autor de *“Raízes do Brasil”*, no plano das subjetividades individuais, detectou como um padrão ideal-típico da conduta do brasileiro. Seja, no entanto, no plano dos modos de agir individuais ou, por conseguinte, do funcionamento das estruturas e das instituições sociais, o fato é que essas ideias denotam a existência de uma articulação histórica, mais ou menos, problemática entre um núcleo de ação pré-moderno e outro núcleo de ação moderno, conduzindo a uma leitura cujo um dos maiores efeitos é a interpretação do processo de modernização da sociedade brasileira pelas óticas do atraso e do desvio em relação aos centros do capitalismo mundial. Nas páginas que seguem, procuramos demonstrar como essas ideias, em certo sentido, foram apropriadas no âmbito dos estudos socioculturais do futebol no Brasil, constituindo uma “família intelectual” onde tanto as análises críticas do futebol brasileiro quanto as possíveis soluções para os dilemas inerentes à circulação dessa prática esportiva no país são apresentadas tendo por referente comparativo o processo de modernização do futebol europeu e das sociedades europeias.

Avançando nesse desiderato, é importante inicialmente destacar que em termos da compreensão das dinâmicas estruturais que se desenrolam no contexto de ação futebolístico brasileiro, essa primeira “família intelectual” identificada voltará sua atenção, sobretudo, para aqueles aspectos da ação social que se julgam manifestar de forma mais refletida e racional nesse *locus*. Isso obviamente não quer dizer que os autores que integram essa primeira linhagem se valeram de modo ortodoxo da perspectiva *weberiana* de compreensão da sociedade, onde a racionalização assume um papel central e paradigmático para qualificar o sentido da ação social e, mais que isso, explicitar que o que se designa como modernização é fruto do complexo processo de expansão da racionalidade instrumental para várias esferas regulamentadoras da vida. O que ocorre então nesses estudos pode ser lido como uma filiação introspectiva e pouco matizada ao argumento *weberiano*, por conta dos efeitos sociais, políticos e intelectuais da circulação das ideias de Weber no Brasil.

Vale notar que talvez nenhum outro sociólogo, dentre os cânones, tenha influenciado tanto a produção do pensamento social brasileiro como Max Weber. Há, nesse sentido, a necessidade de se fazer a teoria do efeito da teoria *weberiana* no Brasil e, em parte, esse projeto já foi levado a cabo na coletânea *“O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira”* organizada por Jessé Souza (1999). O que, todavia, nos interessa ressaltar com essa argumentação é, em primeiro lugar, que Weber (2004) concebe a ética protestante como “parteira do racionalismo moderno” e, em segundo lugar, que aqui no

Brasil houve uma preocupação por parte de nossos principais intérpretes em achar substitutos ou equivalentes para a ética protestante no sentido de explicar tanto a lógica do atraso quanto as singularidades culturais de nosso processo modernizador (SOUZA, 2006, p. 25).

Mas reservemos nossa atenção, ao menos por ora, à imagem do desvio, no intuito de localizar como que tal imagem ganhou forma e foi materializada nos estudos sobre o futebol. Antes disso, entretanto, devemos destacar que se em termos das grandes obras interpretativas do Brasil o referente comparativo mobilizado pelos autores foi os Estados Unidos conforme argumenta Souza (2009, p. 33), no âmbito da Sociologia do Futebol naquilo que recebeu de influência das análises teóricas que tensionam o liberalismo ao patrimonialismo e vice-versa, o ideal perseguido foi e ainda é o futebol europeu, até porque nos Estados Unidos a variante do futebol jogado com os pés não foi a que mais obteve prestígio e demanda. Vejamos como que essa tendência de pensamento acaba se traduzindo implicitamente nas palavras de Proni:

Ainda no final dos anos setenta, apesar dos esforços mencionados, estabeleceu-se um certo consenso de que aumentara a defasagem da estrutura profissional do futebol brasileiro em relação à do futebol europeu. Não eram incomum aparecerem proposta de modernização para o futebol brasileiro, que tinham como referência o novo modelo de organização que vinha sendo desenvolvido na Europa: o chamado “futebol-empresa”. De fato, enquanto os clubes brasileiros continuavam a ser administrados passionalmente e a depender de receitas oscilantes, enquanto imperava a desorganização nas federações, com alterações frequentes de datas e horários de jogos, em alguns países da Europa o futebol já era mais bem planejado e melhor administrado, com várias equipes testando novas estratégias de marketing e implementando métodos modernos de gestão esportiva, como fontes de receitas mais permanentes e campeonatos mais lucrativos [...] (PRONI, 1998, p. 205).

Essa perspectiva de leitura, potencialmente cara aqueles setores mais “progressistas” da intelectualidade brasileira, mas também presente em outras linhagens de pensamento, denota, nas entrelinhas, uma crença política que entende que as grandes mudanças e rupturas sociais partem de modificações institucionais aferidas legalmente. O correlativo de tais mudanças no futebol residiria em reivindicações como, por exemplo, a profissionalização dos dirigentes, a recondução das relações entre clube e atleta e, sobretudo, a transformação dos clubes em empresas (RODRIGUES, 2007, p. 172). Tais reivindicações, por sua vez, não se tratam de ideias articuladas sem referentes sociais concretos e, dentre outros ensejos, tiveram como suporte a aprovação da Lei nº 8.672/93 (Lei Zico) em 1993 e da Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé) em 1998 que seriam indicativas do alento modernizador que então despertara em nosso futebol, ao menos do ponto de vista dos processos políticos institucionalizados.

É compreensível que no âmbito da jurisprudência, da mídia esportiva especializada, da política e do próprio debate público nacional vinculem-se traços emocionais que denotam um

desejo de equiparação da estrutura administrativa vigente no futebol brasileiro à estrutura de gerenciamento do futebol europeu. No próprio contexto aplicado do *marketing* esportivo, do qual o livro “*Futebol empresa – a nova dimensão para o futebol brasileiro*” – assinado por Roberto Mack (1980) – é um exemplo emblemático da circulação das ideias legitimadas pelos porta-vozes dessa primeira “família intelectual”, se aceita, com menos reticências, esse tipo de idealismo conduzindo a análise. Menos justificável, no entanto, é esse tipo de iniciativa sendo vinculada, ainda que implicitamente, na produção acadêmico-científica cristalizada.

Para termos uma dimensão um pouco mais precisa do quão forte e penetrante essas ideias são no contexto de oferta e demanda do debate futebolístico no Brasil, poderíamos nos reportar à final do Campeonato Mundial de Clubes da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) disputada entre Santos e Barcelona no final do ano de 2011. Na ocasião, inúmeras explicações foram mobilizadas nos diferentes veículos de comunicação para justificar a derrota sofrida pela equipe do Santos. Reinaldo Azevedo no site da Revista *Veja* comentou: “[...] Vejam o grau de profissionalismo que atingiu o futebol espanhol e compare com os pterodáctilos, a começar da cúpula da CBF, que cuidam do futebol brasileiro. O que se viu ontem no Japão foi o triunfo do método sobre a poesia fora de lugar”.⁶

“A poesia fora do lugar” a que se refere o jornalista Reinaldo Azevedo trata-se, diga-se de passagem, de um apelo saudosista ao suposto “futebol-arte” brasileiro há muito tempo esquecido (segundo seu texto) e, em seguida, de uma alusão ao fato de que, para uma maior excelência de resultados no âmbito futebolístico, não seria suficiente apenas o “gingado” individual de alguns atletas. Por conta do arranjo estrutural evidenciado naquele contexto, a comparação entre o futebol brasileiro, associado na oportunidade à figura do Santos F. C., e o futebol europeu, representado pelo Barcelona, se impôs e foi revivida de forma naturalizada pelos agentes. De um lado, teríamos então a pujança, a gestão racional, o método. De outro lado, teríamos a escassez de recursos, a gestão emocional, a corrupção e, para mais uma vez nos reportarmos à metáfora sugerida no trecho em apreço, “a poesia fora de lugar”.

Curiosamente, e em referência também à decisão do Campeonato Mundial de Clubes da FIFA realizado no ano que se seguiu – em final de 2012 –, por sinal, envolvendo um clube da Europa e um clube da América do Sul, novamente essas ideias pelas quais o futebol brasileiro – e, de um modo mais amplo, o futebol sul-americano – é preterido em relação ao futebol europeu se fizeram circular no âmbito das incursões jornalísticas. O interessante a ser

⁶ AZEVEDO, R. Santos X Barcelona: no futebol, cabe o inesperado, mas não o milagre. **Veja/Abril**. São Paulo, 19 dez. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/santos-x-barcelona-no-futebol-cabe-o-inesperado-mas-nao-o-milagre-ou-o-quer-faz-messi-ser-messi-ou-ainda-neymar-sera-um-dia-neymar/>> Acesso 06 fev. 2012.

observado nessa trama é que as recentes tomadas de posição administrativas e pedagógicas na gestão do SCCP, cujas quais, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a conquista do Campeonato Mundial de Clubes de 2012, quando superou o Chelsea, não foram acionadas para fazer jus ao planejamento do clube, mas para consagrar a ideia de desvio do futebol brasileiro em relação ao europeu e supervalorizar este último. Um exemplo do que está sendo dito pode ser visualizado na matéria assinada pelo jornalista Vitor Birner no diário *Lance* com o sugestivo título “*Corinthians tem sido mais europeu que o Chelsea*”. Na referida matéria, posteriormente divulgada no *blog* de Birner, se faziam presentes afirmações como: “O Alvinegro tem sido muito mais europeu que os ingleses”. “Nos Blues, a bagunça é grande”. “Acho que o Parque São Jorge fica na Europa e Stamford Bridge aqui no Brasil [sic!]”.⁷

Outro exemplo sugestivo no tocante a essa leitura idealista e eurocêntrica do futebol brasileiro que tem se feito circular com grande presença na mídia impressa e televisionada no país, pode ser contemplado em um texto do jornalista Mauro Cezar Pereira publicado no site do Jornal *O Estado de São Paulo*. Ao se reportar à final do Campeonato Mundial de Clubes da FIFA envolvendo o SCCP e o Chelsea em dezembro de 2012, o jornalista argumenta – por sinal, em termos bastante passionais e como se fosse mais que obrigação da mídia esportiva europeia conhecer, a rigor, o futebol brasileiro e os clubes nacionais – que:

O Corinthians tem torcida, tradição, títulos, patrocinador, um estádio sendo construído, muita mídia e um bom time de futebol. Como foi possível um clube de tal calibre ser praticamente ignorado por muitos torcedores e jornalistas europeus até a vitória na final? E que fique claro: fosse outro o representante brasileiro no Japão, não seria diferente. O futebol jogado aqui praticamente não é visto lá fora. E isso precisa ser encarado por nós, para que possamos encontrar problemas e pensar em soluções. [...] Sim, o Brasileirão está para um torcedor ou jornalista europeu como para nós estão o Campeonato Costarrriquenho ou a Liga Postobón da Colômbia. Azar do repórter inglês que não conhece o Corinthians ou azar de quem tem tanta tradição no futebol e não consegue chamar a atenção do mundo? Pare, pense. O inimigo do progresso de nosso futebol mora em casa.⁸

Comparações idealistas e etnocêntricas como essa são comuns e rotineiras na imprensa esportiva brasileira, em especial na ocasião de confrontos entre os clubes locais e os clubes europeus. Muito se engana, no entanto, quem pensa que tais discursos comparativos entre o futebol brasileiro e o futebol praticado na Europa é algo recente e que se restringe ao raio de ação dos profissionais que concorrem no interior do campo jornalístico. Pelo contrário, esse

⁷ BIRNER, V. Corinthians tem sido mais europeu que o Chelsea. **Lance**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://blogdobirner.virgula.uol.com.br/2012/12/10/corinthians-tem-sido-mais-europeu-que-o-chelsea/>> Acesso 12 jan. 2013.

⁸ PEREIRA, M. Futebol jogado no Brasil não atrai interesse lá fora. Culpa dos brasileiros ou dos estrangeiros? **ESPN/Estadão**, São Paulo, 17 dez. 2012. Disponível em <http://espn.estadao.com.br/post/298586_futebol-jogado-no-brasil-nao-atrai-interesse-la-fora-culpa-dos-brasileiros-ou-dos-estrangeiros> Acesso 12 jan. 2013.

tipo de diagnose se fez e tem se feito presente também em outros campos de produção dos bens materiais e simbólicos ofertados e consumidos no bojo desta sociedade, assim como no entendimento daqueles próprios agentes que fizeram história no contexto de ação futebolístico brasileiro. Um exemplo disso que estamos dizendo pode ser contemplado na figura de João Saldanha que, em seu reconhecido texto “*Subterrâneos do futebol*” publicado no ano de 1963 e relançado em 1980, já demonstrara seu deslumbramento com a estrutura do futebol europeu ou, melhor dizendo, como a forma com que o futebol era gerido na Europa. Notemos como essa ideia transparece de modo ímpar em alguns trechos de seu livro:

Os países da Europa compensam, de certa maneira, suas desvantagens com um treinamento realmente digno de nome, com um material humano portador de melhor saúde hereditária e com uma aplicação estratégica e tática de jogo em nível mais elevado (SALDANHA, 1980, p. 120).

Na Europa, o garoto desta idade, nos países mais desenvolvidos, ainda usa calça-cinta e está na escola. O brasileiro já é um adulto. A vida que leva obriga a que enfrente os problemas como tal (SALDANHA, 1980, p. 120).

O jogador brasileiro é dos que menos duram em atividade, entre todos os de outros países. Nilton Santos e Jair da Rosa Pinto são citados a toda hora porque jogaram muito tempo. Um jogou vinte e quatro anos, o que é excepcional, e o outro já joga há 16 anos. Na Europa existem centenas de jogadores que levaram vinte anos em atividade. E não é nada demais (SALDANHA, 1980, p. 162).

Qualquer time da primeira divisão, onde haja profissionalismo na Europa, tem um treinamento de alta categoria. Alguém poderia argumentar que “nós é que estamos certos e eles errados”. Que nosso espontaneísmo e nossa anarquia é que são bons. A prova é que “ganhamos duas Copas do Mundo pra cima deles”. Isto é absolutamente falso. A anarquia não é forma de desenvolvimento em nenhum setor de atividade humana (SALDANHA, 1980, p. 166).

João Saldanha, é importante lembrarmos, partilha de uma visão de mundo cara tanto ao contexto de ação futebolístico, onde pôde se consagrar como técnico do Botafogo do Rio de Janeiro e da seleção brasileira, quanto ao campo midiático onde atuou como jornalista e cronista esportivo. Seu idealismo, nesse sentido, é devedor a essa dupla socialização. O fato de ter visto e vivido *in loco* alguns problemas que historicamente permearam o futebol e a sociedade brasileira, somado à força social das interpretações teóricas que tomavam de assalto o país, pode ser compreendido como uma condição que levou Saldanha a perceber no futebol europeu e, por extensão, na sociedade europeia, uma fonte exemplar para a modernização do futebol brasileiro. No entanto, essa sua proposta interpretativa, ainda que atenta a uma série de questões fundamentais tal como a dinâmica que suscitou a exploração do trabalho infantil no país, é presa fácil de comentários que podem ser lidos como eugênicos, eurocêtricos e, acima de tudo, perpassados pela crença no “futebol-arte” que aqui supostamente se pratica.



IMAGEM 1 – A corrupção e o jeitinho brasileiro⁹



IMAGEM 2 – Crise no futebol europeu¹⁰

⁹ PITORESCO, E. A corrupção e o jeitinho brasileiro. **Portal da Rádio 97 NEWS FM**, 09 set. 2012. Disponível em: <http://www.97news.com.br/noticias_abrir.php?ct=23&id=9262> Acesso 17 out. 2012.

¹⁰ BIER, A. Crise no futebol europeu. **Associação Grafar**, Porto Alegre, 14 nov. 2008. Disponível em: <http://grafar.blogspot.com.br/2008/11/charge-bier_14.html> Acesso 17 out. 2012.

Se no âmbito, entretanto, da crônica esportiva especializada, essa proposta idealista de comparação entre o futebol brasileiro e o futebol europeu até certo ponto é justificável por conta da passionalidade e falta de distanciamento desses agentes daquilo que se protagonizara e se construía nos limites desse contexto de ação esportivo, bem menos compreensível é a penetração dessas comparações idealistas naqueles estudos de valor e renome acadêmico-científico. Nosso argumento se constrói, portanto, no sentido de demonstrar que ideias como essas se erguem como obstáculo a uma leitura mais sistemática dos processos sociais levados a cabo na sociedade brasileira, sejam esportivos ou não, a partir de uma ênfase analítica nas especificidades estruturais de formação de um país, onde, segundo Souza (2003), reinou a escravatura por quase quatrocentos anos, em um movimento contrário ao que ocorreu, por exemplo, no processo de modernização das sociedades europeias, onde a escravatura se apresentou como uma instituição meramente marginal quando senão ausente.

Para dar conta desse dilema da formação social brasileira é que um intelectual do porte de Florestan Fernandes assentou parte considerável de suas análises numa espécie de ideia de *modernização conservadora*¹¹ com o principal propósito de problematizar a ambiguidade com que se deu a revolução burguesa (encapuzada) no Brasil, isto é, articulando uma dinâmica de modernização técnica alavancada num crescente processo de urbanização e industrialização e assegurando, por sua vez, a manutenção intacta das estruturas de poder e de desigualdade herdadas do período colonial e do sistema escravista. Colocado sob outro aparato conceitual, tratava-se de uma modernização conservadora incrustada em uma revolução burguesa imposta de “cima para baixo” e, portanto, parcialmente (FERNANDES, 2006).

Essa análise empreendida por Florestan iria influenciar decisivamente a produção de vários intelectuais brasileiros nas mais variadas instâncias e áreas de investigação acadêmica. Além disso, nesta obra, por assim dizer, foram lançadas as bases adequadas daquilo que viria a ser denominada de teoria da dependência, teoria essa, cujos pressupostos animariam boa parte da reflexão desenvolvida na chamada *Escola Sociológica Paulista* (ARRUDA, 2001; BASTOS, 2002) e que, para além da área de pensamento social brasileiro, se espraia, em seus devidos momentos, para outros ramos de investigação social tais como a arte, a cultura e, especialmente para área de estudo que aqui estamos discutindo, qual seja, o futebol.

Acontece, entretanto, que temos a impressão de que alguns dos estudos do futebol brasileiro que se pautaram nesse conceito de *modernização conservadora* tal como evocado

¹¹ Até onde sabemos esse conceito foi empregado originalmente pelo sociólogo Barrington Moore Júnior (1975) para pontuar as diferenças dos processos de modernização inglês, norte-americano e francês que culminaram com o desenvolvimento de sociedades capitalistas e democráticas e os processos de modernização alemão e japonês que conduziram à ascendência de regimes fascistas (PIRES; RAMOS, 2009, p. 413).

nos escritos de Florestan, demonstraram unilateralmente, do ponto de vista ontológico, qual seriam os equivalentes desse processo histórico de modernização imposto de “cima para baixo” no contexto de ação futebolístico ou mesmo no esporte de uma forma mais ampla. Em outros termos, esses autores só puderam ou então só tiveram por objetivo perceber o caráter normativo e legal desse ímpeto modernizador do futebol, ou seja, não se atentaram àqueles aspectos menos refletidos da ação social e, sobretudo, à dinamicidade dos atores envolvidos nesse processo. Em contrapartida, os estudos que se ativeram em recuperar a dimensão dos *habitus*¹² dos agentes – no sentido atribuído por Bourdieu (2003a) – possivelmente apenas reforçaram aquelas ideias já legitimadas no sistema de crenças futebolísticas locais.

A fim de averiguar e problematizar algumas das vias pelas quais essas leituras atuam e foram legitimadas no contexto de ação futebolístico brasileiro, impõe-se a necessidade de nos determos com mais afinco a alguns posicionamentos analíticos apresentados por Proni (1998) e Rodrigues (2007). Para tanto, convém reproduzir na íntegra alguns fragmentos e impressões que foram extraídos respectivamente de seus trabalhos:

Finalizando essa seção, é importante frisar que algumas das transformações estruturais mais marcantes do futebol brasileiro ocorreram durante regimes políticos nada democráticos. A intervenção do Estado nesse campo sempre se pautou em princípios corporativistas, resultando no que podemos qualificar como um processo de “modernização conservadora”. Isto porque, ao mesmo tempo que promove a introdução de normas e instituições modernas, o faz sem romper radicalmente com a arcaica estrutura de poder, procurando sempre que possível conciliar os interesses dos diferentes segmentos envolvidos. Além disso, é uma modernização “de cima para baixo”, ou seja, imposta pela vontade do Estado e que não foi discutida pela sociedade organizada. Em suma, o Estado brasileiro exerceu um papel decisivo nos principais momentos de reestruturação do futebol profissional. Tanto a indução ao profissionalismo e a criação do CND, durante a primeira era Vargas, quanto a implantação do campeonato nacional, a regulação da profissão do jogador de futebol e a criação da CBF, durante o período da ditadura militar, podem ser interpretadas como **passos importantes na direção da atualização do futebol brasileiro em relação ao europeu, de um lado, e da busca da vida civil disciplinada e da integração nacional através do esporte, de outro**. Independentemente dos motivos dessa intervenção, o que importa é que, durante os primeiros cinquenta anos de existência, o futebol profissional precisou da tutela estatal para se estruturar e crescer (PRONI, 1998, p. 203-204, os grifos são nossos).

Em relação à modernização do futebol brasileiro pela Lei Pelé, a percepção predominante dos atletas é de que a Lei Pelé modernizou somente alguns elementos do nosso futebol (69%). Trata-se de um dado muito relevante na presente análise, pois defendemos a tese de que a Lei Pelé representa mais uma face da modernização conservadora no Brasil, em que a maioria das mudanças são impostas de cima, na tentativa de preservar interesses de grupos dominantes, tal como entende Florestan Fernandes (1976). No caso do futebol, ocorreu uma reestruturação do futebol para acomodar os interesses dos dirigentes e empresários, muitas vezes em detrimento dos interesses dos jogadores. Para 17% dos jogadores, a Lei Pelé modernizou plenamente o nosso futebol (RODRIGUES, 2007, p. 308).

¹² Em momento oportuno retomaremos com maior acuidade e aprofundamento teórico esta noção.

O conceito de *habitus* nos auxilia nas análises e no entendimento da emergência de novos comportamentos e atitudes profissionais do jogador de futebol, dotado de um *habitus* típico do futebol profissional, empresarial, burocrático. As percepções dos atletas são indícios desse *habitus*, especialmente aquelas relacionadas com a importância dos sindicatos e a conscientização dos jogadores sobre seus direitos. As mudanças no sistema de regulação das **relações de trabalho no futebol europeu criaram condições para o advento de um jogador de futebol mais politizado**, consciente de seus direitos e participativo. O jogador moderno é dotado de uma nova ética, um *habitus* profissional distinto dos comportamentos predominantes na época do associacionismo como padrão de organização dos clubes. **Espera-se que, com o fim do passe, o mesmo aconteça no Brasil** (RODRIGUES, 2007, p. 312, os grifos são nossos).

Como podemos notar nesses trechos, ambos os autores se reportam à *modernização conservadora* do futebol brasileiro deixando transparecer nas entrelinhas o desejo por uma *modernização completa* que, pelo que tudo indica, deveria ter como referente estrutural o futebol europeu. Há, nesse sentido, um idealismo rondando implicitamente esses argumentos, como se o processo modernizador da sociedade europeia e de seu futebol se constituísse em um adequado e eficiente modelo salvacionista a ser copiado com o intuito maior de resolver alguns dos dilemas do futebol brasileiro e, por extensão, da sociedade que o envolve.

Além disso, no interior dessa linhagem parece sobressair a ideia de que o Estado seria um mal de origem no Brasil ao passo que o mercado insurgiria, por excelência, como o “reino da virtude”. Segundo argumenta Jessé Souza (2009), esse esquema de valoração conferido mutuamente ao Estado brasileiro e ao mercado é típico das interpretações que se assentam sobre o paradigma teórico do personalismo/patrimonialismo. Conforme Souza (2006, p. 106), o esquema personalismo/patrimonialismo – imposto como um dos paradigmas interpretativos dominantes da sociedade brasileira – reporta decisivamente ao esforço engendrado por Sérgio Buarque de Holanda em seu clássico texto “*Raízes do Brasil*” publicado em 1936.

Vale a pena acompanharmos como que tal interpretação, até hoje dominante no âmbito das Ciências Sociais no país, ganha forma nos próprios termos de Sérgio Buarque:

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se expressou com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos mais decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e coração – está em que **as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós**. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretender assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 1995, p. 146, os grifos são nossos).

Trata-se de uma passagem bastante conhecida de *“Raízes do Brasil”* e que inclusive deixa transparecer algumas influências que foram exercidas pelas ideias de Gilberto Freyre reunidas em *“Casa-Grande & Senzala”*, de 1933, nessa obra de Sérgio Buarque, em especial no que tange à leitura do personalismo brasileiro constituído no núcleo da família patriarcal, conforme proposto por Freyre (2006). A tese do personalismo repousa no raciocínio de que a forma de viver no trópico, conforme podemos notar na citação anterior, se orienta a partir de laços pessoais, de proteção e de favores em detrimento aos laços impessoais típicos a um processo de *modernização* dito completo. Eis aí o núcleo pré-moderno que supostamente se faria incidir sobre esta sociedade, ao menos no ponto de vista de uma tradição de pensadores entre os quais se incluem Sérgio Buarque, Faoro, DaMatta, dentre outros.

Ocorre que o patrimonialismo para Sérgio Buarque é uma extensão do personalismo, de modo que o autor inspirado numa leitura mais *weberiana* de sociedade aponta que aqui no Brasil não se ergueu plenamente um Estado burocrático, mas um Estado patrimonialista cujo corpo administrativo orientaria suas intervenções a partir de critérios fundados em relações pessoalistas e de favores. Foi com o propósito inclusive de articular teoricamente essa análise que Sérgio Buarque construiu a figura ideal-típica do “homem cordial”, ou seja, de um homem que ao ser moldado pela família acabou também sendo guiado na esfera da política ou da economia por sentimentos primários como amor ou ódio. Holanda, nesse sentido, realizou uma inversão especular da versão “positiva” com que Freyre concebeu a “sociedade singular” que aqui se formou e conferiu-lhe contornos “negativos” de modo que sua interpretação do Brasil ganhou nitidamente uma espécie de “charminho crítico” (SOUZA, 2009, p. 55).

Há que se notar ainda que essa tradição intelectual, segundo Souza (2009, p. 60), se depara com uma curiosa tensão teórica interna já que os indivíduos da sociedade personalista insurgem como “homens cordiais” somente quando atuam no Estado. Por sua vez, quando atuam no mercado, esses mesmos “homens cordiais” são seres virtuosos. Constata-se, deste modo, que a interpretação dominante brasileira ancorada no esquema patrimonialista tende a demonizar o Estado corrupto como “mal de origem” da nação, bastando então apenas corrigir os defeitos da política de Estado para alavancar o desenvolvimento brasileiro (SOUZA, 2009, p. 69). Por outro lado, tende-se, por auto-exclusão, a consagrar o mercado como o “reino da virtude”, ou seja, como instituição que conta com os agentes que produzem, criam empregos e promovem o verdadeiro desenvolvimento do país (SOUZA, 2009, p. 70).

Em que pese, no entanto, esse panorama teórico apresentado, é importante ressaltar que essa primeira linhagem dos estudos socioculturais do futebol no país, ainda que amparada nos pressupostos analíticos incrustados ao binômio personalismo/patrimonialismo, conserva a

relativa particularidade de não associar, por exemplo, os chamados esquemas de corrupção do futebol nacional tão somente à esfera do Estado, mas também do mercado.¹³ Nesse sentido, o “homem cordial”, ao menos no espectro das investigações acerca do futebol no país, também habitaria essa segunda instituição. Observe-se nas palavras de Proni:

Em suma, avaliando atualmente as mudanças introduzidas pela modernização, a lógica do mercado parece ter aumentado a exclusão e ampliado as desigualdades neste campo. **A gestão de clubes e de federações continua marcada, de um modo geral, por denúncias de corrupção e enriquecimento ilícito.** A classe dos jogadores profissionais permanece desunida. **Os times reclamam que são vítimas da ação de empresários inescrupulosos.** O Estatuto do Torcedor tem sido freqüentemente descumprido. Portanto, não foram ainda consolidados os princípios morais que deveriam embasar a construção de uma cultura esportiva condizente com aquele discurso moralizante, e nada indica que isto ocorrerá nos próximos anos (PRONI, 2007, p. 20, os grifos são nossos).

Esse fragmento extraído de outro trabalho de Proni é importante ser evocado porque demonstra que o futebol brasileiro, então regido pela lógica do mercado ainda estaria sendo guiado, segundo a análise do autor, por uma espécie de ética duvidosa e tendente à corrupção. Entretanto, verifica-se um ponto de inflexão decisivo, pois, esse argumento, pelo que tudo indica, já não foi tecido por Proni tão somente a partir do capital de relações pessoais das teorias personalistas que incorpora à sua interpretação sem talvez perceber, mas dos capitais de relações impessoais tais como preconizados na teoria dos campos de Bourdieu.

Não obstante, essas precauções analíticas presentes nos trabalhos de Proni (e também de Rodrigues) com respaldo na tradição teórica *bourdieusiana*, este autor acabou idealizando, talvez sem se dar conta disso, a livre ação do mercado como alternativa para a modernização do futebol no país. Note-se ainda que a matriz inspiradora desse projeto deveria ser o futebol europeu, que, após a Segunda Guerra Mundial, segundo o próprio Proni (1998), “modernizou-se” drasticamente a partir de uma forte onda de influência do capitalismo de tipo liberal norte-americano. Tal modernização, entretanto, não deveria se tratar apenas da cópia de um modelo. Como adverte Rodrigues (2007, p. 239): “Mesmo tendo o modelo europeu como modelo, não devemos simplesmente imitá-lo, sem uma cuidadosa adaptação a nossa realidade”.

¹³ Essa proposta argumentativa, dentre outras possibilidades, pode ser encontrada na pesquisa de doutorado de Aldo Antônio de Azevedo que teve como título “*Dos velhos aos novos cartolas: uma interpretação do poder e das suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa*”. Na referida tese, onde o autor se propõe a abordar a temática do poder e de suas resistências no futebol brasileiro, é desenvolvida a hipótese de que a “velha estrutura” de poder encarnada na figura dos chamados “cartolas” do futebol, ainda que sob outra roupagem, permanece na denominada gestão do futebol-empresa que a partir dos anos 1980 começou a ser perseguida de modo mais incisivo no Brasil e concomitantemente à emergência do discurso modernizador dessa prática esportiva. Argumenta-se que a entrada do mercado nesse “jogo” de interesses reflete apenas uma modernização parcial na estrutura de poder no futebol brasileiro, visto que os dados empíricos acumulados na tese apontam, nos próprios termos do autor, não apenas uma reprodução ou permanência dos “velhos cartolas” no poder, mas a produção de um “novo cartola” do futebol, isto é, a empresa capitalista (AZEVEDO, 1999)..

Em síntese, a defasagem institucional do processo de modernização do futebol no Brasil à luz de uma maior abertura do mercado tangenciada pelas novas propostas legislativas postas em vigor (em especial a Lei Zico e a Lei Pelé), somadas então à remanescência de uma gestão emocional, conservadora, protecionista, familista, tendenciosa à corrupção, ou seja, a apelar, sempre que convir, para o famoso “jeitinho brasileiro”, como podemos entrever em alguns momentos das argumentações de Proni (1998) e Rodrigues (2007), se constituiria em indício insofismável daquilo que, amparados em Florestan Fernandes (2006), tais autores chamaram, talvez equivocadamente, de *modernização conservadora* do futebol brasileiro.

Feitas essas análises e correlações teóricas, convém avançar o argumento e discutir mais detalhadamente um segundo aspecto que predomina nessa linhagem e que, inclusive, mantém conexões íntimas com as interpretações até aqui situadas, qual seja, a ideia muito difundida, em particular no campo midiático e, por extensão, no âmbito do senso comum, de que o futebol brasileiro configura, por excelência, um *locus* de exercício das mais variadas formas de corrupção. Nesse particular, ao confrontarmos essa ideia com as discussões que nos coube desenvolver nas páginas anteriores é passível deduzir uma lógica implícita através da qual o “homem-cordial” – pautado em sua política afetiva e de favorecimento – insurge como agente que impede uma modernização completa do futebol no país. Dito de outro modo, a “natureza” do chamado “homem cordial”, ao se fazer expressar na conduta de algumas figuras emblemáticas que estruturam, de longa data, o contexto de ação futebolístico brasileiro, a saber, dirigentes, técnicos, atletas, árbitros etc., é o que explicaria toda sorte de corrupção que se faria levar a efeito no futebol nacional, corrupção essa, raras vezes pensada pelo ângulo da impessoalidade no Brasil e, com frequência, explicada pela ótica do personalismo.

Oportuno frisar que com essas análises não estamos querendo negar ou recalcar os processos de corrupção passíveis de serem verificados empiricamente na estrutura do futebol brasileiro no decorrer de vários momentos históricos, a propósito de uma dinâmica que vem se fazendo presente e recorrente em qualquer outra sociedade ou mesmo no futebol mundial como um todo. Nosso argumento, portanto, é que a corrupção em si não é um empecilho à modernização do futebol brasileiro, como querem as leituras patrimonialistas, mas, antes de tudo, que constitui uma das faces do próprio processo de modernização do futebol no Brasil, segundo uma lógica comum que mobiliza tanto o centro quando a periferia do capitalismo. Além disso, não podemos concordar com uma leitura arraigada implicitamente na crença em uma espécie de predisposição inata do brasileiro à corrupção, seja ele da elite ou da “ralé”, como se suas razões de agir fossem resultado de uma experiência de modernização desviante e, o que é mais grave, como se somente no Brasil fosse dado um “jeitinho” em tudo.

Assim sendo, o maior inconveniente teórico dessas leituras ao se fazerem incidir sobre o campo de estudos socioculturais do futebol é que por meio delas além de se idealizar e se exaltar a suposta modernização completa levada a efeito no contexto de ação futebolístico europeu, se desconsidera parte das dinâmicas estruturais e simbólicas que foram centrais para emergência do contexto de ação futebolístico brasileiro. Em outros termos, constrói-se uma interpretação discutível de que essas relações não passam de formas pré-modernas, arcaicas e ultrapassadas com que o futebol se faz circular entre os diferentes grupos sociais no Brasil. Mais que isso, elenca-se, em primeira mão, uma série de figuras nacionais como protagonistas de uma corrupção que atrasou e atrasaria o desenvolvimento dessa prática esportiva no país e, como resultado disso, coloca-se em segundo plano a existência de uma rede de corrupção que organiza a distribuição do futebol, em sua feição de espetáculo, pelo mundo.

Essa tradição intelectual que concebe, portanto, a corrupção como o mecanismo maior responsável por atrasar o desenvolvimento dessa prática esportiva no Brasil e por impedir então que ela se construa idoneamente ao futebol europeu tanto no que se refere ao plano objetivo da organização do espetáculo quanto ao plano subjetivo das formas de torcer, tende a assumir um caráter conservador e pseudocrítico, por vislumbrar, por um lado, uma estrutura de modernização do futebol brasileiro que convém mais diretamente aos interesses dos grupos que detém maior volume de capital econômico e por subestimar, por outro lado, o fato de que o futebol em sua condição de produto espetacularizado é monopólio de uma instituição nada transparente a atuar ao lado de outras instituições filiadas que ajudam a regular a lógica de distribuição do futebol no interior dos diferentes países, sejam eles sul-americanos ou então europeus, a partir de preceitos questionáveis e marcados por casos de corrupção, conforme nos aprouve discutir em outro lugar (SOUZA; ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2014).

Na esteira do que está sendo dito, é necessário advertir que essas ideias que emergem das tentativas de compreensão do futebol brasileiro pela ótica personalista muitas vezes se travestem sob a forma de uma mera “teoria da conspiração” que ao se fazer apropriada pelo mecanismo da “falação esportiva” tem ajudado a consolidar – a partir dos códigos simbólico-emocionais próprios ao esporte – uma lógica de expansão do mercado capitalista através da oferta e demanda dos bens culturais, tal como nos mesmos já investigamos em outra ocasião (SOUZA, 2010). Se não bastasse esse mecanismo, essas ideias lançadas pelos intelectuais carregam um “ar de cientificidade” que, em última instância, acaba garantindo a perpetuação delas no tempo e no espaço. A noção de “homem cordial” é exemplo categórico disso, pois ao influenciar decisivamente a produção de Roberto DaMatta que “fez a cabeça do Brasil moderno” (SOUZA, 2006) ao propor uma dinâmica de sociabilidade particular aos brasileiros

a partir de sua conhecida sociologia do “jeitinho”, se assegurou preservada e, por outras vias, contribuindo para legitimar uma das percepções dominantes que se teria do futebol brasileiro no senso comum, nas esferas de produção cultural e no próprio campo acadêmico.¹⁴

Muito antes, no entanto, de DaMatta sistematizar e articular esses preceitos em sua teoria emocional da ação, podemos verificar essas ideias de corrupção fundadas no esquema personalista brasileiro sendo vinculadas em alguns textos bastante conhecidos no âmbito da História e Sociologia do Futebol, a saber, em “*O negro no futebol brasileiro*” de autoria do jornalista e escritor Mario Rodrigues Filho (versão original datada de 1947 e versão atualizada de 1964) e no já referenciado livro “*Subterrâneos do Futebol*” de João Saldanha de 1963. Por sua vez, o historiador Joel Rufino dos Santos em sua “*História política do futebol brasileiro*” de 1981, também corroborou nesse cenário, sobretudo, ao procurar estabelecer homologias entre aqueles acontecimentos protagonizados no mundo político e os acontecimentos então desenrolados no contexto de ação futebolístico brasileiro (SANTOS, 1981).

O que há de semelhante nessas leituras é que ambas recorreram à figura mítica do “malandro” – o equivalente Macunaíma de Mário de Andrade – talvez substituindo a figura “do pioneiro protestante” norte-americano. Note-se bem que muitas situações descritas nos textos de Rodrigues Filho (2002), Saldanha (1963) e Rufino dos Santos (1981) – esquema do jogo do bicho, o famoso “bicho” do futebol, as fugas dos atletas da concentração, as tentativas de suborno, o doping, a atuação dos árbitros e dirigentes etc. – foram explicadas à luz da malandragem e do “jogo de cintura” que supostamente distinguiriam a sociedade brasileira de outras. A nosso ver, portanto, esse tipo de postura analítica, por um lado, tende a folclorizar a corrupção e, por outro lado, elevar o futebol brasileiro à condição de “caixinha de surpresas” no plano do imaginário coletivo. Tal condição, por conseguinte, garante uma notoriedade comercial ao futebol por se tratar de algo potencialmente polêmico e que se aproxima então do cotidiano sensacionalista em que muitas pessoas são/estão socializadas no Brasil.

Mas nem tudo se resume a mera especulação, conspiração e ideologia e, de fato, existe uma série de processos de corrupção empiricamente verificáveis na estrutura futebolística brasileira. Poderíamos nos reportar a vários exemplos bastante emblemáticos. Entretanto, dois fatos merecem uma maior atenção. Em primeiro lugar, devemos mencionar o escândalo que envolveu a arbitragem no Campeonato Brasileiro de Futebol de 2005. Segundo consta, houve

¹⁴ É importante notarmos, de acordo com o sociólogo Jessé Souza (2009, p. 37), que as ideias de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta ou de qualquer outro intelectual ganham o coração e a mente das pessoas não porque esses sujeitos passaram a ler as principais produções desses autores e se convenceram de seus argumentos. O que ocorre é que essas ideias ao encontrarem suportes institucionais e serem apropriadas por grupos sociais dominantes ganham em legitimidade e se convertem em práticas concretas e modos de agir que são espalhados pelo tecido social através do raio de ação dos campos de produção simbólica.

manipulação de resultados com vistas a favorecer apostadores na *internet*. O árbitro Edílson Pereira de Carvalho, então integrante do quadro da FIFA, acabou sendo preso pela Polícia Federal.¹⁵ Um dos efeitos interessantes desse ocorrido é que o mesmo acabou incidindo de forma decisiva sobre o imaginário esportivo nacional no sentido maior de contestar a validade e a suposta transparência do título brasileiro conquistado pelo SCCP na referida ocasião.

Em segundo lugar, é necessário fazer menção à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do futebol requerida em 11 de março de 1999, instalada em 17 de outubro de 2000 e finalizada na metade do ano de 2001 (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 2-3).¹⁶ O motivo principal de convocação da CPI foi apurar a regularidade do contrato firmado por dez anos (1996-2006) entre a multinacional Nike e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). No entanto, acabou-se também descobrindo irregularidades na gestão dos clubes.

Em texto-síntese publicado na Revista *Motrivivência* contendo partes do relatório final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 27 de agosto de 2001, o jornalista e acessor da CPI Carlos Azevedo juntamente com o Deputado Federal Aldo Rebelo que requereu a convocação e presidiu a CPI, afirmaram que o contrato assinado entre a CBF e a Nike conferia um poder absurdamente abusivo à multinacional sobre as decisões concernentes ao selecionado brasileiro de futebol (e, inclusive, às seleções de base e à seleção feminina). As principais conclusões dos autores foram expressas nos seguintes termos:

A CBF foi convertida numa agência de negócios milionários que explora a imagem da seleção brasileira. O dinheiro jorra: em 2001 a CBF recebe US\$ 25 milhões só de patrocínio da Nike e da Ambev. O dinheiro desaparece: o passivo circulante da CBF chega a R\$ 55 milhões e o prejuízo acumulado vai a R\$ 25 milhões. De que forma a CBF tem gastado tanto dinheiro? A função da CBF é promover o futebol do país, desde a seleção principal até o futebol de base. Mas o futebol brasileiro vai de mal a pior: a seleção é uma sombra do passado de glórias; os melhores jogadores são vendidos para o exterior; o futebol de base, de formação de novos craques, está abandonado. Jovens jogadores, exportados em massa, com documentos adulterados, passaportes falsos. Atletas menores de idade são traficados e submetidos à exploração, à fome, doença e até à prostituição em países estrangeiros. **O “sistema” CBF desorganiza o futebol, submete o calendário a pressões de patrocinadores como emissoras de TV, e de interesses políticos; para isso, corrompe dirigentes de clubes e de federações. E culmina com a falência do futebol** (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 18, os grifos são nossos).

Importante observarmos que os autores articularam uma série de fatos em cascata para explicar a crise do futebol brasileiro. Há referências factuais mútuas a processos referentes, por um lado, ao raio de ação e intervenção da iniciativa pública sedimentada na figura do

¹⁵ Para um maior detalhamento ver a reportagem de denúncia publicada na Revista *Veja*: Jogo sujo – a máfia do apito do futebol brasileiro. **Veja**, São Paulo, ed. 1924, pp. 72-80, 28 set. 2005.

¹⁶ Sobre o agendamento midiático desta CPI ver a tese de doutorado defendida por Schmitz Filho (2005).

Estado, em menção a uma série de relações estabelecidas entre a política e o futebol no Brasil a partir de uma perspectiva dialógica que ao longo dos anos vem se revelando uma constante (GUTERMAN, 2009), e, por outro, ao raio de ação da iniciativa privada expressa nas lógicas de mercado. Centraliza-se, além disso, no poder interventor da CBF as principais explicações para a desorganização do futebol no país, o que, não deixa de denotar um interesse implícito em isentar a participação do Estado nesse processo. Segundo o relatório dos autores, A CBF usa o poder a seu bel-prazer tanto que em seu contrato assinado com a Nike, ela concordou com cláusulas que, em prol dos interesses de *marketing* da multinacional, iam contra sua autonomia e, o que é mais agravante, feriam o caráter do esporte como patrimônio cultural brasileiro e o Código de Defesa do Consumidor (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 8).

Além dessas críticas, os autores registram, ainda que sem o devido suporte teórico, um movimento importante no esporte (e na sociedade) mundial que afetou drasticamente as bases de oferta e consumo do futebol moderno. Acompanhemos em suas próprias palavras:

A mercantilização do esporte, e em particular, do futebol criou, nos últimos anos, uma situação nova em que grande fluxo de capitais passou a envolver as atividades esportivas. A venda de direitos de uso de imagem de seleções, clubes e jogadores a empresas de produtos esportivos e outros, a venda dos direitos de transmissão de jogos por TV, rádio, Internet etc.; as transferências de jogadores entre clubes e de um país a outro, tudo isso, somado, superou em muito a antiga fonte de recursos que era a renda resultante da venda de ingressos nos estádios. Numa fase mais recente, grandes grupos de investidores, fundos de investimentos multinacionais inclusive, atraídos pelo potencial econômico do futebol, vêm entrando no setor, patrocinando e tornando-se co-administradores de clubes e jogadores. Esse tipo de interferência, endereçado à busca de lucros e de resultados que valorizem a imagem da marca patrocinadora, tem exercido uma influência que está submetendo o futebol a rápidas mudanças e a distorções. **No Brasil, como a atividade ainda é administrada de forma amadorística e os negócios feitos em grande parte na informalidade, o resultado tem sido uma elevação do grau de corrupção.** E se cria um quadro de contrastes. Por um lado, emissoras de TV, empresas de investimentos e de marketing, empresários e agentes de jogadores, obtêm lucros elevados; boa parte dos dirigentes enriquece pessoalmente; uma minoria de jogadores recebe altos salários. Por outro lado, as entidades e clubes mergulham em crise profunda, chegando em muitos casos à insolvência. A maior parte dos atletas recebe baixos salários e não tem qualquer sistema de aposentadoria. A qualidade do futebol decaiu, os estádios vão ficando vazios. E também abandonados, sem reformas e manutenção, oferecendo pouco conforto e até mesmo tornando-se ameaça à segurança dos torcedores (AZEVEDO; REBELO, 2002, p. 1, os grifos são nossos).

É possível observar, mais uma vez, e por intermédio de um discurso efetivamente legalista, aquelas ideias caras e familiares às tensões supostamente postas entre liberalismo e patrimonialismo sendo acionadas em um tom visivelmente conservador. Azevedo e Rebelo (2002), percebem que as mudanças globais no futebol, provocadas pelo mercado, coincidem com interesses unilaterais e que aqui no Brasil, por conta de uma gestão informal e amadora,

esses interesses chegam a um nível extremo e resultam em uma corrupção que impede o desenvolvimento do futebol e o retorno ao “passado de glórias” como parecem idealizar na penúltima citação. O grande impasse desse tipo de leitura, ainda que a mesma perceba com perspicácia a corrupção como algo que reporta tanto à esfera do mercado quanto do Estado, é não estar atenta ao fato de que a corrupção se especializa e se refina na medida em que o sistema social se torna mais diferenciado ou que o processo civilizador toma um curso não antes conhecido, e isso seja em qualquer sociedade ou em qualquer esfera social.

Esse tipo de reconstrução teórica da realidade foge, entretanto, ao alcance de Azevedo e Rebelo, o que é perfeitamente compreensível até por conta do *habitus* que partilham e dos interesses que permeiam suas visões de mundo. Além disso, ainda que percebam algumas rupturas importantes no campo esportivo, esses agentes – suficientemente socializados no universo de representações hegemônicas acerca do futebol no Brasil – se movem segundo o “cordão invisível” que liga intelectuais, políticos, jornalistas, cronistas e a sociedade civil em torno de uma crença personalista que projeta o “malandro” e seu famoso “jeitinho” como elementos estruturantes da política nacional e que, portanto, teriam possibilitado no máximo que se impusesse um processo de *modernização conservadora* no futebol brasileiro.

Imprescindível frisarmos que o campo midiático no Brasil, como em qualquer outra sociedade moderna, muito embora não seja o *locus* que produz originalmente essas ideias, tem um papel importante na generalização dessas mesmas ideias para a sociedade civil. Gurgel (2004, p. 33), aponta que nesse contexto da CPI, o discurso preponderante na mídia deixou de se pautar no ideal modernizador decorrente da maior flexibilização do futebol brasileiro às lógicas de mercado e, como resposta, passou a defender uma moralização do futebol no país em razão da crise decorrente com as denúncias de corrupção e, sobretudo, com a CPI.

Apesar, no entanto, desse deslocamento visualizado no discurso midiático, esse campo como condutor de ideias produzidas em outras esferas culturais, apenas devolve aos agentes, sob uma aparência de conhecimento de causa, aquilo que eles, no final das contas, já esperam ouvir por conta do processo de socialização cultural a que são submetidos desde os primeiros vínculos que constroem com essa prática esportiva, isto é, que o futebol no Brasil é espaço frutífero para o exercício da corrupção; que as resoluções de conflito no contexto de ação futebolístico se dão de modo somente personalista; que o futebol no país não se moderniza; que o futebol é um negócio que interessa efetivamente a poucos etc. Note-se que essas leituras presentes no senso comum, a despeito das influências exercidas por aqueles que formam a opinião pública no país, reforçam a ideia de desvio do futebol brasileiro em relação ao futebol europeu, se constituindo em correspondentes ontológicos da teoria patrimonialista.



IMAGEM 3 – Brasil é medalha de ouro em corrupção¹⁷



IMAGEM 4 – No país do futebol e da corrupção...¹⁸

¹⁷ EVANGELISTA, E. R. Brasil é medalha de ouro em corrupção. **Humor político**, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/brasil/brasil-e-medalha-de-ouro-em-corrupcao/>> Acesso 17 out. 2012.

¹⁸ PATERNOSTRO, J. A corrupção e o jeitinho brasileiro. **Humor político**, 05 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/corrupcao/pais-do-futebol-e-corrupcao/>> Acesso 17 out. 2012.

Em que pese, no entanto, essa lógica de retroalimentação mútua que se parece firmar entre os quadros interpretativos pintados acerca do Brasil moderno e a esfera do senso comum de onde emana uma quantidade de material empírico que posteriormente irá corroborar essas análises teóricas, é necessário ressaltar que ao adotarmos essa linha de raciocínio crítica tal como aqui delineada, não estamos negando que existam rupturas no futebol brasileiro e que essas tenham correlações com o que acontece na esfera política, econômica ou então no campo midiático. Nossa reserva, pelo contrário, reside na forma com que essas rupturas são explicadas na esfera da ciência, por conta da penetração insidiosa de crenças que fazem o senso comum e que reportam aos esforços dos principais intérpretes da sociedade brasileira que, como vimos, ajudaram a construir, muitas vezes sem o terem consciência profunda disso, um projeto de nação e sociedade fundado no esquema personalista/patrimonialista.

Não obstante esse caráter ideológico aludido, devemos destacar que um dos principais méritos apresentados por essa primeira “família intelectual” aqui problematizada na condição de uma das mais duradouras linhagens de pensamento da Sociologia do Futebol brasileiro é analisar os processos sociais e culturais protagonizados no contexto de ação futebolístico tal como estruturado no país, à luz das duas principais instituições que orientam e dão suporte à vida moderna, a saber, o Estado centralizado e o mercado competitivo. Esse tipo de orientação metodológica, entretanto, não é suficiente para mascarar o fato de que os representantes dessa linhagem no âmbito acadêmico ainda continuam presos àquelas análises que, em sua vertente conservadora, liberal ou mesmo progressista, tendem a pensar o Brasil e sua experiência de modernização enfatizando justamente as imagens do atraso e desvio em relação ao centro do capitalismo mundial e, o que é preocupante, explicando tal processo a partir de uma série de categorias pré-modernas a exemplo das noções de “homem cordial” e “jeitinho brasileiro”.

Nunca é demais ressaltar que essa filiação introspectiva não é percebida pelos autores, o que, em última análise, acaba demonstrado a força com que essas categorias de pensamento se espriam para as variadas esferas constituintes da sociedade brasileira. De fato, é difícil romper com esse conjunto de ideias, especialmente por conta dos agentes serem socializados, desde tenra idade, nessa estrutura de pensamento que, tal como procuramos argumentar, se faz devedora a leituras e interpretações que ecoam e ressoam sob diversas formas nos mais diferentes campos culturais. A construção parcial, portanto, da realidade social brasileira com base nas ideias-força de uma série de intelectuais dominantes tem potencialidade para explicar porque tais estudiosos do futebol pertencentes a essa primeira linhagem, ainda que amparados no referencial teórico de Bourdieu, para quem a vida moderna se constrói e se sedimenta impreterivelmente a partir de relações de disputa por capitais impessoais (a saber, o capital

cultural e o capital econômico), são levados em vários momentos de suas argumentações a tecerem uma infinidade de análises idealistas fundamentadas no complexo núcleo de tensões e relações que, ao longo da história, foram estabelecidas na área do pensamento social brasileiro entre o patrimonialismo/personalismo e o liberalismo do tipo político e econômico.

Como última observação, convém destacar que essa linhagem teórica, ao se centrar nesse programa analítico que procuramos restituir ao longo do capítulo, acabou firmando uma espécie de relação de neutralidade com os conflitos sociais mais amplos. A bem da verdade, ao dar ênfase às tensões firmadas entre um núcleo de formação societária pré-moderna – marcada, como se crê, pela corrupção – e outro núcleo de formação societária moderna – na qual supostamente se faz valer a transparência dos atos e instituições –, os conflitos sociais e, em particular, os conflitos de classe foram sendo secundarizados nessas explicações, ao menos no domínio dos estudos que revisitamos. Por conseguinte, ao idealizar um maior espectro de ação do mercado no contexto futebolístico brasileiro a propósito de uma dinâmica que se desenrolou no futebol europeu sem imputar, talvez, maiores prejuízos aos grupos sociais que lá usufruem dessa prática esportiva, essas interpretações no caso de uma sociedade periférica como a brasileira, onde a dinâmica dos conflitos sociais tem suas particularidades relativas, acabam condizendo com os anseios de determinado grupo social que vislumbra um espetáculo futebolístico cada vez mais moderno e, ao mesmo tempo, mais restrito.

Por não levar em conta então esses efeitos políticos que uma modernização estrutural do futebol brasileiro aos exatos moldes europeus representaria no âmbito das relações entre os diferentes grupos sociais, acentuando ainda mais as desigualdades de oportunidade entre os que fazem e os que consomem o espetáculo futebolístico no país, é que os adeptos dessa linhagem se permitiram idealizar a necessidade imperiosa de um processo de modernização do futebol brasileiro mediante a lógica europeia, como se isso já não estivesse em marcha, mas segundo uma lógica que não é exclusivamente da Europa, mas do capitalismo mundial. Ao centrarem, além disso, seu escopo analítico nesses processos, essa “família intelectual” acabou não se atendo ao modo com que determinados aspectos simbólico-emocionais, para além do mito do “homem-cordial” e da “cultura do jeitinho”, foram sendo então acionados nas relações que os diferentes grupos sociais construíram ao largo do processo de emergência e consolidação do contexto de ação futebolístico brasileiro. Essa particularidade analítica, todavia, não é cara tão somente a essa linhagem e se faz notar também na “família intelectual” *marxista*, ainda que por outras vias, tal como problematizaremos a seguir.

CAPÍTULO 2

A CRÍTICA CULTURAL DE ESQUERDA E A TESE DO FUTEBOL COMO “ÓPIO DO POVO”

No seio de uma formação social onde a reflexão crítica sistemática acerca da realidade tende a ser privilégio de poucos, é condição recorrente vermos uma tradição de pensamento tal como a *marxista* ser evocada a partir de uma apropriação ortodoxa ou então reestilizada para explicar as desigualdades ou qualquer outro tipo de processo social levado a cabo neste tipo de formação societária (SOUZA, 2009). Isso, dentre outras coisas, ocorre porque essa linhagem intelectual, na condição de perspectiva teórica pioneira do ponto de vista analítico das bases materiais estruturantes da sociedade, ajuda a desvelar uma série de contradições que sustentam o sistema capitalista e, em se tratando de uma sociedade como a brasileira, onde a distância entre uma elite letrada e uma “ralé” reduzida a corpo é quase intransponível, esse tipo de análise, em determinado período histórico, desempenhou um papel importante.

Acontece, no entanto, que os efeitos sociais exercidos por uma matriz teórica onde a renda material é percebida quase sempre como a causa e nunca como efeito da produção diferencial dos seres humanos, acabou se demonstrando problemática no contexto de um país como o Brasil pela razão maior da leitura economicista do mundo soar mais conveniente aos interesses de determinados grupos do que outros. De modo mais preciso, a proposta de análise *marxista* do mundo social, no que diz respeito à justificação da abissal desigualdade que move o país, permitiu a determinados grupos, metaforicamente falando, tirar um peso de suas costas e, amparados na ideologia do mérito individual que alega conferir as mesmas oportunidades a todos os indivíduos, culpabilizar as próprias vítimas por suas condições de fracasso.

A principal consequência prática disso que estamos argumentando para efeitos de compreensão de uma realidade complexa como a brasileira, é que uma proposta interpretativa que se fundamente objetivamente na divisão entre as classes que tem dinheiro e as classes que não tem dinheiro, acaba adquirindo, num contexto de tamanha desigualdade e opressão como o brasileiro, contornos de uma teoria pseudocrítica porque ao se associar intimamente com a ideologia do desempenho individual ou, melhor dizendo, com a lógica da meritocracia, a teoria *marxista* da sociedade naturaliza e essencializa as divisões do mundo social e, o que é

mais grave, corrobora para que essas divisões sejam percebidas apenas como resultado de um jogo cujas regras se pautam na lógica de acumulação econômica (SOUZA, 2009). Os efeitos teóricos que tal forma de compreensão do mundo desempenham no entendimento da realidade social brasileira são mais bem dimensionados nas palavras de Jessé Souza:

[...] quando a ciência toma da religião a “autoridade legítima” para falar da sociedade e da vida social, são concepções científicas, ou melhor, pseudocientíficas como o economicismo que permitem que os privilegiados desfrutem de seus privilégios como coisa “justa” e “devida”. Na sociedade moderna – e mais ainda numa sociedade “seletivamente modernizada”, como a brasileira, onde só o que conta é a economia, o dinheiro e as coisas materiais que se pegam com a mão – é a percepção economicista do mundo que permite a legitimação de toda espécie de privilégio porque nunca atenta para as condições sociais, familiares e emocionais que permitem tanto a gênese quanto a reprodução no tempo de todo privilégio de classe (SOUZA, 2009, p. 21).

Como podemos depreender do excerto, a interpretação economicista do mundo produz uma espécie de marasmo social que encobre muitos conflitos, especialmente porque o ato de pensar a sociedade como formada por configurações de *homo economicus*, isto é, de agentes racionais que calculam plenamente suas chances na luta por recursos escassos e que, para tanto, competem segundo regras tidas como justas e iguais para todos, acaba escondendo aqueles fatores psicossociais que estão por detrás e são necessários para conquistar a renda diferencial (SOUZA, 2009, p. 17). Mobilizada ao lado da leitura teórica patrimonialista que se faz imperar no Brasil, os efeitos ideológicos da abordagem economicista são maximizados e os reais fatores que permitem a reprodução cotidiana de uma classe de privilegiados, por um lado, e de uma classe de desprivilegiados e desclassificados, por outro, são obscurecidos.

No que versa, portanto, ao encobrimento das causas (irrefletidas e intangíveis) que estruturam a desigualdade social em uma das sociedades mais injustas do planeta como a brasileira, nos parece insofismável a parcela de contribuição legada pelo economicismo. Mas os problemas não se encerram por aqui e muito embora devamos admitir que as implicações político-ideológicas da interpretação economicista do mundo, de fato, incidem de uma forma muito mais aguda e deletéria na percepção e tratamento do fenômeno da desigualdade social, não podemos deixar de frisar que essa leitura reducionista de uma realidade devidamente complexa como a brasileira também se estende para outras esferas sociais, da qual o esporte e, em especial, o futebol seria um dos desdobramentos possíveis e mais emblemáticos.

É necessário destacarmos que o economicismo em sua acepção puramente (neo)liberal ou então em sua vertente onde os preceitos liberalistas são combinados muitas vezes com os pressupostos patrimonialistas que se impuseram como interpretação dominante no Brasil tanto

no âmbito escolástico quanto no nível do senso comum que se faz valer nos diferentes campos de produção cultural, entenderá, em primeiro lugar, o futebol como um espaço social que se distingue e se notabiliza pelas grandes transações mercantis que movimenta e, em segundo lugar, que aqui no Brasil, haveriam resistências locais garantidas pela vigência de um poder pessoalista resultante de heranças pré-modernas nessa formação histórico-social, impedindo que essa prática esportiva pudesse se adequar plenamente à lógica do mercado. Isso foi o que sugerimos ao retomar a primeira linhagem da Sociologia do Futebol brasileiro.

Há, no entanto, a necessidade de acrescentar o comentário de que essa linhagem de pensamento tal como problematizada no capítulo anterior, acabará atribuindo, a propósito do que também ocorre com os estudos *marxistas* – ainda que por razões distintas –, um valor explicativo superestimado ao fator econômico de forma que o futebol brasileiro, sua estrutura e os processos a ele específicos serão tendencialmente vistos por uma ótica unilateral. Em outros termos, o futebol no país terá a complexidade de suas dinâmicas estruturais reduzidas à dimensão das lutas econômicas. Nesse particular, vários processos sociais como a corrupção, a emergência do clubismo, a suposta defasagem da modernização do futebol brasileiro etc., tenderão a serem lidos a partir do giro solitário e desproporcional do capital econômico, o que equivale, por exemplo, a explicar a desigualdade social a partir do Produto Interno Bruto (PIB) e da distribuição desigual de renda ou, na visão dos intelectuais *marxistas*, a partir do lugar que indivíduos ou classes de indivíduos ocupam no sistema de produção.

É verdade que os intelectuais adeptos das diferentes variações de marxismo tiveram o mérito de fazerem a crítica ao capitalismo do tipo liberal pautado na livre ação do mercado, o que, em seu tempo, representou um avanço significativo para as Ciências Sociais. Mesmo, inclusive, alguns dos autores que se enveredaram por explicações que sofreram influências das tensões colocadas entre liberalismo e patrimonialismo no Brasil, muitas vezes estiveram atentos ao movimento legitimador das desigualdades por conta da expansão do mercado. É o caso, por exemplo, de Proni (1998) que se reporta a tais ambiguidades inerentes à colonização das diferentes áreas da vida pelo poder das relações mercadológicas:

Nas mais diferentes áreas da vida social se estabelece essa lógica – a da livre concorrência, que produz vitoriosos e vencidos, que divide os “jogadores” segundo seus méritos e habilidades. Só que a competição “pura”, “leal”, livre de barreiras e monopólios, é uma ilusão. O ponto de partida não é o mesmo para os competidores. Os mercados são dominados por uns poucos. A liberdade é meramente formal. O direito de participar da primeira divisão é propriedade de uma minoria. A desigualdade é crescente. E, ao contrário do campo esportivo – onde, idealmente, finda a competição tudo é “zerado” e se restabelece a igualdade – no campo econômico a disputa pode terminar com o descrédito e a falência de uns e a maior concentração do poder nas mãos de outros (PRONI, 1998, p. 245).

Como é passível ser notado, Proni (1998) apesar de não conceber o mercado apenas como virtude e apontar para alguns dos paradoxos que perpassam essa instituição moderna, fundamentou sua crítica ao processo de modernização do futebol brasileiro – que a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 experimentou, segundo considerações tecidas por ele próprio, uma reestruturação acompanhada do advento de uma mentalidade empresarial na gestão dessa prática esportiva – atentando simplesmente para os critérios econômicos que resultariam em potencial de poder. Dito de outro modo, Proni (1998) mesmo que ponderando os efeitos ambíguos do mercado, especialmente acentuados em sociedades periféricas como a brasileira, só dimensionou-os em termos estritamente financeiros e monetários de modo que seu argumento, no que se refere a esse quesito específico, tende ao materialismo.

Em que pese, todavia, esse adendo teórico, é oportuno advertir que os efeitos sociais mais contundentes que talvez se manifestem no espaço social no tocante à interpretação dos sentidos e significados imputados ao futebol a partir dessa proposta de leitura, não irão se estabelecer em função do poder de convencimento inerente à rotinização das ideias que sustentam a primeira linhagem dos estudos sociológicos do futebol no Brasil, até porque as análises que foram edificadas por essa primeira “família intelectual” cumprem, a princípio, e conforme já discutido na seção anterior, o papel de difundir a ideia de que o futebol brasileiro em termos de gestão e de qualidade do espetáculo como um todo estaria sempre atrasado em relação ao futebol europeu e, além disso, que esse *locus* seria, por excelência, um espaço de interesses e de exercício de uma corrupção supostamente peculiar ao Brasil.

Nesse particular, as teses estruturadas na primeira linhagem da Sociologia do Futebol brasileiro acabam por se fundamentar nesse tipo de interpretação economicista dos fatos com vistas, sobretudo, a legitimar a própria interpretação racionalista que projeta acerca do futebol no país e na qual o novo arranjo do mercado, identificado e caracterizado especialmente pelo desenvolvimento e pela profissionalização do *marketing* e da administração esportiva, estaria conduzindo o futebol brasileiro, a exemplo do que acontece no futebol mundial como um todo no contexto de globalização da economia e da cultura, ao caminho sem volta do “mundo dos negócios” e da mercantilização dos sentimentos e das emoções esportivas.

Acontece que esse tipo de interpretação do futebol quando apropriada pela tradição crítica *marxista* acaba por elevar essa prática esportiva – o que não é exclusividade do futebol e recobrada, inclusive, a respeito de outros artefatos e bens culturais – ao nível de uma esfera impregnada pela lógica capitalista percebida essencialmente como uma realidade objetivada em função da distribuição da renda dos indivíduos decorrentes do lugar que ocupam no sistema de produção. A linha de raciocínio desenvolvida evidencia então uma espécie de

relação de causa-efeito entre o futebol e a sociedade capitalista moderna no qual o mesmo está inserido, pois se o futebol é tão somente reduzido a interesses puramente econômicos assim como a sociedade que o comporta, nada mais óbvio e natural, segundo argumentam os porta-vozes do marxismo no mundo acadêmico, que essa prática se constitua como um mero reflexo das “lutas econômicas” que tem origem mutuamente na própria infra-estrutura e estrutura que ampara esse tipo de sociedade sem precedentes na história.

O futebol visto por esse ângulo crítico situar-se-ia então na superestrutura do sistema capitalista e inserido, portanto, em um esquema de dominação ideológica e institucional pelo qual se manteriam intactas as estruturas de poder decorrentes, segundo a abordagem *marxista* em suas mais diferentes roupagens, da distribuição desigual da renda necessária para se ter acesso aos recursos escassos. Importante notarmos, sem mais delongas, que a partir dessa perspectiva analítica é que posteriormente se sobredeterminaria a difundida tese do futebol como “ópio do povo”, ou seja, como prática que funcionaria supostamente na condição de um “solvente” das massas e tendo por principal função diminuir a força política dos agentes na medida em que os inculca uma falsa e ilusória consciência da realidade. O futebol, nesse caso e a despeito das características que do ponto de vista psicossocial partilha com os demais esportes, surgiria então como um *locus* apto a desviar a atenção dos agentes das contradições sociais mais básicas, causando inércia, conformismo e um falso sentimento de unidade.

De acordo com Bracht (2005), esse tipo de crítica do esporte como uma instituição meramente burguesa faz-se reportar aos esforços analíticos daqueles autores que integraram a chamada Escola de Frankfurt ou, em termos mais precisos, aos esforços empreendidos por autores como Adorno, Horkheimer ou então Marcuse no sentido de compreenderem o papel ocupado pelos produtos culturais em uma formação societária de base capitalista.¹⁹ Note-se que tais autores jamais realizaram uma análise exaustiva do fenômeno esportivo moderno à luz de seus constructos teóricos e tampouco podemos dizer que esse era o escopo original que os instigou a edificarem suas estruturas de análise metateórica. Ao invés disso, tais autores sistematizaram uma abordagem crítica da produção cultural e intelectual no mundo capitalista

¹⁹ Em um texto de 1947, intitulado “*Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*”, Adorno e Horkheimer procuraram discutir as atividades de lazer e as próprias práticas esportivas de uma forma muito generalista e passageira sob o ângulo crítico daquilo que viriam a denominar de “indústria cultural”. Ver: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 113-156. Já no livro “Palavras e Sinais”, mais precisamente no capítulo onde se discute o tempo livre, essas relações também foram tematizadas por Adorno. Ver, nesse propósito: ADORNO, T. W. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. Para um melhor entendimento da proposta de análise preconizada pela chamada Teoria Crítica do Esporte (TCE), ver: VAZ, A. F. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. *Caderno Cedes*, Campinas/SP, n. 48, pp. 89-108, ago. 1999; VAZ, A. F. Técnica, Esporte, Rendimento. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 7, n. 14, pp. 87-99, 2001.

assim como da racionalidade técnica estruturante dessa ordem e ao fazerem isso forneceram apontamentos para que outros estudiosos estendessem suas teses para pensar o esporte.

Ainda em conformidade com Bracht (2005, p. 29), esse tipo de apropriação teórica, no caso da Alemanha, se traduziu nos trabalhos de Rigauer, Vinnai e Böhme ao passo que na França um projeto similar foi verificado nos trabalhos de Brohm e Laguillaumie. Há, no entanto, que se ressaltar que se na Alemanha as teses sustentadas pelos teóricos da Escola de Frankfurt ressoaram com magnitude no âmbito dos estudos e recensões teóricas produzidas acerca do esporte, na França, por sua vez, as influências teóricas mais marcantes no sentido de fazer valer a crítica de fundamentação *marxista* do esporte foram fundamentadas nas teses de Louis Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado.²⁰ O próprio Brohm, inclusive, ao propor uma genealogia da teoria crítica do esporte na França, da qual, ao lado de Ginette Berthaud e Pierre Laguillaumie, é um dos principais precursores, aponta a centralidade do pensamento de Althusser nesse campo de estudos ao comentar que:

[...] la Théorie critique a tenté de montrer que **le sport de compétition**, loin d'être une inoffensive marchandise de l'industrie de l'amusement, était fondamentalement un **appareil idéologique reproduisant les structures et superstructures du capitalisme d'État**, qu'il soit d'inspiration libérale ou d'inspiration bureaucratique totalitaire ("socialiste"). C'est cette thèse qui fut la matrice théorique de la Théorie critique et c'est cette thèse qui fut évidemment – et est encore – la plus contestée, aussi bien par les nombreux admirateurs du socialisme d'État que par les divers courants sociologiques "apolitiques" – des bourdieusiens aux postmodernes cyniques, en passant par les empirio-positivistes, l'interminable cortège des "humanistes" réformateurs ou les historiens auto-distingués des pratiques sportives. (BROHM, 2006, p. 81, os grifos são nossos).²¹

De fato, e tal como passível de entrever do presente excerto, a teoria crítica do esporte, ao menos na França, se fez fundamentalmente devedora à apropriação *marxista* presente na

²⁰ No livro *"Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado"*, Althusser em três oportunidades categoriza o esporte como um Aparelho Ideológico de Estado (AIE), sendo que em uma delas menciona o futebol. Não obstante essa retomada, Althusser, Assim como, por exemplo, os teóricos da Escola de Frankfurt, acaba não realizando uma análise mais minuciosa e sofisticada do fenômeno esportivo com base em suas formulações teóricas e, ao invés disso, apenas o cita pontualmente como um exemplo possível. Na página 44 da edição portuguesa do livro aqui em apreço, o autor francês situa o esporte como instituição que a exemplo das Letras e Belas Artes funcionariam como AIE cultural. Já na página 63, Althusser se refere novamente ao AIE cultural e entre parênteses se reporta ao papel do desporto no chauvinismo. Por fim, nas páginas 87-88, o autor contextualiza um pequeno desafio de futebol numa sociedade desportiva como um ritual inscrito no seio da existência material do AIE. Ver, nesse sentido: ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

²¹ [...] a teoria crítica tenta mostrar que o esporte de competição, longe de ser uma mercadoria inocente da indústria do entretenimento, é fundamentalmente um aparelho ideológico que reproduz as estruturas e superestruturas do capitalismo de Estado, seja ele de inspiração liberal ou de inspiração burocrática totalitária ("socialista"). É esta tese que foi a matriz teórica da teoria crítica e é esta tese que foi, evidentemente – e ainda é – a mais contestada, tanto pelos numerosos admiradores do socialismo de Estado quanto pelas várias correntes sociológicas "apolíticas" – dos bourdieusianos aos cínicos pós-modernos, passando pelos empírico-positivistas, pela série interminável dos "humanistas" reformadores ou pelos historiadores autodistinguidos das práticas esportivas (tradução livre).

obra de Althusser assim como à circulação de seu próprio pensamento e, acima de tudo, de sua teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Se na Alemanha, portanto, é correto dizer que as produções de Bero Rigauer e de Gerhard Vinnai – dois importantes estudiosos alemães que se dedicaram à Sociologia do Esporte – foram decisivamente influenciadas pelas leituras críticas empreendidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, o mesmo, em que pese as devidas particularidades, também se aplica à obra de Jean-Marie Brohm intimamente marcada pelo peso da teoria sistematizada por um filósofo de seu país, qual seja, Louis Althusser.

Evidentemente que os sistemas de pensamentos não são enclausurados e fechados em si, como se, por exemplo, as teorizações de Adorno e Horkheimer sobre a “indústria cultural” não tivessem feito eco na França em determinado contexto ou como se a teoria de Althusser, de igual modo, não encontrasse leitores e adeptos na Alemanha ou em outro país qualquer. O que subjaz, portanto, a esse entendimento é que a conformação de uma perspectiva de análise crítica do esporte, fundamentada nas apropriações, retraduições e descobertas de novos usos da teoria *marxista*, transcende as fronteiras nacionais de modo que, em termos metodológicos, a conduta mais adequada para se problematizar essa linhagem de pensamento no contexto dos estudos do esporte e, num segundo momento, no âmbito da Sociologia do Futebol, é retomar essas obras e textos em seu conjunto e estabelecer uma proposta de discussão pautada em um critério que ao invés simplesmente de demarcar genealogias vise estabelecer aproximações e distanciamentos e restaurar similitudes e diferenças entre as ideias dos diferentes autores.

Esse tipo de postura nos permite pensar, por exemplo, o modo com que a teoria crítica não só do esporte, mas de vários outros artefatos culturais e da sociedade como um todo, foi sendo recebida e redimensionada no Brasil e, mais que isso, as maneiras pelas quais essa proposta de entendimento do fenômeno esportivo ganhou as mentes das pessoas comuns tornando-se assim uma das interpretações hegemônicas do esporte no país, a exemplo do que aconteceu primeiramente na Europa e, em seguida, em outras regiões do mundo. Na esteira desse inventário, é necessário então chamar atenção especial para o fato de que a chamada crítica cultural de esquerda endereçada ao esporte no Brasil foi se constituindo tanto por via das influências teóricas alemãs quanto também das influências teóricas francesas, em um movimento contínuo, com uma ruptura mais ou menos datada que remonta ao contexto de Abertura Política no Brasil e ao fim da Ditadura Militar em março de 1985.

Tal perspectiva de leitura crítica do mundo social devedora, sobretudo, a um processo, muitas vezes não plenamente racionalizado, de importação de ideias que em determinados contextos históricos e políticos fizeram mais sentido que em outros, não se trata, no entanto, de uma movimentação epistemológica que seja cara tão somente ao domínio do esporte e do

lazer. Trata-se de uma apropriação que passa pelo campo dos estudos educacionais, políticos, culturais etc., além de não se confinar tão somente aos cercos do universo acadêmico e, ao invés disso, movimentar a intelectualidade do país como um todo e os mais diversos porta-vozes que concorrem no interior dos campos culturais com vistas a pleitearem a imposição de uma determinada visão de mundo, por ora tida como mais adequada e suficiente no intuito de responderem as angústias coletivas, em detrimento de outras frentes analíticas.

A título de exemplo do que está sendo dito e direcionando nosso foco de atenção para certa interpretação crítica do esporte que, num momento histórico bastante específico, foi assumida por determinado setor da intelectualidade da Educação Física brasileira, convém nos reportarmos ao texto *“A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista”* publicado por Valter Bracht em 1986 na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). Esse texto, trazido à tona então num pleno contexto de efervescência política, marca o descontentamento de determinado grupo de pesquisadores com relação à reprodução do esporte-rendimento e dos valores dominantes a ele atrelados na Educação Física escolar.

Brevemente falando, Bracht (1986), em um primeiro momento de seu texto, questiona duramente os posicionamentos positivo-funcionais assumidos por alguns pesquisadores frente às supostas contribuições que o esporte desempenharia no processo de socialização das crianças nas aulas de Educação Física protagonizadas no ambiente escolar. Contrário a essa abordagem que enfatiza os elementos funcionais em detrimento dos disfuncionais, Bracht (1986) constrói a segunda parte de seu argumento enfatizando, em tom marcadamente irônico, que o esporte, de fato, contribui para socializar as crianças, mas em um esquema de percepção da realidade que não leva ao questionamento da ordem vigente e sim ao acomodamento. Por fim, o autor, em diálogo com a pedagogia crítico-social dos conteúdos, sugere que uma atitude pedagógica do esporte que se apeteça transformadora deve levar particularmente em conta os interesses da classe trabalhadora de modo à “[...] possibilitar através desta pedagogia que estes indivíduos possam analisar criticamente o fenômeno esportivo, situá-lo e relacioná-lo com o contexto sócio-econômico-político e cultural” (BRACHT, 1986, p. 66).

Como vemos, trata-se de uma interpretação *marxista* do fenômeno esportivo até certo ponto bastante ortodoxa e fiel à abordagem teórica de Bero Rigauer que, por sinal, segundo aponta Almeida (2013, p. 208), orientaria a tese de doutorado que Bracht, quatro anos após a publicação do seu texto aqui em apreço, defenderia no ano de 1990 na Alemanha sobre as relações entre esporte e política no Brasil. Posicionamentos como esse, diga-se de passagem, ressoariam no livro que Bracht alguns anos mais tarde publicaria com o título *“Educação Física e aprendizagem social”* (BRACHT, 1992) bem como no livro *“Metodologia do Ensino*

de Educação Física”, datado de 1992 e assinado por um coletivo de autores entre os quais Bracht estava incluído (SOARES et al., 1992). Importante notar que muito embora seja possível que no decorrer de sua trajetória acadêmica Bracht ou mesmo algum outro membro que participou do Coletivo de Autores, tenha reconsiderando algumas de suas posições, o fato é que as ideias, independentemente dessa tomada de posição, não deixam de exercer sua eficácia social e, do ponto de vista da crítica *marxista* ao esporte, tais autores do campo da Educação Física tiveram sua contribuição para legitimar essa interpretação teórica no país.

Deixando agora de contextualizar mais amplamente o esporte tal como retomado pelo crivo teórico *marxista* e retornando novamente à análise de como o futebol foi tratado pela teoria crítica do esporte, compete ressaltar que o esforço pioneiro no sentido de se sistematizar as proposições teóricas *marxistas* para explicar a circulação social do futebol no Brasil foi encabeçado pelo pesquisador Roberto Ramos em seu livro “*Futebol: ideologia do poder*” de 1984. Em tal livro organizado em duas partes, o autor apresentou, em primeiro lugar, o seu referencial teórico e, sem seguida, estabeleceu algumas hipóteses que foram testadas a partir de material empírico coletado na cidade de Porto Alegre entre abril e outubro de 1983. Em termos das hipóteses elaboradas para o seu estudo, Ramos afirma categoricamente que:

a) O futebol é um aparelho ideológico do Estado. Apresenta uma sociedade capitalista sublimada. O futebol se descontextualiza da realidade, mas a reproduz com muitos retoques. É, ideologicamente, igualitário. Não permite hierarquia. Reprime o conflito de classes pacificamente. Os burgueses e trabalhadores são transformados em torcedores. As relações de dominação e exploração capitalistas desaparecem. São substituídas pela identificação dos torcedores, ou no máximo pela divergência clubística. Há a implantação de outra dimensão do real. Os torcedores possuem o objetivo comum de conviver com o universo do futebol. A democracia é total e estável nos estádios. Aparentemente a liberdade de expressão do pensamento atinge níveis irrestritos. O trabalhador se projeta no árbitro, no jogador e no adversário. Descarrega toda a sua agressividade, acumulada no trabalho, onde é oprimido e silenciado. Quando termina o jogo, ele está em perfeitas condições psicológicas para obedecer ao patrão. b) O futebol mistifica a realidade. Reduz a compreensão das condições materiais e sociais existentes. Preenche espaços consideráveis na vida dos brasileiros. Nisso, os meios de comunicação social são fundamentais. Introduzem essa sociedade de gols, vitórias e campeonatos no cotidiano. O que é feito através de programações inesgotáveis. O noticiário sobre o futebol supera o político e o econômico. Os meios de comunicação fetichizam o futebol. Atribuem-lhe auto-suficiência, um valor em si, intrínseco. Absolutizam-no. Justificam a sua popularidade como movida pelo seu poder mágico de envolver as pessoas. Com isso, tentam explicar as exaustivas coberturas futebolísticas. c) O futebol legitima o capitalismo. É reacionário. Não questiona as contradições capitalistas. Mantém incólume o “status quo”. Despolitiza e desmobiliza a organização da classe trabalhadora. Divide os trabalhadores em torcedores de diversos clubes. O que conduz a uma posição acrítica e passiva diante da realidade. O futebol esconde o real e o reproduz em outros níveis. As injustiças sociais são minimizadas num estádio. Adquirem as dimensões das diversas acomodações: “coréia”, geral, arquibancadas, cadeiras e camarotes, etc. Os salários altíssimos dos jogadores, dos grandes times, legitimam e avalizam a ascendência social do sistema. Com isso, o capitalismo se torna uma ordem natural dentro de uma visão positivista. A realidade passa a ser instável (RAMOS, 1984, p. 33-34).



IMAGEM 5 – Avaí versus Santos²²



IMAGEM 6 – Brasil fora da Copa²³

²² CLOVIS. Avaí versus Santos. **O Estado**, Florianópolis, 15 set. 1976. Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/_7rO7du1BOvI/THluOx5vFqI/AAAAAAAAAHG4/OXpFSgZP5sE/s1600/0E+15-09-1976+-+01.JPG> Acesso 17 out. 2012.

²³ ANGELI FILHO, A. Brasil fora da Copa. Disponível em: <http://discutindo.blog.terra.com.br/files/2011/02/pao-e-circo.gif>> Acesso 17 out. 2012.

A “utilidade social” do futebol e, de uma forma mais ampla, do próprio esporte para a “família intelectual” *marxista*, como nota-se, é bastante clara. Ao reproduzir sob aparência, ora mágica e lúdica, ora mecanicista, repetitiva e desgastante, as relações de trabalho na esfera do lazer conforme preconizou, por exemplo, Gerhard Vinnai (2003, p. 23-34), a quem Ramos recorreu como um dos seus interlocutores teóricos, o futebol estaria a serviço dos interesses da classe detentora dos recursos de produção, especialmente por propiciar um espaço para o descarregamento de tensões que, dessa maneira, muito dificilmente ou quase nunca seriam manifestas sob a forma de descontentamento ou de protesto nas rotinas de trabalho.

Nesse sentido, os supostos efeitos desestabilizadores e desarticuladores caros ao jogo de futebol se imporiam como principais significados decorrentes do sucesso que essa prática alcançou entre as massas, cumprindo talvez, com mais eficácia, o papel então exclusivamente destinado às grandes religiões mundiais e, num estágio subsequente, conforme argumentou Benedict Anderson (2008), o papel desempenhado pelo próprio nacionalismo como instância de fortalecimento dos laços de solidariedade social por via da gênese de um capitalismo tipográfico que, ao seu modo, favoreceu a emergência de “comunidades imaginadas”.

Um outro autor que, de certo modo, também acabou adotando uma proposta de leitura *marxista* do futebol brasileiro foi Robert M. Levine. Mais ponderado, no entanto, que Ramos, Levine considera uma gama de processos políticos em suas ambiguidades constitutivas, de modo a não compactuar *aprioristicamente* com a tese do futebol como “ópio do povo” e, ao invés disso, demonstrar a partir de sua análise sociológica que “[...] o significado principal do futebol tem sido o uso pela elite para apoiar a ideologia oficial e dirigir energia social por caminhos compatíveis com os valores sociais prevalecentes” (LEVINE, 1982, p. 23).

Assim sendo, Levine percebe que o ímpeto de massificação do futebol brasileiro não se deve ao fato de uma elite má se reunir “na calada da noite” (a expressão é de Jessé Souza) para tramar racionalmente como então se utilizaria dessa prática para garantir o benefício de alguns poucos de sua classe em detrimento de todo o restante da população. Dito de outro modo, o futebol brasileiro, para este pesquisador, não teria se desenvolvido a tal ponto de se difundir como esporte de apelo massivo por conta de um plano “maquiavélico” das elites, mas como um processo histórico constituído “[...] a par das emergências brasileiras como uma sociedade autoritária e industrializada, procurando coerência e motivada por aspirações fortes de reconhecimento internacional e um desejo igualmente forte de limitar as mudanças sociais dentro das fronteiras aceitáveis pela classe dominante” (LEVINE, 1982, p. 43).

Deste modo, se em Ramos (1984), o futebol vai ser analisado na condição de aparelho ideológico de Estado ou, melhor dizendo, como prática que reprime os conflitos de classe e

desvia a atenção da população de suas contradições mais básicas, em Levine (1982), não é dada tanta atenção aos efeitos de apropriação mercadológica dessa prática esportiva e sim às relações que viriam a se estabelecer entre futebol e Estado por via de uma série de mediações políticas que convergiriam com os interesses das elites. Levine (1982), nesse caso, filiado de modo bem menos ortodoxo aos conceitos *marxistas* e aos preceitos clássicos da teoria crítica, rejeita, de antemão, a leitura do futebol como “ópio do povo” ou como produto da indústria cultural e no lugar destas teses recoloca as dinâmicas políticas mediadas pelo Estado como mecanismo estruturante que, em consonância com os ideais defendidos pelas elites, ajudou a desenvolver o futebol brasileiro e, por via dele, fortalecer o sentimento de orgulho nacional.

Nesse propósito, é permissível dizer que no texto de Levine (1982) muda-se o enfoque argumentativo quando comparado ao já citado livro de Ramos, porém, permanece-se, preso a um mesmo núcleo de características que acabariam elevando o futebol ao nível de aparelho ideológico do Estado, conforme se convencionou a interpretar a partir da influência da obra de Jean-Marie Brohm sobre alguns setores da intelectualidade brasileira que se predispuseram a pensar o esporte (VAZ, 2005; TORRI; VAZ, 2006). O livro de Brohm intitulado “*Sociología política del deporte*” (BROHM, 1976), é um marco na apropriação da vertente *marxista* de raiz *althusseriana* para pensar as práticas esportivas, muito embora, devemos notar que aqui no Brasil, Ramos (1984), com um menor grau de sofisticação, foi quem sistematizou essa leitura do futebol como aparelho ideológico de Estado, sem, para tanto, recorrer, ao menos de forma explícita e por meio de citações diretas, às análises de Brohm.

Apesar, no entanto, desse prognóstico tecido acerca das contribuições de Brohm e de outros autores na conformação da crítica cultural de esquerda direcionada aos bens e práticas futebolísticas no país, é imprescindível frisar que a eficácia social da circulação dessas ideias foi levada a efeito porque a sociedade brasileira em suas mais diferentes esferas sociais já estava, por assim dizer, socializada nesse esquema de percepção da realidade. Dito de outro modo, é muito provável que a sociedade brasileira ao longo de seu processo de modernização tenha se apropriado, de forma naturalizada, dessa leitura economicista de classes de modo que, tal como adverte Bourdieu (1989, p. 133), classes teóricas que antes existiam apenas no papel foram ilusoriamente transformadas em classes reais e grupos efetivamente mobilizados.

Impõe-se, nesse particular, a necessidade de levantarmos alguns indícios, ainda que preliminares, sobre a circulação do marxismo ortodoxo no Brasil, posto que essa teoria, por via de uma mobilização política e intelectual bastante articulada, foi um dos principais elos que contribuiu com a estruturação da percepção economicista que se teria das classes sociais no país. Segundo o sociólogo Evaristo de Moraes Filho (2007, p. 16), foi apenas em 1871 que

o nome de Marx começou a circular no Brasil, mais precisamente, por intermédio de uma nota divulgada no periódico *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal (MORAES FILHO, 2007, p. 19). É certo, no entanto, que já no ano de 1848 houve um movimento popular denominado *Praieira* e que adotava algumas posturas que, à primeira vista, poderiam ser identificadas com o marxismo. Todavia, isso acabou se demonstrando insustentável, assim como a tentativa de demarcar uma apropriação intelectual mais efetiva dos preceitos teóricos de Marx por conta da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922 (MORAES FILHO, 2007).

Mas independente dessas situações aludidas, o que parece ser consenso na literatura e mais correto defender é que no âmbito do pensamento social brasileiro foi Caio Prado Júnior quem abriu caminho para uma utilização mais sistemática e inventiva do marxismo no país, especialmente por conta da publicação de sua obra “*Evolução política do Brasil*” no ano de 1933 e, anos mais tarde, de seu clássico texto assinado sob o título de “*Formação do Brasil contemporâneo*” em 1942 (MOTA, 1980; RICUPERO, 2000). Colocado sob outro aparato conceitual, é possível dizer que a maneira pela qual o marxismo ganhou ímpeto na realidade social brasileira se deve, em parte, ao esforço de Caio Prado Júnior para que as classes sociais emergissem pela primeira vez como categoria analítica no país (MOTA, 1980, p. 28).

É oportuno também destacar, em conformidade com Ricupero (2000, p. 30-31), que ao evocar os conceitos e categorias teóricas *marxistas* e, mais que isso, o materialismo histórico como método para interpretar o processo de formação da sociedade brasileira, Caio Prado não foi vítima de uma apropriação mecânica dos textos de Marx. Ao invés disso, ele procurou retraduzir essa concepção teórica para pensar essa realidade econômico-social engendrando, deste modo, um bem-sucedido projeto de nacionalização do marxismo (RICUPERO, 2000). Desta inflexão sugerida, decorre a apropriação teórica considerada pioneira do pensamento *marxista* no campo da Sociologia brasileira, num movimento circunstanciado que nas décadas seguintes acabaria influenciando de maneira decisiva a produção crítica da *Escola Sociológica Paulista* animada por Florestan Fernandes (RICUPERO, 2000; BASTOS, 2002).

Tendo em vista, portanto, esses breves apontamentos sugeridos acerca de alguns dos rumos intelectuais tomados pelo marxismo no Brasil, é possível então contextualizar de forma mais precisa o fato de a crítica cultural de esquerda dirigida ao futebol, em um determinado momento histórico, ter feito tanto sucesso no país. Entendemos que a cena social que o Brasil conheceu mais ou menos entre os anos 1960 e 1990, de fato, concorreu para o sucesso dessa interpretação, muito embora também entendamos que as bases epistemológicas e ontológicas do marxismo, antes mesmo de ter se dado a circulação das ideias de Brohm, Rigauer e Vinnai etc., já estavam postas na sociedade brasileira, de modo que a percepção de uma estrutura de

classes fundada em parâmetros econômicos já se fazia presente na esfera do debate público e, por assim dizer, orientava algumas das críticas sociais endereçadas ao futebol.

Isso que estamos colocando é tão passível de averiguação empírica que se fossemos aprofundar uma discussão levando em conta algumas das principais publicações veiculadas no campo jornalístico e literário brasileiro que se referiram direta ou indiretamente o futebol, não seria dificultoso perceber que vários especialistas culturais, entre estes, jornalistas, escritores e literatos, se opuseram já ao longo das quatro primeiras décadas do século XX a essa prática esportiva e acentuaram seu caráter supostamente disruptivo e alienante sobre a formação social brasileira ou, mais precisamente, sobre a própria personalidade dos brasileiros.

Não temos tempo para uma análise mais aprofundada e sofisticada dessa temática, de modo, que contentamo-nos em chamar atenção, por um lado, para o fato de que algumas das interpretações críticas e relutantes à circulação e prática do futebol no Brasil decorrentes das investidas de importantes escritores e jornalistas, entre eles, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Carlos Süssekind de Mendonça, já foram devida e exaustivamente tratadas nas literaturas acadêmicas especializadas (COSTA, 1994; TOLEDO, 1996; SOARES; LOVISOLO, 1997; PEREIRA, 1998a; SANTOS, 2000; LINHALES, 2006; CAPRARO, 2007; FERREIRA, 2007; HOLLANDA, 2009; ROSSO, 2010).

Por outro lado, entendemos que seja suficiente para os nossos propósitos nos deter a alguns dos posicionamentos críticos de Lima Barreto e de Oswald de Andrade endereçados ao futebol, até porque suas considerações tecidas ainda na primeira metade do século XX são emblemáticas do quão em voga as ideias *marxistas* estavam no país naquele exato contexto. Vejamos como os dois escritores dimensionaram suas críticas ao futebol:

Os jornais não falavam em outra coisa. Páginas e colunas deles eram ocupadas com histórias de “matches”, de intrigas de sociedades, etc., etc. Nos bondes, nos cafês, nos trens não se discutia senão futebol. Nas famílias, em suas, conversas íntimas, só se tratava do jogo de pontapés. [...] Comecei a observar e a tomar notas. Percebi logo existir um grande mal que **a atividade mental de toda uma população de uma grande cidade fosse absorvida para assunto tão fútil e se absorvesse nele;** percebi também que não concorria tal jogo para o desenvolvimento físico dos rapazes, porque verifiquei que, até numa sociedade, eram sempre os mesmos a jogar; escrevi também que eles cultivam preconceitos de toda a sorte; foi, então, que me insurji [...]. (BARRETO, 2004, p. 515-516, os grifos são nossos).

Não, você não tem razão alguma em fazer restrições ao empreendimento desses meninos e dessas môças. Só o fato deles nos descansarem do cinema, dessa imbecilização crescente pela tela, com que os Estados Unidos afogaram o mundo, para depois tomá-lo sem resistência, só isso me faria dar a Legião de Honra, a Cruz de Ferro, a Ordem do Cruzeiro, tudo que haja de condecoração em todo mundo aos amadores do nosso teatro. **Olhe, quando se falou contra o ópio do povo, devia-se ter pôsto no plural e juntado o cinema e o futebol... O mundo não progride por causa desses entorpecentes** (ANDRADE, 1971, p. 85, os grifos são nossos).

Apenas vinte e um anos separam esses dois pareceres emitidos acerca dos supostos efeitos negativos da circulação social do futebol no Brasil. O posicionamento de Lima Barreto foi originalmente veiculado na Revista *Careta* em 08 de abril de 1922 e tivemos acesso ao mesmo por via de uma antologia de textos organizada por Beatriz Resende e Rachel Valença em 2004 e que reunia textos e crônicas publicadas por este autor entre os anos de 1919 e 1922. Já as ponderações de Oswald de Andrade foram extraídas do texto “*Do teatro, que é bom...*” escrito por ele em 1943 e que veio a ser evocada como um dos textos integrantes da coletânea “*Ponta de lança – polêmica*” lançada em 1971 e então composta por uma série de seus artigos publicados nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo* e *Folha da Manhã* durante o ano de 1943 e, além disso, por três conferências proferidas por Andrade, uma em 1943 e as duas outras em 1944 (ANDRADE, 1971, p. IX).

Ambas as leituras, como pudemos acompanhar, se revestem de um fundo pessimista e de um tom eminentemente crítico com relação ao futebol e ao suposto papel desarticulador exercido por essa prática esportiva nesta sociedade. Mas, muito mais que isso, esses dois pareceres reforçam o argumento anteriormente situado acerca dos efeitos que o marxismo, como talvez nenhuma outra teoria, exerceu na constituição de uma percepção hegemônica da realidade moderna. Isso, por sua vez, implica em percebermos que esses autores ao exalarem esses tipos de pareceres sobre o futebol estavam sendo movidos pelas ideias *marxistas* que já orquestravam esta sociedade nos respectivos períodos, ainda que num tom que remetia muito mais a uma espécie de marxismo vulgar e panfletário do que propriamente científico.

Ideias como essas chegam ao senso comum, dentre outras maneiras, por intermédio da ação sistemática da imprensa escrita e televisionada. Um exemplo disso que estamos dizendo pode ser verificado na entrevista realizada pela Revista *Veja* com o escritor Luis Fernando Veríssimo no dia 7 de junho de 1978, num contexto onde a Copa do Mundo de Futebol da Argentina estava prestes a começar. Ao ser perguntado se o motivo do futebol adquirir tanta importância no Brasil se deveria ao fato de a divulgação dessa prática esportiva atender a outros interesses e substituir coisas mais importantes, Veríssimo respondeu:

Dizer que o futebol é o ópio do povo virou lugar comum, mas continua sendo verdade. Se bem que eu ache que o ópio do povo é a maconha. Claro que nenhum gênio do mal decidiu, esfregando as mãos, “vamos narcotizar o povo com o futebol e roubar as suas calças”, mas foi isto que aconteceu. O futebol é um esporte proletário que adquiriu o seu status de rico – grandes salários, grandes estádios, grandes campeonatos, grande cobertura – numa década em que o proletariado empobreceu no Brasil. E num período em que o próprio futebol, como espetáculo, empobreceu (VERÍSSIMO, 1978, p. 4).

O bom humor contido no excerto não é suficiente para obscurecer o fato de que esse tipo de interpretação é decorrente dos efeitos sociais exercidos pela teoria *marxista* (talvez seja mais prudente falar de variações de marxismos no plural) sobre a compreensão que a sociedade organizada em suas mais distintas esferas teria dela mesmo e das próprias práticas culturais que nela se engendrou. Tanto a resposta de Veríssimo quanto a própria pergunta direcionada a ele são reflexos de uma socialização que envolve tanto os produtores das ideias quanto os consumidores destas mesmas ideias em uma dialética onde a existência de classes sociais só é percebida em seu sentido puramente econômico, material e racionalista.

Indiscutível, deste modo, é o fato de que essa leitura de mundo trata-se igualmente de uma postura política, até mesmo porque as fronteiras que se erguem entre ciência e política como microcosmos sociais dotados de lógicas completamente opostas (BOURDIEU, 2002a, p. 146), parecem inexistir ou então não serem claramente percebidas pelos adeptos das mais distintas variações do marxismo veiculadas no meio acadêmico. É inclusive essa correlação imediata entre ciência e política que acaba conferindo uma aparência de crítica radical a essa linhagem de pensamento, pois ao evidenciar na prática um engajamento efetivo com a causa dos despossuídos, causa essa já diagnosticada de antemão pelo modelo teórico, é que se constituiria a verdadeira *práxis* transformadora da realidade social.

Uma das principais implicações práticas do estabelecimento dessas relações de causa-efeito entre política e ciência no caso dessa segunda linhagem intelectual da Sociologia do Futebol brasileiro, é fundamental, portanto, uma proposta interpretativa que, de antemão, acaba “demonizando” essa prática esportiva e minando qualquer outra possibilidade de leitura que senão o desvelamento das antevistas relações de exploração favorecidas ou ocultadas pelo futebol. Visto por esse ângulo, essa prática esportiva enquadrar-se-ia nas políticas do “pão e circo”, reiterando uma espécie de lógica analítica maniqueísta que continua, inclusive, sendo rotinizada e dimensionada em várias instâncias sociais nos seguintes termos:

Assim, ao invés dos circos romanos com gladiadores lutando em arenas, no Brasil, existem os estádios de futebol e seus times milionários. Pelo fato de serem apaixonados por este esporte, comparecem semanalmente aos estádios, às quartas e aos domingos. Portanto, com políticas como o Bolsa Família e espetáculos freqüentes de diversão, tal qual acontecia no Império Romano, os brasileiros esquecem os problemas sociais, como a sua condição indigna de moradia, sendo sua única preocupação os resultados das partidas (SOARES FILHO, 2010, p. 355).

Esse mesmo é o limite até onde parece chegar às críticas de tom *marxista* dirigidas ao futebol tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito do jornalismo esportivo e na esfera do senso comum que promovem, muitas vezes sem o saber, uma espécie de marxismo vulgar. A

força deste “casamento” entre marxismo e senso comum é tamanha que até alguns estudos do esporte no Brasil que se ativeram em problematizar as relações entre o mundo do futebol e o mundo da política veicularam, talvez de forma inconsciente pelos seus proponentes, análises que atribuem a essa prática esportiva a função de aparelho ideológico do Estado,²⁴ de “ópio do povo”, de subproduto da indústria cultural, de “circo para entreter a plebe” ou, nos termos de Joel Rufino dos Santos (1981, p. 80), de um “respiradouro” para a sociedade.

É necessário ressaltamos que essa filiação aos argumentos *marxistas*, se dá de maneira muitas vezes não percebida, de modo que uma série de autores que jamais se reconheceriam como adeptos da teoria *marxista* ou se imaginariam fazendo uso dessa arquitetura teórico-conceitual, até mesmo por partilharem de referenciais teóricos culturalistas reticentes aos pressupostos explicativos de base ideológica elaborados pelo marxismo ao longo dos tempos, são levados a tecer parte de seus comentários e análises pautados nas interpretações *marxistas* convencionais. O que se põe em evidência, nesse sentido, seria o fenômeno de comunicação ideológica entre linhagens intelectuais distintas conforme ressaltado por Brandão (2005), ou então um ecletismo hermético que concilia inadvertidamente uma série de teorias científicas antagônicas sem explicitar os critérios solicitados para se fazer tais aproximações.

Cabe notarmos, nesse propósito, que vários trabalhos de cunho histórico-sociológico sobre o futebol brasileiro terminaram por reforçar algumas análises *marxistas* que remetem ao suposto papel controlador e ideológico impostos a essa prática esportiva nesta sociedade sem serem, no entanto, orientados metodologicamente pelos pressupostos teóricos que guiam esse referencial. É o que, em certa medida, podemos observar, a título de exemplo, no estudo de Negreiros (1998), de Guterman (2009) e de Pardini (2009). Importa advertir que esse tipo de

²⁴ O sociólogo Waldenir Caldas (1994) tem uma posição conflitante nesse quesito, pois apesar de discordar da tese do futebol como “ópio do povo”, defende, em contrapartida, que o futebol seria um aparelho ideológico de Estado, o que parece engendrar uma contradição. Diz o autor: “Em outro aspecto, acredito, isto sim, na clássica teoria althusseriana dos aparelhos ideológicos de Estado. O desporto, entre outras coisas, integram o grupo desses aparelhos. Assim como o Estado autoritário pode usar o futebol para corroborar ainda mais o seu poder, no Estado democrático esse mesmo futebol pode dar verdadeiras demonstrações de amor à liberdade e à democracia” (CALDAS, 1994, p. 46). Nesse particular, Caldas fica no meio termo de uma posição que se afasta da leitura vulgar do futebol como “ópio do povo” ao mesmo tempo em que não deixa de reconhecer nessa prática esportiva uma suposta propensão para ser utilizada politicamente pelo Estado. Ao revistarmos, por exemplo, seu mais importante texto sobre o assunto, o livro *“Pontapé inicial: memória do futebol brasileiro”* (CALDAS, 1990), foi possível perceber que essas duas posições teóricas foram mobilizadas mutuamente ao lado das teses do personalismo, tornado dificultoso decidir em que linhagem este autor se situaria. É muito comum também nos depararmos com leituras onde a explicação do futebol como “ópio do povo” é acompanhada quando senão alternada com a interpretação do futebol como veículo de consolidação da identidade nacional e sentimentos nacionalistas. Isso, a nosso ver, está bastante claro no texto *“A implantação de um modelo alienígena exótico e outras questões pertinentes: a seleção brasileira de futebol – 1978”* de Jacob Klintowitz (1978) e no texto *“Na CBD até o papagaio bate continência”* de Joel Rufino dos Santos (1978). Ambos os autores, cada qual ao seu modo, defenderam a idéia de que o futebol brasileiro, na figura de sua seleção, se enquadrava em um processo de “dirigismo cultural” que, por um lado, tornava essa prática um instrumento a serviço dos interesses do governo e da elite e, por outro, fazia com que ela perdesse seu brilho e gingado supostamente característicos.

filiação introspectiva que culmina com a reiteração de uma percepção pessimista acerca dos significados potenciais que o futebol alcançou no Brasil não decorre de um descompromisso científico desses autores ao construírem historicamente os seus objetos de pesquisa.

O que ocorre, colocado em termos mais precisos, é um uso indiscriminado de fontes primárias que aludem a inúmeros processos racionalistas no contexto de ação futebolístico brasileiro, mas que não significam, em última instância, que essa prática esportiva tenha sido usada de modo frio e calculista pelos agentes políticos e pelas elites dirigentes com vistas a imporem seus desejos e planos “maquiavélicos” ao restante da população. Este fato somado a uma proposta de periodização para os estudos do futebol a partir daqueles acontecimentos protagonizados na esfera política brasileira é que viriam, portanto, atribuir legitimidade e aparência mesmo de verdade a essa explicação no mínimo unilateral, uma vez que ao se situar a prática futebolística como instrumento que estaria a serviço dos interesses estatais e das elites locais, ou seja, imersa em um processo de dirigismo cultural, tais pesquisas acabaram desconsiderando a dinamicidade dos agentes diante das práticas, além de não avançarem em uma compreensão holística dos fatores que concorreram para que o futebol se tornasse uma das manifestações esportivas e culturais mais consumidas no Brasil e no mundo.

Com o propósito de desvelar a lógica subjacente a essa argumentação, convém evocar três passagens de alguns estudos que procuraram tematizar algumas relações firmadas entre futebol e cultura política no Brasil, de modo a demonstrar que o paralelo sugerido entre essas esferas foi influenciado por alguns pressupostos norteadores da crítica *marxista* do esporte:

Assim, o autoritarismo presente no Brasil, consubstanciado enquanto experiência de poder com o Estado Novo, não poderia se manter alheio ao fenômeno social que movimentava milhões de brasileiros e atitudes oficiais concretas apontaram para uma ligação mais efetiva com o futebol. Exemplo maior pode ser encontrado no apoio que o Estado vai proporcionar à delegação de futebol presente à Copa de 1938, realizada na França. Essa competição deixava de ser um momento de improviso, de divergências entre dirigentes regionais, para tornar-se um elemento crucial na forja de uma unidade nacional. Até então, nunca se havia visto tamanho empenho por parte do poder público em torno de uma competição esportiva. Esse evento mostrou o futebol adquirindo um outro significado dentro da sociedade brasileira (NEGREIROS, 1998, p. 310).

Getúlio, de fato, empreendeu esforços consideráveis para estatizar o controle do futebol no Brasil, e isso acelerou o processo de sua profissionalização – afinal, como já ficou sugerido, está claro que articular a recompensa financeira aos “trabalhadores da bola” era uma forma de atrair o apoio dos atletas e das classes pobres para as fileiras do governo. Isso tinha uma dupla função: ampliar a base social do regime, isolando as oligarquias, e fazer crer que havia uma espécie de “democracia racial” no Brasil. O “homem brasileiro” tomava forma a partir dessa plataforma, e o veículo era o controle institucional dos corpos (GUTERMAN, 2009, p. 72).



IMAGEM 7 – *Panis et Circensis*²⁵



IMAGEM 8 – O brasileiro quando o assunto é...²⁶

²⁵ SIMANCA, O. *Panis et Circensis*. **A Tarde**, Salvador, 02 jun. 2009. Disponível em: <<http://oferrao.atarde.uol.com.br/?p=938>> Acesso 17 out. 2012.

²⁶ LARSON, T. O brasileiro quando o assunto é... **Humor político**, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/futebol/o-brasileiro-quando-o-assunto-e/>> Acesso 17 out. 2012.

Ao analisar a notícia percebe-se o imbricamento existente entre política e futebol e como **a primeira se utilizava do jogo com bola para cativar a massa e propagar seus ideais**. O próprio fato de a Confederação Brasileira de Desportos, órgão estatal para regulamentar o esporte no país, ter prometido um prêmio a cada jogador caso a seleção fosse a campeã do torneio, demonstrava a importância do futebol para propagar internamente os ideais do Estado Novo e, externamente, divulgar uma boa imagem do Brasil (PARDINI, 2009, p. 162, os grifos são nossos)

Ambas as leituras empreendidas nesses excertos se referem aos supostos rumos dados ao futebol brasileiro no período que compreendeu o primeiro mandato de Getúlio Vargas como presidente do Brasil, em particular naquele contexto que culminou com a implantação do denominado Estado Novo (1937-1945). Uma primeira observação a ser feita acerca desses comentários, a propósito de outros que também percorrem os respectivos textos, é o que os mesmos resultam, em parte, do trabalho empírico levado a cabo por seus proponentes com base nas fontes jornalísticas da época. As informações mencionadas em tais fontes, por sua vez, longe de apontarem para um processo de dirigismo cultural que atingiu a sociedade como um todo homogêneo refletindo, portanto, na relação que essa mesma sociedade estabeleceria com o futebol, apontam para tomadas de posições políticas que, de fato, remetem a interesses específicos, mas que não insurgem como evidências empíricas que permitiram situar *a priori* o “fascínio coletivo” alcançado por esse esporte no país como processo ideológico.

Essa proposta de leitura teórica que tais estudos referenciados, dentre outros, acabam, em certo sentido, dando continuidade trata-se, portanto, de uma interpretação que, ao menos desde o início dos anos 1920, tem sido imposta ao futebol por aqueles setores esquerdistas da intelectualidade brasileira e das esferas de produção cultural. Nesse caso, dizer que o governo *getulista*, no ato de perceber que o futebol mobilizava as massas como talvez nenhum outro esporte ou bem simbólico, se valeu oportunamente dessa prática esportiva para implementar um projeto nacionalista ideológico, aproximar as classe populares do governo e, acima de tudo, internacionalizar uma imagem de nação e de relações sociais que, em última instância, não correspondiam à realidade dos fatos observáveis, equivale a compactuar, ainda que por indução, com a tese que situa o futebol na condição de “ópio do povo” brasileiro.

Evidente que os agentes políticos não são movidos por atos desinteressados. O campo político e burocrático, conforme demonstrado nos trabalhos de Bourdieu (1989, 2007a), são *locus* onde se vinculam interesses particulares ou, melhor dizendo, uma disputa por capitais específicos que são a razão de existir desses microcosmos. Além disso, é importante salientar que tais espaços impõem, com frequência, suas lutas sobre os outros campos, o que, no entanto, não nos autoriza a pensar que as relações erguidas, por exemplo, no campo esportivo seriam meros reflexos das lutas legitimadas no campo político. Há uma relativa autonomia no

campo esportivo, assim como há uma história relativamente autônoma do futebol que precisa ser reconstruída de modo a assegurar que a leitura de alguns dos significados que essa prática alcançou no país não seja feita de modo maniqueísta tal como sugerem aquelas pesquisas que estabelecem conexões de causa-efeito entre o futebol e a cultura política brasileira.

Nesse sentido, é permissível afirmar que uma percepção equivocada da natureza das lutas travadas no campo político e da forma com que as mesmas repercutem na sociedade mais ampla, somada ao estabelecimento de relações mecânicas entre futebol e cultura política, concorrem de forma decisiva para o estabelecimento de uma lógica interpretativa que anula a dinamicidade dos agentes e desconsidera a relativa autonomia dos campos de produção dos bens culturais, de modo que os pesquisadores que se enveredam por essas análises acabam, sem o saberem, reafirmando a interpretação *marxista* de mundo. Os principais efeitos dessa leitura, no caso da Sociologia do Futebol, independentemente do grau de consciência que os autores tenham tido de suas filiações introspectivas a essa proposta teórica, se fazem sentir até os dias de hoje no campo acadêmico brasileiro, uma vez que essa leitura *marxista* do futebol contribuiu com a perpetuação de crenças pessimistas sobre essa prática esportiva no Brasil e no mundo como também teve um papel preponderante na reticência que alguns setores da intelectualidade nacional desenvolveriam em relação a esse objeto de estudo.

Como síntese do que até aqui procuramos argumentar acerca dessa segunda linhagem, compete-nos dizer que o desconhecimento dos efeitos da teoria exercidos pela teoria *marxista* no Brasil e, acima de tudo, a adoção de uma proposta de periodização para o estudo do futebol estabelecida com base na história político-social brasileira, sendo esta última sedimentada e percebida socialmente a partir das categorias *marxistas* de interpretação do mundo social, são os principais fatores que garantiram a permanência dessa leitura do futebol no Brasil em sua forma pura ou então camuflada sob o prisma de outros olhares teóricos. Esse prognóstico é favorecido pelo fato do próprio marxismo, conforme argumentou Bourdieu (1990a, p. 30), ser “[...] um pensamento completamente protegido contra a crítica histórica, o que é um paradoxo dadas as potencialidades e mesmo as exigências que o pensamento de Marx encerrava”.

Além disso, é sempre importante observar que o marxismo contribuiu de forma ímpar para que viessem a ser consolidadas hegemonicamente a percepção classista, economicista e materialista que os sujeitos teriam de suas experiências sociais constituídas na modernidade. Nas palavras de Bourdieu (1990a, p. 66): “Não há dúvida de que, se nós falamos de classe, é essencialmente graças a Marx. [...] se há algo na realidade semelhante a classe, é em grande parte graças a Marx, ou, mais exatamente, ao efeito de teoria exercido pela obra de Marx”. Logo, ao se contribuir para construção de uma realidade que informa e valida a própria teoria,

não é de se espantar e de se surpreender que essa teoria ganhe em crédito e plausibilidade para explicar a realidade social e as micro-realidades que a compõem, quer trate-se do futebol, do esporte em geral ou então de outros produtos e bens culturais.

Nesse particular, muitas das críticas culturais de esquerda veiculadas na Sociologia do Futebol no Brasil são devedoras ao respaldo empírico que foi retirado dessa realidade que o próprio marxismo como teoria – e modelo de engajamento político – ajudou a cristalizar, de modo que se torna urgente levar a efeito um exercício crítico-reflexivo onde, dentre outras coisas, seja problematizado as contradições internas da teoria que se propôs a problematizar engajadamente as contradições sociais. No entendimento de Bourdieu “[...] Marx reivindicou suficientemente o título de cientista para que a única homenagem a lhe ser feita seja a de usar o que ele fez e o que os outros fizeram com o que ele fez para se superar o que ele acreditou ter feito” (BOURDIEU, 1990a, p. 66). Impõe-se, em outras palavras, a necessidade então de problematizar os conceitos e categorias que o marxismo fez uso para pensar a história.

Em certa medida, foi esse exercício que se não demos conta de desenvolver até aqui na proporção exata em que precisaria ser desenvolvido, ao menos fornecemos algumas pistas e indicações, para que venha a ser realizado com relação aqueles trabalhos filiados de forma ortodoxa ao modelo teórico *marxista* ou que então acabaram se usufruindo de uma maneira ou outra das ideias intimamente associadas às categorias de pensamento próprias do marxismo. Diga-se de passagem, que esse tipo de sensibilidade epistemológica reivindicada, apesar de convidativa a vários debates, não se trata de algo completamente inédito e outros estudiosos, cada qual ao seu modo, já o fizeram ou tiveram a intenção de fazê-lo, como é o caso daqueles autores que se situam na terceira escola de pensamento da Sociologia do Futebol brasileiro, a qual, por sinal, será problematizada e aprofundada nas páginas seguintes.

CAPÍTULO 3

A TESE DA SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA E O FUTEBOL COMO “AULA DE DEMOCRACIA”

O esforço teórico-analítico levado a efeito nessa que talvez seja a mais influente “família intelectual” da Sociologia do Futebol brasileiro se faz reportar, em grande medida, ao descontentamento, não sem sentido, manifesto pelos autores historicamente à frente dessa terceira linhagem com relação à abordagem *marxista* que, como vimos de modo bastante enfático na seção anterior, acabou circunscrevendo o futebol em um processo de dirigismo cultural. Esse descontentamento, dentre outras possibilidades, se traduziu em forma de crítica nos trabalhos de DaMatta (1982a, 2004) de Damo (1998, p. 132, 2005, p. 387) e de Toledo (2000a, p. 22-23). Não obstante essa reserva manifesta ao caráter monolítico das leituras *marxistas* do futebol, a abordagem pleiteada por essa terceira linhagem em resposta às teses preconizadas pela crítica cultural de esquerda, não é isenta de seus percalços teóricos e, mais que isso, anima aquele sistema de crenças futebolísticas que, por uma série de razões a serem discutidas nas próximas páginas, consideramos o mais influente e atuante no Brasil.

De antemão, convém frisarmos que o grande teórico sistematizador das ideias que essa terceira linhagem espraia para determinadas alas da intelectualidade brasileira e, com tamanha força, para a sociedade civil organizada, trata-se do antropólogo Roberto DaMatta. Segundo Jessé Souza (2006), DaMatta é de longe o pensador mais importante e influente do Brasil contemporâneo. E isso, dentre outras coisas, exatamente porque “[...] DaMatta ‘faz a cabeça’ do Brasil moderno, sendo as suas ideias repetidas não só por seguidores na Academia, mas por grande parte da mídia e do senso comum” (SOUZA, 2006, p. 15).

É preciso, no entanto, advertir que a chamada leitura culturalista do futebol brasileiro não inicia exatamente em DaMatta, mas, pelo contrário, tem nos esforços de Gilberto Freyre e de Mario Filho suas bases primeiras de sustentação. Insistimos: DaMatta cumpre o papel de sistematizador dessas ideias devedoras à maneira com que Freyre interpretaria a paisagem social brasileira e que Mario Filho, por sua vez, conceberia as relações racialistas constituídas no âmbito do futebol. Nesse sentido, antes de nos reportarmos ao modelo teórico de DaMatta é necessário nos determos às proposições desses dois últimos autores e na forma então com que suas ideias acabariam influenciando o debate racialista em torno do futebol no Brasil.

Iniciando esse percurso, convém ressaltarmos que o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) talvez seja o intelectual mais genial – no sentido forte do termo – que a sociedade brasileira conheceu. Essa condição, por conseguinte, não obscurece o fato de que as repercussões de sua obra no âmbito acadêmico brasileiro foram e ainda são controversas. Ademais, poucos autores das Ciências Sociais no Brasil tiveram suas ideias tão duramente combatidas como Gilberto Freyre. Dentre algumas das críticas mais contundentes endereçadas à sua obra destacam-se: (1) o desenvolvimento de um modelo teórico cuja aplicabilidade e alcance se daria possivelmente apenas à região Nordeste do Brasil (HOLANDA, 1979); (2) a ênfase de suas análises apenas na escravidão doméstica, negligenciando, nesse particular, o trabalho escravo no eito e, sobretudo, na lavoura (IANNI, 1962; CARDOSO, 1962); e (3) o caráter ideológico e mistificador de suas teses (FERNANDES, 2008; SOUZA, 2006).

Sem dúvida, esse último aspecto crítico, dentre aqueles associados à obra *freyreana* na literatura sociológica, é o mais controvertido no que se refere à recepção e circulação das ideias deste autor no Brasil, até porque a denúncia do suposto caráter ideológico das teses de Gilberto Freyre implica em reconhecer que o mesmo não apenas construiu um modelo macro-explicativo da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, um modelo, que faz e, de certa forma, refaz a realidade social brasileira. Eis aí o ponto central para darmos sequência a nossa argumentação e é justamente a ele que nos voltaremos a partir de agora. Para esse desiderato, entretanto, julgamos importante, apresentar, ainda que em linhas gerais, a maneira com que o sociólogo pernambucano construiu sua interpretação sociológica do Brasil.

No lastro desse empreendimento proposto, obras centrais de Gilberto Freyre a serem examinadas são “*Casa Grande & Senzala*” e “*Sobrados e Mucambos*” publicadas em 1933 e 1936 respectivamente. Esses dois textos somados ao livro “*Ordem e Progresso*” lançado no ano de 1959, constituem, por assim dizer, a *trilogia freyreana* de interpretação da sociedade brasileira. Oportuno salientar que por meio dessas obras Freyre procurou problematizar de um ponto de vista conjuntamente sociológico, histórico, antropológico, psicológico e ecológico como se deu a formação e a desintegração do sistema patriarcal no Brasil – em seus termos, a primeira grande civilização moderna formada nos trópicos (FREYRE, 2003a).

Na esteira do que está sendo discutido, é importante ressaltar que Freyre dentre outros autores, tais como Sérgio Buarque de Holanda ou então Raymundo Faoro, também se propôs, ao seu modo, a pensar o processo de modernização da sociedade brasileira em termos de continuidade com Portugal. Se em Faoro (1979), esse projeto foi levado a cabo na medida em que a experiência patrimonialista brasileira, segundo este autor, se faria devedora à relação histórica mantida entre metrópole e colônia e, em Sérgio Buarque (1995), ao passo que o

chamado “homem cordial” e familisticamente emotivo teria sido formado com base na ordem cultural portuguesa, na obra de Gilberto Freyre, por sua vez, a noção de continuidade orgânica com Portugal foi pleiteada no propósito de explicar, por um lado, o encontro cultural das raças favorecida pela suposta “plasticidade” do homem português e, por outro lado, sustentar então a centralidade da família tutelar na dinâmica estrutural e estruturante das relações políticas e culturais que se fizera erguer na sociedade brasileira. Mas não nos apressemos.

O que por ora importa reconhecer é que o projeto *freyreano* de interpretação deste tipo de formação social tido como específico não foi construído ou pensado a partir das dinâmicas institucionais ancoradas na figura do Estado, do mercado ou então da igreja. Dito de outro modo, a abordagem de Freyre se constituiu de forma contrária ao pensamento dominante da época na qual se ateve em redigir “*Casa Grande & Senzala*” e “*Sobrados e Mucambos*”, de modo a não enfatizar, nesse sentido, o papel de tais instituições mencionadas para analisar o tipo culturalmente singular de sociedade que aqui supostamente se formou. A passagem que segue é elucidativa desse comentário e ao mesmo tempo esclarecedora de qual instituição se ergue como elemento explicativo central na agenda sociológica de Freyre:

A família, sob a forma patriarcal, ou tutelar, tem sido no Brasil uma “dessas grandes forças permanentes”. Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos; e não em torno dos reis ou dos bispos, de chefes de estado ou de chefes da igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua base patriarcal. [...] a família, no Brasil, tende a desenvolver-se com a igreja, a cooperativa, a comuna, o sindicato, a escola, num dos órgãos de renovação e descentralização de poder, numa sociedade, como a nossa, ainda impregnada de sobrevivências feudais e tutelares. **Como família patriarcal, ou poder tutelar, porém a energia da família está quase extinta no Brasil; e sua missão bem ou mal cumprida. Suas sobrevivências terão, porém, vida longa e talvez eterna não tanto na paisagem quanto no caráter e na própria vida política do brasileiro.** O patriarcal tende a prolongar-se no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico do pai ainda identificado, entre nós, com as imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade (FREYRE, 2003a, p. 78, os grifos são nossos).

Se, por um lado, percebemos no trecho supracitado que a família seria para Freyre a base estrutural e emocional sobre a qual, por suposto, se desenvolveu e se organizou a vida política, social e cultural brasileira, por outro lado, e até mesmo em congruência como esse pressuposto teórico ancorado na instituição familística como “[...] alfa e ômega do processo de constituição de nossa sociedade” (SOUZA, 2003), é passível também notar a centralidade que foi dada na abordagem *freyreana* à figura do homem português ou, melhor dizendo, do senhorzinho, como um personagem politicamente ativo diante de suas mulheres, de seus filhos, amigos, negociantes, mas, principalmente, de seus escravos e escravas.

No entanto, é importante notar que esse mesmo homem colonizador português, na visão de Freyre, não apenas exteriorizaria comportamentos sociais tipicamente dominadores e opressores e é justamente nesse ponto do argumento que o sociólogo pernambucano começa a aplicar empiricamente e desenvolver seus “equilíbrios de contrastes” conforme pôde ler em Simmel (SOUZA, 2003). Ao defender a plasticidade cultural do homem português, ou seja, sua predisposição a receber, por exemplo, a influência cultural africana (e isso justamente por esse homem português já conter historicamente em si um *ethos* que apesar de, por um lado, apresentar elementos sadistas, por outro, reportaria a componentes de compromisso, proteção e abertura afetiva tão necessária a efetivação de uma ordem social híbrida), Freyre, num nível seguinte da análise, pôde desenvolver, com certo sucesso, sua tese da miscigenação racial. Nesse particular, e nas palavras do sociólogo Jessé Souza (2003, p. 107), é possível dizer que a noção *freyreana* de plasticidade se presta a essa “prestidigitação teórica” aludida.

O elemento que completa essa relação “psico-sócio-ecológica”, de acordo com Souza (2003), é o escravo negro. O indígena, no segundo capítulo de “*Casa Grande & Senzala*”, até recebeu uma atenção mais significativa nas análises empreendidas por Freyre. Entretanto, ao observar que a cultura negra representava o contraponto material mais expressivo e regular ao sistema de vida consolidado em torno da família patriarcal no Brasil e, especialmente, do patriarca, Freyre atribuiu ao escravo negro e ao senhor branco, conforme já expusemos acima, um lugar de proeminência em sua empresa teórica. Além disso, Freyre percebe a escravidão – por sinal, um fenômeno passageiro em se tratando da população indígena – como instituição que teve papel central na dinâmica de constituição da sociedade brasileira.

Interessante notarmos que Freyre não concebe a escravidão de forma essencialista e naturalizada. Isso, por sua vez, indica que o sistema escravista não estaria fundado em uma suposta desigualdade natural dos seres humanos no que se refere à raça, conforme algumas correntes da época interpretavam. Temos aqui, portanto, uma contribuição ímpar de Freyre no sentido de superar as teorias eugenistas preponderantes nas primeiras décadas do século XX e associada, com suas devidas especificidades analíticas que aqui não aprofundaremos, ao nome de intelectuais como Oliveira Vianna, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Roquette Pinto ou então Euclides da Cunha (SCHWARCZ, 1993; GUIMARÃES, 2004).

Outra observação pertinente a ser feita é que Gilberto Freyre, embora privilegiasse as relações entre brancos e negros sob o ângulo da cultura, não idealizava romanticamente, como querem alguns de seus críticos, o papel do sistema escravista no Brasil. Ciente da circulação social do referencial teórico *marxista*, ou seja, com um devido conhecimento sobre as bases materialistas de construção de uma ordem social de desigualdades e distâncias, Freyre não

nega que foi o latifúndio açucareiro ou a economia do café que deram sustentação a ordem patriarcal no Brasil. Apesar, no entanto, de Freyre (2006, p. 382), reconhecer que foi o sistema que exigiu o escravo, seu empreendimento comparativo em busca das singularidades desta formação social, o conduziu a interpretar o escravismo em sua matriz essencialmente cultural constituída ao redor de casa-grande (CARDOSO, 2006).

O trecho que segue nos permite explorar um pouco mais dessas nuances teóricas que até aqui estão sendo sugeridas em relação ao esquema interpretativo de Freyre:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. **A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa grande e a senzala.** O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho dos reinos (FREYRE, 2006, p. 33, os grifos são nossos).

Por trás desse tipo de análise, é sempre bom reiterar que atua a noção de plasticidade cultural do homem português, permeando, ora implícita, ora explicitamente, o argumento do autor. Essas zonas de confraternização que o excerto remete não seriam possíveis se, por exemplo, o colonizador português não possuísse uma mentalidade “aberta” e empreendedora. Nas palavras de Jessé Souza: “[...] se esse elemento a tal ponto dominante não carregasse em si próprio os germes da cultura que aqui iria se desenvolver, toda a argumentação de Freyre perderia em plausibilidade” (SOUZA, 2000, p. 76). Deste modo, é possível dizer que, para Freyre, esses equilíbrios de contrastes antes de reinarem de forma vigorosa na paisagem social brasileira habitaram os corações dos desbravadores e colonizadores portugueses.

Com base, inclusive, nesses pressupostos conceituais, é que Freyre, num segundo momento de sua análise, pôde argumentar, dentre outras coisas, que a constituição da família polígama em torno dos patriarcas decorreria então da necessidade de ampliação do núcleo familiar bem como do povoamento das terras. Paralelamente a essa leitura, o autor também ponderou que existiria uma perspectiva de mobilidade social para o negro no interior desse

sistema, mobilidade essa que, em última instância, seria representada pela emergência da figura do mestiço resultante do “encontro afetivo” entre senhorzinho e a escrava “fazedora de quitutes”. Essa perspectiva de ascensão em meio a esse universo de contrastes, de acordo com o autor, ainda teria sido garantida ao passo que muitos dos filhos mestiços foram educados no espaço de casa-grande com os filhos de Nhonhô e Iaiá, tendo, portanto, a real possibilidade de tornarem-se legítimos ao apropriarem-se da cultura legítima em voga.

Um último ponto a ser mencionado acerca do esquema interpretativo de Freyre, antes de passarmos a situar o modo com que aprouve a Mario Filho tecer suas interpretações do futebol brasileiro, repousa no entendimento de que o autor pernambucano, em que pese o seu ecletismo metodológico e sua recusa à divisão do trabalho intelectual, também deu ênfase em seus textos a uma visão objetivista de Sociologia. Em outros termos, Freyre não partilhou apenas de uma visão subjetivista de trabalho sociológico se centrando somente em evocar as sensibilidades dos atores, haja vista que ao tecer suas análises levou em conta a existência de um complexo estrutural que suportaria os raios de ação e comportamento de seus personagens ideais-típicos – complexo estrutural esse, representado esquematicamente na figura da “casa-grande” e do “sobrado” acompanhado de seus correspondentes “senzala” e “mucambo”.

Diz ele na introdução à segunda edição de *“Sobrados e Mucambos”* (2003a, p. 91) não conhecer melhores símbolos correspondentes do que “casa-grandes e senzalas” e “sobrados e mucambos” para explicar a expansão do sistema patriarcal no Brasil bem como as diferenças de *status* preponderantes entre as personagens centrais de sua trama, isto é, o senhor branco e o escravo negro. Ao reconstruir, portanto, seu “todo sócio-estrutural significativo” referente à formação da economia patriarcal e familística brasileira, Freyre, segundo aponta o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (2006, p. 21), recorreu à esfera íntima, sexual e afetiva tomando os comportamentos em seu núcleo de ação efetivo e não apenas como padrões culturais. Esse tipo de reconstrução, por sua vez, foi garantido na obra do autor na medida em que a estrutura da “casa-grande e senzala” – e, noutro momento, de “sobrados e mucambos” – funcionaria como mecanismo regulador tanto da vida quanto da personalidade dos brasileiros.

Com todo o risco de termos fornecido uma visão teórica simplificada e, até mesmo, incompleta da arquitetura teórica mobilizada pelo sociólogo pernambucano por conta dessa exposição abreviada que fizemos de sua teoria, é oportuno ressaltar, a maneira de síntese, que a tese da miscigenação e a tese da democracia racial são as principais ideias-força que orientaram a elaboração de seu modelo interpretativo estruturado acerca da formação social brasileira e que, posteriormente, foram solicitados pelo autor (e por outros autores que o sucederam) para pensar o papel e valor do futebol no Brasil. Em outras palavras, e como nos

aproveite até aqui argumentar, Freyre priorizou em sua leitura da formação societária brasileira o encontro cultural das raças e a perspectiva de mobilidade social para os negros, estando essas duas dimensões intimamente conectadas ao longo de suas análises e descrições.

Essas duas dimensões, inclusive, constituem-se nos principais atributos acentuados pelo próprio Freyre no ato de pensar a suposta singularidade do futebol brasileiro, conforme atestam aqueles estudiosos que se ativeram em reconstituir e problematizar a interpretação que este sociólogo estruturou acerca dessa prática esportiva que havia sido trazida de terras inglesas (SOARES, 2003; BARRETO, 2004; MARANHÃO, 2006; CAPRARO, 2011a; MORAIS; RATTON JÚNIOR, 2011). Teríamos postas, nesse caso, as bases teóricas que levaram este intelectual a pensar o futebol brasileiro como uma variante *sui generis* e sem equivalentes no mundo, ou seja, estabelecido enquanto tal por conta basicamente da híbrida gramática social que haveria supostamente favorecido uma apropriação cultural distinta dessa prática esportiva no país. DaMatta, a esse respeito, realiza a seguinte intervenção:

Haveria, neste uso exclusivo dos pés que caracteriza o *football association*, uma relação inconsciente com o jogo de capoeira que os escravos africanos trouxeram para o Brasil? Jogo onde as armas de luta não são os punhos, mas os pés? Gilberto Freyre, que é o único dos interpretes clássicos da sociedade brasileira a tocar no futebol, responde afirmativamente, salientando no famoso cap. XI de *Sobrados e mocambos* que o pé pequeno do mulato brasileiro ajudava os passos rápidos tanto do samba quanto da capoeira. Samba que o levava para dentro do sistema como dançarino alegre, capoeira que o marginalizava e sinalizava seu lado rebelde. Ambos, contudo apaziguados, como remarca Gilberto Freyre, pelo futebol “dionisiaco” — esse instrumento privilegiado de ascensão do negro e do mulato dentro da sociedade brasileira. O fato é que esse jogo britânico do “pé na bola” foi reinterpretado no Brasil como a arte da “bola no pé”, o que mudou tudo. Num caso a bola é um atrapalho a ser rebatido, despachado ou chutado com o pé que, afinal, foi feito para isso mesmo; no outro, entretanto, descobre-se uma afinidade inusitada entre o pé e a bola que agora tem com esse pedaço do corpo humano uma séria afinidade e atração que é uma das marcas mais importantes do futebol brasileiro. Pois por meio dele e, acima de tudo, com ele, a bola transforma-se em objeto feminino e desejável, e o pé transforma-se em instrumento que segura, prende, acaricia, domina, controla, prende e “come” a bola (DAMATTA, 2006, p. 157).

Esse excerto é interessante porque nos permite perceber que a postura de DaMatta consiste, por um lado, em saudar o pioneirismo de Freyre nos estudos sociológicos do futebol e, por outro, em atualizar aquilo que acredita ter ocorrido com o futebol no Brasil, ou seja, uma reapropriação cultural distinta deste fenômeno que culminou com a invenção de um suposto estilo brasileiro de praticar esse esporte e, mais incisivamente, com a emergência da aclamada modalidade do “futebol-arte”. No entanto, esse tipo de prognóstico muito antes de ser evocado por DaMatta já se fazia presente, ainda que com algumas restrições, no livro “*O negro no futebol brasileiro*” de Mario Rodrigues Filho, conforme indicamos a seguir.

A primeira versão de “*O negro no futebol brasileiro*”, foi publicada, como já dissemos em outro momento da tese, em 1947 e sua estrutura original era composta de quatro capítulos. Em 1964, por sua vez, Mario Filho, acrescentou dois novos capítulos ao livro que, dessa maneira, tomou sua forma definitiva. De modo geral e, talvez apressado, diríamos que o texto se caracteriza como uma narrativa histórica do futebol brasileiro (tendo como ponto de partida a trama social que teria sido levada a cabo especialmente no contexto de ação futebolístico carioca) endossada por uma infinidade de arranjos sociais recuperados pelo autor através de pesquisa em atas, súmulas, jornais, álbuns e, principalmente, por via da reconstituição de uma tradição oral atenta a fatos não registrados nas fontes oficiais de forma, então, a potencializar o descortinamento de alguns processos esquecidos ou ocultados na história do futebol no Brasil e em sua construção historiográfica (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 20-23).

Se não bastasse essa variedade de fontes históricas que qualificam o texto, essa obra ainda fornece pistas sociológicas importantes sobre o processo de formação desta sociedade, em especial, no que diz respeito à construção de uma identidade nacional compartilhada (da qual a própria obra em tela é depositária e refratária) e alavancada na ideia da mestiçagem como característica virtuosa desse povo formado aqui nos trópicos. Além disso, uma leitura mais cuidadosa deste livro daria conta de perceber que o mesmo problematizou uma série de mecanismos de mobilidade social presentes na sociedade brasileira assim como as distâncias e barreiras raciais e sociais que foram erguidas como critérios estruturantes da ação e como pressupostos valorativos que classificam os indivíduos e os grupos sociais no Brasil.

Por essas e outras razões é que, para além das disputas acadêmicas evidenciadas a respeito do estatuto científico de “*O negro no futebol brasileiro*” (SOARES, 1999a, 1999b; MURAD, 1999; HELAL; GORDON JÚNIOR, 1999), percebemos e reivindicamos um valor fundamental nessa obra na construção de significados sociais profundos que perpassam decisivamente a produção acadêmica nacional em Sociologia do Futebol bem como a própria percepção cotidiana acerca do lugar diferencial que viria então a ser ocupado pelo futebol na hierarquia das práticas culturais tal como estruturada na sociedade brasileira. Tal condição, no entanto, não isenta a empresa de Mario Filho de possíveis críticas.²⁷

Sobre as influências teóricas que nortearam Rodrigues Filho na escrita de seu texto, se destaca, sobretudo, a recorrência deste autor às formulações clássicas de Freyre. A propósito, devemos frisar que quanto a essa alusão de Mario Filho às ideias *freyreanas*, a academia não

²⁷ Uma possibilidade de utilização deste livro consiste em servir-se do material descritivo apresentado pelo autor sobre alguns dos acontecimentos histórico-sociais que marcaram a circulação da prática futebolística no Brasil, mas sem compartilhar de seus *insights* teóricos e suas generalizações explicativas acerca do fenômeno.

tem tido dificuldades em reconhecer este fato e tecer suas considerações (SOARES, 2003; CAPRARO, 2011a, 2011b, p. 218). O próprio prefácio escrito por Freyre para a primeira tiragem do livro ou mesmo o reconhecimento implícito dessa filiação admitido por Mario Filho na nota à primeira edição bem como uma série de argumentos que percorrem e se repetem por todo o livro são bons indicativos dessa conjectura que estamos tecendo.

Vale a pena, nesse particular, reproduzir alguns fragmentos do texto de Rodrigues Filho com vistas a localizar o modo com que as teses de Freyre acerca da democracia racial e da miscigenação foram traduzidas e ganharam forma em “*O negro no futebol brasileiro*”.

Falar em futebol era falar na derrota do Vasco. Veio outra semana, o Vasco continuou a vencer, não perdeu mais até o fim do campeonato. A vitória do Flamengo tinha dado a ilusão de que tudo ia voltar a ser o que era dantes, os times de brancos sempre levantando campeonatos, os times de pretos perdendo sempre. A ilusão durou pouco, os clubes finos, de sociedade, como se dizia, estavam diante de um fato consumado. Não se ganhava campeonato só com times de brancos. Um time de brancos, mulatos e pretos era campeão da cidade. Contra esse time, os times de brancos não tinham podido fazer nada. Desaparecera a vantagem de ser da boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir, em igualdade de condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto, pra ver quem jogava melhor. Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro. Restava saber qual seria a reação dos grandes clubes (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 126).

Porque com o profissionalismo não fazia mal o Fluminense botar um mulato, um preto no time, contanto que fosse um grande jogador. Melhor branco. Mulato ou preto, só grande jogador (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 193).

Ameaçado de perder seus amadores, os seus brancos, o Botafogo foi para cima dos jogadores dos outros clubes, sem ligar mais à cor. Tirou Leônidas do Vasco, Waldemar do São Paulo. Pouco importava que fossem pretos. Eram pretos, mas eram os maiores atacantes do futebol brasileiro. Assim não faziam mal, só podiam fazer bem (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 205).

Mas o Flamengo ainda não era um clube do povo. Fazia a mesma questão de cor do Fluminense. Virou clube do povo quando acabou com a estória de só branco no time. Abrindo a porta da Gávea para os pretos (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 210).

Rodrigues Filho corrobora com a tese da democracia racial nesses excertos, na medida em que narra a ascensão social de negros e mestiços nos quatro principais clubes cariocas, sendo que o Vasco da Gama foi o pioneiro nessa iniciativa ganhando o campeonato estadual de 1923 com negros, mulatos e pobres compondo seu escrete, ao passo que nos outros três clubes referenciados essa experiência só viera a se concretizar quase uma década mais tarde, a partir dos anos 1930. É sempre importante frisar que por trás desse tipo de narrativa subjaz a ideia de que o futebol na condição de microcosmo social, dotado de pouca autonomia, ao menos a partir do ponto de vista teórico culturalista, estaria refletindo um suposto movimento de democratização racial operado mais amplamente na sociedade brasileira como um todo.

Entretanto, o paradoxo da interpretação de Mario Filho repousa no fato de que ele próprio ponderou que essa ascensão de negros e mestiços no futebol não seria resultado de um aprendizado moral coletivo de valorização desta raça, mas, antes de tudo, que a estrutura do contexto futebolístico brasileiro é que exigiu essa tomada de posição, se bem que essa leitura não está plenamente articulada no livro de modo que, para este autor, a inserção de negros e mestiços no futebol teria sido favorecida por razões como a que se expõe abaixo:

Quando acaba, Domingos não ensinava nada, Leônidas é que ensinava tudo. Foi só ele dar uma bicicleta, a bicicleta passou adiante, nos campos, nas peladas, pelo Brasil afora não houve quem não desse uma bicicletazinha. Talvez porque o que Leônidas fazia fosse mais brasileiro, estivesse na massa do sangue dos nossos brancos, mulatos e pretos. Como o samba. Toca-se um samba, seja onde for, só se vê gente gingando o corpo. Domingos gingava o corpo, mas não se desmanchando todo, como Leônidas. Dançando o samba, jogando futebol. A sobriedade de Domingos chocava como uma coisa vinda de fora. Da Inglaterra. Tanto que quando se queria dar uma ideia de Domingos vinha-se logo com futebol inglês. O futebol inglês como a gente imaginava. Pelas anedotas do inglês tão a do gosto do brasileiro. O inglês frio, imóvel. As anedotas de inglês sendo, para Domingos, o que Sterne foi para Machado de Assis. De uma certa forma Domingos foi o Machado de Assis do futebol brasileiro. Inglês por fora, brasileiro por dentro. Sobretudo carioca. Quanto mais se esforçava para ser inglês, mais Domingos se traía como carioca. Como o velho Machado. O mulato de pince-nez, de barba do Ministro do Império, o preto de fala macia, arrastada, com o seu passo de malandro, de samba de breque. Mais inglês, porém, do que os ingleses brancos que o torcedor conhecia. Ingleses brancos que, vestindo-se de jogador de futebol, tratavam, mais do que depressa de se abrigar. Chegando mesmo a inventar jogadas, feito Leônidas para agradar ao público. O caso do Charles Miller, o ‘charles’, sendo o primeiro brasileiro em futebol. O avô da bicicleta. O torcedor gostava era daquilo. Os jogadores mais brasileiros sentindo isso. Waldemar de Brito não deixando, em nenhum jogo, de dar o seu ‘charles’, a sua letra. Senão iam pensar que ele estava decadente. Um ‘charles’, uma letra, convenciam todo mundo de que ele era o mesmo. Que estava até melhor. O que sucedeu com Romeu depois do ‘vai-mas-não-vai’. Romeu já quase no fim, o ‘vai-mas-não-vai’ remoçando-o, o público se esquecendo da careca dele. Um ‘charles’, uma letra, uma bicicleta, jogadas jovens, alegres, fantasias de balé. A impressão de Olívio Montenegro quando viu um jogo pela primeira vez. Sem saber o que era um gol, um pênalti, um corner, em off-side nem se fala. Não sabia o que era futebol, sabia, porém, o que era um balé. Para não dizer um samba. A torcida levando para a geral, para as arquibancadas, cuícas, pandeiros e tamborins, enchendo o estádio de sons de samba. Os jogadores não errando o passo, o ritmo do futebol sendo o do ‘vai-mas-não-vai’ de Romeu. **Do ‘vai-mas-não-vai’, do samba, a nossa dança dionisiaca. Coisa que não escapou à observação de Gilberto Freyre: o futebol era dionisiaco. Dionisiaco como Leônidas, não apolíneo como Domingos** (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 216-217, os grifos são nossos).

Impressionado com o “malabarismo” de jogadores como Leônidas ou, noutros termos, com a “arte da bola no pé” praticada por esse jogador, para usar os termos de DaMatta (2006), Mario Filho é levado a edificar uma análise que enfatiza uma espécie de contribuição ímpar legada pelos negros para com a forma de se praticar futebol no Brasil. Gente negra e mestiça, nesse caso, não representava um empecilho ao desenvolvimento do futebol no país, mas, ao

invés disso, era prova mesmo de que essa raça é quem havia “açucarado” o “estilo brasileiro” de se praticar esse esporte, conforme se cristalizaria no imaginário nacional e mundial.

Assim sendo, Mario Filho estabelece uma correspondência entre miscigenação racial, a suposta “reapropriação cultural dionisiaca” que se operou no futebol brasileiro por conta dos negros e mulatos que o praticavam e a ascensão social das populações de cor no contexto de ação futebolístico, engendrando uma dinâmica analítica muito particular e que aos ouvidos de Gilberto Freyre parecia soar como música, como ele mesmo reconheceu: “[...] era natural que o futebol, no Brasil, ao engrandecer-se em instituição nacional, engrandecesse também o negro, o descendente de negro, o mulato, o cafuzo, o mestiço” (FREYRE, 2003b, p. 25).

Avançando na argumentação, é oportuno mais uma vez ressaltar que essa proposta de leitura culturalista iniciada em Freyre e continuada por Mario Filho, seria aprofundada em DaMatta com a relativa particularidade de que a tese da democracia racial ao longo de seus escritos seria reconvertida na tese da democracia social.²⁸ Vale pontuar que DaMatta assim como Freyre não elegeu o Estado, o mercado ou a igreja como pontos de partida para suas reflexões, cujo propósito maior seria trazer à tona “o que faz do brasil, Brasil”. Ao invés disso, procurou acessar o universo social brasileiro e interpretá-lo a partir de alguns de seus principais ritos, a saber, o carnaval, os desfiles cívicos, o futebol etc. (DAMATTA, 1997).

O principal livro de DaMatta sistematizado com o intuito de atingir o objetivo de desvelar a singularidade de uma formação social como a brasileira foi “*Carnaval, malandros e heróis*” publicado em 1979. Além do diálogo mantido nesse texto com alguns dos principais intérpretes do Brasil moderno, DaMatta também recorre a preceitos de Dumont, Turner e Geertz. O método que baliza a obra é o estrutural. A abordagem, por sua vez, é a comparada, tal como reconhece o próprio autor ao dizer que na sociedade brasileira: “[...] ao contrário dos Estados Unidos, nunca dizemos ‘iguais, mas separados’, porém, ‘diferentes, mas juntos’, regra de ouro de um universo hierarquizante como o nosso” (DAMATTA, 1997, p. 18).

²⁸ A socióloga norte-americana Janet Lever no livro “*A loucura do futebol*” – resultado de suas investigações levadas a efeito aqui no Brasil durante os anos de 1967 a 1973 com vistas, sobretudo, de escrever sua dissertação de mestrado que deu origem ao referido livro –, de certa forma, antecipou DaMatta, na leitura do futebol com ênfase analítica particularmente voltada aos elementos de integração social garantidos a princípio por essa prática esportiva. Influenciada pelas teorizações de Simmel e Geertz sobre o campo da cultura moderna, a autora defende que o “[...] esporte contribui para a integração nacional ao dar às pessoas de diferentes classes sociais, etnias, raças e religiões alguma coisa para partilhar e usar como base para a solidariedade ritual” (LEVER, 1983, p. 41). No que se refere mais especificamente ao futebol brasileiro, autora defende que o mesmo não se trataria de “ópio do povo” conforme sustentado em texto anterior (LEVER, 1969) e, ao invés disso, representaria uma força integradora de segmentos sociais bastante diferenciados. “Paradoxalmente, essa integração é alcançada pelo aprofundamento das divisões dentro da sociedade” diz a autora (1983, p. 45). A comprovação desta tese é possível de ser verificada na seguinte passagem: “Os grupos raciais, de classe e étnicos estão divididos, mas uma medida de coesão social lhes permite jogar juntos e construir um senso ainda maior de interesse partilhado. A prova dessa coesão é a raridade da violência em larga escala no futebol brasileiro” (LEVER, 1983, p. 187).

Para levar adiante seu projeto de compreensão dos caminhos que tornam a sociedade brasileira única e singular no mundo, DaMatta se vale de um rigoroso esquema conceitual no qual a noção de indivíduo e pessoa merecem uma maior atenção, porque são justamente elas que dão suporte ao desenvolvimento da categoria “dilema brasileiro” ou “jeitinho brasileiro”. A inspiração *dumontiana*, nesse quesito, é particularmente visível. Indivíduo para DaMatta vai ser aquele sujeito que se conforma aos ideais e leis do mercado, fruto do liberalismo e que age impessoalmente segundo as regras que governam a vida moderna. A pessoa, ao contrário disso, seria aquele sujeito que age amparado em favores e camaradagens provenientes de seus núcleos de contatos íntimos e pessoais, algo completamente típico de um contexto de ação social pré-moderno ou tradicional, conforme sustenta o autor (DAMATTA, 1997).

A partir desse arcabouço iremos ter uma complexa formação conceitual dicotômica sendo solicitada, posto que a sociedade brasileira comportar-se-ia então, no entendimento de DaMatta, de acordo com esse código de etiqueta duplo das relações sociais. Os equivalentes estruturais dessas duas formas de comportamento seriam então o binômio “a casa” e “a rua” já presentes, é sempre bom lembrar, no Freyre de “*Sobrados e Mucambos*”. A “casa”, esfera privada por excelência, é percebida e tratada no esquema de DaMatta como o *locus* onde insurgem com maior frequência os comportamentos pessoalistas decorrentes de um núcleo de socialização pré-moderno (família patriarcal de Freyre) ao passo que a “rua”, equivalente da esfera pública, seria marcada pelas relações impessoais garantidas pelo mercado moderno.

O “dilema brasileiro”, nesse particular, é pleiteado por DaMatta para sintetizar o fato de que no Brasil haveria um suposto predomínio das relações pessoalistas sobre as relações impessoalistas, dos comportamentos típicos da casa sobre os comportamentos típicos da rua. Prova disso, dentre outras coisas, é o rito verbalizado do “Você sabe com quem está falando?” que seria constantemente evocado na vida pública brasileira (ainda que os indivíduos que se valham do rito sintam-se comumente embaraçados diante disso) para restabelecer ou então reforçar as hierarquias tradicionais por conta de se pertencer a uma determinada família de influência na sociedade ou então por se ter um primo político etc. Nos Estados Unidos, por sua vez, quando os indivíduos se deparam com uma situação conflituosa recorrem, com vistas a estabelecer a igualdade, ao rito “Quem você pensa que é?” (DAMATTA, 1997, p. 197).

É sobre essa ótica específica, segundo Souza (2001), que DaMatta procura ensaiar uma explicação *sui generis* para desigualdade brasileira, muito embora, sua preocupação maior seja trazer à luz aqueles elementos que contribuíram para conformação de um tipo singularmente cultural de sociedade que só poderia ser desvelado quando visto de forma positiva, otimista e não a partir da hipótese negativista do atraso. Não é por acaso, portanto,

que DaMatta elege o carnaval, o jogo do bicho, as procissões religiosas, as paradas cívicas e, especialmente, o futebol como chaves interpretativas para avançar nesse empreendimento.

É necessário frisarmos que esses objetos que o autor separa cuidadosamente, se situam e pertencem ao domínio do mundo social extraordinário ao passo que as rotinas de seriedade são encaradas como pertencentes ao raio de ação do mundo social ordinário. De acordo com DaMatta (1997), é no domínio do mundo social extraordinário ou extra-cotidiano que o Brasil se revela e, portanto, permite-se ler como sociedade, pois nesses momentos é que seriam dramatizados sob a forma de ritos as principais características estruturais e afetivas que governariam essa sociedade em seu cotidiano. É o próprio autor quem corrobora com este parecer: “De fato, como o ritual é definido por meio de uma dialética entre o cotidiano e o extraordinário, o rito estando na situação extraordinária, ele se constitui pela abertura desse mundo especial para a coletividade” (DAMATTA, 1997, p. 38).

Os ritos pensados e estudados em suas manifestações coletivas por DaMatta (1997) preencheriam então algumas funções nesse país e, para tanto, se classificariam da seguinte maneira: (a) os *ritos de reforço* que reiterariam a estrutura e a hierarquia de poder; (b) os *ritos de inversão* onde os papéis sociais seriam invertidos de modo a propiciar, no plano mimético, uma experiência de igualdade, justiça e democracia; e (c) os *ritos de neutralização* onde se verificaria uma alternância entre as duas primeiras tipologias de ritos. Sendo assim, o rito emerge como categoria heurística na abordagem *damattiana* já que é pela dramatização inerente ao rito que os homens, segundo o autor (1997, p. 36), “[...] tomariam consciência das coisas [...]” e então passariam a “[...] vê-las como tendo um sentido, vale dizer, como sendo sociais”. É no lastro, portanto, desse esquema exposto que DaMatta teoriza sobre o futebol.

Cabe notarmos que o futebol brasileiro em DaMatta é exclusivamente interpretado como um *rito de inversão* que denota um “drama por justiça social” e, em seguida, como um *rito de reforço* que fortalece os vínculos e sentimentos nacionais. Tal como expresso nas palavras de Vaz (2002, p. 140), “[...] DaMatta atribui ao futebol um alto grau de positividade, vinculado ao seu caráter de *experiência democrática* e de *produtor de unidade e identidades nacionais*, algo que, segundo diz, pouco se pode observar em outras esferas da vida nacional”. É importante termos em mente que esse tipo de diagnóstico estaria presente em todos os textos que DaMatta dedicou direta ou indiretamente a análise deste fenômeno (1982a, 1982b, 1994, 2003, 2004, 2006, 2009), reiterando ele próprio ao longo do tempo e de sua obra a ideia do futebol como uma “escola da vida” ou, noutros termos, como uma “lição de democracia”. Os excertos que seguem ilustram bem como essas proposições são tecidas em sua abordagem:

Ora, num país onde a massa popular jamais tem voz e quando fala é através dos seus líderes, dentro das hierarquizações do poder, **a experiência futebolística parece permitir uma real vivência de “horizontalização do poder” por meio da reificação esportiva. O povo vê e fala diretamente com o Brasil, sem precisar dos intermediários que totalizam o mundo social para ele, e em seu nome.** É pelo futebol, então, que se permite à massa uma certa intimidade com os símbolos nacionais. E é só nos dias dos jogos da “seleção brasileira” que se pode observar o povo vestido com as cores da bandeira nacional, vivendo uma experiência concreta da “união nacional”. Nestes momentos de “carnaval cívico”, criados pelo futebol, os símbolos sagrados da pátria (que no Brasil são cercados de regras em termos do seu uso) deixam de ser propriedade do “governo” e das “autoridades” para se disseminarem pela massa anônima que com eles celebra uma relação de franca e desinibida intimidade (DAMATTA, 1982b, p. 58, os grifos são nossos).

No futebol e pelo futebol, o povo aprendeu que pode vencer seus problemas sem salvacionismos messiânicos ou ideológicos. Com ele, o Brasil teve uma grata e apaziguante experiência com a vitória, com a excelência, com a competência, com a paciência e com o amor, esses valores sistemática e significativamente ausentes dos projetos políticos. Nesses papéis, ao contrário do futebol, a sociedade brasileira surge como uma entidade vazia de valores, destinada a ser reeducada e transformada pelo Estado. É, pois, o futebol que engendra essa cidadania positiva e prazerosa, profundamente sociocultural, que transforma o Brasil dos problemas, das vergonhas e das derrotas, no país encantado das lutas, da competência e das vitórias. Uma coletividade que pode finalmente contar com suas próprias forças e talento. Com o futebol, o Brasil não nos enche de vergonha — como ocorre no discurso dos políticos —, mas de orgulho, carinho e amor. Viva o carnaval! Viva o futebol! E viva o povo brasileiro que generosamente permite que o Brasil campeão resgate o Brasil que tem ódio de si mesmo (DAMATTA, 2006, p. 124).

Como vemos, DaMatta eleva o futebol ao nível de fenômeno quase que etéreo e que, por conseguinte, permitiria a sociedade brasileira acertar as contas com ela mesma. O futebol assim como o carnaval inverteria então, na visão do autor, uma ordem social repleta de injustiças, dissolvendo mesmo que por um instante as distâncias objetivas que se construíram no Brasil em termos de classe, raça, religião etc. Além disso, é pelo futebol que teríamos finalmente, segundo DaMatta, a real possibilidade de nos descobrirmos mais alegremente como brasileiros, encontrando uma fonte de energia para voltarmos às rotinas do cotidiano. Deste modo, o futebol seria importante “[...] não porque ele faça esquecer as mazelas e as mistificações rotineiras, mas porque a experiência com a vitória, com a excelência, com o esforço e o sacrifício coletivos, com o entregar-se de corpo e alma a uma camisa-causa, permite voltar ao trabalho com novas disposições” (DAMATTA, 2006, p. 126).²⁹

Em síntese, o argumento de Roberto DaMatta é que o futebol em particular e o esporte em geral, num primeiro momento, trouxeram em si os germes de uma lógica individualista moderna, dadas suas origens datadas da sociedade inglesa da metade final do século XIX, e,

²⁹ Para qualquer observador mais atento fica-se claro que essas proposições de DaMatta são colocadas em termos idênticos aos preceitos defendidos na tese do futebol como “ópio do povo”. Em nossa opinião, o que DaMatta realiza é uma espécie de inversão especular nessa explicação *marxista* do futebol e aquilo que era visto como “alienante” e negativo para os *marxistas*, passa a ser visto como algo positivo e que, por sua vez, proporcionaria um momento único de solidariedade coletiva para este povo sofrido que clama por justiça e igualdade.

num segundo momento, de que essas práticas ao serem contrastadas com uma sociedade como a brasileira, marcada, segundo o autor, pelo predomínio de relações pessoalistas pautada em troca de favores e onde só teriam vez os poderosos, produziram, por meio de um rito de inversão, uma experiência singular de democracia e igualdade. Aí residiria, para DaMatta, a explicação de o futebol ter se popularizado de forma transclassista no Brasil.³⁰

Com relação aos pressupostos e fundamentos teóricos que subjazem a essa proposta interpretativa da relação entre futebol e sociedade brasileira avistada e colocada em termos quase que “endogâmicos”, DaMatta argumenta que:

A questão está em descobrir que vivemos numa sociedade que relaciona intensa e funcionalmente dois sistemas: um de mercado, acoplado a um aparato legal, fundando em leis universais e no indivíduo como sujeito; e outro, de redes imperativas de relações pessoais, que funcionam hierarquicamente, mantendo os velhos privilégios elitistas. O problema não seria ter capitalismo em excesso mas ter capitalismo pela metade. Isto é, um sistema onde o mercado e as leis universais somente operam para baixo, no sentido dos que não têm uma representatividade por meio do nome, das relações ou dos bens de família. A raiz do nosso autoritarismo, deste modo, estaria nesta simultaneidade ou nesta capacidade de relacionar laços de família, amizade e compadrio [...] e um sistema de leis universais que são constantemente colocadas em xeque pela lógica dos laços pessoais. Penso que é neste quadro social que poderemos interpretar a popularidade e a importância de um esporte como o futebol (DAMATTA, 1982b, p. 55, os grifos são nossos).

Importante atentarmos para o fato de que o que DaMatta está chamando de quadro social com vistas a conferir maior credibilidade ao seu modelo, não se trata propriamente de um quadro social, mas, ao invés disso, de um quadro teórico sob o qual ele mesmo e seus continuadores se incumbiram de ler o futebol brasileiro. Trata-se, como podemos notar, de um quadro teórico personalista que, em certa medida, foi renunciado em Freyre, Holanda e, no caso específico do futebol, em Mario Filho. É deste quadro teórico, portanto, que emanam as categorias que DaMatta se valeria, sob uma roupagem híbrida, para interpretar o futebol brasileiro e outros fenômenos culturais à luz das supostas “especificidades” desta formação social antevistas teoricamente por essa geração da qual ele é o porta-voz mais influente.

³⁰ A força desse tipo de explicação teórica repousa, dentre outras coisas, no ato dessa proposta interpretativa, já repercutida, em suas devidas proporções, no espaço social brasileiro desde os tempos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, reiterar a percepção que o senso comum conserva com relação ao futebol no Brasil e, por conseguinte, se valer deste mesmo senso comum para validar suas teses. O próprio DaMatta é quem corrobora com esse prognóstico ao evocar o senso comum como instância legitimadora das teses que veio a propor acerca do carnaval, do futebol e da dinâmica cultural brasileira como um todo, conforme se lê no seguinte trecho: “Quando eu falava de carnaval, todos ficavam surpresos e me questionavam. Eu perguntava se eles já haviam ido a um baile de carnaval. Ninguém. Então que eles primeiro freqüentassem o carnaval para depois criticar minhas teorias a respeito. Vão, freqüentem um estádio de futebol e depois comecem a falar de futebol. As pessoas não vão ao estádio, então não sabem” (DAMATTA, 2004, p. 32). Nesse caso, mais que uma experiência etnográfica, o que DaMatta está reivindicando dos críticos de seu trabalho é que compareçam aos *locus* que lhe aprouve estudar e constatem que “as coisas acontecem” justamente da forma como ele teorizou.

CARNAVAL É UMA FESTA DEMOCRÁTICA



- Bem, Maria... a folia acabou! Agora eu volto a ser a madame e você a empregada!

IMAGEM 9 – Carnaval é uma festa democrática³¹



IMAGEM 10 – Brasil: país do futebol³²

³¹ ANGELI FILHO, A. Carnaval é uma festa democrática. **UOL**, São Paulo. Disponível em: http://www2.uol.com.br/angeli/papeisdeparede/papel.shl?imagem=angeli1024x768_213.jpg&tamanho=1024 Acesso 17 out. 2012.

³² CORRENTE 78. Brasil: país do futebol. **Som livre**, LP vinil, Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-472811775-corrente-78-brasil-pais-do-lp-nacional-usado-varios-artistas- JM> Acesso 30 mar. 2013.

Quando DaMatta então (1982b), recorrendo a Geertz enfatiza que existem muitos modelos interpretativos para o Brasil, mas, em contrapartida, não se tem um modelo exclusivo do Brasil, ele, por assim dizer, está “jogando água no seu próprio moinho”, como é possível de se entrever de assertivas do tipo: “Básico, parece-me, é descobrir que estamos nus e sós diante de nos mesmos e que cabe a nós e não a Freud, Marx, Weber ou Durkheim, nos dar de pacote ou presente – a teoria do Brasil” (DAMATTA, 1982b, p. 54). Tal vislumbre é louvável e Guerreiro Ramos, por exemplo, também já havia reivindicado no texto “*A redução sociológica*” a necessidade de desenvolvermos soluções teóricas nacionais para subsidiar a leitura dos fatos e concepções sociais vigentes no interior desta sociedade (RAMOS, 1965).

Aliás, não é a possibilidade de sistematização de um modelo exclusivo para leitura do Brasil que aqui se questiona, mas o intuito ou pretensão de se fazer um modelo teórico passar por realidade social, o que, por sua vez, equivaleria a solicitar um *status* de dogma a tal modelo (BOURDIEU, 1989). Óbvio que algumas teorias se prestam a compreender, em seus devidos contextos, determinados fatos de uma forma mais rigorosa quando comparadas com outras concepções que não tiveram tanto êxito nesses empreendimentos pautados na leitura de um mesmo conjunto de fatos. Mas daí para reivindicar a essa teoria o título de “quadro social” ou é muita certeza no que se propõe ou talvez uma falta de cuidado com as expressões.

No que se refere ainda à proposta de tratamento sociológico conferida ao futebol, DaMatta (1982a, p. 23), apesar mesmo de reconhecer a importância de se desenvolver um modelo teórico cujo pressuposto principal fosse encarar esporte e sociedade como “[...] duas faces de uma mesma moeda e não como o telhado em relação aos alicerces de uma casa [...]”, acaba sendo conduzido a edificar suas análises tratando muito mais de ler essa prática esportiva segundo os princípios supostamente estruturantes das dinâmica das relações sociais no país do que ler a sociedade brasileira por via dessa prática esportiva ou então procurar estabelecer uma postura mais relacional neste exercício, conforme ele mesmo recobrou.

Não obstante essas possibilidades metodológicas que, conseqüentemente, remontam à diferentes níveis de articulação micro-macrossociológica, o que se observa é que essas ideias *damattianas*, incrustadas ao propósito de recompor as singularidades nacionais, influenciaria a leitura que não somente uma geração de estudiosos seguintes faria sobre o futebol brasileiro, mas também as leituras que a imprensa esportiva, seja ela escrita ou televisionada, os campos de produção cultural e o próprio senso comum retroalimentado pelo ofício desses especialistas da cultura, teceriam e imporiam acerca da circulação dos bens e das práticas futebolísticas no Brasil. Uma das conseqüências sociais mais marcantes e visíveis, portanto, desses esforços conjuntos historicamente datados foi a construção de uma percepção hegemônica do futebol

brasileiro, favorecendo então a invisibilização e ocultamento de uma série de contra-processos atuantes no contexto de ação futebolístico através da constituição dessa agenda de pesquisas.

Vale notar, inclusive, que vários estudiosos que vieram a se debruçar sobre o futebol no país a partir de um ângulo sociocultural foram, em alguma medida, influenciados pelas ideias *damattianas*, dentre os quais merecem destaque: Leite Lopes (1994), Murad (1994), Soares (1994, 1998b), Gordon Júnior (1995, 1996), Helal (1997), Guedes (1998, 2009), Damo (1998, 2005), Toledo (2000a, 2000b), Franzini (2000), Gastaldo (2002, 2005), Soares e Lovisolo (2003), Antunes (2004), Silva (2004), Paoli (2007), Barbosa (2007), Franco Júnior (2007); Wisnik (2008), Bartholo e Soares (2009), Abrahão, Paoli e Soares (2011) etc.³³

Como é passível perceber pelo número de autores citados, porém não esgotados, essa terceira linhagem intelectual representa uma tradição de pensamento mais duradoura e com uma materialização de conhecimento quantitativamente mais expressiva se comparada com as duas linhagens anteriores que expusemos. Evidente que não será possível nos determos de maneira aprofundada nas especificidades teóricas das agendas de estudo de cada um desses pesquisadores de modo a localizar a forma como se apropriaram e mantiveram vivo o núcleo de reflexões iniciadas por Freyre e Rodrigues Filho e, num nível subsequente, sistematizadas e rearticuladas por DaMatta. Nem mesmo é essa a nossa pretensão.

Nesse caso, o que nos compete esclarecer, antes de retomarmos a título ilustrativo alguns desses textos, é que tais autores apesar de muitas vezes se reportarem de forma crítica

³³ Dentre todos esses estudiosos mencionados, a posição mais controversa e discutível nesse debate, sem dúvida alguma, é a de Antonio Jorge Soares. E isso justamente porque este autor se propôs, especialmente em sua tese de doutorado (SOARES, 1998b) e em outros textos posteriores a ela (SOARES, 1999a, 2003), a fazer uma série de críticas, a essa vertente interpretativa do futebol brasileiro que fez uso dos escritos de Mario Filho, Gilberto Freyre e Roberto DaMatta no sentido de manterem vivas as tradições e saudosismos do futebol no país, mas, em contrapartida, acabou não se desvencilhando por completo dessa tradição teórica cuja qual criticou, uma vez que embora combatendo a essencialização com que as relações entre futebol e identidade nacional foram trabalhadas por uma série de intelectuais no contexto desta sociedade, ainda assim ficou preso à essa proposta de leitura aqui colocada em xeque, especialmente ao procurar trazer elementos que ajudassem a recompor o chamado “estilo nacional” que supostamente se faria prevalecer nas relações de oferta e consumo do futebol no Brasil. Esse ponto de inflexão que estamos sugerindo, talvez seja fruto da reminiscência de algumas ideias que foram desenvolvidas por Soares em seu livro *“Futebol, malandragem e identidade”* de 1994. Nessa obra – fruto de sua dissertação de mestrado –, o autor, ainda que contemplando a relação “futebol e malandragem” na condição de um “mito constituidor” da identidade nacional, acabou não rompendo totalmente como esse mito denunciado, uma vez que tal mito, a seu ver, teria influenciado consideravelmente no modo do jogador brasileiro praticar o futebol, estruturando, nesse particular, a modalidade “futebol-malandro”. Já em outro texto publicado com seu orientador Hugo Rodolfo Lovisolo na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Soares (2003, p. 130) questiona os modelos teóricos sob os quais são analisados ou pleiteia-se analisar a emergência de um “estilo nacional de se jogar futebol” – um jeitinho próprio –, mas, em contrapartida, parece acreditar na existência de uma abordagem equivalente e que deveria ser constituída no sentido de explicar a especificidade do “estilo brasileiro de futebol” mediante a singularidade das técnicas corporais que o distinguem. Por conta, portanto, dessas interpretações apontadas, e apesar mesmo de todos os avanços engendrados por Soares para leitura sociológica do futebol no Brasil a partir de influências teóricas pautadas na crítica historiográfica inglesa (Hobsbawn) e francesa (Veyne), a condição que aqui se sugere é que o autor e alguns de seus colaboradores diretos continuaram relativamente presos a essa argumentação teórica culturalista que se propôs, dentre outras coisas, a desvendar as singularidades do futebol brasileiro, supostamente expressas de modo *sui generis* na expressão corporal dos atletas.

ao modelo explicativo de DaMatta, ainda permaneceram presos a algumas das ideias caras a este autor. Essa ruptura parcial, no nosso ponto de vista, se deve a duas razões íntimas: (1) porque tais autores, pela falta talvez de um distanciamento maior em relação ao referido modelo e às suas implicações epistemológicas e sociais, reatualizaram as categorias analíticas *damattianas* no próprio ato de questioná-las; (2) porque mesmo se valendo das contribuições de toda uma literatura da vanguarda sociológica e antropológica internacional e, por assim dizer, edificando percursos teórico-metodológicos de certa forma alternativos, no final das contas, tais autores apresentaram conclusões muito próximas às de DaMatta.

Em Toledo (2000a, 2000b, 2008), o primeiro interlocutor aqui em voga, avistamos uma espécie de “filiação implícita” a essa linhagem na medida em que pleiteia um acesso estruturalista e totalizante ao contexto de ação futebolístico brasileiro, perspectivando essa prática como um *locus* de “significações flutuantes”, cujas quais caberiam ao pesquisador restituir de modo a trazer à tona o que diferentes atores dos mais diferentes segmentos e níveis de envolvimento com o futebol dizem a respeito dessa prática e, além disso, a forma como vivem e interpretam-na em seus cotidianos e campos de ação (GUEDES, 2003).

Na esteira dessa análise, vale então ressaltar que para Toledo (2000a, 2000b), variados contextos de apropriação do futebol produziram técnicas corporais diferenciadas por conta da variação na interpretação e aplicação das regras do futebol. É, inclusive, desse ângulo feito ponto de partida que este pesquisador procurou interpretar o “estilo futebolístico brasileiro” devedor, segundo ele, a uma heterogeneidade étnico-social e ao processo de resistência das populações negras nesse tipo de formação societária (TOLEDO, 2000b, p. 34).

Esse tipo de explicação, inclusive, veio a ser aprofundada e sistematizada no modelo das “formas-representações” (TOLEDO, 2008), onde o conjunto de regras pré-estabelecidas (igualitárias e universais), as formas (performances corporais treinadas) e as representações numa espécie de relação interativa (de contiguidades e oposições) que envolve vários atores (profissionais, especialistas, torcedores), acabariam por definir estilos de jogo específicos, como o brasileiro ou europeu, ou o jogar à *La Corinthians* ou Grêmio (TOLEDO, 2000a). As passagens que seguem remetem bem a essa proposta de reconstrução teórica:

Nos treinos, observa-se, portanto, um embate dinâmico entre os atores – *torcedores* reivindicando gols e melhor aprimoramento das performances dos atletas, *especialistas* tentando desvendar os “segredos” dos times através do trabalho das comissões técnicas e dos próprios jogadores, e estes últimos, os *profissionais*, buscando uma *forma* ou *padrão* que, se consolidado com sucesso em campo, atingirá, no plano simbólico, às representações do jogar, referendadas por todo um *socius* (TOLEDO, 2000a, p. 163)

Espera-se de qualquer jogador, na apreciação de suas qualidades sensíveis estilo e técnica, ou dos técnicos, no exame dos “segredos” e “filosofias” de seu jogo, os *padrões* ou *formas* por eles experimentados, certas compatibilidades com as *representações* já inscritas e muitas vezes consolidadas no imaginário coletivo torcedor e propagado pela imprensa esportiva. Assim, um atleta ou até mesmo um técnico de um time como o Corinthians ou o Grêmio, por exemplo, deveriam jogar ou propor *formas* de jogo onde a garra, a vontade, a luta, independentemente das suas qualidades profissionais, capacidade, posição, função ou atribuições táticas pré-determinadas, sejam contempladas (TOLEDO, 2000a, p. 165).

As representações referentes a estilos e formas de jogo, nesse caso, se conformam de modo pré-existente ao raio de ação primária dos atores, sejam eles torcedores, profissionais ou jornalistas. Ao menos, é a isso que esses dois trechos remetem. Nesse sentido, o esforço de tais agentes consiste em se movimentarem “ativamente”, “voluntariamente” ou, talvez, sem o saberem, de acordo ou desacordo com essas representações instituídas no imaginário coletivo. O modelo estrutural em tela conduz, portanto, à sensação de que as representações se impõem como realidade objetivamente externa que constrange os atores sociais. Em outras palavras, o modelo supõe que os atores se arranjam e se desarranjam no âmago do fenômeno futebolístico brasileiro como marionetes relativamente presos à essa “regra de ouro” reivindicada sob o estatuto de “lógicas do futebol”. A assertiva que segue é esclarecedora dessa proposta:

Portanto, poderia afirmar que se trata não tanto de ler o Brasil pelo futebol, como se ele fosse uma auto-representação a-histórica, num sentido estrutural, mas ler também o futebol pela sociedade brasileira, nas suas múltiplas dimensões, identificadas, de um ponto de vista típico-ideal, na atuação dos *especialistas*, *profissionais* e *torcedores* que, por sua vez, investem, nem sempre de maneira consensual, na promoção e consolidação de nossa auto-imagem, representada na englobante expressão Futebol Brasileiro (TOLEDO, 2000a, p. 31).

Algumas questões imediatamente insurgem deste excerto: que sociedade brasileira é essa que Toledo chama a existência para ler o futebol? Que representações foram produzidas e têm sido atualizadas e reinventadas não só por profissionais, especialistas e torcedores, mas também pelos próprios intelectuais, acerca da sociedade brasileira e da função social que os bens esportivos e culturais exercem no país? Quais os inconvenientes de ler o futebol a partir de um consenso social teoricamente orientado e através do qual se reproduziu uma “ilusão compensatória” de que somos singulares e especiais no mundo, apesar de todos os problemas?

Como estamos insistindo desde o primeiro capítulo da tese, pautados em algumas proposições de Jessé Souza, o personalismo e o patrimonialismo em suas versões “puras” ou “híbridas” têm colonizado a percepção que a sociedade brasileira tem tido dela mesma tanto no campo acadêmico quanto no senso comum. Se no caso do patrimonialismo vincula-se uma interpretação pseudocrítica da realidade brasileira, do lado do personalismo institui-se uma

verdadeira aversão aos conflitos. Como diz DaMatta (2004, p. 28) ao rebater a tese do futebol como “ópio do povo”: “[...] só se pode mudar aquilo que ama. Eu achava que a teoria do “quanto pior, melhor” para mudar o Brasil não era uma boa teoria. A teoria para mudar o Brasil é quanto melhor fazemos e sentimos que as coisas melhoram, mais queremos mudar”.

Por essas e outras razões, sempre ocultas e nunca devidamente tematizadas, é que essa linhagem interpretativa do futebol atribui aos conflitos sociais um valor residual em suas análises. Toledo se envereda por esse olhar culturalista reticente aos conflitos quando alude à transição do futebol amador para o profissional no Brasil em seu livro *“No país do futebol”*:

A distinção social foi paulatinamente transfigurada em símbolo de um processo de identificação de nacionalidade experimentado pelos mais variados grupos sociais em todo o país. Futebol: símbolo brasileiro que ultrapassa as fronteiras nacionais, tal como se nota através da notoriedade alcançada por inúmeros jogadores, sobretudo Pelé, que condensa na imagem de “atleta do século” o estilo brasileiro de jogar (TOLEDO, 2000b, p. 9, os grifos são nossos).

Toledo não chega ao ponto de dizer que no futebol vivenciamos uma experiência sem equivalentes de democracia, muito embora entenda que a distinção social (categoria que para Bourdieu atua de forma naturalizada em qualquer sistema de estratificação) foi reconduzida na transição do amadorismo para o profissionalismo de modo que no lugar dela, segundo seu entendimento, passou a atuar um vínculo de solidariedade nacional reforçado, dentre outros meios, por via da modalidade do “futebol-arte” – categoria nativa instável da qual Toledo se vale, ainda que respaldado na voz dos atores que pesquisou, para explicar as formas de jogo que se adaptariam ou não a essas enunciações, as cobranças e motivações dos torcedores guiadas por esse nível de interação simbólica e, sobretudo, as análises tecidas pela imprensa esportiva especializada no sentido de preservarem esses códigos ou destoarem deles.

Dando prosseguimento à discussão, cabe ressaltar que outro trabalho onde, em suas devidas proporções, a análise sobre a existência de um suposto “estilo futebolístico brasileiro” assumiu lugar de destaque foi o de Arlei Damo. Tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese de doutorado (DAMO, 1998, 2005), o autor menciona a existência de um “estilo futebolístico brasileiro”, que para além de suas aparentes funções ideológicas, açambarcaria elementos materiais e simbólicos manifestos sob a forma de *habitus* constituídos a partir do encontro conflituoso entre, de um lado, o nacionalismo e, de outro, o regionalismo.

Para Damo (2005, p. 335): “A originalidade do estilo brasileiro, *habitus* constituído a partir do arranjo entre a cultura futebolística e as culturas locais, só é eficaz na medida em que estão dadas as condições sociais para que ele seja aprendido e aperfeiçoado”. Nesse particular, e segundo aponta a partir de suas investigações empíricas, o “estilo futebolístico gaúcho” se

constituiria por referência e ao mesmo tempo por oposição ao estilo brasileiro de “futebol-arte”, ao passo que este último se constituiria também por referência e oposição ao “futebol-força” europeu. A materialização desses estilos ou corporificação dos mesmos se deve, para Damo, ao fato de as condições sociais (no caso de Toledo, as representações) estarem postas e serem acionadas de modo consciente ou inconsciente pelos atores. Esse tipo de “solução teórica” antevista faz toda diferença em seu argumento, tal como revela o excerto a seguir:

O público aplaude e vai a determinados gestos, individuais e coletivos e, assim sendo, marca sua disposição estética e, acredita-se, isso interfira nas ações dos jogadores que, por certo, preferirão, sempre que possível, os aplausos e, portanto, a realização de movimentos apreciados pelo público. Que isso não seja um processo mecânico é mais fácil de demonstrar teoricamente do que através de elementos etnográficos. Como disse anteriormente, os dados já haviam sido lançados quando estava em campo, razão pela qual decidi seguir em frente, indagando, aqui e ali, pelo tal de futebol-arte, um pouco como Quesalid, o cético aprendiz de feiticeiro que, no intuito de desmistificar a magia acaba mistificado por ela – Quesalid é personagem de Franz Boas, mas ficou famoso através de Lévi-Strauss (DAMO, 2005, p. 325).

Há que se indagar, nesse sentido, a inexistência de uma crítica à dimensão da *doxa* no sentido de problematizar, como o faz, por exemplo, Bourdieu (1989), porque o mundo social se constrói de uma forma e não de outra forma qualquer. Ao invés disso, Damo substitui essa preocupação com a maneira pela qual se naturaliza a identidade nacional através do futebol pela temática das identidades regionais, no sentido de apontar que as mesmas talvez sejam mais decisivas para o entendimento do “fascínio coletivo” que o futebol alcançou no país.

Para levar a diante tal escopo, Damo (1998, p. 192), sugere uma certa vulnerabilidade desta “identidade futebolística brasileira” de modo a se garantir então um espaço sobre a qual se assentaria as diversidades regionais, étnicas e raciais. Deste modo, o que estaria em jogo em sua análise não se resume tão somente ao desvelamento de um futebol unitário marcado por um “único estilo”, seja ele nacional ou regional, mas no tratamento daquilo que veio a ser denominado pelo autor na condição de “futebóis”, ou seja, práticas futebolísticas endossadas por inúmeras significações e estilos que se devem tanto às técnicas corporais em voga quanto ao *ethos* de cada uma das comunidades a que dizem respeito (DAMO, 2005).

No lastro dessa argumentação, o autor ainda sugere que o futebol se divide em quatro matrizes, a saber, a bricolada, a espetacularizada, a escolar e a comunitária. Aqui importa nos determos por um instante a matriz bricolada, até porque, no intuito de dimensionar a mesma, Damo (2005) parece ter sido levado a atribuir um tratamento positivo a dimensão *damattiana* da “rua” originalmente vista no arcabouço teórico de DaMatta como o reino, por excelência, da impessoalidade, da competição e, portanto, da “negatividade da vida”. Ao etnografar os

meninos e meninas praticantes dessa variante de futebol em um bairro de classe média-baixa da cidade de Porto Alegre, Damo teceu as seguintes considerações:

O prazer estético dado pela ressemantização dos sacos de lixo, da bola murcha, das traves com sacos de folha secas, pelo jogo jogado no paralelepípedo, em meio aos carros estacionados, sem o calçado adequado, enfim, todos esses ingredientes de bricolagem característicos das peladas da Leão XIII poderiam ser tomados como signos que denotam um estilo de vida e mesmo uma representação de mundo. Todos os elementos referidos poderiam também ser tomados como indicativos das carências brasileiras, da falta de equipamentos adequados ao lazer, aos direitos das crianças e adolescentes, mas eles não são apenas isso. São, em certo sentido, intencionalmente engendrados, incorporados ao jogo e até mesmo imprescindíveis a ele, na medida em que constituem-no como verossímil em relação às representações generalizadas de que é assim que se aprende a jogar futebol “à brasileira” ou, como é definido entre nós, é assim que se faz o futebol-arte. A arte residiria, precisamente, na capacidade de contornar o incontornável, no jogo de cintura, no bricolar com o corpo, com a moralidade, a estética e assim por diante. O futebol seria uma extensão ou quem sabe a concretização desse imaginário. O que não se deve fazer, no entanto, é romantizar estes estilos, esquecendo-se que nele há conflitos, fluxos de poder e violências como em outros contextos (DAMO, 2005, p. 147).

Os efeitos extrateóricos desse tipo de observação são questionáveis e alvo potencial de ataque para qualquer adepto de uma perspectiva teórica mais crítica. No entanto, o que nos interessa reter e sublinhar desse relato de Damo é que a matriz futebolística aludida no texto – matriz cuja qual prevalece a informalidade e o improviso –, vai ao encontro e coaduna com aqueles atributos estéticos previamente reconhecidos no mundo social como sendo inerentes ao “estilo futebolístico brasileiro”, ou seja, ao denominado “futebol-arte”. A primeira conclusão possível de ser extraída, portanto, é que tal “estilo” além de existir objetivamente permearia uma prática, à primeira vista, “desinteressada” desse esporte na esfera do lazer.

A segunda conclusão passível de ser visualizada nesse relato de Damo é que a “arte” atribuída aos brasileiros de “contornarem o incontornável” seja com “a bola nos pés” ou então em seus “cotidianos intensos e dramáticos” a partir de um “jeitinho tendencialmente próprio”, também é acionada para praticar o futebol bricolado. A nosso ver, essa perspectiva de leitura acaba estabelecendo uma relação de “causa-efeito” entre uma suposta conduta ética do brasileiro com uma suposta conduta estética do brasileiro inserido na prática do futebol. Ao denotar esse tipo de conexão, tal proposta se reconcilia com uma tradição intelectual que faz da busca pelas singularidades brasileiras a “pedra angular” de suas reflexões e, no caso do futebol, reivindica, em primeiro lugar, uma explicação para o significado social dessa prática a partir dos “estilos de jogo” e, em segundo lugar, uma leitura com base na crença deste *locus* como espaço para vivência, ainda que provisória, da democracia. Observemos como que a tradição *damattiana* ganha contornos reestilizados na argumentação de Damo:

O Gre-Nal, por exemplo, é uma “aula de democracia”, sem dúvidas. Quando o Inter vence, vencem todos os colorados e, vale recordar, há entre eles pessoas de todas as classes sociais. Ou será que quando o Grêmio ganha apenas a elite comemora? Não, a vitória é de todos os gremistas, inclusive dos negros que a ele pertencem. O que faz do Gre-Nal uma “aula de democracia”, e diga-se de passagem, absorvente, são os cânticos, xingamentos e outras tantas manifestações que permitem expressar, coletivamente, determinados sentimentos acerca do “outro”. Talvez porque não existam outros fóruns para tal, ou porque tais sentimentos tenham de ser expressos de uma maneira tal que só o futebol permite, à medida que faz a “seriedade” passar-se por “brincadeira” (DAMO, 1998, p. 230-231).

Por não realizar uma ruptura radical com a interpretação *damattiana*, Damo é levado a analisar aquilo que se associa muito mais ao domínio de uma violência simbólica no futebol gaúcho e brasileiro a partir de uma lente antropológica aparentemente “positiva” e “neutra”, atenta muito mais ao discurso politicamente correto da alteridade e da diversidade do que ao desvelamento crítico dessas relações. Além disso, ao considerar que o futebol, ainda que não à maneira originalmente prevista por DaMatta, se constitui em uma “aula de democracia”, Damo acaba por circunscrever essa prática no âmago dos chamados ritos de inversão, onde o mundo pode então ser celebrado de “cabeça para baixo”. A dimensão de consenso outra vez prevalece e o futebol passa a ser visto como um *locus* que fornece uma liberdade de expressão e de dizer coletivamente o que os indivíduos pensam a respeito dos outros, o que se assemelha em muito com a totalização da experiência da democracia em DaMatta.

Esse tipo de leitura sugerida, por sua vez, nos remete indutivamente a alguns trabalhos desenvolvidos por Simoni Lahud Guedes (1998, 2009), até onde sabemos a autora pioneira dos estudos antropológicos do futebol no país com o desenvolvimento da pesquisa “*O futebol brasileiro: instituição zero*” (GUEDES, 1977). Inclusive, é nos textos dessa autora que essa proposta explicativa absorvida pela noção de consenso vai ser extremada de modo a fazer com que a “aula de democracia” teorizada por DaMatta passe por “aula de democracia” no futebol brasileiro. Vejamos como que essa interpretação se atualiza nos termos da autora:

O fato é que, nos períodos em que os “dispositivos rituais ampliados” de produção da brasilidade nas Copas do Mundo são acionados, constitui-se um tempo próprio e uma história própria, apresentados e vividos como suspensos em relação ao tempo histórico. Em um processo de intensificação crescente, é a memória da participação do selecionado nacional – logo, do Brasil – nas Copas do Mundo que fica em foco. A suspensão do tempo do cotidiano, assim como, a suspensão simbólica do tempo histórico, para reinaugurar o período ritual festivo em que a nação entra em campo, culmina com os verdadeiros feriados – tempo vazio – que ocorrem nestes jogos do selecionado. Nesse campo, suspenso, liminar, escreve-se uma outra história, aquela na qual se produz a utopia da nação brasileira como povo e como totalidade. O apogeu deste sentimento de pertencimento comum, desta *communitas*, ocorre com a vitória final e a obtenção do campeonato, experiência vivenciada por cinco vezes no caso brasileiro [...], ocasiões raras e memoráveis em que se prolonga, por alguns dias, a celebração da unidade nacional (GUEDES, 2009, p. 464).

Representar o Brasil e o “povo brasileiro” na seleção brasileira de futebol, assim, continua, neste início de século XXI, não sendo uma tarefa fácil. Se podemos considerar que o futebol permanece sendo um veículo ainda insuperável para a construção e reconstrução da identidade social brasileira, figurando as Copas do Mundo de futebol como rituais nacionais, períodos nos quais se reinventa o Brasil como “comunidade imaginada, este processo torna-se crescentemente complexo pois, se continua a ser produzido em um período acima e fora do tempo histórico, um tempo liminar, repercute e reinterpreta as principais questões sociais e políticas que afetam a vida brasileira. Exige, por isso, que se dialogue com estas questões, seja numa mensagem em uma camisa de uniforme, seja empreendendo projetos sociais esportivos (GUEDES, 2009, p. 480).

Esse núcleo de ideias que concebe o futebol e os eventos esportivos interligados a essa prática, em especial as Copas do Mundo, como um *locus* de suspensão da realidade social de modo que nesses momentos os sujeitos vivenciariam e experimentariam então o que é ser “povo brasileiro” em sua totalidade (GUEDES, 2009), exerce tamanha força sobre a leitura, por vezes, simplista e desavisada que os atores menos reflexivos fazem do futebol brasileiro, desta sociedade e das relações socioesportivas em seus cotidianos, que, basta eles ligarem a TV ou acessarem a *internet* para se convencerem que as coisas, de fato, são assim. Nesse caso, os atores não titubeiam por conservar sua visão de mundo do jeito que está constituída, afinal existem até teorias que carimbam com rótulo científico essas ideias. O mais provável, entretanto, é que os atores diante deste poder simbólico, nem sequer se permitam indagar essas coisas ou colocarem a eles próprios essas questões acerca do futebol.

Concorre, além disso, para que essa ordem naturalizada do mundo permaneça assim, o fato, até certo ponto compreensível, de os chamados porta-vozes do senso comum – Galvão Bueno e Pedro Bial são exemplos emblemáticos desse posto –, insurgirem, com frequência, como verdadeiros especialistas na arte de dizerem as mesmas coisas sob roupagens e enfoques diferentes. De tanto se repetir, portanto, a ideia de uma versão *sui generis* de futebol brasileiro e de sociedade brasileira é que grande parte das formas de sociabilidade no país terminaram por reproduzir, de um ponto de vista emotivo e avesso aos conflitos, a imagem ideológica de que o Brasil seria formado por um povo “hospitaleiro”, “simpático”, “sensual”, com “festas bonitas” (SOUZA, 2006, p. 13-14) e que, além disso, joga um futebol “moleque”, “gingado” e, até onde o mito pode ou pôde se sustentar, “sem equivalentes” no mundo.

Caber frisarmos que o efeito subversivo desse poder simbólico de trazer à existência a coisa propriamente nomeada através de estratégias fundadas, sobretudo, na arbitrariedade, conforme demonstrou Bourdieu (1989; 1998b), é ainda maximizado pelo fato dessas ideias “caírem” no campo dos especialistas do *marketing*, legitimando a partir do mercado essa ou qualquer outra visão hegemônica de mundo. Uma propaganda da *Mastercard* referente à Copa

de 2002, e então veiculada na edição especial da Revista *Veja* de julho daquele ano, ilustra bem, e de modo irrepreensível, o que aqui estamos argumentando: “Molecagem em 58: uma estrela; ginga em 62: duas estrelas; futebol-arte em 70: três estrelas; raça em 94: quatro estrelas; ter uma seleção cinco estrelas: não tem preço” (VEJA, 07/2002, p. 37).

Imperativo ressaltar que essas ideias não são um presente dos céus. Ao invés disso, são originalmente tecidas pelos intelectuais e, por via do mercado e do trabalho dos especialistas, tendem a se espalhar para a sociedade como um todo. A noção de “futebol-arte”, apanágio e sustentáculo da identidade brasileira, se constitui em exemplo elucidativo disso. Pensada pioneiramente por Freyre, acionada em Mario Filho, sistematizada em DaMatta e empregada como categoria analítica por vários dos estudiosos mais atuais do futebol, tal noção ganhou o “coração” dos brasileiros através de sua exposição constante no campo midiático.

No cenário futebolístico recente, o suporte palpável e tangível desse investimento que consiste em descobrir os *genes* do “futebol-arte” nacional é o jogador Neymar revelado pela equipe do Santos Futebol Clube e que atua pela seleção brasileira. Em outros tempos não tão remotos, os “suportes” desses signos foram jogadores como Robinho, Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo, Romário, Zico e, de modo um tanto paradigmático, Sócrates como é possível de se notar na propaganda da *Coca-Cola* divulgada na Revista *Veja* em maio de 1993:

Calcanhar (Do Bras. dar de calcanhar) s. m. 1. Lance artístico do futebol, em que o jogador que tem a bola entre os pés surpreende seu adversário passando-a, inesperadamente, para um companheiro de equipe, com um toque sutil de calcanhar. Esta jogada de classe, que pipoca a torto e a direito nos campos de futebol no Brasil, foi aperfeiçoada pelo jogador Sócrates, o “doutor Sócrates”, como era conhecido, lançava a bola com ambos os calcanhares, confundindo seus marcadores que ficavam sem eira nem beira, zonzinhos da silva. Daí surgiu, provavelmente, a expressão “não chega ao nosso calcanhar”, referente aos jogadores internacionais que não têm a malícia, a criatividade e o talento dos brasileiros. 2. Parte posterior do pé que passou a ser mais valorizada depois da invenção do lance (1). A Coca-Cola, patrocinadora oficial da seleção brasileira juvenil, júnior, feminina e profissional, acredita e investe no *futebol arte*, o *único no mundo capaz de criar jogadas tão geniais como o calcanhar* (VEJA, 26/05/1993, p. 60, os grifos são nossos).

É insofismável a força desse tipo de interpretação que percorre o campo acadêmico, atravessa os campos de produção dos bens culturais, chega ao senso comum e completa seu ciclo de rotatividade sendo devolvida ao campo acadêmico através de pesquisas atentas em desvelar, por um lado, as motivações “conscientes” dos atores e, por outro, em fazer uso reificado das fontes sem um exame crítico e mais rigoroso das mesmas. Completado o ciclo, uma nova sequência é posta em movimento e, com isso, tal conjunto de ideias vai sendo cotidianamente atualizado no sentido de garantir uma “utilidade social” para o futebol, qual seja, o de veicular e reiterar tão eficazmente a identidade nacional.



IMAGEM 11 – A ginga canonizada³⁴



IMAGEM 12 – O futebol moleque do Brasil³⁵

³⁴ MONTEIRO, J. A ginga canonizada [escultura]. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2012. Disponível em: <<http://guia.folha.uol.com.br/exposicoes/1127052-escultura-de-garrincha-e-outros-craques-estao-em-mostra-sobre-futebol.shtml>> Acesso 17 out. 2012.

³⁵ COCA COLA. O futebol moleque do Brasil. São Paulo. Disponível em: <<https://secure.copa.cocacola.com.br/ssldocs/home/download.do>> Acesso 30 mar. 2013.

Nessa trama vai sendo, portanto, produzido e cristalizado um sentimento de unidade nacional convergente, sobretudo, com os interesses de uma elite conservadora, mas sem que, no entanto, esse agenciamento seja racionalmente planejado para atingir tal fim. Entra década, sai década, e essa leitura culturalista do futebol brasileiro, ao mobilizar conjuntamente, num sentido de complementaridade, o esforço acadêmico, a produção dos especialistas culturais e o próprio senso comum – reduzido ao papel de consumir e conduzir esses códigos –, termina por constituir as próprias condições sociais necessárias ao seu prestígio, visibilidade e, acima de tudo, perpetuação. Em outras palavras, o que ocorre com essa terceira linhagem em uma proporção talvez maior do que nas outras duas que até aqui evocamos, é um casamento bem-sucedido, e por isso jamais problematizado e colocado em questionamento, entre uma teoria de fundo conservador e o próprio senso comum. Nas palavras de Jessé Souza:

Como esse tipo de interpretação se apóia na própria imagem que o brasileiro tem de si mesmo a partir de sua identidade nacional, ensinada pelos pais de modo invisível e afetivo e depois repetido nas escolas pelos professores de todo o país, a aparência de verdade é total. **Somos personalistas e patrimonialistas assim como somos bom de bola e samba.** Como não existe espaço à dúvida, as diversas elaborações desse “conto de fadas sociológico” – a teoria damattiana é apenas sua versão modernizada – continuam a colonizar nosso imaginário e nossa ação há pelo menos 80 anos sem qualquer diferença importante. Desse modo, se cria uma sociedade autoindulgente e acrítica, condenada a atacar “espantalhos” e nunca perceber seus verdadeiros problemas (SOUZA, 2009, p. 118, os grifos são nossos).

Postas as coisas nesses termos, não seria então a natureza em si do futebol ou o uso deliberadamente calculista que os políticos ou as elites supostamente fizeram dele, que teriam a predisposição de transformar essa prática num produto com caráter altamente ideológico como analisam os adeptos da teoria *marxista*, mas, ao invés disso, a tentativa bem-sucedida de superestimar a dimensão de consenso nesta sociedade em detrimento da dimensão de conflito devido, dentre outras coisas, à ênfase excessiva conferida aos aspectos nacionalistas e aos elos identitários que supostamente se reinventariam e se atualizariam no país através do futebol.

A parcela de contribuição dos estudos identitários do futebol no projeto de construção da nacionalidade brasileira são imensas. Ao concorrerem, conforme analisamos nas páginas anteriores, para que essa prática esportiva se conformasse aos ideais de nação vislumbrados pelos principais intérpretes do país, tais pesquisas, de forma naturalizada ou então guiada por uma visão pseudocrítica da realidade, constituíram um movimento consensual de preservação e atualização de um “mundo social invertido”, este sim com inúmeros efeitos deletérios e de obscurecimento dos verdadeiros “fios” que estruturam uma sociedade periférica, injusta e

complexa como a brasileira; uma sociedade que, assim como qualquer outra, fez uso social de passatempos, jogos, brincadeiras e, no advento da modernidade, dos esportes.

Assim sendo, se esse mundo “suspense”, “liminar” e “extraordinário” que o futebol institui, de fato, se levanta de tempo em tempo, ou de semana em semana no Brasil, não é de estranhar que esse mesmo mundo seja habitado por seus “mocinhos” e “bandidos”, por seus “heróis” e por seus “malandros”, e que, além disso, esse mundo, por via de seus porta-vozes da academia ou da mídia, apeteça-se reconhecer e faça se conhecer por sua “ginga”, por sua “arte” e por seu estilo “genuinamente” nacional. Em certa medida, e guardadas as devidas particularidades ou mesmo exceções à regra, os estudos identitários aqui mencionados, ao materializarem uma série de análises através de um uso crítico ou acrítico de categorias como “futebol-arte”, “pátria de chuteiras”, “país do futebol”, “estilo nacional”, “paixão nacional”, “jeitinho brasileiro” etc., não apenas corroboraram para restituir cientificamente o contexto futebolístico como pensam seus proponentes, mas também contribuíram para que fossem preservadas as tradições e raízes identitárias dessa prática esportiva no Brasil.

Por fim, frisamos que não foi possível explorar todas as potencialidades analíticas que essa linhagem permite, muito embora o mais importante para o nosso argumento tenha sido considerado, a saber, que determinados autores, por conta das conclusões mais generalistas de suas pesquisas, são os atuais herdeiros dessa linhagem da Sociologia do Futebol no país, cuja qual mobiliza, como já discutimos, aspectos identitários, emocionais e mantêm vivas as ideias de Freyre, Rodrigues Filho e DaMatta. Levados a um nível maior de radicalidade, é possível afirmar que esses estudos contribuem para que seja preservada, por intermédio das influências que o campo acadêmico exerce sobre o debate público, a própria ideia de *nation building brasileira* nas relações que, em parte, cabe ao futebol nesse processo. Ponderadas e matizadas essas questões, convém passar então ao exame daquela que insurge como a quarta “família intelectual” que identificamos no campo dos estudos socioculturais do futebol no Brasil.

CAPÍTULO 4

A TESE DO DILEMA RACIAL BRASILEIRO E O FUTEBOL COMO *LOCUS* DE REPRODUÇÃO DESTE CONFLITO

Em resposta à ideia de que o futebol seria uma das zonas de confraternização mais emblemáticas onde as tensões raciais prevalentes na sociedade brasileira foram e seriam exemplarmente negociadas quando senão dissolvidas, essa quarta “família intelectual” em tela se propôs a enfatizar justamente o contrário, muito embora também admita, tal como fazem os adeptos da linhagem culturalista, que a distribuição dessa prática esportiva no Brasil ao longo de sua história tenha contemplado diferentes grupos sociais estruturantes desta sociedade. Em outras palavras, e conforme discutiremos nas páginas a seguir, a lógica de distribuição social do futebol ao ponto de se popularizar ou se tornar um esporte de apelo massivo, foi analisado no âmbito dessa quarta linhagem pelo prisma da estratificação racial, acentuando, entretanto, todas as dificuldades e barreiras que foram impostas aos negros e mulatos ao adentrarem no contexto de ação futebolístico brasileiro, seja como praticantes ou consumidores.

Inicialmente, é importante ressaltar que a problematização acerca da questão racial no Brasil, muito antes de ser posta em discussão de forma sistematizada no campo científico da Sociologia e ser apropriada no campo dos estudos sociológicos do futebol, já era, de longa data, motivo de inquietação por parte de alguns intelectuais no país. É o caso, por exemplo, de José de Bonifácio que ao apresentar seus “*Projetos para o Brasil*” à Constituinte de 1823 apontou que o sistema escravocrata representava um desvio na formação social, cultural, territorial, política e econômica brasileira. Vale frisar que Bonifácio, muito embora tenha tido o esforço de ensaiar nesse texto uma discussão reivindicando a urgência de abolição do tráfico de escravos e uma melhor sorte para o negro no Brasil, deixou explícito seu desejo, travestido de ética católica, de que fosse levado a cabo nessa sociedade um projeto de limpeza e assepsia social. Diz Bonifácio, nesse propósito: “[...] nos tiranizamos esses desgraçados e eles nos inoculam toda sua imoralidade e vícios” (ANDRADE E SILVA, 1998, p. 53).

Joaquim Nabuco foi outro personagem importante que se posicionou com relação ao debate racial em efervescência no Brasil durante a transição do século XIX para o XX. Em seu texto “*O abolicionismo*”, publicado pela primeira vez no ano de 1883, Nabuco avalizou o

quão duro, masoquista e sádico eram as bases psicossociais sobre as quais estava assentado o sistema escravocrata. Além disso, para este intelectual, o problema da fragmentação política e cultural do Brasil não seria a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativeiro. Não obstante essas análises, Nabuco acaba se enveredando pelo mesmo tipo de interpretação levada a efeito por José de Bonifácio, em particular nos trechos como o que segue e se repete durante seu livro: “Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós e se transmita às gerações futuras, já mais apagada, rudimentar, e atrofiada” (NABUCO, 1999, p. 145).

Tal como podemos depreender dos textos de Bonifácio e Nabuco aqui evocados de modo preliminar, a grande preocupação social de cada um deles era menos com a condição de tratamento subumano a que os negros reduzidos a corpos e a exploração do trabalho braçal eram submetidos no Brasil e mais com a construção de um projeto de nação saudável e ancorada nos trilhos civilizatórios da modernidade. Cabe notar que foi contra este tipo de posicionamento que o empreendimento teórico de Gilberto Freyre foi pensado de modo então a se dar ênfase justamente à contribuição de negros e mestiços na construção da paisagem cultural brasileira. Em que pese, entretanto, a “virada culturalista” levada a rigor por Freyre com vistas a interpretar as relações raciais no Brasil, devemos lembrar que suas ideias, tal como discutidas no capítulo anterior, denotavam alguns efeitos políticos perigosos, uma vez que suas análises evocadas como resposta a tese da degenerescência racial, poderiam conduzir a um tipo de interpretação teórica onde se acentuava um suposto caráter harmônico e pacífico com que haviam sido construídas as relações entre brancos e negros no país.

Imprescindível ressaltar que essas interpretações aludidas, especialmente a de Gilberto Freyre, iriam ser motivo de árdua crítica por parte dos sociólogos *uspianos* que, no período entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, sistematizariam em contraponto a essas leituras, a tese do dilema racial brasileiro. Como iremos sugerir ao longo deste capítulo, interpretar o processo de formação da sociedade brasileira ou, em outras palavras, o modo com que o povo emergiu na história do Brasil para fazer jus ao empreendimento de Caio Prado Júnior (2004), a partir da noção de dilema racial, foi um dos principais contributos teórico-metodológicos trazidos pelo referido grupo de sociólogos *uspianos*.

Imediatamente a essa observação, é necessário agregar, por um lado, o raciocínio de que essa última abordagem, a propósito do que aconteceu com uma série de outras, ressoaria, de igual modo, no âmbito das interpretações histórico-sociológicas do futebol brasileiro e, por outro lado, que foi também o livro “*O negro no futebol brasileiro*” de Mario Rodrigues Filho – associado no capítulo anterior ao projeto *freyreano* de interpretação da realidade social

brasileira – que insurgiu como marco importante quando senão como o principal marco desta apropriação da tese do dilema racial para interpretar o futebol no país.

Nesse particular, e avançando à discussão, o que aqui então procuramos sugerir é que as análises de Mario Filho tecidas em “*O negro no futebol brasileiro*” são influenciadas tanto pela tese da democracia racial quanto pela tese do dilema racial brasileiro. Em outros termos, nosso argumento é construído no sentido de demonstrar que, apesar da inspiração *freyreana* averiguada nos escritos de Mario Filho, uma série dos episódios narrados pelo autor ao longo de seu texto em apreço, quando atentamente lidos, não se constituem em um mero reforço empírico das teses de Gilberto Freyre, como muitos são levados a crer, mas, ao invés disso, contradizem os pressupostos teóricos que animavam a produção do sociólogo pernambucano. Daí, inclusive, algumas das reservas de Freyre (2003b, p. 24) ao prefaciá-la obra, sublinhando que, apenas as páginas mais sugestivas de Mario Filho, conteriam, pelo que tudo indica, pontos de aproximação com suas teses. Além disso, Freyre demonstrava-se um tanto quanto cético com algumas análises e interpretações empreendidas no livro, desejando que seu autor pudesse se aproximar cada vez mais de uma Sociologia do Esporte rigorosa através de estudos mais demorados e profundos (FREYRE, 2003b, p. 26).

Colocado sob outro aparato terminológico, insurge daí dessa leitura alguns pontos de inflexão teórica passíveis de serem conjecturadas entre a natureza da discussão desenvolvida por Freyre e Rodrigues Filho, e é justamente essa desproporcionalidade interpretativa, em alguns momentos, bastante explícita em “*O negro no futebol brasileiro*”, que nos permite reivindicar a compreensão dessa obra à luz também do empreendimento teórico de Florestan Fernandes, sociólogo este que, a rigor, ajudou a desconstruir o mito da democracia racial e o denunciou como embuste. Até onde sabemos, é razoável admitir que as análises de Florestan exerceram alguma influência sobre Mario Filho, muito embora a sua principal obra produzida sobre as relações raciais no Brasil – “*A integração do negro na sociedade de classes*” – tenha sido publicada em 1964, no mesmo ano em que Rodrigues Filho lançou a segunda edição de “*O negro no futebol brasileiro*” e dois anos antes de falecer. Além disso, sabemos por intermédio de Murad (1999, p. 432) que Florestan Fernandes tinha conhecimento dessa obra e que, além disso, teceu alguns comentários elogiosos a mesma e ao seu autor.

Oportuno também destacar que o texto de Mario Filho aqui em evidência foi gestado no contexto de uma calorosa discussão racialista então em voga no Brasil e que, além disso, o próprio Florestan Fernandes no início dos anos 1950 já havia avançado com Roger Bastide nas pesquisas encomendadas e financiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no período pós-Segunda Guerra com o propósito

maior de verificarem se a sociedade brasileira, de fato, era ou não um laboratório *sui generis* de negociação dos conflitos raciais (BASTIDE; FERNANDES, 2008). O conjunto dessas reflexões levadas a efeito por Bastide e Fernandes, por conseguinte, deram subsídios para produção do livro “*Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*” em 1955, obra cuja influência dos argumentos desenvolvidos bem como do material empírico coletado se faria presente nos trabalhos posteriores de Florestan Fernandes (BASTOS, 2002, p. 207). Essas observações, por conseguintes, são esclarecedoras e reforçam a possibilidade de Mario Filho ter sido influenciado pelas análises de Florestan e Bastide desenvolvidas para o projeto UNESCO (com o intuito principal de rebaterem o mito da democracia racial), em particular, se considerarmos, em conformidade com Soares (1998a), a relativa mudança de tom com que foi rearticulado o clássico texto de Mario Filho em sua segunda edição de 1964.

Pautados então nessa estrutura argumentativa é possível dizer que o livro “*O negro no futebol brasileiro*”, particularmente quando toma sua formatação final, acaba sintetizando duas versões antagônicas sobre a dinâmica social de circulação do fenômeno futebolístico na sociedade brasileira. E vamos além: sintetiza dialogicamente não apenas duas concepções concorrentes quanto às relações estabelecidas entre futebol e a formação desta sociedade, mas, em tão presente medida, e antes talvez desse próprio escopo circunscrito à leitura do futebol, dois projetos políticos e interpretativos acerca de como o povo veio a emergir na história do Brasil, isto é, a abordagem que entende o movimento de constituição da sociedade brasileira a partir do mito da democracia racial e, de forma oposta a essa primeira vertente, a abordagem que entenderá a formação social brasileira enfatizando justamente o caráter virulento da desigualdade e da integração marginal do negro na sociedade competitiva.

Dando sequência à exposição, é necessário, reforçar mais uma vez o argumento de que o grande contrassenso passível de ser verificado nas literaturas sociológicas ao esquema explicativo de Freyre e ao mito da democracia racial foi categoricamente representado em Florestan Fernandes e em seus orientandos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Se fôssemos resumir em poucas palavras o principal ponto do argumento de Freyre que os sociólogos *uspianos* integrantes da chamada *Escola Sociológica Paulista* não puderam aceitar diríamos que seria a ausência de uma síntese sem dialética no seu esquema explicativo. Dito de outro modo, e fazendo uso das palavras do próprio Freyre, os sociólogos *uspianos* da década de 1960 rejeitaram de antemão o pressuposto de que “[...] dentro desse sistema muita comunicação houve entre casas-grandes e senzalas, entre sobrados e mucambos e não apenas separação ou diferenciação. Síntese e não apenas antítese. Complementação afetiva e não apenas diversificação economicamente antagônica” (FREYRE, 2003a, p. 55).

Nesse propósito, cabe ressaltar que o grupo animado por Florestan tinha repulsa à ideia de que se constituíam relações verticais “açucaradas” bem como relações horizontais entre senhores e escravos no contexto da sociedade de castas ou então, e numa etapa social subsequente, entre brancos e negros no cenário da sociedade inclusiva. O que não se aceitava, sobretudo, era a concepção fundada no princípio de uma convivência harmônica coexistente ao sistema social ancorado no domínio de exploração capitalista. Além disso, contestava-se o quão significativo para o suposto estabelecimento de uma ordem social dita democrática seria, de fato, a influência cultural “recíproca” mediada entre os brancos e negros num nível de acomodação social em que os primeiros exerciam papéis politicamente dominantes e os segundos, no máximo, cumpriam eficazmente seus papéis de submissos.

Diante, portanto, do exposto, e em conformidade com a argumentação de Elide Bastos (2002, p. 185-186), a *Escola Sociológica Paulista* determinou como eixo principal de suas reflexões o questionamento acerca das razões, do perfil e dos efeitos que o atraso representou na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, é possível dizer – e mesmo admitir – que o grupo de sociólogos *uspianos* dos anos 1960 se empenhou em reconhecer os mecanismos de comunicação existentes entre a dinâmica de modernização dos países de capitalismo central e dos países de capitalismo periférico, destacando, no entanto, que os países que conheceram sua experiência de modernização tardiamente se constituiriam como laboratórios empíricos extremamente férteis para o entendimento e análise das especificidades estruturais bem como das contradições sociais operantes no sistema capitalista como um todo.

Na esteira desse entendimento, Bastos (2002), num nível seguinte de esforço, leva a efeito a elaboração de um quadro sumário acerca das contribuições da *Escola Sociológica Paulista*, apontando algumas das características que predominaram na agenda de pesquisa dos sociólogos *uspianos*, a saber: (1) a preocupação com as dimensões históricas bem como com a reconstituição da totalidade; (2) a ênfase nas especificidades sociais (econômicas e políticas) tipicamente identificáveis nas formações societárias periféricas quando comparada com os países de modernização central; (3) o re-enquadramento da noção de *tensão* como elemento analítico que, antes de tudo, constituiria a própria natureza da construção social; e (4) que no momento da *crise* do sistema é que se propiciariam as melhores condições para análise das contradições sociais. Exploremos rapidamente esses aspectos tal como contextualizados na própria percepção de Octavio Ianni (1962) e de Fernando Henrique Cardoso (1962).

Em Ianni (1962), tais dimensões aludidas por Bastos (2002) podem ser verificadas, dentre outras possibilidades, ao passo que o autor afirma que as relações raciais estudadas por ele do ângulo da divisão do trabalho no regime escravocrata e no contexto pós-Abolição no

Paraná, não se restringiam apenas às condições estruturais do período pesquisado, mas, ao invés disso, extrapolavam tais limites temporais, demandando, portanto, o conhecimento das realidades passadas (IANNI, 1962, p. 238). Esse tipo de análise é o fio condutor permanente de toda sua argumentação apresentada em “*As metamorfoses do escravo – apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*”, tese na qual, foram apontadas e discutidas algumas das contradições sociais inerentes e mesmo adjacentes ao processo de absorção dos negros pela ordem capitalista emergente no sul do Brasil, especialmente na região do Paraná.

O argumento de Ianni (1962), em um primeiro momento, foi construído no sentido de demonstrar o quão perverso e orientado por avaliações sociais heterônimas e etnocêntricas era o sistema de castas na qual se conduzia a relação entre o senhor e o escravo para então, em um segundo momento, arrazoar sobre a continuidade dessas relações protagonizadas entre os referidos pares na transição do regime escravocrata para o regime de trabalho livre, ainda que com uma série de modificações estruturais importantes e atuantes, sobretudo, no domínio psicossocial dos agentes e ideológicos do sistema como um todo.

No lastro dessa análise, o autor procura reiterar, portanto, o papel significativo dos atributos psicossociais herdados por negros e brancos da ordem escravocrata justamente no sentido de desvelar, com o devido respaldo empírico, como foi sendo garantida aos primeiros uma série de virtudes ambíguas que favoreciam sua integração marginal na sociedade de classes e aos últimos os pressupostos racionais e de cálculo prospectivo necessários para uma melhor adaptação na ordem social competitiva emergente (IANNI, 1962).

Dito de forma bastante sucinta, Ianni (1962) procurou revelar como e de que maneira uma sociedade escravocrata baseada na “hierarquia senhor e escravo” foi “reconduzida”, se é que podemos usar esse termo, no interior da nova hierarquia de classes em emergência no Brasil pós-Abolição. Nesse particular, a continuidade de uma ordem à outra seria garantida, uma vez que o novo sistema ancorado no trabalho livre necessitava de agentes que vendessem sua força de trabalho. Além disso, se essa lógica funcionava tão harmonicamente é porque ela, antes de qualquer coisa, operava via mecanismos ideológicos e intransparentes, redefinindo a auto-imagem e função social que o branco projetava de si próprio ao mesmo tempo, e em tão presente medida, que transformava o escravo do antigo regime em negro e mulato.

Em Fernando Henrique Cardoso (1962), por sua vez, as influências do materialismo histórico de Marx, presentes também nas análises de Ianni (1962), ganharam contornos mais incisivos e ortodoxos e as características apontadas no texto de Elide Bastos (2002), cujo qual foi tomado como apoio para iluminar a presente recensão, tornam-se mais explícitas. Em sua tese de doutorado intitulada “*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional – o negro na*

sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul”, Cardoso (1962, p. 9) se propôs, dentre outras coisas, a demonstrar os processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia.

Para levar adiante tal escopo sugerido, o autor procurou trazer à luz a dupla alienação a que foram mutuamente submetidos senhores e escravos, privilegiando, para isso, a análise dos efeitos ideológicos colocados pelo perverso “sistema de produção” em vigor de modo que o seu ponto de partida analítico seria, sem suas próprias palavras, o momento final de um processo histórico (CARDOSO, 1962). Sua abordagem, é oportuno ressaltar, priorizou os aspectos dialéticos e totalizantes dos processos, de modo a analisar as contradições do sistema em um jogo onde se interpôs e se entrelaçou o geral com o particular e vice-versa.

Para Cardoso (1962), foi a própria condição de submissão por parte dos escravos e opressão por parte dos senhores que garantiu, em última instância, e por conta claro de seu ancoramento no “sistema de produção” em tela, a condição de alienação na dialética entre os pares. Em outras palavras, foi justamente porque essa condição de alienação aí manifesta esteve fundada nas próprias relações de violência e de exploração protagonizadas durante o regime escravocrata que se perpetuou estruturalmente essa ordem. Dessa forma, ao agirem no interesse imediato de manter a produção, os senhores, na verdade, e segundo observa Cardoso (1962), impediam que o desejo de liberdade se modificasse em ação de liberdade de modo que essas relações tais como postas se asseguravam protegidas.

Em que pese, entretanto, essa sucinta exposição realizada acerca de alguns aspectos teóricos que respaldaram a tese de Ianni (1962) e a tese de Cardoso (1962), além da ênfase também dada a algumas peculiaridades teórico-metodológicas que definiram a agenda de trabalho da *Escola Sociológica Paulista* conforme os apontamentos de Bastos (2002), o que é de valor fundamental discutir para a continuidade do presente capítulo são, sobretudo, as proposições desenvolvidas por Florestan Fernandes no livro “*A integração do negro na sociedade de classes*”. Compete-nos ressaltar que tal obra trata-se de um clássico – no sentido pleno que esse termo adquire – da Sociologia brasileira e, talvez, da Sociologia mundial.

Além disso, essa obra de Florestan Fernandes sistematizada, é necessário lembrar, sob uma perspectiva teórico-metodológica que se distingue pelo ecletismo e, acima de tudo, pela influência do paradigma estrutural-funcionalista e da própria abordagem dialética, de certa forma, reporta, em vários momentos, às conclusões de Ianni (1962) e Cardoso (1962). Sendo assim, é por conta dessas condições, além, é claro, do caráter integrador e mais autônomo dessa obra em relação, por exemplo, às pesquisas de seus dois orientandos aqui citados, que optamos por elegê-la como o texto-síntese que se caracteriza, é sempre bom repetir, como um

dos mais contundentes contrapostos críticos sistematizados no âmbito das Ciências Sociais brasileiras em relação ao pensamento sociológico de Gilberto Freyre.

“*A integração do negro na sociedade de classes*” foi publicada originalmente em 1964 sob o formato de dois volumes. Segundo os termos do próprio Florestan (2008, p. 21), a referida obra tratou-se de um trabalho escrito às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964, como requisito para uma prova de concurso na qual se pleiteava uma cadeira titular em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). No primeiro volume que teve como subtítulo “*O legado da raça branca*”, o autor, dentre outras investidas, procurou (1) deslindar o drama social do negro na transição da ordem escravocrata para uma ordem social competitiva e (2) problematizar a natureza ideológica do mito da democracia racial.

Em outras palavras, esse volume foi produzido sob um tom de denúncia social. Já o volume dois, de subtítulo “*No limiar de uma nova era*” remete a um tom mais esperançoso e nele Florestan pretendia (1) situar os movimentos sociais negros como perspectiva de tomada de consciência desses setores populacionais quanto às condições históricas de injustiça e opressão a que foram submetidos no Brasil e (2) explicitar, de um ponto de vista histórico, estrutural e psicossocial, como que se constituiu o dilema racial brasileiro. Óbvio que esses objetivos, por assim dizer, se circunscreviam e se complementavam ao longo dos dois tomos do trabalho, de modo que qualquer tentativa de compartimentabilização dessas duas temáticas denuncia uma apropriação sociológica estanque do argumento do autor.

Não obstante esse prognóstico apresentado, e na tentativa, portanto, de pleitearmos um acesso mais sintético e unitário a essa obra, mas que, ao mesmo tempo não negligencie os quatro objetivos centrais acima introduzidos, optamos – até por entendermos tal opção como suficientemente representativa para atingirmos aqui os nossos propósitos – em examinar e nos concentrar mais detidamente, nas idéias que foram desenvolvidas no volume I do estudo e, especialmente, na terceira parte do referido volume.

Nesse percurso e antes de tecermos qualquer outro tipo de comentário, é imperativo notarmos que no segundo parágrafo da nota explicativa, Florestan (2008, p. 21), reconhece o objetivo maior de sua obra, a saber, o de analisar como que o povo emergiu na história do Brasil, priorizando, para tanto, o desvelamento do drama daqueles setores populacionais que tiveram o pior ponto de partida para a integração ao novo regime social que aqui instituiu-se após a desagregação da ordem escravocrata, quais sejam, os negros e mulatos.

Entendido sob outro aparato conceitual, Florestan (2008) procurou problematizar a transição de uma sociedade de castas para uma sociedade de classe tendo como ponto central, em sua discussão levada a efeito no decorrer do livro, identificar e situar o peso conferido

justamente pelo componente racialista no interior de uma formação econômica e política relativamente nova de maneira a desenvolver o argumento de que ao homem de cor branca foram possibilitadas melhores condições de adaptação ao novo sistema em emergência e, em contrapartida, ao homem de cor negra essas condições de adaptação, por questões estruturais e psicossociais que remontam ao próprio período escravocrata, não foram garantidas.

É sempre bom reiterar que, para Florestan (2008), o contingente de população negra recém-largada à sua própria sorte (ou azar?) foi a que teve o pior ponto de partida nessa nova ordem social competitiva que culminou com o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, mais especificamente, como dimensionado na cidade de São Paulo – o seu laboratório empírico por justamente se tratar do primeiro centro urbano especialmente burguês do país. Ao longo do texto, o autor ainda se propôs a problematizar as formas opacas e perversas pela quais se construiu um sistema que impedia e vetava a ascensão social do negro na nova ordem social competitiva, mas sem que, em última instância, os dominadores brancos tivessem uma profunda consciência disso assim como os próprios negros e mulatos.

Outra especificidade norteadora da argumentação desenvolvida por Florestan (2008), conforme delineado anteriormente, diz respeito ao fato de que o mesmo se predispôs a colocar categoricamente em xeque as premissas empírico-teóricas que sustentavam as teses acerca da democracia racial. De acordo com o sociólogo paulista, a democracia racial não passava de um mito e como ideologia social perversa cumpria satisfatoriamente o papel de relativizar o drama social do negro na sociedade de classes, favorecendo, dessa forma, a continuidade e reprodução do projeto político-social dominante (FERNANDES, 2008).

Essa perspectiva de “utilidade” social do mito, é imprescindível destacar, cumpria-se na medida em que partir de tal abordagem, segundo Florestan (2008, p. 311), generalizava-se uma concepção em que (1) o drama da “população de cor” era explicado com base na suposta incapacidade ou irresponsabilidade do negro; (2) era relativizada a posição do branco quanto à situação ambígua e marginal ocupada pelo negro nesse tipo de sociedade; e (3) as relações entre brancos e negros eram reduzidas e avaliadas a partir de questões exteriores (vistas a olho nu) que constituíam um conhecimento imediato do mundo social e davam suporte, portanto, à construção de uma consciência falsa da realidade racial brasileira.

Inúmeros dados quantitativos e qualitativos foram mobilizados por Florestan para dar suporte a essa investigação. Aqui nos importa destacar, sobretudo, as histórias de vida de seus informantes registradas em documentos e evocadas categoricamente durante o processo de construção de seu texto. Na última parte do volume I do texto “*A integração do negro na sociedade de classes*”, o sociólogo apresentou sistematicamente uma série de casos que, de

um lado, situavam o mito da democracia racial como um embuste e, de outro, evidenciavam que as relações entre negros, brancos e mulatos, no contexto da sociedade inclusiva – e do ponto de vista das orientações psicossociais e afetivas que guiavam o comportamento dos agentes –, ainda eram reguladas pelas antigas etiquetas das relações raciais e de dominação tais como constituídas na ordem social de base escravocrata e senhorial. Observemos com mais afinco esse tipo de proposição no relato que segue:

Os negros de agora não conhecem mais o seu lugar. São uns malcriados, atrevidos e, às vezes, até desonestos. A A., uma cozinheira que tive, saiu daqui fazendo malcriação, dizendo que negro era melhor que branco, que negro sabe educar filho, que negro não é vagabundo... e uma porção de coisas que nem me lembro! A A. era mulata, era educada, parecia muito fina, mas tinha um “azedume” por causa da cor. Quando ela entrou aqui, disse que havia saído da casa da outra patroa, porque ela era muito orgulhosa, achava que negro não era gente, e que não admitia que o filho dela [dela, A.] entrasse na casa para conversar com a mãe. Tinha que ficar só no portão. Eu disse que não achava isso certo, que ela podia receber o filho no quarto, dar café com pão e mesmo almoço, de vez em quando. Sabe o que aconteceu? **Uma vez eu descí para ver uma cesta de costura e sabe o que vi?... O mulatinho de A., refestelado na poltrona da sala de visitas, lendo as revistas, com o pé em cima da mesinha... Nem meus filhos e minhas visitas tomam essa liberdade! Quando eu disse para a A. que ela devia receber o filho só no quarto dela, e não deixar que ele sentasse ali na sala de visitas, ela ficou furiosa: “É isso mesmo! Diz que não é igual às outras, só para fingir de boa, mas no fim são todas iguais, acham sempre que negro não é gente!”** Mas que desaforo... Então uma professora vai sentar na cadeira do diretor do Grupo? Uma enfermeira toma conta, como se fosse seu, do consultório do médico? Cada pessoa tem seu lugar, seu emprego e não vai tomando conta do que não é seu. Mas os pretos, quando a gente trata bem, pensam que são iguais, que podem fazer tudo que querem (Relato de uma Matrona, In: FERNANDES, 2008, p. 336-337, os grifos são nossos).

Sob vários aspectos, relatos como esses são centrais e decisivos para a construção das teses de Florestan. Primeiramente, a cena é bastante clara quanto à efetiva “comunicação” existente na sociedade de classes entre setores populacionais brancos e negros, sem que, no entanto, essas situações deixassem de ser protagonizadas entre, de um lado, os dominantes e, de outro, os dominados. Além disso, esses papéis sociais, tal como argumentou Florestan (2008), eram apreendidos de modo inconsciente e conservavam reminiscências do núcleo de relações psicossociais estruturadas no contexto da sociedade escravista brasileira.

Em segundo lugar, esse relato evocado, assim como outros trazidos durante o livro de Florestan aqui em apreço, permite notar certa tomada de consciência das populações negras e mulatas – representada, no relato aqui em tela, na figura da cozinheira A. – quanto ao contrato social compartilhado entre os brancos no que dizia respeito à posição ou espaço a ser preenchido pelo elemento negro e mulato na sociedade inclusiva. No entanto, é importante ressaltar que a atitude aparentemente inconformada da cozinheira mulata esteve pautada e,

além disso, contribuía por vias imperceptíveis, ocultas e veladas, no ato de reforçar o próprio estigma coletivo construído no Brasil com relação às populações de cor.

Por fim, esse trecho nos permite visualizar algo que Florestan Fernandes se preocupou em demonstrar ao longo de todo o livro, mas que só iria revelar de modo explícito nas últimas páginas do volume, isto é, de que “[...] não foi a imagem negativa ou restritiva do ‘preto’ que criou a discriminação e o preconceito raciais. Porém o inverso” (FERNANDES, 2008, p. 384). Nesse caso, os padrões de acomodação racial conhecidos na sociedade inclusiva – onde se cristalizara profundas distinções em função da cor dos indivíduos – se explicavam tanto porque os negros e brancos eram provas vivas de que alguns haviam sido senhores e outros escravos durante o regime senhorial, quanto pelo fato dos negros – personagens percebidos negativamente na sociedade inclusiva porque a cor de suas peles era relacionada à vida degradante que levavam outrora nas senzalas, lavouras ou mesmo nas casas-grandes – estarem despreparados do ponto de vista psicossocial para ingressar na nova ordem emergente.

Em contrapartida, a sociedade local estudada pelo autor, passando por um processo de “revolução burguesa lenta e molecularizada” também não favorecia uma integração mais democrática do negro e do mulato no regime de classes, condenando-o a um destino social ou, melhor dizendo, a uma integração marginal e degradante na sociedade competitiva regulada pelos imperativos do mercado. Neste sentido, é permissível argumentar que Florestan pintou seu painel sociológico em “*A integração do negro na sociedade de classes*”, levando em consideração a coexistência de dois mundos – o da ordem social e da ordem racial – mas, sem que o primeiro, absorvesse o último, de modo que a etiqueta das relações raciais, construída no contexto da sociedade escravocrata, permanecia intacta na sociedade inclusiva (ou tão mais severa), impedindo e vetando as possibilidades reais de ascensão social de negros e mulatos como um grupo uniforme ou mesmo diluído no seio das lutas de classe.

Interessante ressaltar, a título de esclarecimento, que Florestan tinha consciência de quão ambígua havia sido a inserção das populações de cor no âmbito esportivo. Prova disso, por exemplo, foram as alusões feitas por ele e Bastide no livro “*Branços e negros em São Paulo*” a alguns fatos que assinalavam que os esportistas negros haviam sofrido vetos na prática da natação e do futebol (BASTIDE; FERNANDES, 2008). Esse tipo de menção, ainda que de forma bastante pontual, também se fez presente no livro “*A integração do negro na sociedade de classes*”. Ao evocar alguns dados e fatos para atestar suas hipóteses, Florestan concedeu voz a agentes que colecionaram experiências contraditórias durante o contato social misto levado a rigor no contexto de ação futebolístico brasileiro. Um dos informantes de Florestan, disse, nesse propósito, que: “[...] Enquanto a preocupação do grupo foi futebol, não

houve maiores choques com os companheiros, pois eu era bom jogador e eles precisavam de mim. É fato que, umas vezes por zanga, outras de brincadeira, era chamado minelite e negro, e isto não deixava de amargurar-me” (FERNANDES, 2008, p. 329). Outro relato interessante evocado por Florestan com intuito de demonstrar os entraves do processo de absorção do negro no contexto futebolístico nacional se apresenta nos seguintes termos:

Ainda em 1952 pudemos observar a indignação de um luso-brasileiro diante da elevação de L., grande jogador mulato, à condição de técnico do seu clube. O informante era torcedor fanático daquele clube e achava que seu quadro ia mal em virtude daquela circunstância. **“L. é um grande jogador, ainda agora. Mas o mal foi terem-no aproveitado como técnico. [...] Negro não serve para isso. Não serve para mandar e ainda mais para mandar em branco. [...] L., como todo preto, é desorganizado e insubordinado. Como poderia então ser chefe e dar ordens?** Ninguém quis obedecer-lhe e o exemplo de insubordinação tomaram dele próprio. [...] Além disso, no quadro há rapazes brancos, de fina educação, inclusive advogados formados. Como poderiam ser comandados por um negro e receber ordens dele? (FERNANDES, 2008, p. 348, os grifos são nossos).

De fato, como é possível visualizarmos nessa passagem, negros e mestiços ainda que incluídos no contexto de ação futebolístico brasileiro tiveram constantemente que digerir aquelas investidas preconceituosas por parte dos pares brancos. Mesmo emergindo a posições de comando, nesse caso aludido, a uma posição de técnico de futebol, os indivíduos negros, com as devidas e destacadas exceções, quase sempre tiveram suas capacidades colocadas em dúvida, dentre outros fatores, por conta de sua cor da pele. Claro que o exemplo trazido à tona por Florestan ao ser pensado em termos exclusivos de futebol se constituiria em um caso à parte, pois como lembra, por exemplo, Tonini (2010), poucos na história foram e têm sido os técnicos, dirigentes e árbitros negros que atuaram no contexto de ação futebolístico brasileiro e até mesmo mundial, com exceção dos países africanos evidentemente.

No lastro dessas menções pontuais que Florestan fez ao futebol e ao esporte de uma maneira geral como espaços onde negros e mestiços foram se inserindo a partir do jugo das censuras raciais, convém avançar nossa análise e ressaltar que no âmbito das pesquisas em Sociologia e História do Futebol no Brasil, há algum tempo já tem sido referenciado uma série de processos que vão ao encontro ou que no mínimo são sensíveis à análise empírico-teórica levada a cabo por Florestan em *“A integração do negro na sociedade de classes”*. Por conseguinte, isso que está sendo dito se concretiza na medida em que a análise proposta pelo autor culminou com o entendimento de que a etiqueta das relações raciais no contexto da sociedade inclusiva ainda era conduzida segundo critérios depreciativos herdados da época escravista – período em que as populações de cor negra foram submetidas a toda sorte de

exploração da força de trabalho físico, inclusive sexual, sem falar de todas as outras formas de humilhação do qual eram alvos – de modo que o futebol, como microcosmo desta sociedade estaria potencialmente predisposto a reproduzir essa sorte de preconceitos e discriminações, evidenciando a existência de um sistema de estratificação social nessa prática esportiva que seria marcado por uma rede de tensões e conflitos estabelecidos em função da variável raça (CORRÊA, 1985; GORDON JÚNIOR, 1996; VIEIRA, 2001, 2003; SILVA, 2002; SILVA, 2008; SANTOS, 2008; TONINI, 2010; ABRAHÃO, 2006, 2010; SANTOS, 2010).

Sem a pretensão de encerrar e esgotar este debate proposto, mas apenas fazer alguns apontamentos que confirmam uma maior consistência a essas correlações, trazemos, a título de exemplo, alguns fragmentos retirados do próprio livro de Mario Filho aqui em pauta e que reiteram o caráter de preocupação do autor em ponderar que a inserção das populações negras no contexto de ação futebolístico brasileiro não foi tão pacífica como tendem a atribuir à sua proposta de leitura levada a cabo no livro “*O negro no futebol brasileiro*”. Há, inclusive, quem defenda que a segunda versão do manuscrito de 1964 continha uma série de supressões de trechos conclusivos que acentuavam a democratização das relações raciais no futebol brasileiro tal como descritos na primeira versão. Essa, dentre outros, é a postura defendida por Soares (1999a, p. 126), justamente por entender que a versão de 1947 do livro de Rodrigues Filho continha algumas passagens que remetiam ao poder democrático e ao fim do racismo no futebol brasileiro, passagens essas, segundo o autor, suprimidas da versão de 1964.

Independentemente deste fato, no entanto, o importante é admitirmos que o estudo de Mario Filho (2003) no tocante ao entendimento das relações raciais tal como estruturadas no contexto de ação futebolístico brasileiro não era unilateral e monolítico, muito embora a matriz democratizante tenha se feito prevalecer ao longo do referido livro. Feita essa ressalva, convém então nos determos a mais alguns elementos analíticos que compõem sua narrativa e que, inclusive, são, com frequência, associados a resquícios de preconceitos do próprio autor, apesar do mesmo ter estabelecido como um dos maiores intuitos de seu livro dimensionar a absorção ambígua dos negros e mulatos na história do futebol carioca:

A grande culpa de Heráclito era ser preto. O Bangu sabia disso, podia aproveitar a ocasião para branquear um pouco o time, mas preferiu deixar Heráclito no gol. Por mais algum tempo, até que aparecesse um outro quíper, preto ou branco, feito lá em cima. Melhor branco. Era sempre bom, mesmo para um clube de fábrica ter mais brancos do que pretos no time. Os pretos eram muito visados, quase não podendo fazer nada em campo. Tendo de jogar um futebol muito limpo, muito decente, respeitando os brancos. Quando o preto metia o pé num branco era sururu na certa. Todo mundo achando que preto devia ser posto para fora do campo (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 88).

Os torcedores do Bangu perdiam-se na geral, na arquibancada, nem abriam a boca. Os pretos que se portassem muito direitinho, senão apanhavam. Até de outros pretos, os pretos da geral, que torciam pelo grande clube, que vinham logo ofendendo com um ‘negro sujo’ (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 89).

Só Chiquinho, preto também, não ia para a Praça Sete, não ia para o botequim. Acabado o treino, o jogo, vestia-se, escondido, nada de ficar nu na frente dos outros, dava um ‘até amanhã’ e desaparecia. Um esquisito. Não queria saber de noitadas (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 92).

O Vasco não fazia pretos: para entrar no Vasco tinha de ser já bom jogador. Entre um branco e um preto, os dois jogando a mesma coisa, o Vasco ficava com o Branco. O preto era para a necessidade, para ajudar o Vasco a vencer (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 120).

A CBD não desconhecia o valor dos Nelson Conceição. Se Nelson Conceição fosse para Buenos Aires os brasileiros seriam chamados de ‘maquaquitos’ como dois anos antes em Montevideu. Também o escrete brasileiro levava para Montevideu mulatos e pretos demais (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 144).

Os ‘arrepitados’ faziam a má propaganda dos mulatos e pretos. Havia muito mais ‘Arrepitados’ do que se imaginava. Por isso a idéia que se tinha dos mulatos e dos pretos dos outros era o pior possível. Era o que explicava tanto mulato querer passar por branco, tanto preto mandar estivar o cabelo para fugir da condenação da marcha de Lamartine Babo, até hoje eternizada nos carnavais. – O teu cabelo não nega! (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 245).

Relatos como esses se fazem presentes em vários momentos do texto de Mario Filho aqui em apreço e remetem, para além de seus próprios preconceitos, a alguns dos paradoxos e conflitos inerentes às relações firmadas entre, de um lado, os brancos e, de outro, os negros e mestiços no contexto de ação futebolístico carioca e, de um modo mais amplo, em todo o Brasil. Como é possível notar nos referidos excertos, a etiqueta das relações raciais que se estabelecia tanto entre jogadores quanto torcedores vinculados a essa prática esportiva era conduzida segundo o jugo de avaliações morais heterônomas que colocavam o negro e o mulato em uma posição de constante desconforto e sofrimento, reforçada por preconceitos direcionados às suas pessoas e, muito curiosamente, pela interiorização que negros e mulatos faziam dos clichês impostos a eles mesmos ou então pela própria recusa de suas identidades. No tocante a este último fato é importante frisar que a leitura realizada por Mario Filho (2003) revela que uma série de jogadores negros preocupava-se em alisar o cabelo (há quem tenha feito até cirurgias plásticas no nariz) em resposta ao tratamento social que recebiam por conta de sua raça, assim como torcedores negros e mulatos procuravam se comportar nos estádios em conformidade com os padrões de etiqueta impostos pelas elites brancas.

Tais episódios descritos por Mario Filho sinalizam, nesse particular, para o fato de que a ascensão social do negro no futebol foi permeada por dúvidas e resistências que também levavam em conta a cor da pele dos agentes. A herança das relações raciais do recente passado escravocrata do país se fazia presente em todas as áreas que compunham a chamada

sociedade de classe (FERNANDES, 2008), e no contexto de ação futebolístico, segundo aponta Mario Filho (2003), não era diferente. Construiu-se assim toda uma mística negativa quanto aos jogadores mulatos e negros, colocando em estado permanente de dúvidas o caráter destes agentes e o reconhecimento dos mesmos como seres humanos dignos de respeito e de confiança. Quanto a esse aspecto Mario Filho afirma que: “Havia quem acreditasse piamente no suborno de jogadores. Principalmente de mulatos e pretos (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 244). Diante do exposto, é permissível dizer que no âmbito dessa quarta “família intelectual” da Sociologia do Futebol no país costuma-se considerar que a ascensão de negros no contexto futebolístico não levou em conta suas potencialidades como seres humanos, a propósito do que ocorreu com aquelas pessoas ajustadas aos padrões éticos e estéticos do sistema social vigente, e, ao invés disso, esteve ancorada em função de suas supostas “habilidades inatas” para a prática deste esporte tal como se convencionou a disseminar a partir, sobretudo, das ideias-força defendidas na linhagem culturalista da Sociologia do Futebol brasileiro.

Em outros termos, os porta-vozes históricos e mesmo os continuadores mais recentes dessa linhagem procuram argumentar, tal como o faz, por exemplo, Tonini (2010), que existe uma rede, por vezes velada, de preconceitos e discriminações estabelecidas em função da cor da pele dos indivíduos a atuar no contexto de ação futebolístico brasileiro desde o momento em que o mesmo emergiu até os dias de hoje e não só contra atletas negros, mas também contra árbitros, treinadores e dirigentes negros. Some-se a essa leitura, a análise de Abrahão (2010) onde se assinala que a inserção dos negros e mulatos no futebol brasileiro, longe de apontar para a inexistência de atos racistas foi e é historicamente atravessada por investidas dessa natureza de modo que tais indivíduos foram incluídos no circuito futebolístico nacional, mas de forma ambígua e quase sempre como alvos de ataques racistas – por meio da violência simbólica – caros aos mais diferentes campos de ação estruturantes desta sociedade.

Com base no que foi dito, portanto, não seria infundado sustentar o raciocínio de que em oposição à tese da democracia racial tendencialmente transposta para ler e interpretar algumas das relações protagonizadas no contexto de ação futebolístico brasileiro, uma série de autores que se ativeram a investigar as manifestações racistas no futebol nacional se valeram, muitas vezes de forma indireta, da argumentação sistematizada por Florestan Fernandes no livro *“A integração do negro na sociedade de classes”*, sendo, neste sentido, a obra *“O negro no futebol brasileiro”* de Mario Filho a via principal de acesso pela qual as ideias e análises de Florestan se fizeram impor na condição de uma interpretação sociológica dominante sobre a mobilidade social de negros e pardos no contexto de ação futebolístico brasileiro.

UNIVERSIDADE PRA QUÊ?
VOCÊ JOGA FUTEBOL
TÃO BEM, TOMA
SUA COTA!



IMAGEM 13 – Racismo no Brasil? Que absurdo!!!!³⁶

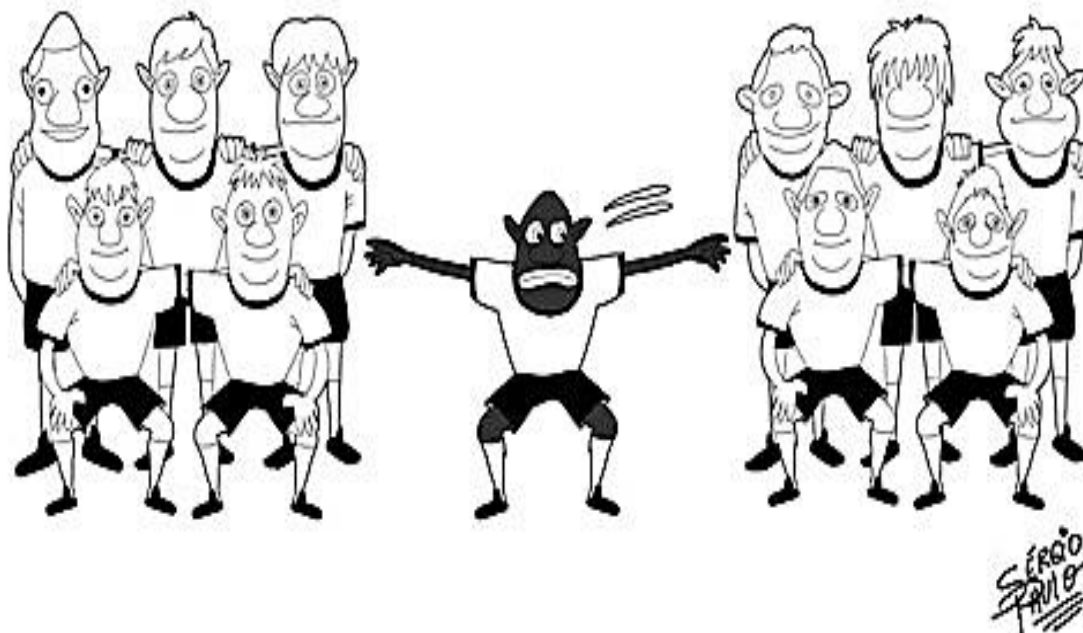


IMAGEM 14 – Racismo no futebol [1]³⁷

³⁶ NOVAES, O. Racismo no Brasil? Que absurdo!!!! **WordPress**, São Paulo, 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://novacharges.files.wordpress.com/2009/11/cota.jpg>> Acesso 17 out. 2012.

³⁷ PAULO, S. Racismo no futebol. Roraima, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://sergiopaulocharge.blogspot.com.br/2010/09/racismo-no-futebol.html>> Acesso 19 fev. 2014.

Essa filiação introspectiva às ideias de Florestan Fernandes na área dos estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol brasileiro por via, sobretudo, da interpretação histórico-social que Mario Filho teceria acerca dessa prática esportiva no país e do recrudescimento do racismo tal como delineado nessa esfera de ação, em particular após a derrota do selecionado brasileiro na final da Copa do Mundo de Futebol de 1950 diante do Uruguai e quando então três negros foram responsabilizados pelo fato (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 16), é passível de ser visualizada, dentre outras possibilidades, no texto *“Racismo no futebol brasileiro”* de autoria de Lúcia Helena Corrêa. No referido texto, publicado em 1985, a autora argumenta que o racismo que quase linchou o jogador Leônidas em 1932 continuara o mesmo no país. Mais que isso, o investimento racista, segundo ela, apenas haveria apurado o seu estilo: “Na verdade, tão somente abandonou expressões como *negro sujo* e *crioulo nojento*, repetidas em coro nos estádios dos anos 20 e 30, para abrigar-se em conceitos mais modernos e menos vulgares. Mas nem por isso menos cruéis (CORRÊA, 1985, p. 31, grifos no original).

Para Corrêa (1985), o processo de ascensão do negro no espaço do futebol foi marcado por inúmeros vetos e estratégias subversivas. Uma dessas estratégias, por exemplo, foi a “ginástica do embranquecimento” a que alguns atletas negros foram expostos a ponto mesmo de interiorizarem a visão de mundo dominante e, com respaldo nela, procurarem se enquadrar aos parâmetros estéticos adotados pelos jogadores brancos. É o caso, por exemplo, do que aconteceu durante os anos 1910 a 1930 com Arthur Friedenreich, talvez o primeiro negro a alcançar projeção no futebol nacional e que: “[...] sempre chegava atrasado aos jogos, preso nos vestiários, tentando alisar a farta carapinha à custa de muita goma arábica” (CORRÊA, 1985, p. 36). De acordo com a autora, essas situações, ainda que sob outras roupagens, foram sendo recorrentes na história do futebol brasileiro. Um exemplo disso, foi a composição do selecionado de futebol nacional em 1984 que contava com apenas três negros. Além disso, na medida em que o futebol passou a se tornar um espaço mais sensível ao poder econômico e às trocas mercantis, mais uma vez o negro “sobrou”, tendo em vista uma série de barreiras de teor econômico que se interpunham à inserção de meninos negros nas escolinhas dos grandes clubes como também ao padrão salarial dos jogadores negros (CORRÊA, 1985, p. 38-39).

No lastro de uma abordagem, em alguns aspectos, bastante similar, todavia muito mais complexa, à ensaiada por Corrêa (1985), José Jairo Vieira (2003) também discutiu alguns critérios de desigualdade que marcaram e têm marcado, segundo ele, a inserção de negros e pardos no contexto futebolístico brasileiro. Cabe ressaltar que esse autor muito embora tenha feito uso de toda uma literatura internacional que abordou o racismo no esporte para explicar e problematizar o preconceito e a discriminação racial preponderantes no âmbito do futebol

nacional – e, além disso, tenha sido orientado pelo sociólogo Carlos Hasenbalg que, conforme Motta (2000), estruturou uma análise das relações raciais no Brasil destoante da abordagem da *Escola Sociológica Paulista* –, ainda assim não deixou de edificar uma interpretação do futebol que, sob vários eixos analíticos, se assemelha à leitura sociológica das relações raciais no Brasil tais como pensadas por Florestan e apropriadas por Mario Filho para interpretar alguns dos dilemas que permearam a ascensão do negro no futebol nacional.

Uma evidência disso que estamos sugerindo se constitui na medida em que retomamos o texto do pesquisador José Jairo Vieira (2003) publicado com o título “*Considerações sobre preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro*” na Revista *Teoria e Pesquisa* tendo como base a abordagem empreendida durante sua tese de doutorado, e constatamos que a discussão ensejada no manuscrito é fomentada a partir de uma série de dados quantitativos e qualitativos que comprovariam que a mobilidade social dos negros e pardos no contexto do futebol brasileiro e, especificamente, carioca, se daria de uma forma tendencialmente marcada por desigualdades e, portanto, por discriminações quando comparados então à trajetória dos jogadores brancos constituída no bojo dessa mesma prática esportiva (VIEIRA, 2003).

O autor, além disso, se propôs na ocasião a desconstruir alguns mitos referentes à participação de negros e pardos no futebol brasileiro, entre os quais de que os jogadores negros e mestiços encontrariam no futebol uma via de ascensão social privilegiada. Para comprovar essa hipótese, Vieira evocou uma série de variáveis expressas através de tabelas e que, *grosso modo*, sinalizavam para o fato de que os jogadores negros e pardos representariam dentro de sua amostragem – a saber, o futebol carioca em suas três divisões – o contingente maior de atletas inseridos nessa prática esportiva, mas, em contrapartida com salários menores quando comparados aos jogadores brancos. Para Vieira (2003), a presença maciça de negros e pardos no futebol carioca não seria sinônimo direto de mobilidade racial e, ao invés disso, este fato, pelo que tudo indica, se apresentaria como um indicativo de que os indivíduos brancos poderiam talvez estar optando por outras ocupações que não a de jogador de futebol. Outra possibilidade que explicaria esse fato é aventada pelo próprio Vieira nos seguintes termos:

O grande contingente de jogadores negros e pardos no futebol certamente relaciona-se com a não exigência de qualificações pessoais, tais como formação educacional ou recursos econômicos, para o ingresso nesta atividade profissional. Na verdade, as qualificações requeridas relacionam-se apenas com a própria capacidade de desempenho no futebol, tais como: resistência, força, velocidade, visão de jogo e, sobretudo, habilidade com a bola. **Por terem habilidades físicas, o aspecto econômico a priori não assume o caráter eliminatório que costuma ter em outros ramos profissionais que oferecerem situações similares de prestígio e status** (VIEIRA, 2003, p. 229, os grifos são nossos).

Tal como passível de abstrair do excerto, a presença de negros e pardos no contexto de ação futebolístico estudado pelo autor em tela não evidenciaria em si uma suposta natureza democrática das relações constituídas nesse espaço, posto que a inserção de atletas negros e mestiços no âmbito do futebol carioca teria a ver antes com a baixa qualificação profissional³⁸ exigida por esse esporte do que com uma necessária valorização desses atletas como pessoas importantes e, portanto, merecedoras de estar nesse espaço. No referido trecho, também acaba ficando subjacente a ideia de que o componente racista não atuaria sozinho no propósito de tornar concreto o processo de inclusão ambígua de negros e mestiços no futebol.

Pelo contrário, ao lado da variável racial, ou talvez antes dela, teríamos a variável classe a atuar no sentido de tornar possível o processo pelo qual as populações de cor foram sendo absorvidas paulatinamente no contexto de ação futebolístico nacional, mas sem que isso representasse ganhos objetivos para eles. Esse tipo de diagnose, diga-se de passagem, também se faria preponderar, de maneira um pouco confusa, na leitura que Mario Filho empreenderia acerca das relações raciais no futebol brasileiro, tal como iremos sugerir na sequência.

Antes, no entanto, de nos voltarmos a essa reflexão, é oportuno mais uma vez frisar que Mario Filho não apenas construiu uma narrativa histórica acerca da inserção de negros e mulatos no futebol brasileiro, onde os mesmos seriam vistos como agentes que imprimiram marcas próprias a essa prática esportiva no país. Concomitantemente a essa leitura, Mario Filho também reuniu uma série de evidências históricas, pelas quais a integração dos negros e mestiços no contexto de ação futebolístico brasileiro poderia ser delineada como um processo social árduo marcado por inúmeros entraves que se, corretamente lidos, dariam conta de revelar que as relações entre negros, mestiços e brancos na esfera do futebol no tocante às orientações psicossociais e afetivas que guiavam o comportamento dos agentes, ainda eram reguladas por aquelas antigas etiquetas das relações raciais e de dominação tais como vigentes na ordem societária de base escravocrata e senhorial.

Esse tipo de direcionamento analítico imprimido na narrativa histórica de Mario Filho, ainda revela, tal como argumentam os porta-vozes dessa quarta linhagem, que vem havendo uma exclusão velada e, por isso mesmo, tão mais eficaz de determinados segmentos sociais dos principais papéis e postos considerados de destaque na sociedade, o que, no caso do futebol, equivaleria a considerar que na medida em que essa prática esportiva dava conta de refletir o *ethos* de determinado grupo e assegurar ao mesmo os seus elementos distintivos tão

³⁸ Como demonstrado no estudo de Bourdieu e Passeron (2013), a qualificação profissional – em uma sociedade de estruturação capitalista que encontra na meritocracia um dos seus principais componentes ideológicos – é aferida, dentre outras coisas, pelo montante de capital cultural do qual os indivíduos dispõem.

importantes na competição social, a participação das populações de cor nesse espaço foi vista como um problema, ao passo que na medida em que o futebol passou por um processo de massificação e tendencialmente perdia o seu poder de expressar a condição simbólica de superioridade das elites brancas, os negros e mestiços já faziam uso dessa prática sem tantos vetos objetivos. Por conseguinte, essa proposta de entendimento trazida à tona, apesar de reveladora, requer ser matizada à luz dos conflitos de classe de modo a não se conferir um peso excessivo ao componente racista e, assim, explicar de maneira unilateral uma inclusão discriminatória que é sintomática e devedora à combinação de uma série de fatores.

Há que destinar, portanto, um devido valor heurístico a iniciativa levada a efeito nessa quarta “família intelectual”, muito embora se reconheça em conformidade com Jessé Souza (2003, 2006) que a abissal desigualdade brasileira não tem origem e não se explica em função da cor da pele dos indivíduos tal como pressupõe Florestan em algumas passagens de seu livro “*A integração do negro na sociedade de classes*”, apesar de perceber e enumerar as condições sociais independentes da cor que condicionavam a situação de marginalidade deste grupo. Como adverte Souza (2003, p. 159), no contexto da sociedade competitiva, a cor dos indivíduos agia no máximo como uma ferida adicional à auto-estima desses sujeitos, sendo as razões últimas de sua marginalização a combinação do abandono e inadaptação sob a forma eternizada de um *habitus precário*³⁹ reproduzido cotidianamente.

Frente a esse cenário, a argumentação de Antonio Jorge Soares (1999c) de que talvez seja mais produtivo explicar as tensões entre atletas, clubes e associações no processo de construção de uma história do futebol brasileiro não à luz tão somente do racismo, mas também das próprias disputas do amadorismo contra o profissionalismo e a partir da dinâmica das instituições esportivas, é esclarecedora, se bem que no discutido e rediscutido episódio envolvendo a criação da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) – liga de futebol carioca criada, segundo a versão de Mario Filho (2003), como resposta à conquista do campeonato estadual pela equipe vascaína então formada por um time de negros, mestiços e pobres em 1923, e da qual o Vasco acabou não participando – o que nos parece estar em jogo muito mais que a preservação dos códigos amadores do esporte é os interesses de uma classe dominante em não permitir que os estratos sociais considerados inferiores viessem a afetar a lógica de distinção que procuravam assegurar com a prática desse esporte.

³⁹ Em linhas bastantes gerais, o *habitus precário* se refere a uma disposição para ação – no sentido com que essa noção é evocada nos estudos de Bourdieu – que explicaria o destino social trágico marcado pelo abandono e pelo desprezo a que é submetida uma parcela considerável das populações que integram as denominadas sociedades periféricas, no caso do Brasil, mais precisamente, a denominada “ralé” brasileira. Para maior aprofundamento teórico, consultar respectivamente os trabalhos de Jessé Souza realizado sobre a “ralé” e sobre os batalhadores brasileiros (SOUZA, 2009, 2010). No capítulo 6, discutiremos com maior delonga esta e outras noções.

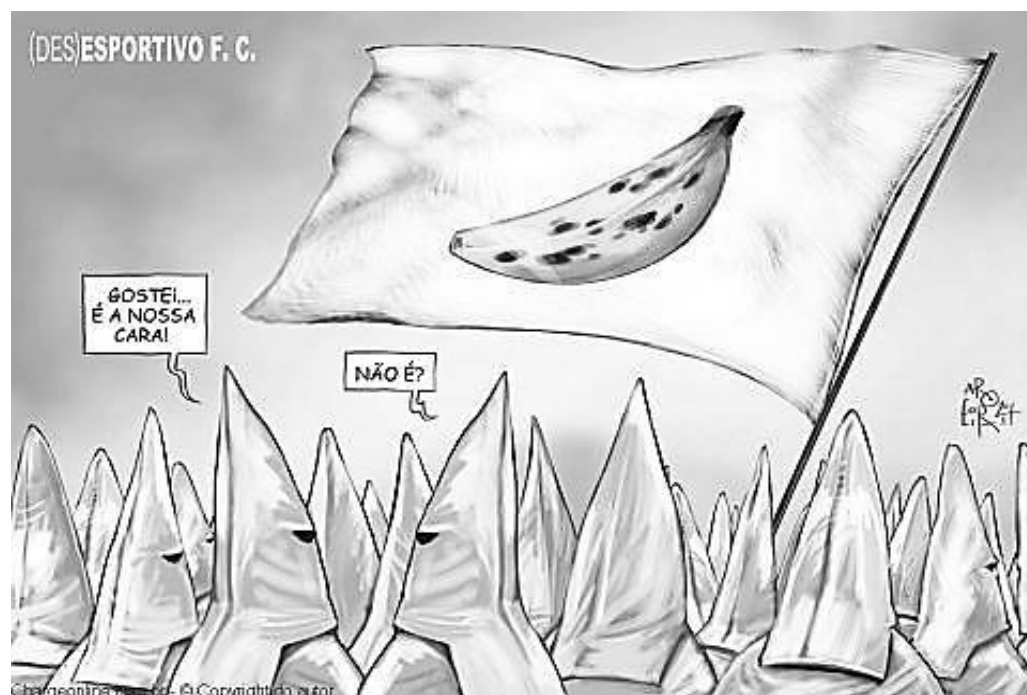


IMAGEM 15 – Racismo no futebol [2]⁴⁰

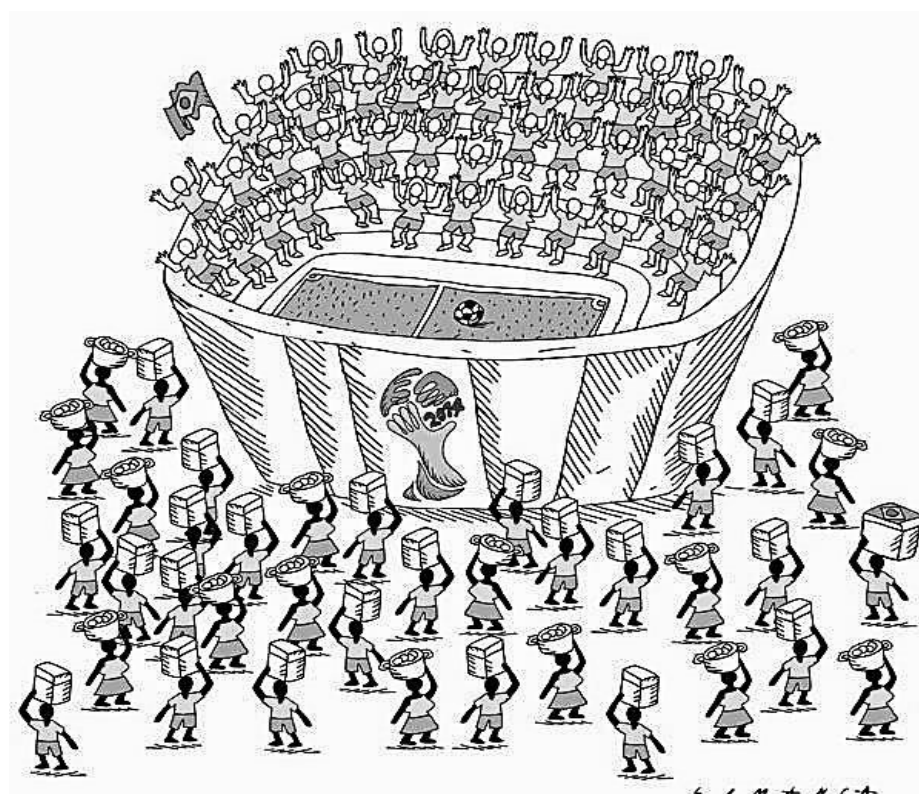


IMAGEM 16 – Casa-Grande & Senzala⁴¹

⁴⁰ AROEIRA, R. Racismo no futebol. **O dia**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.esmaelmorais.com.br/2014/03/charge-do-dia-racismo-no-futebol>> Acesso 21 mar. 2014.

⁴¹ SIMANCA, O. Casa-Grande & Senzala. **A Tarde**, Salvador, 01 jul. 2014. Disponível em: <http://oferrao.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Casa_Grande_Senzala.jpg> Acesso 06 jul. 2014.

É sempre importante frisar que essa perspectiva de apreciação teórica proposta, não implica obviamente em negar que existiu e ainda existe uma rede de preconceitos e estigmas atuando de forma eficaz e durável na sociedade brasileira com relação a alguns grupos sociais e étnicos específicos, seja na esfera das chamadas atividades de rotinização ou então de desrotinização para usarmos o léxico de Elias e Dunning (1992). O que ocorre, conforme anotado pelo sociólogo Jessé Souza (2006, p. 58), é que, “[...] se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de ‘personalidade’, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo”.⁴²

Nesse particular, é no mínimo razoável considerarmos a hipótese de que o que, em primeira instância, explicaria a integração marginal e conflitiva de negros e mestiços, quer como produtores, quer como espectadores no contexto de ação futebolístico brasileiro, não seria a cor da pele, mas a pertença desses indivíduos às suas respectivas classes sociais. Se analisarmos a fundo, inclusive, uma série de fatos descritos e discutidos por Mario Filho em *“O negro no futebol brasileiro”*, especialmente nos dois primeiros capítulos do livro, é possível perceber que este autor, ele próprio talvez colocado em dúvida pelas situações práticas que lhe aprouve retratar, chama atenção muito mais para uma série de conflitos psicossociais estabelecidos no futebol brasileiro em função de uma realidade de classe do que propriamente de cor. Os vários trechos que seguem autorizam essa leitura e apontam para uma possibilidade alternativa de interpretação deste livro de Mario Filho:

O operário que jogava ao lado dos mestres, branco ou preto, não subia, não descia, ficava onde estava. Se quisesse subir tinha de trabalhar muito, de aprender muito de passar de tecelão a mestre. Como Francisco Carregal acabaria passando à custa de trabalho, e não de futebol. O futebol era divertimento. Como todo divertimento custava dinheiro. Mais ou menos. Menos em Bangu do que na Rua Retiro de Guanabara, onde o Fluminense fizera o seu campo. Por isso não havia o perigo de que um Francisco Carregal, apesar de mulato limpo, ou um Manuel Maia, apesar de bom preto, respeitador, entrasse no Fluminense (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 34).

Se Joaquin Prado, winger-left do Paulistano, quer dizer, extrema-esquerda, preto, do ramo preto da família Prado, se transferisse para o Rio, seria recebido de braços abertos no Fluminense. Joaquim Prado era preto, mas era de família ilustre, rico, vivia nas melhores rodas (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 36).

⁴² Segundo Jessé Souza (2003, p. 160), a confusão estabelecida entre a cor da pele dos indivíduos e a dimensão do *habitus* de classe, com frequência, seria potencializada por conta de posições políticas tendentes a interpretar que a atribuição da marginalidade do negro a outros fatores, que não a cor da pele e o racismo, equivaleria, por extensão, em infligir a culpa desta situação à própria vítima, ou seja, aos negros e mestiços.

A tendência natural das coisas, cada jogador procurava o seu meio, indo para onde estava sua gente. E quando a sua gente não tinha clube, o jeito era fundar mais um (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 37).

Assim se via melhor a diferença que havia, não entre brancos e pretos, entre clubes. Clubes de bairros, de subúrbios, da zona sul e da zona norte. Grande e pequenos, cada um ficando no seu lugar, conservando as distâncias. Sem tentar nem se aproximar. Às vezes um ao lado do outro, o Fluminense e o Guanabara. O Guanabara no morro, da favela, o Fluminense cá de baixo, do bairro chique. Quem morava na casa de lata ia para o Guanabara, quem morava no Palacete ia para o Fluminense (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 41).

No fundo, luta de classes, sem ninguém dar por isso, é claro. Todos levando a coisa mais para a rivalidade entre o clube do subúrbio e o clube da cidade. Rivalidade que se acentuava de um lado só, do lado do clube do subúrbio. O clube do subúrbio se afastando, ficando cada vez mais longe, querendo até se separar. Separar por quê? Porque se sentia outro clube, outra gente (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 43).

Um mulato, um preto podia torcer pelo Fluminense. Havia lugar, na geral, para o mulato, o preto. E para o branco pobre. Mas o branco pobre, o mulato, o preto que torciam pelo Fluminense, procuravam ‘ser’ Fluminense, distinguindo-se dos torcedores dos outros clubes, caprichando no modo de trajar, vestindo a roupa dos domingos (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 62).

O amadorismo, o esporte pelo esporte, era para quem estava de cima. Enquanto houvesse o amadorismo os brancos seriam superiores aos pretos, os ricos aos pobres (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 129).

A distinção que se estabeleceu entre a Amea e a Liga Metropolitana foi esta: uma, liga de brancos, a outra, liga de clubes de brancos, mulatos e negros, tudo misturado (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 133).

Tais fatos elencados são no mínimo ilustrativos de que este autor não estava alheio às divisões de classe – percebidas e tratadas ligeiramente por ele com inspiração e respaldo, tudo leva a crer, nas ideias e categorias analíticas *marxistas* circulantes na esfera do debate público nacional – que se estabeleceram no futebol brasileiro desde que aqui o mesmo começou a ser praticado, consumido e noticiado. Longe, portanto, de apresentar uma interpretação racista homogênea do futebol brasileiro como muitos tendem a atribuir a esse texto, o autor aponta para tendências de estratificação e mobilidade social que também vieram a ser constituídas em função da pertença dos agentes às suas respectivas classes, se bem que a ênfase na realidade racial foi a que prevaleceu, muito embora o próprio Mario Filho não deixasse de ressaltar que tanto a inclusão quanto a exclusão dos indivíduos no contexto de ação futebolístico brasileiro transcendia a dimensão da raça ou ainda que por detrás do aspecto racial escondiam-se outros componentes, como, por exemplo, a filiação dos agentes a classes sociais antagônicas.

Ao que parece, a participação dos brancos pobres e de imigrantes pobres na construção da história do futebol brasileiro se constituiu como um contra-processo social decisivo que,

em medida considerável, Mario Filho levou visivelmente em conta ao redigir “*O negro no futebol brasileiro*”. Esses dois grupos referenciados, nesse sentido, funcionaram como uma “sombra”, uma espécie de “segunda voz”, na argumentação de Mário Filho, de modo que o autor sentia a necessidade de, sempre que possível, estar se reportando a estes dois segmentos populacionais que, pelo que tudo indica, não eram uma exceção à regra na narrativa histórica que lhe aprouve estruturar. Por sua vez, esse tipo de contra-processo sugerido sinaliza para uma confusão potencial no argumento de Mario Filho (2003) entre as variáveis raça e classe, na medida em que o autor, ainda que atento às experiências classistas dos agentes, não tinha em claro a forma com que esses dois componentes interagiam e concorriam nas dinâmicas de socialização historicamente construídas no contexto futebolístico nacional.

Não podemos, no entanto, responsabilizar Mario Filho ou qualquer outro especialista cultural por essas confusões conceituais que eram retroalimentadas pelo próprio contexto histórico em que tais produtores estavam inseridos, e nem mesmo era o esclarecimento dessas tensões que competia ao *métier* desses agentes. Até os dias de hoje, inclusive, estamos longe de chegar a uma solução teórica para esses embates – e a discussão das políticas de cotas é um dos indícios disso – de modo que a variável racial ainda continua se sobrepondo à variável de classe em uma série de explicações academicamente fundamentadas sobre a desigualdade brasileira, na esfera do debate público acerca da desigualdade e mesmo na implementação de políticas inclusivas para corrigir ou, no mínimo, amenizar esse quadro explicitado.

No que tange, por conseguinte, à reprodução no interior do universo jornalístico desse debate polêmico em torno do peso a se ser atribuído as variáveis raça e classe na interpretação das contingências constituídas (e que se constituem) em torno do futebol no Brasil, inclusive aquelas que versam sobre a distribuição dessa prática esportiva para as diferentes direções sociais, uma reportagem que circulou no jornal inglês *The Guardian* no dia 1º de julho de 2014,⁴³ em pleno momento em que estava sendo disputada a Copa do Mundo FIFA no país, é exemplar. Tal reportagem de autoria de Felipe Araujo, um jornalista brasileiro naturalizado inglês, girou basicamente em torno da problematização de duas questões: 1. Por que não houve uma quantidade expressiva de negros assistindo in loco a Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014? 2. Por que jogadores do passado e do presente do futebol brasileiro hesitaram e hesitam em se reconhecerem como negros e desconversaram/desconversam a existência de racismo em relação às suas pessoas seja dentro ou mesmo fora dos gramados?

⁴³ ARAUJO, F. The lack of black faces in the crowds shows Brazil is no true rainbow nation. **The Guardian**, London, 01 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/jul/01/brazil-black-faces-crowd-rainbow-nation-world-cup>> Acesso 03 jul. 2014.

Ambas as questões que percorrem o texto publicado no *The Guardian*, ainda que não devidamente respondidas pelo seu enunciador, são sugestivas do quanto o debate racista historicamente sistematizado e evocado pela intelectualidade brasileira para responder às dinâmicas de estratificação e mobilidade social no país se fazem incidir sobre a leitura do futebol, especialmente aquelas leituras realizadas por produtores culturais mais autônomos e com um mínimo grau de sensibilidade ao menos para colocarem esse tipo de problema. Essa relativa sensibilidade analítica do autor da matéria em questão, se expressa, por exemplo, na indagação abaixo situada e na resposta que imediatamente apresenta a ela:

So, in a piece of land where 60% of the population is black or mixed, why then, during one of the most important single events in its history, is the absence of those 60% so conspicuous? The answer is as obvious as it is tragic. Most black people in Brazil are poor. Unlike in South Africa or the United States, there's no black middle class, and perhaps most importantly there isn't a black political class (ARAUJO, 2014, s. p).⁴⁴

De fato, Araujo (2014) nesse trecho de sua intervenção no *The Guardian* foi certo em reconhecer que a ausência de negros nos estádios durante a Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014 teve a ver com a dimensão da classe social de tais agentes, muito embora sua concepção de classe social seja discutível. Em que pese, no entanto, o mérito dessa análise preliminar, em outros momentos de sua reportagem, tal jornalista acabou reforçando, talvez no intuito de rechaçar de maneira imediatista a tese da democracia racial brasileira, que o preconceito e a desigualdade expressa na ausência de negros residentes no Brasil nos estádios em que esteve presente durante a realização da Copa da FIFA de 2014 foram consequências de uma lógica de estratificação social estruturada prioritariamente em torno da questão racial. Ao finalizar sua análise sobre os preconceitos enraizados na sociedade brasileira com relação aos negros e tentar estabelecer um paralelo entre o acesso dessa população aos jogos da Copa da FIFA e as políticas de cotas raciais implantadas no Brasil, o autor comenta: “However, for all the things this World Cup has provided, opportunities for its black population isn't one of them. On this particular issue Brazil has scored an own goal” (ARAUJO, 2014, s. p).⁴⁵

Cabe ressaltar que essa sobreposição do componente racial à dimensão do *habitus* de classe nessas explicações, de teor acadêmico ou não, em relação às causas que estruturariam a

⁴⁴ Então, em um pedaço de terra onde 60% da população é negra ou miscigenada, por que a ausência desses 60% em um dos mais importantes eventos da história é tão grave? A resposta é tão óbvia quanto trágica. A maioria das pessoas negras no Brasil é pobre. Diferentemente da África do Sul e dos Estados Unidos, não há uma classe média negra, e talvez o mais importante, não há uma classe política negra (tradução livre).

⁴⁵ No entanto, de todas as coisas que esta Copa do Mundo ofereceu, oportunidades para a população negra não estão entre elas. Nessa questão em particular, o Brasil marcou um gol contra (tradução livre).

desigualdade e preconceito nas diferentes esferas sociais que compõem a sociedade brasileira, inclusive a esportiva em geral e a futebolística em específico, em alguma medida, talvez tenha a ver, de acordo com Jessé Souza (2006, p. 72-73), ao fato de que ao ser rejeitado por alguns setores da intelectualidade brasileira a explicação economicista de classe dada à desigualdade social pela teoria *marxista* se rejeitou, por extensão, a própria centralidade dessa categoria analítica para avançar no esclarecimento das causas não-econômicas que condicionam a desigualdade no país. Daí, dentre outras coisas, o prestígio acadêmico e social que foi e ainda tem sido conferido à dimensão racial para justificar e mesmo explicar os principais conflitos preponderantes nessa sociedade. Claro que esse problema epistemológico e ao mesmo tempo social não é trazido à tona com vistas a relativizar o preconceito racial atuante no país, mas somente em demonstrar que o prestígio analítico dado à variável raça se legitima a partir do obscurecimento da variável classe em sua acepção sociocultural. Nos termos de Jessé Souza:

[...] ainda que a cor da pele seja um dado secundário, no caso específico da formação social brasileira, em relação ao *habitus* de classe, isso obviamente, não significa dizer que o preconceito racial não exista ou que seja de pouca importância. Significa apenas que é a invisibilidade dos aspectos culturais e simbólicos do “racismo de classe”, precisamente por aqueles autores que “compram” o conceito economicista de classe do marxismo e se tornam marxistas sem o saber, que torna a “raça” a única dimensão onde a dominação simbólica e cultural é tornada visível. Essa visibilidade da “raça” é conquistada pela invisibilidade da “classe” como dimensão cultural e simbólica de natureza não-econômica (SOUZA, 2006, p. 90).

Os efeitos ideológicos dessa confusão firmada entre o peso conferido às variáveis de raça e de classe na compreensão das dinâmicas sociais estruturantes desta sociedade, muito embora se façam sentir com maior intensidade no campo dos estudos acerca da desigualdade, também incidem sobre outras áreas investigativas. No que diz respeito ao campo dos estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol, pudemos perceber que a ênfase nesses aspectos racialistas se deu com um duplo propósito. Por um lado, e nunca é demais repetir, vimos no capítulo anterior que a tese da democracia racial foi apropriada no âmbito da Sociologia do Futebol com vistas a construir e tornar legítima a noção de “futebol-arte” e também pleitear uma interpretação dessa prática esportiva como uma instituição genuinamente brasileira.

Por outro lado, observamos que em resposta a essa leitura culturalista, a noção de dilema racial brasileiro foi introduzida no âmbito das pesquisas em Sociologia do Futebol no Brasil com o intuito principal de demonstrar que a inserção de negros e mestiços nessa prática esportiva foi conduzida através do jugo de avaliações morais heterônomas e a partir de uma infinidade de clichês e preconceitos. Ao superestimar, no entanto, o componente racialista na análise que se propôs a edificar e ao conceber as populações de cor como dotadas de uma

série de “virtudes ambíguas” que pouco concorriam para sua melhor inserção no contexto da sociedade inclusiva, essa quarta “família intelectual” da Sociologia do Futebol brasileiro acabou, em certo sentido, se tornando cúmplice no reforço da principal ideologia veiculada na linhagem culturalista que tem se feito preponderar nesse campo investigativo, de maneira a corroborar, portanto, com a ideia de que os negros foram agentes que “abrasileiraram” o “esporte bretão” transformando-o em uma prática puramente nacional. Feitas essas análises, convém encaminharmo-nos para o fechamento dessa primeira parte do estudo e acrescentar mais algumas observações à maneira de síntese do que até aqui argumentamos.

SÍNTESE DA PRIMEIRA PARTE

O investimento teórico que nos aprouve desenvolver, mas de maneira alguma esgotar, em relação aos estudos socioculturais do Futebol brasileiro justifica-se epistemologicamente por duas razões. Por um lado, essa proposta de recenseamento desenvolvida foi útil porque permitiu visualizar algumas continuidades e rupturas partilhadas entre as quatro “famílias intelectuais” estruturantes desse campo do saber, bem como potencializou o rastreamento de algumas afinidades teóricas e ideológicas comungadas entre diferentes autores no âmago de uma mesma linhagem, independentemente do grau de consciência desses agentes quanto a essas filiações introspectivas. Por outro lado, esse exercício teórico aqui conduzido sob as premissas metodológicas de uma Sociologia Crítica do Conhecimento, nos permitiu, dentre outras coisas, realizar uma diferenciação nos estudos revisitados entre aquilo que em seus enredos poderia ser lido como novidades teóricas ou, em contrapartida, como material pura e exclusivamente ideológico que se difundiu de geração em geração intelectual.

A par desta leitura, podemos então transitar epistemologicamente com um pouco mais de cuidado e reserva com relação às tendências descontinuistas de retomada da produção de conhecimento tão em voga ultimamente no campo acadêmico, isto é, aquelas tendências que acreditam que suas propostas analíticas tendem a ser inteira e radicalmente novas, como se não houvesse uma história dos objetos estudados e, principalmente, uma história dos sistemas de conhecimento dos objetos cientificamente estudados ou, o que é mais preocupante, como se tais objetos em apreço fossem totalmente neutros com relação ao *corpus* de formulações teóricas ou como se somente nossas descrições do mundo estivessem livres das ideologias e crenças. É por nos armarmos de tal senso de reflexividade, que se torna possível, inclusive – e num esforço subsequente de elucubração –, distinguir com clareza aquilo que é importante ser retido ou problematizado das linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol no Brasil e das obras de seus respectivos herdeiros no intuito de avançar em uma compreensão mais rigorosa das relações e mediações firmadas entre futebol e sociedade.

Esse tipo de deslocamento não-arbitrário, é sempre importante ressaltar, tem respaldo e se fundamenta respectivamente nas teorias do conhecimento de Mannheim e de Elias, em especial na dinâmica explicativa que esses sociólogos, às suas distintas maneiras, tiveram por propósito desenvolver no que diz respeito ao diálogo epistemológico que os intelectuais mais

recentes do campo mantêm, queiram eles ou não, com aqueles pensadores pioneiros. Elias (1980) nos oferece um exemplo elucidativo acerca do que está sendo argumentado quando, ao se reportar, por exemplo, ao empreendimento sociológico de Auguste Comte, se opõe ao descontinuísmo ingênuo praticado pela epistemologia social e aponta no bojo de uma linha teórica *mannheimiana* para aquelas relações de contingência existente entre autores de gerações diferentes e, por vezes, até mesmo rivais na produção do saber: “Como todos os pensadores Comte construiu a partir daquilo que seus antecessores já tinham produzido. [...] Ninguém começa do nada, todos começam onde outros ficaram” (ELIAS, 1980, p. 36).

No entanto, esse mesmo Norbert Elias apesar de reconhecer o valor e o pioneirismo das ideias colocadas por Comte – ideias essas, herdadas de Turgot, Saint-Simon etc., e outras desenvolvidas de modo totalmente inédito (ELIAS, 1980, p. 36) –, ressalva que é necessário realizar-se um trabalho de “pinçamento” na obra deste autor de modo a extrair aquilo que, de fato, é sociologicamente proveitoso em sua abordagem e, em contrapartida, descartar aquilo que se constitui como obstáculo ao desenvolvimento de uma Sociologia científica. Argumenta Elias, nesse sentido, que: “[...] se limparmos as suas ideias do pó das manias, excentricidades e perturbações, encontramos na obra de Comte conceitos que são virtualmente novos, ideias que foram parcialmente esquecidas ou mal compreendidas [...]” (ELIAS, 1980, p. 35).

Ao colocar as coisas nesses exatos termos, Elias reconhece, portanto, que o progresso da ciência não se dá em linha reta como tampouco a partir das tendências descontinuistas que, com frequência, se multiplicam em razão das tensões intelectuais ou do desconhecimento das pesquisas empreendidas em outros tempos. Além disso, Elias está atento a dois movimentos simultâneos que se operam no interior dos campos científicos e que cabe ao pesquisador um devido posicionamento, até mesmo para preservar o estatuto de seu *métier*. De um lado, temos então um movimento que concorre para o desenvolvimento de uma leitura mais rigorosa dos fenômenos sociais e onde o esforço dos chamados cientistas pioneiros deve ser preservado e potencialmente aprimorado. De outro lado, temos um movimento que torna dificultoso o estudo científico da sociedade, justamente por denotar a penetração de crenças das mais diversas ordens no ato de compreensão dos fenômenos sociais. Essas crenças, por sua vez, precisam se extirpadas da pesquisa sociológica e não por acaso, portanto, é que Elias (1980) atribui ao ofício do sociólogo o papel categórico de destruir e desconstruir mitos.

No caso da Sociologia do Futebol brasileiro e, em particular, das quatro “famílias intelectuais” revisitadas, essa dupla movimentação do pesquisador diante do saber produzido e acumulado historicamente na referida área, em empreendimento teórico consubstanciado respectivamente no programa *eliasiano* e *mannheimiano* para Sociologia do Conhecimento, é

observada nessa pesquisa de modo que possamos, por um lado, conservar aquilo que é importante ser conservado dos estudos que nos aprouve até aqui recorrer e, por outro lado, romper com o sistema de crenças sociais que tais estudos engendraram em seu esforço de interpretação e reconstrução teórica da realidade futebolística brasileira ao longo do século XX e, com maior preponderância, a partir dos anos 1980.

É importante ressaltarmos que essa última tarefa não é das mais fáceis até porque o que está em jogo em cada uma dessas linhagens no que tange a sua relação mantida com o sistema de crenças sociais erguidas em torno do futebol brasileiro é que essa mesma relação é tão imbricada e penetrante que se torna difícil diferenciar aquilo que pertence ao domínio das pesquisas científicas propriamente ditas daquilo que anima mais precisamente o sistema de crenças futebolísticas no país. Quando a esse aspecto Elias melhor esclarece:

A tarefa que a ciência tem de perseguir mitos até à morte e de demonstrar que certas crenças generalizadas não são baseadas nos factos, nunca será totalmente realizada, pois que, tanto dentro como fora dos grupos de cientistas especializados, **há sempre quem converta as teorias científicas em sistemas de crenças**. Extrapolam-se as teorias e usam-se de um modo perfeitamente divorciado de uma investigação dos factos teoricamente orientada (ELIAS, 1980, p. 56, os grifos são nossos).

Esse prognóstico fornecido por Elias (1980) cabe bem à compreensão de alguns dos efeitos acadêmicos e sociais exercidos pelas quatro linhagens intelectuais problematizadas ao longo deste capítulo no dimensionamento de algumas das percepções que seriam cristalizadas e consolidadas no âmbito do debate público nacional acerca da circulação dos bens e práticas futebolísticas nesta sociedade, uma vez que tais “famílias intelectuais”, em doses distintas, não simplesmente vincularam em seus enredos sistemas de crenças contundentes, mas em tão presente medida, se confundiram com as próprias crenças por conta do “casamento” íntimo e secreto que, em última instância, foi estabelecido entre o conjunto de formulações teóricas difundidas em cada uma dessas linhagens e o cotidiano futebolístico brasileiro estruturado, em parte, pelo próprio poder de construção simbólica da realidade a partir dessas teorias.

No que diz respeito aos motivos e razões teóricas que nos levaram objetivamente a suspeitar de parte das categorias históricas de pensamento e de alguns dos instrumentos de conhecimento que foram trabalhados no contexto de cada uma das “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol no Brasil, era basicamente isso o que competia discorrer e acrescentar. Tal direcionamento crítico-reflexivo, entretanto, não quer dizer que não possamos fazer uso ou mesmo nos respaldar em alguns dos pressupostos teóricos e analíticos que os porta-vozes concorrentes no interior dessas “famílias intelectuais” se propuseram, dos mais diversos e

complexos ângulos, a sistematizar, até mesmo porque – e para lá do cinismo que orienta as disputas no campo acadêmico (BOURDIEU, 2004) – não vislumbramos a oportunidade da crítica como oportunismo para legitimar uma posição distintiva no campo de conhecimento ao qual tecemos a crítica. Dito de outro modo, o que está em voga em nosso empreendimento não é a tessitura de uma crítica leviana com vistas a obter alguma espécie de legitimação no campo científico, mas, pelo contrário, a construção de uma crítica não-criticista⁴⁶ que possa potencialmente contribuir para se avançar, em diálogo com a literatura especializada da área, no entendimento do futebol como um fenômeno de conotação massiva.

Nesse particular, nossa postura crítico-reflexiva traçada em relação as quatro “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol brasileiro tal como situada e restituída nessa primeira parte do estudo, se sumaria e se apresenta nos seguintes termos:

1. Da primeira linhagem exposta descartamos, de antemão, todo aquele conjunto de crenças idealistas que projetam o futebol brasileiro como uma “caixinha de surpresas” e como um espaço fértil para o exercício calculista de uma corrupção atestada como “mal de origem” supostamente inerente à formação histórica desta sociedade. Em contrapartida, reconhecemos o mérito que tem essa linhagem em dar ênfase ao papel do mercado na estruturação do futebol brasileiro, muito embora estejamos longe de visualizar o mercado como “reino da virtude” e o futebol europeu como “ideal de modernização” a ser atingido.

2. Da crítica cultural de esquerda rejeitamos todas as crenças pessimistas sobre o papel do futebol como uma instituição social que dissolveria a força política dos agentes ao intentar fortalecer o espírito nacionalista. Em outras palavras, não avistamos o futebol como um *locus* favorável a reproduzir *per se* a dominação político-ideológica inerente ao sistema capitalista, muito embora reconheçamos o valor dessa abordagem ao suspeitar das “primeiras aparências” do mundo social. Nesse sentido, julgamos importante observar, ainda que a partir de outro olhar teórico, a crítica *marxista* erguida contra a ideologia espontânea do capitalismo.

3. Dos estudos culturalistas, recusamos, por sua vez, todas as crenças otimistas que resultaram da inversão da premissa negativa que sustentava a tese do futebol como “ópio do

⁴⁶ A efetivação de uma “crítica viva das teses” (LAHIRE, 2002a) propostas nessas linhagens há algum tempo já vinha se demonstrando necessária e pudemos nos convencer da importância e urgência de levarmos a efeito esse tipo de investimento, quando notamos que os discursos que estavam sendo mobilizados nas diferentes instâncias sociais em relação às tensões que se evidenciaram na fase de preparação do Brasil para sediar a Copa do Mundo da FIFA se revestiam de alguns elementos simbólicos e políticos assim como de inúmeras crenças incrustadas a essas “famílias intelectuais”. Para uma discussão mais minuciosa acerca dessa temática ver os seguintes textos: SOUZA, J. A reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil – potencialidade e contribuições. In: MARCHI JÚNIOR, W. (org.). **Ensaio em Sociologia do Esporte**. São Paulo: Factash Editora, 2011, pp. 29-53; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 34, p. 245-255, jun. 2010c.

povo”, de modo a contemplar, portanto, essa prática esportiva como um elemento identitário que fortaleceria os vínculos entre grupos sociais antagônicos, por supostamente estabelecer uma experiência de democracia que seria negada nas chamadas rotinas premeditadas do dia-a-dia. Além disso, e apesar de se reconhecer a importância de ser recuperado o processo pelo qual se dá a produção das identidades futebolísticas, entendemos que tal processo não pode ser devida e objetivamente restituído sem um amparo em referentes institucionais concretos ou, em outras palavras, sem um suporte garantido na figura do mercado e do Estado.

4. Da quarta linhagem da Sociologia do Futebol brasileiro, julgamos importante reter a noção de conflito e, sobretudo, a ideia de que as relações estruturadas entre os mais diferentes atores e grupos no contexto de ação futebolístico moderno não são horizontais e democráticas, muito embora entendamos que a rede de preconceitos, vetos e insultos exteriorizados nesse *locus* longe de poder ser devidamente explicada a partir de uma retomada solitária e ortodoxa dos conflitos de ordem racial, precisa ser também dimensionada à luz dos conflitos de classe que lhe precedem e que, por sinal, como já discutido, não devem ser contemplados de um ângulo estritamente econômico, mas como lutas intersubjetivas firmadas entre grupos de observação empírica da sociedade a partir de mecanismos simbólicos intransparentes.

É tendo como ponto de partida, portanto, este panorama epistemológico esboçado cuja especificidade nos permite pensar ao mesmo tempo “com e contra” as linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol brasileiro, que pretendemos na segunda parte da tese reunir uma série de apontamentos teóricos que julgamos serem úteis para restituir algumas das funções sociais e significados que essa prática esportiva alcançou no Brasil na esteira de um processo mais amplo de difusão do futebol associado pelo mundo. Em outras palavras, procuraremos nesse segundo momento do estudo reunir alguns elementos teórico-metodológicos que nos permitam reler alguns processos de mediação negociados entre futebol e sociedade brasileira sem perder de vista (1) a lógica mercantil que regulou a difusão dessa prática para os mais diferentes lugares do globo; (2) os mecanismos estruturais e simbólicos pelas quais se construiu uma noção de “identidade-nós” em oposição à noção de “identidade-eles” no domínio do futebol; e (3) a dinâmica dos conflitos sociais mais amplos que se fizeram e se têm feito repercutir historicamente no contexto de ação futebolístico moderno.

Parte 2

*Para uma releitura sociológica do
futebol – aportes teórico-metodológicos*

Um entendimento teórico alternativo que permita restituir os significados e funções sociais por detrás da conformação do futebol como fenômeno de apelo massivo, requer uma recondução epistemológica tripla expressa (1) na busca por um espírito metodológico que esteja aberto ao debate crítico e predisposto, sobretudo, a superar fronteiras disciplinares; (2) na procura por referenciais teóricos que prezem por uma reconstrução realista e sintética da sociedade moderna e que o façam isso considerando o movimento agente/estrutura a partir de um ângulo dialético e, acima de tudo, a dinâmica das duas principais instituições sob as quais se organizam a vida dos indivíduos, a saber, o mercado competitivo e o Estado centralizado; e (3) na preservação do estatuto ontológico da realidade acompanhada, é claro, de uma crítica ao naturalismo pelo qual essa mesma realidade social, muitas vezes, se institui, possibilitando, portanto, que relações pautadas na dominação sejam vistas e sentidas como naturais.

É importante advertir que o dimensionamento deste quadro, no caso dessa pesquisa, só se demonstrou possível e mais preciso na medida em que fomos avançando no estudo das linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro de forma a nos confrontarmos com uma visão holística dessa área de investigação e, por conseguinte, identificar alguns limites dessas tradições intelectuais na ponderação de alguns significados e funções sociais que, por suposto, nortearam a difusão dessa prática esportiva no país. No bojo desse inventário, a abordagem geracional preconizada no programa *mannheimiano* da Sociologia do Conhecimento retomada ao lado de outras perspectivas que emergem ou no mínimo conversam com este modelo teórico,⁴⁷ foi importante em nossa empresa justamente por despertar-nos ao entendimento de que as ideias e os grupos se articulam e, mais que isso, que existem processos comuns que estão na origem das ideias que fazem o mundo e dos próprios grupos que lhe são suportes.

Também foi determinante para nossa argumentação, até mesmo para dimensionar o investimento material e simbólico que os intelectuais e uma série de outros agentes imputaram ao futebol ao longo do século XX, a problematização situada acerca da influência que as ideias desses porta-vozes⁴⁸ concorrentes nas esferas de produção dos bens culturais exerceram na sobre-determinação da própria realidade futebolística brasileira. Nesse sentido, ponderamos

⁴⁷ Sobre as influências da Sociologia do Conhecimento de Mannheim na obra de Bourdieu ver Ferreira e Brito (1994) e também Kögler (1997). Quanto ao lugar ocupado pela teoria *mannheimiana* no desenvolvimento da teoria do processo civilizador, ver Elias (2001, 2008) e Kilminster (1993). Já quanto à centralidade do método de Mannheim no programa para o estudo das “linhagens do pensamento político brasileiro” ver Brandão (2005).

⁴⁸ Segundo Bourdieu, para que as representações constituam efetivamente a realidade de determinado campo, as mesmas necessitam de um porta-voz, o qual na medida em que pretende trazer a ordem material àquilo que enuncia, atrai certas vantagens simbólicas à sua posição e vice-versa. A eficácia de tal estratégia se dá por meio de uma “[...] *alquimia da representação* [...] através da qual o representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra da ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*” (BOURDIEU, 1998b, p. 83).

a partir de um ponto de vista genealógico que não foram, a rigor, as representações e práticas relacionadas ao futebol que, em um primeiro momento, subdeterminaram as posições teóricas, mas, ao invés disso, foram as próprias ideias dos intelectuais que se converteram em crenças que denotam significados e funções sociais específicas a esse esporte no Brasil.

Em outras palavras, e tal como nos aprouve discutir nos capítulos anteriores, cada uma das escolas de pensamento que integram a produção sócio-histórico-antropológica sobre o futebol brasileiro acabaram sugerindo alguns sentidos particulares e veiculando algumas vias de utilidade social ao domínio de ação coletiva estruturada em torno da distribuição dessa prática esportiva no país. Argumentado de modo mais incisivo, as linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro ao serem contempladas de um ponto de vista histórico revelam suas devidas contribuições no próprio dimensionamento social deste fenômeno, tanto em sua expressão de oferta quando em sua feição propriamente dita de consumo. Daí, então, a possibilidade desses quadros teóricos continuarem explicando o futebol até os dias de hoje sem realizar nenhuma modificação mais drástica em seus pressupostos analíticos, uma vez que a captura estática e não-problematizada da estrutura social de um momento específico, com frequência, termina por legitimar e validar a força explicativa de tais teorias, na maior parte das vezes, encaradas como historicamente neutras em relação à realidade que evocam.

Todavia, quando passamos a pensar e inquirir sobre os efeitos sociais dessas teorias em uma perspectiva processual, geracional e reflexiva, logo nos deparamos com o fato de que as ideias defendidas pelas autoridades reconhecidas fizeram e fazem, em alguma medida, o mundo social. Muitas vezes, inclusive, essas ideias refletem ideologias de grupos específicos e, por essa razão, precisam ser postas em prova (MANNHEIM, 1967; BOURDIEU, 1989; SOUZA, 2009). Ocorre também dessas ideias darem sustentação a sistemas de crenças que bloqueiam nosso acesso aos códigos e processos inerentes ao desenvolvimento empiricamente verificável das sociedades humanas na escala de longo termo (ELIAS, 1980). De um jeito ou outro, portanto, as teorias não são autônomas em relação aos objetos concretos de teorização, como tampouco os próprios objetos são completamente autônomos das descrições teóricas.

Nesse particular, entendemos que a lógica de produção cultural respaldada por teorias aceitas como legítimas, termina, não raras vezes, por estruturar as relações sociais de acordo com as representações dominantes, de modo que determinados aspectos da realidade passam a corresponder às elucubrações teóricas por meio de atos de investidura simbólicos dotados de eficácia performativa. Essa movimentação, por sua vez, não quer dizer que estaríamos diante de uma falsa consciência da realidade tal como se pressupõe nas teorizações clássicas sobre a ideologia. Com efeito, o que ocorre é uma reiteração circunstanciada dessas ideias em várias

instâncias sociais e, além disso, a apropriação desse conjunto de ideias pelo mercado de bens simbólicos. Exteriorizadas então sob o formato de oferta e interiorizadas como necessidade de consumo, essas ideias se convertem em comportamentos práticos e, por essa via, nos induzem a ver a ordem social como corolário daquilo que se (re)produz na esfera cultural.

Importa frisarmos que foi provavelmente isso que ocorreu com o futebol brasileiro ao largo de sua história e que pode ser visualizado até mesmo em sua estrutura recente, tendo em vista que o relativo prestígio que essa prática esportiva dispõe na hierarquia dos bens culturais no Brasil é tendencialmente explicado a partir de crenças idealistas, otimistas e pessimistas. Nunca é demais ressaltar que a postura idealista se traduz no esforço de demonstrar que à medida que o mercado influi nessa prática esportiva a mesma se moderniza de modo que a distância que separa o futebol brasileiro da estrutura do futebol europeu diminui. Já a postura pessimista acaba sugerindo que o sucesso social desse esporte é proporcional à alienação e à desmobilização política que engendra. Por fim, a postura otimista justifica o relativo sucesso dessa prática esportiva no país tendo como suposto o fato dela proporcionar uma experiência de democracia hipoteticamente negada em outras esferas da vida coletiva.

Tratam-se, como podemos ver, de ideias e crenças muito presentes e cristalizadas no cotidiano de circulação dos bens e práticas esportivas no país, mas que quando confrontadas com o processo de modernização seletiva da sociedade brasileira e, principalmente, com o desenvolvimento dos esportes como contexto de fruição específica, negociação de tensões e resolução mimética de conflitos, logo mostram sua fragilidade tanto para subsidiar a leitura daqueles processos e dinâmicas futebolísticas que se propõem a dar conta quanto mesmo para explicitar aqueles significados sociais concretos que o futebol, para além dessas explicações condicionantes e condicionadas pelos sistemas de crenças, alcançou na modernidade.

Na esteira dessa análise, portanto, é que ambicionamos reunir nessa segunda parte da tese uma série de ferramentas e instrumentos de conhecimento que julgamos imprescindíveis para avançar em uma compreensão sociológica que permita capturar, de um ponto de vista crítico e atento à realidade dos conflitos sociais mais amplos, aqueles fatores que permitiram emergir um contexto de ação futebolístico moderno. Em certa medida, esse objetivo vai ao encontro da abordagem preconizada pelo realismo crítico, uma vez que também nos fazemos cúmplices da ideia, por sinal, muito difundida entre os defensores dessa corrente teórica, de que existe um mundo social independentemente dos conceitos que os intelectuais possam ter dele, muito embora esse mesmo mundo social só possa ser devidamente apreendido por meio da intervenção de conceitos, descrições e representações que tais agentes conservam e acabam construindo acerca do mundo social (VANDENBERGHE, 2010, p. 190).

CAPÍTULO 5

À PROCURA DE UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICO-REFLEXIVA DO FUTEBOL BRASILEIRO

A leitura e releitura sistemática da produção de conhecimento, com ênfase analítica particularmente voltada ao problema da rotinização das chamadas categorias históricas de pensamento, sem dúvida alguma, são requisitos de suma urgência e importância para aqueles cientistas e estudiosos que ambicionam o posto de agentes de reflexão metódica engajados em um verdadeiro processo de desenvolvimento científico de uma dada sociedade ou mesmo da sociedade global, não se conformando, nesse sentido, em lançar ideias no mercado das ideias apenas por lançá-las ou então por modismos ou pela busca desenfreada de acúmulo de capital científico e simbólico, conquistados muitas vezes a reboque da cumplicidade passiva que os pesquisadores são seduzidos a manter com a lógica do mercado publicacionista que cobra, a todo custo, a adequação de seus currículos às regras do jogo “científico” vigente.

É sintomático também que em uma lógica onde se prevaleça o chamado produtivismo acadêmico, os agentes de investigação tendam até certo ponto a ignorarem a cadeia geracional das pesquisas que antecedem as suas, afinal, esse tipo de preocupação epistemológica além de requerer um olhar mais reflexivo e demorado em relação aos campos de conhecimento que concorrem para o desenvolvimento de suas pesquisas, necessita de uma ruptura radical com aquelas tendências de pensamento que prospectam a divisão do trabalho intelectual e que assimilam acriticamente as regras do jogo científico – otimização das publicações no tempo mais curto possível e nos periódicos tendencialmente mais qualificados – que se impõem à classe de pesquisadores, sejam aqueles pertencentes ao *establishment* acadêmico ou então àquelas frações de estudiosos que estão sendo recém-socializados no *métier*.⁴⁹

Nessa sociedade onde então se “produz” cada vez mais conhecimento a partir do desconhecimento do que já foi produzido – e o que aqui está em jogo não é a veiculação de nenhuma espécie de projeto científico conservador – e das lógicas ocultas subjacentes a toda e qualquer atividade que se ambicione científica, a noção de progresso e desenvolvimento da

⁴⁹ Para uma análise crítica sobre a lógica do publicacionismo em Educação Física ver: GAYA, A. O importante é publicar. A (re) produção do conhecimento em Educação Física e Ciências do Desporto nos países de língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 10, n. 1, pp. 200-206, 2010.

ciência, por mais contraditório que pareça, é frequentemente vista e encarada pela ótica solitária da descontinuidade. Trata-se, de modo mais incisivo, de um projeto irrefletido de ruptura com a tradição condenando-a sempre que possível aos “calabouços do esquecimento”, sem ao menos sequer reconhecer que o que se defende ou credita-se como ideias “atuais”, muitas vezes, não passa de conhecimento já sistematizado na escolástica e que apenas veio a ser reapresentado sob uma nova roupagem teórica, com conceitos aparentemente inéditos e, o que é mais curioso, sem os porta-vozes de tais “descobertas” terem consciência disso.

Há que se notar que essa lógica se manifesta em diferentes níveis e de acordo com o grau de autonomia dos diferentes campos de produção intelectual. É comum dizer que quanto mais autônomo às forças externas for um campo científico maior a probabilidade deste campo produzir conhecimento a partir de lógicas e interesses propriamente científicos, o que, por sua vez, implica em conhecer a fundo as pesquisas dos pares para sistematizar sua própria produção acadêmica, seja ela expressa em uma perspectiva de afinidade com as ideias desenvolvidas ou então por meio da desconstrução rigorosa dos argumentos já consolidados no campo científico. Ambas as situações, no entanto, demandam um elevado conhecimento e reconhecimento da produção teórica legitimada em um campo/área do saber, promovendo, nesse sentido, uma maior autonomia no campo através da lucidez epistemológica.

No campo da Sociologia, por exemplo, a recorrência à produção dos chamados autores clássicos foi imprescindível para sistematização de toda ou parte decisiva da produção teórica contemporânea (ELIAS, 1980). Sem o esforço, inclusive, desses pioneiros a própria disciplina não teria sido possível, ao menos não nos moldes como conhecemos (ALEXANDER, 1987, 1999). Mas se, por um lado, existe uma maior recorrência aos modelos teóricos de vanguarda, por outro, não se verifica essa dinâmica se desenrolar numa mesma proporção com aqueles trabalhos mais modestos de pares de um passado não tão longínquo e que se propuseram a ler os mesmos objetos, a levantarem um mesmo núcleo de problemáticas ou então a defenderem hipóteses similares (BRANDÃO, 2005). É possível supor, no entanto, que essa tendência não seja somente devedora à questão de autonomia do campo, mas especialmente às lutas por prestígio científico e por reconhecimento nesse *locus* (BOURDIEU, 2002a).

Já no âmbito dos chamados estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol – campo (ou subcampo) científico aqui em apreço – é possível verificar que a lógica histórica que tem condicionado a (re)produção de conhecimento nesta área investigativa reporta mutuamente à relações científicas de continuidade e/ou descontinuidade, muito embora no interior de cada uma das quatro “famílias intelectuais” problematizadas anteriormente se perceba, se assim podemos nos expressar, o predomínio então de uma ortodoxia epistemológica tanto no que diz

respeito às categorias analíticas mobilizadas para explicar o objeto quanto às próprias ideias mais generalistas instituídas. Existem obviamente embates epistemológicos entre os autores, mas estes tendencialmente se dão de forma mais incisiva entre os representantes de escolas de pensamento rivais, de modo que, é possível dizer, que a revisão crítica de conhecimento na área ainda é escassa e devedora a fatores extrateóricos que se não forem ao menos ponderados continuarão a impedir e contemporizar o avanço propriamente dito do debate.

Edifica-se, nesse sentido, um espaço “ilusório” de lutas epistemológicas que privilegia o ataque às teorias (e, em especial, aos grupos que estão à frente dessas posições teóricas) que objetivamente se erguem como potenciais rivais no campo: holismo contra individualismo; fenomenologia contra estruturalismo; idealistas contra materialistas; e assim por diante. É sempre bom frisar que no caso da Sociologia do Futebol brasileiro as discussões travadas entre os porta-vozes das quatro linhagens que identificamos foram sendo constituídas, entre outras razões, no sentido prático de legitimar uma abordagem teórica em detrimento de outras e vice-versa, o que, em última instância, acabou encerrando o exercício da crítica e autocritica num círculo vicioso, quando senão em moldes mecânicos que preservaram intocáveis algumas das principais e mais expressivas fragilidades teóricas desses esquemas explicativos.

Em nome dessas disputas antevistas, todo o esforço que poderia advir de uma crítica fundamentada à razão escolástica foi consumido pelo jogo político quando senão reduzido ao próprio. Nesse sentido, para além das censuras teóricas mútuas que uma linhagem endereçava à outra, foi ocorrência rara no campo da Sociologia do Futebol brasileiro, ao menos até onde o nosso levantamento bibliográfico permitiu visualizar, um exercício de crítica e de reflexão epistemológica voltado, sobretudo, para a problematização daquelas categorias de pensamento que foram mobilizadas para explicar a realidade empírica que essa prática esportiva constituiu no Brasil. Em outras palavras, não só não se problematizou devidamente os instrumentos de conhecimento no interior de uma mesma linhagem, como também não se aventou os limites das categorias analíticas sistematizadas nas outras “famílias intelectuais”. Criticou-se, isto sim e, com frequência, as posições teóricas consideradas antagônicas às que se defendia ou então se revisou criticamente tudo nas demais teorias “rivais” e ao mesmo tempo nada.

Foi com o sentido, portanto, de se afastar dessas tendências acadêmicas que, por um lado, emanam suas críticas a partir de critérios extracientíficos ou, por outro lado, primam por um criticismo estéril, sem limites e discernimentos, que procuramos restabelecer na primeira parte da tese uma crítica orientada e lúcida em relação a algumas categorias de pensamento historicamente reiteradas nas quatro escolas de pensamento estruturantes da Sociologia do Futebol brasileiro. A nosso ver, essa “lacuna epistemológica” que se visualiza neste campo do

saber, muito embora seja tendencialmente sintomática das regras que fundamentam a *illusio*⁵⁰ que estrutura o campo acadêmico mais amplo, é impeditiva de um maior progresso científico da área e, deste modo, entendemos que um dos primeiros procedimentos para a renovação do espírito científico que orienta ou, ao menos, deveria orientar e nortear os rumos da pesquisa em Sociologia do Futebol no Brasil, consiste em restabelecer o valor da crítica fundamentada nesse *locus*, tal como expresso e sugerido por Lahire no excerto abaixo:

Toda reflexão é necessariamente elaborada na relação crítica a outras reflexões. Nada mais comum do que isto. No entanto, a “disputa” é estigmatizada num mundo acadêmico, que geralmente produz mais o consenso de fachada e o assassinato nos bastidores, a hipereufemização dos julgamentos públicos e a extrema violência dos “golpes” ou das conversações “privadas” do que o interesse e a paixão pela discussão argumentada ou pela crítica viva das teses (e não, como se pensa, das pessoas que as sustentam). A crítica é respeitável e deve ser reabilitada (LAHIRE, 2002a, p. 10).

Consubstanciados então nesses apontamentos de Lahire (2002a) como também nas demais tessituras teóricas até aqui arroladas, é que nos fazemos cúmplices da ideia de que para que o estudo sociológico do futebol possa se constituir com maior pretensão científica é necessário que, dentre outras orientações metodológicas, efetuem, mediante os recursos da “crítica viva” e circunstanciada das teses, uma ruptura com aquelas categorias analíticas vinculadas nas quatro “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol brasileiro, uma vez que tais categorias difundidas no campo acadêmico e na esfera do debate público animam, conforme vimos, uma série de crenças sociais em torno da circulação da prática futebolística no país. Nesse sentido, o que está em tela nessa proposta é uma ruptura radical com categorias que ajudam a entender pouco da realidade e, mais que isso, mistificam-na.

Em outras palavras, e em conformidade com Elias (1980), é passível argumentar que o estudo sociológico dos significados e funções sociais imputadas ao futebol em sua história moderna, seja no centro ou periferia do sistema, prescreve uma tentativa de ruptura com toda sorte de crenças e ideias míticas veiculadas sobre essa prática esportiva no universo social mais amplo e no próprio campo científico que, por sinal, deveria ter por esforço justamente desmagificar esse conjunto de crenças não correspondentes à realidade dos fatos observáveis. É no bojo dessa leitura, inclusive, que Elias adverte em uma de suas fórmulas clássicas que:

⁵⁰ *Illusio* na acepção latina do termo designa uma forma particular de interesse e recobrado nesse exato sentido na obra de Pierre Bourdieu significa, portanto, o interesse de estar envolvido no jogo. Em outras palavras, *illusio* pode ser entendida como o “sentido do jogo” e, nesse caso, se constitui como uma noção/ferramenta importante para entender a lógica do mundo social mediante a teoria da prática de Pierre Bourdieu. Conforme lembra então esse autor, a *illusio* é resultante do próprio interesse que os participantes de um campo têm nas disputas internas a este. Além disso, a *illusio* pode ser entendida como conhecimento prático que permite ao agente mobilizar as ações organizadas em seu *habitus* (BOURDIEU, 2007a, 2009).

Grupos que pensam de um modo científico são grupos que geralmente criticam ou rejeitam as ideias dominantes aceites pela maioria da sociedade em que vivem, mesmo quando defendidas pela autoridade reconhecida, pois descobriram que não correspondem aos factos observáveis. Por outras palavras, os cientistas são destruidores de mitos. Por meio de uma observação dos factos, esforçam-se por substituir mitos, ideias religiosas, especulações metafísicas e todo o tipo de imagens não fundamentadas dos processos naturais, por teorias testáveis, verificáveis e susceptíveis de correção por meio da observação factual (ELIAS, 1980, p. 55-56).

Essa menção é interessante sob vários aspectos e é ela, inclusive, que anima e orienta parte das reflexões que propomos nesta seção. Em primeiro lugar, Elias nos convida nesse trecho a procurarmos por instrumentos de conhecimento que correspondam mais à realidade sobre a qual o pesquisador se debruça. No caso dos estudos sociológicos do futebol no Brasil, muitos dos investigadores podem até argumentar em contraponto ao investimento aqui proposto que categorias analíticas como “modernização conservadora do futebol brasileiro”, “cartolagem”, “caixinha de surpresas”, “lugar de corrupção por excelência”, “ópio do povo”, “instrumento de manipulação”, “pão e circo”, “malandragem”, “jogo de cintura”, “jeitinho brasileiro”, “futebol-arte”, “futebol-força”, “pátria de chuteiras”, “país do futebol”, “aula de democracia” etc. correspondem bem e devidamente à realidade dos fatos observáveis.

O que acontece, entretanto, é que essas categorias não apenas “retratam” a realidade como querem seus defensores pelo motivo óbvio de conferir uma maior credibilidade ao seu *corpus* de teorizações e formulações. Mais que depressa, ressaltamos que tais categorias como atos próprios de pensamento e como ideias-força atuantes no mundo moderno, ajudaram a construir a realidade futebolística brasileira da forma justamente com que as pessoas no nível do senso comum passariam a percebê-la e a interpretá-la em seus cotidianos. É em razão também desse sistema ortodoxo de interpretação do contexto de ação futebolístico brasileiro, como investimento simbólico eficaz, se impregnar de uma forma naturalizada no imaginário coletivo, que tais teorias se conservam no campo acadêmico, afinal é o próprio senso comum feito ponto de partida empírico quem atesta e ratifica esses pontos de vista.

Diante do exposto, um segundo aspecto a ressaltarmos da citação de Elias diz respeito ao fato de um pesquisador reflexivo como “destruidor de mitos” ter que superar ideias que não são quaisquer ideias, mas ideias validadas cientificamente e, por esse motivo, difíceis de se romper. Ruptura aqui, é importante reitear, não deve ser encarada como resultado de um criticismo estéril cujo principal aconchego seria adotar uma posição contrária apenas por adotá-la ou, o que é mais provável, para somar capital simbólico a um núcleo específico de teorização. Quando falamos então em ruptura nesta tese temos por premissa o reconhecimento

da produção de saber em Sociologia do Futebol e, em seguida, a procura por instrumentos de conhecimento mais adequados à compreensão da realidade que integra esse microcosmo.

Tais precauções sugeridas, no entanto, não são fáceis de serem incorporadas pelos pesquisadores em suas empresas, até porque tomadas de posição como essas sempre acabam por encontrar “reticências” no campo. Uma das dificuldades que se impõem, nesse sentido, reside no fato de que muitas das posições epistemológicas lançadas no campo acadêmico brasileiro terminam, não raras vezes, por serem interpretadas de modo personalista, ou seja, como ataques pessoais previamente calculados com vistas a ferir esse ou aquele agente, ou esse ou aquele grupo de pesquisa. Tal movimentação, no entanto, não anula a necessidade de serem tecidas rigorosas críticas epistemológicas no campo da ciência. Segundo Lahire:

Esses falsos motivos para calar a crítica têm um ar de já ouvido. Calar-se em nome da “causa política” (“politicamente, ele está no rumo certo...”), calar-se em nome da “razão estratégica” (“cientificamente existem coisas muito piores...”), significa trancar-se na oposição entre “a linha do partido” e os “inimigos de classe”. Essa lógica social e política da oposição nós/eles, amigos/inimigos, parceiros/adversários é totalmente oposta àquela que deveria reger uma ordem especificamente científica. [...] A regra ascética que todo investigador em ciências sociais deveria seguir imperturbavelmente é a seguinte: a crítica científica pode e deve exercer-se se, e apenas se, houver argumentos (lógicos ou empíricos) para criticar. Na troca regulada da crítica racional, jamais deveria haver lugar para a preocupação em não fustigar à “direita” nem ferir à “esquerda”; e todo investigador em ciências sociais deveria, no exercício de sua profissão, assumir serenamente essa relativa irresponsabilidade política (nos dois sentidos do termo). Se a crítica se retiver por motivos outros do que a fraqueza da argumentação, ou se, pelo contrário, apesar da força dos argumentos, ela for sustentada por um cálculo político, pode-se dizer adeus à vida científica (LAHIRE, 2002b, p. 42-43).

Esse fragmento nos remete àquelas zonas de conflito que, com frequência, se erguem entre o domínio da ciência e o da política. Entretanto, os agentes que se mantêm a frente da ciência, para o bem de sua atividade, deveriam estar cientes das diferenças que separam esses dois domínios de ação de modo a não encararem a crítica epistemológica tão indispensável ao desenvolvimento da ciência como um ato calculadamente político. Não que isso não seja possível, até porque o “jogo acadêmico”, em certas circunstâncias, se torna bastante hostil, levando muitos agentes a usarem da crítica epistemológica com o intuito de legitimação no campo de produção científica. O outro lado da moeda, por sua vez, revela que o respeito pelos pares – em especial numa sociedade tão autoindulgente e acrítica como a brasileira (SOUZA, 2009) –, é confundido com o ato de permanecer inerte e estático às suas formulações, sem manifestar maiores objeções e sempre priorizando o consenso de fachada e nunca o conflito.

É bem verdade que a concepção romântica de ciência há muito já tem sido questionada no Brasil e a circulação dos escritos de Bourdieu no país representa um avanço nessa leitura.

Bourdieu, como talvez nenhum outro autor, se opôs a ideia de uma “comunidade” científica concorrendo para um propósito comum (HOCHMAN, 1994), tal como parece ressoar em “*A estrutura das revoluções científicas*” de Kuhn (2006). Ao invés então de uma “comunidade” científica homogênea, Bourdieu em inúmeras passagens de seus textos nos fala de campos científicos onde se disputa a autoridade reconhecida para dizer o que pertence ao domínio da ciência e o que não pertence. Além disso, para este autor, conforme indicamos em outro lugar (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2011, p. 351), reconhecer que em matéria de ciência não existem atos propriamente desinteressados, equivale, sem dúvida a economizar cinismo.

O pesquisador reflexivo, de fato, economiza cinismo ao ter a convicção de que o que faz com o que outros acharam ter feito em termos de ciência não se enquadra ao ideal subjetivo e romântico de divulgação da atividade científica – ciência pela ciência; arte pela arte etc. –, como se simplesmente não existisse um campo acirrado de disputas pelo capital científico ou como se então os agentes de investigação, ao se envolverem nessas lutas epistemológicas, misteriosamente deixassem de fazer parte delas. Recobra-se, nesse sentido, a necessidade de realizar, dentro das inúmeras dificuldades e desafios inerentes à essa tarefa, aquele exercício que Bourdieu (1990a, p. 38-39; 2005a) denominou de “auto-sócio-análise”, ou seja, uma proposta de objetivação do pesquisador com relação ao seu *métier*, aos seus objetos de pesquisa e, principalmente, em relação ao campo acadêmico no qual transita.

Não obstante essa linha de raciocínio desenvolvida, caber frisar que o reconhecimento das peripécias do “jogo científico” não deve ser encarado como um grilhão a que devemos permanecer presos. E longe de nós associar essa imagem determinista à teoria sociológica de Bourdieu. Pelo contrário, este autor, tanto quanto um Norbert Elias ou um Michel Foucault – que nos vêm à mente cada qual ao seu modo – foi suficientemente longe ao demonstrar como é urgente nos libertarmos dessas prisões invisíveis que nos encarceram e que, no caso de sua tessitura conceitual, lhe aprouve denominar de violência simbólica (TERRAY, 2005, p. 306). Todavia, para que nos tornemos livres dessas prisões invisíveis, é preciso, antes de qualquer coisas, torná-las visíveis e é a isso que remete a reflexividade de Bourdieu (SOUZA, 2011), esteja em evidência o campo científico ou qualquer outro campo social.

No que diz respeito à Sociologia do Futebol ou, mais amplamente, à Sociologia do Esporte no Brasil o equivalente de nos livrar dessas prisões consiste em tornar inteligíveis as regras do “jogo acadêmico” e, a par das mesmas, nos armar de um novo espírito científico que permita superar alguns problemas da área como um todo e avançar no ofício de explicar as realidades esportivas a partir de um ponto de vista menos circunscrito a áreas estanques. Um dos maiores obstáculos que se imputa ao desenvolvimento deste campo investigativo, nesse

propósito, é a luta velada estabelecida em torno da definição de quem seriam os profissionais com a competência legítima específica (e especializada) para estudar o domínio esportivo.

Não raro, portanto, é verificarmos se constituir um emaranhado de tensões de ordem extrateórica em torno do dimensionamento sociocultural do esporte e que pelos mais distintos vieses estratégicos parecem perseguir as seguintes questões: de quem é ou a quem pertence esse objeto? De sociólogos que possuem as ferramentas teóricas adequadas para compreensão dos processos esportivos? De historiadores que são especialistas no manejo das fontes? De antropólogos que estão atentos às subjetividades e aos mais variados contextos de apropriação das práticas esportivas pelos atores sociais? Dos pesquisadores da área de Educação Física que acumulam um conhecimento teórico-prático incorporado e institucionalizado acerca da realidade que abrange o espectro das relações de oferta e consumo esportivo?

Poderíamos formular várias outras questões diretamente proporcionais à quantidade de áreas e subáreas que têm estudado o esporte em sua dimensão sociocultural no Brasil. Por ora, todavia, isso é desnecessário até porque a resposta para tais questionamentos, a saber, sintomáticos das tendências de especialização e fragmentação do saber, é bastante simples. Colocado de modo prático, todos os profissionais que queiram estudar esse fenômeno em suas mais amplas manifestações socioculturais não só podem como devem se dedicar a esse *métier* de modo a contribuir com uma discussão teórica cada vez mais abrangente acerca deste objeto. Essa condição inferida, no entanto, ainda está longe de ser uma realidade concreta, e as disputas socioacadêmicas articuladas às tendências de fragmentação do conhecimento, ao invés de sinalizarem para aquela tão necessária discussão epistemológica por via da qual se tende a aprimorar o saber científico, apontam para um conjunto de fatores extracientíficos que reportam à demarcação de territórios e denotam lutas por prestígio e reconhecimento.

No caso do futebol, é possível afirmar, com base no levantamento bibliográfico que realizamos, que tal fenômeno vem sendo estudado no Brasil por uma série de autores das mais diferentes formações acadêmicas, ou seja, da Antropologia, Sociologia, História, Educação Física, Geografia, Administração, Psicologia, Economia, Comunicação etc. Essa polissemia de olhares, sem dúvida alguma, é louvável e convidativa a diálogos e também a uma gama de discussões epistemológicas que, se devidamente mediadas e negociadas pelos pares, teriam tudo para consolidar o desenvolvimento de uma criteriosa Ciência Social do Esporte.

Acontece, entretanto, que apesar dessa multiplicidade de enfoques e de orientações metodológicas, esses agentes de investigação, oriundos de diferenciadas carreiras acadêmicas, parecem ter contribuído diretamente, ao menos como pudemos observar no mapeamento das linhagens intelectuais que contribuíram para elevar o futebol à categoria de objeto passível de

análise sociocultural no país, para estruturação de um campo ou subcampo⁵¹ da Sociologia do Futebol. É por partilharmos, inclusive, desse entendimento que nos aprouve se reportar mais generalizadamente ao âmbito da Sociologia do Futebol e não da Antropologia, da História, da Geografia ou de outras áreas que vem estudando esse esporte no Brasil.

Além disso, cabe advertir que muito embora uma parte considerável dos trabalhos aqui consultados e citados tenha originalmente emergido desses domínios investigativos aludidos, coube-nos elencar todos esses textos sob a mesma unidade nominal de Sociologia do Futebol por reconhecer em tais textos uma tentativa de produzir explicações totalizantes do fenômeno e restituir algumas de suas regularidades, condições que, sem dúvida alguma, são marcas indeléveis do *métier* sociológico. Além disso, esse conjunto de trabalhos a que recorremos, demonstraram variados graus de apropriação de referenciais teóricos da Sociologia para levar a efeito suas interpretações acerca do objeto em questão, o que, por sua vez, evidenciou uma lógica de produção de conhecimento que, embora seja discutível em alguns aspectos, resultou da articulação entre empiria e teoria, conforme recobrado nas diferentes tradições intelectuais que integram essa área, desde quando imergira como uma disciplina autônoma.

Por sua vez, esse tipo de recenseamento que estamos tecendo é também esclarecedor porque conduz ao entendimento de que ser sociólogo, antropólogo ou historiador do esporte vai um pouco além de possuir o capital cultural institucionalizado conferido por título em qualquer uma dessas áreas (BOURDIEU, 1998c). Esse prognóstico, todavia, não mascara o fato de que as disputas objetivas no campo da Sociologia do Futebol em função de questões que transcendem aos aspetos internos da ciência, ao menos no Brasil, têm sido predominantes e determinantes para definir alguns rumos da área. Para termos uma ideia mais precisa disso, bastaria sistematizar uma agenda de pesquisa onde fossem problematizados, dentre outras coisas, os critérios de avaliação e de divulgação dos artigos em periódicos e congressos, de distribuição das bolsas de fomento à pesquisa, de inserção na Pós-Graduação etc.

Assim sendo, se a fronteira entre possuir a formação sociológica legítima e o estudar sociologicamente o futebol não tem sido a condição que tangencia predominantemente as relações socioacadêmicas no país, o mesmo não é possível dizer do quadro de alianças que se estabelece entre pesquisadores e grupos que se propõem a estudar essa prática de um ângulo

⁵¹ Essa diferenciação pode ser entendida de duas maneiras. Em primeiro lugar, existe a possibilidade de as lutas pelos interesses no campo irem se especializando a tal ponto de surgirem os subcampos. Isso é bastante comum de se ocorrer nos campos de produção dos bens culturais. Para um maior esclarecimento quanto a esse aspecto ver: BOURDIEU, P. **As regras da arte** – gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Por outro lado, esse tipo de abordagem também insurge como um recurso metodológico onde se priorizaria e se permitiria olhar para as relações estabelecidas “dentro” de um campo e entre os mais variados subcampos concorrentes ou, em contrapartida, para as relações que se erguem para “fora” do campo de modo a privilegiar análises de processos decorrentes das intersecções entre os diferentes campos sociais.

sociocultural. Em síntese, o espaço da Sociologia do Futebol ou dos que estudam o futebol sociologicamente ou atribua-se outro nome qualquer, pois, no fim das contas, essa taxionomia é o que menos tem relevância aqui, trata-se de um campo de lutas pelas posições objetivas de reconhecimento diante dos pares e de disputas referentes a questões epistemológicas, sendo este último embate conduzido, na maioria das vezes, de forma personalista.

Para um pesquisador que se apeteça reflexivo, é de valor singular considerar então esse quadro sumariado, até porque fazer ciência não se restringe ao momento propriamente dito de pesquisar ou de comunicar suas descobertas em eventos e revistas especializadas, mas também em estar atento ao modo com que suas ideias podem circular no campo acadêmico e, quem sabe, no âmbito público. Além disso, esse quadro esboçado nos conduz a compreensão de que a procura por uma leitura alternativa acerca do processo de difusão do futebol moderno pode se beneficiar dessa análise preliminar, especialmente porque essa forma desnaturalizada de contemplar a produção de conhecimento permite um devido grau de distanciamento e de frieza sem os quais talvez não fosse possível ou não tivéssemos coragem de abandonar nossas predileções teóricas em favor de uma construção mais realista dos objetos.

Dando sequência à exposição, compete notar que outro desafio, não menos importante, para quem estuda o esporte é superar as tendências de especialização acadêmica, até mesmo para ampliar as chances de reconhecimento de seus trabalhos como algo de maior impacto perante a “comunidade científica”. Segundo o sociólogo francês Bernard Lahire:

Os sociólogos que trabalham com realidades esportivas deveriam ter como ambição serem sociólogos “generalistas”, não no sentido de sociólogos que abandonam a área para dissertar de maneira geral sobre o “esporte em nossas sociedades”, mas, sim, de protagonistas, teoricamente inventivos e metodologicamente inovadores. Essa é a única maneira de não ser cientificamente dominado ou, pensando-se em si mesmo como um sociólogo “especializado”, de aceitar sê-lo (LAHIRE, 2010, p. 13-14).

Objetivamente falando, Lahire levanta a hipótese, bastante arrojada por sinal, de que a Sociologia do Esporte em sua versão especializada tende a se constituir como uma disciplina situada no pólo dominado do campo de produção científica da Sociologia. Seu parecer, nesse sentido, não se distancia em muito do emitido por Elias ou então por Bourdieu no final dos anos 1980 ao notarem que o domínio do esporte no momento em que realizaram seus estudos considerados mais densos sobre este fenômeno ainda era preterido à temas de pesquisa mais convencionais por serem justamente reconhecidos como de maior relevância e maior impacto perante a sociedade: trabalho, política, economia, dentre outras áreas associadas ao chamado núcleo das relações sérias da vida (BOURDIEU, 1990b; ELIAS; DUNNING, 1992).

Entretanto, devemos ressaltar que do exato momento em que foram constatadas e, por sua vez, comunicadas as posições de Elias e Bourdieu para os dias mais atuais vão se algumas décadas e, deste modo, é necessário sistematizar uma agenda de pesquisa que dê conta de dimensionar os rumos de desenvolvimento do campo da Sociologia do Esporte para, aí sim, se avaliar com um pouco mais de propriedade a posição que tem sido conferida a tal disciplina na hierarquia social dos objetos e áreas de pesquisa. Aqui no Brasil, por exemplo, esse tipo de preocupação tem sido levada a rigor de forma mais sistemática e rotineira nos trabalhos de Ferreira (2009, 2011, 2014), muito embora esse tipo de análise também já tenha sido motivo de reflexão nos trabalhos de Freitas e Costa (2006), de Marchi Júnior e Cavichioli (2008), de Medeiros e Godoy (2009), de Souza e Marchi Júnior (2010b) e de Gastaldo (2010).

De um modo bastante genérico, duas são as conclusões mais expressivas que podemos extrair desse conjunto de textos. Em primeiro lugar, tais autores são unânimes ao apontar que a maioria dos trabalhos publicados com temáticas caras à Sociologia do Esporte no Brasil resulta do esforço intelectual de autores oriundos da área de Educação Física. Em segundo lugar, ambos os estudiosos sugerem que a partir do final dos anos 1990 houve um aumento quantitativo das publicações sociológicas em torno do esporte. Sem dúvida, são conclusões importantes, mas que talvez ainda demandem uma explicação teórica mais sólida à luz dos processos de ruptura epistemológica evidenciados no campo da Educação Física brasileira nos anos 1980 e à luz do próprio desenvolvimento científico do país como um todo.

Só com esse tipo de retomada, inclusive, é que será possível avaliar a médio e longo prazo se houve ou não uma mudança no reconhecimento do esporte como objeto sociológico, até porque a elevação do número de publicações sobre essa temática nos periódicos é antes indicativa e sintomática da própria política de pesquisa que toma de assalto o país do que uma mudança na escala de valores científicos preponderante na sociedade global. Assim sendo – e aqui nos reencontramos com o comentário provocativo de Lahire anteriormente citado –, para que a Sociologia do Esporte deixe de se situar em uma esfera dominada é preciso que nos preocupemos não com o número de publicações e com a maximização de espaços editoriais reservados às discussões sociológicas do esporte, mas, acima de tudo, em adotar um espírito científico que nos conduza a um trabalho sociológico generalista e a sermos “teoricamente inventivos” e “metodologicamente inovadores” em nossos atos de pesquisa.

É importante notar que a pretensão de realizar um trabalho sociológico generalista que mobilize diferentes esferas sociais num mesmo estudo é proporcional, ao menos para Lahire (2010), ao quanto conseguimos ser teoricamente inventivos e metodologicamente inovadores em nosso ofício. Optar, nesse caso, por uma abordagem generalista, independente do objeto

em tela (futebol, lazer, religião, política, violência etc.), significa que temos ciência de que antes de nos debruçarmos sobre realidades microscópicas, estamos tratando de uma realidade macroscópica complexa que precisa ser apreendida em suas múltiplas dimensões. Isso, por sua vez, requer um raciocínio sociológico sintético e que contemple as mais diferentes esferas que compõem a vida social (lazer, política, economia, religião, cultura etc.) assim como os mais distintos instrumentos de apreensão dessas esferas. Daí então a relação passível de ser estabelecida entre o olhar generalista e holístico em Sociologia e a criatividade que deveria motivar-nos a construir instrumentos teórico-metodológicos cada vez mais precisos.

Em termos dos desenvolvimentos mais recentes da Sociologia do Esporte no Brasil, é necessário notar que uma série de autores tem estado atentos a essas orientações teóricas até mesmo por perceberem que o esporte tal como contextualizado na sociedade contemporânea trata-se de um fenômeno notavelmente polissêmico, isto é, um fenômeno que possui múltiplas manifestações, formas e que demanda, portanto, de leituras cada vez mais abrangentes e endossadas então por inúmeras teorias e pela recorrência a uma gama de instrumentos teórico-metodológicos necessários para uma devida apreensão dos processos que se protagonizam no interior desse campo de averiguação empírica (BETTI, 1998, 2001, 2006; BRACHT, 1999, 2005; MARCHI JÚNIOR, 2004; MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007).

Tem-se aqui, deste modo, uma série de preceitos que poderiam ser transpostos para fundamentar uma proposta alternativa de leitura sociológica do futebol no Brasil, de modo a contribuir para que a produção da área se torne mais sólida e que as elucubrações teóricas socializadas nesse campo do conhecimento possam explicar de forma cada vez mais fidedigna os fatos empiricamente observáveis no contexto de ação futebolístico nacional. Além disso, a procura por uma abordagem holística, sintética e que abranja os variados domínios do saber representa uma oportunidade ímpar para que se crie uma identidade epistemológica marcada por debates e diálogos salutares e que conduza ao desenvolvimento dos estudos sociológicos do futebol ou de qualquer outra prática esportiva, instituindo então um caminho possível para tornar esse objeto de pesquisa menos estigmatizado aos olhos dos pares de outras áreas e para fazê-lo reconhecido em sua importância, como assim entendemos.⁵²

⁵² Um exemplo do quão ainda o futebol, como o esporte de uma maneira mais ampla, é visto como um objeto de pesquisa menor ou com valor secundário para alguns dos setores intelectuais da sociedade brasileira pode ser visualizado e problematizado na publicação do texto “O financiamento da masturbação sociológica pelo CNPq” em 17 de setembro de 2012 pelo jornalista Luis Nassif. O artigo irresponsável, para dizer o mínimo, questiona a validade de uma pesquisa sobre futebol empreendida pelos sociólogos Josimar Jorge Ventura de Moraes (UFPE) e Túlio Velho Barreto (FUNDAJ) e, mais que isso, sobre o financiamento deste tipo de pesquisa pelo CNPq. O artigo na íntegra, assim como os comentários que suscitou, inclusive de pessoas ligadas de alguma forma à atividade científica na academia está disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/o-financiamento-da-masturbacao-sociologica-pelo-cnpq>> Acesso 01 out. 2012.

Não devemos, no entanto, depositar nossas esperanças tão somente nessas alternativas apontadas, mesmo porque a hierarquia social das profissões e, em correspondência com essa, a hierarquia social dos objetos de pesquisa, já está cristalizada no senso comum e no próprio campo de produção dos bens científicos e culturais, de modo que, só a médio e longo prazo, pode-se operar uma possível reconstrução desse quadro estabelecido, o que, nem sempre é uma garantia. De qualquer modo, o que importa reter dessa crítica epistemológica esboçada para o estudo sociológico do futebol – mesmo que continuem a enxergá-lo como um objeto menor ou então sem importância científica – são menos as projeções que foram tecidas e mais a necessidade de superarmos as tendências de especialização, fragmentação do saber e de reticências às áreas de conhecimento correlatas em função de questões extrateóricas.

Nesse particular, ao desenvolvermos um estudo sobre o futebol ou então sobre outra prática esportiva, esses preceitos acima mencionados passam a ser garantidos na medida em que, por um lado, nos atentamos para o modo como se constrói a rede de entrelaçamento entre as dimensões culturais, políticas, econômicas, científicas etc. que abrangem o fenômeno em tela e, por outro lado, quando deixamos de encarar “indivíduo” e “sociedade” (ELIAS, 1980) ou, nos termos de Bourdieu (2003a), “agente” e “estrutura” como polaridades estanques ou, melhor dizendo, como esferas antagônicas, isto é, que não se comunicam e não se articulam nos estudos sobre o contexto esportivo ou sobre qualquer outra prática social.

Esse tipo de mudança de atitude epistemológica passa, inclusive, pela necessidade de nos reportarmos aos mais diferentes níveis de conhecimento que foram sendo acumulados com relação à realidade futebolística brasileira ou, em termos mais apropriados, pela necessidade de priorizarmos a retomada daquele conjunto de saberes histórico-sociais sobre essa prática e sobre a sociedade que o gesta, privilegiando então conhecimentos que integram o domínio geográfico, político, econômico, literário, jornalístico etc., sem deixar de lado àqueles saberes sobre as disposições técnicas e táticas solicitadas no jogo de futebol ou então àquele conjunto de respostas emocionais e fisiológicas de nossos corpos nas situações de jogar e torcer.

Daí, portanto, nossa insistência quanto à importância de ser revisitada a produção de conhecimento em Sociologia, Antropologia, Educação Física, História, Comunicação Social, Psicologia, Administração, Ciência Política, Direito, Geografia, Literatura etc., mas não para ficarmos presos em uma ou outra dessas áreas e, ao invés disso, para mapearmos aquelas perspectivas analíticas que precisam ser retidas e aperfeiçoadas através do diálogo constante mantido entre as diferentes disciplinas acadêmicas ou então aquelas tendências de pensamento e matrizes teóricas que precisam ser debatidas, colocadas a prova e relativizadas caso não correspondam à estrutura dos fatos empiricamente observáveis no mundo social.

Em outros termos, o ato de revisitar essas outras áreas do saber se presta à necessidade de “pular as cercas” disciplinares (GASTALDO, 2011), o que, todavia, não significa que quem opte por estudar futebol tenha que abrir mão dos preceitos metodológicos que orientam sua área de formação específica, cuja qual, diga-se de passagem, estrutura a tal ponto o *modus operandi* dos agentes de investigação que, muitas vezes, o próprio exercício de dialogar com outras disciplinas se torna uma tarefa árdua e um desafio. Colocado sob o aparato conceitual *bourdieusiano*, as formações originais dos pesquisadores, sem dúvida alguma, se tratam de capital cultural institucionalizado e incorporado sob a forma de *habitus*.

Em conformidade então com o que está sendo exposto, é possível afirmar que, por um lado, as questões práticas que geralmente nos permitimos colocar partem desse núcleo de socialização acadêmica primária que vem a ser a nossa formação ou formações originais, especialmente pelo fato de nos identificarmos, incorporarmos e participarmos das lutas desse ou desses *locus*, numa dinâmica que Bourdieu (2008c) desvendou e problematizou de forma ímpar. Por outro lado, é preciso considerar que as contribuições acadêmicas que por ventura tecemos em nossa trajetória intelectual talvez incidam mais decisivamente sobre aquela área onde nos especializamos e, com intensidade secundária, sobre as demais áreas vizinhas.

Isso, no entanto, não implica em desconsiderar que as contribuições que resultam do esforço teórico dos especialistas em suas áreas específicas, concorrem para fazer do objeto comum que estudam um campo à parte e tendente a produzir distinções e consagrações. No caso, por exemplo, da Sociologia do Futebol, essa abordagem relacional que, dentre outras coisas, culmina com o desvelar das lutas que historicamente fizeram esse *locus*, insurge como um instrumento importante para o desenvolvimento de uma mentalidade reflexiva que permita dimensionar alguns problemas deste campo. Além disso, esse olhar relacional remete ao fato de que as ideias produzidas pelos pesquisadores, das mais diferentes áreas e filiações teóricas, não apenas convergem para edificar um espaço de pesquisa transdisciplinar, mas, em alguma medida, para fazer a própria realidade futebolística brasileira imperante no senso comum.

Por essa última razão, inclusive, é que não podemos abdicar do exercício constante e fundamentado da crítica epistemológica no intuito de avançar em uma compreensão relacional da circulação da prática futebolística no Brasil, o que, no entanto, requer como um de seus maiores esforços a ruptura com crenças e ideologias que obscurecem e tornam invisíveis as engrenagens estruturais – reguladoras da experiência de modernização da sociedade brasileira – potencialmente adjacentes às dimensões de oferta e consumo futebolístico no país. No nosso modo de ver as coisas, só podemos enfrentar com êxito esse problema sugerido na medida em que adotamos referenciais teóricos que prezem por uma reconstrução realista do mundo social

e, mais que isso, que não subestime os conflitos que permeiam a vida das pessoas. Esse direcionamento, no entanto, não significa transformar o espaço científico em *locus* de militância e proselitismo, mas em fazer uso de modelos teóricos que procurem restituir o sofrimento dos seres humanos em suas mais variadas formas.

No propósito de justificar as condições objetivas que nos levaram então a optar por alguns modelos teóricos da Sociologia e não por outros – e já nos direcionando, portanto, ao último eixo de discussão do capítulo –, convém retomar por alguns instantes a obra de uma das mentalidades artísticas mais geniais do Brasil, qual seja, Cândido Portinari (1903-1962). Portinari, sem dúvida alguma, trata-se de um dos maiores pintores que a América Latina conheceu em sua história. Sua obra se notabiliza, segundo Fabris (2005), pelo *status* de “pintura social” que, muito embora conserve traços expressionistas e, portanto, formas exageradas, se atém, em termos de conteúdo, a retratar a realidade social enfatizando justamente os aspectos mais austeros de sua estruturação. Ainda de acordo com Fabris (1990, 1996), Portinari foi um dos artistas que mais se preocupou em estampar a realidade brasileira sem recalques e pudores por intermédio de sua arte. O próprio pintor é quem dá testemunho disso em entrevista concedida ao jornal *A manhã* em três de julho de 1926: “Arte brasileira só haverá quando os nossos artistas abandonarem completamente as tradições inúteis e se entregarem com toda alma, à interpretação sincera do nosso meio” (BALBI, 2003, p. 26).

Em outra oportunidade e como menção à sua candidatura ao posto de deputado federal pelo Partido Comunista no ano de 1945, Portinari tece o seguinte comentário: “É preciso haver uma mudança, o homem merece uma existência mais digna. Minha arma é a pintura” (FABRIS, 1996, p. 142). No entanto, foi em sua intervenção “*Sentido social del arte*” junto a intelectuais e artistas em Buenos Aires no ano de 1947 que Portinari sintetizaria em palavras aquilo que lhe aprouve fazer tão singularmente com os pincéis e com as tintas:

[...] Una pintura que no habla al corazón no es arte, porque sólo él la entiende. Sólo el corazón nos podrá hacer mejores y ésa es la gran función del Arte. No conozco ningún gran Arte que no esté íntimamente vinculado al pueblo. Las cosas conmovedoras hieren de muerte al artista y su única salvación es retransmitir el mensaje que recibe. Me pregunto, ¿cuáles son las cosas conmovedoras en este mundo de hoy? ¿No son acaso las tragedias provocadas por las guerras, las tragedias provocadas por las injusticias, por la desigualdad y el hambre? ¿Habrá en la naturaleza algo que le grite más alto al corazón que esto? (PORTINARI, 1947, p. 8 *apud* PORTINARI, 2005, p. 260-261).⁵³

⁵³ [...] Uma pintura que não fala ao coração não é arte, porque só ele a entende. Só o coração poderá nos tornar melhores e essa é a grande função da Arte. Não conheço nenhuma grande Arte que não esteja intimamente ligada ao povo. As coisas comoventes ferem o artista mortalmente e sua única salvação é retransmitir a mensagem que recebe. Me pergunto: Quais são as coisas comoventes neste mundo de hoje? Não seriam, talvez, as tragédias

As obras de Portinari, mesmo talvez aquelas que não foram dedicadas explicitamente ao desvelamento das dores sociais e ao retrato do sofrimento estampado no rosto de seus personagens, terminam por revelar uma atitude desencantada deste artista com relação à sociedade em que vivera. Tal desencanto, por sua vez, não significa que o pintor perdesse de captar os aromas mais suaves do Brasil, mas simplesmente que, quando foi levado não poucas vezes a esse desafio, de modo a tematizar em seu enredos uma série de jogos, brincadeiras, festas, danças, não tomou para si o direito de pintar uma diversidade cultural que acabasse por relativizar e obscurecer o drama de homens, mulheres e crianças espalhados por esse país.

Quando se ateu em retratar, por exemplo, o futebol (imagens 17 e 18), dentre outras ocasiões, em uma tela de 1935 e outra de 1940⁵⁴, Portinari não se deixou então encantar por uma realidade racialmente híbrida, como uma leitura preliminar seria conduzida a abstrair. O fato, portanto, de aparecerem meninos negros e brancos protagonizando uma mesma cena, não quer dizer que o pintor percebia o contexto de ação futebolístico brasileiro como um *locus* onde se construía um padrão simétrico e amistoso de convivência social. Tampouco, Portinari nessas telas evocadas quis chamar atenção apenas para uma realidade racista. Se há alguma homologia traçada com a dinâmica de diferenciação do tecido social nessas duas telas, como assim creditamos, é referente, antes de tudo, a uma realidade marcada pelas dinâmicas de classe, tendo em vista que embora haja uma heterogeneidade racial e étnica contemplada no quadro, ambos os meninos distribuídos em torno da bola remetem, ao que tudo indica, a um mesmo grupo social. Em outros termos, uma análise contextualizada desses quadros daria conta de evidenciar que Portinari muito provavelmente esteve atento em retratar nessas duas cenas evocadas, aquilo que o sociólogo Jessé Souza (2009) denominou, de modo provocativo – e para além da cor da pele dos sujeitos –, como a “ralé” estrutural brasileira.

Paralelo a essa ênfase dada por Portinari às temáticas sociais tanto em suas “telas de denúncias explícitas” (ver a tela “*Retirantes*” de 1944 – imagem 19) quanto em suas “telas de denúncias implícitas” (ver a tela “*Espantinho*” de 1943 – imagem 20), outro elemento que distingue sua obra, conforme já foi dito, seria o uso de formas extravagantes, bem como o emprego das cores em seus trabalhos. No que se refere às deformações expressionistas que foi acusado ter feito por pintar os sujeitos em algumas de suas telas com os pés exageradamente grandes, o próprio Portinari (1979) justifica seu intuito maior de chamar atenção para as dificuldades que se impunham à vida dessas pessoas, especialmente dos trabalhadores.

provocadas pelas guerras, as guerras provocadas pelas injustiças, pela desigualdade e pela fome? Há, na natureza, algo que grite mais alto ao coração do que isso? (tradução livre).

⁵⁴ Em consulta online realizada no acervo do Projeto Portinari, encontramos dezoito telas em que o futebol foi tematizado. Ver : <<http://www.portinari.org.br/ppsite/ppacervo/thumb.asp?tema=01080112&totObras=18>>.



IMAGEM 17 – Futebol (1935)⁵⁵



IMAGEM 18 – Futebol (1940)⁵⁶

⁵⁵ Essa tela, assim como as demais que evocaremos na sequência, tem como detentor dos direitos autorais João Cândido Portinari (filho de Portinari): PORTINARI, J. C. **Futebol**. [1935]. 1 pintura a óleo/tela; 97 x 130 cm; Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/1127>>. Acesso 01 abr. 2013.

⁵⁶ PORTINARI, J. C. **Futebol**. [1940]. 1 pintura a óleo/tela; 130 x 160 cm; Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/938>>. Acesso 01 abr. 2013.



IMAGEM 19 – Retirantes (1944)⁵⁷

⁵⁷ PORTINARI, J. C. **Retirantes**. [1944]. 1 painel a óleo/tela; 190 x 180 cm; Petrópolis. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>>. Acesso 01 abr. 2013.



IMAGEM 20 – Espantalho (1943)⁵⁸

⁵⁸ PORTINARI, J. C. **Espantalho**. [1943]. 1 pintura a óleo/tela; 151 x 120 cm; São Paulo. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3055>>. Acesso 01 abr. 2013.

Já no tocante ao emprego das cores e das tonalidades, as críticas que foram tecidas a Portinari não foram as mais duras quando comparadas com as críticas direcionadas aos temas, às técnicas e às formas empregadas em sua arte, ao menos como é possível entrever dos argumentos de Fabris (1996). Cabe notar, inclusive, que das inúmeras críticas apresentadas à obra desse pintor, o que inclui desde os temas de suas telas, passando pelas formas e técnicas utilizadas e, abrangendo, por fim, sua dedicação quase que obsessiva em desenvolver estudos e esboços antes de compor as telas e murais propriamente ditos, o uso das cores, sem dúvida, é algo que merece uma maior atenção e uma proposta de leitura mais acurada.

Na esteira do que está sendo dito, vale argumentar, não sem algum risco, que Portinari pintou seu país com as cores que precisava ser pintado, talvez fazendo jus ao verso que seria escrito por Carlos Drummond de Andrade em poema dedicado ao amigo três dias após seu falecimento: “A mão sabe a cor da cor/E com ela veste o nu e o invisível” (ANDRADE, 1992, p. 323). Ao invés, portanto, de pintar um Brasil em verde e amarelo exaltando suas belezas naturais, suas festas e seu povo “hospitaleiro” ou então pintar um Brasil destituído de cor ou desgastado pelos tons mais vorazes da crítica *marxista* ao capitalismo selvagem, Portinari se esforçou para pintar o Brasil o mais próximo do que era, sem otimismo, mas também sem pessimismo. Pinta, deste modo, um Brasil em tonalidades predominantemente frias e pastéis, intimamente afinadas e matizadas pelo desejo de trazer à luz as ocultações do mundo social e, mais que isso, fazê-las reconhecidas nas faces e feições de seus “personagens”.

A pintura de Portinari, nesse sentido, parece reunir aqueles elementos favoráveis ao desenvolvimento do espírito científico do qual anteriormente falávamos ao mesmo tempo em que indica um dos maiores propósitos da verdadeira arte reflexiva, qual seja, o de fornecer um retrato do mundo na forma como ele, desapassionadamente falando, tende a ser e, deste modo, não na forma como gostaríamos que o mundo fosse. Por mais difícil e doloroso, inclusive, que o ato de se confrontar com tal retrato seja para quem produz ou consome arte, essa é uma das formas mais eficazes de realizar um retorno reflexivo sobre si mesmo, preservando-se tanto do pessimismo *marxista* quanto do otimismo culturalista que, com frequência, se erguem como obstáculos ao estabelecimento de uma visão de mundo mais relacionalista.

Importante notar que esse realismo e relacionalismo que a arte reflexiva impõe não se confinam ao raio de ação do campo artístico moderno e, sem dúvida, também marcaram uma série de produções científicas no campo das Ciências Humanas e Sociais, a propósito, por exemplo, da obra de um dos autores cujos constructos teóricos se fazem centrais para o empreendimento proposto nesta tese, a saber, Norbert Elias. Vejamos como se dimensiona em suas próprias palavras essa possibilidade de aproximação que conjecturamos:

Se eu fosse livre de escolher o meu mundo, provavelmente não teria escolhido uma humanidade onde as lutas entre seres humanos são consideradas excitantes e agradáveis. E não teria por certo escolhido apresentá-lo através de uma teoria. Teria talvez optado por dizer: evitem a luta. Vamos viver em paz. **Mas acontece que, enquanto cientista, não posso apresentar o mundo tal como eu gostaria que ele fosse. Não sou livre para apresentar de outra maneira para além daquela que descobri.** E descobri que os seres humanos, tal como eu os posso observar, para além da excitação agradável do sexo, também necessitam de outras formas de excitação deleitante, sendo a excitação da luta uma delas, e que, na nossa sociedade, quando se atingiu um nível razoavelmente elevado de pacificação, esse problema foi até certo ponto resolvido pela provisão de confrontos miméticos, confrontos realizados por meio do jogo num contexto que pode originar uma excitação agradável, desencadeada pelo combate, com o mínimo de ferimentos nos seres humanos (ELIAS, 1992, p. 95, os grifos são nossos).

Esse excerto além de sintetizar boa parte das premissas teóricas de Elias, também é revelador da sua concepção de trabalho sociológico, da atitude científica que ele atribui aos pesquisadores do mundo social e, acima de tudo, do comprometimento de sua teoria com os problemas dos seres humanos. Como bem sabemos, Elias conferiu ao longo de sua trajetória intelectual um lugar de destaque ao problema das emoções humanas, justamente pelo fato de as mesmas estarem diretamente associadas ao movimento de pacificação social na escala de longo prazo e aos surtos de violência, sendo, além disso, amplamente condicionadas pelos sistemas de crenças, se configurando então como elemento extremamente ativo e cúmplice na constituição de forças compulsivas atuantes e reguladoras da vida em sociedade.

Para Elias (1980, p. 18), o papel da Sociologia inclui o conhecimento e a interpretação de como essas forças compulsivas agem na vida social e, sobretudo, a realização de uma ruptura com esquemas de pensamento condicionados por tais forças. Em outras palavras, o importante seria “[...] orientar essas forças de modo a encontrar-lhes significado, tornando-as menos destruidoras de vidas e recursos” (ELIAS, 1980, p. 17). Longe de um prescritivismo desorientado, essa posição adotada por Elias reflete a condição de um ser humano que viveu *in loco* alguns dos efeitos destruidores causados por essas forças compulsivas associadas a poderosos sistemas de crenças, e, em tão presente medida, a de um sociólogo com tamanha sensibilidade a dor e ao sofrimento dos seres humanos. A ciência social de Elias, deste modo, é próxima à arte de Portinari. A principal diferença, a título de manutenção da metáfora, é que enquanto Portinari, no ofício que lhe coube, resumiu-se em pintar – e muito inspiradamente – essa realidade repleta de histórias de angústia e de desespero, Elias, como sociólogo dos processos, além de pintar esse quadro se propôs a explicá-lo e restituir sua gênese.

Atribuindo mais matizes a essas aproximações, cabe advertir que a concepção de telas sociais a partir de um olhar humanista e engajamento efetivo dos autores com a dura realidade do mundo, não é atributo que se restringe tão somente à abordagem *eliasiana*, mas, de certa

forma, algo que percorre e fundamenta a produção de vários outros autores da vanguarda sociológica europeia, como, por exemplo, Pierre Bourdieu. Para o autor francês:

Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las. **Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados;** e fazendo reconhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas. Esta contratação, apesar das aparências, não tem nada de desesperador. O que o mundo social fez, o mundo social pode, armado deste saber, desfazer (BOURDIEU, 1997a, p. 735, os grifos são nossos).

Bourdieu, de certa maneira, muito próximo à concepção *eliasiana* no que tange ao entendimento das funções sociais da Sociologia, também delineou ao longo de sua obra uma teoria sociológica sensível aos problemas dos seres humanos, mobilizando um esforço teórico talvez sem precedentes no propósito de reconstituir a realidade social em todas as suas feições e dimensões, inclusive aquelas ocultas e, por essa razão, tão devastadoras para os dominados e com tamanha utilidade política aos grupos sociais dominantes. Se Elias foi um dos sociólogos que mais desmistificou o mundo social, Bourdieu certamente foi um dos autores que mais se preocupou em desnaturalizar esse mesmo mundo, mostrando que onde existe uma imposição de arbitrários culturais na condição de realidade estática e inquestionável ali está a atuar um sistema de dominação poderoso fundado na eternização da violência simbólica.

A reflexividade levada então às últimas consequências ao longo do empreendimento sociológico de Bourdieu, sem dúvida alguma, foi o que lhe permitiu primeiramente perceber aquele conjunto de nuances, inclusive de desenvoltura acadêmico-científica, que concorreram e continuam a concorrer para que as verdadeiras engrenagens que movem o espaço social escampem à consciência dos agentes ou, o que é mais grave, tornem-se tão naturalizadas a tal ponto dos que sofrem e são vítimas de todo tipo de situação desfavorável e injusta se fazerem cúmplices desse próprio ato de dominação investido no movimento contínuo e coordenado de tais engrenagens. Por conseguinte, Bourdieu, ciente do papel social da Sociologia, vislumbra a possibilidade desse conhecimento atingir de alguma forma a vida das pessoas.

Evidente que essas pessoas, por não possuírem a cultura acadêmica que necessitariam para esse tipo de entendimento e, sobretudo, as ferramentas teóricas mais adequadas a tal reconstrução, não vão articular suas leituras de mundo empregando esse léxico e atribuindo esse núcleo de sentidos. Mas, nesse caso, só a possibilidade de elas ao menos descobrirem que as condições sociais em que estão encerradas, de fato, devem-se muito pouco às suas vontades

individuais ou à sua própria culpa, já é algo com valor tremendo e que a Sociologia, desde que encontre a boa vontade necessária para que cumpra esse desígnio, tende, em suas devidas proporções, a desempenhar no mundo social conforme ponderou Bourdieu (1997a).

Não por acaso, inclusive, é que esse sociólogo durante toda sua trajetória intelectual e, especialmente, nos últimos anos de sua vida dimensionou a Sociologia como um “esporte de combate” na condição de defesa pessoal e arma pública na luta contra a dominação. Vista por esse ângulo, a Sociologia seria um instrumento espantoso para o conhecimento da realidade e para a dissolução tanto do mito da liberdade individual quanto da lógica de culpabilização das vítimas sociais pelos seus fracassos. Essa performance reflexiva da Sociologia poderia assim ser comparada à arte autêntica, tal como sugere o excerto a seguir:

Assim como a possibilidade de crítica em relação a si mesmo, proporcionada em boa medida pelas diversas formas de arte autêntica, é o elemento fundamental do aprendizado individual, também o aprendizado coletivo só é possível a partir da crítica à sociedade em que vivemos. Do mesmo modo, assim como a arte e o acesso instruído a ela é um elemento fundamental para o autoesclarecimento de dilemas individuais, na dimensão da vida coletiva é a “ciência” que, na imensa maioria dos casos, age como instância “autorizada” para esclarecer os dilemas da vida pública (SOUZA, 2009, p. 51, os grifos são nossos).

A intervenção pertence ao sociólogo brasileiro Jessé Souza e sintetiza aquele que seria o papel tanto de uma verdadeira arte quanto de uma verdadeira ciência do mundo social. Cabe frisar que por arte autêntica não devemos ter necessariamente em mente aquelas formas de arte erudita associada a grupos dominantes, mas, antes de tudo, uma arte que não contribui para que os seres humanos se iludam com as promessas utópicas da liberdade individual como se esse propósito pudesse ser plenamente atingido. Tampouco as verdadeiras formas de arte, são coniventes com aquela teatralização do mundo social que separa, por um lado, as pessoas boas e, por outro, as pessoas más, nunca atentando para as ambiguidades que marcam tanto as personalidades dos sujeitos quanto a lógica pela qual atua as instituições (SOUZA, 2009).

No lastro dessa análise, vale lembrar que quando Portinari pintou as telas “Guerra” e “Paz” (imagens 21 e 22) – uma encomenda do governo brasileiro para então presentear a Organização das Nações Unidas (ONU) –, entre 1952 e 1956, ele não fez uso dessa dicotomia com intuito de estampar uma realidade onde o bem triunfaria sobre o mal ou vice-versa. Um olhar, inclusive, mais atento sobre as telas revela, por um lado, que a paz não significa a ausência completa de guerra e, por outro lado, que a própria compreensão das duas telas como algo antagônico talvez só seja possível, como bem notou o crítico de arte Mário Pedrosa (1981), se as mesmas forem associadas às inscrições respectivas de “Guerra” e “Paz”.



IMAGEM 21 – Guerra (1952-1956)⁵⁹

⁵⁹ PORTINARI, J. C. **Guerra**. [1952-1956]. 1 painel a óleo/compensado; 1400 x 1058 cm; New York. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3799>>. Acesso 01 abr. 2013.



IMAGEM 22 – Paz (1952-1956)⁶⁰

⁶⁰ PORTINARI, J. C. **Paz**. [1952-1956]. 1 painel a óleo/compensado; 1400 x 953 cm; New York. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3798>>. Acesso 01 abr. 2013.

Nesse particular, assim como a chamada arte autêntica nos permite desenvolver alguns lapsos de reflexividade com relação a nós mesmos e ao mundo em que habitamos, também uma Sociologia autêntica, teria como objetivo maior fornecer os instrumentos mais adequados para a reflexão dos dilemas que permeiam a vida coletiva. O sociólogo Jessé Souza reconhece bem essa movimentação e, longe de pleitear soluções utópicas para os conflitos que permeiam a sociedade brasileira, reivindica um processo mais refletido de aprendizagem política, até porque aquilo que denominamos de política é, em grande medida, um produto das ideias dos intelectuais. Não por acaso é que este autor sugere que: “[...] quando mudamos a forma como percebemos o mundo nós “já mudamos o mundo” sem perceber. “Pensar” de modo diferente o mundo já é “atuar” de modo distinto nele. O real aprendido é “performático”, dado que redundando em outras formas de agir e de se comportar” (SOUZA, 2009, p. 430).

Um dos maiores desafios imposto então à Sociologia diante dos enfrentamentos que o mundo manifesta de maneira opaca, naturalizada quando senão mistificada, ao menos para os autores que aqui mencionamos, consiste em desenvolver um diagnóstico realista da sociedade e que nos ajude a entender cada vez mais sobre os mecanismos explícitos e implícitos pelos quais são atualizadas diariamente as misérias e injustiças. Nisso tanto a pintura de Portinari quanto a compreensão sociológica desses autores, em medida significativa, parece convergir. As categorias e conceitos formulados por Elias, Bourdieu e Jessé Souza para compreenderem os universos sobre os quais se debruçaram guardam, metaforicamente falando, alguma relação e semelhança com a técnica apurada de Portinari mobilizada e posta em prática no ato de pintar o Brasil. Além disso, a ciência social retomada por esses autores parece engendrar um compromisso semelhante ao que animou a arte de Portinari, qual seja, o de pintar o mundo não como gostariam que fosse, mas como, em suas feições ocultas, tem sido e é.

Por esse conjunto de razões expostas, portanto, é que nos aprouve até aqui fazer uso intenso das críticas epistemológicas tecidas por Elias, Bourdieu e Jessé Souza para pensarmos a produção científica em Sociologia do Futebol no Brasil e, por extensão, a própria circulação dessa prática esportiva nesta sociedade. Além disso, é por conta desses motivos já apontados que, daqui em diante, iremos nos valer de forma mais sistemática, ainda que não ortodoxa, de algumas ferramentas teóricas e alguns instrumentos de conhecimento produzidos, testados e aperfeiçoados ao longo dos anos por esses sociólogos com vistas a compreenderem, para além das análises fragmentárias e essencialistas acerca da sociedade moderna, os cordões visíveis e invisíveis, simbólicos e materiais, históricos e estruturais que organizam a vida coletiva.

Em outras palavras, o compromisso desses autores com o escavamento genealógico das verdades intransparentes e opacas que movem o mundo social, ou seja, daquele conjunto

de representações e práticas institucionalizadas que tornam o mundo agradável a alguns e degradante a outros, é algo relevante em suas propostas e que, para além de uma militância ingênua e sentimental, por um lado, e de uma pose avessa e insensível aos reais problemas dos seres humanos, por outro, situa suas produções como um legado teórico indispensável à reconstrução de uma série de processos e sistemas de relações que se atualizam no âmbito das sociedades modernas, sejam elas centrais como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, ou então periféricas como é o caso do Brasil, do México, da Índia, dentre outros países.

Como síntese do que até foi argumentado, é possível dizer, portanto, que a adoção de um novo espírito científico que permita reconstruir o futebol como um objeto criteriosamente sociológico tem assim um triplo sentido que se manifesta de forma relacional nesse percurso. Em primeiro lugar, romper com os cercos disciplinares e fugir às tendências de especialização e fragmentação do conhecimento, sinaliza que no ato de se estudar o futebol ou qualquer outra prática esportiva é preciso dominar técnicas historiográficas, etnográficas, estatísticas e tantas outras que sejam possíveis e, além disso, usufruirmos de referenciais teóricos para guiar e conduzir a pesquisa empírica. Em segundo lugar, a procura por uma maior unidade teórica na pluralidade de olhares – o que, de forma alguma, se opõe à urgência de se vincular constantes debates epistemológicos nesse campo – se constitui em uma das vias possíveis para tornar o futebol menos exposto aos clichês e censuras acadêmicas que rondam esse objeto no Brasil. Por último, é necessário primar por uma visão mais realista e reflexiva do mundo social e essa tomada de posição, conforme pudemos argumentar até aqui, se apresenta como um dos pontos que aproximam as teorias de Elias, Bourdieu e Jessé Souza à arte de Portinari.

Sobre o espírito científico que deve ou ao menos deveria animar os pesquisadores que estudam ou que pretendem estudar os contextos esportivos, em particular um esporte de apelo massivo como o futebol, era isso o que tínhamos a sugerir. Vencidas essas análises, podemos agora nos encaminhar ao próximo capítulo, no qual temos por objetivo maior situar aqueles constructos teórico-conceituais reunidos respectivamente nas obras de Jessé Souza, Norbert Elias e Pierre Bourdieu que nos parecem pertinentes serem observados, mantendo, claro, uma coerência interna em nossa proposta investigativa, para pensar o processo modernizador posto em marcha no Brasil ao longo do século XIX e XX e, em seguida, para sistematizar um olhar teórico sobre o futebol que favoreça a restituição de alguns dos significados sociais que essa prática esportiva alcançou na sociedade brasileira no lastro de um processo social que teve início na Inglaterra e logo se disseminou para as diferentes regiões do globo.

CAPÍTULO 6

A MODERNIZAÇÃO SELETIVA BRASILEIRA E O CONTEXTO ESPORTIVO: AUTORES E PROPOSIÇÕES

A leitura do processo de modernização a que foi exposta a sociedade brasileira assim como a restituição de alguns dos significados e funções que o esporte vem engendrando neste tipo de formação social, além da incorporação de uma mentalidade científica revigorada, tal como acabamos de discutir, requer também a adoção de alguns procedimentos metodológicos que incidem *a fortiori* sobre como se dão ontologicamente (e merecem então ser tratadas) as conexões entre os domínios micro e macrosocial e entre as dimensões subjetivas e objetivas que estruturam a vida coletiva. No bojo desse empreendimento, autores como Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Jessé Souza acabaram assumindo um lugar de proeminência em nossa argumentação, especialmente por trazerem em suas obras, uma gama de alternativas teóricas pertinentes para tratar dessas tensões, sem, todavia, estruturarem modelos investigativos que denotam efeitos ideológicos por obscurecerem conflitos estruturais básicos que abrangem as relações sociais tanto na modernidade periférica quanto na modernidade central.

Em que pese, no entanto, a sensibilidade sociológica desses autores com relação aos dramas que afligem os mais variados grupos, assim como as potencialidades dos instrumentos teóricos por eles mobilizados com o intuito maior de tornar inteligíveis aqueles mecanismos sociais que asseguram a perpetuação cotidiana de um quadro de tragédias e injustiças, o esforço de apropriação de seus modelos interpretativos não deve se reduzir tão somente a uma mera aplicabilidade mecânica dos mesmos para interpretar a realidade social. É preciso, ao invés disso, se apropriar rigorosamente dessas teorias para, em uma etapa seguinte, rearranjar e fazer um uso inventivo desse conjunto de categorias analíticas segundo as especificidades histórico-sociais do contexto que o pesquisador pretende estudar, do objeto de investigação delimitado e, acima de tudo, da problemática de pesquisa sociologicamente construída.

Lógico que determinados objetos de pesquisa independentemente do contexto social a que dizem respeito podem ser estudados ortodoxamente a partir das teorias de Bourdieu, Elias ou Jessé Souza, afinal esses autores elaboraram modelos teóricos totalizantes, passíveis de maior generalização e com validade universal. Em contrapartida, outros objetos de pesquisa e

outras problematizações sociológicas necessitam de um uso reestilizado desses ou de outros referenciais. Pela especificidade da sociedade onde o objeto de pesquisa foi “recortado” ou então pelo modo como o problema de pesquisa foi construído pelo pesquisador, é necessário, muitas vezes, reinventar ou descobrir novos usos desses referenciais quando senão estabelecer complementaridades entre duas ou mais teorias sempre tendo as devidas precauções para não acabar se tornando vítima de um ecletismo hermético, perigoso e precipitado.

Esse tipo de reorientação dos conceitos teóricos não se constituiu, por sua vez, em um descompromisso ou descaso com as contribuições e inovações sociológicas levadas a efeito por esses autores com base naquilo que outros antes deles também já haviam feito para que as Ciências Sociais avançassem e chegassem ao patamar cujo qual elas atualmente se encontram. Para além então das tentativas de redução e simplificação epistemológica erguidas contra as formulações dos autores de vanguarda em virtude, muitas vezes, de fatores extrateóricos, entendemos, com apoio em Lahire (2012, p. 198), ser mais prudente se reportar ao legado desses intérpretes do mundo social a partir da perspectiva de “cumulatividade crítica”:

O verdadeiro respeito científico para com uma obra (e seu autor) consiste na discussão e na avaliação rigorosas e não na repetição sem fim dos conceitos, tiques de linguagem, estilo de escrita, raciocínios preestabelecidos etc. **É preciso saber acordar alguns usos adormecidos desses conceitos**, é preciso ousar levantar certas questões, autorizar-se a contradizer, refutar, complementar, matizar o pensamento de um autor. Nem rejeição brutal nem repetição de epígono, mas dívidas e críticas (LAHIRE, 2002b, p. 52, os grifos são nossos).

Conforme nota-se nesse excerto, Lahire se posiciona contra toda espécie de atitude redutora com relação aos esquemas de pensamento intergeracionais que deram origem a Sociologia ou, de forma mais ampla, às Ciências Sociais. Por um lado, Lahire ao se reportar aos modelos de apropriação da teoria de Bourdieu na França, adverte sobre as tendências ortodoxas de utilização do esquema teórico-conceitual deste autor sem um exame crítico do mesmo e sempre no sentido de reproduzir uma retórica *bourdieusiana*. Por outro lado, Lahire também se opõe ao criticismo estéril de fundo emocional dirigido, sem maiores cautelas, ao esquema explicativo de Bourdieu e pelo qual tende a se rejeitar o esforço teórico engendrado por este autor ao longo de mais de quarenta anos de dedicação à Sociologia.

A postura adotada por Lahire se afasta, portanto, dessas duas tendências explicitadas, e, ao invés disso, denota uma relação heterodoxa e pragmática mantida com os referenciais teóricos de vanguarda em menção ao chamado exercício epistemológico de “cumulatividade crítica”. Com relação à Bourdieu, Lahire (2002b, p. 39), argumenta que a obra deste autor se constitui em um “verdadeiro tesouro sociológico comum” onde se encontra uma infinidade de

“[...] esquemas interpretativos múltiplos extraídos do conjunto do patrimônio internacional das obras de ciências sociais e humanas”. Dito de outro modo, Lahire reivindica que façamos com Bourdieu ou outros autores aquilo que eles souberam fazer com seus predecessores para que a ciência pudesse avançar. Em síntese, é necessária uma apropriação rigorosa e ao mesmo tempo crítica e inventiva dos legados teóricos desses ou de outros intelectuais.

Importa frisar que tal proposta de “cumulatividade crítica” trata-se de em um exercício que animou tanto o trabalho de Elias quanto o de Bourdieu (a propósito também de outros sociólogos da chamada vanguarda sociológica internacional que se colocaram a frente de investimentos teóricos que foram decisivos para a constituição e consolidação deste campo do saber) e, ao mesmo tempo, de uma tomada de posição intelectual que, obviamente, também se fez prevalecer nas investigações daqueles cientistas sociais brasileiros que estiveram atentos às categorias históricas de pensamento atualizadas de geração em geração intelectual no país, como é o caso – talvez emblemático – de um dos autores centrais para esta tese, a saber, Jessé Souza, dentre vários outros intelectuais que vieram a teorizar sobre o Brasil moderno.

Pautados, portanto, nessa proposta de leitura e resgate das contingências teóricas intergeracionais que concorreram historicamente para a produção de conhecimento no campo da Sociologia, é que pretendemos nas páginas seguintes apresentar aqueles constructos teórico-conceituais que julgamos relevantes serem retidos das empresas sociológicas de Elias, Bourdieu e Jessé Souza para iluminar a compreensão das relações que se constroem em uma sociedade periférica como a brasileira, procurando, na medida do possível, localizar algumas entradas em suas arquiteturas para repensar alguns dos significados do futebol neste tipo de formação social. A estratégia de exposição dos aspectos que nos interessa então reter dos respectivos quadros teóricos consiste em problematizar a singularidade histórico-estrutural da sociedade brasileira a partir da teoria da modernização seletiva de Jessé Souza, para, em seguida, confrontar e somar a tal proposta de interpretação, as teorizações de Elias sobre o processo civilizador e as análises de Bourdieu sobre os campos de reprodução social.

Iniciando nesse percurso, é necessário ressaltar que o sociólogo brasileiro Jessé Souza em seu projeto teórico de reinterpretação do Brasil moderno se valeu das contribuições teóricas tecidas por uma série de autores internacionais como, por exemplo, Weber, Simmel, Elias, Adorno, Bourdieu, Habermas, Taylor, Honneth etc., mas sem desdenhar, no entanto, das contribuições dos chamados cânones da Sociologia brasileira, em especial daquele *corpus* de teorizações desenvolvidas nas obras de Florestan Fernandes e de Gilberto Freyre. É na historiografia de Freyre, inclusive, que Jessé se inspira para pensar a gênese do processo modernizador brasileiro, tal como expresso no fragmento a seguir:

Desse modo, seguindo Gilberto Freyre neste particular – ainda que por meio de uma interpretação pessoal de Freyre que não se confunde com sua percepção sobre ele mesmo – quero defender a hipótese de que o Brasil moderno nasce em 1808. Esse nascimento tem que ver com a “importação”, ou seja, a modernidade entre nós é construída de “fora para dentro”, das instituições fundamentais do Estado centralizado e do mercado competitivo. Os “pais” dessa modernização transplantada foram o Portugal pós-pombalino já parcialmente modernizado, que transplanta a semente do Estado centralizado brasileiro, e a Inglaterra, já abertamente moderna e burguesa, que transplanta a semente de mercado competitivo. Essa influência é em parte portuguesa, porque foi em 1808 que se deu a transferência, não só da Corte, mas também do quadro administrativo português, que será a semente do Estado que se torna independente em 1822; mas ela foi também uma influência inglesa, por meio da abertura dos portos, em 1808, que foi a semente de uma forma incipiente de troca de mercadorias, com todas as conseqüentes transformações revolucionárias da vida cotidiana do Rio de Janeiro, de Salvador e de Recife, mostradas brilhantemente pelo Freyre de *Sobrados e Mucambos* (SOUZA, 2009, p. 106).

Como vemos, Jessé recorre ao Freyre de *“Sobrados e Mucambos”* para fundamentar sua explicação de longo prazo sobre o projeto de modernização da sociedade brasileira que, a despeito do que também havia ocorrido em outras sociedades, se constituiu a partir de práticas e dinâmicas estruturais assentadas nas duas principais instituições racionalizadoras da vida moderna, quais sejam, o Estado centralizado e o mercado competitivo. Para Jessé Souza como também para todos aqueles teóricos clássicos das Ciências Sociais isso é ponto pacífico, visto que: “Sem essas duas instituições fundamentais não temos nem sociedade moderna, nem indivíduos modernos guiados por valores e ideias modernas” (SOUZA, 2009, p. 106).

Segundo aponta o sociólogo Jessé Souza, naquele que talvez insurja como o seu mais importante livro, qual seja, *“A construção social da subcidadania – para uma sociologia política da modernidade periférica”* (SOUZA, 2003), as questões que tanto as sociedades do centro quanto as sociedades da periferia do capitalismo mundial precisam enfrentar diante da modernidade são, em medida significativa, as mesmas. A grande diferença, nesse caso, reside nas respostas que cada uma destas sociedades precisaria mobilizar no ato de enfrentamento daqueles dilemas que a vida moderna, ancorada na figura do Estado e mercado, impôs de modo radicalmente novo a todas as classes e grupos sociais. Em suas palavras:

Considerar as sociedades centrais e periféricas como modernas, portanto, significa perceber que os princípios fundamentais de organização social são – ao contrário das teorias tradicionais e contemporâneas da modernização em todas as suas variações, inclusive as da “sociologia do hibridismo” tão em voga – os mesmos, nos dois casos, ainda que com resultados e conseqüências distintas do ponto de vista econômico, social e político, para cada um destes tipos de sociedades (SOUZA, 2003, p. 78).

Este autor se opõe então incisivamente a todas aquelas propostas interpretativas acerca da sociedade brasileira que enfatizam a predominância de resíduos pré-modernos assim como de modos de ação orientados pelo personalismo, impedindo que o Brasil pudesse avançar em

seu projeto de modernização. Segundo Souza (2003), tais leituras de mundo caras ao esquema personalista/patrimonialista e, atualmente, àquelas explicações hibridistas cujas quais Roberto DaMatta é o principal expoente no país, tendem a explicar tanto o fenômeno da desigualdade quanto a versão supostamente *sui generis* de cultura brasileira a partir da remanescência ou da sobreposição desses resíduos pré-modernos e tradicionais aos aspectos modernizantes.

Nada mais enganoso do que essas premissas segundo as formulações teóricas de Jessé. Explicações como essas repousam, antes de tudo, sobre o domínio da própria perpetuação cotidiana da violência simbólica, uma vez que, ao se dar ênfase analítica em relações de favor ou desfavor sedimentadas a partir de um capital social de relações pessoais, contribuiu-se, por extensão, para esconder o principal aspecto objetivo responsável pela gênese e, sobretudo, pela reprodução no tempo e espaço de todo privilégio de classe, qual seja, a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados do ponto de vista afetivo, emocional e moral desde o nascimento e, portanto, no seio das famílias em que crescem, para a competição predatória nas sociedades complexas que atualmente conhecemos e integramos (SOUZA, 2009).

Se não bastasse a força ideológica dessas explicações reafirmadas diariamente pelas instâncias midiáticas, ainda é preciso estar atento àquelas leituras que ao tomarem por pressuposto a “visibilidade imediata” dos fenômenos sociais apenas reforçam preconceitos e estigmas já existentes e sedimentados na vida cotidiana. Para Souza (2006, p. 123), as três formas dominantes dessa crença na visibilidade imediata do mundo social em uma sociedade como a brasileira são o economicismo, o racismo e as análises fragmentárias da realidade. Ao contrário do paradigma anteriormente mencionado (personalismo/patrimonialismo) que, apesar de tudo, se esforça para construir um quadro explicativo/compreensivo procurando articular empiria com teoria, essas três últimas variantes praticam “[...] uma “sociologia espontânea” do “basta olhar” a realidade supostamente transparente a todos e disposta a nos contar, à primeira piscadela de olhos, seus mistérios e segredos” (SOUZA, 2006, p. 129).

As consequências desse abandono dos referenciais teóricos ou então das teorizações de tipo emocionalmente frágeis praticadas pelo personalismo/patrimonialismo tendem a ser potencializadas em uma sociedade modernizada periféricamente como a brasileira, uma vez que o “desconhecimento sistemático” da realidade que ambas as vertentes induzem, segundo Souza (2006), abre caminho para que a ideologia que governa o mundo moderno, qual seja, “a ideologia do mérito individual”, se naturalize e se legitime aos olhos de todos com uma força proporcional ao encobrimento ou esquecimento de que existe toda uma produção diferencial de indivíduos aptos a vencer, por um lado, ou a viver no abandono, por outro. Esse, inclusive, é o aspecto-chave que percorre toda a argumentação de Jessé, uma vez que:

A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. Afinal, se alguém é 50 vezes mais produtivo e esforçado que outro, nada mais natural e “justo” que também tenha um salário 50 vezes maior e 50 vezes mais prestígio e reconhecimento. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna. O mercado “diz”, ainda que não tenha boca: eu sou “justo”, porque dou a remuneração “justa”, verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também “diz” o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais “justo que isso”. **O que o mercado, o Estado, uma “ciência” e um senso comum dominantes – mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa – nunca “dizem” é que existem precondições “sociais” para o sucesso supostamente “individual”.** O que todos escondem é que não existe o “talento inato”, o mérito individual independentemente do “bilhete premiado” de ter nascido na família certa, ou melhor, na classe social certa (SOUZA, 2009, p. 22, os grifos são nossos).

Importante frisar que a dinâmica de classes é entendida por Jessé Souza não a partir do acesso diferencial de renda ou do lugar que os indivíduos ocupam no sistema de produção, como apontam as análises *marxistas*. Deste modo, para Souza (2003), classe social deve ser entendida muito mais como uma motivação de conduta herdada da família, sob a posse ou não de um capital cultural e, sobretudo, de um estímulo de comportamento que, se enquadrado ao tipo de personalidade que o mercado e o Estado moderno tanto precisam para sua reprodução, tende a maximizar as chances de sucesso de indivíduos e classes inteiras na luta por recursos escassos. Em contrapartida, se essa estrutura de comportamento herdada, por assim dizer, de berço não corresponder aos anseios do mercado e Estado, ocorre de se concretizar a produção em massa de indivíduos ou, melhor dizendo, de toda uma classe de indivíduos inadaptada às regras do jogo e condenada, portanto, à desclassificação social e ao abandono.

Para chegar a esse entendimento, Jessé Souza foi buscar em duas das mais notáveis abordagens críticas que surgiram na segunda metade do século XX, isto é, na teoria crítica do reconhecimento social formulada pelo filósofo canadense Charles Taylor e na perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, mais precisamente, em sua teoria do *habitus* e da distinção social, as ferramentas teóricas que julgou necessárias para produzir o desvelamento e avançar na compreensão desta “ideologia espontânea do capitalismo” atuante tanto na modernidade central quanto na periférica, muito embora com efeitos mais agravantes nas últimas do que nas primeiras. Em outras palavras, Souza fez uso das formulações teóricas bastante diferentes desses dois autores com intuito de estabelecer uma complementaridade analítica de modo a decifrar sociologicamente e “[...] iluminar um caso concreto: a experiência de naturalização da desigualdade em sociedades periféricas como a brasileira” (SOUZA, 2003, p. 63).

Na esteira dessa aproximação, o autor procurou, portanto, conjugar uma teoria da ação social com uma teoria da moralidade para explicar a produção em massa de uma “ralé nacional” ou de uma “gentinha” que já havia recebido voz no clássico estudo de Florestan Fernandes (2008) sobre a “ralé” de cor negra na cidade de São Paulo. Para Jessé, apesar de Florestan tematizar corretamente quais seriam as causas da produção de uma abissal ordem de desigualdade e injustiça na sociedade brasileira pós-Abolição, ele “falhou” no sentido de não explicar devidamente como se produziu e se reproduziu essa ordem, até mesmo por conferir um peso excessivo ao componente racista (cor da pele) em sua análise e confundi-la com a dimensão do *habitus* no sentido *bourdieusiano* do termo (SOUZA, 2006).

Para resolver esse imbróglio, Jessé Souza, a partir dessa combinação teórica entre os pressupostos de Bourdieu e Taylor, lançou então a noção de *habitus precário* e atribuiu à sua eternização um valor central para explicar a produção em massa de desclassificados sociais no Brasil. Por sua vez, tal dinâmica ao ser associada a um contexto marcado pela circulação de uma identidade nacional tornada e percebida coletivamente como virtude, ajudou a demarcar uma das singularidades do processo modernizador brasileiro, qual seja, a construção de um projeto coletivo de ocultamento e naturalização da percepção da desigualdade de modo que os estratos e grupos mal localizados na hierarquia social, em função da opacidade e reprodução implícita dessa contingência, passaram a ser identificados e, até mesmo, a se reconhecerem como os principais responsáveis pela sua própria condição de dor e sofrimento.

Ao matizar então a noção de *habitus* de classe de Bourdieu à luz de uma hermenêutica do sentido e da moralidade restituída por Taylor em seu clássico texto “*As fontes do self*”, Jessé pleiteou uma redefinição plural deste conceito evitando cair naquilo que entendia ser um contextualismo excessivo de Bourdieu. A partir dessa reconstrução teórica, o autor apresentou então o conceito de *habitus primário* e, em seguida, o conceito de *habitus precário* e *habitus secundário*. O *habitus primário* na teoria da ação social de Jessé Souza seria aquela categoria mais básica, visto que é a partir da mesma que se torna compreensível seus limites para baixo – *habitus precário* – e para cima – *habitus secundário* (SOUZA, 2003, p. 167-168).

Em linhas bastante gerais, o *habitus primário* pode ser definido como um esquema objetivamente incorporado e internalizado de avaliação e disposição para ação e que permite o compartilhamento então de uma noção de dignidade efetiva de forma transclassista tal como concebeu Taylor (SOUZA, 2003, p. 166). Colocado em outros termos, o *habitus primário* se constitui como um pressuposto valorativo que orienta as maneiras de ver, agir e, sobretudo, reconhecer o outro como alguém igual e digno de consideração pelo compartilhamento de uma mesma economia emocional apta então a situar este outro como um ser produtivo, útil e

digno de respeito perante a sociedade. É um tipo de *habitus* que desde que devidamente generalizado para todas as classes fará valer socialmente a noção de cidadania jurídica.

No entanto, em sociedades modernizadas perifericamente como a brasileira o *habitus primário* não pôde ser generalizado e homogeneizado, em medida significativa, para todas as classes. Ao invés disso, uma parcela considerável da população brasileira ao longo da história do país foi sendo dotada de um *habitus precário* que, no contexto de emergência de uma sociedade competitiva onde naturalmente só poderia interessar um tipo de personalidade marcada pelo cálculo prospectivo, controle das emoções e trabalho produtivo com vistas a conferir maior auto-estima e reconhecimento social aos indivíduos, os encerrou e os continua encerrando em uma condição de vida marcada pela privação não só de bens materiais, mas, acima de tudo, de respeito e de reconhecimento do seu próprio valor humano.

Em suma, o *habitus precário* denota uma condição de inadaptabilidade em relação à ordem capitalista competitiva e, portanto, de não-reconhecimento ou baixo reconhecimento social por parte daqueles que são portadores do *habitus primário*, *secundário* ou mesmo do *habitus precário*, uma vez que os próprios pares que vivem na precariedade se enxergam uns em relação aos outros de forma naturalizada e como se a culpa da situação em que vivem fôsse deles mesmos, até porque a ideologia do mérito individual se generaliza para todas as classes e acaba sendo a lógica que a partir da distribuição do volume de capital econômico e cultural orienta as relações modernas, quer os agentes tenham consciência disso ou não.

O *habitus secundário*, por sua vez, pressupõe a incorporação, de antemão, do *habitus primário* e institui aos seus portadores critérios classificatórios de distinção social a partir daquilo que Bourdieu chamou de gosto (SOUZA, 2003, p. 167). Em outros termos, o *habitus secundário* como esquema valorativo atuante nas classes médias e altas pressupõe não apenas o reconhecimento de produtor útil caro ao *habitus primário*, mas uma estilização da vida onde o gosto passa a atuar como “moeda invisível” que produz distinções e transforma “[...] tanto o capital econômico puro quanto, muito especialmente, o capital cultural [...] em um conjunto de signos sociais de distinção legítima, a partir dos efeitos típicos do contexto de opacidade em relação às suas condições de possibilidade” (SOUZA, 2003, p. 172).

Em termos das principais diferenças visualizadas entre as sociedades modernas do centro e da periferia no tocante a essas variações do *habitus de classe*, é possível afirmar, portanto, em conformidade com Souza (2006, p. 44), que na dimensão do *habitus secundário* inexiste uma maior distância entre os membros que habitam esses dois tipos respectivos de sociedades. A diferença fundamental, nesse caso, repousa na ausência de uma generalização mais efetiva do *habitus primário* para todos os estratos sociais que compõem as sociedades

periféricas e, mais precisamente, na produção massiva, como diria Jessé, de um “exército de desclassificados” portadores do *habitus precário* nos países de modernização periférica.

Nesse sentido, é possível então conjecturar que a singularidade de uma sociedade de modernização periférica como a brasileira não reside sobre as bases da “cultura do jeitinho” ou do “mito nacional”. Ao invés disso, a singularidade da “nova periferia” foi a produção em massa de um contingente de pessoas que não reúnem os pressupostos emocionais, afetivos e morais necessários que lhes possibilite participar de campos de disputa por prestígio e poder, pois, em última instância, portadores do *habitus primário* não competem com portadores do *habitus precário*, ou seja, “gente” não compete com “não-gente” (CORRÊA, 2006, p. 380).

Argumentado sob outro aparato conceitual: “A modernidade de países como Brasil é “deficiente”, seletiva e periférica porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores” (SOUZA, 2009, p. 401). Em contrapartida, Souza também ressalta que foi somente quando as classes trabalhadoras europeias, através de lutas sangrentas e processos de reconhecimento, vieram a demonstrar que contribuíam tanto quanto as outras classes para o desenvolvimento social e que eram dignas, portanto, de reconhecimento, é que os direitos civis, políticos e sociais também foram historicamente estendidos a elas (SOUZA, 2009, p. 394).

Com vistas a explicar como se produziu essa imensa lacuna a separar as sociedades da periferia das do centro do capitalismo, Jessé recorreu a uma abordagem genética ancorada no pressuposto de que na modernidade central as ideias que fizeram o mundo precederam as práticas, ao passo que nas sociedades periféricas ocorreu o inverso. Em suas palavras:

[...] este tipo de esquematização específico de sociedades da “nova periferia”, como a brasileira, pode ser melhor compreendido se encararmos menos como uma “positividade” no sentido da herança pré-moderna toda poderosa das teorias da modernização tradicional e do hibridismo contemporâneo, e mais como uma “negatividade”, ou seja, como uma ausência de certas precondições existentes na modernidade central. Autores como Max Weber e Charles Taylor, como vimos, enfatizam a circunstância de que, nas sociedades da modernidade central, as ideias são anteriores as práticas institucionais e sociais. Creio que essa ideia é verdadeira, e que esta crença inspirou estes dois autores a procurarem uma hermenêutica genealógica do sentido, já tornado opaco pelas práticas institucionais disciplinadoras, as fontes cognitivas e morais subjacentes ao racionalismo ocidental. Uma especificidade importante da modernidade periférica – da “nova periferia” – parece-me precisamente o fato de que, nestas sociedades, **as “práticas” modernas são anteriores às “ideias” modernas**. Assim, quando mercado e Estado, ainda que de modo paulatino, fragmentário e larvar, são importados de fora para dentro com a europeização da primeira metade do século XIX, inexistia o consenso valorativo que acompanha o mesmo processo na Europa e na América do Norte. Inexistia, por exemplo, o consenso acerca da necessidade de homogeneização social e generalização do tipo de personalidade e de economia emocional burguesa a todos os estratos sociais, como aconteceu em todas as sociedades mais importantes da Europa e da América do Norte (SOUZA, 2003, p. 98-99, os grifos são nossos).

É possível então dizer que a teoria da modernização seletiva proposta por Jessé Souza fornece, de um lado, uma interpretação da modernidade brasileira como processo exógeno e em descontinuidade com Portugal e, de outro, percebe esse mesmo processo de modernização não através da remanescência de disposições pré-modernas, tradicionais ou personalistas, mas, ao invés disso, como resultado de um processo de exportação do centro para a periferia das principais instituições racionalizadoras modernas, quais sejam, o Estado e o mercado, sem, no entanto, operar uma retradução de suas adjacentes configurações morais, valorativas e opacas dimensionadas no interior daquelas sociedades.

Por sua vez, a ausência deste “pano de fundo” moral que dava suporte ao Estado e mercado na modernidade central foi percebida por Jessé Souza como algo decisivo e crucial na implementação das dinâmicas sociais e culturais relativamente singulares na modernidade periférica. Para sermos mais precisos, esse tipo de reconstrução teórica que culminou com a proposição de uma nova forma de leitura do Brasil moderno, permitiu a Jessé solucionar dois problemas práticos de uma só vez. Por um lado, o autor pôde trazer à tona o princípio classificador implícito desse processo de modernização seletiva que se instaurou na sociedade brasileira de modo a tornar opaco e oculto aqueles critérios consensuais de hierarquização valorativa aptos a definir quem “é gente” e quem “não é gente” no Brasil. Por outro lado, o autor propôs um novo esquema interpretativo que responderia de forma mais convincente as lacunas produzidas pelas explicações teóricas anteriores, sem, no entanto, desembocar em uma essencialização da cultura e da vida social brasileira. O excerto a seguir esclarece isso:

Toda essa sociologia do “mal de origem” português considera a influência cultural européia no Novo Mundo como se dando por uma “transposição de valores e ideias” que se transmitiriam como a “roupa do corpo”. Assim, a simples transposição de indivíduos portugueses ao Brasil equivaleria à formação de um “grande Portugal” no Brasil colônia e, como no “culturalismo” a “cultura” nunca muda nem aprende, também o Brasil moderno de hoje seria, na verdade, uma continuação do Portugal pré-moderno e personalista de antanho. [...] Na verdade, não se pode separar a “cultura” das “instituições” e das práticas institucionais e sociais que condicionam todo comportamento individual, mesmo aquele que tem a ver com mudança, e não apenas com a mera reprodução do mundo como ele é. Assim, o português que coloniza o Brasil e constrói aqui uma sociedade dominada pela “instituição” da escravidão, a qual inexistia em Portugal a não ser de modo passageiro e tópico, já não é mais o português que seria em Portugal, porque todo seu comportamento, expectativas, medos e esperanças são completamente outros, quer eles tenham ou não consciência disso. Nesse sentido, ele pode até continuar a falar português e sentir saudades de comer bacalhau e sardinha no domingo, mas o mundo de instituições e relações sociais que ele cria aqui tem pouquíssima relação com o seu próprio mundo na Europa (SOUZA, 2009, p. 104-105).

Duas questões merecem ser ressaltadas desses posicionamentos de Jessé. Em primeiro lugar, a cultura não pode ser pensada sem referentes estruturais concretos que lhe deem algum

suporte. Tanto na modernidade central quanto na modernidade periférica, esses referentes estruturais a partir do qual a cultura passaria a ser reproduzida cotidianamente e a constituir modos de ação e de comportamentos específicos na vida social, quer os agentes saibam disso ou não, tratam-se do Estado centralizado e do mercado competitivo. Além disso, é importante frisar que todo processo de difusão e circulação dos bens culturais não é estático e está constantemente sujeito a novas construções e ressignificações que, por sua vez, só são possíveis através de uma dinâmica que envolve dialogicamente agente e estrutura e que tem na figura do mercado e do Estado um ancoramento institucional efetivo, até mesmo para que a difusão de modelos culturais atinja, em escala significativa, todas as direções sociais.

Em segundo lugar, Jessé se posiciona contrariamente àquele conjunto de análises que ao pleitearem que a singularidade brasileira deveria ser procurada justamente na esfera da cultura, acabaram, por assim dizer, essencializando esse mesmo campo da cultura, sobretudo, por não perceberem aqueles cortes e rupturas inerentes a qualquer processo de transmissão ou circulação cultural na esteira de longo prazo. Nesse particular, como a cultura no país “nunca mudaria”, não é de estranhar ou surpreender que o Brasil moderno continue a ser lido até os dias de hoje por categorias pré-modernas. É isso que pressupõe o ato de continuar explicando essa sociedade a partir de um capital social de relações pessoais, secundarizando ou mesmo deixando de lado os capitais que orientam decisivamente as dinâmicas sociais em qualquer sociedade moderna, quais sejam, o capital cultural e o capital econômico (SOUZA, 2009).

Além disso, todo o esforço desta “virada cultural” por estar na origem da produção do “mito da brasilidade” acabaria por fazer valer no senso comum a ideia de que os brasileiros, de fato, seriam, todos semelhantes, sem qualquer divisão de classe e diferindo apenas na renda que ganham (SOUZA, 2006, p. 14). Nada contra esse “sentimento de todos estarem juntos no mesmo barco” (a expressão é de Jessé), comendo feijoada, jogando futebol, sambando ao lado de mulatas e, sobretudo, desfrutando de festas alegres junto ao “povo mais hospitaleiro do mundo”. Conforme mostra Anderson (2008, p. 34), toda grande nação moderna para existir precisou se imaginar em torno desse vínculo e sentimento de unidade ou, em outras palavras, em torno de uma sensação de “camaradagem horizontal” independentemente do quanto de desigualdade e exploração pudesse vigorar dentro desta mesma nação.

Em que pese, portanto, a centralidade deste sentimento nacional na vida das pessoas, é preciso estar em alerta quanto à possibilidade de tal subjetivismo interferir na construção dos diversos objetos de pesquisa, especialmente quando o que estiver em pauta for a análise do contexto esportivo, até porque o risco desses componentes passionais serem trazidos à tona por conta da especificidade deste fenômeno é potencialmente ampliado, como nós mesmos

sugerimos em outro lugar (SOUZA, 2010, p. 50). A teoria de Jessé Souza, por conseguinte, é que nos direciona a esse entendimento, uma vez que ela desconstrói os pressupostos analíticos sobre os quais se assentam o paradigma culturalista em sua versão naturalizada e reificada. Mais que isso, o autor demonstra de forma exemplar como essa versão culturalista erguida nos trópicos seria tanto base quanto fruto de uma interpretação totalizante que ambicionava explicar tanto a cultura do privilégio quanto a maciça desigualdade de uma sociedade como a brasileira a partir de uma matriz comportamental – o “jeitinho” – que, se por um lado, supostamente habitaria as pessoas e o Estado patrimonial brasileiro, por outro, não se faria estender ao mercado competitivo percebido, portanto, como “reino da virtude”.

O principal inconveniente da apropriação e reiteração dessas leituras se constrói, nesse sentido, à medida que os fenômenos sociais no Brasil passam a ser explicados a partir desse “todo” recomposto pelo personalismo/patrimonialismo como se esse “todo” sociocultural ou, melhor dizendo, “[...] como se tal entidade existisse efetivamente e não fosse a “construção de uma fantasia” com fins de legitimação política” (SOUZA, 2009, p. 104). As consequências desse tipo de explicação, tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista da ação política, são das mais perigosas e deletérias, especialmente por ajudarem a encobrir conflitos ou, no mínimo, serem coniventes com uma percepção essencialista do mundo social.

Como é passível então ser notado, para Jessé Souza a naturalização da desigualdade é diretamente proporcional aos efeitos do desconhecimento e da produção de uma série de “fantasias compensatórias” levadas a cabo pela maré de explicações ancoradas no binômio personalismo/patrimonialismo e nas tentativas de apreensão imediatista da realidade. Por um lado, isso sinaliza que uma nova compreensão do Brasil moderno e do fenômeno amplamente difundido da desigualdade brasileira precisaria ser produzida e articulada – e isso Jessé Souza e colaboradores têm feito com rigor a partir de investigações empírico-teóricas no âmbito das Ciências Sociais no país. Por outro lado, essa assertiva também sugere a urgência de serem repensados outros apontamentos teóricos que guiem as pesquisas a serem desenvolvidas no campo da Sociologia da Cultura – e isso Jessé Souza e colaboradores, a nosso ver, ainda não avançaram suficientemente para além das teorizações sobre a indústria cultural.

Em determinados momentos do livro *“A ralé brasileira – quem é e como vive”* de autoria de Jessé, é possível visualizar algumas indicações teóricas para uma Sociologia Crítica da Cultura, especialmente quando este autor se reporta ao universo do senso comum no sentido de explicar porque aquelas “ilusões fáceis e infantilizadas da indústria cultural” (SOUZA, 2009, p. 50) fazem tanto sucesso e, acima de tudo, exercem um tamanho poder de convencimento em sociedades como a brasileira. Entretanto, não é esse aspecto de sua teoria

que pretendemos aqui aproveitar, até porque compartilhamos do entendimento de que pensar o futebol ou mesmo outras práticas esportivas e culturais sob o crivo teórico da noção de indústria cultural equivale a elevar tais práticas ao nível de fenômenos monolíticos. Além disso, a abordagem que Adorno e Horkheimer (1984) preconizam no livro “*Dialética do esclarecimento*”⁶¹ tende a conduzir a uma interpretação unilateral da relação entre agente e estrutura, visto que a dinamicidade dos indivíduos é dissolvida diante do poder que a indústria cultural exerceria com o propósito maior de levá-los à obediência, conforme pudemos discutir em outra ocasião (SOUZA, CAVICHIOLLI, MARCHI JÚNIOR, 2011, p. 52).⁶²

Deste modo, o que nos interessa reter do empreendimento teórico de Jessé Souza não é esses seus comentários e indicações críticas de fundo *frankfurtiano* sobre o papel da cultura nas sociedades periféricas, mas sua tese acerca da “anterioridade das práticas institucionais e sociais em relação às ideias” no propósito de explicar a relativa singularidade do processo modernizador brasileiro. Dito de forma mais precisa, o que, para nossos objetivos, é de suma importância ser retomado da obra de Jessé Souza é sua leitura sobre a modernização brasileira erguida em contraponto à tese de continuidade orgânica com Portugal e, ao contrário disso, percebida como um processo exógeno no qual as práticas foram importadas sem as ideias que lhe davam suporte nas sociedades centrais e onde houve, principalmente, a produção histórica

⁶¹ Para um dimensionamento mais preciso das contribuições desses autores para pensar o esporte ver: VAZ, A. F. Na constelação da destrutividade: o tema do esporte em Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 65-108, 2000; VAZ, A. F. Esporte e sociedade, segundo Theodor W. Adorno. **Constelaciones/Revista de Teoria Crítica**, Salamanca, n. 3, pp. 257-268, dez. 2011.

⁶² Importante notar que é possível conservar uma posição crítica ao sistema de dominação social engendrado ou favorecido pelas práticas culturais, sem, entretanto, reduzir os agentes a epifenômenos das estruturas, como se fossem marionetes manipuláveis e sem a capacidade de fazer outra coisa que senão manifestar obediência aos imperativos do mercado de bens simbólicos. Com relação ao modo com que Adorno tratou a emergência de uma cultura de massas Bourdieu tece o seguinte comentário: “A partir da fórmula fornecida, há muito tempo, por Adorno que havia estabelecido uma analogia direta e ingênua entre a própria forma e os usos das músicas de grande difusão, por um lado, e, por outro, o mundo do trabalho alienado, além de ficar devendo, sem dúvida, o essencial de sua credibilidade, a exemplo de certa crítica do esporte, ao fato de que, na impecabilidade populista, ela permite exprimir uma nostalgia e uma repulsa de apreciador, a crítica da produção de massa acabou dissimulando, de fato, o essencial: não é somente na área da música ou esporte que os homens comuns estão reduzidos ao papel do fanático, limite caricatural do militante, dedicado a uma participação passional – às vezes, até o chauvinismo –, mas passiva e fictícia que nada é além da compensação ilusória do desapossamento em benefício dos especialistas. Em vez de monotonia da cadeia de montagem ou do escritório, esta relação com os produtos culturais de “massa” (e, a *fortiori*, da “elite”) reproduz, reativa e fortalece a relação social que se encontra na origem da experiência operária do mundo e faz com que o produto do trabalho, *opus proprium*, se apresente diante do trabalhador como *opus alienum*” (BOURDIEU, 2008c, p. 361). Diante desse entendimento, podemos dizer que a abordagem *bourdieusiana* no tocante à compreensão dos efeitos exercidos pelos campos de produção dos bens culturais remete, em parte, às teorizações de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, mas assim como o faz, por exemplo, Edgar Morin, Bourdieu não entende que a cultura de massas seja fruto de uma apropriação homogênea derivada da obediência irrestrita dos agentes. Há, sem a menor sombra de dúvidas, um caráter diretivo nos produtos culturais, mas também há espaço para uma série de apropriações distintas que, no caso da arquitetura teórico-conceitual de Bourdieu, são entendidas pelo prisma do acesso diferencial dos indivíduos às mais variadas espécies de capital, em particular ao capital cultural e econômico.

de uma “ralé” estrutural de desclassificados que não atendeu àquele tipo de personalidade que Estado e mercado tanto necessitavam para sua eficaz reprodução cotidiana.

Quanto à temática da circulação cultural em países de modernização periférica como o Brasil, é de nosso entendimento, portanto, ser muito mais útil e proveitoso para uma proposta de releitura deste domínio da vida social brasileira, recorrer às contribuições teóricas de Elias e Bourdieu, uma vez que a obra desses autores, conforme já discutimos anteriormente, denota níveis de sensibilidade com as dores e sofrimentos dos seres humanos, mas, sem, no entanto, reduzir esses mesmos seres humanos – em virtude das situações sociais desfavoráveis em que se encontram – a uma condição de passividade diante da estrutura social em que se inserem. Em contrapartida, o uso que pleiteamos da obra desses dois sociólogos para repensar o papel da cultura e do esporte no Brasil, precisa ser matizado à luz da argumentação teórica de Jessé, tendo em vista as diferenças relativas existentes entre as sociedades da modernidade central – sobre as quais tanto Elias quanto Bourdieu teorizaram – e as sociedades periféricas.

Nesse particular, as categorias de pensamento e os instrumentos de conhecimento que nos interessa reter dos modelos teóricos *eliasiano* e *bourdieusiano*, conforme demonstraremos a seguir, serão ponderados e rearticulados mediante a principal diferença estruturante que se fez preponderar entre os países da modernidade central e os países da modernidade periférica, qual seja, e é sempre válido repetir, os diferenciados graus com que seu deu e foi conduzido nos respectivos tipos de sociedades o esforço de generalização transclassista dos pressupostos afetivos, emocionais e morais necessários a uma integração mais efetiva dos indivíduos ou, mais precisamente, de classes sociais inteiras no contexto da sociedade competitiva moderna. Começemos essa exposição revisitando a arquitetura teórica *eliasiana*.

Norbert Elias (1897-1990) teve como marco fundante e, talvez, como principal ponto de partida do seu empreendimento sociológico a noção de processos sociais. Essa noção, sem dúvida, assumiu papel fundamental em seu modelo e ao lado dos conceitos de configuração e poder constituíram o núcleo básico sobre o qual se assentou sua Sociologia Configuracional ou, melhor dizendo, sua Sociologia dos Processos. A propósito, Elias insistiu durante toda sua trajetória intelectual, sobre a importância de formação de cientistas sociais especializados em abordagens de longo prazo, atentos às dinâmicas processuais e que, além disso, priorizassem a utilização do raciocínio sintético em relação ao raciocínio analítico.

Nesse sentido, Elias se posicionou de forma notadamente contrária aquilo que chamou de “o retiro sociológico do presente”, ou seja, a tendência ou tentação de se estudar o presente ou uma série de dinâmicas de curto prazo de maneira fragmentada e sem atentar devidamente para o movimento histórico mais amplo. Em relação a isso, o autor adverte que:

[...] os fatos com que os sociólogos e outros cientistas sociais se preocupam dificilmente podem ser entendidos, e certamente não serão explicados, **se a diferença experimentada entre presente e passado não for neles projetada – se os tempos presentes forem percebidos, como tem sido, isoladamente.** Assim, a reconstrução, na forma de modelos, dos processos que conduzem do passado, ao longo dos poucos dias daqueles que estão vivos, ao futuro, é tarefa indispensável dos sociólogos (ELIAS, 1998, p. 24, os grifos são nossos).

Muito mais que uma mera reorientação metodológica, o que está em jogo, de forma significativa, na abordagem processual de Elias, se trata de uma redefinição das fronteiras entre a Sociologia e a História tal como explicitado na introdução do livro “*A sociedade de corte*” (ELIAS, 2001a) e como levada a cabo obsesivamente ao longo de sua produção. Para Elias (2001a, p. 51-52), a forma com que certos historiadores concebiam seu *métier* denotava, muitas vezes, uma preocupação exclusiva com “indivíduos sem figuração” independentes uns dos outros, ao passo que a forma com que determinados sociólogos idealizavam seu trabalho remetia a uma preocupação com “figurações sem indivíduos”, ou seja, com sociedades e “sistemas sociais” que funcionariam independentemente dos seres humanos singulares.

Segundo Elias (2001), essas formas de proposições estanques que reportam a níveis distintos com que ambas as disciplinas mobilizam o valor da empiria e o valor da teoria em seus empreendimentos é algo desconcertante e problemático para o estudo científico da vida humana, uma vez que essas duas ciências se propõem, na verdade, a observar “diferentes camadas” de um mesmo processo histórico. Nesse particular, surge então a necessidade de levar a efeito uma proposta de “coordenação frutífera” entre as duas perspectivas e é esse quadro de referência que Elias se propôs a articular ao longo de sua obra, especialmente a partir do entendimento de que os processos sociais assim como os seres humanos singulares, e, por sua vez, suas ações, eram absolutamente inseparáveis (ELIAS, 2006, p. 31).

Dito de outro modo, Elias se empenhou a partir de uma síntese original e até então inédita a enfrentar teoricamente a antinomia estabelecida entre a “liberdade individual” e o “determinismo estrutural”, e, muito mais que isso, a demonstrar empiricamente como que essas duas esferas poderiam ser entendidas, com vistas a estabelecer um quadro teórico que fizesse muito mais justiça à realidade dos fatos observáveis, em uma dimensão de unicidade e entrelaçamento. O que está em evidência, portanto, na abordagem processual *eliasiana* não se resume a um simples apelo ou tentativa de *démarche* “histórico-sociológica” ou “sócio-histórica” do seu empreendimento, mas, a uma reviravolta epistemológica – no que tange às relações traçadas entre o domínio da Sociologia e da História como também da Psicologia e da Antropologia – atestada pela observação empírica de como as configurações de indivíduos interdependentes se movem em um sentido ou outro na esteira de longo termo.

Os três principais “laboratórios empíricos” acionados por Elias para desenvolver e testar essas teses foram, como sabemos, a sociedade alemã, francesa e inglesa. O estudo comparativo entre essas três sociedades esteve em tela em quase todas suas obras, muito embora em diferentes graus. É possível dizer que a obra *“Os alemães”* (ELIAS, 1997) teve como referência social preponderante para estruturação da narrativa, em termos de espaço-tempo, a sociedade alemã, ao passo que em *“A sociedade de corte”* (ELIAS, 2001a) e em *“A busca da excitação”* (ELIAS; DUNNING, 1992) as estruturas sociais sob as quais a proposta investigativa foi levada a cabo diziam respeito, em exclusivo, à sociedade francesa e inglesa respectivamente. Por conseguinte, em seu principal texto – os dois volumes de *“O processo civilizador”* (ELIAS, 1994a, 1994b) – essas três sociedades foram acionadas paralelamente por Elias e analisadas a rigor através do método comparativo.

Em que pese, entretanto, as diferenças e relativas particularidades interpostas entre o processo civilizacional inglês, francês e alemão, conforme Elias pontuou no decorrer de sua trajetória intelectual, o que lhe interessava, sobretudo, era reunir elementos empírico-teóricos que dessem suporte ao desenvolvimento de uma teoria geral do processo civilizador e que se constituísse então como modelo teórico inspirador para o estudo dos processos civilizadores das mais diversas sociedades. É importante frisarmos, a título de exemplo, que esse programa legado por Elias serviu de subsídio para Mennell (2007) estudar o processo civilizacional americano, para Stebbins (2009) dimensionar o processo civilizador chinês e para Lucena (2000) reunir alguns apontamentos sobre o processo civilizador brasileiro em sua relação com o fenômeno esportivo, em particular, com a história do esporte no Rio de Janeiro.

Não é nosso propósito aqui examinar a especificidade de cada um desses processos civilizadores supracitados, nem tampouco fazer ou pleitear uma leitura extensa e aprofundada do processo civilizador brasileiro à luz da arquitetura teórico-conceitual *eliasiana*. O que nos interessa basicamente é argumentar que o processo civilizador tal como concebido por Elias não atuou de forma tão compacta e homogênea entre os diferentes estratos e grupos sociais que integram a sociedade brasileira, muito diferentemente daquilo que ocorreu, por exemplo, na França, na Inglaterra e na Alemanha em seus respectivos tempos, graus e direções.

Dito de uma forma mais precisa, entendemos que no processo civilizador brasileiro a possibilidade de horizontalização social do poder como elemento estrutural das configurações humanas e a generalização de uma economia psíquica relativamente parecida para todas as classes não foi algo bem-sucedido, até porque se o fosse não existiria atualmente esse abismo que separa, por um lado, classes incluídas no contexto da sociedade competitiva organizada e,

por outro, uma “ralé” estrutural invisível que é reduzida a mero corpo e é condenada a viver uma vida que não é merecedora de receber esse nome.

Por conseguinte, se para uma melhor integração de grupos de indivíduos no domínio da “vida de trabalho” não foram estendidos os mesmos pressupostos psicossociais civilizados e, de forma correlata, a balança de poder na maior parte do tempo esteve sempre pendida em favor de alguns grupos e em desfavor a tantos outros, já no domínio da “vida de lazer” houve uma maior possibilidade de compartilhamento dos pressupostos psicossociais inerentes ao consumo dessas atividades, conforme argumentaremos a seguir. Antes, contudo, de partirmos para essa leitura é necessário que nos detenhamos, por alguns instantes, a examinar a forma com que Elias articulou as relações estamentais no âmago do processo civilizador.

De antemão, é necessário advertir que Elias pensou a passagem da Idade Média para a Idade Moderna como um longo processo civilizacional não-planejado – porém estruturado – e onde esteve mutuamente em jogo o refinamento dos padrões de conduta, o abrandamento das pulsões e a monopolização dos impostos e da violência física na figura do Estado. Sua tese era que a emergência do comportamento civilizado estava diretamente relacionada à organização das sociedades europeias ocidentais sob a forma de Estados. Em outras palavras, Elias sistematizou um arcabouço teórico atento às transformações das relações entre indivíduos e, sobretudo, às transformações da economia dos afetos nos indivíduos singulares, procurando correlacionar esses dois eventos com a observação empírica de que, na escala de longo prazo, unidades territoriais menores e com centros instáveis de poder foram sendo integradas a tal ponto de formarem unidades territoriais maiores e com um centro de poder mais estável.

Duas reorientações teóricas centrais estão por detrás dessa síntese. Em primeiro lugar, Elias rejeita a divergência conceptual entre indivíduo e sociedade tal como colocada na teoria sociológica clássica com ênfase interpretativa voltada predominantemente, ora para um desses elementos, ora para o outro. Ao invés disso, a abordagem sociológica *eliasiana* se propõe a superar essa dicotomia e o faz isso através do conceito de configuração social. De acordo com Elias (1994a, p. 249), os seres humanos existem apenas como pluralidades e juntos formam uma rede estrutural de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Deste modo, à medida que uma configuração muda e exige outra postura dos “jogadores”, esses mesmos “jogadores” são compelidos naturalmente a adotar a nova ética do “jogo” e a proposição contrária, em um fluxo de intensidade semelhante, complementa esta relação (ELIAS, 1980).

Em segundo lugar, e de maneira correlata a esse primeiro redirecionamento teórico imputado, Elias recorre ao conceito de poder e o articula então como elemento mediador das configurações sociais. É sempre importante lembrarmos que o conceito de poder tal como

pensado e requisitado na teoria sociológica de Norbert Elias mantém relações direta com as emoções, ou seja, com o controle social cada vez mais rigoroso e severo dos impulsos e afetos no âmago das redes de interdependências e, por extensão, com o desenvolvimento de um autocontrole individual que resulte em uma “armadura social” mais segura.

Um exemplo dessa conjectura que estamos tecendo, é passível ser verificada na teoria *eliasiana*, quando o autor no segundo volume de “*O processo civilizador*” e, em particular, no livro “*A sociedade de corte*” se propôs a dissertar sobre a progressiva transformação dos guerreiros em cortesãos. Ao se empenhar nessa leitura, Elias, de fato, esteve sensivelmente atento à balança de poder que regulava as relações na sociedade de corte, uma vez que não se comportar segundo a “bolsa de valores” que orientava os comportamentos cortesãos consistia praticamente em renunciar a qualquer possibilidade ou então chance de se beneficiar com a distribuição potencial de poder ocorrente das e nas relações de interdependências.

Evidente que esse movimento não foi colocado em marcha por conta ou em função de uma percepção individualista puramente racionalizadora. Tratava-se, ao invés disso, de uma mudança lenta na estrutura profunda da personalidade dos indivíduos no sentido de uma maior auto-regulação dos afetos em resposta às pressões sociais resultantes da crescente diferenciação de funções na sociedade e da formação de cadeias de interdependências cada vez mais extensas. Pensado então sob o crivo de elemento relacional inerente à soma das mudanças psicogenéticas e sociogenéticas, o poder não se constituiria como um “amuleto”, ou seja, como um objeto que poderia ser detido como algo fixo, isolado e concentrado nas mãos de alguns e do qual os outros estariam totalmente desprovidos (ELIAS, 1980, p. 80-81).

Para Elias, o poder, é uma característica estrutural de todas as relações humanas, e onde haja muita desigualdade na balança de poder há sempre o esforço em se estabelecer um maior grau de equilíbrio, muito embora devamos advertir que em uma sociedade periférica como a brasileira, onde se vive a ilusão da igualdade e a desigualdade é colocada e vista sob premissas naturalizadas, nem sempre é possível uma maior equiparação da balança de poder entre indivíduos e classes portadoras, por exemplo, do *habitus precário e primário*.

A propósito, é oportuno lembrarmos que quando Elias pensa o processo civilizacional do ocidente europeu e sua difusão para outras regiões do mundo ele está igualmente atento à dinâmica de estratificação social, uma vez que o movimento civilizatório – seguido de uma gradual sequência de arrancos e recuos fortes – implica respectivamente em um aumento da variedade, isto é, das funções sociais, e em uma diminuição dos contrastes. Colocado em outros termos, a questão que Elias se propõe a enfrentar nesse quesito apontado se apresenta da seguinte forma: como que as “ondas civilizatórias” e a condução específica da vida a elas

associadas foram negociadas entre diferentes grupos e estamentos sociais e foram difundidas através das empresas colonizadoras para outros lugares do mundo?

Segundo Elias (1994b, p. 211), uma das peculiaridades mais importantes do processo civilizador é justamente essa mistura e entrelaçamento entre padrões de conduta que derivam de níveis sociais inicialmente tidos como muito diferentes. É o caso típico do que ocorreu, na esteira de longo prazo, entre os núcleos cortesãos e a burguesia, ou seja, entre as classes altas e médias, por um lado, e as classes trabalhadoras e mais pobres, por outro. Por conseguinte, essa mútua “contaminação” estabelecida entre os códigos de conduta próprios aos estratos sociais mais altos e baixos, foi matizada por Elias a partir do entendimento de que os círculos cortesãos insurgiam como núcleo de disseminação social de um tipo de economia psíquica orientada por um autocontrole dos afetos e pela procura de um padrão de etiqueta cada vez mais refinado, ao passo que os círculos burgueses se constituíam no núcleo de disseminação de uma economia psíquica na qual se fizera prevalecer a dignificação do trabalho.

Argumentado sob outro aparato conceitual, Elias (1994a, 1994b) percebe a formação de dois códigos de conduta historicamente diferentes e que se expandiram, em seus devidos momentos e sob as devidas circunstâncias, tanto para os estratos superiores quanto para os estratos inferiores por conta da crescente interdependência que foi sendo estabelecida entre a aristocracia de corte e os círculos burgueses. De um lado, teríamos então um código de honra típico da nobreza de corte e atuando com vistas a assegurar um maior prestígio e distinção ao seu grupo diante da crescente pressão social vinda de baixo. De outro lado, teríamos um código de virtude típico dos grupos burgueses e ancorado na percepção de que as profissões e o dinheiro, no contexto de emergência do Estado centralizado, seriam as principais fontes de prestígio, reconhecimento social e, mais que isso, de aumentar seu peso relativo como classe na balança do potencial de poder que orquestrava a luta por recursos escassos.

O processo civilizador das sociedades europeias ocidentais que então foi colocado em movimento ao longo de aproximadamente cinco séculos tal como argumentado de forma ímpar por Elias (1994b) em sua sinopse da teoria do processo de civilização, prescreveu uma espécie de fusão entre esses dois códigos de conduta a partir de uma dinâmica de lutas mais ou menos acirradas – e cada vez menos providas através de confrontos físicos e atos de violência – entre nobres e burgueses, determinando, em última instância, que esse “incessante cabo-de-guerra” entre os dois grupos se “decidisse em favor de alguns dos últimos” ao longo dos séculos (ELIAS, 1994b, p. 250). O trecho a seguir evidencia bem como esse “jogo social” cujas regras foram sendo definidas no transcorrer da “partida” foi decisivo para que pudesse vir à tona aquilo que seria idealizado pelos grupos dirigentes sob os termos de “civilização”:

Dessa maneira, modos de conduta da classe superior aristocrática de corte fundiram-se com os dos variados estratos burgueses, à medida que estes subiam para a posição da primeira. A *civilité* foi incorporada e perpetuada – com certas modificações, dependendo da situação de seu novo hospedeiro – no que, nesse momento, era chamado de “civilização”, ou mais precisamente, de “conduta civilizada”. Assim, a partir do século XIX, essas formas civilizadas de conduta se disseminaram pelas classes mais baixas, em ascensão, da sociedade do Ocidente e pelas diferentes classes sociais das colônias, amalgamando-se com padrões nativos de conduta. Toda vez que isso acontecia, a conduta da classe superior e dos grupos em ascensão se interpenetrava. O padrão de conduta da classe em ascensão, seus tipos de comando e proibições, refletiam em sua estrutura a história de elevação dessa classe. Assim aconteceu que o “padrão típico de controle das paixões e conduta” das diferentes nações-estado industrializadas, seu “caráter nacional”, ainda representavam a natureza das anteriores relações de poder entre nobreza e burguesia e o curso das lutas entre elas, que duraram séculos, das quais um tipo específico de grupos de classe média finalmente emergiu, durante algum tempo, como o sistema dominante (ELIAS, 1994b, p. 255).

Como é possível observar, uma das mais notáveis características e especificidades do processo civilizador consiste no aumento das interdependências funcionais entre diferentes estratos sociais e na progressiva redução dos contrastes entre esses grupos por conta de uma fusão de seus códigos de conduta. Por um lado, as classes aristocráticas com a ascensão da burguesia foram impelidas a valorizar o trabalho como forma de ganhar a vida. Isso, por sua vez, não os impediu de revogarem para si o estatuto de “boa sociedade” através de uma estilização da vida decorrente de um refinamento cada vez mais rigoroso das condutas, se bem que essa tendência sempre teve como contrapartida o fato dos grupos sociais emergentes se apropriarem deste mesmo padrão de comportamento vigente no núcleo cortesão.

Por outro lado, os estratos burgueses como classes profissionais dispunham de menos tempo que os membros da aristocracia de corte para aprimorar a conduta e o gosto, de modo que só os restava como alternativa macaquear a nobreza e suas maneiras (ELIAS, 1994b, p. 252). No entanto, os membros da classe burguesa não assimilaram simplesmente padrões de conduta e etiqueta próprios ao estrato superior, mas, sobretudo, desenvolveram em si mesmos um superego moldado a partir do círculo cortesão, muito embora com algumas variações que lhes conferia um caráter específico, em especial, no que diz respeito ao fato de sua estrutura profunda de comportamento ser menos equilibrada e, conseqüentemente, mais rigorosa. Em outras palavras, os grupos burgueses em emergência viviam uma espécie de contradição interna, visto que adotaram os códigos de conduta do estrato superior, mas eram incapazes de cumpri-los naturalmente, de modo que só lhes restava dispensar muito mais esforço e energia para serem bem-sucedidos em tal empreendimento (ELIAS, 1994b, p. 258).

Quando, no entanto, uma fração das classes burguesas ascendeu ao estrato superior, esse processo de assimilação foi mais incisivamente contraposto por um processo de repulsão

resultante do desenvolvimento de uma maior autoconsciência de ambos os grupos por conta da rivalidade crescente. Nesse momento, as diferenças entre os dois estratos foram novamente reforçadas, condição qual, coligia, mais amplamente, com as pretensões originais das classes superiores. Mas mesmo com essas tendências de assimilação e repulsão atuando de forma ambivalente nos indivíduos, o que ocorreu nesse “cabo-de-guerra” de aproximadamente cinco séculos, foi a diminuição dos contrastes entre os dois estratos concorrentes e a elaboração de um código de conduta mais uniforme e alavancado na figura do grupo que se saiu vitorioso deste “jogo”. Nesse particular, e de acordo com os apontamentos de Elias (1994b, p. 260), é possível assumir como desfecho dessa trama que: “O código de conduta que os burgueses adotaram quando finalmente emergiram como grupo dirigente foi, devido à fase precedente de assimilação, o produto de um amálgama de códigos da velha e da nova classes superiores”.

Esse processo sugerido, no entanto, não se restringiu somente às sociedades europeias ocidentais, mas, por conta da formação de redes de interdependências cada vez mais crescentes, se expandiu para diferentes regiões do globo “[...] seja através do assentamento de ocidentais ou através da assimilação pelos estratos mais altos de outras nações, da mesma forma que modelos de conduta antes se espalharam no interior do próprio Ocidente a partir deste ou daquele estrato mais alto, de certos centros cortesãos e comerciais” (ELIAS, 1994b, p. 212). Nesse sentido, aquilo que poderia ser chamado de “difusão da civilização”, trata-se, em outras palavras, da disseminação das instituições e padrões de conduta do Ocidente para outras regiões além do Ocidente (ELIAS, 1994b, p. 211). De acordo com Elias:

Essa difusão dos mesmos padrões de condutas a partir de “mães-pátrias do homem branco” seguiu-se à incorporação de outros territórios à rede de interdependências políticas e econômicas, à esfera das lutas eliminatórias entre nações do Ocidente e dentro de cada uma delas. A “tecnologia” não é a causa dessa mudança de comportamento. O que chamamos de “tecnologia” é apenas um dos símbolos, uma das últimas manifestações desse espírito de previsão imposto pela formação de cadeias de ações e de competição cada vez mais longas. As formas “civilizadas” de conduta disseminaram-se por essas outras áreas em razão e na medida que nelas, através de sua incorporação à rede cujo centro ainda é o Ocidente, a estrutura de suas sociedades e de relacionamentos humanos também está mudando. A tecnologia e a educação são facetas de mesmo desenvolvimento total. Nas áreas por onde se expandiu o Ocidente, as funções sociais a que o indivíduo deve submeter-se estão mudando cada vez mais, de maneira a induzir os mesmos espírito de previsão e controle das emoções como no próprio Ocidente. Nesse caso, também, a transformação da existência social como um todo é a condição básica para civilizar-se a conduta. Por esse motivo, encontramos nas relações do Ocidente com outras partes do mundo os primórdios da redução de contrastes que é peculiar a todas as grandes ondas do movimento civilizador (ELIAS, 1994b, p. 212).

É razoável, nesse sentido, sustentar o raciocínio de que foi a difusão cada vez mais ampla da civilização, através da extensão das cadeias de interdependência ligando diferentes

regiões do globo ao Ocidente e vice-versa, uma das engrenagens não-planejadas que animou o movimento colonizador europeu. Daí, inclusive, a importância de ter sido feita por Elias na primeira parte de seu estudo (1994a) a sociogênese do conceito de civilização, uma vez que foi a partir de seus “ideais civilizatórios” caros à “boa sociedade” que os “conquistadores europeus” levaram a diante suas empresas colonizadora nas Américas e na África. Por sua vez, essa tendência de “exportação” do processo civilizatório para as colônias, não que dizer que a difusão dos padrões de conduta ocidental foi imposta tão somente de cima para baixo, mas que, ocasionalmente, também partiu de baixo para cima, até o ponto de se fundirem e então formarem novas variedades de conduta civilizada (ELIAS, 1994b, p. 213).

Uma investigação mais precisa acerca dessa fusão de códigos de condutas que se deu entre os estratos sociais superiores e inferiores nas colônias europeias e, posteriormente, nos Estados-nação autônomos que cada uma dessas ex-colônias vieram a constituir, necessitaria de uma incursão empírica rigorosa e de uma cultura histórica profunda da relação estabelecida entre os grupos colonizadores e colonizados. No caso do Brasil, por exemplo, seria necessário recorrer à historiografia de Gilberto Freyre desenvolvida em *“Casa-Grande & Senzala”* e *“Sobrados e Mucambos”* como também à historiografia de Florestan Fernandes levada a cabo especialmente nos livros *“A integração do negro na sociedade de classes”* e *“A revolução burguesa no Brasil”*. Para os nossos propósitos, entretanto, é suficiente nos pautarmos na argumentação de Jessé Souza sobre a não-generalização transclassista no Brasil daquele tipo de personalidade que Estado e mercado tanto necessitam para sua reprodução cotidiana.

Diante do exposto, é necessário também frisar que quando Elias se refere à difusão de um espírito de previsão e de um controle cada vez mais estrito das emoções, ele, em outras palavras, está se remetendo a esse tipo de personalidade que Estado e mercado requerem para o seu bom funcionamento social, como analisado exaustivamente por Jessé Souza (2006, 2009). Além disso, Elias também adverte que de um mesmo “molde social” emergem tanto os “bem-ajustados” quanto os “desajustados” (ELIAS, 1994b, p. 204). É neste aspecto, inclusive, que repousa a principal diferença entre o processo civilizador colocado em marcha na Europa e o processo civilizador “exportado” para as ex-colônias dos países europeus.

Deste modo, se na Europa e na América do Norte o processo civilizador firmado após sucessivas lutas resultou em uma generalização mais homogênea de um mesmo tipo de economia emocional para os mais diferentes estratos sociais, no Brasil e em outras sociedades periféricas, isso não ocorreu e, ao contrário, amplos setores das populações que integravam essas sociedades tiveram a estrutura profunda de suas personalidades moldadas parcialmente pelo processo civilizador. Entre esses desajustados, no caso do processo civilizador brasileiro,

incluíam-se, especialmente no contexto que sucedeu a Abolição da Escravatura, as populações de cor negra recém-libertas e os dependentes rurais brancos, segundo aponta Souza (2006, p. 58). Esse contingente de inadaptados é que viria compor, inclusive, a chamada “gentinha” a que Florestan Fernandes se referiu no seu clássico estudo datado da década de 1960:

As proibições de natureza social, que pesavam sobre o negro e o mulato por causa da situação social inferior, recaíam também sobre o “branco da plebe” e o “imigrante pobre”. **Todos formavam a massa indiferenciada da “gentinha”, rigorosamente mantida “em seu lugar”,** malgrado todas as demonstrações de urbanidade, de simpatia e de intimidade das “pessoas de prol” (FERNANDES, 2008, p. 390, os grifos são nossos).

Nos termos de Jessé Souza (2009), esses grupos sociais que Florestan cita, compõem, mais precisamente, a “ralé” estrutural que vem sendo reproduzida historicamente no Brasil a partir de um alto índice de precariedade. Atualmente, essa classe de indivíduos portadores do *habitus precário* integra quase que um terço da população brasileira (SOUZA, 2009). Nisso repousa, inclusive, o principal conflito desta sociedade, qual seja, a naturalização do abismo que separa os bem-ajustados e a “ralé” de desajustados que foi produzida na esteira de longo prazo no país. Cabe notar que esse conflito que culmina com a naturalização da desigualdade na sociedade brasileira, apesar de encoberto a partir do bem-sucedido “mito da brasilidade”, cujo qual, em medida significativa, reforça um sentimento de solidariedade entre grupos opostos, trata-se, de modo mais preciso, de uma tensão mal-resolvida na estrutura profunda das personalidades dos indivíduos. Em outros termos, esse conflito representa talvez uma cicatriz na consciência nacional brasileira. É possível, além disso, que essa cicatriz como um dos motivos da vergonha e ódio nacionais se encontre reprimida nas rotinas de seriedade e, em contrapartida, emerja como violência simbólica nos contextos de desrotinização.

Pensado por este ângulo, o processo civilizador assim como a estrutura de mudanças psicogenéticas e sociogenéticas a ele inerente, denota então uma atuação seletiva do mesmo, na esteira de longo prazo, no Brasil, como muito provavelmente em outras sociedades que vieram a passar por uma experiência tardia de modernização. E isso não apenas no tocante às dinâmicas de suas instituições, como se convencionou a pensar, mas principalmente daqueles aspectos psicossociais relacionados ao comportamento prático e observável dos agentes. Nesse sentido, é oportuno frisarmos que o próprio Elias ao pensar o processo civilizador do Ocidente europeu foi levado a reconhecer que as expectativas e, sobretudo, as respostas emocionais para os grupos inferiores sem maiores perspectivas e probabilidades de ascensão social eram (e são) muitíssimo diferentes dos grupos em ascensão e, por conseguinte, dos

grupos superiores dos quais os estratos emergentes tendiam a imitar os requintes e o código de controle dos comportamentos e afetos. Nas palavras de Elias:

A construção do superego de acordo com modelos da classe superior gera também, na classe em ascensão, uma forma específica de vergonha e embaraço, mas que é muito diferente das sensibilidades de grupos inferiores que não têm probabilidade de ascensão individual. Vivem mais vigorosamente em seu próprio mundo, sem qualquer reivindicação de prestígio da classe superior e, por conseguinte, com maior liberdade para liberar paixões. Vivem, em suma, mais plenamente, de acordo com suas próprias maneiras e costumes. Sua inferioridade perante a classe superior, seus gestos de subordinação e resistência, são claros e relativamente públicos, como também suas paixões, expressadas através de formas claras, definidas. Em sua consciência, eles e as outras classes têm, para o que der e vier, claramente definidas suas posições (ELIAS, 1994b, p. 258).

Acontece, no entanto, que no Brasil esse grupo ou classe de indivíduos desajustados às demandas do processo civilizador tem se apresentado, ao longo da história moderna do país, como um fenômeno de massas, ou seja, como algo que atinge amplos setores da população. Em sociedades de modernização central, por sua vez, este fenômeno é algo mais pontual visto que as “ondas civilizatórias” puderam se expandir muito mais homogeneamente para todas as direções, sem falar que esses estratos do Ocidente europeu tidos como mais inferiores foram agentes extremamente ativos em sua ascensão, tal como se verifica no trecho a seguir:

No passado, as funções dos estratos mais baixos de trabalhadores manuais geralmente eram incluídas na rede de interdependência apenas na medida em que seus membros sentissem o efeito de ações remotas e – se elas fossem desagradáveis – **reagissem com inquietação e rebelião, com descargas emocionais de curto prazo** (ELIAS, 1994b, p. 208, os grifos são nossos).

Houve, nesse propósito, no interior das sociedades europeias ocidentais a formação de um grupo *outsider* que se percebia como tal, que se fez reconhecer socialmente por conta de suas lutas e que através do trabalho e de um código de virtude a ele associado pôde finalmente ascender a patamares sociais dignos de respeito e reconhecimento. Evidente que durante este processo, e por razões estruturais específicas a cada sociedade, foram sendo deixados para trás indivíduos – e talvez grupos mais representativos – que não puderam impor a si próprios um maior autocontrole dos afetos e, sobretudo, desenvolver um espírito de previsão e um cálculo prospectivo que os permitisse então ascenderem às posições sociais privilegiadas.

Ao que tudo indica, aqui no Brasil a “rale” que Jessé Souza trouxe à tona em seus estudos não chegou a se constituir como grupo *outsider* organizado e com as pré-disposições morais, afetivas, emocionais e existenciais necessárias para ascender socialmente. As raízes históricas desse desesperador e humilhante “destino” coletivo reservado à “ralé” remontam às

relações sádicas entre as personagens que povoaram o passado colonial do país; ao fato de ter sido tolhida aos escravos os pressupostos psicossociais necessários para que tivessem sido agentes ativos de sua própria libertação; enfim, ao fato, de tanto os recém-libertos quanto os próprios “brancos da plebe” e os “imigrantes pobres”, identificados por Florestan e por Jessé, não terem internalizado como segunda natureza aqueles componentes psicossociais de suma importância para que fossem efetivamente integrados no contexto da sociedade competitiva.

Deste modo, uma leitura do processo civilizador brasileiro deve estar atenta a essa possível tendência de seletividade com que o mesmo se difundiu no país, em especial, no que se refere à generalização daquele espírito de previsão que Elias tinha em mente quando da realização de seu clássico estudo (ELIAS, 1994a, 1994b), até porque foi o compartilhamento, em medida significativa, deste espírito de previsão para todos os estratos das sociedades europeias ocidentais que, em última instância, garantiu uma maior democratização funcional do poder nestas sociedades, uma vez que o mesmo foi ingrediente essencial para ascensão das classes baixas. Mas se, por um lado, esse espírito de previsão, na larga escala de tempo, não foi devidamente compartilhado entre todos os estratos sociais estruturantes da sociedade brasileira, por outro, um controle mais rígido das emoções também se disseminou pela “ralé”, se bem que muito mais por uma questão de medo, insegurança e, acima de tudo, de autodefesa do que propriamente para se engajar em um projeto mais expressivo de ascensão social.

O fato, portanto, de a “ralé” brasileira ao longo de sua história não ter conseguido se fazer visível, não quer dizer que a mesma não foi afetada pelo modelo de difusão da “conduta civilizada”. Ao invés disso, os padrões civilizatórios, ainda que parcialmente, também foram impostos, em alguma medida, sobre a “ralé” que, ao que tudo indica, para evitar mais sofrimento e humilhação, foi encorajada a adotar padrões mínimos de etiqueta e um maior autocontrole dos impulsos, pois afinal ser pobre – segundo o que se cristalizaria no senso comum – não se constituía em um defeito, mas sim o fato de não observar as boas maneiras, de ser deseducado e, mais que isso, de não reconhecer o seu lugar na sociedade.

Por sua vez, esse tipo de contra-processo apontado, coloca no mínimo sob suspeita o caráter relacional do poder como elemento mediador das redes de dependências recíprocas que se ergueram entre os diferentes estratos ao longo do processo civilizacional brasileiro. Em outras palavras, o fato de existir no Brasil uma “ralé” que vive privada de uma existência digna de respeito na sociedade competitiva, indica que talvez não tenha havido no país uma democratização funcional do poder como resultado de uma maior expansão do “movimento civilizatório”, igualmente ao que Elias havia verificado no processo civilizador do Ocidente

européu. Essa desproporção na forma com que os diferentes grupos se dispõem na balança de poder atuante na sociedade brasileira é interpretada por Jessé Souza nos seguintes termos:

Mas e a própria “ralé”, como classe do “corpo” sem conhecimento (capital cultural) nem dinheiro (capital econômico), por que ela não reage ao seu desvalor e humilhação cotidianos? Afinal, para a classe média brasileira, ainda que esta possua suas próprias tragédias, o mundo é, pelo menos no sentido material “muito bom”. **Existe uma classe despossuída que trabalha para ela a baixo preço, cuida de seus filhos, de sua casa, de sua comida, previne a luta de gênero pela divisão de tarefas domésticas, oferece serviços sexuais de baixo preço em profusão, e assim por diante.** Mas não são as classes oprimidas que devem se revoltar? Por que não existe revolta na “ralé” brasileira? Por que a sua “resistência” jamais atinge o estágio político? Como, afinal, se produz e reproduz uma enorme classe social de despossuídos que são “invisíveis” enquanto tal para toda a sociedade, inclusive para eles mesmos? Por que, finalmente, essa “classe social”, com características tão marcadamente comuns, jamais foi percebida enquanto tal seja analiticamente, pelas ciências sociais brasileiras, seja politicamente, como tema de nosso debate público? (SOUZA, 2009, p. 410, os grifos são nossos).

Esse tipo de observação é importante porque ela traz à tona o problema de que muito embora existam dependências recíprocas entre as classes portadoras do *habitus primário* e *secundário* e as classes portadoras do *habitus precário*, isso não significa que a balança do poder tenha pendido relacionalmente para ambos os grupos. Pelo contrário, no processo civilizador em marcha na sociedade brasileira, a balança de poder historicamente parece ter sido mantida inclinada em favor dos primeiros e em desfavor dos segundos, até porque aos portadores do *habitus precário* não foi estendido aquele espírito de previsão necessário para ascenderem socialmente e diminuir as distâncias com relação aos estratos mais elevados, condições essas diretamente relacionadas ao movimento da balança de poder.

Em suma, por faltar-lhe os pressupostos emocionais, afetivos e cognitivos, resultantes do abandono e do nível de desestruturação familiar somada à má-fé das instituições e a falta de políticas mais efetivas de inclusão na perspectiva de longo prazo (SOUZA, 2009), a “ralé” brasileira – atingida parcialmente pelo processo civilizador e, portanto, dotada de um nível de autocontrole que sem o adjacente espírito de previsão funcionou muito bem para manter esse grupo firmemente em seu lugar – foi vetada de avançar a patamares dignos de respeito e reconhecimento. É por isso também que Jessé, assim como o próprio Florestan já havia feito, adverte que as relações entre esses agrupamentos não se organizam tão somente a partir das relações de poder, mas são também conduzidas a partir do jugo de avaliações morais heterônomas e intersubjetivas que tendem a atualizar cotidianamente os estoques de simpatias e respeito pelos “iguais” e antipatias e preconceitos pelos “não-iguais”.

Não obstante essas diferenças visíveis no tocante a integração dos variados estratos na dinâmica do processo civilizador brasileiro, especialmente no que diz respeito à generalização

de uma mesma economia emocional necessária para uma inserção mais homogênea dos diferentes grupos nas rotinas de seriedade, ou seja, naquela fração do tempo diário onde a ocupação profissional – que deve ser distinguida da venda desesperada da energia corporal por algum montante de dinheiro – se apresenta como o elemento de fruição preponderante, é de suma importância ser ressaltado que no domínio da vida de lazer, isto é, em uma das frações consideradas mais excitantes e prazerosas do tempo livre, parece atuar, do ponto de vista psicogenético, uma mesma economia emocional entre os portadores do *habitus primário* e os portadores do *habitus precário*, ainda que sob condições estruturais e materiais que dependem do volume de capital econômico que possuem ou não os indivíduos.

Cabe frisar que o fato dessa economia emocional se apresentar com mesma função na esfera do lazer para os diferentes estratos sociais, não quer dizer que esteja sendo firmado entre os grupos opostos qualquer vínculo democrático, seja ele racial ou social. É por conta, inclusive, de não se levar em conta as correspondências emocionais e negociações miméticas estabelecidas entre a esfera do lazer e do não-lazer, que determinados segmentos intelectuais das Ciências Sociais brasileiras foram talvez levados a compactuar com aquelas análises culturalistas que afirmam que as hierarquias imperantes nessa sociedade são dissolvidas ou, no mínimo, deixadas provisoriamente de lado nas atividades de lazer e de desrotinização.

Nesse propósito, ao invés de procurar se explicar a partir de critérios sociológicos mais razoáveis, o fato, por exemplo, de o futebol ao longo do século XX ter se difundido para diferentes direções sociais, sistematizou-se no Brasil, uma série de explicações influenciadas por sistemas de crenças políticas. É a esse entendimento que, dentre outras coisas, remete os termos popularização ou democratização do futebol. Sugerir, nesse caso, que o futebol se popularizou ou então que se democratizou no Brasil, tem como equivalente, ao menos como pudemos verificar em parte da produção sociológica nacional sistematizada acerca deste fenômeno, a ideia implícita de que esta sociedade soube negociar, ao longo de sua história, seus principais conflitos. Nada mais enganoso politicamente do que isso e com consequências deletérias para apreensão científica do processo de difusão do futebol no país.

Diante, portanto, destas ideologias políticas que rondam e implicitamente orientam parte das explicações sociológicas nacionais no tocante ao entendimento da circulação social da prática futebolística entre os diferentes grupos que compõem esta sociedade, entendemos que a investigação dos processos civilizadores esportivos levada a cabo pioneiramente por Elias e Dunning (1992), desde que associada a um quadro teórico atento às dimensões pré-mercantis e mercantis com que foi sendo moldada a circulação do futebol e de outras práticas esportivas trazidas da Inglaterra ou mesmo de outros lugares do mundo ao Brasil, fornece uma

resposta um pouco mais satisfatória no ato de referendar e, sobretudo, explicar o fenômeno da generalização do esporte, do futebol ou, mais amplamente, dos fatos de lazer para os diferentes grupos sociais atuantes no processo de modernização da sociedade brasileira.

Esse tipo de exercício requer, por conseguinte, que retomemos com maior acuidade o programa desenvolvido por Elias e Dunning (1992) para o estudo sociológico do esporte, até mesmo para que, num segundo momento, possamos demonstrar como que esses preceitos podem ser proveitosamente rearticulados dentro de um quadro teórico atento ao fato de que a apropriação mercadológica do futebol foi elemento fundamental na disseminação desta prática esportiva e dos códigos e representações a ela associada para todas as direções sociais e para vários grupos ao longo de sua história estrutural relativamente autônoma.

Em outras palavras, defendemos então a necessidade de ser levado em conta o fato de que a expansão de uma economia emocional do esporte para vários grupos num determinado estágio de pacificação social só o foi possível tão eficazmente pela razão do esporte ter sido inventado na sociedade inglesa a partir de uma incipiente lógica de oferta e demanda e ter sido difundido para amplas partes do mundo através dessa mesma lógica, tal como teremos a oportunidade de sugerir mais enfaticamente no último capítulo do estudo.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado no exercício de problematizar a maneira com que o esporte foi dimensionado como problema sociológico por Norbert Elias (1992), é que o referido objeto empírico não se tratava de um tema que havia surgido acidentalmente em sua obra. Segundo Garrigou (2010, p. 67), esse tema já estava preparado de longa data e foi pensado como uma extensão das teses apresentadas desde os anos 1930 e também como uma possibilidade de colocar em teste a teoria do processo civilizador. Discorrido sob outro aparato conceitual, o esporte tal como estudado por Elias e Dunning “[...] oferecia um terreno para aprofundar a teoria da civilização ao propor um complemento e, eventualmente, uma correção, quando os limites cronológicos podiam sugerir a conclusão do processo observado e descrito na Idade Média e sobretudo na era moderna” (GARRIGOU, 2010, p. 67). Um excerto extraído desse texto de Elias publicado pela primeira vez no ano de 1939 em Basileia/Suíça é no mínimo sugestivo dessa conjectura tecida por Garrigou:

A vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional e agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer. Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, evoluindo para se tornar cortesã, a nobreza leu novelas de cavalaria; os burgueses assistem em filmes à violência e à paixão erótica. Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso de faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo (ELIAS, 1994b, p. 203).

Como é possível percebermos, *insights* importantes de uma teoria sociológica das emoções, a partir da qual seriam pensadas as relações entre as atividades de lazer e de não-lazer, já se faziam então presentes nos escritos *eliasianos*, ainda que de forma um tanto quanto difusa, desde as reflexões desenvolvidas em “*O processo civilizador*” nos anos 1930. Sintomático disso que estamos dizendo, é a alusão implícita nesse trecho à função mimética e catártica dos fatos de lazer, conforme Elias e Dunning sistematizariam e preconizariam nos capítulos “*A busca da excitação no lazer*”⁶³ e “*O lazer no espectro do tempo livre*”⁶⁴, ambos os textos publicados respectivamente como primeiro e segundo capítulo da versão portuguesa da coletânea “*A busca da excitação*” (ELIAS; DUNNING, 1992).⁶⁵

Nesses dois textos mencionados, os autores esboçam uma tipologia preliminar para pensar a estruturação do tempo livre de modo a demonstrar que apenas uma parcela desse tempo era destinada, de fato, ao lazer. Notadamente, as considerações de Elias e Dunning (1992) se desenvolvem no sentido de elucidar a insuficiência das abordagens, seja em nível teórico ou então prático, que encaram as noções de tempo livre e lazer mais ou menos como sinônimos. Além disso, só por esse aspecto já se poderia justificar o motivo pelo qual a oposição trabalho *versus* lazer é inadequada e deletéria para o propósito de se avançar em uma compreensão mais integradora e alargada da vida humana, ainda mais se considerarmos o fato de que, no âmbito da hierarquia moral da sociedade e, inclusive, de algumas interpretações sociológicas produzidas sobre a temática, o lazer é visto como uma atividade dominada pelo prazer e o trabalho, por sua vez, como uma atividade revestida de seriedade e compromisso.

Em contrapartida a essas leituras fragmentárias e reducionistas do mundo social, Elias e Dunning ponderam e argumentam que nas sociedades mais diferenciadas do nosso tempo e, mais que isso, em sociedades relativamente pacificadas tais como as que conhecemos e onde, na larga escala de tempo, avançou-se de uma condição pré-científica para uma condição mais científica de produção de conhecimento sobre a vida humana em suas variadas dimensões

⁶³ Uma primeira versão deste texto foi apresentada por Elias em 1967 sob o título “*The quest for excitement in unexciting societies*” na conferência anual da *British Sociological Association* em Londres (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 101). De acordo com Eric Dunning (1992, p. 34), esse texto contém elementos teórico-metodológicos de muita importância e é neles que Elias e ele próprio avançam, pela primeira vez, no sentido de elaboração de uma teoria sociológica mais geral do esporte e do lazer.

⁶⁴ Nesse capítulo, os autores retomam de maneira mais aprofundada a tipologia preliminar que já havia sido esboçada no capítulo anterior intitulado “*A busca da excitação no lazer*” para pensar a estruturação do tempo livre e de modo a assinalar que apenas uma parcela desse tempo é destinada, de fato, ao lazer. Cabe lembrar que esse texto foi apresentado pela primeira vez no ano de 1969 quando da ocasião de um congresso na cidade de Colônia/Alemanha. Posteriormente, um extrato desse texto foi publicado em: ALBONIC, R.; PFISTER-BINS, K. **Sociology of sport: theoretical foundations and research methods**. Basel: Birkhäuser, 1971, pp. 27-34.

⁶⁵ A primeira versão inglesa desta coletânea data-se do ano 1986. Ver, nesse sentido: ELIAS, N.; DUNNING, E. **Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. Já quanto as contribuições de Dunning para a Sociologia do Esporte e do Lazer ver: MENNEL, S. The contribution of Eric Dunning to the Sociology of Sport: the foundation. **Sport in Society**, v. 9, n.4, pp. 514-532, out. 2006.

(ELIAS, 1998), as fronteiras entre as atividades de lazer e de não-lazer são tênues de modo que se torna embaraçado e dificultoso decidir se “[...] os trabalhos de jardinagem de um professor, devem ser classificados como trabalho, ou a prática de um jogador de futebol profissional ser considerado como lazer” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 107).

Como solução alternativa a esse problema apontado, Elias e Dunning (1992) oferecem uma perspectiva de apreciação sociológica das relações entre o lazer e o não-lazer a partir da teoria *aristotélica* das emoções, justamente por entenderem que existe uma relação de interdependência entre os sentimentos vivenciados pelos seres humanos nas chamadas relações “sérias” da vida e em seus momentos de lazer. Nesse caso, e em resposta aquelas hipóteses construídas sobre o lazer em termos de “libertação das tensões” ou “recuperação do desgaste do trabalho”, argumenta-se em favor do entendimento de que as pessoas procuram na esfera mimética do lazer uma espécie de excitação agradável de certo modo complementar às restrições impostas nas rotinas diárias. Nos próprios termos de Elias e Dunning:

A estimulação emocional peculiar e a renovação de energias proporcionada pelas actividades de lazer da categoria mimética, culminando numa tensão agradável, representam um equivalente mais ou menos institucionalizado face ao poder e à uniformidade das restrições emocionais exigidas por todos os tipos de acções intencionais dos indivíduos nas sociedades mais diferenciadas e civilizadas. A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas “racionais” da vida (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 115).

Cabe notar que a leitura empreendida pelos autores sobre os fatos de lazer ganha força teórica à medida que evocam as noções de conflito e consenso como pólos interdependentes para pensar esses processos, tendo em vista que os indivíduos quando estão envolvidos nas atividades de lazer que integram parte de seu tempo livre, assim como nas chamadas relações “sérias” e rotineiras da vida, se organizam, em medida significativa, segundo um equilíbrio emocional de tensões. Nesse particular, a grande diferença que se estabelece entre as duas esferas aludidas, é que nas atividades de lazer as tensões que os indivíduos procuram são de uma natureza relativamente diferente daquelas que evocam no tempo de não-lazer, de modo que é correto afirmar, em conformidade com Elias e Dunning (1992, p. 113), que em uma sociedade cada vez mais diferenciada e onde as inclinações para as “excitações sérias” e de tipo ameaçador diminuíram, a função compensadora da “excitação-jogo” aumentou.

Isso obviamente não quer dizer que a esfera do trabalho seja destituída do despertar de tensões agradáveis ou, em outras palavras, que esse campo de ação seja permeado apenas por um suposto tédio e monotonia advindos do movimento de rotinização que lhe é atribuído. Até

onde se sabe, inclusive, a natureza desses investimentos está sempre em aberto e depende muito particularmente do caráter que os seres humanos interdependentes infligem às suas atividades de não-lazer, de modo que o que para um indivíduo pode se apresentar de forma demasiado rotineira e estressante para outro pode surgir como algo estimulante e prazeroso. De fato, é compreensível que as coisas procedam assim, até porque “[...] não é na qualidade do trabalho, mas antes na qualidade dos sentimentos engendrados nos que o executam, que se avalia o caráter da monotonia” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 115).

Não obstante essas possibilidades de variações individuais na apropriação e uso que os seres humanos fazem do tempo de trabalho ou do tempo livre, percepção essa decorrente do entendimento de Elias de que as normas sociais não operam de forma monolítica nem no domínio do não-lazer com tampouco no domínio do lazer, esse último campo de intervenção humana – o campo dos fatos de lazer – conserva uma regularidade funcional inerente à sua estrutura. Em outros termos, esses fatos possuem uma estrutura particular que lhes possibilita satisfazer as necessidades de lazer socialmente elaboradas de modo que atividades tais como esporte, cinema, televisão, concertos etc., servem, por assim dizer, para prover as demandas individuais de lazer frequentemente suscitadas nas sociedades complexas do nosso tempo.

É com o propósito, inclusive, de explicar quais são essas características que todos os fatos de lazer partilham em comum, que Elias e Dunning (1992) recorreram às noções de *catarse* e *mimesis* tais como desenvolvidas na tradição filosófica *aristotélica*. Sucintamente falando, a apropriação que esses autores fazem do conceito de *catarse*, se dá no sentido de abordar os esportes e as demais práticas de lazer como momentos que, em sentido figurado, permitem expulsar substâncias nocivas do corpo por meio de uma purga, ou melhor, que “[...] possuem um efeito curativo desencadeado não através dos intestinos, mas através de um movimento da alma” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 122). Já o conceito de *mimesis* não se refere, tal como a própria acepção do termo tende a sugerir a partir de uma tradução mais *lato*, a uma simples imitação de situações da vida real por meio dos próprios fatos miméticos, mas, antes de tudo, que as próprias “[...] emoções – os sentimentos desencadeados por elas – estão relacionadas com as que se experimentam em situações da “vida real” transpostas apenas e combinadas com uma espécie de prazer” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 125).

Cabe, nesse sentido, a ressalva de que a função mimética que se associa à maior parte dos fatos de lazer não denota uma relação de causa-efeito com a excitação produzida pelas situações críticas das rotinas de seriedade, como se houvesse então uma espécie de imitação irrestrita de situações da vida real por meio dos próprios fatos miméticos. Colocado de modo mais preciso, o que é posto em apreço por Elias e Dunning (1992) diz respeito ao fato de que

as atividades de lazer, em especial, os esportes, propiciam um clímax de produção de tensões prazerosas e deleitantes que podem ou não ser acionadas como complemento ou mesmo como antítese daquelas situações críticas que os seres humanos protagonizam e constroem em suas rotinas premeditadas do dia-a-dia, em particular, na esfera profissional. Para os autores:

No contexto dos factos miméticos, as pessoas podem experimentar e, em alguns casos, representar medo e riso, ansiedade e amor, simpatia e antipatia, amizade e ódio e muitas outras emoções e sentimentos que podem experimentar na sua vida de não lazer. Mas no contexto mimético todos os sentimentos e, no caso de isso suceder, os actos dominados pelas emoções com eles relacionados transpõe-se. Perdem o seu ferrão. Mesmo o medo, o horror, o ódio e outros sentimentos que estão longe de serem agradáveis, e as acções correspondentes no quadro mimético, associam-se em maior ou menor dimensão a sentimentos de prazer. As experiências e o comportamento das pessoas num contexto mimético representam, desse modo, uma transposição específica de experiências e comportamentos característicos das chamadas coisas “sérias da vida”, quer este termo se refira ao trabalho profissional quer a outras actividades de lazer. Não significa que o último seja uma imitação ou reflexo do primeiro. Refere-se ao facto de que no contexto mimético, o comportamento emocional e as experiências da vida ordinária adquirem uma tonalidade diferente (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 183-184).

Trata-se, como podemos perceber, muito mais de uma relação constituída entre o lazer e o não-lazer como equilíbrio de tensões flutuantes e sob a perspectiva e crivo de uma inversão das sensações a partir de explosões catárticas daqueles sentimentos reprimidos nas rotinas críticas do dia-a-dia do que uma imitação mecânica de situações cotidianas por meio de representações sociais referentes a aspectos concretos da vida coletiva. Todavia, no caso emblemático do esporte, é sempre importante ressaltar, que se faz presente o componente da luta que, nesse particular, tende a manter um grau de correspondência íntima com a própria estruturação conflituosa mais ampla do campo das relações humanas observáveis. Não por acaso, inclusive, é que a imagem do jogo esportivo, o qual, por conseguinte, pressupõe um contexto de entraves entre grupos opostos, se apresenta como uma metáfora realista pela qual a Sociologia Configuracional de Norbert Elias se ilumina (GARRIGOU, 2010, p. 67).

Esse valor heurístico conferido pela abordagem *eliasiana* ao esporte seria, inclusive, tema do primeiro e, talvez, mais importante texto de Norbert Elias versando sobre o universo das relações esportivas, a saber, o artigo “*A dinâmica dos grupos desportivos: uma referência especial ao futebol*” publicado em 1966 no *British Journal of Sociology* (ELIAS; DUNNING, 1966) com a colaboração de Eric Dunning que, a essas alturas, já havia defendido sua tese de mestrado sob a orientação do próprio Elias em 1961 (DUNNING, 1961). No citado artigo os autores procuraram discutir a dinâmica dos grupos esportivos – mais especificamente no que diz respeito aos desdobramentos dessa dinâmica no futebol – sob a influência de argumentos

já desenvolvidos na obra “*O processo civilizador*” e no conhecido artigo sobre os modelos de jogos (ELIAS, 1980) que Elias escrevera enquanto orientava Dunning no mestrado.

O grande mérito dos autores nesse texto específico, sem dúvida alguma, foi terem desenvolvido e pensado a noção de conflito e consenso como polaridades interdependentes. Ao constatarem, deste modo, que a dinâmica de um jogo de futebol não se constituía por conta de um conjunto de regras entendidas como exteriores aos indivíduos, mas, ao invés disso, como uma configuração própria de equipes e indivíduos, Elias e Dunning (1992) puderam avançar na compreensão de que eram as tensões controladas entre as duas equipes concorrentes no interior da configuração que compunham que, de fato, os mantinha em equilíbrio entre si. Nesse caso, quando se diz que o esporte fornece um clímax onde se predomina um descontrole controlado dos afetos e pulsões, na verdade, está se dizendo, em outros termos, que as noções de conflito e consenso no âmbito dos estudos configuracionais do esporte, não podem ser tratadas como dimensões isoladas e estanques.

Em que pese, no entanto, a relevância desses aportes teóricos trabalhados e articulados por Elias com vistas a restituir algumas das funções sociais e dos significados ou, em outras palavras, com o propósito principal de explicar o sucesso relativo que o esporte alcançou na modernidade, apreçamo-nos em advertir que o modelo em tela precisa e merece ser endossado em alguns de seus aspectos explicativos com a finalidade única e exclusiva de respondermos de uma forma mais satisfatória o núcleo de questionamentos que se abrem a partir de nosso problema de pesquisa. Essa tomada de posição consequentemente requer que partilhemos daquele ponto de vista de Lahire (2002a, p. 9), de que todo quadro interpretativo pode e deve ser modificado em função das particularidades do objeto estudado.

Discorrendo então, em linhas gerais, sobre os aspectos da abordagem *eliasiana* acerca do fenômeno esportivo que, a nosso ver, precisam ser teoricamente reorientados à luz de um *corpus* teórico-conceitual atento à conformação do mercado esportivo e às representações historicamente construídas em torno do esporte, diríamos o seguinte: em primeiro lugar, Elias e Dunning ao proporem, a partir das noções de catarse e *mimesis*, uma economia emocional para os fatos de lazer e, no lastro desta última, uma economia emocional do esporte moderno, priorizaram, sobretudo, as correspondências e transposições de sentimentos viabilizadas do nível macro para o micro ou de uma esfera social à outra, atribuindo um valor secundário ou mesmo marginal às representações associadas ou ainda combinadas com os respectivos sentimentos imbuídos nas aludidas transposições; em segundo lugar, foi pouco ou quase nada explorado na abordagem preconizada pelos autores o modo com que ao longo do século XX se desenvolveu um mercado legítimo em torno do esporte, garantindo, por conseguinte, uma

expansão cada vez mais progressiva das atividades esportivas para os mais diferentes grupos atuantes nas sociedades modernas, sejam elas do centro ou da periferia do sistema.

Com o propósito, portanto, de matizar essas duas variáveis que a abordagem *eliasiana* deixa em aberto ou a meio caminho de uma explicação mais convincente, é que nos aprouve recorrer à produção teórica de Bourdieu, onde, a nosso ver, essas lacunas sugeridas são exemplarmente tratadas e supridas. De antemão, ressaltamos que o que aqui está em jogo não se trata de uma aproximação circunstanciada entre ambas as teorias, muito embora esse exercício de aproximação/distanciamento entre os escritos de Bourdieu e Elias seja pertinente e desejável (MARCHI JÚNIOR; SOUZA, 2012), tal como demonstrado por vários estudiosos em suas empresas comparativas levadas a efeito entre os dois referenciais (DÉCHAUX, 1993; JONG, 2001; MALERBA, 1999, 2000; BRUNET; MORELL, 2001; MARCHI JÚNIOR, 2004; DEPELTEAU, 2006; CAPDEVIELLE, 2012; PAULLE; VAN HEERIKHUIZEN; EMIRBAYER, 2012). Assim sendo, o que propomos é uma possibilidade de complementação teórica das análises sobre a economia emocional do esporte moderno empreendidas por Elias e Dunning (1992) a partir da economia dos bens simbólicos elaborada por Bourdieu.

Colocando em prática então essa proposta, é importante inicialmente lembrar que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), a despeito daquilo que também pudemos notar na retomada da produção teórica *eliasiana*, inaugurou e estruturou ao longo de sua trajetória acadêmica um modelo explicativo do mundo social com o intuito de superar a antinomia epistemologicamente infundada que se instituiu no campo das Ciências Humanas e Sociais entre agente e estrutura, ou nos termos de Elias, entre indivíduo e sociedade. Na superação, inclusive, desse dualismo, além de uma série de outras oposições correlatas a esta última, tais como, sujeito/objeto, subjetivo/objetivo, idealismo/materialismo, empiria/teoria, atomismo/holismo etc., é que insurge e repousa sua noção de conhecimento praxiológico sistematizada em seu reconhecido texto “*Esboço de uma teoria da prática*” de 1972, mas em muitos aspectos antecipada em seus estudos etnográficos sobre as relações camponesas na região do Béarn e na Argélia cabila a partir do uso do conceito de *habitus* que havia tomado de empréstimo da tradição aristotélico-tomista, conforme discutido por Wacquant (2006).

A noção de conhecimento praxiológico é de fundamental importância na arquitetura teórica *bourdieusiana* e, de certa maneira, faz às vezes de metateoria sobre a qual Bourdieu desenvolve e funda a teoria dos campos de (re)produção dos bens culturais e simbólicos. Essa noção, por sua vez, é mais bem compreendida e dimensionada quando localizamos e situamos as posições epistemológicas de Bourdieu no contexto da produção intelectual francesa (WACQUANT, 1997). Tal noção torna-se também mais nítida à medida que reconhecemos

em consonância com Vandenberghe (2010, p. 44), que “[...] o ‘núcleo duro’ metacientífico e não falseável do programa progressivo de pesquisa de Bourdieu é formado por uma sofisticada síntese entre o racionalismo de Bachelard e o relacionismo de Cassirer”, síntese essa que o próprio Bourdieu acabou reconhecendo explicitamente no texto “*Introdução a uma sociologia reflexiva*” publicado no livro “*O poder simbólico*” (BOURDIEU, 1989).

Quanto à estrutura metateórica que anima a produção sociológica de Bourdieu, Vandenberghe (2010), a partir de uma crítica interna à teoria *bourdieusiana* das práticas, tece uma série de observações esclarecedoras de modo a explicitar que a teoria do conhecimento preconizada pelo autor francês no conjunto de sua obra além então de reportar e transcender à tradição sociológica *durkheimiana* de modo a romper com toda espécie de espontaneísmo e ideologia, como pudemos indicar em outra ocasião (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010a, p. 294), também remete a uma síntese epistemológica particular e inventiva consubstanciada mutuamente no racionalismo levado a cabo nos escritos do filósofo francês Gaston Bachelard e no relacionismo que marcou a obra do filósofo alemão Ernst Cassirer:

Funcionando como uma verdadeira embreagem da teoria do campo e do habitus científico-sociológico, sistema de esquemas mais ou menos dominados pela interiorização da teoria e aplicação repetida de seus princípios abstratos em uma pesquisa de campo concreta, a teoria do conhecimento sociológico prescreve ao sociólogo conquistar o fato científico contra o senso comum – é o momento bachelardiano da “ruptura epistemológica” – e construir o sistema completo de relações objetivas sobredeterminando a manifestação empírica do objeto, tal como ele se apresenta à observação – é o momento cassireriano da construção do objeto científico como estrutura relacional (VANDENBERGHE, 2010, p. 152-153).

De fato, Bourdieu entende que o *métier* de sociólogo requer uma espécie de conversão pessoal aos princípios estruturantes de sua teoria do conhecimento sociológico que, como já dissemos, dá suporte e fundamentação à sua teoria dos campos. Com Bachelard, mas também com Durkheim, Bourdieu argumenta que é necessário romper com todas aquelas variações de “sociologia espontânea”, ou seja, com aquelas interpretações, acadêmicas ou não, que acabam sendo coniventes com a autocompreensão simplista, imediatista e, por vezes, falsa que os atores conservam acerca do mundo social e também de suas posições que ocupam no mundo. Ao mesmo tempo, é preciso construir o objeto segundo os princípios de construção do próprio objeto, o que, no limite, pressupõe o privilégio epistemológico do pesquisador na explicação dos fatos sociais (totais), mas sem abrir mão ou desconsiderar o sistema objetivo relacional constituído entre as posições que os agentes ocupam no seio da estrutura que lhes informa uma razão de agir tornada corpo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

Nesse sentido, podemos dizer que Bourdieu recorre a Cassirer com o propósito maior de se prevenir do “feiticismo dos conceitos e das teorias” e, assim, demonstrar que o uso de sua noção de campo é uma maneira de se construir o objeto e demonstrar que “[...] o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27). Diferentemente, no entanto, de Cassirer e de outros *neo-kantianos*, Bourdieu não pensa as práticas sociais tão somente como “formas simbólicas”, ou seja, como “[...] instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objectos [...]”, e por meio das quais então a “[...] objectividade do sentido do mundo defini-se pela concordância das subjectividades estruturantes” (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Ao lado, portanto, dessa “perspectiva estruturante” de apreensão prática do mundo social, Bourdieu também recobra uma “perspectiva estruturada” de compreensão deste mesmo mundo e, mais que isso, procura reconciliá-las em um movimento dialético que pressupõe a “interiorização da exterioridade” e a “exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2003a, p. 53), instituindo uma lógica da prática ou, melhor dizendo, um verdadeiro senso prático que acabou se convertendo na fórmula amplamente difundida e reconhecida nos mais distintos núcleos de produção e teorização sociológica contemporânea sob o crivo de conhecimento praxiológico, praxiologia ou, simplesmente, de teoria das práticas de Bourdieu.

Vale lembrar que a praxiologia de Bourdieu surge justamente para demonstrar como objetividade e subjetividade se entrelaçam e se constituem em dois momentos de uma mesma operação epistêmico-social. Essa percepção, por conseguinte, além de devedora ao caráter de sua própria Sociologia Reflexiva que conserva como traço indelével e marcante ser uma sociologia da sociologia e, por isso, uma teoria do conhecimento sociológico sem a qual não se faz uma teoria adequada do mundo social, é que torna possível a Bourdieu pleitear uma cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o campo, entre ação e estrutura, entre as esferas de subjetividade e objetividade. Em outros termos, o conhecimento praxiológico procura superar a antinomia incabível que se firma entre aquilo que, por um lado, poderíamos denominar de uma física social objetivista e, por outro lado, de uma fenomenologia social traduzida em uma espécie de “antropologia imaginária do subjetivismo” (BOURDIEU, 1989, 2003a, 2009).

É no sentido, portanto, de conciliar essas duas formas de conhecimento, muito embora se mantenha basicamente a ideia de objetividade das relações sociais, tendo em vista que “[...] o conhecimento praxiológico não anula as aquisições do objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve de excluir para obtê-las” (BOURDIEU, 2003a, p. 40), que Bourdieu sistematiza uma teoria da prática que como prática evoca:

[...] contra o materialismo positivista, que os objetos de conhecimento são *construídos*, e não passivamente registrados e, contra o idealismo intelectualista, que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática e que é sempre orientado para funções práticas. [...] Trata-se de escapar ao realismo da estrutura ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasia essas relações ao tratá-las como realidades já constituídas fora da *história* do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social: para isso, é preciso retornar à prática, lugar de dialética do *opus operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus* (BOURDIEU, 2009, p. 86-87).

Nesse particular, o que se coloca em evidência na teoria praxiológica de Bourdieu é que as práticas precisam ser apreendidas a partir de uma lógica da prática ou, melhor dizendo, de um senso prático. Bourdieu se opõe então mutuamente ao intelectualismo que introduz uma relação intelectual com o objeto e substitui a relação prática com a prática (BOURDIEU, 2009, p. 57); ao objetivismo que ao constituir um modelo para explicar as práticas trata suas construções como realidades dotadas de uma eficácia que, de antemão, determina e constrange as práticas (BOURDIEU, 2009, p. 62); às teorias espontâneas das práticas que explicam as práticas como se elas tivessem por princípio uma obediência consciente às regras (BOURDIEU, 2009, p. 66); e, finalmente, à teoria do “ator racional” que reduz as práticas a um produto das motivações conscientes dos agentes dirigidas, por exemplo, a atingirem fins estritamente econômicos de acúmulo (BOURDIEU, 2009, p. 83-84).

Contra todas essas elaborações que reportam basicamente às tensões estabelecidas entre o objetivismo e o subjetivismo, Bourdieu propõe uma economia das práticas onde “[...] a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objectivos pelos indivíduos” (WACQUANT, 2007, p. 66). Para superar então essa antinomia e propor assim uma compreensão e explicação do mundo social onde as dimensões objetivas e estruturadas são tratadas relacionalmente às dimensões subjetivas e estruturantes, é que Bourdieu desenvolve ao longo de sua obra uma abordagem que ficou conhecida como estruturalismo genético e que se sintetiza na equação “campo + *habitus* + capitais = práticas”. Cabe notarmos que tais categorias sistematizadas num intervalo de tempo relativamente curto⁶⁶ insurgem como noções operatórias que precisam ser postas

⁶⁶A esse respeito, Vandenberghe faz algumas considerações elucidativas e as desenvolve nos seguintes termos: “Mergulhando freneticamente em todo tipo de pesquisas sociológicas sobre toda espécie de objetos e sujeitos (fotografia, revistas em quadrinhos, gosto cultural, Heidegger etc.), o gênio da sociologia desenvolveu, no escopo de poucos anos (1966-1972), uma teoria total do mundo social. Bourdieu estava apenas nos seus trinta e tantos anos quando formulou, no nível mais alto de abstração e com máxima precisão conceitual, as teorias inter-relacionadas do “campo”, do *habitus* e da “violência simbólica” que formam a espinha dorsal do seu programa progressivo de pesquisa sobre a reprodução das estruturas de dominação” (VANDENBERGHE, 2010, p. 90).

para funcionar na pesquisa empírica e que, ao lado do conceito de violência simbólica e dominação simbólica, constituem a espinha dorsal da teoria sociológica de Bourdieu.

Os conceitos-chave que dão suporte à teoria dos campos de Bourdieu são relacionais no sentido que funcionam mais ou menos ao mesmo tempo na apreensão teórica do mundo social e dos microuniversos que o compõem. Além disso, se formos levar a rigor a estrutura metateórica e teórica formulada pelo autor, logo perceberemos que tais conceitos não devem ser trabalhados isoladamente, até mesmo para não esbarrarmos nas próprias reificações e reducionismos contra os quais os mesmos foram originalmente pensados e evocados.

Colocado sob outro aparato terminológico, o grande desafio ao trabalhar com a teoria de Bourdieu é justamente construir esse “espaço relacional dos possíveis” que é o campo, sem perder de vista que tal *locus* só existe em função dos agentes dotados de um *habitus* específico que constitui o campo e as crenças que nele se engendram e atualizam as práticas, ao mesmo tempo em que esse espaço relacional de disputas pela definição das posições no campo se faz devedora como também introduz formas específicas de energia social que, se num nível seguinte, constituem-se no móvel das lutas por reconhecimento e prestígio nesse “espaço relacional dos possíveis” é porque os agentes que trazem o senso do jogo e as crenças do campo impressas no corpo, por um nascimento nesse *locus* ou por um trabalho de investidura, se predispõem a dedicar suas vidas ao jogo, sem necessariamente terem planejado tal investimento. Em consonância com o que argumenta Bourdieu:

A ignorância de tudo o que é tacitamente concedido por meio do *investimento* no campo e o *interesse* que se tem em sua própria existência e em sua perpetuação, a tudo que ali se joga, e a inconsciência dos pressupostos impensados que o jogo produz e reproduz sem cessar, reproduzindo assim as condições de sua própria perpetuação, são tanto mais totais quanto a entrada no jogo e nos aprendizados associados se efetuaram de maneira mais insensível e mais antiga, sendo o limite evidentemente nascer no jogo, nascer com o jogo (BOURDIEU, 2009, p. 110).

Como esse excerto exemplarmente revela, Bourdieu a partir da metáfora do jogo se propõe a chamar atenção para o fato de que o campo – o jogo propriamente dito – e o *habitus* – o senso ou sentido do jogo – são produtos de um “encontro quase milagroso” entre a história objetivada nas instituições e nas estruturas e a história incorporada nos corpos ou feita corpo (BOURDIEU, 2009, p. 108). O autor procura também nesse trecho apontar de forma incisiva para o fato de que as condições de circulação e de participação nas lutas de determinado campo consiste, sobretudo, em nascer no jogo, trazer o jogo na pele, quase que como uma segunda natureza, ou seja, como disposições duráveis incorporadas.

É por essa razão, inclusive, que Bourdieu adverte que: “[...] o *habitus* como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza” (BOURDIEU, 1990a, p. 82). Todavia, vale notarmos que muitas vezes os agentes não nascem no jogo – no sentido forte com que esta metáfora é evocada nos escritos do autor –, mas, a partir de um trabalho árduo e lento, terminam por se converterem às razões do jogo e, em função disso, a fazerem parte do jogo. Conforme reitera Bourdieu: “[...] não se entra nesse círculo mágico por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (BOURDIEU, 2009, p. 111).

Avançando no exercício de exposição da arquitetura conceitual de Bourdieu e com vistas a conferir um maior grau de aprofundamento nesses conceitos centrais de sua teoria bem como uma demonstração mais efetiva de que os mesmos operam correlatamente na interpretação do mundo social e permitem, por assim dizer, identificar leis de reprodução social instituídas sob a forma de fundamentos ocultos de dominação, convém nos reportarmos ao seu programa de pesquisa dedicado à Sociologia do Esporte no propósito de esclarecer como que suas ferramentas conceituais foram originalmente acionadas por ele próprio com intuito de demonstrar a forma com que o fenômeno esportivo ou, melhor dizendo, as práticas que comumente aceitamos e designamos sob a unidade nominal de esporte moderno poderiam ser lidas a partir dos preceitos que integram sua economia geral dos campos.

Três textos de Bourdieu versando sobre os consumos e práticas esportivas assumem um papel preponderante nesse recenseamento proposto, a saber, os artigos “*Como é possível ser esportivo*”⁶⁷ (BOURDIEU, 1983b) e “*Programa para uma sociologia do esporte*”⁶⁸ (BOURDIEU, 1990b), além do seu clássico livro “*A distinção*” (BOURDIEU, 2008c), onde o esporte é retomado ao lado de outros bens culturais e de entretenimento com o intuito maior de demonstrar a partir da análise estatística e de outras técnicas de pesquisa empírica, como que os gostos de classe – *habitus* incorporado em referência à determinado volume global de capital cultural e econômico – não são derivações subjetivas, acidentais, disformes e frutos das motivações conscientes dos atores, mas, ao invés disso, se apresentam como um sistema

⁶⁷ Esse texto foi apresentado pela primeira vez no Congresso do HISPA, realizado no *Institut National du Sport et de l'Education Physique* (INSEP) em Paris no ano de 1978. Com fundamentalmente a mesma estrutura, esse artigo foi publicado no periódico “*Social Science Information sur les Sciences*” em dezembro também do ano 1978. Para maiores detalhes e comparação dos textos ver: BOURDIEU, P. Sport and social class, **Social Science Information sur les Sciences Sociales**, Paris, v. 17, n. 6, pp. 819-840, dez. 1978.

⁶⁸ Esse artigo foi originalmente apresentado no grupo de estudos “Vida física e jogos” em novembro de 1980 e como conferência de abertura ao VII Simpósio do ICSS, Paris, julho de 1983. Esse texto foi também publicado em “*Sociology of Sport Journal*” no ano de 1988. Ver nesse particular: BOURDIEU, P. Program for a sociology of sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 5, n. 2, pp. 153-161, 1988.

de disposições constituído e acionado consensualmente no sentido de classificar e distinguir, aproximar e distanciar objetivamente indivíduos e grupos no “espaço social de possíveis”.

Há razões e motivos suficientes para vislumbrarmos nesses textos a existência de uma teoria do esporte atenta a desvelar o aparecimento do campo esportivo moderno, tendo como mote a reflexividade epistêmica, a preocupação com a historicidade de formação deste *locus* e a reconstrução de um espaço esportivo alinhado à lógica da distinção (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010a). Trata-se, além disso, de textos que apresentam possibilidades de leitura do fenômeno esportivo considerando as disputas do amadorismo contra o profissionalismo; os usos e sentidos dominantes que as elites impuseram às práticas esportivas nas *public schools*; as lutas entre os organismos mantenedores do esporte; o divórcio entre o consumo e a prática esportiva; o desenvolvimento do espetáculo de entretenimento esportivo (MARCHI JÚNIOR, 2002, 2004); sem falar do programa para o estudo das disposições esportivas, isto é, dos usos do corpo no esporte e, no lastro desta, da dominação masculina historicamente engendrada no campo esportivo moderno (SALVINI; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2012).

Em suma, ao longo dos aludidos textos, Bourdieu reivindica uma sociologia científica do esporte que não encare essa prática de modo substancialista, ou seja, como um fim em si mesmo, como tampouco reduza suas propriedades aos imperativos de uma história política e econômica. Trata-se, portanto, de (re)construir estruturalmente a história dos bens e práticas esportivas considerando esse espaço, a propósito dos demais campos sociais, como um *locus* dotado de relativa autonomia. Cabe frisar que o grau de autonomia dos campos pode ser inferido, dentre outros meios, a partir do exame da estrutura de distribuição e tipos de capitais que orientam as relações de força em seu interior (BOURDIEU, 1983a, 1989). Outro fator do qual depende a relativa autonomia desses espaços se refere às épocas e às tradições nacionais, podendo também essa autonomia relativa ser proporcional ao capital simbólico acumulado no decorrer do tempo pela ação das gerações sucessivas (BOURDIEU, 1996, p. 250).

Nesse sentido, uma das propriedades universais dos campos se refere justamente ao grau de autonomia e heteronomia que eles apresentam. Dizemos que um campo é bastante autônomo quando a concorrência em seu interior é “pura” ou quando os agentes têm por clientes inevitavelmente os seus próprios concorrentes. Um campo heterônomo, por sua vez, é aquele que não tem condições e competências suficientemente desenvolvidas para refratar as forças externas, isto é, um campo que não oferece maiores resistências às demandas políticas ou econômicas (BOURDIEU, 2003b). No conjunto de sua obra, Bourdieu constatou o campo

artístico como o mais autônomo de todos os campos sociais, ao passo que o campo da mídia⁶⁹ apresentou evidências e propriedades específicas de ser, entre todos esses microcosmos que possuem suas próprias lutas, o mais dependente das demandas externas.

Não obstante essas particularidades ponderadas, Bourdieu (1983a, 1989, 1990a, 1998a, 2001, 2007a) também ressalva ao sistematizar leis gerais de funcionamento dos campos, que tais espaços sociais distintos em seu grau de autonomia possuem normas de funcionamento invariantes, o que, por conseguinte, nos possibilita aplicar o que aprendemos e apreendemos sobre a estrutura de funcionamento de determinado campo, na interrogação e interpretação das lutas de outros campos sociais (MARCHI JÚNIOR, 2004). Além disso, a economia geral dos campos que Bourdieu retoma e revisita ao longo dos anos, prescreve a existência de uma homologia estrutural que garante e permeia a existência desses diferentes microcosmos, muito embora a forma com que tais campos funcionam a partir desses mecanismos comuns tende a variar e se apresentar como algo sempre em aberto e que o pesquisador, mediante a pesquisa empírica guiada e saturada por teoria, precisa se esforçar para preencher e trazer à tona.

É sempre necessário lembrar que, para Bourdieu, todos os campos sociais possuem uma cronologia própria e constituem espaços estruturados de posições, onde há dominantes e dominados predispostos a disputar os diferentes capitais em jogo e as formas de acesso a eles por conta de trazerem o *habitus* impresso no corpo como esquemas de ação e categorias de percepção e avaliação da ação (BOURDIEU, 1983a, p. 105; BOURDIEU, 2003a, p. 71). Tratam-se, em outros termos, de espaços relacionais onde, por um lado, os dominantes por crerem que vale a pena ser mantida a crença no jogo buscam conservar a estrutura de distribuição de capitais, ou seja, a preservar a ortodoxia ou, como se diz, “[...] tendo interesse em conservar e a conservar se conservando” (BOURDIEU, 1983a, p. 91-92), e, por outro lado, os dominados que também creem que vale a pena investir no jogo, mas, ao contrário dos estabelecidos, têm por objetivo instaurar a heresia, transformar a estrutura do campo e de acesso aos capitais e, com isso, emergir àquelas posições mais consagradas e de destaque.

⁶⁹ O campo midiático embora mencionado em vários momentos da obra de Bourdieu recebeu tratamento mais sistemático no livro “*Sobre a televisão*”. A tese que Bourdieu desenvolve neste livro consiste basicamente na argumentação de que o campo midiático, em especial a partir do momento que a televisão se tornou um veículo dominante neste espaço e, portanto, imprimiu no interior do mesmo uma nova lógica de relações, funciona à base das influências exercidas pelo campo econômico e, além disso, impõe uma visão particular dos demais campos de produção dos bens culturais e, sobretudo, das lutas que se travam no interior do campo político. Dito de outro modo, trata-se de um campo pouco autônomo, isto é, muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural (BOURDIEU, 1997b, p. 76) e, acima de tudo, de um espaço que impõe a realidade em outros campos “[...] afetando o que aí se faz e o que aí se produz e exercendo efeitos muitos semelhantes nesses universos fenomenicamente muito diferentes” (BOURDIEU, 1997b, p. 101).

Nesse propósito, além de apresentarem um *nomos* relativamente semelhante, ou seja, um mesmo conjunto de leis invariantes que regulamentam as ações dos agentes, todos os campos de reprodução simbólica, entre os quais se inclui o campo esportivo, desenvolvem uma *doxa* própria que é devedora à história e pré-história de cada um desses microcosmos, ou seja, um senso comum que atribui lógica a esse *locus* onde se engendram lutas materiais e simbólicas e que é fruto de um movimento ou operação dialética que se introduz entre o *habitus* e o campo sob pressões histórico-estruturais específicas. É, inclusive, sobre esse senso comum, feito crença e história objetivada e incorporada, que insurgem as estratégias que os agentes mobilizam para subversão ou conservação da estrutura de determinado campo, assim como se originam as práticas que nele se acumulam, tal como revela o trecho a seguir:

É na medida e somente na medida em que os *habitus* são a incorporação da mesma história – ou, mais exatamente, da mesma história objetivada nos *habitus* e nas estruturas – que as práticas que engendram são mutuamente compreensíveis e imediatamente ajustadas às estruturas e também objetivamente combinadas e dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendente às intenções subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos. Um dos efeitos fundamentais do acordo entre o sentido prático e o sentido objetivado é a produção de um *mundo de senso comum*, cuja evidência imediata se reveste da *objetividade* que o consenso sobre o sentido das práticas e do mundo assegura, isto é, a harmonização das experiências e o reforço contínuo que cada uma delas recebe da expressão individual ou coletiva (em uma festa, por exemplo), improvisada ou programada (lugares comuns, ditados), de experiências semelhantes ou idênticas (BOURDIEU, 2009, p. 95-96).

Imperativo frisar que esse tipo de movimentação relacional operada entre o *habitus* e o campo com vistas a permitir a produção e reprodução do conhecimento primário que orienta, informa e organiza a vida prática das pessoas, não significa, no limite, a edificação de uma crença apriorística na razão universal. Diferentemente, por exemplo, de Jürgen Habermas que privilegia em sua teoria da ação comunicativa uma dimensão de consenso universal produzido e imperando no mundo da vida por meio de uma espécie de “ética comunicacional”, Bourdieu (1990a, p. 45-46) coloca essa questão sempre de modo historicista indagando sobre quem tem interesse no universal e sobre as condições sociais que fizeram emergir campos relativamente diferenciados, onde determinados agentes demonstraram conservar interesse no universal.⁷⁰

⁷⁰ Algumas das diferenças notórias que se interpõem entre a teoria de Habermas e a de Bourdieu são formuladas pelo último autor nos seguintes termos: “A análise de essência da linguagem, e da “intercompreensão” entendida como *telos* que lhe seria logicamente imanente, se realiza assim numa teoria dita “sociológica” da comunicação “não violenta” (*zwanglos*) e numa “ética comunicativa” que (mera reformulação do princípio kantiano da universalização do juízo moral) não tem mais nada a ver com o que descobre uma sociologia das relações de poder simbólico, e que, também faz desaparecer pura e simplesmente a questão das condições a serem preenchidas tanto no domínio das relações inter-individuais como na esfera política para que se possa instaurar o verdadeiro “reino dos fins” (*Reich der Zweck*, como diz Kant nos *Fundamentos da metafísica dos costumes*)

Em termos mais precisos, toda produção de consensos para Bourdieu – e sintomático disso é a perpetuação de um mundo do senso comum em que a *doxa* se apresenta como um consenso construído e atualizado irrefletidamente ou, melhor dizendo, de forma pré-reflexiva – sinaliza para instituição performática de uma ordem social fundada na dominação simbólica e na naturalização das práticas sociais.⁷¹ É importante, nesse caso, admitir, em conformidade com Bourdieu, que onde as práticas sociais se apresentam frequentemente naturalizadas, aí está a atuar um poderoso sistema de desconhecimento do próprio mundo que abriga essas práticas e tem como principal mecanismo impor e fundar uma ordem de dominação simbólica sob a roupagem de uma arbitrariedade cultural apresentada como natural (BOURDIEU, 1983a, 1989, 1990a, 1996, 1997a, 1998a, 1998b, 2001, 2002a, 2007, 2008, 2009).

Ao desvelamento crítico, inclusive, de como se reitera e se reproduziu irrefletidamente ao longo dos tempos essa ordem fundada na dominação e no uso cada vez mais frequente e dissimulado da violência simbólica – isto é, daquela forma sofisticada de “[...] violência branda, invisível, desconhecida como tal, escolhida tanto quanto sofrida, a da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, do dom, da dívida, do reconhecimento, da piedade, de todas as virtudes [...]” (BOURDIEU, 2009, p. 213) – que se estrutura e se ergue a empresa sociológica *bourdieusiana*, esteja em jogo o espectro de relações demandadas e negociadas no interior do campo político, do campo econômico, do campo burocrático, do campo jurídico, do campo jornalístico, do campo religioso, do campo teatral, do campo da alta costura, do campo da pintura, do campo literário, do campo das histórias em quadrinhos, do campo editorial, do campo universitário, do campo científico, enfim, do campo esportivo que aqui está em voga e se coloca em problematização com maior afincamento e rigor.

No caso da delimitação teórica do campo de produção dos bens e práticas esportivas compete, entretanto, advertir que esse tipo de crítica sugerida receberá um tratamento um tanto quando diferenciado por parte de Bourdieu, ainda que não necessariamente equidistante do projeto crítico que sustenta originalmente sua obra. Uma primeira crítica que Bourdieu ensaia com relação ao esporte moderno reside sobre os próprios *locus* de sua gênese, a saber, nas *public schools* e nas universidades inglesas. Segundo o autor, o novo sentido dominante que foi impresso a alguns dos antigos jogos populares retomados nas *public schools* da

descritos sob o título de “agir comunicativo” (BOURDIEU, 2001, p. 81-82). Para uma crítica de Bourdieu à razão universal aludida e reivindicada pela teoria da ação comunicativa de Habermas ver em especial o capítulo 3 do livro “*Meditações pascalianas*” intitulado “*Os três erros escolásticos*” (BOURDIEU, 2001).

⁷¹ Para uma crítica às construções teóricas de Bourdieu acerca da dominação social, da violência simbólica e, sobretudo, da possível similaridade que seu modelo guardaria com as teorizações clássicas sobre ideologia ver: CELIKATES, R. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teórica crítica. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, pp. 29-42, jul. 2012.

Inglaterra vitoriana tinha por objetivo maior inculcar desde cedo nos filhos da burguesia os preceitos morais considerados caros ao seu estrato social. Mas não se reduzia apenas a isso.

Antes mesmo de tomar a feição e se apresentar como uma escola do caráter e da virilidade, quer dizer, como um meio pelo qual se era impresso nos *habitus* dos agentes uma vontade de vencer que se conformava às regras do jogo social – e essa ideia, por sinal, estava tendencialmente por detrás da noção de amadorismo e da noção de *fair play* –, os esportes, seja entre os jovens burgueses ou entre os jovens pertencentes às classes dominadas, exerceram desde sua invenção a função política, eficaz e de baixo-custo de manter esses agentes sob vigilância, disciplina, controle e, fazendo-os, sobretudo, direcionar a violência (pacificada) contra os colegas ao invés de exercê-la contra instalações, instituições, diretores, professores etc. (BOURDIEU, 1983b, p. 146).⁷² Trata-se, de um uso econômico que, posteriormente, foi descoberto pelo Estado e que também se difundiu para todas aquelas instituições totais de que falara Goffman: igrejas, exército, partidos, indústrias, conventos, hospitais etc. Não por acaso, é que o esporte como uma “manipulação regrada do corpo”, favorece a obter uma adesão corporal – crença social incorporada – e talvez uma obediência que o espírito em estado de alerta poderia vir a recusar (BOURDIEU, 1990b, p. 220).

Uma segunda crítica contundente que Bourdieu dirige ao fenômeno esportivo se refere ao caráter violento do esporte-espetáculo que acaba acentuando a distância entre a prática e o consumo esportivo, de modo que essa divisão vai direcionando os agentes cada vez mais ao consumo passivo e televisionado dos esportes e seus produtos e bens correlatos, à medida que fortalece o raio de ação simbólica da indústria dos especialistas e dos profissionais esportivos, sendo o caminho inverso o complemento desta relação. Na compreensão de Bourdieu (1990b, p. 217), a estruturação progressiva de um campo dos profissionais esportivos tem como efeito mais insidioso gerar aquilo que chama de um processo de “desposseção dos leigos”, sendo

⁷² Esse tipo de leitura empreendida por Bourdieu guarda semelhança com uma possível abordagem do esporte a partir da produção intelectual de Michel Foucault, sobretudo, de sua fase genealógica marcada por textos como “*Vigiar e Punir*”, “*Microfísica do poder*” e pelos três volumes integrantes de sua “*História da sexualidade*”. A título de breve exercício teórico acerca dessa conjectura tecida, devemos mencionar que a máxima deste autor de que “um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 2000, p. 130), se aplica bem para pensarmos o fenômeno esportivo moderno na condição de uma prática eminentemente disciplinar, tendo em vista o caráter de suas regras; a conformação geográfica do espaço de jogo demarcado por linhas, zonas e áreas; as funções específicas de cada jogador; as hierarquias bem definidas entre os agentes que integram o *locus* esportivo; os resquícios do militarismo e do higienismo, dentre outras características. É possível, ainda pensar na prática esportiva como estratégia política de “docilização dos corpos” ou, nos termos de Foucault ao especificar sobre o caráter coercitivo das disciplinas e sobre o momento histórico de aparição do poder disciplinar, como uma ferramenta que “[...] aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2000, p. 119).

estes últimos cada vez mais socializados no papel de “[...] espectadores sem prática reduzidos a uma compreensão passiva” (BOURDIEU, 1990b, p. 218). Posto em outros termos:

Mais do que os encorajamentos que o esporte dá ao chovinismo e ao sexismo, sem dúvida é pela separação estabelecida entre os profissionais, virtuosos de uma técnica exotérica, e os leigos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a se tornar uma estrutura profunda da consciência coletiva, que ele exerce seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do esporte que os homens comuns são reduzidos aos papéis de torcedores, limites caricaturais do militante, dedicados a uma participação imaginária que não é mais do que a compreensão ilusória da despossessão em benefício dos *experts* (BOURDIEU, 1983b, p. 145).

Trata-se, como acabamos de ler, de um contraponto argumentativo pelo qual Bourdieu desnuda a violência performática do esporte-espetáculo que se mantém basicamente à custa, isto é, tem os serviços e privilégios de seus proponentes, beneficiários e porta-vozes legítimos financiado através da formação de um contingente cada vez mais expressivo de consumidores e espectadores passivos do esporte espalhados pelo mundo, com um gosto e afeição orientado muito mais pela reprodução dessa prática em seu formato (tele)espetacularizado e, portanto, balizado por essa perspectiva de assimilação, do que propriamente imbuído de disposições para o consumo ativo do esporte, ou seja, para sua vivência prática *in loco*.

Uma terceira e última crítica que Bourdieu vincula em seus textos que versam sobre o campo esportivo – e essa com um valor fundamental para a proposta de releitura teórica que está sendo estruturada na presente tese – repousa no entendimento de que a distância social acaba se retraduzindo muito bem na lógica do esporte (BOURDIEU, 1990b, p. 209). Essa proposição remete, em suma, ao esforço levado a cabo no livro “*A distinção*” justamente com o propósito de se formular um quadro estrutural teoricamente orientado que levasse em conta, dentre outras coisas, as homologias estruturais existentes entre as diferentes práticas culturais e o espaço das classes sociais. O esporte visto então pela ótica de Bourdieu acaba instituindo e veiculando códigos de distinção e vulgaridade por toda parte. No âmago deste processo, as práticas esportivas terminam também por reforçarem através do uso que é feito das mesmas uma série de atributos e preceitos considerados legítimos e ilegítimos, superiores e inferiores, pertencentes a uma elite restrita ou então a uma massa heterogênea identificada comumente com aquilo que se entende por popular. Em uma só palavra, “[...] o esporte e os bens culturais correlatos se tratam de práticas objetivamente classificadas e com potencialidade a se converter em práticas classificadoras, isto é, a se tornarem um lucro e expressão simbólica da condição de classe” (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010a, p. 308).

Em que pese a relevância teórica dessas críticas, devemos, no entanto, advertir que o uso que faremos do modelo de análise sociológica do campo esportivo não irá se resumir a confirmar e atestar a validade universal ou mesmo regional dessas conclusões de Bourdieu. Tampouco foi isso que autor francês sugeriu com relação ao emprego de sua teoria, muito embora essa possibilidade de uso de seu referencial venha sendo multiplicada no campo acadêmico (LAHIRE, 2002a, 2002b). Cabe também frisar que se, por um lado, as críticas que Bourdieu apresentou em relação ao fenômeno esportivo reportam ao modo de pensar que seu esquema teórico-conceitual expresso na tríade “campo+*habitus*+capital” sugere, por outro lado, os seus conceitos gerativos e a forma dinâmica com que os mesmos se inter-relacionam, remete a uma proposta eminentemente reflexiva de articulação entre as dimensões empírico-teóricas de modo que a teoria acaba sendo sempre um recurso que vem a ser reinterpretado em cada estudo particular sobre os mais diferentes campos de produção simbólica. Em outras palavras, a teoria macro de Bourdieu fornece apontamentos para elaboração de teorias micro.

Sobre o modelo relacional de análise do campo esportivo estruturado/sugerido por Bourdieu em seus textos onde tratou com mais afinco dessa temática poderíamos sintetizá-lo em duas premissas principais: uma primeira operação prática consiste em pensar um esporte relacionalmente às outras práticas esportivas e, de maneira correlata, já retomar esse espaço estrutural dos esportes em relação ao espaço das classes sociais; uma segunda coisa a ser feita e que remete, inclusive, ao primeiro exercício que o modelo em questão propõe a dar conta e, mais que isso, à cumplicidade ontológica firmada entre o *habitus* e o campo, recai sobre a necessidade de contextualizar as práticas esportivas e o espectro de representações e signos sociais a elas associadas como um resultado do encontro entre a oferta dos bens esportivos e a demanda desses mesmos bens ou, em outras palavras, em uma perspectiva de mediação entre a oferta esportiva exteriorizada no campo de maneira tendencialmente espetacular e as disposições inscritas nos agentes sob a forma de *habitus* consumistas.

É sempre importante notar que se o primeiro exercício prescreve uma possibilidade de leitura e explicação sociológica das funções simbólicas que o esporte exerce em sociedades altamente estratificadas e complexas como as nossas pelo espectro do acesso diferencial dos agentes aos volumes de capital econômico e cultural não necessariamente nessa ordem, o segundo exercício já tem por objetivo garantir ao pesquisador objetivar a própria evolução da prática esportiva ou de um esporte específico como o futebol de acordo com o ajustamento constante que se dá entre as dimensões de oferta da prática esportiva e as dimensões de procura dessa mesma prática em uma sucessão de atos que seguem a lógica das trocas econômicas sem, no entanto, se restringirem aos princípios heurísticos estruturantes de uma

economia estritamente econômica. Trata-se, portanto, de reconstruir o campo esportivo a partir dos pressupostos de uma economia simbólica que conserva os mecanismos de ação da economia econômica, todavia em uma direção eminentemente anti ou supraeconômica, se por econômico entendermos os cálculos racionais dos agentes dirigidos a determinados fins.

Colocadas as coisas nesses termos, a história estrutural do esporte tal como recobrada por Bourdieu tem como seu principal objeto a dinâmica das transformações (e das rupturas) que se operam no campo esportivo e nos subcampos que o compõem. No bojo desse investimento, a operação microssociológica que o modelo sugere consiste basicamente em determinar a estrutura de distribuição dos agentes no campo segundo sua participação nas relações de oferta e/ou consumo esportivo, de acordo com suas idades, com o sexo, com a profissão que têm etc. e com o uso do corpo demandado pelas práticas esportivas nas quais acabam se envolvendo, ao passo que a operação macrossociológica remete a necessidade de se correlacionar essas variáveis apontadas com o universo maior de práticas de entretenimento e de lazer tal como feito pelo próprio Bourdieu no livro “*A distinção*” com o intuito principal de estabelecer regularidades e correspondências estruturais que permitissem demonstrar, inclusive por via da generalização estatística, que aquilo que chamamos de gosto trata-se de uma produção naturalizada devedora à história de classe desses agentes e grupos.

Tais procedimentos metodológicos, por sua vez, não se limitam à análise do campo esportivo e, ao invés disso, balizam a proposta de recenseamento histórico-estrutural de todos aqueles campos sociais que receberam tratamento no *corpus* da obra *bourdieusiana*. Para se desenvolver então uma abordagem sobre qualquer campo social é preciso primeiramente analisar a posição que o referido campo ocupa frente ao campo do poder. Em seguida, é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma legítima de autoridade específica no campo. Por fim, devem ser analisados os *habitus* dos agentes ou, melhor dizendo, os diferentes sistemas de disposições adquiridos em relação ao campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 143). A partir, inclusive, dessas indicações práticas é que se torna possível mapear (e, num nível subsequente, combater) as estratégias de reprodução social que tendem a manter intactas as estruturas de dominação simbólica na sociedade, uma vez que se a história feita corpo e a história feita coisa – ou seja, as mesmas crenças incorporadas pelos agentes sociais também são exteriorizadas nos campos de produção simbólica e vice-versa –, conservam afinidades com a manutenção de uma estrutura de distribuição (desigual) dos capitais, a estrutura do campo do poder, por consequência, também é preservada e ortodoxamente perpetuada.

No âmago dessa lógica explicativa, a noção de *habitus* é das mais decisivas, uma vez que tal conceito, além de fazer ruir a dicotomia que se instaura entre o plano das estruturas e o plano da ação social, é que permite ao pesquisador avaliar se as crenças veiculadas no interior de determinado campo e tornadas, portanto, produtos e práticas sociais concretas, são ou não idênticas às condições de sua produção e ao trabalho de concorrência a que se deve boa parte de sua eficácia. A diferenciação que Bourdieu estabelece entre a noção de hábito e *habitus* lança esclarecimento sobre o que estamos argumentando:

Mas por que não dizer hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, antes reprodutivo do que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o *habitus* é algo que possui uma enorme potência geradora. Para resumir, o *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983b, p.105).

Contemplado por essa ótica, o *habitus* como noção operatória relacional no esquema teórico *bourdieusiano* sugere muito mais uma possibilidade de apreensão das estratégias de reprodução das estruturas de dominação e opressão simbólica do que propriamente uma forma de tratamento axiomático que denotaria uma reprodução mecanicista das práticas. Colocado de outra maneira, o *habitus* na condição de estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante, complementaria o movimento de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 2003a), numa dinâmica cujo efeito seria superar a falsa dicotomia “reprodução *versus* transformação social” (BOURDIEU, 1983b). Além disso, o entendimento de que não é possível conhecer a rigor os produtos e as práticas sociais com base em uma dedução mecânica feita a partir do conhecimento das condições estruturais de suas respectivas produções, já nos coloca em sobreaviso para o fato de que a apropriação das práticas culturais, dentre as quais se inclui o esporte, é sempre plural e conflitiva.

Bourdieu é enfático nesse aspecto e adverte sobre a dificuldade de levar a diante o raciocínio de que todos os agentes tenderiam a atribuir um sentido similar ou um mesmo sentido às práticas sociais exteriorizadas sob o formato de oferta no campo. No caso dos bens esportivos, Bourdieu ressalta ainda sobre a insuficiência dos modelos que propõem a explicar a distribuição dessas práticas entre as classes a partir unicamente da “natureza” intrínseca do esporte. Nesse particular, o fato de que as mesmas práticas esportivas tenham conseguido atrair, em momentos históricos diferentes, tanto os estratos sociais privilegiados quanto os

estratos sociais populares, ou ainda assumir sentidos diferentes para os diferentes públicos que atraem em um mesmo momento histórico, é algo potencialmente explicável a partir das lutas objetivas subjetivamente orquestradas entre as classes e as frações de classe no sentido não apenas de preservar as distâncias sociais e fazer valer o estatuto da distinção, mas também no sentido de permitir aos agentes de uma mesma classe ou fração de classe mutuamente se reconhecerem e se identificarem uns com os outros (BOURDIEU, 2008c, p. 205).

Reticente, portanto, às tendências de universalização dos sentidos e da função social das práticas esportivas como também contrário aquele conjunto de formulações ideais-típicas que apresentam tipologias abstratas e formais (baseadas, dentre outras coisas, nas experiências etnográficas dos cientistas) para explicar as expectativas dos diferentes grupos nas diferentes práticas esportivas, é que Bourdieu sistematiza e propõe um modelo relacional que restitua os princípios sociais subjacentes à distribuição do esporte entre as classes. Segundo o autor:

[...] o sistema das práticas e dos espetáculos esportivos oferecidos, em determinado momento, à escolha dos “consumidores” potenciais está como que predisposto a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além das oposições entre as classes e as frações de classe: basta que os agentes se deixem levar pelas tendências de *seu habitus* para retomar por sua conta, sem o saber, a intenção imanente às práticas correspondentes, reconhecendo-se nessa prática em sua inteireza, ao mesmo tempo que reconhecem também todos aqueles que se reconhecem aí, ou seja, seus *semelhantes*. O mesmo se passa em todos os domínios da prática: cada consumidor deve contar com determinado estado da oferta, ou seja, com as possibilidades objetivadas – bens, serviços; ou esquemas de ação, etc. –, cuja apropriação é um dos pretextos das lutas entre as classes e que, pelo fato de sua associação provável a classes ou frações de classes, são automaticamente classificadas e classificadoras, hierarquizadas e hierarquizantes. O estado observado da distribuição dos bens ou das práticas define-se no encontro entre as possibilidades oferecidas, em determinado momento, pelos diferentes campos de produção (presentes e passados) e as disposições socialmente diferenciadas que – associadas ao capital (definido em seu volume e sua estrutura) do qual são, quase completamente, a produto (segundo a trajetória) e em que elas encontram os meios de sua realização – definem o interesse por essas possibilidades, ou seja, a propensão e a aptidão em adquiri-las e convertê-las – pelo fato da apropriação – em sinais distintivos (BOURDIEU, 2008c, p. 210).

Como é passível perceber, o modelo *bourdieusiano* em apreço possibilita uma leitura metódica e rigorosa das variações de significação e de funções sociais atribuídas às diferentes práticas esportivas. Esse projeto relacional, por conseguinte, tem como ponto de sustentação e apoio a análise sistemática dos *habitus*, uma vez que as diferentes expectativas sociais que são investidas no consumo das mais variadas práticas esportivas correspondem, de fato, a classes e também a subclasses diferenciadas de *habitus*. Além disso, a multiplicidade de expectativas com que os agentes encaram o esporte também se deve – no bojo então das lutas simbólicas de classe que animam essas diferentes expectativas – à estrutura de distribuição dos capitais,

ou seja, ao tipo específico de energia social do qual os grupos estão munidos e ainda do volume relativo desses tipos específicos de energia social (capital econômico, capital cultural, capital simbólico etc.) que os grupos e agentes conseguem acumular e dispõem.

Não por acaso, portanto, é que os sentidos conferidos pelos agentes aos esportes e às variações respectivas destes serem praticados mudam na medida em que os mesmos agentes sobem na hierarquia social ao passo que essa perspectiva de ascendência social também pode ser lida como um resultado do refinamento automatizado do gosto expresso não somente na prática de esportes que favoreçam e prezem pelos usos distintos do corpo, pelo emprego de uma racionalidade ascética e pela demarcação de um projeto grupal e individual de estilização de vida acompanhado de um requintamento das condutas, mas também no consumo de uma série de bens culturais e simbólicos correlatos, tendo em vista que existem correspondências e homologias passíveis de serem visualizadas entre os esportes que os agentes praticam e suas profissões, entre os jornais que leem e as bebidas que apreciam e assim por diante.

É possível reconstruir, portanto, de acordo com a perspectiva teórica *bourdieusiana*, o espaço dos esportes como *locus* relacional de disputas simbólicas entre classes e frações de classes, mobilizando neste exercício as noções operatórias de *habitus* e de capital em dialogia e, acima de tudo, procurando estabelecer homologias estruturais entre o universo micro e macrosocial de modo a confrontar e localizar o campo de produção dos bens esportivos no contexto mais generalista do campo do poder. No lastro ainda desse empreendimento, o paradigma *marxista* da consciência de classe acaba sendo substituído por uma fórmula mais relacional expressa no paradigma da inconsciência de classe, ou seja, no entendimento de que a filiação dos agentes às suas respectivas classes, e mesmo a perspectiva de mobilidade social apresentada a eles, é orquestrada inconscientemente a partir da incorporação dos *habitus*, o que, no caso da leitura do espaço dos esportes, sugere uma série de expectativas grupais e individuais infraconscientes alavancando o consumo esportivo por via das lutas simbólicas de classes de modo a instaurar códigos duradouros de distinção e vulgaridade.

Tal como nota-se, o modelo teórico *bourdieusiano*, quer esteja em jogo o campo das práticas esportivas ou qualquer outro campo de produção dos bens materiais e simbólicos, é minimamente articulado no propósito de garantir uma análise estrutural-construtivista do mundo social que supere as falsas polarizações erguidas com relação a este mesmo mundo: objetivismo *versus* subjetivismo, material *versus* simbólico, ação *versus* estrutura, indivíduo *versus* sociedade, corpo *versus* mente etc. Cabe mais uma vez ressaltar que essa tendência de pensamento dicotômico além de se erguer como obstáculo à atividade científica por induzir a uma análise em que um dos domínios que integram esses pares epistemológicos acaba sendo

reificado em detrimento do outro, também apresenta suas consequências políticas, em especial por retroalimentar uma compreensão simplista das relações sociais e, por essa via, favorecer a perpetuação de uma ordem de dominação simbólica cuja eficácia é diretamente proporcional ao desconhecimento de como o a sociedade, de fato, funciona e opera.

Contra essas ilusões escolásticas,⁷³ o modelo sociológico *bourdieusiano* recobra que para fazer uma adequada teoria do mundo social é preciso primeiramente se fazer uma teoria do efeito das teorias, haja vista que esse conjunto de formulações e tensões teóricas, em não sendo objetivadas, constituem empecilhos a uma compreensão relacionalista do mundo social. Foi justamente esse tipo de exercício que Bourdieu imputou a ele próprio com intuito de sistematizar a teoria dos campos. Fundada sobre a noção de conhecimento *praxiológico* e em resposta, portanto, às tensões analíticas firmadas entre as correntes fenomenológicas e estruturalistas, a teoria dos campos sociais apresenta um elevado grau de síntese que permite apreender as relações sociais como estruturas ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes.

Daí então o fato de o complexo teórico-conceitual *bourdieusiano*, expresso nas noções operatórias de campo, *habitus*, capital e todos os demais conceitos adjacentes, demandar um uso teórico integrado e sintético, até porque uma análise do *habitus* que não seja igualmente uma análise do campo recai em uma explicação fenomenológica ao passo que uma análise do campo que também não seja uma análise do *habitus* cumpre os requisitos de uma abordagem associada ao estruturalismo clássico. O mesmo tipo de diagnose também se aplica para pensar as relações entre o campo e os tipos de capital ou entre os capitais e os *habitus*, visto que as posições que os agentes ocupam em determinado campo social são similares à distribuição de capitais e que para se ter acesso a esses capitais é preciso ter o *habitus* deste campo impresso no corpo, o que, no limite, sugere que o *habitus* pode se tornar ou mesmo estar na origem dos capitais. Argumentado em outros termos, uma perspectiva de apropriação teórica que queira preservar as soluções que Bourdieu apresentou para o núcleo de tensões epistemológicas caras ao embate entre fenomenologia e estruturalismo, requer também de uma preservação de seu modelo de análise relacional que envolve o dimensionamento mútuo dos *habitus* dos agentes, do campo em que estão inseridos e dos capitais que dispõem. Caso seja feito ao contrário, o modelo tende a perder o sentido científico original que animou sua própria elaboração.

Não obstante essas exigências reflexivas e a complexidade relacional que o modelo de Bourdieu encerra, devemos lembrar que sua teoria não é ausente de possíveis e potenciais

⁷³ Cabe aqui a ressalva de que Bourdieu não chega a argumentar em termos de impostura ou falácia intelectual, pois tais tomadas de posições teóricas tratam-se, antes que qualquer outro tipo de análise possa ser feita ou cogitada, de *habitus* propriamente intelectuais e científicos. Para um maior aprofundamento ver: BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008b.

críticas. Bourdieu, a saber, é frequentemente acusado pelos seus detratores como determinista e mentor de uma teoria que subestima as capacidades reflexivas dos agentes. Essa posição, dentre outras possibilidades, é compartilhada por Jon Elster (1981, 1983), Jeffrey Alexander (1995) e Richard Jenkins (2002). Os autores criticam o suposto caráter reprodutivista da teoria das práticas de Bourdieu que tenderia a vislumbrar continuísmo em detrimento das mudanças sociais, além de negligenciar a relativa liberdade dos atores ao deduzir seus comportamentos da posição que ocupam nas estruturas. De fato, Bourdieu, como sugere Vandenberghe (2010), talvez pudesse ter insistido mais na reflexividade dos agentes sem, entretanto, abandonar seus próprios pressupostos teóricos pleiteados com a noção de *habitus* ou, em outras palavras, sem entrar em descompromisso com seu esforço obsessivo de ruptura com a teoria do ator racional (em suas mais diferentes roupagens) e com o individualismo metodológico.

Em que pese, todavia, o relativo valor dessas críticas elencadas, talvez seja demasiado simplista pensar os eventuais limites da teoria *bourdieusiana* por esse ângulo taxionômico e, ao invés do emprego de rótulos, é mais prudente e revelador para os nossos propósitos partir de uma crítica interna e imanente à sua obra, tal como fizeram, por exemplo, Bernard Lahire (2002a) e Jessé Souza (2003). Por sinal, vale notar que a crítica que Lahire teceu à teoria dos campos se efetivou, por assim dizer, em termos de sua aplicabilidade prática, ou seja, com intuito de demarcar os potenciais limites que a mesma representaria quando perspectivada na condição de uma teoria geral ou universalista do mundo social. Segundo o autor francês:

A teoria dos campos resolve uma série de problemas científicos, mas cria outros na medida em que: 1) ignora as incessantes passagens operadas pelos agentes que pertencem a um campo entre o campo dentro do qual são produtores, os campos nos quais são simples consumidores/espectadores e as múltiplas situações que não são referíveis a um campo, reduzindo o ator a seu ser-como-membro-de-um-campo; 2) negligencia a situação daqueles que se definem socialmente (e se constituem mentalmente) fora de toda atividade num campo determinado (é o caso ainda de numerosas donas-de-casa sem atividade profissional ou pública) e 3) considera os fora de campo, os sem grau, a partir dos padrões de medida que são padrões sociais de medida de poder (diploma, renda, etc.), definindo seu “habitus” pela falta de posses, por sua miséria e pela sua situação de dominados. Por todos estes motivos, a teoria dos campos (seria preciso sempre falar da teoria dos campos do poder) não pode, certamente, ser uma teoria geral e universal, mas representa uma teoria regional do mundo social (LAHIRE, 2002a, p. 35).

O que se coloca em evidência neste pronunciamento crítico de Lahire é o fato da teoria dos campos, mesmo que tendo por mote a leitura das regularidades sociais e, a partir destas, de tudo aquilo que seja passível de generalizações mais amplas, inclusive para campos sociais adjacentes e correlatos, apresentar como contrapartida uma série de situações práticas que não se constituíam em meras exceções às regras que o modelo se propõe a abarcar e dar conta

teoricamente. Para Lahire (2002a), essas situações práticas visualizadas na vida de uma série de atores (por exemplo, as donas de casa) acabam colocando em xeque o caráter universalista da teoria dos campos, visto que muitos agentes trazem impressos no corpo disposições referentes a vários campos ou contextos de ação social (como definir, nesse sentido, quais *habitus* seriam mais decisivos em suas formas de agir?) ao passo que outros muitos agentes – que talvez estejam – à margem ou fora dos campos e, portanto, destituídos ou com uma incorporação vulgar dos *habitus* específicos que circundam nesses *locus*, ainda assim serem incluídos no modelo sob a condição de dominados e despossuídos do volume de capitais.

Dessas questões situadas decorrem, por conseguinte, inúmeras outras que poderiam ser exprimidas nos seguintes termos: “O que fazer com os atores que não combinam a totalidade das propriedades que caracterizam o grupo em seu conjunto? O que fazer com os operários não qualificados que lêem muito mais do que o esperado e que bagunçam a problemática teórica imaginada sobre os gostos e desgostos de classe?” (LAHIRE, 2002a, p. 18). Além disso, “[...] se principalmente os *habitus*, como sistemas de disposições, são específicos aos campos, pode-se legitimamente perguntar pelo que se constitui cognitivamente, afetivamente e culturalmente [os de] fora desses campos [?]” (LAHIRE, 2002a, p. 35). Por fim, e de modo mais sugestivo para as nossas ambições teóricas neste estudo, incorre a questão de “[...] como podemos pensar a coordenação entre pessoas, cuja socialização realizou-se em contextos de experiência diferentes e que, no entanto, podem encontrar terrenos de aproximação sem invocar ‘o acordo espontâneo do *habitus*’?” (BOLTANSKI, 2005, p. 162).

São questionamentos, de fato, fortes, e que além de não poderem ser descartados ou dissolvidos através de retórica, são passíveis de serem multiplicados e desdobrados com o propósito não de rechaçar o esquema teórico de Bourdieu, mas argumentar “[...] contra a teoria a partir de dentro da mesma, não para refutá-la, mas no intuito de descobrir e, em última instância, de remediar suas tensões e limites, de modo a tornar a teoria mais forte e coerente” (VANDENBERGHE, 2010, p. 82-83). No bojo desse empreendimento, Lahire, talvez um pouco menos ácido que Boltanski ao direcionar suas críticas à Bourdieu, acaba chamando atenção para o fato de que as referências de comportamento e os padrões de ação dos atores são devedores às suas experiências construídas e acumuladas em vários contextos ou campos. Daí, portanto, a possibilidade de pensar os agentes como portadores de *habitus* ou disposições plurais apreendidos de forma pré-reflexiva e inconsciente tal como previsto no programa de estudos de Bourdieu, mas, diferentemente da teoria *bourdieusiana*, estocados e acionados conforme as diversas situações sociais protagonizadas nos contextos em que tais indivíduos se socializam em determinado intervalo de tempo/espço (LAHIRE, 2002a).

Boltanski, por sua vez, se opõe a ideia de que o cientista social deveria tomar para si a tarefa de porta-voz dos atores e assim o direito de ditar o sentido do que fazem. Segundo este autor, o projeto crítico que anima a teoria sociológica de Bourdieu denota a ideia de que existe uma separação entre o ponto de vista objetivo do cientista social e a perspectiva irrefletida dos sujeitos. Postas as coisas nos termos de Bourdieu, restaria ao sociólogo a tarefa de explicitar e explicar aquilo que escaparia à consciência dos agentes justamente porque a maior parte de suas ações seria de natureza irrefletida, opaca, obscura e, portanto, devedora ao esquema de socialização interpretado por sua teoria através da noção de *habitus*. Boltanski discorda disso e rompe com a teoria do *habitus*, enfatizando, portanto, que as classificações e os julgamentos sociais que os atores impõem uns aos outros não são determinações estruturais interiorizadas e irrefletidas, mas, ao invés disso, resultado de suas transações racionais em conformidade com situações sociais específicas (VANDENBERGHE, 2010; CELIKATES, 2012).

Tal como nota-se, o que novamente está em pauta na discussão é o contextualismo excessivo de Bourdieu e sua contumácia em atribuir primazia às capacidades irrefletidas que orientam a ação social. Nesse sentido, tanto a noção de *habitus* quanto a própria noção de campo seriam depositárias de um perspectivismo que impediria o cientista social, em última instância, de considerar as tomadas de posições críticas dos próprios agentes por justamente encerrar seus padrões de comportamento nos limites das estruturas. Para Boltanski, é preciso então dar voz aos indivíduos e seguir (de perto) no lastro de suas interpretações do mundo, posto que suas avaliações são sempre relevantes e reveladoras (VANDENBERGHE, 2010).⁷⁴ Os atores sociais, nesse particular, “[...] não devem ser considerados como meros informantes produzindo dados adicionais, mas sim como sociólogos leigos produzindo interpretações e explicações do que estão fazendo que não são nem um pouco menos sofisticadas do que aquelas de seus colegas profissionais” (CELIKATES, 2012, p. 36-37).

Uma última observação crítica a ser ressaltada antes de finalizarmos este capítulo, transcende, por assim dizer, ao espectro das supostas tensões internas da teoria de Bourdieu e, nesse sentido, se refere aos limites da apropriação que geralmente é feita da teoria dos campos para subsidiar a leitura dos processos sociais levados a cabo em sociedades como a brasileira, em especial aqueles processos que envolvem o fenômeno esportivo. A despeito então do que

⁷⁴ Ainda segundo Vandenberghe (2010, p. 159) A sociologia da justificação de Luc Boltanski “[...] apreende o ser humano “como um ser livre” (*als freihandelndes Wesen*) e se reconecta ao ponto de vista da antropologia pragmática de Kant, insistindo mais sobre o que o ser humano faz do que sobre o que é feito dele. Diferentemente da sociologia crítica, ela toma seriamente os discursos, os princípios e os valores legitimadores que dão um sentido à ação, sem ver aí ilusões bem fundadas que, em nome de um conhecimento superior, em nome da ciência, seria necessário submeter à crítica. Contrariamente ao mundo tridimensional da dominação, o mundo bidimensional da justificação é um mundo sem estruturas profundas a desvelar e sem ilusões a dissipar”.

já argumentamos acerca da teoria do processo civilizador de Elias, a teoria dos campos de Bourdieu também necessita ser retraduzida para explicar uma série de relações sociais constituídas no interior desta sociedade, haja vista as diferenças substanciais que se interpõem entre os países da modernidade central e normativa e os países da modernidade periférica, conforme já nos aprouve discutir tendo como interlocutor teórico Jessé Souza.

É sempre importante lembrar que se nas sociedades mais avançadas do Ocidente as classes médias constituem, estatisticamente falando, o fundamento básico da estrutura social, nas sociedades periféricas uma “ralé” estrutural de despossuídos emerge também como um estrato social preponderante. Em outras palavras, é correto afirmar que entre esses dois tipos de formação societária existem padrões de desigualdade e não-reconhecimento social que variam muitíssimo (SOUZA, 2003, p. 87), de modo que não é possível generalizar para todos os indivíduos e grupos, a mesma possibilidade de pertença a campos onde se disputa prestígio e poder. Nesse sentido, talvez seja uma sobredeterminação teórica pensar que os variados atores pertencentes às diferentes classes, mesmo que enquadrados como consumidores, teriam acesso, por exemplo, às lutas por reconhecimento no campo esportivo.

Claro que estamos cientes de que a noção *bourdieusiana* de campo é uma forma de olhar as relações sociais, de modo que esta situação inferida poderia ser amenizada a partir de um tratamento teórico mais vigoroso e contundente da violência simbólica que as classes superiores exercem sobre as inferiores. Acontece, entretanto, que a “ralé” brasileira, a “ralé” mexicana ou a “ralé” de outro qualquer país periférico nem chega sequer a figurar como grupo tendencialmente dominado em algum campo de produção material e simbólica, tendo em vista que inexistente qualquer tipo de competição social aberta e justa entre “gente” e “não-gente”. Em suma, não nos parece ser possível incluir em um modelo analítico, mesmo que relacional e atento à dimensão de conflitos e à capacidade de ação dos atores, indivíduos e grupos de indivíduos que objetivamente estão excluídos da possibilidade de participar de jogos sociais, ainda que no papel de dominados. Essa agenda de pesquisa, por sua vez, não foi alvo de atenção de Bourdieu que se ateve, sobretudo, em desvelar as dinâmicas culturais, políticas e simbólicas presentes, sobretudo, na sociedade francesa,⁷⁵ onde a invisibilidade da

⁷⁵ Cabe destacar que Bourdieu no início de sua trajetória acadêmica desenvolveu também uma série de trabalhos sobre a sociedade argelina, decorrentes de suas experiências vivenciadas *in loco* no período que cumpria serviço militar na Argélia (1955-1959), no contexto da Guerra de Libertação Nacional (YACINE, 2005). As pesquisas que resultaram dessas inserções foram produzidas com auxílio de colaboradores, em especial de Abdelmaleck Sayad. Os resultados dessas pesquisas se traduziram nos seguintes livros: *Sociologie de Algérie* de 1958, *Travail et travailleurs en Algérie* de 1963, *Le Déracinement* de 1964 e, por fim, *Algérie, année 60* publicado em 1977 (VASCONCELOS, 2002). Em termos bastante sucintos, esses textos configuram estudos empírico-teóricos onde Bourdieu dimensionou a entrada do capitalismo na Argélia e os choques culturais e conflitos sociais produzidos nesta sociedade por conta da nova ordem que se estabelecia (WACQUANT, 2006). A essas alturas, no entanto, o

desigualdade e o não-reconhecimento do caráter humano de uma “ralé” de despossuídos, longe de prefigurarem um fenômeno de massa, tal como acontece na periferia do sistema, se tratam muito mais de uma situação pontual e não-generalizável (SOUZA, 2009).

Essa perspectiva de leitura crítica, por sua vez, sugere que precisamos mobilizar a teoria sociológica de Bourdieu, em particular o seu conceito de campo, com devido cuidado para subsidiar os estudos sociológicos do esporte no Brasil, especialmente aqueles estudos que se propõem a explicar a disseminação e repercussão social das práticas esportivas, além dos próprios comportamentos dos atores no esporte. Cabe advertir que se, por um lado, muitas práticas esportivas e relações socioesportivas podem ser lidas e explicadas proveitosamente a partir da teoria dos campos, por outro lado, outras tantas práticas e processos esportivos não são devidamente compreendidos como base no uso ortodoxo desse referencial.⁷⁶ Dito de outro modo, a teoria do campo esportivo precisa ser matizada à luz das especificidades estruturais periféricas para aí sim poder explicar mais adequadamente o princípio de distribuição do esporte entre os diferentes grupos sociais, se bem que no caso da circulação massiva do futebol no Brasil ou mesmo em outras sociedades, o modelo de análise sociológica do campo esportivo, independentemente dessas retraduições, representa também como particularidade o fato de não permitir ao pesquisador apreender devidamente a lógica simbólico-emocional que concorreu para que o futebol viesse a se distribuir massivamente pelo tecido social, ou seja, a se configurar como um esporte de apelo massivo ao longo de sua história moderna.

Em contrapartida, o modelo *bourdieusiano* oferece, em especial para o tipo de análise teórica que aqui estamos pleiteando sobre o futebol, um arsenal de recursos analíticos que nos permite pensar os mecanismos de produção e reprodução social da prática futebolística não em termos essencialistas, isto é, por ela mesma, ou então, no lastro de um processo alienante, como tendem a fazer aquelas análises influenciadas pelas interpretações *marxistas* e pelas teorizações da Escola de Frankfurt. Nesse caso, se é de bom grado advertir que o referido modelo teórico se apresenta inadequado no propósito de restituir a partir da fórmula “campo + *habitus* + capital = práticas”, alguns sentidos próprios à circulação massiva do futebol no

conceito de campo social ainda não havia sido sistematizado, como tampouco sua própria correlação genética com o conceito de *habitus*. As análises tecidas por Bourdieu sobre a sociedade argelina não se faziam então devedoras às interpretações situadas e circunscritas ao modo de pensar induzido pelo emprego do conceito de campo e, por esta razão, os padrões de comportamento e de ação social dos agentes – ainda que explicados através da noção de *habitus* que havia sido recuperada nesses seus primeiros escritos, a propósito daquilo que se repetiria nas demais obras subsequentes, com vistas de negociar as relações entre os indivíduos e o “meio social” em que estavam inseridos – eram mais abertos à imprevisibilidade e mais trabalhados diacronicamente.

⁷⁶ Nós mesmos já tivemos a oportunidade de realizar estudos onde a teoria dos campos se demonstrou adequada para explicar uma série de problemáticas referentes ao esporte moderno. Ver, nesse particular, nossa pesquisa de mestrado sobre o xadrez: SOUZA, J. **O xadrez em xeque: uma análise sociológica da “história esportiva” da modalidade.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010.

Brasil entre grupos portadores do *habitus* precário, primário e secundário, é, todavia, de bom tom também ressaltar que o modelo *bourdieusiano* é propositivo no intuito de compreender a conformação de um mercado simbólico e material de relações futebolísticas estruturado segundo princípios de oferta e demanda que garantiram a generalização dessa prática – e das representações a ela associada – para as diferentes direções sociais.

Assim sendo, compete-nos continuar, nas seções seguintes do estudo, fazendo uso dos pressupostos teóricos e instrumentos de conhecimento sistematizados por Bourdieu, mas sem, no entanto, adotar a teoria dos campos em seu formato ortodoxo para subsidiar as leituras e interpretações que nos propomos a tecer acerca do futebol moderno. No nosso entendimento, o “fascínio coletivo” que o futebol alcançou durante a modernidade não pode ser devidamente dimensionado ao enquadrarmos essa prática esportiva analiticamente como um campo de disputas. Além do mais, para nos aproximarmos desse desígnio com base no referencial de Bourdieu, seria necessário evocar uma série de outros campos (midiático, político, econômico etc.), com vistas a ampliar o espectro de relações que concorreram para que o futebol viesse a se tornar uma prática dominante na hierarquia dos bens culturais na sociedade moderna, o que, a princípio, não representaria maiores inconvenientes, com exceção da dificuldade de delimitar o *habitus* específico compartilhado por atores advindos de campos tão peculiares.

Dito de outra maneira, o exercício de interseccionar vários campos sociais exigiria a necessidade de problematizar os diferentes *habitus* desses agentes em conformidade com os contextos de ação em que foram e são socializados, inviabilizando, portanto, a percepção daquele conjunto de aspectos disposicionais de ordem emocional e simbólica compartilhados pelos mesmos, independentemente do tipo de contato e relação (de oferta e/ou consumo) que mantenham com o futebol. Essa argumentação, por sinal, é o que animará a discussão a ser desenvolvida no capítulo seguinte, onde, dentre outras inferências teóricas, sugeriremos que algumas “significações ideológicas” imputadas a essa prática esportiva no Brasil assim como algumas “significações reais” que esse fenômeno adquiriu na modernidade podem ser mais bem compreendidas quando esse esporte passa a ser reconstruído não na perspectiva de um campo ou configuração, mas como um contexto de ação no qual tensionam diferentes grupos a partir de uma trama simbólico-emocional relativamente específica.

CAPÍTULO 7

UM ESBOÇO DE RECONSTRUÇÃO TEÓRICA DO FUTEBOL MODERNO COMO CONTEXTO DE AÇÃO

O que se propõe neste capítulo não é e nem pretende ser uma nova teoria para leitura do futebol e do fenômeno esportivo moderno, em particular se, por referencial analítico ou por quadro teórico de análise, tivermos em mente um esquematismo construído de forma plenamente divorciada da investigação empírica ou, no limite, sem aludir ou conservar como horizonte concreto no esforço de teorização que se pleiteia, as bases ontológicas que garantem uma relativa autonomia ao funcionamento do mundo social em relação aos modelos teóricos. O que aqui se sugere e se ambiciona, nesse sentido, deve ser encarado muito mais como um conjunto de apontamentos teórico-metodológicos (devedores a domínios de teorização social amplamente diversificados e complementares), para potencializar uma (re)escrita sociológica da história do futebol do que um modelo fechado que encerre em si mesmo todas aquelas explicações possíveis da qual essa realidade complexa que envolve e açambarca o universo de consumos e práticas esportivas permite e convida ao pesquisador abstrair.

Ao iniciar esse inventário, há também que se considerar que as inferências a serem distribuídas ao longo da seção devem ser lidas e tratadas fundamentalmente como notas para compreender alguns dos significados e funções sociais potencialmente “reais” que o futebol alcançou na modernidade para além então daquelas significações de fundo sentimentalista ou hiper-racionalista. Outra observação inicial a ser feita é que os recursos teóricos acionados neste exercício, embora favoreçam outras análises, têm por seu intuito maior ajudar a entender a conformação da prática futebolística como fenômeno de ampla mobilização e repercussão na sociedade moderna ou, em outras palavras, na condição de “*esporte das multidões*”. As considerações que seguem, portanto, é uma tentativa de clarear essa temática e avançar no tratamento da mesma a partir de uma proposta construtivista-estrutural que (1) contemple algumas das demandas ontológicas inerentes às dimensões de oferta e consumo futebolístico e (2) que esteja atenta aos modos pelos quais a economia simbólico-emocional do futebol tende a ser acionada e negociada conforme uma série de exigências e especificidades estruturais de cada sociedade ou contexto histórico-social que seja trazido à apreciação.

No âmago dessa proposta, residem e subsistem alguns princípios da teoria sociológica do conhecimento que evocamos, especialmente na primeira parte da tese, em menção aos estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol brasileiro e à circulação social propriamente dita dessa prática esportiva no país e no mundo. Estamos convencidos que a teoria sociológica do conhecimento ou, mais designadamente, que o quadro epistemológico-social do futebol brasileiro que tentamos reconstruir como base fundamentalmente nas proposições teóricas de Mannheim, Elias, Bourdieu, Brandão e Jessé Souza pode nos emprestar alguns preceitos, ainda que por aproximação, para estruturar um modelo reflexivo e não-reificante que ajude a restituir os porquês de o futebol se configurar como uma prática distribuída massivamente na sociedade e, mais que isso, quais as funções e significados que assumiu neste processo.

Como pudemos argumentar de um modo talvez demasiado esquemático até o presente momento da tese, alguns dos sentidos dominantes historicamente produzidos para explicar, do ponto de vista sociológico, a repercussão social do futebol no Brasil, são consequências de um esforço coletivamente orientado, muito embora não friamente orquestrado, de alguns grupos científicos intergeracionais e potencialmente antagônicos nas análises e ideias que estiveram à frente, mas que, em determinados circunstâncias, também vieram a partilhar de um núcleo de axiomas teóricos comuns. Vimos ainda que essas explicações sócio-histórico-antropológicas não ficaram circunscritas tão somente aos denominados círculos de erudição acadêmica, onde foram originalmente tecidas, mas se espraiaram através do raio de ação do mercado de bens simbólicos para as mais diferentes esferas que organizam a vida coletiva.

É oportuno frisar que a rotinização de ideias inerente a esse processo explicitado, seja o mesmo visto a partir de um ponto de vista histórico ou estrutural ou, em outros termos, em uma perspectiva sincrônica ou diacrônica, só foi e tem sido possível em função do trabalho consensual levado a efeito, na maioria das vezes sob pressões de concorrência relativa, pelos três principais grupos de atores estruturantes do contexto de ação futebolístico moderno, quais sejam, os profissionais, os especialistas e os torcedores (TOLEDO, 2000a). É necessário, já de antemão, advertir que existem algumas diferenças fundamentais no modo com que esses três segmentos ideais-típicos atuaram, por um lado, no âmago do processo histórico-social que culminou com a produção de sentidos e significados ideológicos acerca da distribuição do futebol entre os diferentes grupos sociais no Brasil e, por outro lado, na trama histórico-social por meio da qual é possível reter alguns dos sentidos e significados potencialmente “reais” adjacentes ao processo de difusão e divulgação do futebol na modernidade.

Uma diferenciação imediata se impõe. Por “significações ideológicas” subjacentes à distribuição do futebol (e dos bens e práticas futebolísticas) para diferentes direções sociais, é

permissível designar aquele trabalho de agenciamento cultural que foi e, a saber, continua sendo encorajado, favorecido e levado a rigor no espaço social tendo por base primária de sua estruturação as influências exercidas pelas ideias defendidas pelas autoridades científicas legítimas no interior dos círculos intelectuais. Já no que concerne às “significações reais” atreladas à circulação dos bens e práticas futebolísticas entre os mais variados grupos estruturantes da sociedade, podemos dizer que se trata de uma frente analítica na qual se considera a primazia do ontológico sobre o epistemológico e procura-se, portanto, levar em conta uma série de ações e de representações resultantes, por um lado, das interdependências recíprocas entre os seres humanos e grupos que eles integram a nível sociogenético e, por outro lado – ressaltando, contudo, as correlações que se operam entre os dois níveis –, da constituição da história psicogenética dos indivíduos ou, em termos mais apropriados, da elaboração de seus aparelhos psíquicos na escala de longo prazo.

Voltando nossa atenção aqueles significados e funções sociais do futebol que denotam um processo ideológico de produção de determinados sentidos históricos em detrimento de outros e, em especial, ao papel que diversos atores e grupos acabaram assumindo na dinâmica de constituição da realidade futebolística brasileira a partir desse nexo de interpretações rotinizadas no campo acadêmico, compete inicialmente frisar que o que se coloca em pauta nessa dinâmica sugerida não se trata tão somente da imposição de uma falsa consciência (coletiva ou individual) da realidade social que tem abrangido a distribuição dessa prática esportiva entre os diferentes grupos sociais, mas, ao invés disso, da construção e reiteração de crenças sociais incrustadas à própria dialética de oferta e consumo dos bens e práticas futebolísticas na sociedade brasileira e, de forma mais ampla, em outras sociedades.

É importante ressaltar que as ideias que estão na gênese de tais crenças tendem a ser, à primeira vista, percebidas como o resultado das “descrições teóricas” dos intelectuais, muito embora isso seja discutível até porque as leituras do futebol brasileiro levadas a cabo por inúmeros especialistas culturais ao longo do século XX, antes de se tratarem de modelos compreensivo-explicativos que abrangeriam uma série de elementos empíricos estruturantes da realidade, foram ingredientes essenciais na própria construção disso a que damos o nome de realidade. Em outros termos, o argumento que sustenta tais teorias apenas como descrições do que acontece no âmbito do futebol, isentando-as de suas contribuições na conformação da ordem das coisas de um jeito específico e não de outro qualquer, pouco ou quase nada se sustenta, tendo em vista que essas leituras teóricas do futebol não começaram do nada como tampouco foram fundadas a partir de um exame neutro das relações que se protagonizaram no contexto de ação futebolístico brasileiro, mas emergiram como desdobramentos analíticos de

outras sistematizações teóricas pioneiras, por certo também, com seus efeitos na construção da realidade a partir da consolidação de uma série de ideias e representações datadas.

Admitido então que as linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol brasileiro não são e nunca foram neutras em relação à realidade empírica que aprouve aos porta-vozes do mundo acadêmico dimensionar, mas, ao invés disso, que as teorias e categorias analíticas vinculadas nessas linhagens ajudaram a construir algumas ideias-força que têm permeado as relações de oferta e consumo dos bens futebolísticos nesta sociedade, podemos então indicar e, num nível subsequente, avançar no tratamento de algumas das vias possíveis que favoreceram a disseminação dessas ideias bem como a consequente institucionalização delas em práticas e comportamentos concretos. Óbvio que nem tudo que se faz ou então se pensa no contexto de ação futebolístico brasileiro foi paradigmaticamente produzido pelos teóricos do futebol. Tampouco suas produções consistiram apenas em fornecer ideias e categorias que viriam a fundar ortodoxamente a realidade futebolística em suas múltiplas dimensões no país. Há, nesse sentido, uma relativa autonomia das relações que se constroem e se possibilitam no espaço do futebol no tocante às interpretações teóricas, assim como também o há uma série de arranjos interpretativos no trabalho desses autores correspondentes à realidade dos fatos e dos processos empiricamente verificáveis na estrutura futebolística brasileira.

Sem dúvida, esse tipo de interpretação recobrada é polêmica, pois permite supor que as principais propostas teórico-analíticas que vigoram sobre o futebol no Brasil não foram produzidas a partir de um nível de distanciamento adequado que possibilitasse aos porta-vozes dessas teorias objetivarem a tendência de projeção de suas relações passionais com o objeto na construção teórica do próprio objeto. Além disso, algumas das categorias de análise mobilizadas e empregadas por essas teorias terminaram por se institucionalizar na vida prática das pessoas na escala de longo termo, de modo que tanto aqueles indivíduos dedicados à esfera de produção do espetáculo futebolístico quanto àqueles empenhados em consumir este mesmo espetáculo, acabaram sendo socializados em um esquema de ação particularmente estruturado a partir de crenças que obstruem o pensamento e, muitas vezes, até inviabilizam outras leituras que transcendam a confirmação e validação social e simbólica dessas crenças tomadas como a própria realidade quando senão confundidas com ela.

Um quadro hipotético como esse certamente requereria de um trabalho empírico muito mais minucioso do que aquele que nos coube ensaiar na primeira parte do estudo. Seria preciso, nesse caso, investigar com mais afinco a forma com que algumas ideias-força que deram sustentação às quatro linhagens teóricas da Sociologia do Futebol brasileiro acabaram por se traduzir, para além de suas funções político-ideológicas, em comportamentos práticos e

em estruturas de ação recorrentes ao largo da história dessa prática esportiva no país. Mais que isso, seria necessário demonstrar a maneira com que essas ideias veiculadas teoricamente nos círculos intelectuais foram sendo durante o século XX apropriadas pelas esferas de produção cultural no sentido de permitir a generalização dessas ideias correlacionamente ao processo de difusão dessa prática esportiva para as mais diferentes regiões do Brasil.

Esse programa de pesquisa, por conseguinte, teria certamente de envolver e abranger a história da imprensa esportiva brasileira, desde a divulgação dos primeiros folhetins, passando pelo surgimento do rádio, da televisão e, finalmente, da *internet* e da comunicação mediada através das redes sociais. Seria importante também incluir nesse recenseamento o modo com que essas ideias referentes ao futebol se materializaram na produção de crônicas, de contos, de narrativas, poemas, charges, revistas em quadrinho, músicas, filmes, telas, murais, painéis e outros bens artísticos. O passo seguinte, e grande desafio metodológico, seria não reificar ou reduzir, como geralmente é feito pelos modelos teóricos menos dinâmicos, a complexidade dos processos futebolísticos ao que se passa no domínio de ação midiático ou artístico, tendo em vista que as representações e práticas sociais relacionadas ao futebol extrapolam em muito a lógica interna desses microcosmos quando tomados isoladamente uns dos outros.

Se não avançamos, portanto, nesse desiderato, de modo a analisar em minúcias, e com base em uma exaustiva investigação empírica, o processo de institucionalização de algumas das ideias futebolísticas tecidas pela academia no âmbito das esferas de produção cultural e do senso comum, foi porque isso, a princípio, suplantaria nossas intenções originais e requeria de um esforço que ele próprio já seria motivo de um ou vários outros estudos autônomos, tendo em vista as inúmeras frentes de abordagem que se abrem no sentido de apreender e problematizar as maneiras pelas quais as interpretações e leituras teóricas do futebol brasileiro se fizeram incidir sobre a realidade da circulação dessa prática esportiva no país, contribuindo para consagrar não somente determinadas visões acerca deste esporte no Brasil, mas também determinadas versões de sociedade brasileira e de sociabilidade esportiva no país.

Em contrapartida a essa situação apontada, fomos longe, talvez o bastante, no intuito de apresentar algumas conjecturas que nos permitem corroborar o caráter de nossas suspeitas sobre as correspondências estabelecidas entre a produção acadêmica especializada em torno do futebol e a produção cultural inerente e subjacente à difusão espetacularizada e massiva desse esporte nesta sociedade. Evidente que não esgotamos as possibilidades de aproximações intergeracionais entre as produções dos diversos autores integrantes de cada uma das quatro linhagens identificadas – nem sequer pudemos abranger essa diversidade de autores – como

também não mapeamos de uma maneira mais ampla os equivalentes históricos dessas ideias no contexto da produção dos bens culturais no interior do campo artístico e midiático.

Em outras palavras, entendemos que uma abordagem tal como essa não poderia ser exaurida em apenas um estudo e, nesse sentido, o que nos aprouve fazer foi, em primeiro lugar, discorrer, no lastro da apropriação feita por Brandão (2005) de alguns dos preceitos teóricos de Mannheim (1967), que autores de épocas distintas podem integrar uma mesma unidade geracional de pensamento, sem se darem conta disso. Em segundo lugar, partimos de uma abordagem teórica atenta à eficácia social das ideias de modo, portanto, a sustentar o raciocínio de que muito do que se produz e se reproduz nas esferas culturais não se trata de uma obra do acaso, mas, pelo contrário, de ideias caras aos esforços datados de intelectuais. Finalmente, nos propomos em apresentar, à guisa de ilustração, alguns exemplos práticos que satisfizessem essas proposições sugeridas ou, no mínimo, as tornassem mais inteligíveis.

Seria preciso, sem dúvida alguma, avançar mais nesse programa de estudo com vistas a problematizarmos a dimensão da *doxa* e dos consensos sociais irrefletidos partilhados pela sociedade em suas variadas esferas, em uma trama que envolve tanto o eruditismo acadêmico quanto as leituras de senso comum. De certo modo, parte do esforço até aqui dispensado consistiu nisso e, ao longo desse investimento, pudemos perceber o quanto o que os sujeitos fazem, pensam e mesmo as expectativas que criam com relação ao futebol, mantém relação estreita com as interpretações teóricas veiculadas e consagradas no mundo intelectual. Em outros termos, existe uma espécie de cumplicidade e complementaridade não confessada entre as leituras que se vinculam ao domínio jornalístico, literário e de senso comum e as leituras de sustentação acadêmica. Daí a durabilidade histórica – até os dias de hoje, inclusive – desses sistemas de pensamento adjacentes à difusão do fenômeno futebolístico, sem falar que essa lógica explicitada atua a partir da naturalização e essencialização das práticas sociais de modo que esse conjunto de ideias e crenças tem sua legitimidade preservada.

Diante, portanto, do que está sendo dito, é possível dimensionar essa trama teórica – aqui submetida a uma espécie de apreciação teleológica – nas seguintes indagações: como foi produzido e reiterado ao longo da história do futebol brasileiro um sistema de conhecimento ideológico em torno da difusão de tal prática esportiva entre os diferentes grupos sociais? Como se tornaram legítimas essas interpretações que ao pleitearem explicar a distribuição e difusão do futebol, acabaram assumindo uma relação de neutralidade, determinismo, aversão ou inversão no que diz respeito à análise teórica dos conflitos de classe? Mais que isso, e como de certo modo já nos foi imputado problematizar até o presente momento do estudo, de que maneira ou através de que lógicas estruturais essas interpretações – devedoras, em medida

significativa, a uma série de tomadas de posição de natureza político-ideológica – acabaram se fazendo traduzir no comportamento prático dos mais diferentes atores, estejam os mesmos socializados como produtores e/ou consumidores do espetáculo futebolístico?

Para responder essas e outras questões, convém nos reportarmos ao modelo das “formas-representações” sistematizado por Toledo (2000a) com o intuito de compreender a lógica subjacente pela qual se produziram os chamados estilos de jogo futebolísticos, sejam eles nacionais ou associados aos clubes. Cabe advertir que muito embora aqui não esteja em tela a reconstrução teórica de tais estilos de jogo, mas, ao invés disso, a própria contestação da existência dos referidos estilos para além de todo aquele trabalho histórico de agenciamento cultural que foi sendo suporte definitivo para emergência dos mesmos, ainda assim podemos reter algumas pistas importantes desse modelo analítico com vistas a explicar a maneira com que as significações ideológicas atreladas à circulação do futebol entre os diferentes grupos sociais acabaram sendo rotinizadas no âmbito do debate público nacional até o ponto de se tornarem interpretações legítimas e leituras pouco ou quase nada questionáveis no país.

No centro do empreendimento de Toledo (2000a), foram delimitados três grupos de atores que, por assim dizer, concorreram correlatamente para serem produzidas como também ainda concorrem para serem mantidas determinadas “formas-representações” que orientam e organizam o *socius* esportivo no Brasil. Trata-se de um modelo estrutural, onde profissionais (atletas, comissão técnica, árbitros), especialistas (cronistas e mídia esportiva especializada) e espectadores (torcedores em seus mais diferenciados graus de envolvimento com a prática futebolística)⁷⁷ foram evocados em relativa interdependência e como agentes-cúmplices no processo de construção e manutenção dessas “formas-representações” que, por sua vez, dizem respeito tanto ao círculo de produção simbólico-emocional ancorado nas relações clubísticas quanto ao conjunto de manifestações simbólico-afetivas alinhadas ao domínio de ação social sedimentado em torno da atuação dos selecionados nacionais ou, de forma mais ampla, da atuação de equipes pertencentes, por exemplo, à escola europeia ou sul-americana.

A produção dessas “formas-representações” que designa então, a título ilustrativo, desde o jogar à *La Corinthians* até a circulação da ideia muito difundida globalmente de “futebol-arte” – amalgama de uma série de elementos tais como ginga, malícia e improviso

⁷⁷ Damo (2005, p. 39), propõe uma subdivisão nessa classificação proposta por Toledo, de modo a incluir como uma categoria à parte os dirigentes. Nós, no entanto, achamos possível incluir, sem maiores prejuízo ao modelo *tolediano*, esse segmento específico no âmbito da própria categoria dos profissionais, posto que esses agentes, mesmo que exercendo suas competências no espectro da administração e gerenciamento esportivo de uma forma que se diferencia consideravelmente das tomadas de posição dos demais profissionais que concorrem para estruturação do espetáculo futebolístico no interior dessa categoria, ainda assim partilham determinados códigos emocionais e simbólicos que estão por detrás daquilo que Toledo chamou de “formas-representações”.

que caracterizariam, como se crê, a performance individual do jogador brasileiro – é fruto de um investimento coletivo onde cada um dos grupos de atores sociais elencados por Toledo foram sendo decisivos, segundo as tomadas de posição que os competia, para que as formas de jogo pudessem ser “[...] consolidadas como formas-representações, ou seja, como índices de um processo sempre inacabado de identificações de grupos, eventualmente de toda uma coletividade [...]” (TOLEDO, 2000a, p. 242-243). Daí a decisão do autor investigar, para além do momento ritual do jogo, o modo com que tais “formas-representações” seriam negociadas nas rotinas de treinamento, nos cursos de capacitação técnica, nas mesas redondas, nas rotinas de torcedores que se reuniam em bares etc., no propósito de restituir a trama simbólica que culminou com a produção de um acordo intersubjetivo que interliga e condensa as formas de jogar futebol, como as formas de noticiar o fenômeno e ambos com as formas de torcer.

Há assim uma espécie de contiguidade entre o aparato simbólico-emocional acionado e vivenciado pelos sujeitos no contexto ritual que conforma o espetáculo futebolístico em si, quer dizer, no contexto de esforço e ação relativamente particular das diversas instâncias que concorrem para o transcurso do espetáculo protagonizado no estádio – e transmitido para a grande massa por via da televisão –, e o aparato simbólico-emocional que orienta as relações diárias que estes mesmos sujeitos estabelecem com seus pares no tocante à oferta e consumo do produto futebolístico, seja nas rotinas profissionais ou nas conversas informais que surgem nos intervalos de almoço, nos deslocamentos para o trabalho ou em outras circunstâncias similares que não necessariamente se restringem a essas que apontamos. Colocado de outro modo, a argumentação de Toledo (2000a) se constrói no sentido de demonstrar que existem formas de ver, de sentir, de discutir e de enxergar o espetáculo futebolístico que extrapolam a dicotomia afirmada entre o mundo ordinário e extraordinário ou, no mínimo, que são comuns a essas duas dimensões hierárquicas de tempo-espço ou que então resultam das interações entre ambas a partir das ações e tomadas de posições mútuas negociadas entre profissionais, especialistas e torcedores não de maneira inteiramente articulada e percebida por eles.

Visto por esse prisma, o modelo *tolediano* das “formas-representações” tem então o mérito de apresentar como determinados consensos acerca do futebol são produzidos dentro de um mesmo plano interacional que envolve a tríade de atores sociais já apontados em uma complexa rede de ações e trocas simbólicas que, a princípio, estariam por detrás da própria estruturação do futebol como um fenômeno de ampla repercussão social. Além disso, a força do modelo consistiria justamente na busca por superar o enquadramento analítico que encerra os agentes na lógica de produtores e consumidores, visto que determinadas representações e práticas sociais suplantariam ou se sobreporiam a essas relações de oferta e consumo. Por fim

o modelo também teria por mote, fornecer um suporte analítico que transcendesse as leituras que ao oporem jogo ao esporte, ludicidade à seriedade, lazer ao trabalho, esporte-competição ao esporte-participação etc., terminam por esconder a complexidade de relações simbólicas e emocionais relativamente comuns aos profissionais, especialistas e torcedores que concorrem para estruturação do fenômeno futebolístico na contemporaneidade.

Não obstante essas contribuições e o alargamento da compreensão sobre a forma com que os atores se relacionam ou, de uma maneira mais exata, são socializados no contexto de ação futebolístico moderno a partir de um núcleo de representações comuns, o modelo de Toledo, para além da já discutida continuidade teórica que acaba mantendo com a análise culturalista que procura desvelar a singularidade do futebol brasileiro a partir da restituição de um suposto estilo de jogo *sui generis*, conserva também como preceito discutível o fato de segmentar em demasia o raio de ação dos atores, de modo a explicitar a lógica estrutural que comandaria as tomadas de posição de profissionais, especialistas e torcedores na consolidação das “formas-representações” do futebol moderno. Talvez não seja exagerado dizer que esse tipo de leitura pela qual não se percebe ou então não se confere um devido tratamento aos elementos comuns que orientam, em alguma medida, as condutas dos três grupos de atores em tela seja algo compartilhado por todos aqueles modelos estruturais influenciados, a rigor, pela etnometodologia e pelas teorias do ator racional em suas mais diferentes roupagens.

De qualquer forma, portanto, a ênfase excessiva nos aspectos refletidos da ação e nas tomadas de posição racionais dos agentes não possibilitou a Toledo operar uma ruptura com a *doxa* que organiza o *socius* esportivo brasileiro, de maneira que as “formas-representações” evocadas ao longo de seu estudo, ainda que trazidas à tona a partir de uma lógica estrutural que, como vimos, possui o seu sentido e relevância, mantém incólume o essencialismo que historicamente ronda a busca pelas peculiaridades culturais do futebol brasileiro. Esse quadro se torna mais questionável na medida em que o confrontamos com a premissa teórica de que as ideias dos intelectuais fazem o mundo e, particularmente, com o fato de que a “forma-representação” condensada no suposto estilo brasileiro de jogar futebol, ou seja, na fórmula amplamente reconhecida como “futebol-arte”, tem suas dívidas com os esforços datados de intelectuais que fizeram emergir sistematicamente as categorias de percepção que até os dias de hoje organizam as tomadas de posição de profissionais, especialistas e torcedores no que diz respeito à produção e manutenção hegemônica da referida “forma-representação”.

É, portanto, no lastro dessa compreensão reformulada do modelo de Toledo (2000a) à luz de uma das premissas centrais da Sociologia do Conhecimento, isto é, do pressuposto que as ideias e categorias de pensamento sistematizadas pelas autoridades legítimas contribuem

para fazer a “realidade” do mundo social ao se converterem em práticas sociais concretas, que podemos avançar no mapeamento de algumas tendências subjacentes que fizeram com que certos aspectos analíticos apresentados nas linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro, em doses distintas e, muitas vezes, de maneira concomitante, estruturassem ao longo do tempo algumas das formas dominantes com que os atores pensariam e agiriam “programadamente” no contexto de ação futebolístico local. Para isso, entretanto, é imprescindível abandonarmos aquelas visões que instauram uma disjuntiva entre a reflexão acadêmica institucionalizada e a reflexão levada a efeito por outros produtores culturais, procurando, assim, demonstrar a rede de entrelaçamento que se firma de modo intersubjetivo e, muitas vezes, desarticulado entre o que se produz, por exemplo, no âmbito acadêmico e no âmbito literário e jornalístico.

Um exemplo que deixa claro isso que estamos dizendo se evidencia na retomada do clássico texto “*O negro no futebol brasileiro*” de Mario Filho. Há quem diga que essa obra se trata fundamentalmente de um romance, como igualmente há aqueles que defendem o valor historiográfico e “científico” dos fatos descritos/narrados por seu autor. Situar, todavia, o debate nesses termos, acaba por esconder uma série de questões cruciais que envolvem desde a filiação introspectiva de Mario Filho ao núcleo de discussões racialistas protagonizado pela intelectualidade brasileira até o seu papel exercido como intelectual dominante na divulgação via imprensa esportiva de determinadas ideias que influenciariam a forma de agir e pensar dos atores, inclusive, dos futuros especialistas acadêmicos em futebol no sentido estrito do termo. Ao que parece, essa prerrogativa levantada no âmbito dos estudos socioculturais do futebol se trata muito mais uma estratégia de *démarche* do caráter científico das reflexões empreendidas pelos seus proponentes, do que algo com correspondência *ex post facto*.

Há que se lembrar, nesse sentido, que a prática de rejeitar de antemão, como se fosse uma quintessência do *métier* científico, ideias rotuladas como não-científicas ou então pré-científicas muitas vezes acaba mascarando o quanto as proposições teóricas ditas e tidas como científicas em Ciências Sociais são devedoras a essas mesmas ideias não-científicas ou pré-científicas. Trata-se de uma contradição que Mannheim encarou e problematizou de forma ímpar, muito embora o seu excessivo radicalismo expresso no ato de vincular todas as formas de conhecimento a tomadas de posições de natureza político-ideológica o tenha impedido de perceber a possibilidade de obtenção de um conhecimento não-ideológico da realidade social (ELIAS, 2001b).⁷⁸ Além disso, nem sempre é conveniente ou possível aos estudiosos do

⁷⁸ Segundo afirmou Elias (2001b), o conceito de ideologia desenvolvido por Mannheim foi lido de utilidade, muito embora houvesse diferenças significativas neste uso conforme o próprio Elias reconheceu no excerto que segue: “Mannheim via com grande acuidade a relação existente entre as concepções sobre a sociedade de certos

mundo social reconhecerem a filiação de parte de seus argumentos a formas de pensamento semi-prontas, de modo que o conhecimento científico da sociedade não avança justamente por conta dos mesmos não ponderarem ou não estarem suficientemente preparados para ponderar que, suas explicações teóricas, em medida que cabe ser trazida à tona, são respaldadas em evidências empíricas que foram sobreterminadas, de longa data, pelas ideias de intelectuais e especialistas culturais dos quais talvez sejam os atuais herdeiros (BRANDÃO, 2005).

Partindo, portanto, da hipótese da relativa indistinção entre as ideias e interpretações tecidas acerca do futebol brasileiro no âmbito jornalístico, literário e científico, até porque em determinado momento da história, essas representações “científicas” não eram veiculadas por seus porta-vozes e mentores em periódicos específicos, mas em folhetins e jornais sob a forma de opiniões teóricas “autônomas”, é possível então avançar na compreensão da trama que fez com que determinadas ideias fossem projetadas e ganhassem força ao passo que outras fossem silenciadas até o ponto de caírem no ostracismo. Por conseguinte, o desvelamento dessa trama requer que seja reconstruído e determinado em um mesmo plano interacional o papel exercido pelos especialistas e intelectuais, por um lado, e pelos profissionais e espectadores, por outro, na construção e consolidação não apenas das “formas-representações” do futebol brasileiro, mas de uma série de ideias, por vezes, amalgamadas e dentre as quais se incluem aquelas que visam restituir alguns princípios ideológicos da distribuição da prática futebolística entre os diferentes grupos sociais até o ponto de se tornar um esporte de apelo massivo.

Colocado sob outro aparato conceitual, uma proposta de reconstrução dos significados e funções sociais ideológicas inerentes à circulação massiva do futebol no Brasil ou em outras sociedades modernas, pode ser proveitosamente alavancada a partir do modelo das “formas-representações” de Toledo, desde que associado a uma teoria do conhecimento atenta ao papel, muitas vezes inconsciente, exercido pelos intelectuais através de suas ideias-força que historicamente foram espreiadas e difundidas para a grande população mediante as diferentes instâncias culturais, especialmente as midiáticas. É possível também que essas ideias, pelo seu conteúdo político ou, mais precisamente, pela sua articulação aos interesses de determinados grupos, tenham sido acionadas, com relativa independência à ação mediadora dessas agências

indivíduos ou de grupos de indivíduos, de um lado, e a posição social desses indivíduos, de outro, em particular o conjunto de seus interesses na sociedade. E em seu ensaio sobre o pensamento conservador forneceu um modelo exemplar da análise da ideologia. Mas deteve-se nesse nível. Não podia – nem queria, provavelmente – ir além de uma simples análise crítica que desmascarasse a construção intelectual de outros indivíduos e a fizesse aparecer como ideologia; contentava-se com sua relativização e sua destruição. Para mim, a crítica da ideologia era apenas um meio para atingir um fim, um passo a mais rumo a uma teoria da sociedade que levasse em conta o fato de que existia tanto um saber mascarando a realidade como um saber a desvelando. O saber de um médico sobre o corpo humano, saber que pode curar, não deriva da ideologia. Por que não se poderia produzir um saber sobre a sociedade humana que não fosse ideológico?” (ELIAS, 2001b, p. 122).

culturais, nas próprias rotinas de dirigentes, jogadores, técnicos, torcedores e todos aqueles que, de uma forma ou outra, foram agentes centrais na construção da história do futebol no país. É, sem dúvida, uma hipótese a ser considerada e que requer averiguação empírica.

Até aqui ambicionamos fornecer algumas indicações teórico-metodológicas, talvez demasiado repetitivas, para avançarmos no “escavamento” e problematização de como foram produzidos aqueles saberes práticos que embora permeiem as relações de oferta e consumo futebolístico no Brasil, engendram um sistema de conhecimento que muito mais oculta do que propriamente revela e esclarece os processos que concorreram paralelamente para a difusão e distribuição do futebol entre os diferentes grupos sociais. Talvez ao longo desse esforço não tenhamos proposto nada de inovador ou que já não tenha sido objeto de inquietação de outros investigadores. Temos, além disso, a impressão de estarmos sugerindo uma releitura teórica do futebol a partir da teoria *bourdieusiana* da reprodução da crença, desde que não estrita a um campo específico e, ao invés disso, aberta a um contexto de ação social mais amplo e fluido, nesse caso, o contexto de ação futebolístico moderno em sua trama levada a efeito por profissionais, especialistas e torcedores, através de uma dinâmica social onde tais atores, num primeiro nível de análise, tendem a partilhar alguns códigos e ideias-força que não surgiram do nada, ou seja, têm pais e herdeiros e, num nível analítico subsequente, tendem também a divergir entre si nas maneiras como recebem, reinterpretem e repassam esses códigos e ideias a partir dos raios de ação que lhes são próprios e relativamente particulares.

Daqui em diante compete-nos imprimir uma nova direção a este exercício preliminar de teorização que aqui estamos desenvolvendo, de modo a reunir alguns elementos teórico-metodológicos que nos permitam avançar na leitura de alguns significados e funções sociais potencialmente “reais” inerentes à distribuição massiva do futebol na sociedade moderna. Se, até o presente momento, nos ativemos em apresentar algumas das vias pelas quais tende a se (re)produzir um saber prático futebolístico que muito mais oculta e mistifica do que revela a realidade que constitui a dialética de oferta e consumo desse esporte no Brasil, nas páginas seguintes nos ocupamos da outra face desse processo e procuramos sugerir uma explicação alternativa que restitua a forma com que se (re)produz uma série de relações concretas, na maioria das vezes desarticuladas e expressas em atos isolados e pouco refletidos por parte dos atores, mas que denota um saber prático que mais revela do que propriamente oculta o modo como funciona o contexto de ação futebolístico moderno ou, melhor dizendo, um saber que possui uma lógica que escapa à consciência dos atores e por isso precisa ser restituído mediante o esforço de pesquisadores dotados de um espírito científico que atribua primazia a

síntese em relação à análise, aos conflitos sociais em relação ao consenso de fachada e à racionalidade teórica em relação ao envolvimento passional com o objeto de pesquisa.

Uma primeira tarefa que se impõe ao avançar nesse desiderato é justamente definir e problematizar o que seria um contexto de ação. Mais que isso, é imprescindível justificar o porquê de avançarmos no tratamento teórico do futebol como um contexto de ação e não, por exemplo, como um campo (ou subcampo) de lutas no sentido atribuído por Bourdieu ou então como uma configuração social, tal como recobrado por Norbert Elias, sem falar de uma série de outras noções estruturais que também foram pensadas no sentido de abranger em seu espectro enunciativo e metodológico a dinâmica das relações de diferenciação e estratificação social. Cabe lembrar, inclusive, que a própria construção histórica dos quadros teóricos em Ciências Sociais, e mais designadamente em Sociologia, é marcada pela sistematização de conceitos – alguns mais ajustados que outros ao domínio ontológico da realidade, outros mais abstratos – que tendencialmente dariam conta de avaliar como atuam as complexas dinâmicas de diferenciação do tecido social assim como de estratificação e mobilidade dos grupos.

Exemplos desses conceitos ou, melhor, dessas categorias analíticas mobilizadas pelos cientistas para se referir à formação das coletividades e dos grupos se traduzem na dimensão das classes, sistemas, esferas, guetos, comunidades, mas também dos campos e configurações sociais, dentre inúmeras outras categorias presentes na literatura sociológica. Para os nossos propósitos analíticos, entretanto, é oportuno nos concentrarmos mais detidamente nas duas últimas noções operatórias, até porque os sociólogos que as sistematizaram em suas obras são os principais interlocutores teóricos que dão respaldo à nossa argumentação, além do que é em função dessas noções e também contra elas que percebemos a necessidade e possibilidade de repensar o futebol brasileiro como um contexto de ação social relativamente específico, mas que, em inúmeros aspectos, guarda similaridades estruturais e funcionais com o contexto de ação futebolístico inglês ou mexicano para nos referirmos respectivamente às relações de oferta e demanda dos bens esportivos levadas a rigor em uma sociedade com experiência de modernização central e outra com experiência de modernização periférica.

A despeito das inúmeras tentativas de aproximações teóricas realizadas entre as obras de Bourdieu e Elias, é importante advertir que seus conceitos de campo e configuração são bastante distintos. Para além da reconhecida premissa que aponta para o entendimento de que, muito embora, todo campo seja uma configuração nem toda configuração social caracterizar-se-ia necessariamente como um campo, o mais importante a ser observado nesse exercício comparativo é que as configurações sociais para Elias dizem respeito, em essência, a relações entre pessoas, ao passo que os campos para Bourdieu denotam relações entre posições sociais.

Nesse propósito, e tal como apontado e sugerido por Vandenberghe (2010), se a Sociologia Configuracional pode ter um eco empirista para Bourdieu, é permissível dizer que a teoria dos campos de Bourdieu, em contrapartida, tende a ter um eco nominalista para Elias.

Argumentado em outros termos, tanto Elias como Bourdieu, procuraram, cada qual ao seu modo, superar as principais antinomias clássicas que a Sociologia acabou herdando da Filosofia, se bem que as respostas relativamente originais que lhes aprouve produzirem a fim de suplantar esse nexo de tensões colocado entre as matrizes teóricas de inspiração coletivista (*durkheimianas*) e as matrizes teóricas de inspiração individualista (*weberianas*) partiram de tradições epistemológicas e teóricas distintas. Bourdieu, influenciado decisivamente pelas discussões travadas no campo da Filosofia da Ciência, procurou resolver o equacionamento entre indivíduo e sociedade, conforme discutido no capítulo anterior, a partir da noção de conhecimento *praxiológico* que é o suporte da própria cumplicidade ontológica entre o campo e o *habitus*. Elias, por conseguinte, e tal como aponta Lahire (2002a, p. 211), acabou por fazer uma historização das noções de indivíduo e sociedade de maneira a demonstrar que as relações entre indivíduos, na esteira de longo prazo, transformavam suas economias psíquicas na medida em que essas mesmas economias psíquicas acabavam afetando exteriormente esse espectro de relações mediadas em função do vai-e-vem da balança de poder.

Ao propormos reconstruir e pensar o futebol moderno como contexto de ação social relativamente específico, nos parece apropriado considerar ambas as chaves teóricas, pois as mesmas permitem superar de forma inventiva os embates historicamente construídos entre, por um lado, os coletivistas que afirmam que os grupos e as coletividades se sobrepõem aos indivíduos e, por outro lado, os individualistas que argumentam a existência real apenas de indivíduos sendo que as referidas coletividades não passariam de meros constructos analíticos imputados pelos cientistas para tornarem seus trabalhos descritivamente mais fundamentados e sólidos. Essas premissas, no entanto, pouco se sustentam podendo ser caracterizadas como falácias epistêmicas, já que, conforme alerta Vandenberghe, “[...] não é possível pensar o indivíduo sem fazer apelo a propriedades coletivas que o ultrapassam e o constituem como ser social [...]” (VANDENBERGHE, 2010, p. 189), além de que o que existiria na realidade, segundo o entendimento de Elias (1994a), seriam apenas indivíduos interdependentes uns aos outros, primeiro pela ação da natureza e depois pela aprendizagem social, que constituiriam a sociedade ao mesmo tempo em que seriam constituídos por ela.

Assim sendo, para as nossas ambições teóricas é possível retomar o contexto de ação futebolístico tanto como um *locus* social onde, antes de tudo, se estabeleceriam relações entre pessoas que constituem os grupos e que, em suas maneiras de agir, seriam constrangidas pelas

demandas simbólico-emocionais mediadas e negociadas no âmago dessas redes coletivas de interdependências recíprocas, quanto também de relações entre posições sociais. Vale lembrar que à medida que direcionamos um olhar mais atento para a trama das relações que se estabelecem no interior de cada grupo específico como entre os três grupos mobilizados que estruturam e conformam o contexto de ação futebolístico moderno – a saber, e nunca é demais repetir, os profissionais, os especialistas e os torcedores –, cada vez mais é passível ter clareza que as relações que ambos protagonizam se devem mutuamente ao fato dos atores que compõem cada um desses três grupos tratarem-se, antes que qualquer outra análise possa ser tecida, de seres humanos interdependentes uns aos outros, mas também de indivíduos portadores de determinados *habitus* de classe (no sentido de Bourdieu) que informam razões de agir que são próprias às posições que os agentes ocupam no espaço social mais amplo.

É oportuno, todavia, advertir que muito embora retenhamos essas premissas teóricas dos modelos de Elias e Bourdieu, ainda assim aquilo que designamos como contexto de ação futebolístico não seria exatamente sinônimo de uma configuração, de um campo ou ainda uma síntese de ambas as noções. A propósito, as formas de pensar que culminam com o ato de contemplar as relações sociais a partir das noções de campo e configuração não nos parecem apropriadas, sem uma retradução ou um novo arranjo teórico das mesmas, para tratar o tipo de problemática que aqui sistematizamos com relação ao futebol moderno e ao seu processo de difusão pelo globo e à sua lógica de distribuição para as múltiplas direções sociais.

Vale ressaltar que a noção *eliasiana* de configuração, ainda que permita resolver com originalidade o problema das contendidas entre aquilo que poderíamos denominar de conflitos sociais externos (no contexto do grupo) e os conflitos internos (na perspectiva do indivíduo), é depositária de uma excessiva fluidez e de uma amplitude de aplicações práticas – visto que a associação de no mínimo dois seres humanos já bastaria para caracterizar uma figuração – que tornam difíceis matizar e esclarecer o que, para além da dimensão estrutural do poder, se colocaria em jogo em determinadas relações sociais. A princípio, a noção *bourdieusiana* de campo resolveria esse dilema, ainda que ao preço de integrar os atores sociais em esferas de ação demasiado específicas e restritas – campo dos produtores, campo dos consumidores, campo midiático, campo do *marketing*, campo político etc. –, inviabilizando perceber aquilo de comum que envolveria a socialização de ambos os agentes, independentemente do campo a que pertençam e então disputem capitais específicos que confirmem legitimidade e distinção.

Nesse sentido, é permissível formular o raciocínio de que se a noção de configuração se apresenta demasiado aberta, extensa, flexível e, por isso tudo, pouco precisa para se pensar o problema de distribuição do futebol entre os grupos e a conformação dessa prática esportiva

como fenômeno de alcance massivo, a noção de campo, por sua vez, se demonstra demasiado fechada e perspectivista para esse mesmo desígnio, tendo em vista que a análise teria de se desenvolver considerando lógicas específicas de vários campos sociais concorrentes para esse desiderato, construindo assim um espaço de intersecções possíveis entre múltiplos campos, o que, por um lado, representa um desdobramento teórico inventivo e inovador da teoria dos campos de Bourdieu, mas, por outro lado, cria problemas teóricos no nível da análise dos *habitus* dos agentes e da distribuição dos capitais, uma vez que esses *habitus* muito diferentes reunidos em um mesmo espaço interseccional tornariam impossível determinar a *illusio* que regeria e comandaria o jogo dessas relações heterogêneas e também os objetos de disputa que seriam comuns a indivíduos portadores, a título de exemplo, do *habitus* referente ao campo econômico, ao campo político, ao campo midiático e ao campo esportivo, geralmente os mais referenciados e acionados concomitantemente nas pesquisas em Sociologia do Esporte.

Foi, portanto, para evitar o relacionismo generalizado de Elias com seu conceito-chave de configuração social e o perspectivismo contextual de Bourdieu ao restringir as condutas e o raio de ação dos atores ao domínio de campos específicos que insurgiu a necessidade de procurar por uma noção de suporte estrutural para abranger as relações sociais no futebol que fosse intermediária a ambos os conceitos. Dessa inflexão teórica, por conseguinte, surgiu nosso interesse pelos estudos de Bernard Lahire e, em particular, pelo conceito de “contexto de ação”. À primeira vista, esse conceito mobilizado pelo autor francês em sua teoria do ator plural satisfazia nossas inquietações. Pareceu-nos uma noção de médio-alcance passível de inúmeros usos práticos, além de caminhar na direção contrária à procura por leis gerais com pretensões universalistas, e permitir articular proveitosamente aquele conjunto de preceitos analíticos integrantes do programa *bourdieusiano* e *eliasiano* para Sociologia do Esporte, mais precisamente aqueles pressupostos teóricos que consistem no ato de desvelar a economia simbólico-emocional do esporte moderno, tal como discutimos no capítulo anterior.

Dando sequência a essa argumentação, é necessário advertir então que em Lahire (2002a), a noção de contexto de ação foi pensada justamente contra a noção de campo de Bourdieu. O autor lembra que nem todas as situações sociais são protagonizadas no interior de campos delimitados e como prova disso traz o exemplo do universo de relações familiares, do encontro de amigos em um bar, da prática de escalada ou de vela (LAHIRE, 2002a, p. 34), dentre outros exemplos que são evocados ao longo de sua obra. Além disso, Lahire suspeita das tendências teóricas de homogeneização disposicional, pelas quais, segundo ele, acaba se reduzindo a ação e as tomadas de posição dos agentes ao domínio do que se passa em determinado campo. Para Lahire, esse tipo de perspectiva é altamente questionável, uma vez

que os indivíduos transacionam constantemente de uma interação social a outra e de um domínio de existência a outro levando consigo acumulado esse espectro de disposições que são devedoras às experiências múltiplas construídas em suas trajetórias pessoais.

É oportuno, portanto, falar de uma pluralidade de disposições individuais que podem ser ativadas, inibidas, suspensas, colocadas em estado de espera, reconstruídas e, na maioria das vezes, ressignificadas conforme as exigências de determinadas situações sociais e de domínios de práticas particulares (LAHIRE, 2005, p. 24). Um contexto de ação social, nesse sentido, é definido por Lahire em referência à socialização plural dos atores, de modo que o mais correto a afirmar, segundo seu modelo, é a existência de uma pluralidades de contextos de ação social que favorecem (ou não) e que permitem (ou não) que as disposições estocadas pelo ator plural sejam manifestas ou reprimidas conforme as mais variadas situações, às vezes inesperadas e inusitadas, que são trazidas à tona. Obvio que não se trata de uma seleção racional por parte dos atores daquelas disposições que julgam (ou não) serem pertinentes a determinado contexto, mas de uma esquematização infraconsciente mais ou menos ajustada e às vezes contraditória entre o ator e a situação social ou, nos termos de Bourdieu, entre as propriedades subjetivas dos agentes e as propriedades objetivas do campo. Segundo Lahire:

A coerência dos hábitos ou esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de apreciação, de avaliação...), que cada ator pode ter interiorizado, depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais esteve sujeito. Uma vez que um ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente, dentro de uma pluralidade de mundos sociais não homogêneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de ações ou hábitos não homogêneos, não unificados, e com práticas consequentemente heterogêneas (e até contraditórias), que variam segundo o contexto social no qual será levado a evoluir. Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora (LAHIRE, 2002a, p. 31).

Os diferenciados contextos de ação, nesse caso, são retomados e reconstruídos à escala individual, até porque as tomadas de posição dos indivíduos em um mesmo contexto de ação nunca são idênticas e homogêneas, mas conflitantes e devedoras às experiências múltiplas que cada sujeito constrói ao longo de sua própria trajetória como ator plural. É por essa razão maior, inclusive, que toda investigação disposicionalista deve ser igualmente uma abordagem contextualista que atente, sobretudo, para o fato de que o patrimônio de esquemas de ação e de hábitos que os indivíduos herdam e desenvolvem ao longo de suas histórias é sempre plural, controverso e, acima de tudo, que as respostas expressas em modos de pensar e agir

que cada ator fornece em determinada situação/contexto nem sempre é similar a de outro ator social imerso nessa mesma situação/contexto, ainda que seja possível existir, tal como advertido por Lahire (2002a), correspondências nas formas de pensar e agir dos múltiplos atores, mas que, todavia, não podem ser antecipadas ou deduzidas teoricamente e, ao invés disso, precisam ser restituídas a partir de trabalho empírico do investigador.

Ao transpor esse conjunto de orientações teórico-metodológicas para pensar o esporte, Lahire (2010, p. 19), afirma que o escopo de seu programa de pesquisa se concentra e diz respeito à “[...] uma sociologia da socialização que estuda os traços disposicionais deixados pelas experiências sociais e a maneira como essas disposições a sentir, acreditar e agir é desencadeada (ou desativada) em contextos variados de ação”. Pensado por esse prisma, o esporte como mais um dos contextos de ação social que os agentes se deparam em suas vidas não pode ser visto tão somente como um lugar de construção de disposições específicas, mas como um espaço de atualização de hábitos incorporados em outros espaços e contextos sociais (LAHIRE, 2010, p. 22). É necessário, nesse particular, buscar uma posição intermediária que considere tanto as contribuições diretas do esporte para construção de disposições sociais que serão acionadas (ou não) pelos atores em outros contextos, quanto o fato de que as formas de agir, sentir e se relacionar no esporte são devedoras às disposições que os agentes trazem incorporadas e estocadas de experiências anteriores em outros contextos e situações sociais.

A fim de ilustrar de uma forma mais didática a validade dessas premissas, é suficiente levar a diante o raciocínio de que todos nós podemos desempenhar diversos papéis sociais em vários contextos – a saber, e à guisa de exemplo, de pai ou mãe, de filho ou filha na família; de aluno ou aluna, de professor ou professora na escola ou universidade; de praticante de uma determinada modalidade esportiva em um clube; de membro de uma igreja; de empregador e empregado em uma empresa; e as situações e tomadas de posição se multiplicam – de modo então que não seríamos mais do que uma fusão de todas essas experiências de socialização múltiplas que herdamos e acumulamos de situações predecessoras. É imperativo ressaltar, entretanto, que o que fazemos ou dizemos em um contexto não necessariamente será dito e feito em outro contexto. Isso, por conseguinte, não quer dizer que seríamos dissimulados ou que então teríamos consciência profunda das disposições e modos de agir que precisaríamos evocar em um determinado contexto e suprimir em outro. Em contrapartida, determinadas disposições – mais fortes, nesse caso, que outras –, poderiam estar orientando ou por detrás de nossas formas de agir e pensar em outros contextos, tal como sugerido por Lahire no excerto a seguir e onde argumenta sobre a possibilidade das disposições adquiridas através da prática do esporte orientar (ou não) as disposições do ator plural no contexto escolar ou profissional:

Enfim, para evocar questões que vão além da sociologia do esporte, parece-me que seria possível, também, buscar apreender utilmente em que medida há transferências possíveis de disposições adquiridas no esporte para outras áreas. Tentei mostrar, em meus trabalhos de pesquisas mais recentes, que as disposições eram sempre condicionadas e que seu grau de generalização ou o grau de extensão dos contextos de sua atualização era um problema que não podia ser resolvido a priori e de uma vez por todas, por simples decreto teórico. Somente pesquisas empíricas bem delimitadas e suficientemente precisas permitem avançar na compreensão dos fenômenos de transferências ou de inibição, de ativação ou de desativação das disposições socialmente constituídas. Uma disposição ascética constituída na e pela prática esportiva pode ser transferida para áreas escolares ou profissionais, ou o ascetismo corporal, físico não tem relação nenhuma com o ascetismo escolar ou com o ascetismo profissional? Em que medida disposições para a autodisciplina, o fair-play, a solidariedade, a competição, o respeito às regras ou à autoridade, que são (às vezes) construídas e empregadas ativamente em determinado contexto esportivo, podem ser transpostas ou transferidas para outras áreas de práticas, até mesmo generalizadas para todas as áreas, tornando-se disposições gerais e permanentes? A prática de um esporte pode ser um meio de forjar habilidades corporais ou disposições para agir e acreditar “rentáveis” ou “eficazes” em outras áreas de práticas? (LAHIRE, 2010, p. 23).

Trata-se, como vemos, de uma série de questões que os estudiosos das formas de pensar e agir no contexto do esporte, mas também no contexto familiar, escolar, religioso etc., precisariam considerar em suas empresas e propostas investigativas, se bem que muito mais com o intuito de ponderar e relativizar aquelas formas de tratamento teórico que, de acordo com Lahire (2010, p. 23-24), não fazem outra coisa que senão pressupor a unidade e a coerência de um “sistema de disposições” que apenas expressaria ou então denotaria a existência de uma fórmula gerativa e central ancorando as disposições e, portanto, as práticas dos atores. As críticas de Lahire, nesse sentido, são endereçadas à Bourdieu e à sua noção de *habitus* de classe que permearia a ação dos atores e, portanto, insurgiria como algo inerente às suas disposições (isto é, como algo identificável nos usos corporais e na relação que o corpo estabeleceria com os bens culturais e simbólicos) independentemente dos contextos ou dos domínios particulares de práticas que estivessem envolvidos e igualmente socializados.

Entendemos, portanto, que o esforço maior de Lahire consiste no intuito de restaurar uma Sociologia psicológica ou, nos seus termos, uma Sociologia à escala individual que daria conta de abranger a heterogeneidade dos esquemas de disposição e de ação que os atores vão herdando e construindo ao longo de suas vidas. Além disso, a partir de seu modelo teórico abrir-se-ia a possibilidade de investigar a realidade social sob sua forma individualizada, interiorizada e incorporada, ou seja, partindo da perspectiva do indivíduo – entendido como ator plural – que atravessa cenas e percorre os mais diferentes contextos e campos de força (LAHIRE, 2002a, p. 190). Nesse particular, os contextos de ação em Lahire são abordados e contemplados em uma escala individual, visto que o que interessa é justamente seguir e

acompanhar o ator nas diferentes esferas de socialização que compõem suas (des)rotinas diárias, de modo a se estruturar um programa comparativo que dê conta de restituir a forma com que essas disposições são (ou não) transferidas de um contexto de ação a outro.⁷⁹

Não restam dúvidas, tal como é passível perceber, que o quadro teórico-metodológico que Lahire propõe ao pleitear uma Sociologia à escala individual é fecundo e permite levar a cabo uma série de investigações empíricas que, para além das inúmeras possibilidades de descoberta que abrem, terminam por colocar mutuamente em xeque tanto as tendências teóricas que prezam por descobrir aquelas matrizes gerais que governariam a ação dos atores e, em seguida, generalizá-las para os amplos domínios de ação possíveis, quanto às leis gerais que regeriam as relações sociais em determinados contextos e, consequentemente, seriam também generalizadas para as mais variadas esferas de socialização que estruturam a vida. São proposições importantes e que tocam no cerne de alguns problemas que vem inquietando, de longa data, a produção teórica em Sociologia, se bem que essas mesmas proposições não invalidam – e Lahire, muito embora, se posicione criticamente com relação a essas tendências não nega que as mesmas tenham validade científica para compreensão da vida social – o esforço dos investigadores em estabelecer na prática as regularidades que unem e afastam os indivíduos uns dos outros e, nesse sentido, reconstruir teoricamente as classes e os grupos sociais efetivamente mobilizados que estruturam e compõem a sociedade.

É na tentativa, portanto, de integrar esses preceitos críticos e alternativos propostos por Lahire através de sua teoria do ator plural a uma proposta construtivista dos grupos e coletivos sociais, de modo a restituir aqueles componentes disposicionais que seriam partilhados pelos atores, independentemente de suas tomadas de posições específicas e do grau de consciência que tenham ou não desenvolvido sobre a existência dos referidos componentes disposicionais, que vislumbramos a possibilidade de perspectivar os contextos de ação em escala holística. Um contexto de ação contemplado sob um olhar metodológico holístico integraria, a saber, uma infinidade de atores plurais que apesar de terem suas tomadas de posições específicas e se arranjam em subgrupos específicos com tomadas de posições também relativamente

⁷⁹ Lahire, de maneira alguma se opõe ao projeto de estudar a socialização do ator ou dos atores no espectro de uma cena ou de um contexto específico, mas desde que não se generalize teoricamente o que se aprende sobre o comportamento do ator ou dos atores em um contexto particular de ação para outro contexto de ação diferente. Segundo argumenta Lahire: “Quando o pesquisador observa apenas uma cena, e nada o impede de fazê-lo, deve, no entanto, esforçar-se por não generalizar abusivamente as conquistas limitadas de conhecimento. Estas certamente são modestas, mas já têm uma pertinência contextual. Ao impedir de ver os limites do conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, encorajando a preguiça empírica que consiste, no caso presente, em evitar o longo trabalho de comparação de comportamentos segundo os contextos, o demônio da generalização (que certamente se explica pelos ganhos simbólicos bem maiores que proporciona) constitui um verdadeiro obstáculo para o conhecimento científico do mundo social” (LAHIRE, 2002a, p. 203).

específicas, ainda assim teriam seus raios de ação e de intervenção constrangidos em função de aspectos disposicionais que, em graus diferentes, seriam comuns a todos os sujeitos. Dito em outros termos, haveria alguns elementos simbólico-emocionais comuns presentes nas disposições de agir dos atores plurais que se socializam num determinado contexto de ação específico, seja ele o esporte, a religião, a política, as atividades profissionais, a educação etc.

Admitidos esses princípios hipotético-dedutivos, o passo seguinte seria acioná-los em um domínio de estudo particular e circunscrito, até porque é quando são confrontados com as propriedades ontológicas que organizam os referidos contextos de ação que tais princípios se demonstram mais claros quanto a sua funcionalidade prática e a sua concretude. A entrada para este exercício, no nosso caso, e como não poderia deixar de ser, é o futebol, se bem que devemos advertir que outras práticas esportivas ou mesmo o esporte de uma forma geral ou outras esferas estruturantes da vida social (religião, artes, política, economia etc.) podem ser proveitosamente reconstruídas como contextos de ação social específicos, muito embora não seja essa nossa ambição original ao mobilizar esse instrumental teórico-metodológico. Nesse sentido, os apontamentos que seguem, ainda que possam ter validade para outros contextos, são articulados prioritariamente para dar conta daquele conjunto de relações que os agentes construíram e continuam a construir no âmbito futebolístico a ponto de fazerem essa prática se tornar um dos principais produtos e fenômenos culturais da modernidade.

Uma primeira coisa então a ser feita ao retomar o futebol como um contexto de ação social é realizar um escalonamento analítico em termos temporais e espaciais desse contexto de modo a evitar tanto uma generalização indevida de universalismos históricos quanto uma procura demasiado obsessiva pelos particularismos regionais e nacionais. Do ponto de vista temporal, o importante é conservar em mente as diferenças existentes entre a conformação do contexto de ação futebolístico no seio das sociedades pouco diferenciadas do início do século XX e o modo com que tal contexto de ação se apresenta nas sociedades complexas do século XXI, muito embora deva ser ressaltado que o caráter dialógico e processual das relações em ambos os períodos é preservado e potencialmente idêntico. Do ponto de vista espacial, por sua vez, é necessário confrontar esse contexto ao macrocontexto que se traduz na experiência de modernização levada a efeito historicamente pelas mais variadas sociedades (do centro e da periferia do capitalismo), evitando, no entanto, desembocar em análises influenciadas pelas mitologias nacionalistas. Em outras palavras, trata-se de um princípio metodológico bem geral que visa mediar e preservar as relativas diferenças interpostas no decorrer da história do futebol entre aqueles processos e relações construídas e sedimentadas em torno do mesmo que

seriam globais e/ou locais e, mais que isso, que sinalizariam para a continuidade e/ou para a descontinuidade desses processos adjacentes à sua difusão na modernidade.

A fim de deixar mais claras essas premissas, convém evocar alguns exemplos práticos a título de indagação e que, a princípio, não devem ser retomados como questões de valor comparativo ou fundamentados no método comparativo, ainda que não o deixem de serem. Avançando nesse exercício, é oportuno pensarmos em que medida, por exemplo, o contexto de ação futebolístico brasileiro guardaria semelhanças ao contexto de ação futebolístico inglês ou em que medida os princípios de funcionamento do contexto de ação futebolístico carioca no início do século XX poderiam ser transferidos para pensar e estudar o contexto de ação futebolístico em Buenos Aires durante os anos 1950 ou o contexto de ação futebolístico paulistano dos anos 1990? Colocado de modo mais incisivo, é pertinente indagar então sobre aqueles aspectos que o contexto de ação futebolístico perspectivado à escala global e nacional poderia nos ser útil para pensar o contexto de ação futebolístico em escala regional e local e o raciocínio inverso também é verdadeiro e complementa essa relação.

São exemplos e questões de grande valia para continuidade de nosso empreendimento e que nos permitem, portanto, estabelecer como princípio geral do método que quanto mais a nível macro for reconstruído um contexto de ação futebolístico menos o estudo desse contexto tenderá a revelar as especificidades locais e regionais que abrangem e permeiam as relações de oferta e consumo dessa prática esportiva, se bem que ao percorrer o caminho inverso é possível capturar algumas das generalidades estruturais e funcionais que então atravessariam a dialética firmada entre a oferta e o consumo simbólico-emocional do futebol em escala macro. Em outras palavras, talvez seja muito mais adequado, do ponto de vista de uma hermenêutica social, registrar a maneira com que o geral se inscreve no particular do que alimentar a pretensão de deduzir particularidades a partir das abordagens metodologicamente voltadas a restituir o geral, se bem que o modelo aqui sugerido procura resolver essa tensão a partir do entendimento de que existem generalidades interpondo-se entre os vários contextos de ação futebolísticos passíveis de se apreender e delimitar empiricamente e, além disso, que as particularidades desses diferentes contextos de ação futebolísticos podem ser restituídas ao se observar o caráter das relações e dos conflitos mais amplos que – como “regra de ouro” –, tendem a ser tematizados no futebol e negociados através do futebol em cada uma dessas sociedades, países, cidades e regiões, ou seja, da escala macro à escala microssocial.

Algo também de fundamental importância a ser considerado na tentativa de se retomar o futebol como um contexto de ação social específico versa sobre as relações que o referido contexto manteria, à guisa de exemplo, com a esfera política, econômica e cultural. É comum

nos depararmos na literatura – e a revisão bibliográfica feita na primeira parte da tese autoriza esse comentário – com estudos que explicam o futebol pela ótica solitária da política, da economia ou então da cultura. Isso é ponto pacífico. No entanto, pouco se avançou e tem se avançado no sentido de compreender o futebol pelo que de político, econômico ou cultural se desdobrou e se desdobra a partir dele ou ainda sobre em que medida as propriedades simbólico-emocionais ativadas nessa prática esportiva coincidiriam ou não com as tomadas de posições dos agentes e dos grupos em outras esferas estruturantes da vida social. Toma-se então o futebol como um reflexo do que acontece nessas outras esferas e acaba-se, desse modo, por cair no erro da reificação. A contrapartida desse primeiro posicionamento, por sua vez, é pensar o futebol por ele mesmo e como universo fechado e pouco dialógico, tendendo então a uma espécie de reducionismo que ao recortar metodologicamente o objeto em torno de suas propriedades “intrínsecas”, acaba recortando as relações que o objeto mantém com outras áreas vitais para o funcionamento da sociedade que o gesta.

Ao pleitear, portanto, a retomada do futebol como contexto de ação social específico é imprescindível que esse tipo de vigilância seja observado e mantido de modo a não se elevar essa prática esportiva, por um lado, ao nível de um *locus* etéreo impregnado por um sistema simbólico autônomo e sem conexão com o desenvolvimento da sociedade em suas dimensões mais amplas e complexas e, por outro lado, ao nível de um *locus* social mecanicista que reproduziria a partir de relações concretas ou metafóricas aquilo que seria vivenciado pelos agentes em outras esferas e contextos de ação social, tomados, inclusive, e equivocadamente, como mais importantes e, por isso, como paradigmáticos ao se conduzir muitas das análises sociológicas sobre o futebol ou sobre outros esportes. Conforme sugere Lahire (2010, p. 14), tais tendências de precipitação e de superinterpretação teórica resultam do estabelecimento de analogias superficiais entre o esporte e determinado fenômeno social quando senão entre o esporte e a própria sociedade como um todo, culminando então com a utilização desse objeto para ilustrar e desenvolver as teses teóricas mais extravagantes possíveis.

Na contramão dessas tendências explicitadas, procuramos encarar o futebol moderno como um contexto de ação social específico não porque o mesmo não mantenha relações com outros contextos de ação ou, ao invés disso, porque seja um contexto completamente *sui generis*, mas porque, antes de tudo, entendemos que a chave para se explicar o sucesso que essa prática esportiva como talvez nenhuma outra alcançou na modernidade deve ser buscada nela mesmo ou, melhor dizendo, nas relações – expressas em modos de pensar e agir – que os atores vivenciaram/vivenciam através desse esporte. Essas relações, para sermos mais exatos, não são um mero prolongamento do que se pensa ou se faz em outras áreas da vida, como

tampouco poderiam ser visualizadas como o produto de formas de pensar e agir totalmente inéditas. Há obviamente uma comunicação e uma dialogia entre o que se faz ou se pensa no esporte e o que se faz ou se pensa, por exemplo, na política, mas não porque haja uma sobreposição de uma esfera à outra e sim porque os mesmos seres humanos que inventaram o esporte também inventaram a política, a economia, a religião, a ciência, a tecnologia etc.

Além disso, é imperativo lembrar que ao menos em dois aspectos cruciais – um de ascendência eminentemente psicogenética e outro de proeminência sociogenética tal como expresso no léxico teórico *eliasiano* – as formas de sentir, pensar e agir dos indivíduos reporta a um mesmo núcleo de tensões relacionadas às dinâmicas conflitivas e ao desenvolvimento global da sociedade, independentemente dos variados contextos de ação que estejam inseridos e tendam a acumular as mais variadas experiências ao longo de suas histórias e imprimi-las, portanto, em suas biografias individuais, muito embora, devemos ressaltar que alguns desses contextos sejam mais propensos à sublimação dessas tensões enquanto outros contextos ao extravasamento das mesmas sob formas controladas ou transgredidas de violência. Mas que aspectos tão centrais e indispensáveis à reconstrução teórica do futebol ou de outros domínios da vida coletiva como contextos de ação relativamente específicos seriam esses? Como tais aspectos funcionam e interagem? Que autores atribuíram valor seminal a esses aspectos ou que então os abordaram de um ponto de vista mais sistemático em suas obras?

Talvez não seja exagerado dizer que Marx foi o precursor teórico na abordagem de um desses aspectos enquanto Freud na apreensão sistemática do outro. Tratam-se, sumariamente falando, de duas leituras teóricas potencialmente antagônicas, visto que a interpretação *marxista* foi estruturada com base no entendimento de que as relações sociais conflitivas como também os comportamentos dos agentes naquilo de opressor que exprimem insurgiram objetivamente em função das lutas de classe decorrentes da criação da propriedade privada e dos meios de produção, ao passo que a abordagem *freudiana* se propôs a explicar a conflitualidade que permeia as relações sociais e, mais designadamente, os comportamentos agressivos dos indivíduos a partir da descoberta das funções desempenhadas pelo *Id* como fonte de armazenamento tanto dos impulsos libidinais quanto do instinto de morte. Uma leitura mais sistemática da obra dos dois autores seria bem vinda e daria conta de elucidar o modo com que os mesmos sistematizaram essas premissas para explicar o caráter virulento de uma gama de relações construídas entre os seres humanos. Para os nossos objetivos, no entanto, esse direcionamento é desnecessário e o fundamental então é conservarmos em mente que tanto o componente instintivo quanto o componente estrutural da agressividade atuam dialogicamente, em maior ou menor grau, em todas as relações sociais, se bem que esse

caráter dialógico sugerido em nada altera o embate teórico firmado entre a psicanálise moderna e o materialismo histórico tal como delatado pelo próprio Freud em passagem bastante conhecida e referenciada de seu texto “*O mal-estar na civilização*”:

Os comunistas acreditam ter descoberto o caminho para nos livrar de nossos males. Segundo eles, o homem é inteiramente bom e bem disposto para com o seu próximo, mas a instituição da propriedade privada corrompeu-lhe a natureza. A propriedade da riqueza privada confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente contra seu opressor. Se a propriedade privada fosse abolida, possuída em comum toda a riqueza e permitida a todos a partilha de sua fruição, a má vontade e a hostilidade desapareceriam entre os homens. Como as necessidades de todos seriam satisfeitas, ninguém teria razão alguma para encarar outrem como inimigo; todos, de boa vontade, empreenderiam o trabalho que se fizesse necessário. Não estou interessado em nenhuma crítica econômica do sistema comunista; não posso investigar se a abolição da propriedade privada é conveniente ou vantajosa. Mas sou capaz de reconhecer que as premissas psicológicas em que o sistema se baseia são uma ilusão insustentável. Abolindo a propriedade privada, privamos o amor humano da agressão de um de seus instrumentos, decerto forte, embora, decerto também, não o mais forte; de maneira alguma, porém, alteramos as diferenças em poder e influência que são mal empregadas pela agressividade, nem tampouco alteramos nada em sua natureza. A agressividade não foi criada pela propriedade. Reinou quase sem limites nos tempos primitivos, quando a propriedade ainda era muito escassa, e já se apresenta no quarto das crianças, quase antes que a propriedade tenha abandonado sua forma anal e primária; constitui a base de toda relação de afeto e amor entre pessoas (com a única exceção, talvez, do relacionamento da mãe com seu filho homem). Se eliminamos os direitos pessoais sobre a riqueza material, ainda permanecem, no campo dos relacionamentos sexuais, prerrogativas fadadas a se tornarem a fonte da mais intensa antipatia e da mais violenta hostilidade entre homens que, sob outros aspectos, se encontram em pé de igualdade. Se também removermos esse fator, permitindo a liberdade completa da vida sexual, e assim abolirmos a família, célula germinal da civilização, não podemos, é verdade, prever com facilidade quais os novos caminhos que o desenvolvimento da civilização vai tomar; uma coisa, porém, podemos esperar; é que, nesse caso, essa característica indestrutível da natureza humana seguirá a civilização (FREUD, 1996, p. 117-118).

Conforme poderemos reter da argumentação de Freud, a agressividade seria muito mais um instinto, ou seja, algo característico do ser humano e herdado desde épocas remotas, do que uma consequência estrutural decorrente do surgimento da propriedade privada. Nesse sentido, a crítica com relação ao marxismo é certa, em particular no sentido de desacreditar que o estabelecimento de uma suposta igualdade sob bases materiais e financeiras suprimiria o caráter virulento e opressor das relações fundadas entre grupos potencialmente antagônicos e rivais. Ao invés disso, Freud (1996, p. 145) argumenta que os seres humanos são inclinados à agressividade mútua e, além disso, que essa tendência à agressividade e destrutividade (não necessariamente de origem erótica) como uma das feições do instinto de morte resistiria à civilização e funcionaria então na condição de motor das condutas ao lado, é claro, do instinto

de vida que acabou fazendo se prevalecer também como uma característica ontologicamente cara à natureza da civilização e a autopreservação da espécie.

Seria interessante investigar até que ponto o jogo e o esporte poderiam ser vistos como *locus* que permitiriam aos agentes externar a agressividade – já em medida significativa censurada e inibida pelo superego – sob a forma de representações que embora pareçam, às vezes, frívolas, nocivas e, até mesmo, lúdicas e salutares, não são isentas do sentido de se vincular e dirigir a grupos sociais específicos juízos valorativos estampados sob o pejo da violência simbólica. De certa maneira, esse é um dos aspectos investigativos a ser aqui contemplado, ainda que a partir de um acesso à psicanálise *freudiana* a partir da obra de Elias que, a propósito, fez um uso inventivo das teses de Freud de modo a liberá-las de seu excessivo caráter clínico e de sua aplicabilidade centrada na noção de indivíduo enclausurado. Além disso, a perspectiva processual de Elias, conforme já discutido em momento anterior, permite superar a disjuntiva que se estabelece entre saber se a agressividade nasce com os indivíduos ou se a vida em sociedade é que torna os indivíduos agressivos. Como resposta a esse embate, que, por sinal, pouco ajuda no esclarecimento do problema da agressividade e, num nível seguinte, da violência entre os seres humanos, Elias oferece a seguinte leitura:

Nossos hábitos de pensar inclinam-nos a procurar “começos”. Mas não há em parte alguma, no desenvolvimento da pessoa, um “ponto” antes do qual poderíamos dizer: até aqui não havia “razão” e agora ela “surgiu”; até aqui não havia compulsões do ser e nenhum “superego” e agora, neste ou naquele século, ele subitamente surgiu. Não há um ponto zero de todos esses dados. Mas tampouco faz justiça aos fatos dizer: tudo sempre esteve lá, como agora. Os hábitos de autocontrole, a constituição consciente e afetiva das pessoas “civilizadas” diferem claramente em sua totalidade das dos chamados “primitivos”, mas ambos são, em sua estrutura, modelações diferentes, e ainda assim claramente explicáveis, de modelações das mesmas funções naturais (ELIAS, 1994b, p. 230-231).

Tal como passível depreender, Elias imputa alguns redirecionamentos teóricos ao pensamento de Freud de modo a convertê-lo e torná-lo mais útil aos interesses da disciplina sociológica. Não se trata mais de argumentar sobre uma suposta gênese para a agressividade como o faz Freud a partir do mito da “horda primeva”, mas enfatizar o elemento relacional entre os conflitos internos dentro do indivíduo e os conflitos externos no contexto do grupo, tendo em vista que à medida que muda a forma com que as pessoas se interligam umas às outras se transforma também seus comportamentos e suas economias psíquicas na escala de longo termo. Em outras palavras, ainda que a matéria bruta natural das pulsões talvez pouco mude na história da humanidade, ela nunca, com exceção de casos clínicos, vai ser acionada em seu estado puro nas interações sociais e, ao invés disso, se apresenta como uma estrutura

maleável e suscetível de modelações por conta da aprendizagem e da experiência que os indivíduos acumulam nas teias de interdependências recíprocas (ELIAS, 1994b, p. 237).

O importante então a ser retido do pensamento de Freud, segundo Elias (1994b, p. 238), é a descoberta de que a peculiaridade do caráter humano fica evidenciada justamente na rigorosa divisão entre as funções mentais conscientes e inconscientes, muito embora isso “[...] longe de se parte da natureza imutável do homem, é resultado de um longo processo civilizador, durante o qual se tornou mais dura e impenetrável o muro que separa as pulsões da libido da “consciência”, ou “reflexão””. Não seriam, nesse caso, as funções controladoras do superego em resposta à energia libidinal e à agressividade contempladas sob o ponto de vista do indivíduo isolado e retirado do contexto que fizeram emergir a civilização, mas os equilíbrios e conflitos entre as pulsões controladas e as agências controladoras de acordo com a estrutura mutável dos relacionamentos entre os indivíduos interdependentes. Por essa razão também é que seriam distintos os padrões de sentimentos, autoimagem e economia pulsional de alemães ou ingleses, de indivíduos pertencentes à classe operária ou aos estratos burgueses, dentre uma série de outros exemplos, já que a divisão entre as funções mentais conscientes e inconscientes – ainda que presente em todos os seres humanos – seria dependente das relações que ambos constroem mutuamente mediante as dimensões de tempo e espaço.

A releitura que Elias propõe de Freud lhe permite, portanto, abordar os conflitos, posteriormente identificados em sua teoria sociológica com a distribuição de poder entre os grupos, em uma chave simultaneamente psicogenética e sociogenética, sem atribuir primazia dos conflitos estruturais sobre os individuais e dos conflitos individuais sobre os estruturais, fugindo então ao dilema que consiste no questionamento de se a agressividade e o ódio seriam uma afeição do ser humano ou uma construção e subproduto das lutas de classe, e, por vias originais, demonstrando a forma como que ambas as explicações se inter-relacionam e são centrais e decisivas tanto na elaboração da “identidade-eu”, como da “identidade-nós” e da “identidade-eles”. Nesse aspecto o que Elias fez, de forma ímpar, foi sistematizar aquilo que Freud (1996, p. 119) chamou de o “narcisismo das pequenas diferenças” definido a partir do raciocínio de que existe uma natureza parcialmente sobredeterminada do ser humano amar aqueles nos quais ele pode se amar e, além disso, de que é “[...] possível unir um número considerável de pessoas no amor, enquanto sobraem outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (FREUD, 1996, p. 118-119).

Esse “narcisismo das pequenas diferenças”, diga-se de passagem, foi um pouco do que Bourdieu quis demonstrar em seu livro *“A distinção”* ao trazer à tona o embate intersubjetivo e objetivamente orquestrado estabelecido entre os diferentes estratos sociais na França do

século XX, por meio do acesso inconsciente – isto é, inscrito sob a forma de *habitus* – que os agentes faziam aos produtos culturais a partir daquilo que se poderia denominar de gosto de classe. Até onde sabemos, Bourdieu fez poucas referências explícitas a Freud e à psicanálise ao longo de sua obra e, as razões para isso, provavelmente são de ordem epistemológica e não um mero desprezo pela teoria *freudiana*, como alguns podem ser levados a cogitar. Em que pese, no entanto, esse tipo de prognóstico, é possível ainda assim buscar na teoria do *habitus* de Bourdieu alguma relação com a psicanálise *freudiana*, se bem que a entrada do sociólogo francês nessa discussão guarda muito mais semelhanças aos usos reestilizado de Freud feito por Elias, em especial no que toca à dialética entre os conflitos internos e externos, do que propriamente a qualquer outro uso particular ou diferenciado dos preceitos psicanalíticos.

Se formos levar a rigor esse tipo de aproximação, será possível, inclusive, notar que a teoria dos campos de Bourdieu também expressa uma preocupação em explicitar o modo com que se articula a interiorização dos conflitos nos agentes e a exteriorização dos conflitos no contexto das relações entre as posições sociais. Talvez uma leitura teórica mais direcionada e com maior profundidade da relação firmada entre os *habitus* e os capitais, seja suficiente para demonstrar a coerência do que aqui está sendo sugerido. Nesse particular, o desvelamento de questões que consistam em problematizar o que são as disputas por capitais que senão os próprios conflitos ou então o que são os *habitus* que senão as condições básicas para estar envolvido nos campos onde se travam disputas por capitais passa a ter um valor indispensável no desiderato de entender a mediação entre os conflitos internos e os conflitos externos traduzidos nas disputas por prestígio, por reconhecimento e, mais que isso, na preservação da estrutura das posições sociais ou na subversão da mesma.

É, todavia, na retomada conjunta da noção de *habitus* de classe e de campo do poder que talvez fique mais explícita a maneira com que Bourdieu acabou articulando teoricamente os conflitos internos dos indivíduos aos conflitos resultantes de suas inter-relações e vice-versa. O *habitus* de classe, segundo o esquema teórico de Bourdieu, trata-se, por assim dizer, de uma espécie de meta-disposição que os indivíduos herdam e desenvolvem na família justamente no momento em que está sendo formado o *habitus* primário e, nos termos de Elias (1994b, p. 227), sendo também instilado um superego mais estável nas crianças através dos exemplos de conduta dos adultos e dos padrões de correção que os mesmos impõem aos mais novos. Nesse propósito, o *habitus* de classe pode ser encarado e retomado como uma meta-disposição – passível, claro, de modificação e aprimoramento ao longo da história de vida do indivíduo – porque o mesmo orienta das formas mais dinâmicas possíveis as experiências que os sujeitos desenvolvem nos campos de ação diferenciados, assim como suas condutas e suas

maneiras de agir com relação aos indivíduos que integram o grupo imagetivamente designado como “nós” e o grupo imagetivamente designado como “eles”.

É, inclusive, em função dessa centralidade do *habitus* de classe traduzido e expresso nos comportamentos dos agentes e no modo, portanto, com que pensam a si próprios e aos outros que é possível avaliar em que medida as relações em determinado campo social reproduziriam ou não a estrutura do campo do poder entendido como espaço de relações de força estabelecido em razão da posse e do volume dos capitais aptos a separar e definir quem seriam então as classes dominantes e, por conseguinte, quem seriam as classes dominadas. Deste modo, não seria exagerado supor que é porque existe uma estreita afinidade entre a reprodução do *habitus* de classe e a preservação da estrutura do campo do poder que se torna possível que a dominação simbólica incrustada à validação do “narcisismo das pequenas diferenças” atue de maneira tão eficaz e desejada nos mais diferentes campos sociais unindo e separando objetivamente os grupos e indivíduos sem que os mesmos se deem conta disso. Esse orquestramento intersubjetivo que ao mesmo tempo é resultado e produto das lutas e conflitos objetivamente fundados é sugerido e avalizado por Bourdieu nos seguintes termos:

Ajustadas a uma condição de classe como conjunto de possibilidades e de impossibilidades, as disposições são também adequadas a uma posição e um nível na estrutura de classes, sempre referidas, ao menos objetivamente, às disposições associadas a outras posições. Por uma espécie de adesão de segunda ordem à necessidade, as diferentes classes assumem como ideal ético as escolhas implícitas do ethos que essa necessidade lhes impõe, recusando as “virtudes” chamadas de necessidades por outrem. Não há profissão pequeno-burguesa de ascetismo, nem elogio do limpo, do sóbrio e do bem-cuidado que não encerre uma condenação tácita à sujeira e à inconveniência nas palavras ou coisas, à intemperança, à imprevidência ou à imprudência, **como se os agentes só pudessem reconhecer seus valores naquilo que os valoriza, na última diferença que é também, muitas vezes, a última conquista, na instância genética e estrutural que propriamente os define** (BOURDIEU, 2003c, p. 76-77, os grifos são nossos).

A construção de um espaço social objetivamente diferenciado e ao mesmo tempo diferenciador é evidente, em particular porque uma determinada estrutura de preferências e afeições nunca se constrói por referência a si mesma, mas sempre em relação a outras. Essas diferenças, por sua vez, não irão se exprimir apenas nas representações subjetivas que alguns grupos elaborarão acerca de outros, mas no volume de capital econômico, cultural e simbólico acumulado pelos agentes enquanto participantes do jogo social travado nos diferentes campos. Por conseguinte, essa correlação entre aquilo que, por um lado, os membros de uma classe sentem e pensam com relação aos que integram uma classe rival e, por outro lado, o tipo e a quantidade de capital que dispõem, permite considerar que tanto os agentes “[...] tiram partido das possibilidades oferecidas por um campo no intuito de exprimir e saciar suas pulsões e

desejos, eventualmente sua neurose [...]”, quanto os campos também fazem uso dessas “[...] pulsões dos agentes constringendo-os à submissão ou à sublimação, fazendo-os se dobrar diante das estruturas e finalidades que lhes são imanentes” (BOURDIEU, 2001, p. 200).

Em síntese, e tal como a aproximação teórica realizada permite supor, é permissível dizer que o *habitus* de classe que todos os agentes trazem impresso no corpo e em suas formas de pensar e agir, queiram eles ou não, já prescreve uma estrutura específica de modelação do superego no seio da família em que nascem e crescem e, mais que isso, uma espécie de inclinação a se solidarizar com aqueles grupos e indivíduos percebidos como seus iguais e, em contrapartida, uma inclinação a repulsar aqueles grupos e indivíduos que são tidos como diferentes e antagônicos em relação ao grupo que partilha da “identidade-nós”. Essa proposta de leitura, a nosso ver, permite conciliar em uma mesma explicação tanto as determinações estruturais de classe no comportamento dos atores quanto suas tendências, parcialmente modeladas pelas instâncias controladoras, de se comportarem de forma agressiva e hostil com relação aqueles que não partilham de suas respectivas identidades grupais, sem, para isso, desembocar, por um lado, no dilema de saber se os conflitos seriam algo inato ou aprendido e, por outro lado, no determinismo de encarar essas situações como questões *a priori* de poder.

Ao admitirmos, portanto, que os comportamentos dos agentes são devedores aos seus relativos *habitus* de classe assim como ao modo como foi sendo negociada inconscientemente na estrutura de suas personalidades – independentemente dos impulsos eróticos – a tendência de repulsa aos indivíduos e grupos que assumem o papel de adversários, é possível avançar no estudo de alguns dos significados e funções sociais “reais” que o futebol cumpriu de forma surpreendentemente ímpar – quando comparado ao domínio de outras práticas culturais – entre os mais heterogêneos grupos, a partir dos raios de ação conjuntos de profissionais, torcedores e especialistas, sem desconsiderar a parcela de autonomia que compete à esfera das relações sociais concretas na elaboração das representações simbólicas atuantes no contexto de ação futebolístico moderno e que, hipoteticamente falando, seriam tanto a causa quanto o motivo de o futebol ter se tornado um esporte de apelo massivo altamente consumido e praticado no mundo. Se depreendemos então um tempo excessivo nessas análises é porque há o entendimento de que as mesmas são indispensáveis para restituir a trama das relações que culminaram com a distribuição massiva desse esporte entre os diferentes grupos assim como para a compreensão do relativo sucesso e prestígio que essa prática esportiva adquiriu no contexto moderno tanto do ponto de vista da oferta quanto do consumo cultural.

Tendo então sido situadas essas digressões teóricas, cujas quais, para além de uma mera tentativa de especulação ou antecipação, nos permitem assegurar que os três grupos de

atores estruturantes do contexto de ação futebolístico moderno têm suas formas de pensar e agir constrangidas em função do *habitus* de classe como também em razão da estrutura de modelação do instinto de morte e da agressividade representada pelas funções controladoras do superego instiladas no seio das próprias relações entre os seres humanos, resta, a modo de fechamento deste capítulo, trazer alguns apontamentos que esclareçam sobre a maneira com que os profissionais, os especialistas e os torcedores foram se organizando em torno dessa prática esportiva a ponto de se tornar possível a construção e consolidação de representações que além de manterem relações diretas com as lutas e com os sentimentos inerentes às lutas entre grupos rivais na competição social, tratam-se, por assim dizer, de estruturas simbólico-emocionais que, aos nossos olhos, são a chave para o entendimento de alguns dos significados e sentidos da circulação massiva e mercantil do futebol na modernidade.

A nossa entrada nessa discussão, cabe aqui reiterar, se dá por via das relações historicamente sedimentadas entre o clubismo e os conflitos sociais mais amplos na sociedade moderna, tal como sugerimos em nossa hipótese de trabalho. A propósito, estamos cientes de que os conflitos sociais foram e são acionados no contexto de ação futebolístico moderno a partir de vários outros meios e mecanismos práticos que não necessariamente se restringem ao domínio do clubismo – em sua concepção estrutural – ou, melhor dizendo, da sociogênese dos clubes de futebol. No entanto, reunimos indícios teóricos suficientes para creditar que o clubismo como expressão das lutas de grupos sociais efetivamente mobilizados ou como extensão e prolongamento dessas lutas numa arena supostamente mais lúdica – uma espécie de “zona mole” da sociedade – trata-se da principal válvula socialmente elaborada no contexto de ação futebolístico moderno com vistas a permitir aos atores exteriorizarem seus sentimentos reprimidos com relação aos demais seres humanos através da elaboração de uma imagem talvez distorcida tanto deles próprios quando dos grupos tidos como rivais.

O que aqui então se coloca em evidência, diferentemente do que nos coube argumentar com relação àquelas “formas-representações ideológicas” do futebol brasileiro, produzidas e compartilhadas pelos três grupos de atores sociais estruturantes do referido contexto de ação de forma parcialmente irrefletida e como fruto de um longo processo de acumulação de conhecimento, as “formas-representações reais” do futebol brasileiro conservam como sua propriedade funcional básica o fato de derivarem de uma dinâmica simbólico-emocional, inconscientemente coordenada, envolvendo os mesmos três grupos de atores e tendo, além disso, por referência estrutural as redes de interdependências concretas que terminaram por separar e unir, ao longo da história, os seres humanos em grupos específicos que, por sua vez, são suportes de determinadas visões de mundo que denotam modos de pensar e agir com

relação ao “grupo-nós” e ao “grupo-eles”, formas de pensar e agir essas que, num sentido mais *lato*, poderiam ser sintetizadas na noção *bourdieusiana* de *habitus* de classe.

Daí, portanto, a possibilidade do clubismo insurgir como uma extensão dessas lutas e, mais que isso, como uma manifestação que, para além de uma mera metáfora dos conflitos sociais, expressaria a própria estrutura das relações (entre os indivíduos e grupos) orientadas impreterivelmente a partir do *habitus* de classe e do quanto o processo civilizador avançou no sentido de permitir a diminuição dos contrastes entre os padrões de etiqueta e comportamento entre os diferentes grupos no contexto de determinado estágio histórico-social. Argumentado em outros termos, entendemos então que o processo de formação dos primeiros clubes futebolísticos, em meio a uma sequência estrutural de atos individuais muitas vezes tidos e percebidos como descoordenados e sem relação uns com os outros, tinha como fio condutor comum – este sim bloqueado à consciência dos atores – a preservação dos conflitos sociais por intermédio do futebol e também a procura por um espaço de socialização mimética onde pudessem ser direcionados aos grupos tidos como rivais ou simplesmente a outros grupos o ódio cada vez mais extirpado e banido das rotinas premeditadas de seriedade.

Evidente que não se trata da reprodução de uma disputa de poder do nível macro para o nível micro, muito embora posteriormente as representações “reais” acionadas no contexto de ação futebolístico como extensão dos conflitos sociais de maior amplitude pudessem se converter em relações objetivas de poder e de dominação simbólica. O importante então a se considerar nesse empreendimento é que existe uma verdade nas relações constituídas no contexto de ação futebolístico que devem ser buscadas nelas mesmas, mas desde que com a devida ressalva que os conflitos ativados e negociados no âmbito do futebol se relacionam aos conflitos sociais mais amplos tendo em vista que os seres humanos que jogam futebol, ou assistem ao espetáculo, ou dirigem clubes são, em essência, os mesmos seres humanos que também vão à igreja, que votam em determinados partidos políticos e, acima de tudo, estão inseridos nas lutas socioculturais de classe. A saber, a própria reconstrução teórica do futebol como contexto de ação social relativamente específico se presta a esse tipo de desvelamento que requer, no entanto, como seu maior desafio, o exercício de ponderação de representações histórico-sociais dominantes devedoras, no caso brasileiro, aos efeitos concretos exercidos pelas quatro linhagens da Sociologia do Futebol brasileiro na sobredeterminação da realidade de oferta e consumo simbólico-emocional dessa prática esportiva no país.⁸⁰

⁸⁰ Ao se defender o dimensionamento do futebol brasileiro sob o crivo teórico um de contexto de ação social, com o propósito maior de explicitar aquelas razões, menos aparentes, que seriam responsáveis por tornar essa prática esportiva um fenômeno cultural de apelo massivo no país, é necessário libertar o pensamento desses

Feito esse breve adendo, convém agora retornarmos à temática do clubismo e já como primeira observação chamarmos atenção para o estudo de Arlei Damo (2005), talvez um dos primeiros autores nacionais a tratar com seriedade e com um devido grau de aprofundamento teórico a emergência do clubismo no âmbito do futebol. Para Damo (2005, p. 63), o clubismo pode ser definido como uma forma de “[...] totemismo moderno alimentado por códigos de honra masculinos instituídos a partir do parentesco”. Haveria para o autor, nesse sentido, uma espécie de correlação estreita entre o pertencimento clubístico e os laços de sangue, uma vez que essa pertença seria, via de regra, uma herança recebida pelos mais novos por parte de um parente próximo do sexo masculino, ou seja, o pai, o avô, um tio, um primo etc.

Trata-se, portanto, de uma perspectiva que procura apreender e explicar a gênese do clubismo com referência a um modelo concreto de relações sociais – nesse caso, as relações de parentesco – e, em seguida, integrá-lo a um sistema interpretativo antropológicamente assentado sobre as noções de identidade e alteridade. Em outros termos, o intuito de Damo é evitar aquelas teorizações simbólicas que, por assim dizer, não possuem referentes estruturais concretos e, ao mesmo tempo, não abnegar de discutir as vitais dimensões simbólicas que orientam as tramas clubísticas. De modo mais claro e nas palavras do autor:

[...] o pertencimento é uma máscara herdada quase sempre de um parente consanguíneo do sexo masculino e que a partir dela o torcedor não pertencerá apenas a uma comunidade de sentimento imaginada, mas a um sistema integrado por várias comunidades, definido aqui como clubismo, dentre elas aquela a quem lhe será ensinado a gostar e outra que haverá de aprender a desdenhar. Ou seja, um pai tende a tornar seu filho palmeirense, como ele, mas é o sistema de pertenças que fará, a ambos, desdenharem os corinthianos. Na prática os processos são, via de regra, simultâneos e é esta “outra face” do clubismo, aquela do desdém, do ódio, do chiste e das jocosidades, que aqui nos interessa, pois ela distingue a circulação das emoções futebolísticas de outras modalidades de pertencimentos. Mais do que a identidade, através do clubismo vive-se a alteridade (DAMO, 2005, p. 97).

Tal como é possível depreender, Damo, à sua maneira e à luz de seus referenciais analíticos mobilizados na teoria antropológica, também está a se referir àquele fenômeno que Freud diagnosticou como “narcisismo das pequenas diferenças”. Isso tanto é verdade que o clubismo para o pesquisador brasileiro se define como “[...] produto das operações simbólicas de demarcação de fronteiras, de classificações, divisões e segmentações diversas” (DAMO,

significados ideológicos inerentes à circulação do futebol nesta sociedade e estruturantes, portanto, de muitas de suas representações espalhadas e rotinizadas a partir do poder simbólico da mídia e da indústria cultural como um todo no país. Não se trata, porém, de uma tarefa simples, tendo em vista que as representações “reais” do futebol produzidas em referência à relativa autonomia que as dinâmicas sociais mantêm em relação à esfera cultural e científica, muitas vezes são obscurecidas ou então se apresentam associadas e combinadas com aquelas representações ideológicas do futebol brasileiro. Por esse motivo principal, inclusive, é que essa operação prática sugerida precisa ser enfrentada no plano teórico e não ficar a mercê das evidências do conhecimento imediato que se beneficiam de um uso naturalizado tanto das fontes históricas quanto do discurso dos atores.

2005, p. 82). É pelo clubismo então que possivelmente se constrói a ligação mais efetiva e duradoura do indivíduo com o futebol e essa relação, por sua vez, se materializa tanto a partir da identificação e solidariedade mantida com determinado clube quanto também a partir do afastamento e preconceito direcionado a outro clube rival. Sem a atuação mútua desses laços de solidariedade e preconceitos, o circuito clubístico ou, simplesmente, o clubismo não teria sido possível e tão atuante na economia simbólico-emocional do futebol moderno. São, inclusive, as rivalidades mais densas que tornam as identidades clubísticas mais vigorosas (DAMO, 2005, p. 87), como também é a existência desse jogo relacional que fazem as tramas clubísticas tão centrais e emocionantes no contexto de ação futebolístico moderno ao ponto que recusar-se a viver a alteridade proposta pelo clubismo significar-se-ia renunciar a participar de um “potente mercado das trocas afetivas” (DAMO, 2005, p. 97).

Até certo ponto é possível admitir e concordar com essa interpretação de Damo, muito embora haja o entendimento de que os caminhos teórico-metodológicos que ele elege para chegar a esse núcleo de conclusões expostas negligenciam uma dimensão analítica que é fundamental para se entender e contextualizar a forma com que o clubismo ajudou a estruturar o contexto de ação futebolístico moderno, qual seja, a dimensão dos conflitos sociais. Além desse aspecto, o autor também reduz a gênese do clubismo e das representações clubísticas ao espectro de ação dos torcedores, descurando então do papel desempenhado pela categoria dos profissionais e dos especialistas na conformação das tramas clubísticas. Cabe frisar que o estudo situado e circunscrito da gênese de determinado clube de futebol ou então da origem temporalmente próxima de vários clubes futebolísticos no domínio geográfico de uma cidade, estado ou região, muito provavelmente daria conta de demonstrar como esses três segmentos de atores foram sendo centrais e decisivos na emergência do clubismo e das representações produzidas e relacionadas a esses respectivos clubes em contraposição a outros.

É preciso, nesse caso, historicizar os modos de agir desses diferentes grupos de atores no contexto de ação futebolístico moderno no sentido de contribuírem com a estruturação de alguns primeiros clubes de futebol, em seguida, outros clubes e, mais à frente, dos confrontos entre esses clubes, até que finalmente insurgisse de uma maneira mais sistemática a trama dos conflitos clubísticos. Esse tipo de direcionamento metodológico é que permitiria demonstrar o quanto o clubismo e os conflitos clubísticos produzidos e acionados a partir de uma troca simbólico-emocional específica advêm de um trabalho coletivo envolvendo mutuamente e, em dimensões bem variadas, os profissionais, os especialistas e os torcedores. Além disso, a complexidade dessa “trama dialética” também terminaria por revelar que o clubismo não está relacionado tão somente às formas de torcer e aos comportamentos dos torcedores, mas às

maneiras de se noticiar e reforçar as relações clubísticas por via da imprensa, de se atuar performaticamente como jogador ou técnico, de gerir-se o clube, e assim por diante.

Nessa proposta de historização das maneiras de agir desses três grupos de atores no domínio das tramas clubísticas, o que seria mais importante considerar, como há algum tempo estamos insistindo nesse capítulo e reunindo, portanto, uma série de elementos teóricos que permitam subsidiar esse tipo de abordagem, é o princípio de que os pressupostos da ação ditos conscientes a comandar as razões de agir desses atores são orientados por pressupostos disposicionais inconscientes que foram impressos durante a formação de seus *habitus* de classe e a modelação de seus respectivos superegos. Não obstante esse delineamento teórico, é preciso frisar que tais pressupostos simbólico-emocionais de ordem inconsciente organizam, em diferentes graus, as disposições dos profissionais, dos especialistas e dos torcedores, sendo que os dois primeiros grupos mencionados são tendentes a um maior refreamento de tais pressupostos em suas atitudes e opiniões expressas em suas rotinas de trabalho, ao passo que os torcedores tendem a deixar fluir mais livremente esses pressupostos inconscientes em suas formas de agir e de verbalizar seus pensamentos tanto no momento propriamente dito dos confrontos futebolísticos como no dia-a-dia onde seus sentimentos clubísticos podem insurgir e serem trazidos à tona nas mais diversas e intrigantes circunstâncias.

As razões que potencialmente explicam essas relativas diferenças sobre o modo com que os grupos estruturantes do contexto de ação futebolístico foram orientando suas ações no sentido de tornarem possíveis e atuantes sobre eles próprios, inclusive, as tramas clubísticas, devem ser buscadas, em particular, no tipo de investimento cultural específico, quer dizer no trabalho lento e progressivo de aprendizagem social, que cada um desses grupamentos, como categorias relativamente homogêneas nas funções racionais que exercem e desempenham no âmbito do futebol, desenvolveu e acumulou em seu contato com essa prática esportiva. Além disso, essa diferenciação das funções é algo inerente ao próprio processo de racionalização e complexificação das relações sociais mais amplas (ELIAS, 1994b), de maneira que é correto dizer que se, por um lado, esses três grupamentos de atores concorreram mutuamente para elaboração das representações clubísticas que orientam as formas de agir e pensar no contexto de ação futebolístico, por outro lado, tais grupos não partilham, em uma mesma intensidade e proporção, dos sentimentos e sensações associadas a tais representações, visto, dentre outras coisas, que o processo de racionalização imanente à diferenciação de funções sociais não atua de forma homogênea entre todos os grupos e tampouco entre todos os indivíduos.

Nesse sentido, é permissível dizer que o modelo aberto às contingências históricas que aqui então se sugere tem por objetivo maior – para além da polarização entre o contexto ritual

dos confrontos clubísticos expresso nas partidas propriamente ditas disputadas pelos certames e o contexto extra-ritual a esses confrontos – demonstrar a maneira com que atos individuais em curto prazo relativamente planejados no contexto de ação futebolístico moderno refletem um processo muito mais amplo que não teve planejamento algum, mas ainda sim têm sentidos e tendências estruturais e psicossociais “mestras” que precisam ser restituídas. A descoberta dos princípios psicológicos que governam a ação como um resultado dos impulsos herdados e das modelações aprendidas desses impulsos, conforme discutimos nas páginas anteriores, é, decerto, um dos fatores indispensáveis no exercício de explicitar a maneira com que os profissionais, os especialistas e os torcedores foram engendrando uma trama complexa a partir de tomadas de posição relativamente conscientes que terminaram por instituir, ao longo da história do futebol moderno, as mais diversas representações clubísticas conflitantes que são ao mesmo tempo reflexo e causa dos mais diversos estratos e segmentos sociais terem sido contemplados e envolvidos no contexto dessa prática esportiva. Mas isso não é tudo.

Além dessa *démarche* metodológica, essa proposta de reconstrução sociogenética das representações clubísticas aqui esboçada remete, por assim dizer, ao momento *eliasiano* de nossa explicação que teria por escopo maior possibilitar o entendimento de como foi sendo estruturalmente guiado o surgimento dos clubes de futebol e, no caso da sociedade brasileira, das representações classistas a eles associadas, a partir de uma dinâmica interna e externa dos conflitos, isto é, de uma rede de entrelaçamento que envolve conflitivamente os indivíduos e os grupos nos quais e contra os quais os mesmo se fizeram. Evidente que essas representações clubísticas nunca estão acabadas e, nesse caso, apresentam-se sempre abertas a receberem vários novos elementos simbólicos em suas estruturas performativas no decorrer da história, muito embora sem perderem o seu sentido e função específica que estão em suas próprias origens. Em outras palavras, essas representações clubísticas, ainda que suscetíveis as mais variadas e amplas modificações atreladas ao modo como se constrói e se orienta a rede de entrelaçamento entre os três grupos estruturantes do contexto de ação futebolístico no sentido de imporem rupturas ou continuidade à estrutura de relações que formam, nunca são eximidas por completo e, independentemente do momento histórico em que são contempladas, de seu sentido maior de possibilitar o reforço dos laços de solidariedade clubística, por um lado, e de reiterar os laços de preconceitos clubísticos, por outro, ao mesmo tempo em que possibilitam aos agentes externar seus sentimentos de ódio e agressividade reprimidos.

Nesse sentido, é possível e razoável assumir o raciocínio teórico de que se o clubismo e as representações clubísticas duram e resistem à história é, antes de tudo, porque as próprias relações sociais que lhes suportam (e estão em suas origens datadas) também vêm durando e

resistindo aos imperativos estruturais da modernidade, do avanço da tecnologia e, sobretudo, do estabelecimento das redes complexas de informação e de interação virtual (IANNI, 1991), se bem que não podemos negar que parte dessa durabilidade das representações clubísticas e de seus efeitos se deve ao poder de atuação do mercado que confere às mesmas uma circularidade irrestrita e, mais que isso, faz com que elas se interiorizem mais intensamente nas mentes e nos corações humanos como também nas instituições. Trata-se, portanto, do momento *bourdieusiano* de nossa explicação pelo qual procuramos ponderar, por um lado, o papel do mercado moderno na conformação das representações classistas do futebol, ativadas através do circuito clubístico e, por outro lado, a subversão gradual da lógica de circulação dessas representações entre os diferentes grupos e estratos sociais, até mesmo para matizar a condição de pertença dos indivíduos a clubes que, do ponto de vista das representações históricas investidas em si, “contrariam” os *habitus* de classe desses sujeitos.

No bojo desse inventário mercantil acerca do clubismo e das representações que lhe são específicas, uma primeira coisa a ser feita é encarar o mercado como uma instituição que foi central e essencial na própria construção das tramas clubísticas. Há, inclusive, algo de propriamente mercadológico ou, melhor dizendo, de objetivamente econômico nas tomadas de posição dos profissionais, dos especialistas e dos torcedores atuantes no contexto de ação futebolístico moderno, mas sem que os mesmos se deem, muitas vezes, conta disso. Negar essa premissa seria o mesmo que cair numa espécie de culturalismo ou essencialismo atávico que ao tratar as dimensões simbólico-emocionais do futebol sem integrá-las à instituição que dá suporte à circularidade dos símbolos e das emoções na modernidade, qual seja, o mercado, não explica satisfatoriamente como produz, se reproduz e se transforma a cultura. Em outras palavras, é porque o mercado existe que as práticas e as representações a elas interligadas podem se expressar, se traduzir e se materializar em produtos e produções culturais aptas a serem consumidas para além dos limites de tempo-espço e, principalmente, a se converterem em uma memória coletiva impressa nos corpos, nos documentos e nas instituições.

Não seria exagerado e nem equivocado, portanto, pensar e retomar o contexto de ação futebolístico como um grande e complexo mercado de trocas das representações clubísticas, ou seja, como um espaço que se estrutura a partir de relações de oferta e demanda de emoções e sentimentos combinados às formas simbólicas que são as próprias representações conflituais do futebol moderno. Esse tipo de delineamento teórico não implica, no entanto, em considerar o princípio de ação do mercado em si mesmo ou como um fim em si mesmo, tal como tendem a fazer muitos dos adeptos das análises economicistas, até porque se não o fosse os aspectos simbólico-emocionais do futebol moderno expressos naquelas representações conflituais que

o tornaram uma das formas simbólicas que talvez melhor correspondam às necessidades psicossociais dos grupos negociarem mimeticamente seus conflitos, essa prática esportiva não teria se tornado um fenômeno cultural de conotação massiva. Em contrapartida, sem a ação coordenada do mercado de bens simbólicos, é possível supor que o poder de circulação das representações clubísticas e de mobilização em torno delas seriam também menos eficazes no intuito de garantir ao futebol se tornar um dos principais produtos culturais que a sociedade moderna teve e tem conhecimento do ponto de vista da oferta e demanda esportiva.

Imediatamente a esse raciocínio, é necessário, entretanto, agregar o comentário de que o mercado sob a qual se estrutura o contexto de ação futebolístico moderno não se trata de uma instituição neutra, muito embora o mesmo se faça reconhecer a partir dessa ideologia que se faz indispensável à legitimação do próprio capitalismo e da dominação simbólica que lhe é incrustada. Esse tipo de ressalva é particularmente importante para matizarmos e ponderarmos o fato de que, na construção da trama das representações clubísticas, os agentes atuantes por intermédio do espectro de ação da demanda esportiva, sobretudo, no contexto de sociedades periféricas como a brasileira, onde a distribuição dos volumes de capital econômico e cultural está diretamente relacionada ao modo desigual com que se difundiu uma noção de dignidade humana entre os membros integrantes dos diferentes estratos que compõem esta sociedade (SOUZA, 2009), não operaram a partir dos mesmos recursos materiais e culturais e, deste modo, não foram socializados em “pé de igualdade” no interior do referido contexto de ação.

A título de aprofundamento dessas premissas, é oportuno ressaltar que os atores integrantes das mais diversas classes e grupos, sem dúvida, potencialmente participaram no processo de construção das representações clubísticas associadas, por exemplo, aos estratos mal situados na hierarquia social em contraposição às representações clubísticas referentes às elites e vice-versa, mas partindo, em compensação, de lugares e tomadas de posição definidas desigualmente a partir do montante global de capital cultural e econômico que previamente dispunham em razão de seus *habitus* de classe. Pensando agora em termos mais situados, é igualmente válido levar a diante o raciocínio de que existe a possibilidade dos agentes que pertencem aos diferentes estratos sociais partilharem das mesmas representações clubísticas acionadas em um jogo contra determinado clube, mas acomodados, por exemplo, em setores diferenciados do estádio (camarotes, gerais, numeradas etc.) ou assistindo por *pay-per-view* enquanto outros, por falta de oportunidade, acabam acompanhando o mesmo jogo por rede de televisão aberta com uma imagem de qualidade relativamente inferior, quando se tem a sorte, inclusive, desses jogos estarem sendo transmitidos pelos canais abertos.

Em resposta, portanto, às abordagens teóricas que preconizam o futebol como espaço democrático, argumenta-se que as vivências que os agentes constroem nessa prática esportiva em matéria de consumo objetivo são desiguais e, portanto, dependente do volume de capital cultural e econômico que dispõem. No caso relativamente específico da sociedade brasileira, é possível visualizar três tipos de relação de consumo que os agentes traçam em relação ao futebol. Um primeiro tipo seria o *consumo distintivo*, definido como um acesso aos produtos futebolísticos tendencialmente limitado àquela fração de classe detentora de um alto volume de capital econômico. Um segundo tipo seria o *consumo potencial*, relacionado ao acesso que as frações de classe média fazem ao futebol, sem grandes luxuosidades, mas também sem precariedades, ou seja, procurando associar um bom serviço a um preço que não seja tão exorbitante. Finalmente, teríamos o *consumo residual*, entendido como aquelas formas de consumo precárias que não permitem um acesso de relativa qualidade aos bens e produtos futebolísticos, a não ser ao preço de sacrifícios financeiros que ferem o “bom senso”.

Nesse sentido, é permissível avançar na análise de que os diferentes grupos sociais no papel de consumidores do futebol e, mais amplamente, do esporte moderno, de fato, foram sendo atuantes no processo de construção das tramas clubísticas no contexto de ação futebolístico, como ainda o são e têm sido através de inúmeras maneiras na atualidade, mas a partir de um acesso diferencial a essa prática esportiva, de modo que cogitar que o fato desses agentes interagirem em um mesmo plano de ação erguido em torno deste fenômeno se demonstraria como um relevante indicativo do suposto poder democratizante do futebol, não passa de uma crença perpassada por valores políticos e, portanto, inadequada às pretensões científicas de explicar alguns dos significados e funções sociais adjacentes à distribuição do futebol moderno entre os diferentes grupos. Daí então a importância de não desdenhar do papel do mercado na circularidade das representações clubísticas, elas próprias inseridas, nunca é demais insistir, em um sistema simbólico que permite aos grupos rivais negociarem seus conflitos datados, ao mesmo tempo em que possibilitam aos indivíduos externarem com sucesso seu ódio e instinto de agressividade em um espaço, onde até certo ponto, as regras sociais convencionalmente elaboradas podem ser transgredidas e quebradas.

Um último aspecto que requer ser considerado neste modelo e que, inclusive, parece militar contra a própria lógica explicativa que o mesmo pretende dar conta, está relacionado às dimensões individuais do pertencimento clubístico e, mais precisamente, ao fato de os indivíduos poderem assumir clubes cujas representações se contrapõem aos seus *habitus* de classe. Não se trata de uma exceção à regra e, portanto, de uma mera irregularidade que fugiria ao domínio da explicação sociológica. Em afastamento a essa leitura, devemos então

chamar atenção para o fato, muito provável, por sinal, de indivíduos pertencentes a grupos e a segmentos localizados inferiormente na hierarquia social, de alguma forma terem participado na formação de clubes elitistas e de suas respectivas representações, muito embora o percurso traçado na lógica inversa seja talvez mais presente e permita elaborar hipóteses explicativas mais razoáveis. Uma coisa, no entanto, é pensar esse tipo de problemática no contexto pouco diferenciado das primeiras décadas do século XX e outra coisa relativamente distinta e que impõe, inclusive, um trabalho e esforço de teorização muito mais rigoroso e árduo, é pensá-la no contexto complexamente diferenciado e globalizado do século XXI.

Diante do exposto, é oportuno se reportar novamente ao caso brasileiro, onde muitos clubes profissionais de futebol contam com indivíduos advindos de variados estratos sociais compondo seus quadros de torcida, muito embora alguns clubes possam se apresentar com um maior número de torcedores correspondentes às elites, enquanto outros às frações de classe média e à “ralé”. Evidente que apenas a pesquisa estatística poderia assegurar isso, se bem que para os nossos propósitos teóricos essa conjectura, ainda que sem o devido respaldo quantitativo, é pertinente e válida. Em outros termos, é possível dizer então que os diferentes grupos sociais acabaram sendo objetivamente ativos e participantes, de uma forma ou outra, no processo de emergência dos mais diversos clubes de futebol no Brasil e no mundo, muito embora as representações classistas do futebol brasileiro que foram gestadas no contexto social pouco diferenciado quando insurgiram os primeiros clubes difusores dessa prática esportiva, ainda permanecem nos dias atuais. Com novos contornos e sob novos arranjos, é verdade, mas ainda assim subsistem e se erguem como a “tendência mestra” que fez com que o futebol por intermédio do clubismo se tornasse ao longo de sua história moderna uma das formas simbólicas mais eficazes de resolução mimética de conflitos sociais.

Se essa lógica evocada então é verdadeira, a questão que imediatamente se apresenta à análise consiste em ponderar sobre como atuaria no contexto de ação futebolístico moderno o componente da liberação dos impulsos individuais reprimidos e da negociação mimética dos conflitos na perspectiva do indivíduo que adere a um clube que contraria a lógica formativa do seu *habitus* de classe? Indagado de modo mais categórico e à guisa de ilustração prática, os torcedores elitistas que então se vinculam e aderem aos clubes associados aos estratos sociais considerados inferiores poderiam dissipar de que forma os seus ressentimentos de classe no contexto de ação futebolístico? Direcionariam (ou não) essas pendências emocionais àquelas classes sociais ditas inferiores que integram seu próprio clube ou a “opção” por torcer por esse clube é que já se concretizaria, antes de tudo, como uma maneira de resolver esse conflito do ponto de vista individual? De modo contrário, os indivíduos advindos, por exemplo, da “ralé”

ao aderirem aos clubes elitistas estariam resolvendo suas pendências emocionais com relação às classes mais altas em função de um ato simbólico de inversão ou, por sua vez, dirigiriam seus impulsos aos segmentos elitistas do seu próprio clube ou dos clubes rivais?

As questões direcionadas basicamente às tomadas de posição dos torcedores no papel de grupo social estruturante do contexto de ação futebolístico se multiplicam e, de uma forma ou outra, já acabaram sendo motivo de inquietação das análises culturalistas ou *marxistas* do futebol. Se as leituras democratizantes argumentariam que essas incorrespondências entre o clube adotado por um indivíduo e seu *habitus* de classe, seriam sinal e alento do poder que o futebol teria de tornar as relações sociais mais democráticas, as leituras *marxistas*, por sua vez, enfatizariam justamente o contrário e, portanto, o elemento de ocultação e sublimação das lutas de classe por intermédio dessas mesmas relações. Posicionando-nos nesse embate, cabe admitir que até certo ponto é possível concordar com a leitura *marxista*, em particular no que toca a uma relativa invisibilização dos conflitos de classe no âmbito do futebol moderno, embora discordemos que tais conflitos sejam substituídos ilusoriamente pelos confrontos clubísticos, o que, a princípio, faria do futebol um instrumento de desmobilização política.

Dito de outro modo, não é o futebol em si que torna os conflitos invisíveis e, ao invés disso, essa prática esportiva, como talvez nenhuma outra, foi uma das mais eficientes válvulas de escape que permitiu aos indivíduos negociar mimeticamente e das mais diversas formas essas tensões na sociedade moderna. A retomada, inclusive, dessa função “compensatória” foi que nos permitiu, num nível seguinte, argumentar que as representações clubísticas, gestadas no contexto de ação futebolístico em uma trama que envolveu mutuamente a participação de profissionais, especialistas e torcedores, são correspondentes à própria objetivação simbólica ou materialização dos sentimentos atrelados aos mais variados conflitos sociais, no caso da sociedade brasileira, particularmente aos conflitos de classe. Esse conjunto de representações classistas do futebol, por conseguinte, ao ser apropriado pelo mercado de bens simbólicos ou, mais precisamente, ao se difundir ao longo dos tempos através do raio de ação da indústria cultural, teve, por assim dizer, sua lógica de apropriação subvertida, de modo a permitir aos indivíduos das diferentes classes que se filiassem inconscientemente aos mais variados clubes, estivessem os mesmos historicamente associados às elites ou então à “ralé”.

Essa contra-tendência apontada, no entanto, não foi suficiente para alterar o conteúdo das representações clubísticas que, no caso do Brasil, ainda mantêm referência aos conflitos de classe, como tampouco para privar os agentes de externar seus instintos de ódio e negociar mimeticamente seus ressentimentos classistas por via do futebol. Há nesse sentido, uma dupla verdade subjacente a essa lógica anunciada, qual seja, a de que as representações clubísticas

produzidas coletivamente, por um lado, conservam sua autonomia em relação aos indivíduos no sentido, portanto, de preservarem o componente classista que estão em suas origens e em seus conteúdos, muito embora essas mesmas representações em suas formas tendam a mudar e serem aperfeiçoadas. Por outro lado, os indivíduos na relativa liberdade que apresentam em relação às estruturas e constrangidos talvez pelo poder de desconhecimento que o mercado induz para fazer valer a dominação simbólica própria ao capitalismo, podem ser levados a aderir a clubes cujas representações destoam de seus *habitus* de classe e ainda assim se valerem desse espaço para externar mimeticamente – isto é, de forma irônica, satírica e lúdica – o ódio, preconceito e desprezo que conservam pelos membros dos outros estratos.

Desconsiderar ou ignorar essas contra-tendências no esquema explicativo que estamos pleiteando, tal como passível de argumentar tomando por base Durkheim, quando critica no prefácio à primeira edição de seu clássico texto *“Da divisão do trabalho social”* a postura frequente dos sociólogos em citar, para comprovação de suas teses, “[...] sem ordem e ao acaso uma quantidade mais ou menos considerável de fatos favoráveis, sem se preocupar com os fatos contrários [...]” (DURKHEIM, 1999, p. XLIX), equivale a um intuito dissimulado de tentar fazer com que a realidade de um modelo passe por modelo da realidade, além de que os próprios fatos sociais que um modelo teórico vislumbra explicitar e restituir a gênese, só podem ser rigorosamente estudados quando se considera também aquelas experiências que, à primeira vista, tendem a lhes invalidar. Ao propormos, portanto, a reconstrução teórica do contexto de ação futebolístico moderno à luz das tramas clubísticas, levamos em conta essa premissa, muito embora não seja nosso objetivo tratar especificamente dela neste estudo.

Feitos esses delineamentos teóricos e antes mesmo de passarmos ao último capítulo da tese, é necessário tecer, a título de síntese do esforço de teorização aqui despendido, alguns breves comentários teóricos sobre a retomada do futebol moderno como um contexto de ação social relativamente específico. Em primeiro lugar, é oportuno mais uma vez frisar que o que aqui propomos não deve ser encarado como um arcabouço pretensioso que permitiria grandes projeções ou perspectivas teóricas para além do próprio escopo investigativo que está por detrás e abrange o sentido maior de nos lançarmos à procura deste modelo e, nesse caso, a investirmos tempo e energia em sua sistematização, qual seja, o de compreender e explicar o sucesso que o futebol – e, de uma forma muito mais ampla, o esporte – alcançou na sociedade moderna a ponto de se tornar um fenômeno sociocultural de apelo massivo tendencialmente distribuído entre as mais diferentes grupos e segmentos sociais.

No lastro desse espírito investigativo, o que nos aprouve aqui fazer não foi nada além do que revisar os modelos teóricos de alguns autores, em particular as arquiteturas teórico-

conceituais de Elias, Bourdieu e Lahire, e, a partir de um exame crítico e interno desses modelos, recuperar alguns dos aspectos que julgamos indispensáveis de serem retidos para se avançar no desiderato de estudar a realidade esportiva sem se abster daqueles elementos simbólico-emocionais que lhes cerceia, mas tampouco deixando se influenciar irrestritamente por esses mesmos elementos de ordem simbólico-emocional, comprometendo então a própria cientificidade que se almeja no ato de estudar o fenômeno esportivo moderno e, no caso da presente tese, o futebol. Com relação mais especificamente aos modelos de Elias e Bourdieu, procuramos, por assim dizer, “abrir” os seus esquemas conceituais e torná-los mais flexíveis a ponto de que fosse possível reunir em um mesmo modelo explicativo as suas premissas, sem, no entanto, desembocar em uma aproximação mecânica que tendencialmente negligencia a pertença desses autores a tradições teóricas e epistemológicas diferentes.

Como base nesse direcionamento, é que procuramos esboçar ao longo deste capítulo um modelo explicativo não-reificante que ajudasse a pensar o contexto futebolístico moderno em dois momentos bastante precisos, porém complementares: um de inspiração *eliasiana* e outro de fundamentação propriamente *bourdieusiana*. O próprio intuito de se perspectivar o futebol moderno como contexto de ação retomado à escala holística, revela o modo como que nos coube articular esses dois referenciais – devidamente matizados com relação às diferenças que se interpõem entre o processo modernizador das sociedades centrais e periféricas – como suportes para compreensão de alguns dos significados e funções que o futebol cumpre e vem cumprindo na modernidade através das tramas clubísticas e das respectivas representações e sentimentos a elas associadas. Argumentado de forma mais precisa, o objetivo que animou a procura pelo referido modelo foi apresentar uma sociogênese das representações clubísticas tendo por referência concreta os conflitos sociais mais amplos e, já imediatamente a esse primeiro momento, trazer alguns apontamentos teóricos que permitissem demonstrar o modo com que essas representações heterônimas circulam e são ressignificadas – sem perderem, no entanto, seus sentidos originais – através do mercado de bens simbólicos.

Nossa aposta, inclusive, se expressa no raciocínio de que ao restituirmos a gênese dessas representações clubísticas e as múltiplas e sutis maneiras pelas quais elas atuam e se reproduzem já estaríamos restituindo o princípio de distribuição do futebol entre os diferentes estratos e grupos sociais e, portanto, tornando mais evidente aquela “tendência mestra” velada e implícita que fez com que o futebol, a partir do raio de ação coordenado do mercado, se tornasse um esporte e um fenômeno cultural de apelo massivo, senão em todas as grandes civilizações ocidentais, ao menos em boa parte delas. Daí também nossa insistência em, por um lado, compreender o futebol pelas próprias relações que nele se engendram como contexto

de ação social relativamente específico – um espaço onde o que as pessoas sentem, pensam e fazem está associado ao que sentem, pensam e fazem em outros espaços – e, por outro lado, explicar essas mesmas relações pelos aspectos inconscientes que orientam as disposições de agir dos atores e pelas razões estruturais que escampam às suas consciências.

Na esteira dessa abordagem foi preciso ainda estabelecer uma espécie de diferenciação entre as “significações reais” inerentes à difusão social do futebol na sociedade moderna e as “significações ideológicas” alinhadas ao processo de circulação do futebol no Brasil. Cabe frisar que se nos foi imputado fazer essa distinção é, sobretudo, porque houve o entendimento de que esse conjunto de significados, funções e de representações ideológicas do futebol brasileiro contribuíram para tornar invisíveis os significados, funções e representações “reais” responsáveis por fazer dessa prática esportiva um dos principais produtos culturais em torno da qual foi e (tem sido) organizada a vida coletiva no país. Em outras palavras, trata-se de visões de mundo concorrentes, sendo que uma dessas perspectivas foi projetada pela produção acadêmica, pela indústria cultural e pelas organizações esportivas e políticas, ao passo que a outra perspectiva foi (e tem sido) potencialmente ocultada por essas mesmas instâncias ou, no mínimo, explicada academicamente como um resquício ou apêndice das primeiras.

Em razão disso, portanto, é que destinamos boa parte da argumentação desenvolvida neste capítulo ao propósito de demonstrar, talvez de modo demasiadamente enfático, que embora as duas vertentes ou perspectivas sejam atuantes no contexto de ação futebolístico brasileiro, é o desvelamento teórico circunstanciado de como a última atua e funciona que é de valor preponderante e de interesse maior para o *métier* científico, ao menos tal como o concebemos com respaldo em nossos interlocutores teóricos. Diante deste cenário, é possível também sugerir que o trabalho de reconstrução do futebol brasileiro como contexto de ação social específico é, e tem de ser, ao mesmo tempo um exercício rigoroso de descortinamento das formas com que a dominação simbólica atua e tem sua eficácia potencializada a partir das inúmeras tendências de produção de conhecimento do mundo social, seja através do raio de ação do mercado como instituição aparentemente neutra, do raio de ação estatal por via das ideologias políticas e do nacionalismo ou então daqueles trabalhos acadêmicos que além de não se distanciarem desses valores extrateóricos e extracientíficos, na maioria das vezes, são os próprios canais de origem ou instrumentos de legitimação dessas crenças.

Como último comentário desta seção, vale ressaltar que os apontamentos teóricos aqui recuperados além de prezarem por uma abordagem crítico-realista das relações estruturantes mediadas entre futebol e sociedade, também foram dimensionados no intuito de demarcar epistemologicamente nosso debate, sobretudo, no terreno da Sociologia do Conhecimento e

não estabelecê-lo no campo da Filosofia da Ciência onde a discussão tenderia a ser levada de uma maneira possivelmente mais abstrata e sem uma correlação íntima com os problemas concretos dos seres humanos e da sociedade (ELIAS, 1980). Em contrapartida a esse cerco epistemológico inferido, cabe advertir que em termos metodológicos procuramos apresentar o esboço de um modelo holístico que pode e deve ser utilizado combinando os conhecimentos advindos da História, da Antropologia, da Psicologia e da Filosofia, mas sem prescindir, no entanto, da centralidade dada ao método sociológico na explicação das regularidades sociais e dos pressupostos estruturais que governam a ação dos indivíduos e grupos.

Em suma, até aqui reunimos ou ao menos estamos convencidos de termos reunido as indicações teóricas necessárias para avançar no desvelamento e problematização de algumas das dinâmicas processuais que, em referência às relações sociais concretas, concorreram no contexto de ação futebolístico moderno por via de um aparato simbólico-emocional específico – expresso também sob a forma de representações heterônimas posteriormente apropriadas e difundidas pelo raio de ação do mercado – para tornar o futebol um esporte de apelo massivo. O principal elemento mediador atuante no âmago dessa lógica, conforme indicado, seria o clubismo ou, melhor dizendo, as tramas clubísticas. No capítulo que segue, é a esse elemento mediador central no modelo explicativo em pauta que nos debruçaremos com mais afinco no sentido de endossar a partir de fatos históricos o argumento de que a estruturação do futebol na condição de “*esporte das multidões*” passa pelo conhecimento de como o clubismo atua e tem atuado entre os diferentes grupos sociais na sociedade moderna.

CAPÍTULO 8

CLUBISMO, CONTEXTOS DE AÇÃO REGIONALISTAS E NEGOCIAÇÃO MIMÉTICA DE CONFLITOS

Em um texto datado do ano de 1903 e intitulado “*The psychology of football*”, George Thomas White Patrick enumerou uma série de questões que, de certo modo, tocam em alguns aspectos estruturantes da problematização delimitada nesta tese e do exercício de reconstrução teórica em tela. Patrick (1903), já nos primeiros parágrafos de seu texto, expõe a problemática que norteará o manuscrito, qual seja, a de entender o fascínio que uma prática esportiva como o futebol exerceria em relação aos diferentes grupos sociais. De acordo com o autor, seria uma contribuição, de fato, valiosa para a ciência psicológica e sociológica se fosse possível descobrir os motivos que atraem as multidões de pessoas para testemunhar os jogos de futebol. No lastro dessa abordagem, argumenta o autor colocando em evidência o próprio contexto sobre o qual redigira seu artigo, que seria interessante entender, por exemplo, quais seriam os motivos que levariam um trabalhador inglês a gastar cinquenta e cinco minutos de seu recesso de meio-dia para assistir a uma partida de futebol local? Curioso também seria problematizar, dentre outras inúmeras situações, por que um homem profissional ocupado, deixando seu escritório, percorreria uma centena de quilômetros para acompanhar um jogo intercolegial com duração de uma hora e meia? (PATRICK, 1903, p. 105).

Questões como as postas por Patrick no ano de 1903 foram motivo de inquietação de diversos autores que se debruçaram sobre o estudo do esporte e, mais designadamente, do futebol durante todo o século XX e, em particular, com maior expressividade acadêmica a partir dos anos 1950, quando então o *status* do esporte como um objeto sociológico passou a se modificar (ELIAS, 1992), refletindo, em parte, a própria conformação dessa prática social como um fenômeno de apelo simbólico cada vez mais expressivo e decisivo na dinâmica das interdependências funcionais entre os diferentes grupos de observação empírica da sociedade. Cabe lembrar que em resposta a essas questões apontadas, a partir das quais, substancialmente falando, procurou-se restituir, do ponto de vista científico, uma série de explicações potenciais para justificar o fascínio que o futebol, de longa data, vinha exercendo sobre a vida coletiva, foram tecidos e sistematizados na literatura sociológica basicamente dois *modus operandi* no

intuito de interpretar esse processo, um voltado mais para as motivações dos indivíduos isolados e outro centrado mais especificamente na lógica da estrutura social ou do sistema.

Não é de nosso interesse aqui discutir esse primeiro *modus operandi* identificado, cujo qual, a saber, repousa sobre as premissas do individualismo metodológico ou daquilo que Bourdieu (2009) denominou de “antropologia imaginária do subjetivismo”. Em outros termos, não assumimos ao longo do capítulo a tarefa de investigar, na esteira de análises relativistas influenciadas atualmente pelo debate pós-moderno e pelo discurso politicamente correto da diversidade, o processo de apropriação da prática futebolística circunscrito sob uma agenda de desvelamento dos múltiplos significados conferidos pelos atores a essa prática esportiva. O que aqui está em evidência, portanto, não é o descortinar das subjetividades que indivíduos isolados conferiram ou imprimiram ao processo de apropriação que eles mesmos fizeram do futebol. Tampouco entendemos que essa linha interpretativa possa conduzir a uma explicação rigorosa do “fascínio coletivo” que historicamente tem sido desempenhado pelo futebol na sociedade moderna. Um dos caminhos possíveis e viáveis para solucionar esse embate talvez seja reintegrar as experiências singulares dos atores em um modelo sintético atento a restituir os elos que interligam a estrutura dos contextos de ação às subjetividades dos agentes.

Com relação ao segundo *modus operandi* anunciado, entendemos, em linhas gerais, que o mesmo permite avançar razoavelmente em uma compreensão mais integradora dos dilemas que inquietavam Patrick (1903) no que se refere à circulação da prática futebolística na modernidade. Na esteira do que está sendo dito, é oportuno destacar que embora Patrick tenha se colocado, já no início do século XX, as questões talvez mais apropriadas e cruciais no que tange ao desvelamento da circulação massiva do futebol no contexto social moderno, suas respostas estabelecidas para tais questionamentos, em contrapartida, não nos parecem ter sido as mais interessantes, em particular porque apontam, tal como sugeriremos a seguir, para o fato de que os jogos e os esportes de hoje, sejam eles vivenciados entre adultos ou crianças, insurgem, segundo o autor, na condição de equivalentes instintivos ou, no mínimo, de práticas instintivas semelhantes às atividades sérias de nossos antepassados primitivos. Ao seguir essa linha de raciocínio, assegura Patrick em tom incisivo que: “We still practise the same serious labors of our primitive ancestors, but we call them sports” (PATRICK, 1903, p. 111).⁸¹

Avançando na argumentação do autor, é importante ressaltar que já na parte inicial de seu texto aqui em voga, Patrick (1903) estrutura uma análise na qual dirigiu algumas críticas

⁸¹ Nós ainda praticamos os mesmos trabalhos sérios de nossos ancestrais primitivos, mas nós os chamamos de esportes (tradução livre).

às teorias do jogo de Groos e de Spencer, em especial no que se referia à possibilidade das mesmas explicarem o sucesso que jogos e brincadeiras exerceriam entre o público infantil. Para este autor, as teorias de Gross e Spencer, dentre outras razões, seriam inadequadas, pois o fascínio que os jogos infantis desempenhariam sobre seu público não advinha do fato de os mesmos supostamente prepararem as crianças para a vida em sociedade ou para o mundo de trabalho futuramente ou ainda porque então nesta fase da vida se seria acumulado um excesso de energia que precisaria ser dissipado em alguma esfera lúdica. Ao invés disso, e já traçando um paralelo com os esportes e, particularmente, com o futebol, Patrick procurou estabelecer uma correspondência entre aqueles aspectos da vida primitiva que seriam reprimidos ao longo dos tempos com a conformação de jogos, brincadeiras e de práticas esportivas que de, uma maneira ou outra, tematizariam tais aspectos e satisfariam tais instintos. Dessa possibilidade de comparação é que Patrick (1903) defende o “significado antropológico do jogo” como uma das ferramentas analíticas potenciais para explicar o “fascínio coletivo” pelo futebol.

No caso mais específico do contexto de ação futebolístico inglês que adquiria feições mais expressivas na transição das últimas décadas do século XIX para o século XX – contexto esse cujo qual o autor, é sempre imprescindível lembrar, se reportara de maneira emblemática para redigir seu ensaio –, Patrick (1903) argumentou que se essa prática esportiva exerceria maior fascínio sobre a coletividade é porque ela junto a esportes tais como o beisebol ou corridas de cavalos, permitiria um maior espectro de abertura para serem trazidos à tona, por vias imitativas, aqueles instintos brutais deixados para trás na história emocional dos seres humanos quando comparada então a outros esportes como o hóquei, críquete ou damas. Em certo sentido, Patrick em tal texto referenciado antecipou parte das reflexões que seriam empreendidas por Elias e Dunning no decorrer dos anos 1960 quando estudavam o esporte e mais, designadamente, o futebol. É provável que essa perspectiva de antecipação sugerida, tenha se dado porque Patrick, a propósito de Norbert Elias e Eric Dunning, também recorrera aos comentários de Aristóteles sobre a catarse e *mimesis* para produzir seu artigo.

Apesar, no entanto, dessas análises empreendidas com certo grau de inovação no texto de Patrick (1903), seu argumento é bastante diferente do que posteriormente seria estruturado por Elias e Dunning (1992), em especial porque tal autor se propôs a problematizar o sucesso de jogos como o futebol considerando apenas uma suposta natureza intrínseca desse esporte sem levar em conta as dinâmicas travadas pelos grupos sociais em consonância com esse contexto de fruição específica proporcionado por essa prática esportiva. Em outras palavras, Patrick (1903) entende que o tal fascínio do futebol exercido sobre a coletividade dever-se-ia, acima de tudo, ao fato do jogo ser mais brutal e se reportar de forma mais intensa aos aspectos

comportamentais primitivos quando comparado a outras práticas esportivas. Nesse particular, tal esporte permitiria despertar com mais facilidade aqueles instintos selvagens adormecidos, configurando, em última instância, uma espécie de catalisador para uma necessidade presente “in those countries where serious life is taken most seriously [...]”,⁸² tal como aconteceria, em proporções elevadas, entre as nações anglo-saxônicas (PATRICK, 1903, p. 117).

Diferentemente de Patrick (1903), não entendemos então que a chave reveladora para compreender o “fascínio coletivo” exercido pelo futebol possa ser buscada de uma maneira essencialista na própria prática em si como se a mesma representasse objetivamente situações deixadas para trás ou reprimidas na história emocional da humanidade. Tampouco somos favoráveis àquelas interpretações teóricas que argumentam sob os mais diferentes léxicos que o sucesso que o jogo de futebol goza entre grupos sociais heterogêneos se deve, sobretudo, ao fato de o mesmo priorizar em sua lógica interna de funcionamento (balizada pelas suas regras) muito mais o componente de continuidade do jogo (porque a bola, nesse caso, pararia menos) do que o da descontinuidade, tal como passível de se verificar em esportes como voleibol ou tênis, dentre outros. Além disso, não somos inclinados a entender que o “fascínio coletivo” que futebol alcançou na sociedade moderna se deva tão somente ao fato de suas regras serem mais facilmente decodificadas pelos potenciais consumidores dessa prática esportiva, pois se assim o fosse, outros esportes, com regras talvez mais simples, também teriam se tornados esportes distribuídos e consumidos em escala massiva nas diferentes regiões do mundo.

É na esteira, portanto, da argumentação de Elias e Dunning (1992), sistematizada no sentido de evidenciar que o jogo de futebol engendra, antes que qualquer outra análise possa ser feita, uma lógica de interdependência entre equipes opostas e rivais e, mais que isso, que cada uma dessas equipes pode ser suporte de determinadas visões de mundo constituídas no bojo das próprias lutas e conflitos sociais de maior amplitude, que propomos contribuir nesse capítulo com a construção de uma interpretação do significado social do futebol que tenha por referência aquelas relações sociais concretas que, segundo creditamos em nossa hipótese de trabalho, foram ingredientes essenciais na elevação da prática futebolística à condição de “*esporte das multidões*” ao longo da história e nas mais diversas sociedades. Para que isso se concretize, entretanto, é importante, já como primeira tarefa analítica, direcionarmos nosso olhar para as formas preliminares de confrontos de bola – isto é, jogos tradicionais mediados através de um objeto esférico ou equivalente – que guardariam alguma semelhança na lógica

⁸² Naqueles (nos) países onde a vida séria é levada mais seriamente [...] (tradução livre).

de sociabilidade que engendram com aquilo que, a partir de Damo (2005), denominamos de circuito de rivalidades clubísticas atuantes no contexto de ação futebolístico moderno.

Formas incipientes de confrontos de bola onde as relações entre os grupos lembram, em certo sentido, as situações de conflito performativamente traduzidas no contexto de ação futebolístico moderno sob a ótica funcional do clubismo, já se faziam presentes, diga-se de passagem, em vários outros tipos de formação social de tempos remotos. Talvez seja o caso daquelas práticas que Giulianotti (2002, p. 15-16) chamou de *folk football* para se referir, por exemplo, às variações de “futebol primitivo” praticadas entre civilizações da América Central e do Amazonas em 1500 a.C.; ao jogo romano de *harpastum*; ao *epyskirus* na Grécia; ao *cuju* praticado durante a Dinastia dos Han na China entre 206 a.C. a 220 d.C.; ao *pilimatun* jogado pelos indígenas chilenos; ao jogo de *cad* jogado pelos povos celtas que habitavam a Irlanda; ao *soule* medieval jogado entre os camponeses franceses; ao *calcio* de Florença jogado do século XIII ao século XVIII; dentre outros jogos passíveis de serem explorados.

Na China Antiga, por volta de 2000 a.C., um jogo denominado *tsu-chu* era praticado como uma forma de treinamento militar que prepararia os exércitos para as guerras a serem travadas. Findado o período ou situação pontual de guerra, eram formadas equipes para chutar a cabeça dos soldados inimigos, mortos durante as batalhas. Posteriormente, as cabeças foram sendo substituídas por bolas de couro revestidas de cabelo. Ao que consta, o objetivo maior do jogo era conduzir a bola até fazê-la ultrapassar duas estacas de bambu fincadas no chão. Por conseguinte, como regra básica estruturante do referido jogo, delimitou-se que a bola deveria passar de pé em pé dos combatentes sem, no entanto, entrar em contato com o chão (MURAD, 1996; FRANCO JÚNIOR, 2007). De acordo com Murad (1996, p. 84), esse jogo foi reeditado no século X na Inglaterra e, talvez, na França, Alemanha e Holanda.

Entre os habitantes do Império Asteca e Maia no espaço que atualmente compreende o México também foram praticados jogos de bola. Durante os anos de 900 a 200 a.C., mais ou menos, foi jogado pelos maias um jogo denominado *pok ta pok* e que consistia basicamente em introduzir a bola (dura e pesada, pois era feita com a goma de uma árvore local) em um dos dois aros de pedra fixados nas paredes de muro da quadra em formato de duplo T ou de I. Até onde se sabe, esse jogo de bola culminava com a morte do capitão da equipe perdedora, obedecendo então a princípios que regiam, de longa data, a cosmovisão local (LYRA FILHO, 1973; FRANCO JÚNIOR, 2007; WISNIK, 2008). Já entre os astecas, foi praticado, também como mantenedor da ordem cósmica, um jogo de bola chamado de *ullamalitzli*. Tal jogo se assemelhava em muito ao *pok ta pok* e foi difundido entre os astecas pelo nome genérico de

tlachtli que, em uma tradução lato, quer dizer simplesmente espetáculo (LYRA FILHO, 1973; LEMOS, 1995; FRANCO JÚNIOR, 2007; WISNIK, 2008).

Gregos e romanos, por sua vez, também conheceram formas ritualizadas de “futebol primitivo”. Tanto o *epyskirus* jogado na civilização grega por volta do século IV a.C. quanto o *harpastum* praticado na Roma Antiga mais ou menos no século III a.C., possuíam uma lógica semelhante que consistia em conduzir uma bola feita de bexiga de boi prioritariamente pelos pés até a “cidade-base” ou espaço da equipe adversária (MURAD, 1996; FRANCO JÚNIOR, 2007). Em conformidade com Franco Júnior (2007, p. 16), uma hipótese que tem sido muito difundida entre os estudiosos dessas práticas, porém sem uma devida comprovação empírica, é que o jogo de *harpastum*, derivado do *epyskirus*, ao ser introduzido pelas tropas romanas nas ilhas britânicas acabou dando origem a diferentes variações de antigos jogos de bola praticados naquela região e dentre os quais se incluiria o próprio futebol moderno.

Se quanto à penetração do *harpastum* nas ilhas britânicas há dúvidas, com relação às influências desse antigo jogo romano na conformação do jogo de *calcio* praticado na região da Florença já existe um maior consenso na literatura. Segundo Murad (1996, p. 90), o *gioco del calcio* era jogado por dezenas de pessoas em cada um dos lados, muito embora quando quisesse se conferir contornos mais organizados ao jogo, o número de participantes poderia ser limitado a 25 ou trinta nobres por equipe, eleitos a partir de critérios firmados em função da posição social que os indivíduos ocupavam no interior daquela sociedade. Hilário Franco Júnior (2007, p. 17), por sua vez, lembra que o *calcio fiorentino* já se revestia de um caráter mais próximo do que viria a ser denominado de futebol moderno: havia um número fixo de 27 jogadores por equipe; cada uma das duas equipes fazia uso de uma cor específica para lhe identificar (verde ou branco); algumas regras preliminares foram postas, bem como existiam árbitros e posições específicas a serem ocupadas pelos jogadores de cada uma das equipes.

Outro jogo de bola medieval que assim como o *calcio* provavelmente também derivou do *harpastum* romano e denota uma lógica similar à variação de futebol popular jogado na Inglaterra é o *soule*. Praticado na França Medieval a partir do século XII, o *soule* era uma espécie de disputa tradicional envolvendo grande número de pessoas que, fazendo uso dos pés, mãos ou bastões conforme a região em que o jogo era praticado, procuravam conduzir uma bola de couro (cheia de estopo ou de farelo de cereais) até o território adversário ou, de modo contrário, trazê-la vitoriosa ao seu próprio território (WISNIK, 2008). Tratava-se de um jogo bastante violento e barulhento que, na maior parte das vezes, eram disputados entre grupos, em certo sentido, opostos, ou seja, “[...] comunidades vizinhas, paróquias, cidade versus campo, casados contra solteiros, ou casadas contra solteiras” (WISNIK, 2008, p. 77).



IMAGEM 23 – The *tlachtli*, Chichén Itzá, Yucatán, México.⁸³



IMAGEM 24 – Calcio fiorentino⁸⁴

⁸³ENCYCLOPAEDIA Britannica digital. **Chichén Itzá**: tlachtli ball court. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/media/17623/The-tlachtli-ball-court-at-Chichen-Itza-Yucatan-Mexico?topicId=110599>> Acesso 05 mai. 2014.

⁸⁴ROBERTS, M. The Italian Job: Ball games in medieval Italy. In: **The Same Old Game**. Disponível em: <<http://sameoldgame.files.wordpress.com/2013/06/1688-illustration-of-calcio-fiorentino.jpg>> Acesso 05 mai. 2014.

Evidente que práticas tradicionais como as aqui evocadas no intuito de demonstrar as supostas raízes pré-históricas do futebol, não se esgotam nesses exemplos apresentados. No entanto, os jogos de bola primitivos aqui recuperados e, mais que isso, as próprias situações sociais mimetizadas na lógica de realização dos mesmos, são suficientes para ilustrar que os mais diversificados tipos de formação social, seja da antiguidade ou do medievo, conheceram formas de jogos rituais que, em alguns aspectos, se assemelham ao futebol moderno, em particular no que diz respeito à trama de conflitos que nele se mimetiza e se negocia.

Diante do exposto, é necessário também indagar, de maneira correlata, sobre aqueles motivos que estiveram por detrás do surgimento do futebol moderno na Inglaterra e de sua posterior difusão com um conjunto específico de regras para os diferentes lugares do globo. Se então, conforme argumentamos nos parágrafos anteriores, diversas sociedades fizeram uso de jogos de bola com os pés em um formato secular ou ritualístico como forma de ludicidade, celebração ou resolução de contendas a um nível cosmológico ou militar, por que o futebol na forma como hoje lhe conhecemos apareceu primeiramente no contexto da sociedade inglesa e não em outras dessas sociedades quaisquer da antiguidade e do medievo?

Para lançar luz a essa questão é importante nesse momento retomar o futebol popular ou tradicional que se praticava na Inglaterra por volta do século XII e, em seguida, considerar o processo de esportivização a que essas variações de futebol popular foram submetidas na escala de longo termo. Segundo Franco Júnior (2007, p. 18), desde 1174 já estaria atestada a prática de jogos com bola na sociedade inglesa. Uma dessas práticas era o *schrovetide*, jogo no qual os habitantes de várias cidades inglesas tinham por costume sair às ruas chutando uma bola que representava a cabeça de um dinamarquês. Dizia respeito, mais precisamente, a uma prática de caráter festivo evocada em comemoração à expulsão dos invasores dinamarqueses das terras britânicas em um período precedente não tão remoto (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Já em conformidade com o que apontam Elias e Dunning (1992) no capítulo cinco do livro *“A busca da excitação”*, intitulado *“O futebol popular na Grã-Bretanha medieval e no início dos tempos modernos”*, por volta do século XIV em diante são encontradas nas fontes inglesas referências seguras sobre a existência de um jogo de bola praticado nesse contexto com o nome de *football*, mas que em sua lógica de ação prática não correspondia exatamente ao correlato moderno que alguns séculos mais tarde insurgiria no seio desta mesma sociedade. Os documentos recuperados pelos autores referiam-se basicamente a atos de proibição de prática tão violenta entre os membros que compunham aquela sociedade. Tratava-se, colocado de modo mais específico, de restrições e de vetos documentados que foram impostos pelas autoridades monárquicas e pela boa sociedade à prática de um jogo que feria os ideais

civilizatórios idealizados naquele contexto histórico-social e, além disso, de documentos que se referiam ao julgamento e punição de pessoas e grupos que fizessem uso de tal prática.

Um dos documentos examinados por Elias e Dunning (1992), datado de 10 de janeiro de 1540, alude a um jogo de *football* com bola de couro disputado na cidade de Chester entre os fabricantes de sapato e os negociantes com lojas de fazenda na Terça-Feira Gorda. O referido documento, segundo Elias e Dunning (1992), evidencia de modo bastante explícito o posicionamento contrário das autoridades locais a um jogo pelo qual se transgredia a ordem. Os praticantes de tal jogo foram retratados pelos responsáveis do município e pela Corporação dos Ofícios como “[...] ‘pessoas de inclinações perversas’ que provocaram uma tão ‘grande inconveniência’ na cidade” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 261). Em suma, tal relato, assim como o *corpus* documental compilado pelos autores para levarem a cabo essa recensão, se reportava de modo insofismável ao embate histórico que era travado na Inglaterra Medieval entre os grupos que se mantinham fieis aos seus costumes violentos e os grupos com relativo potencial de poder para reivindicarem e, até certo ponto, manterem a ordem social.

É verdade que muito embora essas sanções e punições fossem impostas de maneira severa aos grupos que se enveredavam por essa prática com bola, isso não impedia que a mesma continuasse sendo evocada nas datas festivas e se propagasse pelas diferentes regiões da Inglaterra (ELIAS; DUNNING, 1992). De acordo com Elias e Dunning (1992), se isso assim acontecia é porque o *football* ou *folk football* de então permitia a comunidades vizinhas e demais grupos, por ventura, antagônicos na competição social, saudarem velhas querelas. O futebol da Terça-Feira Gorda (ou Entrudo) era um desses momentos esperados por grande parte dos membros daquela sociedade medieval e pelos representantes desses grupos que, na maioria das vezes, assumiam o papel de porta-vozes no processo de negociação mimética dos conflitos gerados entre os grupos interdependentes. Segundo Elias e Dunning:

Os registros mais antigos mostram que, muitas vezes, as lutas entre representantes dos grupos locais, com ou sem futebol, constituíam parte de um ritual anual. Verifica-se que os jovens membros desses grupos eram desafiados com frequência para uma luta e, a menos que a tensão explodisse antecipadamente, esperavam com ansiedade pela chegada de Terça-Feira Gorda ou por qualquer outro dia do ano que se identificasse com semelhante encontro colectivo. Durante este período, o jogo de futebol proporcionava um desses escapes para as constantes tensões entre grupos locais (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 266).

Um outro exemplo trazido por Elias e Dunning (1992) para subsidiar a análise acima exposta é datado de 1579, quando então um grupo de estudantes de Cambridge se dirigiu para a Vila de Chesterton para jogar *football*. Aparentemente se tratava de uma incursão de caráter pacificador e lúdico, não fossem os membros da Vila de Chesterton, que participariam dessa

disputa, deixarem escondidos no pórtico da sua igreja bastões que seriam usados para agredir os estudantes impondo-lhes uma derrota de modo que não restara outra alternativa para eles que senão fugirem pelo rio. Algo curioso a ser destacado nesse relato é que o chefe da polícia de Chesterton foi solicitado para que tomasse alguma providência no intuito de manter a denominada “paz da rainha”. No entanto, ele próprio estava envolvido no episódio e, nesse particular, acusou os estudantes de terem sido os primeiros a começarem a confusão (ELIAS; DUNNING, 1992). Situações como essa, por conseguinte, são úteis por demonstrarem que os indivíduos que compunham a sociedade inglesa naquele estágio de pacificação social, em se tratando da resolução de conflitos e contendas através de jogos de bola, tendiam a apelar para atos de violência independentemente das posições que ocupavam naquela estrutura societária, tal como fora o caso do policial diretamente envolvido na trama em questão.

Importante ainda notar que diversos jogos de bola – e variações do jogo denominado *folk football* – marcados por um padrão de violência similar ao confronto de Chesterton tal como descrito por Elias e Dunning (1992, p. 266), foram praticados nas mais diversas cidades inglesas durante séculos. Esses jogos de bola, por sua vez, conservavam como uma de suas principais particularidades o fato de serem difundidos de geração em geração e de localidade para localidade através da tradição oral, ou seja, não havia um registro formal de regras para que posteriormente fossem apropriadas ou então para que se padronizasse um jeito específico de se conduzir essas práticas violentas em várias comunidades ou cidades distantes no tempo e no espaço. Daí, portanto, o fato do jogo de *football* tal como praticado na Inglaterra durante aproximadamente seis séculos, antes de ser pouco a pouco substituído por uma variação com regras padronizadas no século XIX, ter sofrido uma série de apropriações culturais conforme as características específicas de cada região da Grã-Bretanha a ponto de não ser correto pensar nesse jogo de bola como uma prática homogênea e sim como um fenômeno heterogêneo.

Não obstante as diferenças culturais com que o *football* foi sendo evocado e praticado nos feriados religiosos e em outras circunstâncias pontuais e festivas na sociedade inglesa ao longo dos séculos, a condição sugerida no estudo de Elias e Dunning (1992) é que todas essas variações diferentes de *football* possuíam as mesmas características elementares, quais sejam, as de se apresentarem como jogos traduzidos em confrontos entre grupos diferentes e onde “[...] a desordem e o nível relativamente elevado de violência física socialmente tolerada eram sempre os mesmos” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 270). Em outras palavras, a argumentação dos autores é constituída no propósito de assegurar que as diferentes variações de jogo de bola, independentemente das heterogêneas apropriações de que foram escopo e motivo nas distintas regiões da Inglaterra, possuíam como similaridade o fato de em sua lógica concreta

de realização oporem grupos antagônicos e insurgirem na condição de uma potente “válvula de escape” que permitiam a esses grupos externar sentimentos e subjetividades reprimidas por conta do processo de seriedade que progressivamente, e no decorrer de alguns séculos, foi se impondo no âmbito das relações mais gerais que regulavam aquela sociedade específica.

Em que pese, no entanto, a relevância do que está sendo dito para compreender os significados que o *football* assumiu naquela configuração social, isso constitui somente uma das faces da situação apresentada. A outra face, não menos importante, é revelada na medida em que pensamos no processo de seriedade (e racionalização) em que a sociedade inglesa, a propósito de outras sociedades ocidentais, foi sendo encerrada na transição do medievo para a modernidade. Trata-se de um aspecto metodológico central, pois não é possível ter uma ideia mais clara das funções que o *football* cumpria naquela configuração social se o considerarmos uma prática excluída da sociedade, ou seja, se esquecermos que os impulsos de violência que nele eclodiam e satisfaziam igualmente em termos de prazer tanto os praticantes quanto os que assistiam a esses “espetáculos brutais”, sejam eles membros da pequena nobreza ou então camponeses, mantinham relação com os crescentes níveis de seriedade que se impunham nas relações entre os diferentes grupos estruturantes daquela formação social específica.

Imprescindível destacar que muito embora o padrão de civilidade e de autocontrole internalizado nos membros da pequena nobreza (os antigos proprietários de terras em outro estágio de desenvolvimento social) fosse maior que o dos camponeses, esse primeiro grupo tinha também interesse na preservação de jogos como o *football*. Isso é tão verdade que ficava a cargo dos proprietários rurais organizarem e patrocinarem jogos dessa natureza, tal como frisado por Elias e Dunning (1992, p. 274). Dito de outro modo, não só as classes populares se envolviam e sentiam prazer nesses jogos pouco regulamentados e marcados por uma maior preponderância de surtos de violência se comparados com um estágio de desenvolvimento posterior. O quadro de divertimento e satisfação emocional que emergia através do jogo de *football*, e mesmo através de outras práticas tradicionais, era igualmente compartilhado entre os diferentes grupos sociais, lembrando, no entanto, que os proprietários rurais da classe média eram talvez mais inclinados a se envolverem nesse jogo como espectadores ao passo que os camponeses relativamente livres se envolviam diretamente nos confrontos.

Em outras palavras, a argumentação tecida por Elias e Dunning (1992), se sintetiza no entendimento de que, em determinado estágio de pacificação social em que se via imersa a sociedade inglesa, existiam muitas contendas permeando as relações rotineiras entre os grupos estruturantes daquele tipo de configuração e que, no momento em que essas tensões passaram

a se resolver de forma menos violenta na arena social mais ampla, os jogos de bola primitivos assumiram progressivamente uma função social específica, tal como revela o excerto:

[...] as comunidades camponesas tinham os seus conflitos quer a nível interno quer com as comunidades vizinhas. Em geral, a forma de as resolver era consideravelmente mais violenta do que a que viria a utilizar-se num estádio posterior. E o futebol e outros jogos populares, como vimos, constituíam uma maneira de libertar as tensões. Mas o facto de não existirem regras escritas ou autoridades centrais não significava que jogassem sem quaisquer regras (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 275-276).

Oportuno frisar, a propósito do que está sendo discutido, que a introdução progressiva de regras no antigo *football* inglês se constitui em um indício de civilização das pessoas ou, melhor dizendo, da sociedade que estava por detrás da emergência de padrões sociais mais organizados, em termos de equilíbrio interno e externo das tensões, que se fizeram traduzir em formas mais pacificadas de consumo e prática do aludido jogo. Dito de outro modo, a dimensão das regras insurge na abordagem teórica de Elias e Dunning (1992) como elemento de suma importância a ser considerado para explicar o processo de esportivização dos antigos jogos de bola. Nesse particular, a introdução progressiva de regras cada vez mais severas, além de refletir um longo processo de esportivização do antigo *football* inglês, denotava um determinado estágio de desenvolvimento social da sociedade que deu suporte à emergência dessa prática nos moldes modernos, bem como favoreceu a padronização local dessas regras, sua fixação em documentos escritos e sua posterior difusão para outros lugares do mundo.

De acordo com o que sugerem Elias e Dunning (1992), entre os anos de 1845 e 1862 o jogo de futebol, ao menos em algumas das principais escolas públicas inglesas, se tornou mais regulamentado, muito embora o nível de violência presente nessa prática esportiva ainda fosse efetivamente maior do que se verificaria no século seguinte. Já em 1863, por sua vez, insurgiu uma ruptura decisiva no incipiente contexto de ação futebolístico inglês que então estava por se conformar, a saber, a abolição da canelada no jogo. Essa mudança na regra foi encorajada por alguns dos membros da Associação de Futebol que recém fora criada e isso, por sua vez, gerou tensões internas nesse grupo que se predispunha a controlar essa prática esportiva então mais regulamentada, tendo em vista que outros membros da associação eram contrários a essa mudança por entenderem que a mesma tendencialmente tornaria o jogo “efeminado” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 288). Essa discordância, por conseguinte, favoreceu o desenvolvimento social de duas variações de futebol na Inglaterra, quais sejam, o *football association* que havia excluído essa jogada violenta através da fixação de algumas regras e o *râguebi football* que, a princípio, mantinha preservada os pontapés nas canelas dos adversários durante o jogo, mas que posteriormente também lhe abandonaria (GIULIANOTTI, 2002, p. 18).

Paralelamente a esse processo de esportivização do *football*, foram surgindo também uma série de tensões entre as primeiras instituições promotoras do futebol moderno no que dizia respeito à padronização e institucionalização de regras. Em conformidade com Franco Júnior (2007, p. 27-28), entre os anos de 1830 e 1860, havia no contexto da sociedade inglesa mais de sessenta equipes que praticavam o futebol associado com regras muito específicas a cada região ou local onde essa prática em processo de esportivização se fazia presente. Ainda segundo o autor, no ano de 1848, na cidade de Cambridge, houve uma primeira tentativa em uniformizar as regras do emergente esporte, quando então representantes das diversas escolas se reuniram com intuito maior de estabelecer uma normatização específica que, para além das particularidades regionais de apropriação do fenômeno, conferisse uma identidade homogênea à referida prática (FRANCO JÚNIOR, 2007). No entanto, foi somente em 1863, na cidade de Londres, que porta-vozes das escolas e clubes que vinculavam o futebol às suas atividades chegaram a um denominador comum sobre as regras que balizariam tal prática esportiva no país. Tratava-se, a princípio, de quatorze regras, que definitivamente diferenciariam o *football* em sua conformação moderna do *rugby*. Tais regras foram aprovadas em assembléia na então nascente *Football Association* (FA) no dia 24 de novembro de 1863 e publicadas no jornal esportivo *Bell's Life* no dia 8 de dezembro do mesmo ano (FRANCO JÚNIOR, 2007).⁸⁵

Entre os embates mais expressivos no tocante à padronização de regras no futebol, chamamos atenção para a polarização que logo se estabeleceu entre a Escola de Rugby e a Escola de Eton por volta dos anos 1840 na Inglaterra. Tal como revela Eric Dunning (2011), as primeiras regras escritas do futebol foram formuladas na escola de Rugby em 1845 e tal *corpus* regulamentar constituía um indício do desenvolvimento de um maior nível de sensibilidade dos agentes que estavam à frente de tal prática esportiva em relação aos padrões de violência presentes na mesma. Em 1847, por conseguinte, representantes da Escola de Eton codificaram suas regras do futebol, como uma resposta civilizadora aos níveis de violência verificados em tal jogo, mas também com o nítido propósito de diferenciarem a variação de futebol em Eton daquela praticada em Rugby abolindo, nesse particular, o uso das mãos para carregar e conduzir a bola (ASHWORTH, 1948; CURRY, 2001; DUNNING; CURRY, 2006; DUNNING, 2011). Ao se debruçar sobre este fato, Dunning apresenta uma questão central e, já imediatamente, elabora uma resposta que lança luz a esse acontecimento:

⁸⁵ Importante ressaltar, segundo observa Wisnik (2008, p. 89), que foi apenas no ano de 1877 que as regras do *football* apresentadas em 1863 com a criação da *Football Association* (FA) assumiram sua versão final, livre de uma série de inconsistências e lacunas que apresentavam na ocasião anterior.

Por que teriam os garotos de Eton criado tal jogo? Sob a direção de Arnold, a fama da Escola Rugby começara a se espalhar e, com ela, a fama de seu futebol. Os garotos de Rugby, encorajados pelo corpo docente, procuravam, parece razoável supor, chamar atenção para si, ao desenvolverem um jogo próprio. Pareceria igualmente provável que ao desenvolverem uma forma de futebol também própria, porém em muitos aspectos diametralmente distinta do jogo de Rugby, os etonianos estivessem deliberadamente tentando colocar os esnobes rugberianos no seu lugar (DUNNING, 2011, p. 20).

Como vemos, para além das questões atreladas à pacificação das variações violentas do jogo de *football*, no qual, por um bom período de tempo, foi permitido o uso de pontapés e caneladas, existia um componente de diferenciação social atuando no sentido de assegurar aos estudantes de escolas rivais símbolos distintivos que marcassem suas singularidades. O jogo de *football* em acelerado processo de esportivização naquele contexto, foi um desses símbolos pelo qual os estudantes de Eton procuraram se distinguir dos estudantes de Rugby com certa originalidade. Esse processo, todavia, não pode ser retomado em si mesmo e por si mesmo de forma desconexa, tendo em vista que se tratava, antes de tudo, de um desdobramento das lutas mais amplas firmadas nas redes de interdependências recíprocas na sociedade inglesa entre os diferentes grupos de observação empírica atuantes naquele contexto de ação social.

Interessante notar que essa competição de *status* entre os estudantes de Rugby e Eton, da qual nos fala Dunning (2011), pode ser retomada como uma forma primitiva das tensões e rivalidades clubísticas que seriam tão bem delimitadas e construídas ao longo de todo o século XX. No caso de Rugby e Eton, essas tensões acabaram concorrendo, ao lado de outros fatores, para que dois esportes diferentes se institucionalizassem, quais sejam, e como já foi dito, o rúgbi e o futebol.⁸⁶ É possível supor que, ao serem negociadas ao longo de décadas essas tensões entre os defensores de variações diferentes do jogo de *football* através, sobretudo, da criação de duas modalidades esportivas distintas, esse núcleo de tensões foi perdendo força no contexto de ação social inglês e, por assim dizer, dando lugar a tensões internas e próprias a cada uma das duas modalidades esportivas emergentes. No que versa mais especificamente ao futebol associado que encontrara na Escola de Eton, mas também de Harrow, Winchester, Charterhouse, Westminster etc., um de seus pólos de divulgação no país, essas tensões foram se traduzindo em conflitos entre essas próprias escolas que adotaram a variação de futebol

⁸⁶ Como relação à lógica de difusão dessas duas modalidades esportivas nascentes na sociedade inglesa, Dunning tece os seguintes apontamentos: “Nos anos de 1850 e 1860 o Rugby se espalhou mais ampla e rapidamente do que o futebol. Contudo, isso mudou, em 1871-1872, com a introdução da copa FA que aumentou a popularidade do futebol e o jogo tornou-se, imediatamente, predominante na classe trabalhadora, e profissional nos níveis mais altos. Essa reversão de status entre o futebol e o *rugby* fez com que um mestre do Oxbridge College descrevesse o futebol, numa conhecida passagem, como: ‘um jogo para senhores cavalheiros jogado por hooligans’ e o *rugby* como ‘um jogo para hooligans jogado por cavalheiros’” (DUNNING, 2011, p. 20).

jogado somente com os pés, entre universidades e, logo em seguida, entre os primeiros clubes de futebol associado que surgiram na Inglaterra e imediações.

Graham Curry (2001) em sua tese de doutorado – *“Football: a study in diffusion”* –, aprofunda nessas questões aventadas e analisa o papel decisivo das *public schools* inglesas, assim como das universidades (principalmente a de Cambridge e Oxford) para a codificação das regras do futebol associado e para sua difusão na Inglaterra. Apoiado por extenso material empírico e orientando pela abordagem configuracional de Elias, o autor apresenta uma análise onde é dada ênfase ao papel das pessoas no sentido de introduzirem a prática futebolística em diferentes instituições, localidades e regiões na sociedade inglesa. Daí a correspondência que, em determinado momento do estudo, foi estabelecida entre o futebol tal como jogado em Eton com o futebol desenvolvido na Universidade de Cambridge, tendo em vista, especificamente, a condição de que uma parte dos garotos à frente do desenvolvimento dessa prática naquele contexto universitário haviam sido estudantes em Eton. Nas palavras do autor: “There is, in fact, a direct link between Eton and Cambridge” (CURRY, 2001, p. 40).⁸⁷

O mesmo raciocínio se aplica à Universidade de Oxford, ressaltando, entretanto, que esse estabelecimento, a propósito de outros, não adotou tão somente – e de modo pacífico – o futebol com as regras de Eton. Cabe, nesse propósito, ressaltar que a penetração do futebol desenvolvido em Rugby também teve lugar na Universidade de Oxford. Isso, em parte, se fez devedor, tal como sugere Macrory (1991) citado por Curry (2001, p. 49), à considerável presença de antigos rugberianos na referida instituição universitária, inserção essa, favorecida em especial pela facilidade de comunicações ferroviárias entre Oxford e Rugby. Não obstante, essa tensão evidenciada, o futebol associado também se fizera predominar em Oxford, corroborando a análise de que os confrontos, *matches* e rivalidade entre as duas universidades inglesas foi uma via decisiva de divulgação desse esporte pelo país. Vale notar que no âmago dessa disputa protagonizada entre as duas instituições aludidas, em função, sobretudo, de prestígio e reconhecimento, a Universidade de Oxford, em termos de resultados nos certames⁸⁸ e circulação de seus jogadores por clubes e outras regiões,⁸⁹ de fato, foi mais bem

⁸⁷ Há, de fato, uma ligação direta entre Eton e Cambridge (tradução livre).

⁸⁸ Em termos de participação na competição de futebol mais antiga do mundo, a saber, a Copa da Inglaterra (*The FA Cup*), a Universidade de Oxford, entre os anos de 1871 e 1881, obteve classificações mais expressivas em comparação com o time da Universidade de Cambridge, vencendo, inclusive, uma edição dessa competição em 1874 e acumulando três vice-campeonatos. Já a Universidade de Cambridge teve como melhor resultado neste evento a participação na semifinal da temporada de 1876/1877 (SMILES, 1991 apud CURRY, 2001, p. 52).

⁸⁹ No que diz respeito à circulação dos jogadores das duas universidades em questão nos clubes emergentes de futebol associado na Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda, também houve uma proeminência numérica da Universidade de Oxford em relação à de Cambridge, tendo em vista que mais jogadores da primeira instituição atuaram nos referidos países entre os anos de 1872 e 1885 segundo os dados trazidos por Curry (2001, p. 52-54).

sucedida, muito embora as contribuições dadas pelos estudantes e ex-estudantes de Cambridge tenham sido mais significativas para a codificação das regras (CURRY, 2001).

Correlato a esse processo de apropriação do futebol nas universidades inglesas, se deu também a formação dos primeiros clubes futebolísticos naquele contexto social. Data-se de ano de 1857, segundo apontam Dunning e Curry (2006, p. 68-69) o registro mais confiável de formação de um primeiro clube de futebol na Inglaterra, fundado em Sheffield, Yorkshire, como o nome de Sheffield F. C. Dois anos depois, no subúrbio de Sheffield, surgiu um outro clube com o nome de Hallam F. C., sob a influência de um clube de críquete já existente tal como havia sido o caso, diga-se de passagem, do Sheffield F. C. que também surgira sobre os alicerces de um clube de críquete. Nesse mesmo ano de 1860, as duas equipes disputaram uma primeira partida no campo do Hallam e os anfitriões foram derrotados pelo placar de 2-0 (CURRY, 2001). Até onde se sabe, esse foi o primeiro *derby* na história do futebol em sua conformação moderna (BROWN, 2013, p. 23). Tal encontro entre as duas equipes, por sua vez, foi disputado de acordo com as regras de Sheffield, datadas de 1858 e que apresentavam elementos comuns ao futebol que hoje conhecemos, tais como, por exemplo, as cobranças de tiro lateral e escanteio (CURRY, 2001; HARVEY, 2005; BROWN, 2013). Vale lembrar, em conformidade com Curry (2001), que, muito embora, alguns autores – entre ele P. C. Young em “*A history of british football*” – defendam que as regras de Sheffield guardavam alguma semelhança às de Rugby, o fato é que a forma com que o futebol havia sido codificado em Sheffield era bem mais próxima ao jogo praticado em Cambridge e, por extensão, em Eton.

Há indícios suficientes no trabalho de Curry (2001) e também de Harvey (2005) que nos permitem atestar a existência de um contexto de ação futebolístico regionalista na cidade de Sheffield por volta dos anos 1860, como também na própria cidade de Londres e aos seus arredores, assim como mais ao norte e sul da Inglaterra que foram redutos iniciais importantes de circulação e divulgação do futebol no país. No caso de Sheffield, além da rivalidade inicial que se formou entre Sheffield F. C. e Hallam F. C., é digno de nota chamar atenção ao fato de que por volta de 1862 já havia quinze clubes no distrito, incluído estes dois últimos citados (DUNNING; CURRY, 2006, p. 69). Além do surgimento acelerado de tais clubes locais, destaca-se também, por um lado, o papel da imprensa em fazer circular certas ideias acerca dos grupos envolvidos em tal prática e, por outro lado, a participação do público espectador das primeiras partidas na construção de um clímax emocional específico em torno do *football*, tal como passível visualizar no já referenciado estudo de Curry (2001), em particular nos capítulos três e quatro. Essa conjuntura sugerida, por sua vez, revela mais de seus elementos quando nos reportamos ao primeiro *match* realizado entre Sheffield e Hallam:

The first ever inter-club football match took place on Boxing Day in 1860, between Hallam FC and Sheffield FC. The pitch was covered in snow, but the Sheffield Day Telegraph reported ‘a large number of spectators’ who were ‘extremely liberal with their plaudits’ (‘and equally unsparing with their sarcasm’). ‘The day was beautiful, and the uniform of the men contrasting with each other and the pure snow had a most picturesque appearance’, the paper observed. Sheffield played in ‘their usual scarlet and white garments’, indicating that the club had a regular kit. Players slid around on the pitch, but no accidents were reported. ‘It would be invidious to pick out the play of any particular gentleman when all did well’, said the Telegraph, ‘but we must give the palm to the Sheffield players as being the most scientific and also the most alive to the advantage of upsetting the opponent’. By the time darkness brought an end to proceedings, Sheffield had won 2-0 ‘and went home fully satisfied with their victory’ (BROWN, 2013, p. 23).⁹⁰

Alguns aspectos importantes devem ser destacados do referido trecho. A descrição de Brown presente em seu livro “*The victorian football miscellany*”, foi construída com base em uma reportagem publicada no jornal local *Sheffield Day Telegraph* em 28 de dezembro de 1860 e denota, em primeiro plano, o papel dos jornalistas como atores sociais que, a exemplo de outros grupos, também foram absorvidos pelo “fascínio coletivo” do *football*, não sendo neutros em relação a esse fenômeno e ao modo como se dava a conformação do contexto de ação futebolístico na cidade de Sheffield. Além disso, os próprios recortes da reportagem realizados por Brown explicitam, por um lado, a maneira como estavam trajados os jogadores de ambas as equipes e remetem, por outro lado, à presença de torcedores no confronto entre Sheffield F. C. e Hallam F. C., mesmo que sob condições climáticas adversas.

Diante do exposto, notamos então que desde o nascedouro do *football* na Inglaterra já estavam em cena a tríade de atores – profissionais, especialistas e torcedores – que ao longo dos anos atuaria de forma cada vez mais intensa no contexto de ação futebolístico moderno, tal como sugerido no modelo de investigação contextualista. Não sabemos ao certo que tipo de representações do “grupo-nós” e “grupo-eles” se fizeram circular na ocasião, mas temos elementos que nos permitem sustentar o raciocínio de que a reportagem do jornal *Sheffield Day Telegraph* em tela retratou de modo distintivo a equipe do Sheffield F. C., o que, por conseguinte, se constitui em indício de que tal menção jornalística pode, em primeiro lugar, ter sido feita por um simpatizante do Sheffield F. C., e, em segundo lugar – e o que é muito

⁹⁰ A primeira de todas as partidas interclube aconteceu no *Boxing Day* em 1860, entre o *Hallam FC* e o *Sheffield FC*. O campo estava coberto de neve, mas o jornal *Sheffield Day Telegraph* relatou ‘um grande número de espectadores’ que eram ‘extremamente generosos em seus aplausos’ (‘e igualmente incansáveis em seu sarcasmo’). ‘O dia estava lindo, e os uniformes dos jogadores, contrastando uns com os outros e com a neve, tinham a mais pitoresca aparência’, o jornal observou. *Sheffield* jogou com ‘seu uniforme vermelho e branco habitual’, indicando que o clube usava seu *kit* regular. Os jogadores escorregavam no campo, mas nenhum acidente foi relatado. ‘Seria injusto falar do jogo de apenas um dos jogadores, já que todos se saíram muito bem’, disse o Telegraph, ‘mas devemos exaltar os jogadores do *Sheffield* por serem os mais científicos e mais se atentarem às vantagens de perturbar o adversário’. Quando a escuridão deu fim à partida, o *Sheffield* havia ganhado de 2-0 ‘e foi para casa satisfeito com a vitória’ (tradução livre).

provável – que tais louvações feitas à equipe do Sheffield nesse periódico, contribuíram posteriormente, ao lado de uma série de outras investidas, para construção de uma rivalidade de *status* entre os dois clubes de futebol ou, simplesmente, seja um sinal de que já havia uma competição de *status* entre os grupos sociais que estavam por detrás de ambas as equipes como extensão de querelas antigas entre os clubes de críquete que deram origem às duas respectivas equipes de futebol.

Ainda sobre a polaridade que logo se estabeleceu entre Sheffield F. C. e Hallam F. C. na região de Sheffield, é importante salientar que, muito embora, ambos os clubes tenham emergido graças aos esforços de uma elite e classe média local (CURRY, 2001), ainda assim não podemos tomar a configuração que ambos compunham como uma unidade homogênea e, nesse caso, como se os únicos conflitos entre os grupos que lhe eram suportes se resumissem aqueles que insurgiram no futebol. Ao que consta, também não haviam tensões maiores entre os representantes oficiais, jogadores e incentivadores dos referidos clubes no que diz respeito ao aspecto das regras balizadoras do jogo, tendo em vista que as partidas entre essas e outras equipes naquela região, antes de se universalizar pela Inglaterra, Reino Unido e por outros lugares do mundo o código regulamentar da recém-criada FA – acordado após uma série de reuniões decisivas entre representantes de clubes e escolas locais no ano de 1863, em Londres – eram conduzidas, sem maiores controvérsias, pelas regras de Sheffield que, por conseguinte, haviam sido codificadas em 1858 no mesmo momento que se dava o processo de formação do então primeiro clube do futebol mundial (CURRY, 2001; DUNNING; CURRY, 2006).

É razoável supor, portanto, que na falta de conflitos locais entre clubes nascentes em torno da regulamentação do jogo em Sheffield, é possível que outras contendidas tenham tido lugar e se expressado a partir dos confrontos futebolísticos na região. O modo exato com que o futebol mimetizou isso nos não temos condições de afirmar, mas, com base nos dados apresentados por Curry (2001), é possível tecer algumas conjecturas. Como primeiro aspecto a ser apontado, destacamos que o Sheffield F. C. tratava-se de um clube formado a partir dos escalões superiores da sociedade, tendo em vista, dentre outras coisas, as posições sociais que presidente, vice-presidente e técnico da equipe ocupavam no contexto local mais amplo (CURRY, 2001, p. 58) e, mais que isso, o próprio fato de o clube inicialmente se apresentar como uma organização social exclusivista que só aceitava membros da boa sociedade inglesa (CURRY, 2001). Em contrapartida, o Hallam F. C. se localizava em um bairro suburbano da cidade de Sheffield e, segundo se observa no próprio site do clube, mais especificamente na

seção reservada à discussão da história da instituição, um dos objetivos da fundação da equipe era justamente construir um espaço menos exclusivista tal como era o Sheffield F. C.⁹¹

Em um prazo de dois anos a rivalidade entre os dois clubes havia se acirrado de tal modo no interior deste contexto de ação futebolístico regionalista, que há registro, inclusive, de atos de violência que insurgiram sistematicamente nas partidas que ambos protagonizavam como um provável reflexo de inimizades locais datadas e também da crescente seriedade do jogo (CURRY, 2001; HARVEY, 2005), demonstrando o quanto o resultado das partidas era algo com tamanha significância simbólica especialmente quando se tratava de partidas entre equipes rivais. Em uma partida beneficente levada a cabo no dia 29 de dezembro de 1862, foram acionados justamente esses elementos aludidos, uma vez que o comportamento dos atores envolvidos na trama remetiam a uma extrema competitividade local estabelecida entre os jogadores e torcedores de ambas as equipes e, muito provavelmente, entre os grupos sociais mais amplos que tinham suas rixas antigas tematizadas nesses confrontos de bola modernos. O relato fornecido por Harvey (2005), com base em uma reportagem publicada no *Sheffield and Rotherham Independent*, é revelador do que está sendo argumentado:

During the period the most notable of these occurred, ironically, during a charity match that was staged at Bramall Lane in December 1862 between Sheffield and Hallam. The robust play admitted by the Sheffield rules, coupled with the tension existing between two well-established rivals, ensured a series of niggling incidents that finally boiled over into a fight that engulfed both spectator and players. Early in the game Hallam's Waterfall clattered into Creswick of Sheffield while charging him. The force of the contact was such that Creswick, who appears to have been a fairly rumbustious competitor, threatened Waterfall with his fist. While Creswick apologised soon afterwards, tension lingered and somewhat later, while the players were awaiting the umpire's decision, Creswick knocked the ball unfairly from the Hallam player's hands and kicked it towards their goal. The game continued in this fractious vein, stirred on by the crowd who indulged in 'much partisan cheering, especially when "downing" a man', and almost inevitably culminated in a clash between Creswick and Waterfall. The initial foul was by Waterfall, who held Creswick illegally. In response, Creswick hit Waterfall so hard that it made his mouth bleed, whereupon Waterfall 'threw off his waistcoat', charged at Creswick and struck him. A general melée followed, including both spectator and players, and it was some time before calmer heads prevailed and installed a truce, with Waterfall being sent to play in goal. While some of the Hallam players and supporters were sorry that Creswick had been hurt, many appear to have relished the incident, gleefully regarding it as a suitable punishment, especially as 'Creswick happens to have may of these unfortunate incidents with his fist' (HARVEY, 2005, p. 117-118).⁹²

⁹¹ HALLAM Football Club. **World's second oldest football club** – our history. Disponível em: <<https://www.hallamfc.co.uk/history.php>> Acesso 02 jul. 2014.

⁹² Durante o período, o mais notável destes (confrontos de bola modernos) ocorreu, ironicamente, durante uma partida beneficente jogada na *Bramall Lane*, em dezembro de 1862, entre os times *Sheffield* e *Hallam*. O jogo vigoroso, obedecendo às regras de *Sheffield*, cooperou para a tensão existente entre os reconhecidos rivais, e contou com uma série de incidentes preocupantes que culminaram em uma briga envolvendo espectadores e jogadores. Nos momentos iniciais da partida, o jogador Waterfall, do *Hallam*, esbarrou em Creswick, jogador do time adversário, durante uma dividida de bola. A força do contato foi tanta que Creswick, que parece ter sido um

Como nota-se, havia uma comunicação íntima entre o comportamento dos jogadores em campo e os sentimentos dos torcedores nas arquibancadas e vice-versa. O referido relato sugere uma explosão deliberada de emoções que culminaram em ações violentas por parte de jogadores e torcedores, bem como a existência de uma dinâmica de dependência mútua entre ambas as equipes reguladas por avaliações morais heterônomas, tendo em vista, que os atores além de externarem seus impulsos reprimidos nas rotinas de seriedade através de atos de violência física e verbal, também manifestavam uma espécie de contentamento em observar os jogadores das equipes rivais feridos e sangrando em campo. No caso em tela, evidencia-se que a maioria dos torcedores do Hallam F. C. estava satisfeita com o ato de violência física que havia sido imputado à Creswick, jogador do Sheffield, julgando tal ato uma punição justa para os fatos que haviam se desenrolado no decorrer da partida em questão.

Oportuno ressaltar que o Sheffield F. C. no contexto dos anos 1860 tratava-se de uma equipe que além da polarização principal mantida com o Hallam F. C. também não detinha a simpatia de uma série de outras equipes que foram surgindo na região, tal como passível de se argumentar a partir do estudo de Curry (2001) e de Harvey (2005). Isso, em parte, tem a ver com o pioneirismo desta equipe naquela cidade, com a origem social elitizada dos membros que compunham o clube e, principalmente, com o fato de os giros comerciais que então se constituíam naquele incipiente contexto de ação futebolístico centrar-se basicamente em torno da figura do Sheffield F. C., sugerindo, por sua vez, uma posição de dominância do referido clube na região. Harvey (2005) captura bem esse movimento e o resume da seguinte forma:

We might sum up the situation of the various clubs in Sheffield between 1861 and 1867 as follows. The amount of organized football played in the Sheffield area expanded throughout the period with clubs appearing that were based upon a variety of bodies, particularly cricket clubs. Socially, the composition of these clubs appears to expand, incorporating members from rather lower in the social scale, perhaps including some from the working class. While Sheffield FC remained the dominant commercial and social entity in the region, in competitive terms they rapidly lost their position and were generally overshadowed by their rivals. Football was not organized commercially, and such profits as were produced were donated to charity.

jogador bastante tempestuoso, ameaçou Waterfall com o punho. Creswick desculpou-se logo em seguida, mas a tensão manteve-se e, um tempo mais tarde, enquanto os jogadores aguardavam uma decisão do árbitro, Creswick tomou, injustamente, a bola das mãos do jogador do *Hallam* e a chutou em direção ao gol. O jogo continuou neste clima turbulento suscitado pela multidão que se entregava aos ‘aplausos bastante partidários, especialmente quando algum jogador caía’, o que culminou, quase inevitavelmente, no confronto entre Creswick e Waterfall. A falta inicial foi de Waterfall, que segurou Creswick ilegalmente. Em resposta, Creswick bateu em Waterfall tão fortemente, que fez sua boca sangrar, diante do que Waterfall ‘jogou seu colete’, esbarrou em Creswick e derrubou-o. Uma briga se iniciou, envolvendo tanto espectadores quanto jogadores, e durou algum tempo antes de alguns, mais calmos, conseguirem instaurar uma trégua, com Waterfall sendo posicionado para jogar no gol. Enquanto alguns jogadores e torcedores do *Hallam* sentiam por Creswick ter se machucado, muitos pareceram ter apreciado o incidente, considerando-o um bom castigo, especialmente porque ‘Creswick tem muitos destes incidentes com o punho’ (tradução livre).

However, a high level of expertise was deployed when organising the annual athletics events that the various FCs staged and these were exploited commercially in order to generate profits. By the latter part of the 1860s the revenue from such events represented the chief source of most clubs' incomes. Previous to this, clubs had relied on the fees paid by their member. Between 1861 and 1867 football in Sheffield was in no sense commercial and in this differed sharply from most other sports, notably cricket (HARVEY, 2005, p. 116).⁹³

O aspecto mercantil, de fato, foi central para difusão do futebol, mas não porque ele por si só insurgisse na condição de principal mecanismo propulsor que, em essência, garantiu à prática futebolística sua disseminação entre os diferentes grupos estruturantes da sociedade moderna e, ao longo de aproximadamente um século e meio, sua elevação à condição de “*esporte das multidões*”. O aspecto mercantil, se estamos certos em nossa análise, funcionou muito bem no sentido de permitir a organização capitalista deste recém-sistematizado produto cultural, através, sobretudo, da apropriação desse esporte pela imprensa e da necessidade de desenvolvimento de um aparato administrativo especializado que conferisse uma condição de solidez a um bem cultural que mimetizava de forma tão singular, por via de representações e narrativas produzidas acerca do “grupo-nós” e do “grupo-eles”, uma série de lutas e conflitos firmados, de longa data, entre os diferentes grupos de observação empírica da sociedade.

Em Sheffield, durante os anos 1860, um bom exemplo de como se estruturou de forma inicial esse “mercado das representações” foi a rivalidade estabelecida entre o Sheffield F. C. e Hallam F. C., como nós mesmos já argumentamos. Ainda que, nesse período, não houvesse o intuito deliberado e calculista de “lucrar” com os *matches* futebolísticos entre os clubes que iam progressivamente aparecendo no contexto de ação futebolístico regional em voga – algo que, nas décadas seguintes, se revelaria de forma notavelmente oposta –, havia, todavia, nesse “espírito mercantil” – essencial à materialização cultural, construção e difusão dos conflitos clubísticos – um senso de racionalidade que demandava a institucionalização do emergente esporte tanto para preservar o potente “mercado das representações clubísticas” recém-criado no âmbito do futebol como mesmo para garantir seu espaço no universo de oferta e consumo

⁹³ Podemos resumir a situação dos vários clubes de Sheffield, entre 1861 e 1867 da seguinte forma. A quantidade de futebol organizado jogado na área de Sheffield se expandiu ao longo do período com clubes que parecem ter sido baseados numa variedade de corpos, particularmente clubes de críquete. Socialmente, a composição destes clubes parece expandir-se, incorporando membros de classes mais baixas na escala social, incluindo, talvez, alguns da classe trabalhadora. Enquanto o Sheffield FC continuou sendo a entidade comercial e social dominante na região, em termos competitivos, eles rapidamente perderam posição, sendo ofuscado por seus rivais. O futebol não era organizado comercialmente, e os lucros gerados eram doados para caridade. No entanto, um alto nível de expertise foi implantado na organização de eventos atléticos anuais que os vários clubes de futebol realizavam, e esses eram explorados comercialmente de forma a gerar lucro. Na última parte da década de 1860, a receita proveniente de tais eventos representava a maior fonte de arrecadação dos clubes. Antes disso, os clubes dependiam das taxas pagas por seus membros. Entre 1861 e 1867, o futebol em Sheffield não era, em nenhum sentido, comercial e nisso se diferenciava de muitos outros esportes, principalmente do críquete (tradução livre).

dos bens culturais e fazer frente, portanto, às práticas esportivas concorrentes. Prova disso, foi a criação, por exemplo, da *Sheffield Football Association* (SFA) em 1867 (CURRY, 2001), visando justamente a preservação do esporte que então se expandia via modelo clubístico.

Essa movimentação apontada não se resumia, entretanto, à região de Sheffield. Como bem abordado no decorrer do estudo de Curry (2001), outros pólos importantes na Inglaterra foram, ao longo dos anos 1860 e pelas décadas seguintes, passando por processos similares ao aqui descrito no que versa à conformação de contextos de ação futebolísticos regionalistas em função da emergência dos primeiros clubes de futebol. A tabela 1, a propósito, sintetiza com clareza o ano de fundação e o nome dos primeiros clubes de futebol na Grã-Bretanha:

TABELA 1 – PRIMEIROS CLUBES DE FUTEBOL NA GRÃ-BRETANHA

ANO DE FUNDAÇÃO	NOME DOS CLUBES
c. 1841	The Body-Guards, the Fear-Noughts (both Rochdale)
1848	The Early Risers (Newcastle upon Tyne)
1849	Surrey FC
1857	Sheffield FC
1859	Wanderers
1860	Hallam FC
1861	Crystal Palace (original)
1862	Notts County
1863	Royal Engineers, Stoke City
1864	Wrexham
1865	Nottingham Forest
1866	Upton Park FC
1867	Queen's Park, Sheffield Wednesday
1869	Clapham Rovers
1870	Darwen, Rotherham United
1871	Old Etonians, Reading
1872	Clydesdale, Kettering Town, Rangers, Renton, Telford
1873	Colchester United
1874	Aston Villa, Hearts, Macclesfield, Northwich Victoria
1875	Birmingham City, Blackburn Rovers, Hibernian
1876	Falkirk, Middlesbrough, Partick Thistle, Port Vale
1877	Blackpool, Bolton, Clyde, Crewe Alexandra, Wolves
1878	Everton, Grimsby, Ipswich, Man United, West Brom
1879	Doncaster Rovers, Fulham, Sunderland, Swindon Town
1880	Kidderminster Harriers, Manchester City
1881	Leyton Orient, Newcastle United, Preston, Watford
1882	Barnet, Burnley, QPR, Tottenham Hotspur
1883	Bristol Rovers, Coventry City, Darlington, Stockport
1884	Derby County, Leicester, Lincoln, Tranmere Rovers
1885	Bury, Luton Town, Millwall, Southampton
1886	Arsenal, Plymouth Argyle, Shrewsbury Town

1887	Barnsley, Cheltenham Town, Wycombe Wanderers
1888	Celtic, Walsall
1889	Bath, Brentford, Forest Green Rovers, Sheffield United
1890	AFC Bournemouth

FONTE: BROWN, 2013, p. 25.

De antemão, é imprescindível notar que, até onde sabemos, não existem evidências na literatura que atestem a condição sugerida por Brown (2013)⁹⁴ de que instituições como The Body-Guards, the Fear-Noughts (both Rochdale), The Early Risers (Newcastle upon Tyne) e o Surrey F. C. tenham sido os primeiros clubes de futebol ou primeiros clubes que praticaram futebol em sua acepção e formatação moderna. O mais correto a se defender, portanto, é que o Sheffield F. C., de fato, é o primeiro clube de futebol que insurgiu na Inglaterra e no mundo seguido imediatamente do Wanderers tal como demonstra a tabela 1. No caso deste segundo clube, cabe ressaltar que o mesmo foi criado em 1859 na cidade de Londres com o nome original de Forest F. C., assumindo a denominação de Wanderers F. C. cinco anos mais tarde, em 1864 (CAVALLINI, 2005). O clube em questão foi criado por ex-alunos da Harrow School, entre eles Charles W. Alcock, considerado o fundador do clube e que, posteriormente, tornar-se-ia secretário da FA (CAVALLINI, 2005; HARVEY, 2005; TAYLOR, 2008).

Assim como ocorrera na cidade Sheffield, conforme já discutido, em Londres também se estruturou um incipiente contexto de ação futebolístico por volta dos anos 1860. Oportuno notar que o primeiro jogo que se tem registro entre clubes formalizados de futebol na referida cidade foi realizado no dia 15 de março de 1862 entre Forest F. C. e o Crystal Palace F. C. – sendo este último clube fundado em 1861. Forest venceu o Crystal Palace pelo placar de 1-0, em um jogo que, assim como a partida de volta agendada para o mês seguinte, contou com a participação de quinze jogadores compondo seus respectivos esquetes (CAVALLINI, 2005, p. 15). Ainda não havia regras unificadas e, mesmo com a fundação da FA em 1863, as equipes de Londres e de outras cidades da Inglaterra realizaram, por algum tempo, turnês e *matches* de

⁹⁴ Segundo este autor: “One of the first recorded clubs formed with the intention of playing football was the Early Risers, which is known to have existed in Newcastle upon Tyne in 1848. The club’s remit actually went beyond football – and beyond sport. The Early Riser met on the town moor at six o’clock every morning, and would play football, cricket and quoits, and also listen to lectures from guest speakers. Afterwards, members would ‘repair to breakfast with an appetite of 40 ploughman-power’. Other early Victorian clubs that are known to have played football in the 1840s included the Great Leicestershire Cricket and Football Club, Surrey Football Club, and Rochdale’s the Body-Guard Club” (BROWN, 2013, p. 09). Um dos primeiros clubes formado com a intenção de jogar futebol, de que se tem registro, foi o Early Risers, que existiu em Newcastle upon Tyne em 1848. A função do clube foi, na verdade, além do futebol – e além do esporte. O Early Risers se reunia no descampado da cidade, às 6 de todas as manhãs, para jogar futebol, críquete e malha, e também para assistir a palestras de convidados. Depois, os membros ‘tomavam café da manhã com um apetite grande como o de 40 roceiros’. Outros clubes do início da era vitoriana, conhecidos por jogar futebol nos anos de 1840, incluem o Great Leicestershire Cricket and Football Club, o Surrey Football Club, e o Body-Guard Club, de Rochdale (tradução livre).

exibição fazendo uso de suas próprias regras (CURRY, 2001; HARVEY, 2005) assim como disputaram partidas ocasionais com equipes não filiadas à FA adotando o conjunto de regras de tais equipes ou regras mistas definidas consensualmente (CAVALLINI, 2005, p. 17).

Segundo observa Taylor (2008, p. 31), do ano de 1864 para 1867 o número de equipes de futebol atuando na cidade de Londres aumentou de 31 para 79, muito embora apenas algumas dessas equipes tivessem se filiado à FA e adotado suas regras. De fato, a cidade de Londres protagonizou nesse período uma experiência de proliferação de equipes de futebol um tanto quanto expressiva e esse processo, por sua vez, não teve como mote, a princípio, a lógica de padronização de regras comuns que supostamente facilitaria a apropriação da prática futebolística pelos diferentes grupos sociais, mas justamente o contrário tendo em vista que, de acordo com o que já sugerimos anteriormente, havia uma competição de *status* entre as diferentes instituições que praticavam o futebol na Inglaterra vitoriana no sentido de fazer valer suas regras e eles próprios como idealizadores das regras perante os demais.

Para efeitos comparativos de como a cidade de Londres continua sendo na atualidade um reduto futebolístico que, a propósito do observado ao longo dos anos 1860, abriga uma quantidade expressiva de clubes, em raio de abrangência numérica e geograficamente maior, é importante direcionarmos nossa atenção por alguns instantes ao seguinte mapa:

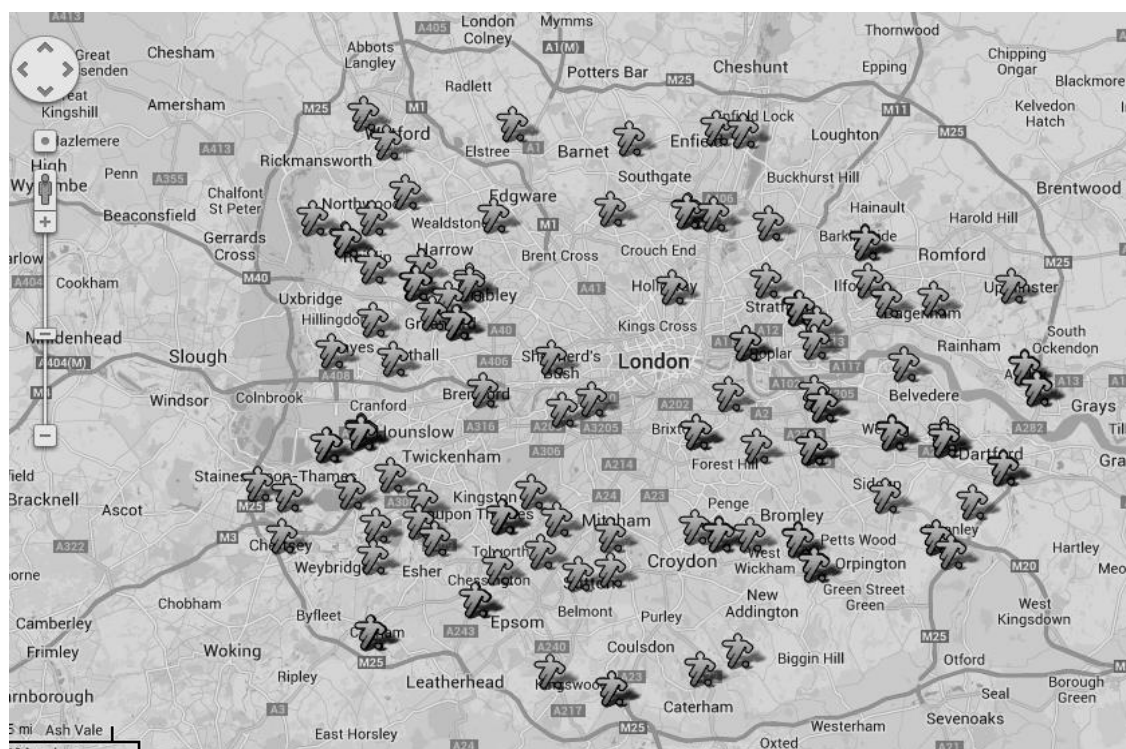


IMAGEM 25 – Clubes de futebol em Londres (2014)⁹⁵

⁹⁵ THE LONDON FOOTBALL GUIDE. Map of London football club. **Google Maps**. Atualizado em 11 de junho de 2014. Disponível em: <<https://maps.google.co.uk/maps/ms?hl=pt->

O referido mapa oferece elementos analíticos de significância à leitura que estamos ensaiando acerca da gênese do contexto de ação futebolístico londrino e do modo como está estruturado atualmente. Por um lado, a imagem captura um momento específico de difusão do futebol na região metropolitana de Londres por via de uma série de negociações clubísticas definidas, segundo o modelo de investigação contextualista, através de relações simbólico-emocionais e mercantis. Mais especificamente, esse mapa apresenta a alocação geográfica dos 115 clubes de futebol da Grande Londres que no ano de 2014 atuaram em alguma das ligas e divisões através das quais se organiza o futebol na sociedade inglesa.⁹⁶ Por outro lado, essa mesma imagem nos remete a pensar no processo histórico que permitiu ao futebol se expandir pela Grande Londres através do fenômeno datado de aparecimento e proliferação de uma série de clubes que, pelo que tudo indica, são correlatos à existência de determinados grupos com ideologias específicas no seio desta sociedade, em uma trama que mobilizou fatores de ordem simbólico-emocional através de uma lógica que precisaria ser mais bem investigada.

Cada um dos jogadores com bola espalhados graficamente pelo mapa em apreciação representa a existência de um clube de futebol na região metropolitana de Londres. Por sua vez, os clubes a que correspondem esses elementos gráficos são os seguintes: AFC Croydon Athletic, AFC Hayes, AFC Hornchurch, AFC Wimbledon, Arsenal, Ashford Town (Middlesex), Aveley, Banstead Athletic, Barking, Barkingside, Barnet, Beckenham Town, Bedfont & Feltham, Bedfont Sports, Boreham Wood, Brentford, Bridon Ropes, Bromley, Carshalton Athletic, CB Hounslow United, Charlton Athletic, Chelsea, Chertsey Town, Chessington & Hook United, Chipstead, Clapton, Cobham, Cockfosters, Colliers Wood United, Corinthian Casuals, Cray Valley (Paper Mills), Cray Wanderers, Crockenhill, Croydon, Crystal Palace, Dagenham & Redbridge, Dartford, Dulwich Hamlet, Egham Town, Eltham Palace, Enfield 1893, Enfield Town, Epsom & Ewell, Epsom Athletic, Erith & Belvedere, Erith Town, Farleigh Rovers, Fisher, Fulham, Glebe, Grays Athletic, Greenhouse London, Greenwich Borough, Hampton & Richmond Borough, Hanwell Town, Hanworth Villa, Harefield United, Haringey Borough, Harrow Borough, Hayes & Yeading United, Hendon, Hillingdon Borough, Holmesdale, Ilford, Kent Football United, Kentish Town, Kingstonian, Lewisham Borough, Leyton Orient, London Bari, London Tigers, Meridian, Metropolitan Police, Millwall, Molesey, Mole Valley SCR, Newham, North Greenford

[BR&gl=uk&ptab=2&ie=UTF8&oe=UTF8&msa=0&msid=216609857547933921074.0004b25356ef2a44d46cb&dg=feature](#)> Acesso 10 jul. 2014.

⁹⁶ A organização do futebol na Inglaterra, de fato, é altamente especializada. Por um lado, temos a *League Clubs* que se divide em quatro divisões nacionais e conta com 92 clubes que compõe a elite do futebol inglês. Por outro lado, temos a *Non-League Clubs* que seria a quinta divisão nacional com 24 equipes. Para maior aprofundamento ver: ALVITO, M. A **Rainha de Chuteiras**: um ano de futebol na Inglaterra. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

United, Northwood, Orpington, Oxhey Jets, Phoenix Sports Queens Park Rangers, Rayners Lane, Raynes Park Vale, Redbridge, Romford, Seven Acre & Sidcup, Southall, South Kilburn, Spelthorne Sports, Sporting Bengal United, Staines Lammas, Staines Town, Sun Postal Sports, Sutton Athletic, Sutton United, Thamesmead Town, Thurrock, Tooting & Mitcham United, Tottenham Hotspur, Tower Hamlets, Uxbridge, VCD Athletic, Waltham Forest, Walton & Hersham, Walton Casuals, Watford, Wealdstone, Welling United, West Ham United, Wembley, Whyteleafe, Wingate & Finchley, Worcester Park.⁹⁷

Interessante destacar, para se ter uma ideia, que destes 115 clubes mencionados que se situam na região de Londres apenas seis deles disputaram a *Premier League* 2013-2014, a saber, o Arsenal, o Chelsea, o Crystal Palace, o Fulham, o Tottenham Hotspur e o West Ham United. Os demais clubes citados, por conseguinte, competiram pelas outras ligas e divisões subsequentes que estruturam o futebol na Inglaterra. Vale ainda lembrar que entre esses 115 clubes nucleados em torno da Grande Londres construiu-se, segundo as contingências de cada bairro ou região, uma série de rivalidades mútuas que, no decorrer de algum tempo, foram assumindo outras feições quando senão sendo direcionadas a outras equipes por razões muitas vezes circunstanciais que se devem a elementos próprios à relativa autonomia desse esporte em organizar-se. Não obstante a possibilidade das rivalidades clubísticas serem construídas como também deslocadas segundo critérios específicos aos confrontos de futebol, tais como lances polêmicos em favor de determinada equipe e em desfavor de outra, reedição de finais de campeonatos entre as mesmas equipes ou então o enfrentamento de tais equipes por várias vezes durante uma mesma temporada etc., o fato é que grande parte dessas rivalidades, para não dizer todas elas, tem sua origem em contendas firmadas, de longa data, entre grupos antagônicos na competição social e que encontraram nesse esporte uma via possível para negociarem suas diferenças idealizando a si próprios e estigmatizando os concorrentes.

Há que se considerar, portanto, que o circuito de rivalidades clubísticas presente desde a gênese do contexto de ação futebolístico londrino no século XIX, mas também em Sheffield como vimos ou então em outras cidades como, por exemplo, Nottingham na região central do país onde, segundo Curry (2001, p. 62-63), se estabeleceu uma rivalidade local entre o Notts County F. C. fundado em 1862 e o Nottingham Forest F. C. instituído em 1865, foi crucial para emergência de novas equipes de futebol como também para a difusão massiva desse esporte na sociedade inglesa, pelo Reino Unido, por outros lugares da Europa e pelo mundo

⁹⁷ THE LONDON FOOTBALL GUIDE. Map of London football club. **Google Maps**. Atualizado em 11 de junho de 2014. Disponível em: <<https://maps.google.co.uk/maps/ms?hl=pt-BR&gl=uk&ptab=2&ie=UTF8&oe=UTF8&msa=0&msid=216609857547933921074.0004b25356ef2a44d46cb&dg=feature>> Acesso 10 jul. 2014.

afora. Evidentemente que esse circuito de rivalidades pelo qual o futebol se difundiu em torno de mais ou menos 150 anos foi se especializando ao longo do tempo e crescendo em termos numéricos. Ao nos reportamos, por exemplo, às principais rivalidades firmadas entre equipes que disputaram a temporada 2012-13 da *League Clubs* na Inglaterra, podemos ter uma ideia um pouco mais precisa acerca do que está sendo dito. Observemos, para tanto, a tabela 2:

TABELA 2 – PRINCIPAIS RIVALIDADES DO FUTEBOL INGLÊS ENTRE EQUIPES PARTICIPANTES DA *LEAGUE CLUBS* (2012-13)⁹⁸

	TEAM	MAIN RIVAL
1.	Accrington Stanley	Morecambe
2.	AFC Bournemouth	Southampton
3.	AFC Wimbledon	Milton Keynes Dons
4.	Aldershot Town	Reading
5.	Arsenal	Tottenham Hotspur
6.	Aston Villa	Birmingham City
7.	Barnet	Stevenage
8.	Barnsley	Sheffield Wednesday
9.	Birmingham City	Aston Villa
10.	Blackburn Rovers	Burnley
11.	Blackpool	Preston North End
12.	Bolton Wanderers	Wigan Athletic
13.	Bradford City	Huddersfield Town
14.	Brentford	Fulham
15.	Brighton & Hove Albion	Crystal Palace
16.	Bristol City	Bristol Rovers
17.	Bristol Rovers	Bristol City
18.	Burnley	Blackburn Rovers
19.	Burton Albion	Chesterfield
20.	Bury	Bolton Wanderers
21.	Cardiff City	Swansea City
22.	Carlisle United	Preston North End
23.	Charlton Athletic	Crystal Palace
24.	Chelsea	Tottenham Hotspur
25.	Cheltenham Town	Swindon Town
26.	Chesterfield	Mansfield Town
27.	Colchester United	Southend United
28.	Coventry City	Leicester City
29.	Crawley Town	AFC Wimbledon
30.	Crewe Alexandra	Port Vale
31.	Crystal Palace	Brighton & Hove Albion
32.	Dagenham & Redbridge	Barnet
33.	Derby County	Nottingham Forest

⁹⁸ Ao fazermos uso da presente tabela achamos suficiente para os nossos propósitos teóricos considerar apenas o rival principal de cada um dos clubes nela citados, diferentemente da tabela original cuja qual nos apoiamos (ver anexo 1) e que elencava os três rivais de cada clube na opinião dos sujeitos investigados na ocasião.

34.	Doncaster Rovers	Leeds United
35.	Everton	Liverpool
36.	Exeter City	Plymouth Argyle
37.	Fleetwood Town	Morecambe
38.	Fulham	Queens Park Rangers
39.	Gillingham	Millwall
40.	Hartlepool United	Darlington
41.	Huddersfield Town	Leeds United
42.	Hull City	Leeds United
43.	Ipswich Town	Norwich City
44.	Leeds United	Manchester United
45.	Leicester City	Nottingham Forest
46.	Leyton Orient	Southend United
47.	Liverpool	Manchester United
48.	Manchester City	Manchester United
49.	Manchester United	Liverpool
50.	Middlesbrough	Newcastle United
51.	Millwall	West Ham United
52.	Milton Keynes Dons	Peterborough United
53.	Morecambe	Accrington Stanley
54.	Newcastle United	Sunderland
55.	Northampton Town	Peterborough United
56.	Norwich City	Ipswich Town
57.	Nottingham Forest	Derby County
58.	Notts County	Nottingham Forest
59.	Oldham Athletic	Rochdale
60.	Oxford United	Swindon Town
61.	Peterborough United	Northampton Town
62.	Plymouth Argyle	Exeter City
63.	Port Vale	Stoke City
64.	Portsmouth	Southampton
65.	Preston North End	Blackpool
66.	Queens Park Rangers	Chelsea
67.	Reading	Aldershot Town
68.	Rochdale	Bury
69.	Rotherham United	Doncaster Rovers
70.	Scunthorpe United	Hull City
71.	Sheffield United	Sheffield Wednesday
72.	Sheffield Wednesday	Sheffield United
73.	Shrewsbury Town	Walsall
74.	Southampton	Portsmouth
75.	Southend United	Colchester United
76.	Stevenage	Milton Keynes Dons
77.	Stoke City	Port Vale
78.	Sunderland	Newcastle United
79.	Swansea City	Cardiff City
80.	Swindon Town	Oxford United
81.	Torquay United	Plymouth Argyle
82.	Tottenham Hotspur	Arsenal
83.	Tranmere Rovers	Oldham Athletic

84.	Walsall	Wolves
85.	Watford	Luton Town
86.	West Bromwich Albion	Wolves
87.	West Ham United	Millwall
88.	Wigan Athletic	Bolton Wanderers
89.	Wolves	West Bromwich Albion
90.	Wycombe Wanderers	Colchester United
91.	Yeovil Town	Bristol Rovers
92.	York City	Hull City

FONTE: Adaptado com base na tabela proposta por: WHITING, C. **Football rivalries: the survey**. Disponível em: <<http://thechriswhitingshow.wordpress.com/2012/08/28/2012-football-rivalry-census-results/>> Acesso 04 jul. 2014.

Os dados condensados nessa tabela foram coletados por Chris Whiting e divulgados em seu *blog* após pesquisa de opinião que realizou, por motivos e razões que desconhecemos, através da aplicação de um questionário *online* com um pouco menos de 2100 torcedores ingleses entre agosto de 2012 e fevereiro de 2013. Evidentemente que não estamos encarando esses dados sem alguma desconfiança, muito embora os mesmos ao menos em um aspecto sejam úteis à argumentação que estamos tecendo, em especial no que versa à possibilidade de visualizar que as tramas clubísticas e o circuito de rivalidades associado a elas deram origem a vínculos de sociabilidade que podem ser considerados intensos e datados no contexto da sociedade inglesa. Essas rivalidades, mapeadas do ponto de vista da opinião dos torcedores, precisariam, todavia, ser confrontas ao aparecimento e proliferação dos clubes de futebol na Inglaterra ou, em outros termos, serem historicizadas e submetidas à explicação sociológica. O modelo contextualista, a propósito, se presta a esse tipo de reconstrução e permite entender o quanto as rivalidades clubísticas foram ingredientes essenciais para que o futebol pudesse se tornar um esporte de apelo massivo ao longo de sua história moderna iniciada na Inglaterra.

Ao compararmos, por exemplo, o dado apresentado na página 305, quando destacamos que os clubes da região metropolitana de Londres que disputaram a temporada de 2013-2014 da *Premier League* foram respectivamente o Arsenal, o Chelsea, o Crystal Palace, o Fulham, o Tottenham Hotspur e o West Ham United, com o quadro de rivalidades sintetizados na tabela 2, teríamos pelo menos alguns confrontos clubísticos historicamente datados no interior da cidade de Londres para analisarmos com base no modelo de investigação contextualista. Nesse particular, os confrontos passíveis de serem então investigados a partir desse exercício de correlação sugerido, totalizam o número de seis e se distribuem da seguinte forma:

TABELA 3 – ALGUMAS RIVALIDADES DO FUTEBOL LONDRINO

	TIME 1 – ano de fundação	TIME 2 – ano de fundação
1	Fulham – 1879	Brentford – 1889
2	Fulham – 1879	Queens Park Rangers – 1882
3	Tottenham Hotspur – 1882	Arsenal – 1886
4	Tottenham Hotspur – 1882	Chelsea – 1905
5	Millwall – 1885	West Ham United – 1895
6 ⁹⁹	Millwall – 1885	Crystal Palace – 1905

FONTE: Adaptado com base na tabela proposta por: WHITING, C. **Football rivalries: the survey**. Disponível em: <<http://thechriswhitingshow.wordpress.com/2012/08/28/2012-football-rivalry-census-results/>> Acesso 04 jul. 2014.

Com base nos confrontos prescritos na tabela em questão poderíamos avançar, a título de exemplo, na análise do contexto de ação futebolístico londrino do período que compreende desde a realização das primeiras partidas entre o Fulham F. C. e o Brentford F. C na última década do século XIX até o período em que Millwall F. C e Crystal Palace F. C começaram a rivalizar na primeira década do século XX, sem esquecer, no entanto, de localizar os demais clubes que foram fundados na cidade de Londres nessa mesma época e as rivalidades locais que foram progressivamente firmadas entre tais equipes. Sem dúvida, somente um trabalho historiográfico minucioso acerca de cada um desses confrontos elencados poderia nos revelar o quão significativo os mesmos foram na expansão do futebol pela cidade de Londres e no processo de consolidação dessa prática esportiva sobre as bases de um modelo associacionista ou, melhor dizendo, clubístico. Há que se considerar também, no bojo desse inventário, uma série de questões que visam explicitar, por um lado, quais os grupos sociais – bem como as tensões constitutivas de tais grupos – que estiveram (ou não) por detrás da emergência desses clubes de futebol e, por outro lado, se essas rivalidades clubísticas do período histórico correspondente foram, de fato, as principais disputas futebolísticas na cidade de Londres ou se outros clubes, talvez já extintos, é que, por um determinado período, fizeram frente ao Fulham F. C., Tottenham Hotspur F. C. e Millwall F. C., para evocarmos apenas três exemplos.

Com relação ao circuito das rivalidades futebolísticas atuantes na cidade de Londres, aqui brevemente perspectivado de um ponto de vista sincrônico e diacrônico, é importante ressaltar, a maneira de síntese do que até aqui argumentamos, que o mesmo, a propósito do que também ocorrera no contexto de ação futebolístico em Sheffield em proporções talvez

⁹⁹ No caso do Crystal Palace F. C., sua principal rivalidade, de acordo com a tabela 2 situada nas páginas 306, 307 e 308, seria o Brighton & Hove Albion F. C. Nesse particular, para efeitos da análise aqui tecida, levamos em conta o seu segundo rival, este sim situado na cidade de Londres, a saber, o Millwall F. C. (ver anexo 1).

menos contundentes quando comparado à circulação social do futebol na capital inglesa, se organizou de maneira sólida tanto no que versa ao aspecto simbólico-emocional acionado nessas tramas clubísticas – que, por sinal, precisariam ser mais delineadas – quanto ao aspecto mercantil pelo qual se institucionalizou e se assegurou então preservado o emergente mercado de sentimentos e representações futebolísticas que envolvera os mais diferentes e antagônicos grupos sociais que participaram da formação dos primeiros clubes de futebol nessa cidade. Além disso, Londres também foi o palco onde o debate dos códigos regulamentares do futebol moderno se travou de maneira mais articulada e intensa, tanto que por volta de 1878 já se praticava quase que de modo unânime o futebol com as regras da FA na Inglaterra e demais localidades para onde essa prática foi se difundindo (CURRY, 2001), superando, para tanto, os *corpus* de regras locais e, sobretudo, o código regulamentar da SFA que, em pouco tempo, deixaria de ser usado até na cidade de Sheffield e em seu entorno (TAYLOR, 2008).

Ao que parece esse “consenso à inglesa” que culminou com a unificação das regras do futebol moderno na Inglaterra no período de transição dos anos 1870 para os anos 1880 tem uma relação direta com aquilo que Curry (2001) analisou pelo prisma sociológico do embate entre “localismo”, representado pelos diferentes códigos regulamentares que balizavam a prática do futebol nas variadas regiões e cidades onde a prática de futebol se fazia presente na Inglaterra vitoriana, e o “universalismo”, entendido como o processo que terminou finalmente com a aceitação e utilização das regras da FA por todo o território nacional. Nesse embate evidenciado entre “localismo” e “universalismo”, onde em algumas décadas a balança acabou inclinando-se em favor do último, há que se destacar, por exemplo, os *matches* amistosos disputados entre o Sheffield F. C. e um selecionado de jogadores advindos das equipes locais da cidade de Londres, representando então o London F. C. Em 1866, segundo Curry (2001, p. 91-93), as duas equipes disputaram uma primeira partida e o London F. C. saiu-se vitorioso. A segunda partida entre as equipes só se daria novamente no ano de 1871. A partir dessa data tais equipes disputariam ao menos pelos próximos seis anos uma série de *matches*, tal como passível visualizarmos sinteticamente na tabela a seguir:

TABELA 4 – *MATCHES* ENTRE SHEFFIELD F. C. E LONDON F. C. (1871-1876)

ANO	MÊS/DIA	TIME 1	RESULTADO		TIME 2	REGRAS
1871	Dec 2	Sheffield	3	1	London	Sheffield Rules
1872	Jan 27	London	1	0	Sheffield	London Rules
	Mar 2	Sheffield	2	1	London	Mixed Rules
	Nov 2	Sheffield	4	1	London	Sheffield Rules

1873	Jan 4	London	0	0	Sheffield	London Rules
	Mar 15	Sheffield	2	1	London	Mixed Rules
	Nov 11	Sheffield	8	2	London	Sheffield Rules
1874	Jan 3	London	1	1	Sheffield	London Rules
	Feb 4	Sheffield	4	2	London	Mixed Rules
	Nov 7	Sheffield	2	0	London	Sheffield Rules
1875	Jan 16	London	3	1	Sheffield	London Rules
	Mar 29	Sheffield	0	2	London	Mixed Rules
1876	Jan 1	London	4	0	Sheffield	London Rules
	Mar 25	Sheffield	6	1	London	Sheffield Rules
	Nov 11	Sheffield	5	1	London	Sheffield Rules
	Dec 30	London	3	1	Sheffield	London Rules

FONTE: YOUNG, 1962, p. 28-29 *apud* CURRY, 2001, p. 94-95.

Essa tabela, em primeiro lugar, nos sugere o fato de que, muito provavelmente, ao longo dessas partidas disputadas entre Sheffield F. C. e o London F. C. no período de 1871 a 1876, se estabeleceu uma espécie de negociação das tensões ou, pelo menos, uma tentativa de negociação de tensões entre os membros da FA e da SFA no intuito de chegarem a um consenso no que dizia respeito ao embate datado que travaram em relação aos códigos regulamentares do futebol. Prova disso é que algumas partidas entre ambas equipes foram regidas pelas regras da FA, outras partidas pelas regras da SFA e, por fim, partidas também foram disputadas a partir de regras mistas. Cabe frisar que esse tipo de consenso entre os dois grupos, cujo qual concorreu de forma ímpar para a universalização das regras do futebol, não teria sido possível, segundo o que sugere Wisnik (2008) amparado na análise de Norbert Elias, no interior de um contexto onde não vigorasse um regime parlamentar e pluripartidário, tal como o que teve vez na Inglaterra do século XVIII. De acordo com o autor:

Nesse regime, implantado ao final de um período de encarniçada guerra civil, o monopólio da força física e da imposição fiscal não ficou nas mãos de um só dos diversos estamentos ou setores rivais (nem do rei da corte, como na França e nos Estados aristocráticos). Exige-se uma permanente negociação e a garantia de que cada grupo que se reveze no poder não abuse dele (WISNIK, 2008, p. 89).

De fato, é consenso entre diversos autores influenciados ou não pela abordagem de Norbert Elias, como, de certo modo, pudemos expor no capítulo 6 da tese, que o esporte em sua acepção moderna tomou seu formato na Inglaterra e daí se difundiu pelas ilhas britânicas e outros lugares do mundo. O futebol associado, circunscrito ao domínio mais amplo desse processo de esportivização dos passatempos, também trilhou esse rumo de difusão social e

circulação cultural. Para o êxito desse processo de disseminação do futebol no âmbito local, nacional e global era necessário, todavia, que existissem regras claras e unificadas, registradas em documentos e livros, institucionalizadas, utilizadas nos certames oficiais e divulgadas pela imprensa. A Inglaterra vitoriana, por conseguinte, forneceu as bases para que isso fosse possível. Os *matches* entre o Sheffield F. C. e o London F. C. (1871-1876) podem ser lidos na esteira dessa interpretação tal como o fizeram, por exemplo, Curry (2001) e Harvey (2005). Sem dúvidas, a resolução processual dos conflitos em torno da definição das regras do futebol foi importante para sua disseminação cultural e geográfica, mas isso não bastou para que essa prática fosse difundida até o ponto de se tornar um esporte de apelo massivo. Havia uma série de outros elementos atuando ao lado desse processo, inclusive talvez com maior centralidade e preponderância. As tramas clubísticas e as rivalidades a elas interligadas se constituem, no nosso ponto de vista, em um desses elementos tal como iremos reforçar mais adiante.

Um segundo aspecto passível de ser refletido a partir da tabela 4 é justamente o papel desempenhado pelos *matches* entre o Sheffield F. C. e o London F. C. na emergência de um contexto de ação futebolístico nacional na Inglaterra. Claro que esse fato não atuou de forma isolada no processo de construção de um contexto futebolístico mais amplo no país e outros fatores, evidentemente, podem e devem ser levantados a partir de averiguação empírica. Esses *matches*, entretanto, nos sugerem que os sistemas de comunicação entre as cidades inglesas haviam melhorado nesse contexto possibilitando então que fossem realizados confrontos entre equipes de outras cidades (CURRY, 2001). Por sinal, o desenvolvimento de um eficiente sistema de transporte ferroviário ainda tornou possível a disputa da primeira partida não-oficial do futebol internacional entre as seleções da Inglaterra e Escócia em 3 de novembro de 1870 como também a realização da primeira partida oficial do futebol internacional disputada por esses mesmos países em 30 de novembro de 1872 (CURRY, 2001, p. 100-102).

O futebol associado em tal contexto já se configurava, portanto, como um esporte que, do ponto de vista de sua economia simbólico-emocional, assumia traços de uma prática, por assim dizer, vitoriosa e que, em torno de algumas décadas, iria se difundir por toda Europa, América do Sul e outras regiões do planeta. Importante ressaltar, em conformidade com Curry (2001, p. 94), mas principalmente com apoio nas análises de Dunning (1992b) ao discutir as relações entre esporte e industrialização, que a difusão do futebol se beneficiou visivelmente da melhoria dos meios de acesso de uma cidade inglesa à outra. Isso se deu, dentre outras razões, porque, assim como no caso das partidas disputadas entre o Sheffield F. C. e o London F. C. durante os anos 1870, havia se tornado possível realizar *matches* entre equipes de regiões distantes e que, embora tivessem inicialmente um caráter de exibição, conservavam

um curioso sentido de competitividade e promoviam, por certo, novas formas de identificação e de rivalidade, ou seja, novas formas de se perceber no espaço e perceber os outros. Dunning (1992b) dimensiona esse processo que estamos analisando nos seguintes termos:

Inerente à estrutura moderna das interdependências sociais situa-se a procura de desporto inter-regional e representativo. Este desejo não surgiu nas sociedades pré-industriais devido à ausência de uma unificação nacional real e à existência de meios de transportes e comunicação deficientes, pelo contrário, significa que não existiam regras comuns e quaisquer meios através dos quais os desportistas de áreas diferentes se pudessem reunir. Ao mesmo tempo, o “bairrismo” inerente a semelhantes sociedades significa que só os grupos entre os quais existia contiguidade, em termos geográficos, eram compreendidos como rivais potenciais. Contudo, as sociedades industriais são diferentes em todos esses aspectos. Encontram-se relativamente unificadas sob o ponto de vista nacional, possuem meios de comunicação e de transportes superiores, desportos com regras comuns e um grau de “cosmopolitismo” que denota serem os grupos locais entendidos como rivais potenciais, pelo que anseiam por se comparar com outros que não sejam geograficamente adjacentes (DUNNING, 1992b, p. 320).

Cabe ressaltar, entretanto, que embora novas formas de rivalidades clubísticas tenham insurgido no futebol inglês – quando então os grupos sociais à frente dessa prática esportiva puderam olhar e circular para além dos limites geográficos de suas regiões –, as antigas rivalidades e tensões locais entre determinados clubes não foram abandonadas. Esse tipo de premissa, por sua vez, se aplica, com reservas, à análise dos confrontos entre Sheffield F. C. e London F. C., tendo em vista que as partidas que ambas as equipes protagonizaram em tais ocasiões, além de terem sido possíveis pelo estreitamento das distâncias via desenvolvimento de meios de transporte mais efetivos, também se tratavam de uma disputa entre dois grupos antagônicos, mas não efetivamente entre clubes rivais até porque o London F. C. não se configurava como um clube autônomo e sim como um selecionado composto por jogadores de equipes locais para representar a cidade de Londres. Assim sendo, o Sheffield F. C. provavelmente não havia deixado de reconhecer no Hallam F. C. o seu principal rival por conta dessas circunstâncias, muito embora houvesse uma competição de *status* evidenciada nos *matches* que realizara contra o London F. C., especialmente por tais partidas mimetizarem uma disputa por prestígio e legitimidade entre duas instituições rivais, a saber, a FA e a SFA, em um intenso “cabo de guerra” pela definição das regras que seria vencido pela primeira.

Negociadas essas tensões e, por assim dizer, completadas essas primeiras etapas de desenvolvimento do futebol moderno no bojo da sociedade inglesa, já havia um esporte com regras unificadas e institucionalizadas para ser propagado além-mar. Acima de tudo, já havia uma prática esportiva consideravelmente excitante erguida e estruturada sobre as incipientes bases de um modelo clubístico e associacionista que expressava e preservava quando senão

potencializava as tensões já existentes, de outros tempos, entre grupos e estamentos rivais de determinada região ou cidade, algumas dessas tensões, é importante ser ressaltado, negociadas mimeticamente em épocas não tão remotas através dos *folk games* – jogos tradicionais – ou de outros passatempos que cumpriam talvez essa mesma função mediadora. Em outras palavras, as bases simbólico-emocionais do futebol moderno herdadas dos jogos de bola primitivos e, por sua vez, sintetizadas em seu processo de esportivização na Inglaterra e na emergência e sistematização das tramas clubísticas em uma fase subsequente, lhe predispunham como uma prática cultural que em questão de tempo – a propósito do que provavelmente ocorrera com outros esportes em proporções que precisaríamos estudar mais a fundo para tecermos análises mais precisas – se propagaria, tal como reforça Franco Júnior (2007, p. 23), para a Europa germânica, para Europa Latina e, um pouco mais tarde, para América do Sul.

Evidentemente que ao retomarmos esse processo de difusão do futebol associado pelas diferentes regiões do globo na transição das últimas décadas do século XIX para o XX, não podemos esquecer que o mesmo também expressava o avanço da empresa colonizadora inglesa, representada pela expansão de seus mercados num raio de ação transnacional. Há que se lembrar, nesse propósito, que a Inglaterra havia sido berço da Revolução Industrial e que, por um longo tempo, deteve o monopólio das transações marítimas até mesmo por conta do controle que exercia sobre os oceanos (HOBSEAWM, 2003). Esse tipo de processo, por sua vez, se fez refletir na própria difusão e circulação dos bens culturais e simbólicos, entre os quais estavam incluídos o futebol associado e o esporte de uma maneira mais ampla. Ao argumentar sobre a influência britânica pela Europa e demonstrar que a mesma se constituía em uma dinâmica imperialista, Hobsbawm (2003) nos fornece alguns exemplos concretos acerca do que está sendo discutido, fazendo alusão direta, inclusive, ao futebol:

Encontramos repetidamente no resto da Europa as primeiras fábricas ou oficinas mecânicas iniciadas por algum inglês, as primeiras máquinas nacionais copiadas deste ou daquele projeto original britânico (contrabandeados ilegalmente antes de 1825, ou adquiridos legalmente depois dessa data). A Europa estava cheia de Thorntons (como na Áustria e na Rússia), Evans e Thomas (Tchecoslováquia), Cockerills (Bélgica), Manbys e Wilsons (França) ou Mulvanys (Alemanha) e **a propagação universal do futebol no séc. XX deve-se em grande parte às equipes fundadas por industriais, gerentes ou operários especializados em todas as partes do continente.** É inevitável verificarmos que as primeiras estradas de ferro tenham sido construídas por empreiteiros britânicos, usando locomotivas, trilhos, pessoal técnico e capital provenientes da Grã-Bretanha (HOBSEAWM, 2003, p. 127, os grifos são nossos).

Como passível então depreender das proposições de Hobsbawm (2003), a influência britânica na difusão do futebol e dos esportes modernos foi relacional e paralela ao seu raio de

ação e investidura no âmbito das relações internacionais a partir de uma posição consolidada que, de longa data, havia construído no ramo industrial e econômico. Curry (2001) no último capítulo de sua tese de doutorado aqui já citada, corrobora essa análise e demonstra algumas das vias pelas quais o futebol se difundiu – na esteira de um processo social não planejado – para países tais como Irlanda, Dinamarca, Itália, Alemanha, França, Bélgica, Suíça, Holanda, Áustria, Espanha, Rússia e Romênia. Nesse recenseamento, Curry (2001, p. 160-172) se atém, sobretudo, em inventariar a lógica de formação dos primeiros clubes de futebol associado nas diferentes regiões da Europa, enfatizando justamente o papel decisivo e central dos ingleses nesse processo. O excerto a seguir sintetiza bem o argumento do autor:

This seems to mark a salient point in my study. Whilst the local population may have been involved in the process of club formation eventually, it appears that Britons were particularly influential in the initial stages. Genoa, A. C. Milan, and Bologna in Italy, the English Football Club in Denmark, Victoria F. C. and Bremen F. C. in Germany, Le Havre and White Rovers in France, the Charnock brothers in Russia and Royal Antwerp in Belgium. The list is lengthy and illustrates my assertion of initial British influence (CURRY, 2001, p. 176).¹⁰⁰

Esse processo de difusão do futebol associado pela Europa, no entendimento de Curry (2001), obedeceu pelo menos duas tendências mestras. Uma primeira delas seria a influência direta de pessoas que haviam vivenciado, aprendido e, mais que isso, incorporado sob a forma de *habitus* o futebol nos moldes com que havia sido sistematizado no interior da sociedade inglesa nas últimas décadas do século XIX, sem falar que o *corpus* regulamentar do futebol moderno já estava documentalmente registrado – condição que insurgia como um ponto muito favorável à sua difusão – e se fazia divulgar via trabalho da imprensa e como parte da missão de proselitismo da FA. Entre essas pessoas atuantes na lógica de disseminação do futebol se incluíam cidadãos de outros países que haviam estudado nas escolas e universidades inglesas, engenheiros que expandiam seus negócios por toda Europa e trabalhadores que foram tentar a sorte em outros países europeus, nos quais as empresas inglesas iam fixando sedes.

Uma segunda tendência importante de propagação do futebol associado pelo mundo, conforme Curry (2001), é passível de ser visualizada quando recuperamos historicamente as excursões que alguns clubes ingleses empreenderam para jogar partidas demonstrativas contra

¹⁰⁰ Isto parece marcar um ponto importante em meu estudo. Embora a população local tenha se envolvido no processo de formação de clubes posteriormente, percebe-se que os britânicos foram particularmente influentes nos estágios iniciais. Genoa, A. C. Milan, e Bologna na Itália, English Football Club na Dinamarca, Victoria F.C. e Bremen F.C. na Alemanha, Le Havre e White Rovers na França, os irmãos Charnock na Rússia e Royal Antwerp na Bélgica. A lista é longa e ilustra minha afirmação sobre a influência inicial dos britânicos (tradução livre).

equipes locais de inúmeros países. É o caso, por exemplo, do Corinthians F. C.,¹⁰¹ fundado em 1882 e que em 1897 empreenderia uma primeira viagem internacional para disputar uma série de partidas na África do Sul, retornando a tal país em uma segunda oportunidade no ano de 1903 (CURRY, 2001, p. 185). Em 1904, o clube excursionou pela Hungria e Escandinávia. Dois anos depois, o Corinthians viajou pelos Estados Unidos, Canadá, Holanda e Alemanha. No ano de 1907, a equipe inglesa retornou à África do Sul quando então disputou 24 partidas em um período de pouco menos de três meses.¹⁰² Outros lugares que o Corinthians realizou *matches* de exibição, segundo dados levantados por Cavallini (2007), foram respectivamente: França (1908), Praga e Suíça (1909), Brasil (1910), América do Norte (1911), Espanha (1911), Praga (1912), Brasil (1913-1914), França (1921), Dinamarca e Holanda (1922), Bélgica e Holanda (1923), América do Norte (1924), Dinamarca e Alemanha (1928).

Para além, portanto, de qualquer tentativa de demarcação etnocêntrica da gênese do futebol moderno e dos mecanismos que concorreram para que o mesmo nas primeiras décadas do século XX se difundisse para várias regiões do planeta, em proporções e especificidades que ainda precisam ser mais bem estudadas no âmbito da História e Sociologia do Futebol, os fatos que estamos apresentando sugerem, de maneira bastante clara, que a contribuição dada pelos ingleses no que se refere à sistematização do jogo de futebol e à sua difusão comercial pelo mundo, independentemente de evidenciar uma lógica imperialista passível de uma série de críticas, é insofismável. Giulianotti avalia esse processo nos seguintes termos:

[...] a influência política e cultural inglesa foi vital para a difusão internacional do futebol. As diferenças de classe continuaram importantes. Esportes mais imperiais, como o rúgbi e o críquete, prevaleceram nos domínios, enquanto o novo jogo industrial foi facilmente introduzido por intermédio de redes comerciais e educacionais. A hegemonia cultural britânica em relação ao futebol permaneceu nesses campos estrangeiros. O inglês foi frequentemente a língua oficial das associações de futebol locais, e os termos inglês (tais como corner, referee, free-kick, penalty e, recentemente, hooligan) tornaram-se padrão entre jogadores e torcedores. Além disso, o público do futebol na Europa e nas Américas ficavam particularmente ansioso para assistir os times ingleses em ação em suas viagens. Os resultados dos jogos contra esses turistas serviam como critério para avaliar a qualidade do jogo local. Os anfitriões frequentemente copiavam e “crioulizavam” o estilo de jogo dos times em viagem (GIULIANOTTI, 2002, p. 24-25).

¹⁰¹ Importante ressaltar que em 1939 o Corinthians F. C. foi fundido com o Casuals F. C. – clube fundado em 1883 – dando origem ao Corinthian-Casuals F. C., clube que até os dias de hoje conserva essa denominação. Para maiores esclarecimentos acerca da história desse clube e de seu papel “missionário” na difusão do futebol ver: CAVALLINI, R. **Up Corinth**: a history of Corinthian Football Club. Chalford Stroud: Stadia. 2007.

¹⁰² A esse propósito, ver também as informações trazidas no site do próprio clube: CORINTHIAN-CASUALS F. C. **Corinthians** – taking the beautiful game across the globe. Disponível em: <<http://www.corinthian-casuals.com/corinthian-tours.html>> Acesso 21 jul. 2014.

Interessante ressaltar com base na interpretação de Giulianotti que a lógica comercial através da qual o futebol foi se difundindo pelos demais países da Europa e pela América do Sul evidenciava inicialmente a presença de muitos termos que haviam sido empregados na constituição do léxico futebolístico na Inglaterra. Um exemplo nítido do que estamos expondo se constrói efetivamente na medida em que voltamos nosso olhar à expansão do clubismo pela América Latina, onde vários clubes adotaram denominações inglesas, tal como se verificou “[...] na Argentina (Banfield, Boca Juniors, Newell’s Old Boys, River Plate, Vélez Sársfield), no Brasil (Arsenal de Mato Grosso, Corinthians de São Paulo, River do Piauí, Tranways de Pernambuco), no Chile (Everton, Green Cross, Wanderers), na Bolívia (The Strongest) ou no Peru (Sporting Cristal)” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 23). Na esteira do que está sendo dito, outro exemplo que demonstra o quanto a sociabilidade futebolística a se expandir pelo mundo afora foi organizada, especialmente nas primeiras décadas em que esse fenômeno se estendia pelo ocidente, sob a influência da terminologia inglesa, é constituído aqui no Brasil, onde o termo “futebol”, ao menos em busca que realizamos no acervo digital do jornal *O Estado de São Paulo*,¹⁰³ só se fizera circular, por intermédio desse veículo de comunicação na capital paulista, em detrimento progressivo do termo “*football*” ou “*foot-ball*”, a partir de 1920.

Em que pese, contudo, a centralidade desses elementos inventariados no processo não planejado, porém estruturalmente ordenado, de difusão do futebol pelo mundo, um aspecto talvez mais relevante no propósito de explicar o sucesso com que essa prática se disseminaria para as diferentes sociedades e direções sociais – e que a partir de agora tomará o centro de nossa reflexão de modo mais intenso até o término do capítulo – se evidencia na retomada da maneira original com que a Inglaterra – ou, mais precisamente, as diferentes cidades inglesas, tal como nos mesmos já inventariamos nesta seção – se organizou esportivamente durante o século XIX. No caso do futebol, mais que exportar uma prática regrada e convencionada, a Inglaterra exportou, na esteira do que também fazia em outras esferas sociais, um modelo de organização social – qualifique-se esse modelo sob a ótica analítica de um longo processo civilizador, modernizador ou então sob a lógica do imperialismo comercial e cultural inglês – que se fez refletir na estruturação dos diferentes contextos de ação futebolísticos regionalistas pelo mundo, tal como sugeriremos a seguir.

No bojo desse processo evidenciado, reiteramos mais uma vez o papel diretivo que o clubismo assumiu – mas não em um sentido social única e estritamente burocratizado e

¹⁰³ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo digital** (resultado de busca para o termo futebol em 21 de julho de 2014). São Paulo, jul. 2014. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/futebol/Acervo/acervo>> Acesso 21 jul. 2014.

racionalizado, como muitos geralmente pensam/interpretam –, no intuito de possibilitar ao futebol se distribuir de tal forma pelo tecido social instituindo uma potente trama de negociações simbólico-emocionais entre os diferentes grupos e demarcando um momento talvez sem precedentes na esfera mimética dos fatos de lazer que se fez emergir na sociedade moderna. Em outros termos, o clubismo como um elemento importante na expansão do associacionismo esportivo inglês, se erguia, desde o momento que o futebol se fez circular nas diferentes sociedades – substituindo então outras formas de passatempos com bola, praticadas, outrora, nesses lugares e que guardavam alguma semelhança ao futebol moderno – na condição de via efetiva de institucionalização simbólica de conflitos sociais presentes já, de longa data, no tecido social e negociados através de outros mecanismos de resolução de contendas, a exemplo das guerras, da religião e dos jogos rituais.

Sobre a expansão do futebol associado através do processo de formação de uma série de clubes espalhados pelas diversas regiões do globo, com ênfase analítica direcionada mais especificamente à Europa e à América do Sul – os principais redutos de circulação do futebol associado até os dias de hoje, diga-se de passagem, e isso, em parte, explicaria o esforço da FIFA em organizar suas Copas do Mundo de Futebol no México (1970/1986), nos Estados Unidos (1994), na Coreia do Sul/Japão (2002), na África do Sul (2010) bem como sua recente investida no promissor mercado do Oriente Médio ao aprovar a candidatura do Qatar como sede desse evento em 2022 – tanto Giulianiotti (2002) como Franco Júnior (2007) reuniram ao longo de seus respectivos trabalhos uma quantidade considerável de exemplos que, embora não tenham sido devidamente integrados sob as premissas de um modelo teórico heurístico e totalizante, situam o clubismo como instituição central na difusão global do futebol associado. Observemos como que essa conjectura ganhou forma nas análises de Franco Júnior:

O imperialismo inglês evidentemente exportava não apenas uma longa série de produtos industriais e de serviços, mas também fenômenos sociais e culturais que os acompanhavam, **mesmo sem premeditação**, e cuja origem inglesa por si só atraía, conferindo-lhes ares de modernidade. Dentre eles, o futebol. Foi nesse clima cultural que nasceram muitos dos clubes que estariam dentre os grandes da história do futebol: Ajax (1900), Arsenal (1886), Atlético de Madrid (1903), Barcelona (1899), Bayer Leverkusen (1904), Bayern de Munique (1900), Benfica (1904), Celtic (1888), Grêmio Porto Alegre (1903), Juventus (1897), Liverpool (1892), Manchester United (1878), Milan (1899), Nacional de Montevideu (1899), Olímpia (1902), Olympique de Marseille (1899), Peñarol (1891), Porto (1893), Racing (1903), Rangers (1872), Real Madrid (1902), River Plate (1901), Vasco da Gama (1898). (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 40, os grifos são nossos).

A realização de estudos histórico-sociológicos sobre cada um desses clubes e sobre os contextos de ação futebolísticos regionalistas cujos quais os referidos clubes, em determinado

momento histórico, e ao lado de outras agremiações, ajudaram a instituir ou então emergiram, caso tais contextos de ação já tivessem estruturados e, por assim dizer, em funcionamento no sentido de fazerem valer e circular determinados sentimentos e representações pautadas nas noções de identidade e rivalidade e na existência do “grupo-nós” e do “grupos-eles”, por certo daria conta de revelar uma série de nuances que ajudariam a entender o “fascínio coletivo” que o futebol alcançou entre os diferentes grupos sociais tanto no domínio da modernidade central quanto periférica. Evidentemente que tais clubes citados por Franco Júnior no excerto acima não necessariamente são os primeiros que emergiram em seus respectivos e datados contextos de ação futebolísticos, mas aqueles que, ao longo de suas histórias e, juntamente a outros clubes não mencionados, alcançaram determinada projeção internacional.

Compete advertir, nesse propósito, que não é de utilidade à ciência analisar o clubismo presente em sociedades pouco diferenciadas sob a ótica social que este fenômeno assumiria em contextos mais diferenciados, quando já dava sinais claros de seu caráter desregionalizado e desterritorializado. Uma das implicações ao cair nesse erro é o risco de obscurecer o papel determinante que os primeiros e modestos clubes de futebol associado, a maior parte deles nem mais existentes, desempenharam na difusão dessa prática esportiva para as múltiplas direções sociais, evidenciando então uma lógica de apropriação do futebol pelos diferentes grupos em um espaço de tempo não tão longínquo ou estratigráfico, tal como induz pensar aquelas propostas de periodização estáticas. Tal condição, todavia, não nos autoriza imputar a esse processo uma análise democratizante das relações sociais como se o futebol insurgisse na condição de fenômeno que haveria reduzido distâncias objetivas ao reunir grupos opostos em um mesmo plano interacional. O que aqui está sendo descrito não se trata, portanto, de um efeito político adjacente ao futebol como alguns tendem a interpretar, mas de um processo onde os conflitos sociais são entendidos como mecanismos que integram os grupos.

Avançando a argumentação e a título de exemplo das proporções com que o clubismo como fenômeno social datado pôde se expandir pela Europa até por volta de 1930, é oportuno retomarmos uma reportagem veiculada no Jornal *O Estado de São Paulo* em 11 de novembro de 1929 com o título “*A propaganda do futebol*”. Vale notar que após o título da reportagem foi inserida uma sugestiva manchete nos seguintes termos: “Esse esporte é o mais espalhado pelo mundo – Estatística interessante”. Observemos o teor exato do que informa a fonte:

O futebol “association” vai-se tornando rapidamente, no mundo todo, o mais difundido ramo de esporte, havendo 28.000 clubs devidamente registrados na Europa e alguns milhares mais nos países da América do Norte e do Sul. Uma prova do desenvolvimento que tem alcançado o referido jogo é fornecida pelas

estatísticas ultimamente compiladas, as quais mostram que, na atual temporada esportiva europeia, serão disputados 280 jogos, pelos diferentes clubes filiados e diversas entidades. A Federação Internacional de Futebol “Association”, como é conhecido esse jogo aqui, para se distinguir do “rugby” e do futebol americano, organizou várias estatísticas, demonstrando o quanto esse esporte tem progredido nos últimos anos. A Inglaterra, berço do “association” tem 9.000 quadros registrados; em segundo lugar vem a Alemanha com 6.300; e a seguir, a França com 6.259; a Itália com 3034; a Bélgica com 1.300; a Holanda com 1.030; a Tcheco-Slováquia com 930; a Polónia com 595; a Hungria com 430; a Dinamarca com 334; a Rumania com 298; e, finalmente, a Áustria com 245 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15. nov. 1929, p. 11, os grifos são nossos).

Os números aludidos no trecho realmente impressionam e sugerem um vasto campo de investigação sociológica a ser explorado sobre a dinâmica de conformação dos contextos de ação futebolísticos regionalistas no interior de cada um desses países como também à análise estrutural do posterior processo de emergência dos chamados contextos de ação futebolísticos nacionais. Além disso, o excerto vincula outra informação crucial para o investimento teórico assumido neste capítulo ao fazer menção à existência de milhares de clubes de futebol na América do Sul até o período histórico correlato. Na Argentina, por exemplo, o clubismo já se tratava de um fenômeno amplamente difundido no começo do século XX. De acordo com Frydenberg (1998, s. p.): “Hacia mediados de 1907 se advierte la expansión de la práctica del fútbol con la existencia de unas 300 protoinstituciones autodenominadas ‘clubes’ que eran parte del fútbol aficionado nucleado en torno a ‘La Argentina’”.¹⁰⁴ O Brasil, por conseguinte, passava por processo semelhante, porém talvez não na mesma proporção inicial da Argentina que já experimentava intensamente um fenômeno de proliferação de clubes de futebol, talvez pela presença maciça de ingleses em seu território no final do século XIX, sendo cerca de 40 mil só em Buenos Aires (MASCARENHAS, 2014, p. 46). A tabela 5, exposta a seguir, nos fornece uma ideia em relação à quantidade de clubes de futebol que se tem conhecimento de terem surgido nas diferentes regiões brasileiras até o ano de 1930:

TABELA 5 – CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL (1894-1930)

	CLUBE	CIDADE	UF	FUNDAÇÃO
1.	Botafoogo Futebol e Regatas	Rio de Janeiro	RJ	1 jul 1894
2.	Clube de Regatas do Flamengo	Rio de Janeiro	RJ	17 nov 1895
3.	Soc.Esp. e Rec. Operários Mafrenses	Mafra	SC	12 sep 1897
4.	Clube de Regatas Vasco da Gama	Rio de Janeiro	RJ	21 aug 1898

¹⁰⁴ Até meados de 1907, observa-se a expansão da prática do futebol com a existência de cerca de 300 proto-instituições autodenominadas ‘clubes’, que eram parte do futebol amador reunido ao redor da Argentina (tradução livre).

5.	São Cristóvão de Futebol e Regatas	Rio de Janeiro	RJ	12 oct 1898
6.	Esporte Clube Vitória	Salvador	BA	13 may 1899
7.	Sport Club Rio Grande	Rio Grande	RS	19 jul 1900
8.	Associação Atlética Ponte Preta	Campinas	SP	11 aug 1900
9.	Clube Náutico Capibaribe	Recife	PE	7 apr 1901
10.	Esporte Clube 14 de Julho	Santana do Livramento	RS	14 jul 1902
11.	Fluminense Futebol Clube	Rio de Janeiro	RJ	21 jul 1902
12.	Tuna Luso Brasileira	Belém	PA	1 jan 1903
13.	Grêmio de Foot-Ball Porto Alegre	Porto Alegre	RS	15 sep 1903
14.	Bangu Atlético Clube	Rio de Janeiro	RJ	17 apr 1904
15.	América Futebol Clube	Rio de Janeiro	RJ	18 sep 1904
16.	Clube do Remo	Belém	PA	5 feb 1905
17.	Sport Club do Recife	Recife	PE	13 may 1905
18.	Associação Atlética Internacional	Bebedouro	SP	11 jun 1906
19.	Esporte Clube Ypiranga	Salvador	BA	7 sep 1906
20.	Guarany Futebol Clube	Bagé	RS	19 apr 1907
21.	Clube Atlético Pirassununguense	Pirassununga	SP	7 sep 1907
22.	Clube Atlético Mineiro	Belo Horizonte	MG	25 mar 1908
23.	Villa Nova Atlético Clube	Nova Lima	MG	28 jun 1908
24.	Sport Club São Paulo	Rio Grande	RS	4 oct 1908
25.	Esporte Clube Pelotas	Pelotas	RS	11 oct 1908
26.	Sport Club Penedense	Penedo	AL	3 jan 1909
27.	Sport Club Internacional	Porto Alegre	RS	4 apr 1909
28.	Rio Claro Futebol Clube	Rio Claro	SP	9 may 1909
29.	Paulista Futebol Clube	Jundiaí	SP	17 may 1909
30.	Football Club Riograndense	Rio Grande	RS	11 jul 1909
31.	Cotinguiba Sport Club	Aracaju	SE	10 oct 1909
32.	Coritiba Football Club	Curitiba	PR	12 oct 1909
33.	Club Sportivo Sergipe	Aracaju	SE	17 oct 1909
34.	Marituba Esporte Clube	Marituba	PA	29 nov 1909
35.	Assoc. Esportiva V. C. Rio-clarense	Rio Claro	SP	28 aug 1910
36.	Sport Club Corinthians Paulista	São Paulo	SP	1 sep 1910
37.	Esporte Clube Noroeste	Bauru	SP	1 sep 1910
38.	Guarani Futebol Clube	Campinas	SP	2 apr 1911
39.	Clube Esportivo Lajeadense	Lajeado	RS	23 apr 1911
40.	Jaboticabal Atlético	Jaboticabal	SP	30 apr 1911
41.	Esporte Clube Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	RS	1 may 1911
42.	Clube Atlético Pradense	Antônio Prado	RS	6 jun 1911
43.	Tupinambás Futebol Clube	Juiz de Fora	MG	15 aug 1911
44.	Grêmio Esportivo Brasil	Pelotas	RS	7 sep 1911
45.	Comercial Futebol Club	Ribeirão Preto	SP	10 oct 1911
46.	Clube XV de Novembro	Campo Bom	RS	15 nov 1911
47.	Santos Futebol Clube	Santos	SP	14 apr 1912
48.	América Futebol Clube	Belo Horizonte	MG	30 apr 1912
49.	Operário Ferroviário Esporte Clube	Ponta Grossa	PR	1 may 1912
50.	Riograndense Futebol Clube	Santa Maria	RS	7 may 1912
51.	Tupi Futebol Clube	Juiz de Fora	MG	26 may 1912

52.	Goytacaz Futebol Clube	Campos	RJ	20 aug 1912
53.	CRB - Clube de Regatas Brasil	Maceió	AL	20 sep 1912
54.	Vitória Futebol Clube	Vitória	ES	1 oct 1912
55.	Associação Atlética Francana	Franca	SP	12 oct 1912
56.	Clube Esportivo Rio Branco	Campos	RJ	5 nov 1912
57.	Nacional Futebol Clube	Manaus	AM	13 jan 1913
58.	Futebol Clube Santa Cruz	Santa Cruz do Sul	RS	26 mar 1913
59.	Parnaíba Sport Club	Parnaíba	PI	1 may 1913
60.	Esporte Clube São José	Porto Alegre	RS	24 may 1913
61.	Grêmio de Football Santanense	Santana do Livramento	RS	11 jun 1913
62.	Rio Branco Atlético Clube	Vitória	ES	21 jun 1913
63.	Esporte Clube Juventude	Caxias do Sul	RS	29 jun 1913
64.	Esporte Clube Cruzeiro	Porto Alegre	RS	14 jul 1913
65.	Rio Branco Esporte Clube	Americana	SP	4 aug 1913
66.	São José Futebol Clube	São José dos Campos	SP	15 aug 1913
67.	CSA - Centro Sportivo Alagoano	Maceió	AL	7 sep 1913
68.	União Futebol Clube	Mogi das Cruzes	SP	7 sep 1913
69.	Esporte Clube São Bento	Sorocaba	SP	14 sep 1913
70.	Atlético Clube	Três Corações	MG	14 sep 1913
71.	Centro Esportivo Limoeirense	Limoeiro	PE	15 sep 1913
72.	Sport Club Guarany	Cruz Alta	RS	20 sep 1913
73.	Associação Atlética Internacional	Limeira	SP	5 oct 1913
74.	Bonsucesso Futebol Clube	Rio de Janeiro	RJ	12 oct 1913
75.	Esporte Clube Propriá	Propriá	SE	12 oct 1913
76.	Rio Branco Sport Club	Paranaguá	PR	13 oct 1913
77.	Atlético Rio Negro Clube	Manaus	AM	13 nov 1913
78.	Canto do Rio Futebol Clube	Niterói	RJ	14 nov 1913
79.	Esporte Clube XV de Novembro	Piracicaba	SP	15 nov 1913
80.	Corumbaense Futebol Clube	Corumbá	MS	1 jan 1914
81.	Paysandú Sport Club	Belém	PA	2 feb 1914
82.	Santa Cruz Futebol Clube	Recife	PE	3 feb 1914
83.	Cachoeira Futebol Clube	Cachoeira do Sul	RS	24 feb 1914
84.	América Futebol Clube	Recife	PE	12 apr 1914
85.	Iraty Sport Club	Iratí	PR	21 apr 1914
86.	Americano Futebol Clube	Campos	RJ	1 jun 1914
87.	Ceará Sporting Club	Fortaleza	CE	2 jun 1914
88.	Democrata Futebol Clube	Sete Lagoas	MG	14 jun 1914
89.	Madureira Esporte Clube	Rio de Janeiro	RJ	8 aug 1914
90.	Sociedade Esportiva Palmeiras	São Paulo	SP	26 aug 1914
91.	Tombense Futebol Clube	Tombos	MG	7 sep 1914
92.	Esporte Clube Taubaté	Taubaté	SP	1 nov 1914
93.	Jabaquara Atlético Clube	Santos	SP	15 nov 1914
94.	União Agr. Barbarense Futebol Clube	Santa Bárbara d'Oeste	SP	22 nov 1914
95.	Riachuelo Futebol Clube	Corumbá	MS	24 feb 1915
96.	Campinense Clube	Campina Grande	PB	12 apr 1915
97.	ABC Futebol Clube	Natal	RN	29 jun 1915
98.	Serrano Futebol Clube	Petrópolis	RJ	29 jun 1915
99.	Olaria Atlético Clube	Rio de Janeiro	RJ	1 jul 1915

100.	América Futebol Clube	Natal	RN	14 jul 1915
101.	Olympic Club	Barbacena	MG	25 jul 1915
102.	Alecrim Futebol Clube	Natal	RN	15 aug 1915
103.	Porto Alegre Futebol Clube	Itaperuna	RJ	16 aug 1915
104.	Sport Club União Marechal Hermes	Rio de Janeiro	RJ	5 nov 1915
105.	Cachoeiro Futebol Clube	Cach. do Itapemirim	ES	9 jan 1916
106.	Estrela do Norte Futebol Clube	Cach. do Itapemirim	ES	16 jan 1916
107.	América Futebol Clube de Alfenas	Alfenas	MG	15 may 1916
108.	Sport Club Juiz de Fora	Juiz de Fora	MG	24 set 1916
109.	Centro Sportivo Maruinense	Maruim	SE	3 apr 1917
110.	Rio Pardo Futebol Clube	Iúna	ES	30 apr 1917
111.	Uberaba Sport Club	Uberaba	MG	15 jul 1917
112.	Esporte Clube Caratinga	Caratinga	MG	23 aug 1917
113.	Sport Club Capixaba	Guaçuí	ES	30 sep 1917
114.	Tamoio Futebol Clube	São Gonçalo	RJ	17 nov 1917
115.	Associação Atlética Portuguesa	Santos	SP	20 nov 1917
116.	Sport Club Gaúcho	Passo Fundo	RS	12 may 1918
117.	Botafogo Futebol Clube	Ribeirão Preto	SP	12 oct 1918
118.	Capivariano Futebol Clube	Capivari	SP	12 oct 1918
119.	Fortaleza Esporte Clube	Fortaleza	CE	18 oct 1918
120.	Associação Atlética Guapira	São Paulo	SP	20 oct 1918
121.	São Raimundo Esporte Clube	Manaus	AM	18 nov 1918
122.	Hercílio Luz Esporte Clube	Tubarão	SC	28 dec 1918
123.	Nacional Atlético Clube	São Paulo	SP	16 feb 1919
124.	Associação Atlética Paraisense	S. Sebastião do Paraíso	MG	5 mar 1919
125.	Clube Náutico Marcílio Dias	Itajaí	SC	17 mar 1919
126.	Rio Preto Esporte Clube	São José do Rio Preto	SP	21 apr 1919
127.	Amparo Atlético Clube	Amparo	SP	28 apr 1919
128.	Radium Futebol Clube	Mococa	SP	1 may 1919
129.	Esporte Clube Palmeirense	Palmeira das Missões	RS	27 may 1919
130.	Esporte Clube Anchieta	Rio de Janeiro	RJ	1 jun 1919
131.	Rio Branco Futebol Clube	Rio Branco	AC	8 jun 1919
132.	Central Sport Club	Caruaru	PE	15 jun 1919
133.	Igarapava Esporte Clube	Igarapava	SP	21 aug 1919
134.	Clube Esportivo	Bento Gonçalves	RS	28 aug 1919
135.	Atlético Monte Azul	Monte Azul Paulista	SP	28 apr 1920
136.	Mesquita Futebol Clube	Nova Iguaçu	RJ	9 may 1920
137.	Comercial Futebol Clube	Tietê	SP	2 jul 1920
138.	Grêmio Esportivo Bagé	Bagé	RS	5 aug 1920
139.	Associação Portuguesa de Desportos	São Paulo	SP	14 aug 1920
140.	América Futebol e Comércio	Fortaleza	CE	11 nov 1920
141.	Cruzeiro Esporte Clube	Belo Horizonte	MG	2 jan 1921
142.	Oeste Futebol Clube	Itápolis	SP	25 jan 1921
143.	Friburguense Atlético Clube	Nova Friburgo	RJ	14 mar 1921
144.	Figueirense Futebol Clube	Florianópolis	SC	12 jun 1921
145.	Esporte Clube Operário	Tambaú	SP	30 jun 1921

146.	Associação Esportiva Santo Ângelo	Santo Ângelo	RS	12 oct 1921
147.	Central Sport Club	Barra do Piraí	RJ	1 jan 1922
148.	Tupy Sport Club	Paracambi	RJ	1 jan 1922
149.	Queimados Futebol Clube	Queimados	RJ	26 mar 1922
150.	Uberlândia Esporte Clube	Uberlândia	MG	1 nov 1922
151.	Bandeirante Esporte Clube	Birigui	SP	11 mar 1923
152.	Sampaio Corrêa Futebol Clube	São Luís	MA	25 mar 1923
153.	Ipanema Atlético Clube	Santana do Ipanema	AL	5 may 1923
154.	Sport Club Aymorés	Ubá	MG	17 may 1923
155.	Avaí Futebol Clube	Florianópolis	SC	1 sep 1923
156.	Palmeiras Futebol Clube	São João da Boa Vista	SP	12 jan 1924
157.	Clube Atlético Paranaense	Curitiba	PR	26 mar 1924
158.	Clube Atlético Juventus	São Paulo	SP	20 apr 1924
159.	Atlético Clube Izabelense	Santa Izabel	PA	26 apr 1924
160.	Vila Branca Sport Club	Solânea	PB	18 may 1924
161.	Araucária Futebol Clube	Araucária	PR	24 jul 1924
162.	Ypiranga Futebol Clube	Erexim	RS	18 aug 1924
163.	Castanhal Esporte Clube	Castanhal	PA	7 sep 1924
164.	Esporte C.e XV de Novembro de Jaú	Jaú	SP	15 nov 1924
165.	Associação Atlética Portuguesa	Rio de Janeiro	RJ	17 dec 1924
166.	Clube Esportivo Dom Bosco	Cuiabá	MT	4 jan 1925
167.	Clube Júlio César	Belém	PA	25 jan 1925
168.	Royal Sport Club	Barra do Piraí	RJ	15 may 1925
169.	Associação Atlética Caldense	Poços de Caldas	MG	7 sep 1925
170.	Pedreira Esporte Clube	Mosqueiro	PA	7 sep 1925
171.	Treze Futebol Clube	Campina Grande	PB	7 sep 1925
172.	Santa Rosa Esporte Clube	Icoaraci	PA	6 oct 1925
173.	Mirassol Futebol Clube	Mirassol	SP	9 nov 1925
174.	Pinheirense Esporte Clube	Belém	PA	8 dec 1925
175.	Entrerriense Futebol Clube	Três Rios	RJ	14 dec 1925
176.	Associação Atlética Ituveravense	Ituverava	SP	25 jan 1926
177.	Grêmio Atlético Farroupilha	Pelotas	RS	26 apr 1926
178.	Butiá Futebol Clube	Butiá	RS	6 sep 1926
179.	Comercial Atlético Clube	Alegre	ES	1 jan 1927
180.	Associação Atlética Santa Ritense	Sta. Rita do P. Quatro	SP	25 jan 1927
181.	Esporte Clube Primavera	Indaiatuba	SP	27 jan 1927
182.	Clube Atlético Linense	Lins	SP	12 jun 1927
183.	Nacional Atlético Clube	Muriaé	MG	25 dec 1927
184.	Sport Club Bom Jesus	Matriz de Camaragibe	AL	1 jan 1928
185.	Clube Atlético Bragantino	Bragança Paulista	SP	8 jan 1928
186.	Esporte Clube São Bernardo	S. Bernardo do Campo	SP	3 feb 1928
187.	Soc.Esp. Rec. e Cultural Guarani	Palhoça	SC	15 feb 1928
188.	Clube Ferroviário do Recife	Recife	PE	17 mar 1928
189.	Miramar Esporte Clube	Cabedelo	PB	28 mar 1928

190. Esporte Clube Internacional	Santa Maria	RS	16 may 1928
191. Paysandú Esporte Clube	Parnaíba	PI	12 aug 1928
192. Formiga Esporte Clube	Formiga	MG	17 mar 1929
193. América Futebol Clube	Três Rios	RJ	14 may 1929
194. Esporte Clube Guarani	Venâncio Aires	RS	3 sep 1929
195. Associação Atlética Chavantense	Chavantes	SP	29 sep 1929
196. São Francisco Esporte Clube	Santarém	PA	30 oct 1929
197. São Paulo Futebol Clube	São Paulo	SP	25 jan 1930
198. Esporte Clube Igrejinha	Igrejinha	RS	26 apr 1930
199. Muniz Freire Futebol Clube	Muniz Freire	ES	1 may 1930
200. Sociedade Esportiva Santa Maria	Santa Maria de Jetibá	ES	24 jun 1930
201. Sociedade Desp. Serra Futebol Clube	Serra	ES	24 jun 1930
202. Nacional Fast Clube	Manaus	AM	8 jul 1930
203. Associação Garanhense de Atletismo	Garanhuns	PE	31 aug 1930
204. Guarani Esporte Clube	Divinópolis	MG	20 sep 1930

FONTE: Adaptado a partir dos dados reunidos e compilados por: ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tables/b/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

Ressaltamos que essa tabela embora não contemple e abranja a fundação de todos os clubes do futebol brasileiro que insurgiram entre o período de 1894 a 1930, de certo modo, já nos oferece um retrospecto quantitativo bastante interessante e que não pudemos encontrar sistematizado em nenhuma literatura acadêmica do futebol por limitação de nossa busca ou pelo fato deste trabalho simplesmente ainda não ter sido feito. Há que se observar também que esses dados aqui retomados – e sobre os quais edificaremos parte de nossas reflexões desde agora até o desfecho do argumento – não constituem retrato insofismável da realidade e nem sequer temos condições de afirmar sua significância perante a totalidade histórica de clubes de futebol que foram formados no país dentro desse mesmo período delimitado. Para além, no entanto, do “absolutismo dos números” – que denota uma lógica de trabalho pela qual os levantamentos estatísticos tendem a ser tratados na maioria das vezes como um fim em si mesmo e como reflexo do real –, entendemos, a partir de uma apropriação particular em Ginzburg (1989), ser mais prudente tratar esses dados na condição de uma fonte involuntária que encontramos ao acaso – na esperança de achar um quadro consistente dessa natureza – e que devem ser contemplados na qualidade de indícios, rastros e vestígios.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Alguns excertos retirados do clássico texto de Ginzburg a que recorreremos são reveladores do que seria esse modelo investigativo qualificado como paradigma indiciário e de como o mesmo se constituiria em um método heurístico para o tratamento das fontes das mais diversas naturezas: “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a

No bojo, portanto, dessa interpretação e possibilidade de tratamento dos dados é que não hesitamos em fazer uso desse levantamento parcial que nos deparamos sobre a fundação dos clubes do futebol brasileiro, cujo qual permitiu então sistematizarmos a tabela 5, a tabela 6 (por ser evocada) e outros quadros taxionômicos trazidos em anexo. Em outros termos, ao nos confrontarmos com esse levantamento realizado ao longo de dez anos (1996-2006) por Marcelo Leme de Arruda e Julio Bovi Diogo em inserção junto ao *Rec. Sport Soccer Statistics Foundation* (RSSSF) – uma organização que surgiu em 1994 com o propósito de reunir e catalogar informações e estatísticas sobre a história do futebol no âmbito mundial –, não tivemos dúvida da relevância de tais dados para a discussão aqui proposta. Claro que não retomamos tais informações de maneira incondicional ou inquestionável e, ao invés disso, examinamos a existência e data de fundação de cada uma das instituições aludidas na fonte, consultando, para tanto, os *sites* desses clubes quando disponíveis ou senão recorrendo a outras plataformas de busca como *sites* das federações, *sites* jornalísticos e, em último caso, *blogs* oficiais associados a tais clubes ou ao futebol de um modo mais amplo.

Após esse trabalho minucioso de revisão, foi necessário imputar correções nas datas de fundação de 29 clubes dos 204 distribuídos na tabela 5 e destacá-las em cor diferenciada. Vale ressaltar que dos clubes mencionados na referida tabela apenas em relação a três deles não conseguimos obter uma certificação fidedigna em nossas buscas sobre suas datas de fundação, a saber, a Sociedade Esportiva e Recreativa Operários Mafrenses (SC), a Sociedade Esportiva Santa Maria (ES) e o América Futebol Clube de Alfenas (MG), de modo que deixamos as datas sugeridas no documento original consultado (ver anexo 2). A propósito, é oportuno agregar como observação que o teor original do levantamento publicado no RSSSF abrangeu o mapeamento de 868 clubes no recorte temporal de 1895 até 2005. Para os nossos objetivos teóricos, entretanto, entendemos como suficiente fazer uso dos dados listados até

uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. Talvez a própria idéia de narração (distinta do sortilégio, do esconjuro ou da invocação) tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas. O fato de que as figuras retóricas sobre as quais ainda hoje se funda a linguagem da decifração venatória – a parte pelo todo, o efeito pela causa – são reconduzíveis ao eixo narrativo da metonímia, com rigorosa exclusão da metáfora, reforçaria essa hipótese – obviamente indemonstrável. O caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (GINZBURG, 1989, p. 152); “Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem a estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de um conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais com veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Para um maior aprofundamento ver: GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 143-179.

1930, tendo em vista que as informações circunscritas ao limite desse recorte cronológico insurgiam na condição de parâmetro significativo para demonstrar a dinâmica de expansão do clubismo configurada no Brasil ao largo desse período – na esteira de um processo social não planejado que já estava em marcha na Europa e em outros países da América do Sul como, por exemplo, na Argentina que em 1907, segundo aponta Frydenberg (1998), contava com aproximadamente 350 clubes de futebol em torno de Buenos Aires – a partir de uma lógica de distribuição geográfica bastante fluída, dada a própria extensão territorial do país. Em outros termos, percebemos que a partir desses dados seria possível analisar a difusão do futebol nas diferentes regiões e cidades brasileiras no período histórico correspondente.

Uma primeira análise mais específica que podemos tecer a partir da tabela 5 se refere ao fato de que alguns dos clubes pioneiros do futebol brasileiro nela listados, em especial, por exemplo, os fixados na cidade do Rio de Janeiro, entre eles o Botafogo de Futebol e Regatas (1894), o Clube de Regatas do Flamengo (1895), o Clube de Regatas Vasco da Gama (1898) e o São Cristóvão de Futebol e Regatas (1898), não iniciaram suas atividades esportivo-sociais propriamente com o futebol, mas com o remo (FRANCO JÚNIOR, 2007; MASCARENHAS, 2014).¹⁰⁶ Cabe advertir que, ao menos em consonância com as versões históricas “oficiais” compartilhadas, inclusive, pelas próprias agremiações em questão, o clube do Botafogo só aderiria ao futebol dez anos após ter se dado sua fundação, no ano, portanto, de 1904.¹⁰⁷ O São Cristóvão, por sua vez, iniciaria suas atividades com o futebol em 1909 disputando sua primeira partida nesse mesmo ano quando venceu o Piedade F. C. pelo placar de 5 a 1.¹⁰⁸ Já o Clube de Regatas do Flamengo, muito embora promovesse a prática futebolística desde o ano de 1903 (KOWALSKI, 2001), instituiu-se como clube de futebol em 1912, quando disputou sua primeira partida oficial.¹⁰⁹ Por fim, outro caso que não podemos negligenciar é o do Clube de Regatas Vasco da Gama que criaria seu departamento de futebol somente em 1915.¹¹⁰

¹⁰⁶ Para além do contexto de ação futebolístico carioca que emergiu correlacionalmente ao processo de formação dessas instituições clubísticas, outros exemplos iniciais de clubes que só adotariam o futebol anos após darem início às suas atividades são o Clube Náutico Capibaribe (1901) no Recife e o Clube do Remo (1905) em Belém que também iniciaram suas inserções esportivas com as regatas, além do Esporte Clube Vitória (1899), da cidade de Salvador, que teve como seu esporte precursor o críquete (MASCARENHAS, 2014, p. 82-83).

¹⁰⁷ BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. **História**. Disponível em:

<<http://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=oclube>> Acesso 28 jul. 2014.

¹⁰⁸ SÃO CRISTÓVÃO DE FUTEBOL E REGATAS. **História do São Cristóvão**. Disponível em:

<<http://saocristovaoedefuteboleregatas.blogspot.com.br/p/historia-do-sao-cristovao.html>> Acesso 28 jul. 2014.

¹⁰⁹ CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. **Fla dará início aos festejos do centenário do futebol**. Rio de Janeiro, 02. Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.flamengo.com.br/site/noticia/detalhe/15464/fla-dara-inicio-aos-festejos-do-centenario-do-futebol>> Acesso 28 jul. 2014.

¹¹⁰ CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA. **Linha do tempo** – 1915: criação do departamento de futebol. Disponível em: <http://www.vasco.com.br/site/index.php/linha_do_tempo> Acesso 28 jul. 2014.

Sobre essas tensões evidenciadas no que tange ao esclarecimento e diferenciação do que seriam, de fato, as datas de fundação dos clubes cariocas (e brasileiros como um todo) das datas de adesão desses clubes ao futebol e, finalmente, das datas de disputa de suas primeiras partidas em certames oficiais, Kowalski (2001) tece os seguintes comentários:

[...] Ainda em 1892 surgiu o Clube de Regatas Fluminense, formado por antigos membros do Cajuense e instalado no Caju, que desapareceu e mais tarde veio a praticar o futebol e fundou o Fluminense Football Club, em 1902. Já Luiz Caldas, à frente de um grupo saído do Clube de Regatas Guanabarenses, cria o Grupo de Regatas do Botafogo, que passaria a se chamar clube em 1894 e em 1904 funda o Botafogo Football Club, cuja união dos dois segmentos somente ocorreu em 1942, passando a se chamar “Clube de Futebol e Regatas Botafogo”. Em 1895 aparecem duas novas agremiações: em 5 de fevereiro, o Grupo de Regatas Gragoatá de Niterói e em 17 de novembro o Grupo de Regatas do Flamengo, passando a clube em 1902; praticava futebol em 1903, tendo entrado na Liga Metropolitana de Futebol do Rio de Janeiro em 1911 e disputado seu primeiro campeonato em 1912, acrescentando que nenhum outro clube de futebol filiou-se à Liga antes de 1905, obviamente porque esta foi fundada neste ano. Logo surge o Clube de Natação e Regatas em 13 de dezembro de 1896. Em 21 de agosto de 1898 aparece o Clube Vasco da Gama, que também já praticava o Futebol antes de 1923, ano que marca sua entrada na Liga. Em 1899 reaparece o Clube de Regatas Guanabara. Em 5 de julho deste mesmo ano surge o mais novo Clube de Regatas Cajuense, que viria a se chamar Clube de Regatas São Cristóvão. E, por fim, o Clube Internacional de Regatas   fundado em 16 de setembro de 1900 (KOWALSKI, 2001, p. 131-132).

Dessas análises fornecidas pela autora com base em extenso trabalho historiográfico sobre o Clube de Regatas do Flamengo retemos então a ideia principal de que ao remontarmos o processo de emergência dos contextos de a o futebolísticos regionalistas no Brasil, do qual o carioca constitui um caso exemplar, não devemos levar em conta tão somente o momento de fundação oficial dos clubes de futebol ou o momento então que os clubes sociais já existentes criaram seus departamentos de futebol. Ao invés disso, é preciso demonstrar e restituir a partir de análise histórica orientada por modelos explicativos sistemáticos como foi se constituindo a trama pela qual uma série de pequenos grupos e de lideranças locais (de quadros sociais a serem identificados) se reuniu, por um lado, para formar os primeiros clubes recreativos que incorporariam o futebol –  s vezes até absorvendo aqueles grupos esportivo-sociais que já organizavam essa prática informalmente em diferentes cidades – ou, por outro lado, para criar os primeiros clubes de futebol através de uma sucessão de atos que podem ser ditos inaugurais e com intenção bem definida. Cabe também pontuar a lógica de formação de clubes de futebol por intermédio do esforço de determinados agentes e das lutas que travaram no propósito de fazer com que proto-organizações esportivas do início do século XIX se fundissem dando origem a instituições mais sólidas, sem falar daqueles clubes que emergiram como resultado da dissidência de grupos e setores descontentes nas formações clubísticas originais.

Para além, entretanto, dessa tipologia sugerida, o fato talvez mais importante a ser considerado em nossa empresa analítica é que o futebol moderno ao se fazer circular no Brasil foi imediatamente apropriado por instituições sociais já existentes, a propósito então do que ocorrera com esses clubes cariocas aqui mencionados e que tinham por razão maior de sua existência dar conta da dialética socialmente constituída entre oferta e demanda de atividades de lazer e entretenimento para os diferentes grupos sociais, em particular os setores elitizados. Além disso, esses mesmos delineamentos apontam para a condição de que, em alguns casos – muito embora aqueles iniciais e, portanto, reveladores no programa de análise aqui proposto – a existência de clubes como instituições sociais relativamente autônomas é anterior à própria circulação do futebol no Brasil, de modo que é passível argumentar que a influência inglesa no país já se fazia presente de algum outro momento, pelo menos em cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre etc., remontando então, quem sabe, ao contexto em que se decretara a Abertura dos Portos no país em 1808, quando um mercado em sua conformação moderna começara a “desembarcar” de navios ingleses na costa brasileira.

Há que se levar em conta, nesse sentido, a possibilidade, bastante provável, por sinal, de que o processo de formação dos primeiros clubes sociais no Brasil – tenham esses clubes assumido como o fio condutor de suas propostas no âmbito do desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas, a introdução primeira do futebol ou de qualquer outra modalidade –, foi notadamente orientado, por vias diretas ou indiretas, pelo “espírito modernizador” inglês. Se formos, inclusive, recuperar a própria sociogênese do termo *club* veremos que ele apareceu em primeiro lugar na Inglaterra para designar, de acordo com o que sugere Clark (2000), um local de reunião de pessoas seletas. É certo que em outras sociedades menos diferenciadas, os indivíduos já procuravam se organizar em grupos seletos e de *status* para tomarem uma série de decisões importantes referentes à vida coletiva, realizarem transações e trocas mercantis, celebrarem seus ritos e, mesmo, para desfrutarem de seus passatempos em conjunto. Todavia, é no bojo da sociedade inglesa que essa forma dos indivíduos se reunirem por iniciativa livre, em correspondência com o processo que havia permitido que a negociação dos conflitos entre facções rivais no regime parlamentar inglês não se desse mais por meio do uso de violência, mas através do poder de argumentação, da habilidade de persuasão e da arte do compromisso (ELIAS, 1992, p. 64), adquire forma e se expande para outros lugares do mundo. Ao traçar uma comparação entre França e Inglaterra nesse quesito, Elias argumenta que:

Tal como em muitas outras monarquias autocráticas, em França, o direito dos súbditos quanto a formar associações por sua própria iniciativa estava, em geral, naturalmente limitado senão mesmo abolido. Em Inglaterra, os cavalheiros reuniam-

se como entendiam. **Uma das manifestações do direito dos cavalheiros a reunir-se livremente foi a instituição de “clubes”.** Um dos aspectos significativos desta facilidade de reunião foi o facto de este termo ter sido adoptado pelos Franceses quando, também eles, foram capazes de reclamar o direito de livre associação. A tradição francesa de direito autocrático não havia dado origem a nenhum procedimento anterior deste tipo, nem a um conceito específico para este género de associações (ELIAS, 1992, p. 65, os grifos são nossos).

Como podemos depreender do excerto em tela, tanto os clubes sociais num sentido mais amplo quanto posteriormente os clubes esportivos e, mais designadamente, os clubes e associações de futebol, parecem ter emergido com tal conotação social específica examinada por Elias (1992) pela primeira vez no seio da sociedade inglesa. Na França ou em qualquer outra sociedade tanto o termo *club* quanto o quadro de interação social a que ele se referia não puderam ser desenvolvidos de forma pioneira como os ingleses o fizeram porque a estrutura de modelação dos afetos e a etiqueta que os membros dessas outras sociedades empregavam no intuito de resolver suas contendas a nível interno e externo não favoreciam um equilíbrio estável de poder e, portanto, um consenso democrático que, dentre outras coisas, permitisse a elaboração de passatempos pacificados e a sistematização de lugares sociais onde uma classe de cavalheiros, posteriormente de cortesãos e, num estágio social mais a frente, de burgueses pudessem se reunir de forma livre desfrutando de novas formas de contato social.

Oportuno advertir, a partir ainda da ótica *eliasiana*, que se a França, a despeito de outros países europeus, adotou o termo *club* quando encontrou um correspondente ontológico para o mesmo, no Brasil, na Argentina ou em outros países onde o imperialismo inglês se fez prevalecer através da disseminação de um potente mercado dos bens materiais e simbólicos, foi adotado não só o termo *club*, mas correlatamente o próprio modelo de organização ao qual o conceito se aplicava, se bem que não por intermédio de um simples processo de adoção que seria supostamente isento de conflitos, resistências e rupturas. Sintomático disso é o fato do termo *club*, segundo Needell (1993), já estar bastante difundido pela sociedade brasileira no século XIX, sem falar que uma elite local já estabelecida e também os grupos de imigrantes italianos, alemães, espanhóis etc. que chegavam ao país por volta desse mesmo período, terem feito uso sistemático, como talvez já o fizessem antes em suas *homelands*, de clubes sociais, fundado os seus próprios clubes ou se organizado clubisticamente tal como sugere Mezzadri (2000) ao discutir a formação dos primeiros clubes esportivos no Paraná e Mazo (2003) ao apresentar a emergência e expansão do associativismo esportivo em Porto Alegre.¹¹¹

¹¹¹ Importante destacar que mesmo em se tratando dos imigrantes alemães, italianos, espanhóis, ucranianos, sírio-libaneses etc. ou dos colonizadores portugueses, o esforço desses agentes em fundar clubes no Brasil muito provavelmente foi influenciado, em alguma medida, pelo “espírito modernizador” inglês que se fazia circular pelo mundo através de uma dinâmica mercantil entendida por Hobsbawm (2003) pela ótica do imperialismo.

No que versa mais especificamente ao futebol, é possível visualizar com base ainda na tabela 5 que até o ano de 1910 essa prática esportiva – ponderando o caso daqueles clubes sociais existentes que só lhe adotariam algum tempo depois – já estava alicerçada sobre as bases do clubismo pelo menos em dez estados brasileiros, a saber, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, excetuando o caso do estado de Santa Catarina, pois, muito embora a data de fundação da Sociedade Esportiva e Recreativa Operários Mafrenses remonte, segundo indica a tabela 5, ao ano de 1897, a cidade de Mafra que então abrigava o clube, até 1916 configurava um bairro da cidade paranaense de Rio Negro, conforme argumentado por Martins (2009). Vale destacar que no ato de analisarmos esses dados, adotando como critério de leitura a distribuição dos clubes de futebol pelas unidades federativas do país (ver anexo 3), foi possível notar que essa dinâmica sugerida, em questão de alguns anos, se faria presente também no Espírito Santo (1912), no Piauí e Amazonas (1913), no Ceará (1914), no Mato Grosso do Sul (1914) que, nesse momento, nem sequer existia como estado próprio,¹¹² na Paraíba e Rio Grande do Norte (1915), no território do Acre (1919) – elevado à condição de estado somente em 1963 – e, por fim, no estado do Maranhão (1923).

Em suma, a partir desse levantamento veiculado no RSSSF, podemos dizer que até o ano de 1930 o futebol já se fazia circular através de um modelo clubístico posto em bases formais (ou ao menos oficiais) em 19 dos 20 estados brasileiros que correspondiam à divisão administrativa e territorial do país naquele referido contexto (ver anexo 6), excetuando o caso do Acre que, como já dissemos, só se tornaria estado na década de 1960. A única exceção, portanto, seria o estado de Goiás, se bem que já em 13 de julho de 1931, no tempo de um pouco mais de um ano após a data até onde se estendeu o recorte em nossa fonte (setembro de 1930), foi fundado – de acordo tanto com o levantamento original da RSSSF (ver anexo 2) quanto com o que apontam Gonçalves e Silva (2011, p. 167) – o Clube Recreativo Atlético Catalano, na cidade de Catalão, de modo que poderíamos readequar e estender, sem imputar maiores problemas teóricos à leitura do clubismo em sua dinâmica de difusão pelos estados brasileiros, nosso marco temporal até a data de fundação desse último clube.

É necessário, todavia, ressaltar que embora só em 1931 tenhamos um registro mais confiável de fundação de um clube de futebol em Goiás – no sentido de uma instituição social formalizada e também mais perene –, essa prática esportiva, segundo Dias (2013a) com base

¹¹² A criação do estado do Mato Grosso do Sul remonta ao ano de 1977. Antes desse período, o espaço territorial que hoje que atualmente compreende o Mato Grosso do Sul fazia parte do estado do Mato Grosso. Para uma abordagem histórica sobre este processo de divisão territorial, ver: SILVA, R. S. **Mato Grosso do Sul: labirintos da memória**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

nas fontes que mobilizou para realizar sua análise, já ensejava seus primeiros passos na região central do Brasil por volta do ano de 1907. A cidade de Goiás Velho – ex-capital de Goiás – já havia conhecido provavelmente o futebol na primeira década do século XX (DIAS, 2013a), mas não se pode afirmar, com propriedade, que, naquele exato momento e contexto específico, era praticado tal esporte com regularidade e mesmo a partir das regras do futebol associado. Em 1913, a cidade de Catalão, na condição de principal centro comercial de Goiás com a maior população do estado e já interligada por linha férrea ao estado de Minas Gerais (DIAS, 2013a), viu surgir o Catalão Futebol Clube, até onde se sabe, “[...] umas das primeiras equipes esportivas a criar-se mais formalmente na região” (DIAS, 2013b, p. 42), superando, deste modo, a data de fundação do Clube Recreativo Atlético Catalano, também da cidade de Catalão, em uma lógica que, muito embora não seja exclusiva, posto a existência de outros times como Operário, Americano e Brasil F. C. – que disputariam partidas contra o Catalão F. C. em seu campo – (DIAS, 2013a, p. 41), ainda precisa ser mais bem esclarecida.

Para além, no entanto, dessa tensão evidenciada que advém de um entendimento mais macro da circulação do clubismo no Brasil – entendimento esse que nos permitiu visualizar que o futebol desde que chegou a algumas regiões brasileiras, mais ou menos em um mesmo período histórico¹¹³ imediatamente se fez difundir na esteira de um processo de expansão das redes clubísticas, denotando uma reprodução inventiva do modelo que, no século XIX, fez o futebol emergir na condição de esporte moderno na Inglaterra – à medida que perspectivamos os contextos de ação futebolísticos em uma escala de análise cada vez mais micro ao ponto de dimensioná-los dentro dos limites geográficos de uma cidade como tantos autores, de vários modos, já o fizeram (ANTUNES, 1992; NEGREIROS, 1992; PEREIRA, 1998b; RIGO, 2001; KOWALSKI, 2001; MASCARENHAS, 2001; CAPRARO, 2002; ZAGO, 2002; TONINI, 2006; SALUN, 2007; RIBEIRO, 2007; GAUDÊNCIO, 2007; PINTO, 2007; STREAPCO, 2010; MOURA, 2010; ROSA, 2011; STÉDILE, 2011; MORORÓ, 2012; SANTOS, 2012; ALVES, 2013; LIMA, 2013; LOURENÇO, 2013; SOARES, 2014; CORREIA, 2014), logo se revela com mais clareza algumas das vias pelas quais o clubismo (em suas versões incipientes ou então mais sistêmicas) ao mobilizar os mais diferentes grupos estruturantes da sociedade – e permitir a esses grupos negociarem conflitos através de uma prática excitante –, contribuiu para que o futebol se conformasse como um esporte de apelo massivo.

¹¹³ O pesquisador Gilmar Mascarenhas corrobora essa análise ao argumentar de forma categórica que: “[...] não podemos localizar um único ponto no território do Brasil a partir do qual o futebol, como inovação, tenha se introduzido e se difundido espacialmente, embora reconheçamos a primazia paulistana no processo de adoção. Verifica-se, então, um caso atípico, no qual o futebol penetra no território nacional quase simultaneamente por vários pontos desconectados entre si (mas conectados com o exterior), como incursões independentes no movimento conjunto da difusão” (MASCARENHAS, 2014, p. 49).

Movidos então por esse espírito metodológico é que nos aprouve reagrupar os dados expostos na tabela 5 de acordo com a distribuição desses clubes de futebol nas mais diferentes cidades brasileiras (ver anexo 4). Cumprida essa primeira etapa, o passo seguinte foi verificar em quais destas cidades elencadas se fazia notar, segundo os dados disponíveis, a fundação de pelo menos dois clubes de futebol no período de 1894 a 1930. Munidos dessas informações, chegamos à conclusão de que, incluídas as cidades cujas quais só constavam, segundo a fonte, a existência de um clube dentro desse recorte temporal e as cidades nas quais se visualizava justamente o contrário, houve nesse período pelo mínimo 138 redutos iniciais de difusão do futebol no Brasil por via de uma dinâmica de organização social estruturalmente ancorada no clubismo (ver anexo 5). Por conseguinte, desses 138 redutos iniciais citados, em exatos 32 deles mais que um clube de futebol esteve envolto nas tramas simbólico-emocionais que então emergiam no âmbito dessa prática esportiva em tais cidades, como se ilustra a seguir:

TABELA 6 – CONTEXTOS DE AÇÃO FUTEBOLÍSTICOS NO BRASIL (1894-1930)

	CIDADE	UF	CLUBE	FUNDAÇÃO
1.	Aracaju	SE	Cotinguiba Sport Club	10 oct 1909
			Club Sportivo Sergipe	17 oct 1909
2.	Bagé	RS	Guarany Futebol Clube	19 apr 1907
			Grêmio Esportivo Bagé	5 aug 1920
3.	Barra do Piraí	RJ	Central Sport Club	1 jan 1922
			Royal Sport Club	15 may 1925
4.	Belém	PA	Tuna Luso Brasileira	1 jan 1903
			Clube do Remo	5 feb 1905
			Paysandú Sport Club	2 feb 1914
			Clube Júlio César	25 jan 1925
			Pinheirense Esporte Clube	8 dec 1925
5.	Belo Horizonte	MG	Clube Atlético Mineiro	25 mar 1908
			América Futebol Clube	30 apr 1912
			Cruzeiro Esporte Clube	2 jan 1921
6.	Cachoeiro do Itapemirim	ES	Cachoeiro Futebol Clube	9 jan 1916
			Estrela do Norte Futebol Clube	16 jan 1916
7.	Campina Grande	PB	Campinense Clube	12 apr 1915
			Treze Futebol Clube	7 sep 1925
8.	Campinas	SP	Associação Atlética Ponte Preta	11 aug 1900
			Guarani Futebol Clube	2 apr 1911
9.	Campos	RJ	Goytacaz Futebol Clube	20 aug 1912
			Clube Esportivo Rio Branco	5 nov 1912
			Americano Futebol Clube	1 jun 1914
10.	Corumbá	MS	Corumbaense Futebol Clube	1 jan 1914
			Riachuelo Futebol Clube	24 feb 1915
11.	Curitiba	PR	Coritiba Football Club	12 oct 1909
			Clube Atlético Paranaense	26 mar 1924

12.	Florianópolis	SC	Figueirense Futebol Clube Avaí Futebol Clube	12 jun 1921 1 sep 1923
13.	Fortaleza	CE	Ceará Sporting Club Fortaleza Esporte Clube América Futebol e Comércio	2 jun 1914 18 oct 1918 11 nov 1920
14.	Juiz de Fora	MG	Tupinambás Futebol Clube Tupi Futebol Clube Sport Club Juiz de Fora	15 aug 1911 26 may 1912 24 set 1916
15.	Maceió	AL	CRB - Clube de Regatas Brasil CSA - Centro Sportivo Alagoano	20 sep 1912 7 sep 1913
16.	Manaus	AM	Nacional Futebol Clube Atlético Rio Negro Clube São Raimundo Esporte Clube Nacional Fast Clube	13 jan 1913 13 nov 1913 18 nov 1918 8 jul 1930
17.	Natal	RN	ABC Futebol Clube América Futebol Clube Alecrim Futebol Clube	29 jun 1915 14 jul 1915 15 aug 1915
18.	Parnaíba	PI	Parnaíba Sport Club Paysandú Esporte Clube	1 may 1913 12 aug 1928
19.	Pelotas	RS	Esporte Clube Pelotas Grêmio Esportivo Brasil Grêmio Atlético Farroupilha	11 oct 1908 7 sep 1911 26 apr 1926
20.	Porto Alegre	RS	Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense Sport Club Internacional Esporte Clube São José Esporte Clube Cruzeiro	15 sep 1903 4 apr 1909 24 may 1913 14 jul 1913
21.	Recife	PE	Clube Náutico Capibaribe Sport Club do Recife Santa Cruz Futebol Clube América Futebol Clube Clube Ferroviário do Recife	7 apr 1901 13 may 1905 3 feb 1914 12 apr 1914 17 mar 1928
22.	Ribeirão Preto	SP	Comercial Futebol Club Botafogo Futebol Clube	10 oct 1911 12 oct 1918
23.	Rio Claro	SP	Rio Claro Futebol Clube Assoc. Esportiva V. C. Rio- clarenses	9 may 1909 28 aug 1910
24.	Rio de Janeiro	RJ	Botafogo Futebol e Regatas Clube de Regatas do Flamengo Clube de Regatas Vasco da Gama São Cristóvão de Futebol e Regatas Fluminense Futebol Clube Bangu Atlético Clube América Futebol Clube Bonsucesso Futebol Clube Madureira Esporte Clube Olaria Atlético Clube Sport Club União Marechal Hermes Esporte Clube Anchieta Associação Atlética Portuguesa	1 jul 1894 17 nov 1895 21 aug 1898 12 oct 1898 21 jul 1902 17 apr 1904 18 sep 1904 12 oct 1913 8 aug 1914 1 jul 1915 5 nov 1915 1 jun 1919 17 dec 1924

25.	Rio Grande	RS	Sport Club Rio Grande Sport Club São Paulo Football Club Riograndense	19 jul 1900 4 oct 1908 11 jul 1909
26.	Salvador	BA	Esporte Clube Vitória Esporte Clube Ypiranga	13 may 1899 7 sep 1906
27.	Santa Maria	RS	Riograndense Futebol Clube Esporte Clube Internacional	7 may 1912 16 may 1928
28.	Santana do Livramento	RS	Esporte Clube 14 de Julho Grêmio de Football Santanense	14 jul 1902 11 jun 1913
29.	Santos	SP	Santos Futebol Clube Jabaquara Atlético Clube Associação Atlética Portuguesa	14 apr 1912 15 nov 1914 20 nov 1917
30.	São Paulo	SP	Sport Club Corinthians Paulista Sociedade Esportiva Palmeiras Associação Atlética Guapira Nacional Atlético Clube Associação Portuguesa de Desportos Clube Atlético Juventus São Paulo Futebol Clube	1 sep 1910 26 aug 1914 20 oct 1918 16 feb 1919 14 aug 1920 20 apr 1924 25 jan 1930
31.	Três Rios	RJ	Entrerriense Futebol Clube América Futebol Clube	14 dec 1925 14 may 1929
32.	Vitória	ES	Vitória Futebol Clube Rio Branco Atlético Clube	1 oct 1912 21 jun 1913

FONTE: Adaptado a partir dos dados reunidos e compilados por: ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tables/b/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

Com base nos dados apresentados na tabela 5 e nos critérios de exclusão anteriormente situados, foi possível catalogar nessa tabela 6 o número de 32 contextos de ação futebolísticos regionalistas distribuídos em 18 estados brasileiros entre 1894 e 1930. Mais que depressa, reiteramos que esses dados não devem ser retomados como reflexo da realidade, tendo em vista que outros municípios brasileiros, para além dos já mencionados no documento original que subsidia nossa intervenção (ver anexo 2), podem ter experimentado processo similar de divulgação do futebol através do modelo de expansão clubística durante esse mesmo recorte histórico. Além disso, as próprias cidades contempladas pelo levantamento do RSSSF – trate-se dos 106 municípios que a fonte permitiu visualizar a existência ao menos de um clube de futebol ou dos municípios que estão alocados na tabela 6 – muito provavelmente abrigaram, ao largo dessas três décadas, uma série de outros clubes de futebol ou, no mínimo, algumas proto-instituições que dariam (ou não) origem a formações clubísticas mais perenes.

Nosso posicionamento, portanto, em relação a esse *corpus* de informações reunidas e condensadas na tabela 6, se resume na compreensão de que esse conjunto de dados, a exemplo de outros que aqui mesmo já evocamos, precisa ser submetido à análise histórica sistemática, para daí sim ser possível afirmar categoricamente quais foram os clubes de futebol ou proto-instituições clubísticas que concorreram para estruturar cada um desses respectivos contextos de ação futebolísticos regionalistas evidenciados em nosso investimento. Em outras palavras, esses dados insurgem, conforme já ressaltamos, como ponto de partida e pistas iniciais para ser levado a efeito o escavamento histórico-sociológico acerca do processo de estruturação dos contextos de ação futebolísticos regionalistas no Brasil entre os anos de 1894 a 1930. Em que pese, todavia, as limitações internas desse mapeamento inicial – como de qualquer outra tentativa de síntese e compilação estatística firmada nessa mesma direção –, ele nos permite realizar algumas análises preliminares para entender a difusão do futebol no Brasil.

Um dos aspectos mais interessantes a ser observado, com base nesses dados, é que em um pouco mais de duas décadas, em datas talvez anteriores às apontadas em nossa fonte – caso se descubra, dentro desse mesmo recorte cronológico, a fundação de clubes mais antigos –, o futebol em moldes clubísticos já estava distribuído tanto em capitais como nas cidades do interior dos diferentes estados brasileiros. Mais que isso, o futebol em sua lógica e dinâmica de organização clubística se fazia emergir em cidades portuárias do interior, a exemplo de Rio Grande em 1900 e de Santos em 1912; em capitais não litorâneas tais como Belém em 1903, Belo Horizonte em 1908 e Curitiba em 1909; em capitais litorâneas a exemplo de Aracaju em 1909, de Vitória em 1912 e de Natal em 1915 para evocarmos alguns exemplos menos usuais na literatura; em cidades do interior que fazem fronteira com outros países, a propósito de Santana do Livramento (na divisa com o Uruguai) em 1902 e de Corumbá (na divisa com a Bolívia) em 1914; em cidades interioranas como Bagé em 1907, Rio Claro em 1909, Ribeirão Preto em 1911, Juiz de Fora em 1911, Campos em 1912 e Cachoeiro do Itapemirim em 1916, evidenciado então uma difusão geográfica pluralista desse esporte no Brasil.

Ao tentar estabelecer uma lógica explicativa para esse processo de difusão, é prática comum pensar, a partir de uma leitura teórica preliminar e, na maioria das vezes, desavisada, que o futebol associado tenha se feito circular primeiro em capitais e só posteriormente nas cidades interioranas. É também um raciocínio deveras tentador considerar que as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – na condição de primeiras metrópoles nacionais e, portanto, com o *status* de centros difusores de modelos culturais no Brasil – conheceram em caráter pioneiro

o futebol e se organizaram clubisticamente antes que outros lugares do país.¹¹⁴ Essas, no entanto, são maneiras discutíveis quando senão mesmo simplistas de analisarmos as coisas, pois, embora muitas das novidades culturais que chegavam ao Brasil no início do século XX pudessem, de fato, ser divulgadas antes nos grandes centros, para daí difundirem-se até as modestas cidades do interior, o processo além de poder operar no caminho inverso – em fluxo e intensidades talvez menores, mas nem por isso inexistentes – indica muito mais uma lógica de comunicação de uma série de pontos geográficos do Brasil, em períodos históricos mais ou menos próximos e independentemente mesmo do grau de diferenciação do tecido social, com a modernidade europeia através de um dinamismo de relações e contatos – representada pelas imigrações e pela instalação de indústrias inglesas –, que se caracterizaram como diretos ou, melhor dizendo, sem inicialmente contar com a influência de mediadores internos.

Uma releitura do futebol brasileiro sob a ótica contextualista pode se beneficiar desse entendimento por duas razões. Em primeiro lugar, essa lógica argumentativa representa uma possibilidade de analisar o processo de difusão dessa prática esportiva no Brasil – e do esporte de forma mais ampla – para além da demarcação dos mitos fundadores e do estabelecimento de paternidades heróicas (PEREIRA, 1998b), a maior parte dessas iniciativas e narrativas com bases fincadas em São Paulo, Rio de Janeiro ou em outros pólos regionais que, embora sejam evocados como contraposições analíticas ao eixo Rio-São Paulo, cumprem, na maior parte das vezes, o papel de substitutos empíricos dessas cidades e asseguram, portanto, a perpetuação de tal tradição historiográfica pelo país. Em segundo lugar, a partir do modelo de investigação contextualista, uma genealogia histórica do futebol brasileiro pode ser levada a efeito sem que seja superestimado ou subestimado o papel dos primeiros centros urbanos do país, trate-se de capitais ou não, na difusão do futebol sobre bases clubísticas para uma série de outras cidades brasileiras, estejam elas geograficamente próximas ou distantes.

Pautados no que foi dito e observando então com maior atenção a tabela 6, é possível visualizar que entre esses 32 redutos de divulgação do futebol no Brasil aqui selecionados – redutos quais, nunca é demais repetir, se configuram tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista empírico como contextos de ação futebolísticos regionalistas –, quatorze deles insurgiram no domínio das capitais estaduais e outros dezoito em cidades interioranas. Ao direcionarmos, por sua vez, o ângulo de análise para a distribuição dos clubes de futebol

¹¹⁴ Em resposta a essas tendências, Mascarenhas (2000) apresenta a denominada “via platina” pela qual, segundo ele, teria se dado uma das entradas pioneiras do futebol no extremo sul do Brasil entre o período de 1900 a 1920, mais especificamente nas cidades de Uruguaiana e Santana do Livramento que fazem fronteira com o Uruguai. Para maiores detalhes ver: MASCARENHAS, G. A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul. **Lecturas, Educación Física y Deporte**, Buenos Aires, v. 5, n. 26, out. 2000.

nos estados brasileiros (ver anexo 3) que então correspondiam à divisão territorial do país naquele momento histórico, notamos que ao menos em Alagoas, Mato Grosso (o Mato Grosso do Sul ainda não existia como um estado próprio, reiteramos), Paraíba, Piauí, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina¹¹⁵ e em São Paulo¹¹⁶ a fonte alude ao fato de que a formação de clubes de futebol se deu por primeiro nas cidades do interior do que nas respectivas capitais de cada uma dessas unidades federativas, se bem que um inventário mais preciso nessa direção apontada só poderia ser feito a partir de um trabalho historiográfico minucioso sobre a difusão e circulação do futebol em cada um desses estados, o que, por conseguinte, extrapolaria tanto o tempo quanto os objetivos que foram inicialmente definidos para esta tese. De qualquer maneira, entendemos que esse aporte estatístico que buscamos junto ao RSSSF tem o seu caráter sintomático para nossa discussão e, na posse desses dados, ao menos foi possível

¹¹⁵ Um dos exemplos que reitera o caráter indiciário da fonte principal que consultamos acerca da fundação dos clubes de futebol no Brasil (1894-1930) se constrói em Santa Catarina, em especial quando procuramos pensar relacionalmente a difusão do futebol sobre bases clubísticas dentro desse estado no sentido de mapear se esse processo de divulgação se deu de forma pioneira em Florianópolis ou então nos municípios do interior. A propósito, o levantamento que consultamos junto ao RSSSF aponta que clubes de futebol haveriam surgido antes nas cidades interioranas de Mafra (1897), Tubarão (1918), Itajaí (1919) e daí sim na capital catarinense com a fundação do Figueirense Futebol Clube em 1921 e do Avaí Futebol Clube em 1923. Partindo desses dados e procurando desvelar a existência de uma rede de relações mais precisas a partir deles, pudemos descobrir que Mafra até o ano de 1916, conforme já alertamos anteriormente, configurava um bairro do município de Rio Negro no estado do Paraná, assumindo a condição de município catarinense em 1917 (MARTINS, 2009, p. 13-14), além de que em relação à Sociedade Esportiva e Recreativa Operários Mafrenses, fundada, segundo Becker (2012, p. 31), no ano de 1897 em Mafra com o nome de Clube Atlético Operário, não havia uma certificação exata de quando começara a praticar futebol sob moldes clubísticos, se bem que se o tivesse praticado antes de 1917 não haveria sido em Santa Catarina, mas sim no estado do Paraná. Perseguindo mais rastros sobre a história do futebol em Santa Catarina, chegamos também ao entendimento de que os registros até o momento mais confiáveis em relação aos primórdios do futebol nesse estado, conforme discutido por Rosa (2011) e Jorge (2013), remontam ao ano de 1906 no Ginásio Santa Catarina em Florianópolis, muito embora os primeiros clubes de futebol no estado só tenham surgido anos depois, como o caso do Itajahyense *Foot-Ball Club* de 1911 – até onde se sabe o primeiro clube de futebol de Itajaí assim como de todo o estado e que havia então sido fundado por ex-alunos do Ginásio Santa Catarina de Florianópolis que ao retornarem à Itajaí já haviam aprendido a forma de jogar e organizar esse esporte (ROSA, 1911) – e do *Club Sportivo Annita Garibaldi* de 1912 – ao que tudo indica, o primeiro clube de futebol fundado em Florianópolis no sentido de uma instituição social erguida sobre bases mais sólidas (ALMEIDA, 2010). Para uma abordagem historiográfica que fornece uma série de elementos para analisar a emergência e conformação de um contexto de ação futebolístico regionalista na cidade de Itajaí ver: ROSA, A. L. **Operários da bola** – um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

¹¹⁶ Outro caso que demonstra que o levantamento que buscamos junto ao RSSSF, em alguns aspectos é bastante impreciso, mas ainda assim um ponto de partida relevante às nossas análises, se refere à circulação do futebol em seu formato clubístico no estado de São Paulo. Com base na aludida fonte, poderíamos ser levados a pensar que clubes de futebol surgiram em primeiro lugar no interior de São Paulo e depois na capital paulista. Advertimos, todavia, que embora clubes do interior como a Associação Atlética Ponte Preta (1900), a Associação Atlética Internacional (1906), o Clube Atlético Pirassununguense (1907) o Rio Claro Futebol Clube (1909), o Paulista Futebol Clube (1909) e a Associação Esportiva Velo Clube Rio-clarense (1910), tenham sido fundados antes do *Sport Club Corinthians Paulista*, o fato é que essa última equipe referida não se trata do mais antigo clube de futebol da capital do estado, sendo, ao invés disso, os precursores, o São Paulo Athletic Club fundado em 1888, mas que aderiria ao futebol em 1896 (MÁXIMO, 1999, p 182), a. A. A. Mackenzie College (1898), o *Sport Club Internacional* (1899), o S. C. Germânia (1899) e o Clube Atlético Paulistano (1900) (SALUN, 2007, p. 31-32).

perceber o quão ilusório seria traçar uma rota etnocêntrica de difusão do futebol no país através do modelo associacionista ou, mais precisamente, clubístico.

Diante do exposto e na impossibilidade então de examinarmos historicamente um por um desses 32 redutos iniciais de circulação do futebol no Brasil que se ergueram sobre bases clubísticas tal como permitiu-nos dimensionar os dados com os quais nos confrontamos ao propor essa análise, o que faremos a seguir, à maneira de fechamento do capítulo, é trazer alguns elementos preliminares sobre a conformação do contexto de ação futebolístico porto-alegrense – com seus conflitos e suas representações – tomando como ponto de partida para este intento a recente pesquisa de mestrado de Ricardo Santos Soares (2014) defendida com o título “*O foot-ball de todos: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918*”.

Importante frisar que nossa opção pela cidade de Porto Alegre se deve, por um lado, à condição de o Rio Grande do Sul ter sido um dos estados onde o futebol se fez circular primeiramente em cidades do interior e posteriormente na capital e, o que é mais importante, sem sofrer uma influência dos principais centros urbanos do sudeste brasileiro, tanto nesse momento inicial de difusão do futebol pelo estado quanto num estágio social subsequente em que demonstraria reticências ao processo de disseminação mercadológica dos clubes de futebol do eixo Rio-São Paulo quando o clubismo, ao que tudo indica, passou a operar em uma frente cada vez mais desregionalizada e, por outro lado, ao fato de nos depararmos com a análise histórica proposta por Soares (2014) que, por sinal, se situa na contramão de uma certa historiografia tradicional que se ateve em restituir os primórdios do futebol associado no Brasil, ao privilegiar como fio condutor de sua pesquisa a dimensão dos conflitos.¹¹⁷

Na esteira dessa análise, é importante salientar, sem maiores delongas, que o primeiro clube a praticar o futebol no Rio Grande do Sul, de acordo com aquilo que traz a literatura (MASCARENHAS, 2014; SOARES, 2014; CORREIA, 2014), foi o *Sport Club* Rio Grande na cidade portuária que emprestou seu nome à instituição. Fundado quase que exclusivamente por um combinado de imigrantes ingleses e alemães e/ou por seus respectivos descendentes¹¹⁸

¹¹⁷ Imprescindível lembrar que a análise historiográfica levada a cabo pelo historiador Leonardo Pereira (1998b), até onde temos conhecimento, é o principal e, talvez, um dos primeiros trabalhos historiográficos a ser produzido no âmbito dos estudos socioculturais do futebol, questionando justamente a versão histórica oficial de circulação dessa prática esportiva no Brasil e, sobretudo, no Rio de Janeiro. Ao invés de uma história isenta de tensões e de conflitos, o autor (1998b, p. 5) procurou então demonstrar como que o “conflituoso diálogo” que diversos grupos e atores estabeleceram em torno do jogo poderia explicar sua rápida consolidação na cidade do Rio de Janeiro. Para maiores detalhes ver: PEREIRA, L. A. M. *Footballmania: uma história social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Tese (Doutorado em História Social). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998b.

¹¹⁸ Uma das provas de que a maior parte dos indivíduos que fundaram o *Sport Club* Rio Grande eram, de fato, descendentes ou mesmo imigrantes ingleses e alemães que residiam na referida cidade portuária se constrói, segundo Rigo (2013, p. 41-42), quando evocamos a lista oficial de fundadores do clube em questão, composta pelos seguintes nomes: “Alfredo Kladt, H. Benz, André Legeren, Júlio Ernst, Bojé Schimidt, Oscar Schimidt,

no dia 19 de julho de 1900, o *Sport Club* Rio Grande, segundo Damo (1998) e Rigo (2001, 2013), desempenhou um papel importante na disseminação do futebol para algumas cidades gaúchas como Pelotas, Bagé e a própria capital do estado.¹¹⁹ Nos termos de Rigo:

Após a sua fundação, o S. C. Rio Grande tornou-se um “embaixador” do futebol. O clube realizou partidas demonstrativas, participou de festas esportivas e contribuiu para a fundação de outros clubes. Essas atividades ocorreram em Rio Grande, Bagé, Pelotas, Porto Alegre e em outras cidades da região (RIGO, 2013, p. 43).

No que se refere mais especificamente à capital gaúcha, o que nos chama atenção é o fato de que os dois primeiros clubes de futebol que temos notícia de terem sido fundados em Porto Alegre, a saber, o *Fuss-Ball* Porto Alegre e o Grêmio Porto Alegrense, ambos no dia 15 de setembro de 1903, – por suposta influência dos dois *matches* demonstrativos que o *Sport Club* Rio Grande realizara então nessa cidade uma semana antes, sendo um pela manhã e outro pela tarde, conforme aponta Soares (2014, p. 42) –, desenvolveram-se paralelamente à história de dois clubes velocipédicos rivais, quais sejam, a União Velocipédica de Amadores fundada em três de março de 1895 e o *Radfahrer Verein Blitz* fundado em onze de outubro de 1896 (SOARES, 2014, p. 50). No caso do *Fuss-Ball* Porto Alegre, a ligação com o clube de ciclismo era insofismável tendo em vista que tal clube de futebol foi criado mesmo como uma extensão do *Blitz* passando a realizar então suas atividades junto ao velódromo (SOARES, 2014, p. 51). Já no que versa ao caso do Grêmio Porto Alegrense, não haveria, a princípio, uma evidência única ou ato fundador que comprovasse, de antemão, sua ligação com a União Velocipédica, mas as fontes trazidas por Soares (2014) e as associações que lhe aprouve fazer

Charles Darley, Rodolfo Dietiker, Ehmer Schwammerkung, F. Reiner, A. Scheneider, Gustavo Poock Jr., Henrique Buhle, Amadeu Schmidt, A. M. Trail, Johannes Minnemann, Mas Bornhorst, G. Bernitt, Eduardo Beathegen, R. Bernitt, Eugen Kunz, Sinclair Robinson, Gustavo Krammer, W. Lorentzen, Álvaro Ubata, H. Volker, Arthur C. Lawson, Manoel E. Castro, Carlos Nieckele, Otto Heurs, Rud Kladt, E. Lohmann, Gustavo Poock, Sequeira, Gustavo Kladt, Walter Gerdeau, G. R. Stewart” (RAMOS, 2000, p. 18 *apud* RIGO, 2013, p. 42). Interessante notar que entre nos nomes citados nessa lista haveria alguns brasileiros e portugueses além de pessoas que talvez tivessem algum grau de parentesco entre si por terem sobrenomes iguais.

¹¹⁹ O trabalho de mestrado recentemente defendido por Jones Mendes Correia, de certa maneira, relativiza um pouco o papel que tem sido atribuído pela historiografia do futebol ao *Sport Club* Rio Grande no sentido de lhe conceber como a principal instituição propulsora que animou a difusão do futebol no sul do estado e mesmo no âmbito da cidade portuária em que havia sido fundado em 1900. Cabe então ressaltar que entre o período de 1900 a 1916, foram fundados, segundo o levantamento de Correia (2014), no mínimo 47 clubes de futebol na cidade de Rio Grande. Destes 47 clubes mapeados, Correia (2014, p. 39-41) pôde identificar os quadros sociais, definidos em termos de pertencimento étnico e social, de 19 instituições. Cada um desses clubes que insurgiram nesta cidade, durante este período analisado, abrangia então um determinado grupo social, compondo um painel de estratificação múltiplo que, por sua vez, envolveu e mobilizou uma elite europeia que havia chegado à cidade, brasileiros, estudantes, classe popular, operários, ferroviários, trabalhadores fabris e moradores da zona rural. Para um maior aprofundamento na argumentação do autor no sentido de perceber como seu trabalho reúne uma série de dados e indícios que possibilitariam estudar a conformação de um contexto de ação futebolístico na cidade de Rio Grande no início do século XX, ver: CORREIA, J. M. **Os vínculos clubísticos e as lógicas do jogo**: um estudo sobre a emergência e o processo de (des)elitização do futebol na cidade de Rio Grande – RS (1900-1916). Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

a partir delas, destacando justamente a rivalidade que já existia entre os dois aludidos clubes de ciclismo e, sobretudo, o fato de vários membros elitizados que se associaram ao Grêmio advirem da União Velocipédica, sem falar da possibilidade, inclusive, de haver um ciclista entre os fundadores do Grêmio, reforçam e tornam plausível essa hipótese.

Oportuno notar que a discussão historiográfica levada a cabo por Soares (2014), além de contemplar a caracterização dos próprios quadros sociais que compunham os referidos clubes de futebol da cidade de Porto Alegre, também permite visualizar em quais outros clubes e modalidades esportivas esses dois grupos poderiam, por ventura, estar construindo uma série de vínculos sociais mais efetivos nesse mesmo período em que já praticavam o ciclismo e começavam a fazer uso do futebol associado, prática essa que talvez já tivessem ouvido falar, mas que, pelo que tudo indica, só viram pela primeira vez *in loco* quando o S. C. Rio Grande veio excursionar na capital em setembro de 1903. Sobre essas relações e o modo com que elas talvez se traduziram em potentes rivalidades clubísticas desde o nascedouro do contexto de ação futebolístico na cidade de Porto Alegre, o trecho a seguir esclarece:

Desta forma, mais por uma rivalidade clubística, mesmo que originada por uma afinidade nacional, havia agremiações que eram mais próximas, formando basicamente dois grupos. E este fato se dava pela necessidade já mencionada dos *sportmans* não praticarem apenas uma modalidade esportiva. Sendo assim, uma pessoa de origem teuta faria remo no Germânia, ginástica no *Turnerbund*, daria preferência às corridas no Prado Navegantes, talvez, seria também sócio da *Blitz*, e, claro, do *Fuss-ball* Porto Alegre. Do contrário, remo no *Ruder* Porto Alegre ou no Almirante Tamandaré (a partir de 1903), ginástica no Rio-grandense, ciclismo na União, futebol no Grêmio Porto-alegrense e as corridas no prado Independência ou no prado Rio-Grandense, quem sabe (SOARES, 2014, p. 56-57).

Depreende-se dessa argumentação que a rivalidade inicialmente colocada na capital gaúcha entre o *Fuss-Ball* Porto Alegre e Grêmio Porto Alegrense tratava-se de uma extensão das lutas que os grupos sociais que deram origem a essas instituições ou integraram logo de início os seus respectivos quadros de associados haviam protagonizado em outros esportes ou até mesmo em outras esferas da vida coletiva. Essa dinâmica das ligações sociais mapeada por Soares (2014), por conseguinte, é útil para entender a gênese do contexto de ação futebolístico porto-alegrense, justamente por favorecer a restituição, ainda que de maneira preliminar, dos principais caminhos e rastros dos atores – sejam eles jogadores, torcedores, técnicos, árbitros, dirigentes, jornalistas, cronistas etc. – em cena nas tramas clubísticas inicialmente ensejadas nessa cidade. Somente em estabelecendo essas tendências de movimentação dos agentes pelos diferentes espaços e lugares sociais, é que seria possível, inclusive, verificar quais os grupos que, de fato, estiveram envolvidos nos capítulos iniciais da história do futebol em Porto Alegre. Além disso, ao privilegiar esse caminho metodológico, esse tipo de iniciativa, muito embora

careça de uma lógica explicativa que lhe atribua uma significação teórica mais ampla, avança em relação às abordagens historiográficas pautadas na noção de consenso e de organicidade e, por essa razão, se constitui em um dos exemplos caricaturais do tipo de trabalho histórico que é de interesse ao modelo de investigação contextualista que aqui propomos.¹²⁰

Partindo desses pressupostos elencados, Soares (2014) também se ateve em desvelar ou, no mínimo, problematizar a ausência de informações nos principais periódicos esportivos de Porto Alegre em relação à história de alguns clubes de futebol que insurgiram na capital gaúcha entre o ano de 1903 e o ano que marcou o aparecimento da agremiação *Sport Club Internacional*, a saber, 1909. Segundo podemos depreender do trabalho do autor, este silêncio pelo qual se faz crer que até a data de fundação do S. C. Internacional só existiriam em Porto Alegre as duas equipes pioneiras fundadas em setembro de 1903, pode ser um indício das próprias lutas entre diferentes grupos sociais sendo desdobradas em outros *locus* como, por exemplo, no campo jornalístico onde a informação poderia ser monopolizada de acordo com certos interesses. O excerto a seguir é sugestivo acerca dessa conjectura:

Não temos dúvida de que o *Sport Club Bola*, *Foot-Ball Redenção*, 20 de Setembro ou Rio-Grandense – não parece ser o caso do *Club de Foot-Ball Aliado* e talvez do *Grêmio Foot-Ball Internacional* – não pertenciam à mesma camada social de *Grêmio* e *Fuss-Ball*. Em outras palavras, tivessem vínculos com o estrato certo da sociedade porto-alegrense, haveria uma maior veiculação de suas notícias nos periódicos da cidade. A lacuna do período de seis anos é, pois, motivo do descaso das classes que apenas tinham olhos para as novidades européias, e tudo mais que fosse *chic*, veiculando nos meios de comunicação apenas as notícias que os atraíssem. Infelizmente, esta seleção acabou por deixar raras fontes sobre as atividades esportivas do restante da população, que, além disso, são incertas, dificultando a caracterização destes clubes (SOARES, 2014, p. 65).

O silêncio historiográfico que pairou sobre a existência de equipes como *Sport Club Bola*, *Foot-Ball Redenção*, 20 de Setembro ou Rio-Grandense e sobre os seus respectivos papéis nos momentos iniciais de circulação do futebol associado na cidade de Porto Alegre, em particular nos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*¹²¹, pesquisados por Soares (2014),

¹²⁰ Bourdieu (1990a) ao ser perguntado sobre sua relação com os estudos históricos e com a perspectiva de longa duração respondeu que a história que necessitava para desenvolver o seu trabalho simplesmente não existia por ser muito difícil mapear a gênese das estruturas e a configuração que assumiam em determinados contextos histórico-sociais. Em tal oportunidade, Bourdieu também ressaltou que “[...] uma sociologia plenamente acabada deveria englobar uma história das estruturas que são num dado momento o resultado de todo um processo histórico”. (BOURDIEU, 1990a, p. 58). Além disso, temos a impressão de haver particular recusa na obra do autor francês em relação à análise histórica pautada em uma concepção organicista de sociedade e em uma apreensão harmônica das relações sociais, tendo em vista, dentre outras especificidades, que sua teoria do mundo social é preponderantemente estruturada com base em uma epistemologia dos conflitos. Sobre as relações entre Bourdieu com a disciplina de História e com o método historiográfico ver: CHARTIER, R. Bourdieu e a História – debate com José Sérgio Leite Lopez. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, pp. 139-182, mar. 2002.

¹²¹ De acordo com Rodrigues (2004), o jornal *A Federação* foi fundado em 1884 e encerrou suas atividades em 1937, tendo como principais atributos editoriais o seu caráter político-partidário e a difusão de ideias positivistas.

de fato, tende a ser mais bem compreendido caso seja confirmada a prerrogativa de que os agentes que ocupavam os postos de comando e as equipes editoriais dos dois aludidos jornais da capital gaúcha, naquele período, tenham construído algum tipo de vínculo social mais concreto e duradouro com o *Fuss-Ball* Porto Alegre e o Grêmio Porto Alegrense ou feito parte talvez daqueles grupos sociais que integravam esses clubes, partilhando assim dos mesmos carismas coletivos e evidenciando uma lógica que, em última instância, ajudaria a explicar o porquê de alguns clubes de futebol terem assumido o centro das atenções na imprensa local entre 1903 e 1909 e, outros clubes, por sua vez terem ficado à margem das notícias não tão frequentes e constantes sobre o futebol naquele contexto histórico-social.

Oportuno ressaltar que os próprios dados elencados na tabela 6 em relação a alguns clubes que emergiram no contexto de ação futebolístico porto-alegrense, nem sequer remetem à existência do *Fuss-Ball* quanto mais desses outros clubes futebolísticos mapeados no estudo de Soares (2014) durante o período de 1903 a 1909. Se ampliarmos nosso olhar, inclusive, até o ano de 1930, notaremos que na referida tabela constam apenas o nome e data de fundação de quatro clubes na capital gaúcha, quais sejam, o Grêmio de *Foot-Ball* Porto Alegrense (1903), o *Sport Club* Internacional (1909) o Esporte Clube São José (1913) e o Esporte Clube Cruzeiro (1913). Ao confrontarmos esses dados sobre os clubes de futebol da cidade de Porto Alegre trazidos na tabela 6 com os dados apresentados, por exemplo, na tabela 7 – evocada na sequência –, perceberemos então uma discrepância considerável nesses indicadores:

TABELA 7 – FUNDAÇÃO DE AGREMIações ESPORTIVAS EM PORTO ALEGRE POR DÉCADAS E POR ESPORTE (1894-1930)

Esporte	Século XIX	1900	1910	1920	1930	Totais
Tênis	2	1	1	2	2	8
Ginástica	2	0	0	1	2	5
Tiro	4	2	0	0	2	8
Turfe	5	0	0	0	0	5
Futebol	1	4	7	15	70	97
Remo	4	4	1	2	1	12
Natação	2	0	0	1	1	4
Ciclismo	2	0	0	0	2	4

FONTE: STÉDILE, 2011, p. 87.

Por sua vez, o jornal *Correio do Povo* criado em 1895 – e ainda em circulação nos dias de hoje –, ambicionava se reconhecer na condição de um periódico informativo e independente, mas servia aos interesses de uma elite-agrária. Ver: RODRIGUES, C. R. A imprensa como fonte histórica: o caso dos indígenas no Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 3, n. 5, pp. 39-60, jan./jun. 2004.

Como passível notar na tabela 7, sistematizada por Stédile (2011) com base nos dados reunidos e compilados a partir do projeto de pesquisa “*Inventário das associações esportivas de Porto Alegre (1863 a 1945)*”,¹²² até o final dos anos 1920 contabilizava-se a fundação de pelo menos 27 clubes de futebol na capital gaúcha, observando, todavia, que o clube datado do século XIX trata-se, de acordo com o que o próprio autor adverte na nota de rodapé 43 de seu estudo, da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora que, embora tenha sido criada no ano de 1872, só aderiria ao futebol no século XX (STÉDILE, 2011, p. 87). Essa inflexão visualizada entre as duas tabelas no tocante ao número de clubes de futebol estruturantes do contexto de ação futebolístico porto-alegrense no mesmo período histórico de 1903 a 1930, além de remeter à condição de que um levantamento está mais completo que o outro ou que então foram realizados a partir de parâmetros de busca distintos, também reforça a ideia de que à medida que vamos direcionado à escala de análise cada vez mais à dimensão micro, novas informações podem surgir, o que, no caso específico da proposta de teorização levada a efeito neste capítulo, denota um caráter provisório dos dados, mas não no sentido de invalidar o quadro analítico e sim de permitir generalizá-lo com maior segurança.

Admitida então a dinâmica histórico-social de conformação pluralista de um contexto de ação futebolístico em Porto Alegre em função da emergência de uma série de clubes de futebol que supostamente davam conta de abranger a diversidade de grupos que estruturavam a capital gaúcha entre as duas primeiras décadas do século XX, é possível, portanto, avançar no raciocínio de que seria precipitado analisar este contexto de ação levando em conta apenas aquelas rivalidades locais e regionais que ao longo de um processo histórico se constituíram, por assim dizer, vitoriosas, como é o caso da polaridade firmada entre Grêmio e Internacional no extremo sul do Brasil. Diante então dessa pluralidade clubística que inicialmente marcou a emergência e organização do contexto de ação futebolístico porto-alegrense, entendemos que o posicionamento mais adequado em termos empíricos, mas também teóricos, seria investigar e analisar como que uma situação multipolar protagonizada por diversos clubes foi ao longo de algumas décadas configurando uma situação clubística bipolar na cidade em questão.

¹²² Trata-se de um levantamento coordenado pela pesquisadora Janice Mazo. Ao que consta, esse levantamento que já havia sido inicialmente apresentado na tese da autora (MAZO, 2003), foi endossado com mais dados ao longo dos anos, dando subsídio a publicação do seguinte livro: MAZO, J. Z. **Banco de Dados das Associações Esportivas e de Educação Física de Porto Alegre (1867-1945)**. Novo Hamburgo/RS: FEEVALE, 2010.



IMAGEM 26 – Cartaz de divulgação de partida do S. C. Rio Grande (1900)¹²³



IMAGEM 27 – Grêmio Tricampeão do Wanderpreis¹²⁴

¹²³ RELÍQUIAS DO FUTEBOL. Cartaz de divulgação de partida do S. C. Rio Grande, 21 jun. 2012.

Disponível em: <http://reliquiasdofutebol.blogspot.com.br/2012_06_17_archive.html> Acesso 16 ago. 2014.

¹²⁴ GLOBO ESPORTE. Grêmio 110 anos: clube nasce de gol 'anônimo' e vira fábrica de artilheiros, Rio de Jan., 11 set. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/gremio/noticia/2013/09/gremio-110-anos-club-e-nasce-de-gol-anonimo-e-vira-fabrica-de-artilheiros.html>> Acesso 16 ago. 2014.

Em outras palavras, entendemos como demasiado simplista ou até mesmo equivocado reduzir a dinâmica das relações clubísticas multipolares firmadas em determinadas cidades no contexto das primeiras décadas do século XX ao domínio de relações clubísticas bipolares ou, em alguns casos, tripolares que, nas décadas seguintes, iriam se afirmar nestes mesmos *locus*, quando alguns clubes de futebol, mediante acirrada lógica de concorrência, acabaram desbancando, em médio ou longo prazo, outras equipes locais que inicialmente apresentavam configuração muito próxima e, portanto, tão incipiente quanto esses clubes que ao emergirem como vitoriosos na disputa social por prestígio, reconhecimento, capital financeiro, espaço na imprensa etc., acabaram se sobrepondo em termos de preferência e de opção clubística no raio de abrangência de cada uma dessas cidades até obterem projeção estadual e nacional.

Não temos condições de afirmar categoricamente a partir de que momento tanto o Grêmio quanto o Internacional passaram a assumir a condição de (pre)dominância no âmbito das preferências clubísticas dos gaúchos. Nem mesmo está ao nosso alcance investigar se as coisas sempre foram assim no estado. O que então é possível argumentar, com base em uma pesquisa de opinião realizada entre 6 e 17 de novembro de 2013 com 1.500 entrevistados nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul pelo Instituto Pesquisas de Opinião (IPO), é que na atualidade o *Sport Club* Internacional e o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense são, com uma vantagem numérica expressiva em relação às demais equipes, os clubes que têm as maiores torcidas do estado. A tabela 8 sintetiza bem os principais achados dessa pesquisa de opinião:

TABELA 8 – PREFERÊNCIAS CLUBÍSTICAS NO RIO GRANDE DO SUL

(Espontânea) Para qual time de futebol o (a) Sr. (a) torce/por qual tem mais preferência (o do coração)?	Geral do RS
S. C Internacional	42,0
Grêmio F. B. P. A.	40,6
G. E. Brasil	0,9
S. E. R. Caxias	0,5
E. C. Juventude	0,3
S. C. Corinthians P.	0,2
E. C. Pelotas	0,1
Cruzeiro E. C.	0,1
Três Estrelas	0,1
São Paulo F. C.	0,1
G. A. Farroupilha	0,1
Luverdense E. C.	0,1
Ypiranga F. C	0,1
S. E. Palmeiras	0,1

C. R. Flamengo	0,1
Atlético Paranaense	0,1
Não torce/sem preferência	14,5
Total percentual	100,0
Total de entrevistas	1.500

FONTE: GLOBO ESPORTE. **A pesquisa da vez:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 04. fev. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/teoria-dos-jogos/post/pesquisa-da-vez-rio-grande-do-sul-exclusivo.html>> Acesso 15 ago. 2014.

Conforme já antecipamos, o dado mais relevante que essa tabela permite visualizar é que o somatório dos números referentes ao Internacional e ao Grêmio constitui 82,6% das respostas dos entrevistados, ao passo que 14,5% das pessoas responderam não ter preferência clubística alguma no estado do Rio Grande do Sul. Outra informação importante que podemos reter da tabela 8 se refere à condição de que os demais clubes do futebol gaúcho mencionados nas entrevistas correspondem a 2,2% das respostas, enquanto clubes do eixo Rio-São Paulo a 0,5%, o Cruzeiro Esporte Clube a 0,1% e o Atlético Paranaense a 0,1% das preferências do total de 1.500 torcedores que opinaram na pesquisa. Se esses dados estão certos e se, de fato, nos proporcionam uma ideia aproximada de como estão distribuídas as torcidas de futebol pelo Rio Grande do Sul, é permissível então considerar como verdadeira a premissa de que esse estado representa um caso talvez emblemático de resistência interna ao modelo cultural de difusão clubística que passou a operar no país de forma paralela ao desenvolvimento de um campeonato nacional de clubes cada vez mais unificado, quando então foi se consolidando um contexto de ação futebolístico nacional erguido sobre bases clubísticas.

Importante advertir que se essa resistência regional levada a efeito pelo Rio Grande do Sul – quando a desregionalização e nacionalização do clubismo começou apresentar traços mais evidentes no tecido social – pôde emergir com um exemplo bem sucedido daquilo que, na falta de expressão melhor, poderíamos chamar de uma neutralização da influência cultural paulistana e carioca pela qual se deu a difusão dos clubes de futebol do eixo Rio-São Paulo – através, sobretudo, do raio de ação da mídia dominante brasileira com sede nas respectivas capitais desses dois estados – em larga escala pelo país, é porque o *Sport Club* Internacional e o Grêmio Porto Alegre – no papel de instituições que, ao longo da história, foram sendo reconhecidas pelos gaúchos como as principais fontes de identificação clubística no estado –, deram conta de sintetizar a necessidade veemente de grupos antagônicos locais transporem e mimetizarem seus conflitos datados na figura do embate entre os dois clubes em questão.

Em suma, a rivalidade local entre Grêmio e Inter tão bem constituída do ponto de vista simbólico-emocional, na escala de longo termo, concorreu exemplarmente para assegurar ao

estado do Rio Grande do Sul essa condição de resistência sugerida em relação à difusão de clubes futebolísticos de outros estados no domínio de seu território, por razões que, embora insurjam como índices de um processo inacabado e, portanto, em constante (re)construção ao longo do tempo, remontam talvez a um período de inflexão ou, em termos mais precisos, a um período de ruptura que no caso gaúcho, segundo argumenta Arlei Damo (1998), teve como equivalente temporal a década de 1940. Nos termos do autor:

A década de quarenta representa, sob todos os aspectos, um novo panorama futebolístico em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Várias mudanças iniciadas na década de trinta são consignadas ou aceleradas, entre elas a opção definitiva pelo profissionalismo, a regionalização das disputas, o aumento do número de jogos, a constituição de um público “torcedor”, a expansão da mídia esportiva e, acima de tudo, a afirmação do negro no futebol regional. Gre-Nal já era Gre-Nal desde a década de vinte mas nos anos quarenta assumiria contornos até então restritos a uma disputa preponderantemente local (DAMO, 1998, p. 105).

Evidentemente que até o ponto do Internacional e Grêmio emergirem às posições de dominância no futebol gaúcho foi preciso que essas entidades, primeiramente, vencessem a competição social contra outras equipes da própria cidade de Porto Alegre nas duas primeiras décadas de conformação de um então incipiente contexto de ação futebolístico na cidade, tal como discutido por Soares (2014, p. 121-138) ao apontar algumas das tensões que permearam o cotidiano futebolístico porto-alegrense envolvendo equipes locais que ora estavam filiadas à Liga Porto-Alegrense de *Foot-Ball* (LPAF) – que entre os anos de 1913 a 1915 teve como sua principal liderança o Internacional –, ora filiadas a Associação de *Foot-Ball* Porto Alegrense (AFPA) – criada pelo Grêmio e *Fuss-Ball* e outros clubes dissidentes da LPAF em 1914 – num embate que findaria alguns anos depois com a fusão das duas instituições concorrentes, dando origem à Federação *Sportiva* Rio Grandense em 1916 e, após embate interno nessa última instituição, à Associação Porto Alegrense de Desportos, fundada no final de 1918.

Paralelamente a esse processo apontado, é importante ressaltarmos que para que Grêmio e Internacional se tornassem preferências estaduais seria necessário também que aderissem aos ares de profissionalismo – ou mais precisamente de “profissionalismo marrom” que já se fazia então prevalecer no sul do estado, em especial na cidade de Pelotas –, em uma lógica que, diferentemente do que ocorreu com esses dois clubes da capital e outros clubes por mais algum tempo, acabaria por eliminar aquelas instituições que insistiam ou que só tinham condições de se manterem no amadorismo (DAMO, 1998; SOARES, 2014). Vencida a batalha interna na cidade de Porto Alegre, o próximo passo que essas instituições da capital teriam que trilhar para se afirmarem como os dois principais clubes no mercado das trocas

simbólicas e emocionais que passava a regular as relações futebolísticas no estado do Rio Grande do Sul a partir talvez de 1919 quando então se iniciara o campeonato estadual, seria vencer a concorrência externa representada por aqueles clubes futebolísticos de outros pólos regionais do estado, até onde sabemos, inicialmente mais importantes que a própria capital, na construção da cena futebolística gaúcha.

É bem provável que tanto o *Sport Club* Internacional quanto o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense, para além das vitórias que concretizaram nos gramados gaúchos quando a partir dos anos 1940 os títulos estaduais passaram, com exceção de três edições do certame, a se concentrar na figura das duas equipes da capital (ver anexo 7), tenham também contado com aliados poderosos em seu processo de consolidação como as maiores torcidas do estado do Rio Grande do Sul e como instituições que, ao longo de algumas décadas, e especialmente por volta dos anos 1940, emergiriam como clubes vitoriosos na competição social. Entre esses aliados diretos e indiretos podemos incluir, evidentemente, a imprensa dominante da capital envolvida na missão de proselitismo dessas duas equipes e da modernidade porto-alegrense para outras regiões do estado e também os sólidos grupos empresariais e comerciais da capital que apoiaram diretamente Internacional e Grêmio no propósito de que compusessem elencos talvez mais competitivos quando comparados aos dos clubes do interior do estado.

Por certo, somente um trabalho empírico minucioso daria conta de testar a pertinência e validade dessa hipótese, muito embora, em nosso ponto de vista, o principal aspecto que contribuiu para que Grêmio e Internacional tomassem a dianteira das preferências clubísticas estaduais não emerge isoladamente dessa explicação mercadológica e, ao invés disso, deve ser buscado, ao menos com respaldo no modelo de investigação contextualista que propomos, no âmago dos conflitos mais amplos que ambas as equipes mimetizaram durante o processo de construção de sua rivalidade no contexto de ação futebolístico porto-alegrense e, em especial, no decorrer dos anos 1940 quando então essa mesma rivalidade datada de algumas décadas antes, tal como passível de entrever da argumentação de Damo (1998), dava sinais de já estar consolidada no plano das instituições sociais e também dos corpos dos indivíduos:

Os anos quarenta ficariam marcados para sempre na memória dos torcedores porto-alegrenses. Não há como compreender as razões pelas quais “raça” e “classe social” são as categorias êmicas mais recorrentes na rivalidade Gre-Nal, se essa década não for revisitada. **Ela marcou certas diferenças já existentes e o fez de forma tão contundente que, ainda hoje, quando as estatísticas indicam que gremistas e colorados estão distribuídos equanimemente em relação às classes sociais, persiste a imagem do Inter como o “clube do povo” e do Grêmio como sendo “da elite”** (DAMO, 1998, p. 115, os grifos são nossos).

O “motor” dessa rivalidade, ao menos como sugere o excerto, não residia tão somente nas performances diferenciadas das duas equipes da capital pelos certames ou nos confrontos que puderam protagonizar pelos campos de futebol do Rio Grande do Sul. Ao que consta, essa “rivalidade forte” firmada entre o *Sport Club* Internacional e o Grêmio *Foot-Ball* Porto Alegrense era uma extensão de conflitos maiores que marcaram a sociabilidade gaúcha. Em outras palavras, os Gre-Nais insurgiam como ocasião ímpar para que tanto os vínculos de solidariedade quanto as redes de preconceitos atuantes na sociedade porto-alegrense e gaúcha pudessem ser retraduzidas, atualizadas e negociadas mimeticamente através de uma prática esportiva marcada pelo descontrole controlado das pulsões e dos afetos. Logicamente que só após realizar uma sociogênese dessa rivalidade, poderíamos reunir elementos suficientes para esclarecer as maneiras com que o Gre-Nal mimetizou os conflitos sociais gaúchos, se bem que a partir dos materiais mobilizados e do que discutimos sobre o contexto de ação futebolístico porto-alegrense, já seria possível ter uma ideia disso e aventar outras hipóteses.

Além dessa possibilidade de leitura centrada no desvelamento da lógica simbólico-emocional pela qual a rivalidade firmada entre Grêmio e Inter acabou assumindo, durante as três primeiras décadas do século XX, o centro das relações sociais constituídas no contexto de ação futebolístico porto-alegrense, o modelo de investigação contextualista também seria de valor para investigar, por exemplo, a dinâmica que, a partir dos anos 1940, ao que tudo indica, passou a regular de uma maneira cada vez mais intensa a expansão e difusão dessa rivalidade clubística porto-alegrense para outras regiões do Rio Grande do Sul. Esse processo sugerido, por conseguinte, se articulou, dentre outras vias passíveis, através de uma complexa dinâmica de sobreposição da rivalidade clubística “forte” de Porto Alegre às rivalidades clubísticas “fracas” das cidades do interior do estado. Além disso, somos inclinados a entender que esse processo não se tratou de uma substituição simplista de um clube ou de uma rivalidade por outra, a não ser que clubes e rivalidades locais no âmbito das mais diversas cidades gaúchas tenham deixado de existir deixando um “vazio” simbólico-emocional coletivo que passaria a ser preenchido por Inter e Grêmio. O interessante a investigar, sem dúvida, seria a forma com que os atores passaram a se reconhecer nesses dois clubes da capital, remetendo a um segundo plano ou, quem sabe, abandonando suas preferências e rivalidades clubísticas iniciais.

Não dispomos de tempo para uma abordagem empírica tão repleta de meandros como essa que sugerimos. Tampouco pudemos alavancar trabalho empírico minucioso em relação a uma série de outras temáticas e frentes analíticas abertas e apontadas no decorrer da seção. Estamos cientes, sem dúvida, destas supostas tensões. Não obstante tais desdobramentos, ocorre-nos a impressão de termos reunido ao longo do capítulo indicações teóricas suficientes

sobre como tratar as relações entre o clubismo e os conflitos sociais mais amplos pelo prisma do modelo de investigação contextualista que nos aprouve apresentar no capítulo anterior. Além disso, mobilizamos uma série de dados – de “segunda mão” é bem verdade – que nos permitiram analisar previamente a conformação de alguns contextos de ação futebolísticos na Inglaterra e no Brasil. Desse esforço aqui levado a efeito, alguma validade possivelmente foi imputada ao modelo, se bem que uma diagnose mais precisa acerca disso requereria algumas outras considerações e ponderações que, por sinal, situaremos nas páginas que seguem, à título de sinopse do que procuramos colocar em pauta nessa segunda parte do estudo.

SÍNTESE DA SEGUNDA PARTE

O exercício epistemológico que nos arriscamos a delinear nessa segunda parte da tese, como tentativa, quem sabe, de propor não meramente um modelo alternativo para reler a história do futebol brasileiro e moderno e, muito mais que isso, uma concepção de trabalho no âmbito dos estudos socioculturais do futebol que embora seja marcada pela objetividade, não se faz insensível às subjetividades dos atores, mas as procura restituir relacionalmente ao aparecimento dos contextos de ação futebolísticos, só foi possível em decorrência do estudo que realizamos sobre as linhagens intelectuais da Sociologia do Futebol no Brasil. Sem um panorama mais geral e esquemático – e, por essas razões, preliminar – de como o futebol no país foi sendo constituído, na perspectiva de longo prazo, como objeto de interesse sócio-histórico-antropológico, não teríamos condições de pontuar – com certa ousadia, mas também com devida ética e seriedade no tratamento dos trabalhos de investigadores tão rigorosos em seus empreendimentos dedicados a tal objeto – alguns limites e avanços das agendas teóricas dominantes no contexto da produção sociocultural que, para além das fronteiras disciplinares, foi erguido e estruturado no Brasil em torno dessa prática esportiva.

Amparados então na conhecida fórmula do “com e contra” mobilizada amplamente por aqueles setores intelectuais mais relacionalistas em resposta ao que fazem deterministas e relativistas pelas mesmas razões, mas não somente por elas, de se afirmarem no mundo ao firmarem suas posições teóricas tão dogmáticas ou extravagantes – evidentemente não a partir de um cálculo frio e meticuloso –, fomos procurando mobilizar algumas categorias analíticas “adormecidas” no campo dos estudos socioculturais do futebol brasileiro e fazê-las funcionar dentro de um modelo investigativo contextualista. Para tal intento, todavia, foi necessário, primeiramente, visitar dois dos mais frutíferos modelos teóricos que foram sistematizados pela vanguarda sociológica europeia, um datado da pós-Primeira Guerra Mundial e outro do pós-maio de 1968, e estudar a maneira com que o esporte teve lugar nessas produções. Cabe advertir então que ao fazermos uso das teorias de Bourdieu e Elias também adotamos como critério de apropriação a lógica do “com e contra”, em especial porque nos deparamos com o entendimento de que a dinâmica histórico-social europeia, cuja qual forneceu elementos para que esses autores validassem suas teorias, constituía, conforme pudemos argumentar com respaldo em Jessé Souza, uma variedade de modernização própria ao centro do capitalismo.

A propósito, foi quando nos confrontamos com a teoria da modernização seletiva de Jessé Souza que tivemos o *insight* de que se a modernidade brasileira, de fato, era, em alguns aspectos, diferente da modernidade europeia, então provavelmente as dinâmicas esportivas e dos grupos esportivos no Brasil também não poderiam ser esclarecidas a rigor a partir de uma apropriação ortodoxa dos modelos teóricos de Elias e de Bourdieu que, por sinal, haviam sido estendidos pelos dois sociólogos à compreensão do fenômeno esportivo moderno ou, noutros termos, servido como base para estruturação de seus respectivos programas de pesquisa em Sociologia do Esporte. Era preciso, nesse caso, uma retradução que, em se tratando de nossa tese, se delineou e ganhou forma através de uma “apropriação inventiva”. Basicamente, o que buscamos fazer nesse exercício de recortes, colagens e, na medida do possível, de sínteses foi recuperar a economia emocional do esporte moderno inventariada por Elias e Dunning assim como a economia simbólica do esporte desvelada por Bourdieu e integrá-las em um modelo construtivista dos contextos de ação originalmente proposto por Lahire, mas que, em nosso estudo, foi perspectivado à escala holística e ganhou alguns contornos estruturais.

Paralelamente a essas incursões, nos aprouve ainda recorrer ao modelo das formas-representações de Toledo e ao modelo das tramas clubísticas de Damo, desconsiderando, no entanto, todas aquelas motivações nacionalistas ou regionalistas que acabaram originalmente incidindo no exercício de sistematização das duas propostas pelo fato, quem sabe, de não ter sido possível aos seus proponentes se distanciarem devidamente das construções ideológicas que foram tecidas pelos pioneiros da linhagem intelectual cuja qual eles pertencem. A partir dessa leitura, inclusive, é que também nos coube fazer uma apropriação particular dos dois referenciais analíticos e reter, portanto, do primeiro modelo em questão uma perspectiva de análise estrutural do contexto de ação futebolístico moderno que levasse em conta o papel dos profissionais, torcedores e especialistas na construção histórica da modalidade e do segundo modelo em tela a interpretação de que o clubismo e as rivalidades clubísticas que o sustentam, ao invés do módulo de sociabilidade nacionalista e dos duelos nacionais, seria o principal mecanismo de ligação mais efetiva e duradoura dos atores com o futebol.

Postas então as bases teóricas e metodológicas que nos permitiram esboçar um modelo de investigação contextualista do futebol moderno com o objetivo inicial de esclarecer sua conformação como um esporte de apelo massivo no Brasil, o passo seguinte foi tentar atribuir uma maior validade ao modelo a partir do desenvolvimento de uma sociogênese do clubismo com intuito de demonstrar a maneira com que o mesmo – tanto do ponto de vista das tramas simbólico-emocionais do qual era produto quanto do espírito organizacional que engendrava – foi então se erguendo, na escala de longo termo, como senão o fio condutor, ao menos como o

principal elemento estruturante da difusão do futebol para múltiplas direções sociais e para as diferentes regiões do mundo. No bojo desse inventário, aludimos inicialmente às rivalidades grupais presentes nos antigos jogos de bola, analisando, na sequência, a esportivização do *football* na Inglaterra e a emergência dos contextos de ação futebolísticos de Sheffield e de Londres. Demos continuidade à argumentação, apresentando a difusão do futebol pelo mundo e considerando, por fim, algumas das entradas pioneiras do futebol no Brasil e a conformação de alguns contextos de ação futebolísticos nas diferentes cidades brasileiras, fornecendo pistas mais incisivas de como esse processo pôde se concretizar no extremo sul do país.

Ao intentar, por sua vez, restituir essa trama, mobilizamos uma série de dados e fatos já presentes em outros trabalhos acadêmicos ou que então pudemos descobrir de uma forma original em nossa busca pelas fontes. Na posse desse material, procuramos então no último capítulo da pesquisa – através de uma dinâmica analítica onde consideramos as dimensões macro e microssociais, a transição do sincrônico para o diacrônico, a movimentação do global para o local e do centro para a periferia nas direções inversas inclusive – ordenar um pouco esses fatos esparsos e devolver-lhes (ou imputar-lhes) um sentido comum – sentido esse aqui contemplado na figura dos conflitos sociais e na forma com que esses conflitos foram sendo negociados por vias miméticas nos diferentes contextos de ação futebolísticos regionalistas que revisitamos. Ao invés, portanto, de análises isentas de conflitos, caras a certas tradições intelectuais, fomos demonstrando como que as relações clubísticas e os conflitos sociais de maior amplitude tinham uma história em comum, talvez pelo óbvio fato dos grupos e atores socializados (como profissionais, especialistas e torcedores) no contexto de ação futebolístico serem os mesmos que participavam das lutas presentes no tecido social mais amplo.

Diante do exposto e com o objetivo, portanto, de delinear uma proposta de releitura sociológica da história do futebol brasileiro que – ao privilegiar os conflitos sociais como uma categoria heurística e reflexiva de análise – possibilitasse relativizar os sistemas de crenças incrustados a esse campo investigativo e, de maneira correlacional, à própria circulação desse esporte no país, é que nos lançamos ao desafio de reunir nessa segunda parte da tese alguns aportes teórico-metodológicos que permitissem avançar a rigor nesse empreendimento. Por conseguinte, os principais desdobramentos teóricos que emergiram durante este exercício aqui levado a efeito, se organizam e se traduzem a partir das seguintes enunciações:

1. Uma releitura sociológica do futebol brasileiro que permita restituir a conformação dessa prática esportiva como fenômeno de apelo massivo e que, nesse intento, se concentre então em desvelar aqueles significados e funções sociais que estiveram por detrás ou, mais

precisamente, que foram determinantes à difusão desse fenômeno para diferentes regiões e direções sociais não somente no Brasil, mas em vários outros lugares do mundo, se beneficia de um entendimento mais amplo acerca da lógica processual que permitiu que um contexto de ação futebolístico moderno insurgisse primeiramente na Inglaterra a partir de uma dinâmica onde o clubismo funcionou tanto como mecanismo potente de negociação de contendas e legitimação de conflitos já presentes no tecido social quanto como “espírito de organização” sem o qual a difusão global do futebol não teria se dado de forma tão eficiente.

2. Ao assumirmos essa lógica então explicitada como verdadeira, não entendemos, no entanto, que uma releitura sociológica da história do futebol no Brasil devesse se contentar em narrar, com algumas décadas de “atraso”, a mesma trama simbólico-emocional que o referido esporte ou, mais precisamente, os grupos sociais por detrás dele protagonizaram na Inglaterra vitoriana. Tal como já tivemos a oportunidade de discutir em outros momentos da tese, a difusão do futebol moderno no Brasil e, sobretudo, a emergência de uma série de contextos de ação futebolísticos regionalistas e de um contexto de ação futebolístico nacional, teve as suas próprias marcas e características que se traduziram não no jeito supostamente singular de o brasileiro “tocar” na bola, mas nas singularidades dos conflitos, entre esses especialmente os conflitos de classe, que marcaram o processo de modernização periférica do país.

3. No intuito de retomarmos os conflitos de classe que distinguiram a experiência de modernização periférica brasileira como categoria heurística para explicar a estruturação do contexto de ação futebolístico no país, talvez tenhamos inicialmente exagerado nas formas com que então concebemos a retradução simbólica ou negociação mimética de tais conflitos no âmbito do futebol nacional. Essa categoria, entretanto, não perdeu sua preponderância no modelo explicativo, mas requer, todavia, ser evocada de maneira mais dinâmica e ao lado das variáveis étnico-raciais. Além disso, na medida em que fomos recorrendo a uma historiografia recente do futebol brasileiro, tal como indicada e mobilizada no capítulo 8 da tese, pudemos perceber que os conflitos de classe não se davam somente entre uma elite e uma “ralé”, mas também entre frações da elite, frações da classe média e frações da “ralé”.

4. Uma tentativa de releitura sociológica do futebol brasileiro que ambicione explicar o “fascínio coletivo” alcançando por essa prática esportiva no país, na esteira do processo que também se concretizou em outros países da Europa e América Latina, já talvez nas primeiras “ondas” de difusão desse esporte pelo mundo, se revela na medida em que restituímos, por ótica relacional, a dinâmica de distribuição desse esporte entre os diferentes grupos sociais no país. Tal empreendimento requer, entretanto, uma sistematização de conceitos e de categorias

mais precisas para apreender a realidade social que abrange a circulação dos bens e práticas futebolísticas na sociedade moderna. Por conseguinte, categorias explicativas como “contexto de ação futebolístico” e “negociação mimética de conflitos” satisfazem essa premissa.

Elencadas algumas das principais implicações teóricas com as quais nos confrontamos no investimento levado a rigor até aqui, é apropriado então apresentarmos as conclusões que pudemos obter com a realização desse estudo a partir dos instrumentos teóricos que, durante esse percurso, aprouve-nos acionar, descobrir novos usos ou mesmo sistematizar. A estratégia de exposição dos argumentos que traremos então, à título de conclusão da tese, consistirá em contrapor “significações reais” às “significações ideológicas” preponderantes na dinâmica de explicação e circulação do futebol no Brasil. O desafio é justamente tentar esclarecer, com base em nosso exercício de leituras e releituras teóricas, por que o futebol se configurou como “*esporte das multidões*” na sociedade brasileira, sem ter, todavia, a pretensão de findar o debate, mas ao invés disso, apresentar um rascunho ou, quiçá, um esboço.

CONCLUSÕES

[...] a principal virtude da lógica do “rascunho” é evitar o efeito de fechamento que certos textos muito trabalhados podem produzir. O trabalho faz desaparecer os vestígios do trabalho, em proveito do definitivo, do acabado (os pintores pretensiosos sacrificaram com frequência seus mais belos esboços a seu gosto professoral do acabado...) (BOURDIEU, 2005b, p. 186-187).

Não sei precisar ou de que maneira descrever os sentimentos que tive na tarde do dia 22 de março de 2012. Recorrendo à memória, a descrição talvez mais aproximada de como fui sendo inundado por minhas emoções naquela ocasião, se sintetize na palavra “descoberta”. Nem mesmo o jogo do Corinthians que, pela primeira vez, pude assistir *in loco* no estádio do Pacaembu na noite anterior, uma quarta-feira, despertou algo tão peculiar ao meu modo de ser e estar ali envolvido em cenas que, se antes, eram só uma ideia, naquele momento, revelavam-se em sua matéria e essência ao meu campo de apreensão subjetiva dos fatos. Ver um jogo do Corinthians na cidade de São Paulo, no Pacaembu, pela Copa Libertadores da América, no ano da “libertação” corinthiana, foi uma emoção inestimável, mas, confesso, menos intensa que me deparar, de modo accidental (e inédito em minha vida), com a obra de Portinari. Essa desproporção sugerida, talvez se explique por conta de eu estar menos acostumado com arte e mais afeito ao futebol – não seria o futebol uma arte? –, mas também de eu me sensibilizar mais com o sofrimento social do que com o sofrimento de uma fiel massa torcedora.

Meu intuito evidentemente não é instaurar uma hierarquia sobre qual dos fatos seria mais importante. O que pretendo assinalar com esse relato é que parti rumo à capital paulista no dia 20 de março de 2012 motivado por acompanhar um jogo do clube com o qual possuo um vínculo duradouro – e que na ocasião ainda constituía o meu objeto empírico –, mas voltei mesmo fascinado com Portinari e com a concepção de mundo social estampada em suas telas. Na quinta-feira que então sucedeu o jogo, já pela manhã segui rumo ao estádio do Pacaembu e pude consultar o acervo bibliográfico do Museu do Futebol. De lá saí em direção ao Terminal Barra Funda e chegando ao destino avistei uma construção grande que me disseram se tratar do Memorial da América Latina. Adentrei ao espaço ainda antes do meio dia e visitei algumas das exposições fixas. Almocei e fui advertido por um casal que a obra de Portinari estava em exposição lá do outro lado do Memorial, naquele pavilhão onde era possível avistar a famosa escultura da mão. Minha concepção de arte estava prestes a ser ressignificada.

Adentrei ao primeiro salão e fui observando alguns dos desenhos do pintor nos mais diversos tamanhos. Circulando um pouco mais, notei que várias das cenas sociais que logo me chamaram atenção nesses papéis – papéis esses que, por sinal, mais pareciam telas prontas do que rabiscos – eram efetivamente as mesmas, mas com contornos distintos, talvez mais bem acabados. Eu não sabia capturar e precisar exatamente qual seria a diferença entre tantas cenas aparentemente iguais. A única coisa que pude ter certeza era que tais cenas repetidas tratavam mais precisamente de estudos do artista plástico. A arte de Portinari, se assim é permissível dizer, era metódica e “científica”, além de procurar restituir uma realidade social marcada por injustiças, ainda que por intermédio de um uso abusivo de formas e de cores que nada ou quase nada devem ao realismo, tal como já apontado no capítulo 5 da tese.

Com essas impressões é que terminei de visitar esse pavilhão e me dirigi ao local onde estavam sendo expostos os gigantes painéis “Guerra” e “Paz” (ver as fotografias no anexo 8). Antes de poder observar as telas propriamente ditas, acompanhei juntamente com inúmeros outros visitantes uma curta-metragem sobre o processo de concepção e criação desta que se notabilizaria como uma das principais quando senão a principal obra que Portinari dedicou à humanidade. Findado esse momento, um efeito de luzes começou a se projetar sobre as duas telas, até então distantes dos olhos do público. O silêncio foi substituído pelo *oh* de surpresa e pelo deslumbramento da coletividade. De fato, foi uma das coisas mais bonitas que até então tinha visto. Sentimento semelhante só iria me ser desperto, recentemente em meados de janeiro de 2014, quando tive a oportunidade de pisar na cidade perdida dos Incas.

“Guerra” e “Paz”, ao que consta, era um momento final daqueles estudos, rascunhos e outras telas que Portinari foi legando ao campo artístico moderno ao longo de sua trajetória. Diferentemente, portanto, dos esboços, “Guerra” e “Paz” tratava-se de uma obra acabada, de um investimento que só havia sido possível através de um obsessivo trabalho prévio pautado na lógica do rascunho. Meu contato casual com essa exposição sobre a obra de Portinari, além então de se configurar como um ponto de inflexão decisivo para que esse estudo assumisse o formato com que foi sendo delineado ao longo de seus oito capítulos, também contribui para revelar e conferir forma ao espírito científico através do qual iremos expor – e aqui voltamos a discursar no coletivo – as conclusões que emergiram no decorrer da tese e se tornaram mais claras quando nos encaminhávamos para o seu fechamento. Ao contrário de “Guerra” e “Paz”, nossas conclusões, portanto, não assumem um caráter “hiperacabado” ou definitivo – para usarmos os termos de Bourdieu (2005b) –, mas apontam para uma síntese necessária de ideias – dada a própria natureza de um trabalho científico que constitui uma tese – que, por sua vez, são passíveis de serem retomadas e rearticuladas em oportunidades futuras.

Para além então de uma mera estratégia retórica de evocar a lógica do rascunho – que, de formas relativamente particulares, marcou tanto a produção de Portinari quanto a de Bourdieu em seus diferentes campos de ação e em momentos históricos distintos – com vistas a relativizar um empreendimento de risco tão evidente como o que foi assumido nesta tese, o que temos pretensão de fazer ao evocar essa lógica como instância legitimadora do *métier* sociológico é demonstrar justamente a maneira com que a mesma pode funcionar como uma metonímia do trabalho científico ao denotar que a produção de conhecimento em Ciências Sociais, a despeito de qualquer outra área do saber, é profundamente marcada quando senão mesmo atravessada pela dinâmica da provisoriedade e transitoriedade. Como diria Bourdieu em uma de suas fórmulas clássicas: “Há algo de enganador nos textos acabados, definitivos, ou mesmo “hiperacabados” [...] em que tudo é feito para que desapareçam todos os vestígios da hesitação, do arrependimento, da rasura, em suma, do rascunho” (BOURDIEU, 2005b, p. 184). Visto por esse prisma, o saber sociológico não insurge como algo estático e, ao invés disso, tende a ser aprimorado quando lhe retomamos em nossos próprios escritos ao longo dos anos, imputando contornos mais precisos a essas formas de pensamento e não, como alguns pensam, redimindo falhas ou entrando em descompromisso ético com a ciência.

Na esteira do que está sendo dito, compete destacar que não somente as conclusões da tese, mas a própria tese como um todo articulado é passível, sem dúvidas, de ser endossada, desdobrada e questionada a partir de mais evidências empíricas e discussões teóricas levadas a rigor por nós mesmos ou por outros investigadores. Por essa razão maior, inclusive, é que encaramos esse investimento muito mais pela ótica do esboço do que sob o ponto de vista de uma investigação teórica hiperacabada. A propósito, é oportuno advertir que o próprio estudo das linhagens da Sociologia do Futebol Brasileiro poderia ser mais aprofundado no sentido de abranger mais autores, mais bibliografias, mais tradições artísticas, jornalísticas e literárias. De igual maneira, essa tomada de posição também se estenderia ao exercício de validação do modelo teórico contextualista que sugerimos no intuito de apreender a dinâmica de difusão e circulação do futebol moderno, tendo em vista que mais análises sobre a conformação dos contextos de ação futebolísticos regionalistas, para além dos exemplos que de modo um tanto quanto preliminar evocamos na tese, precisariam ser realizados.

Em que pese, no entanto, as circunscrições de nosso empreendimento – e, portanto, a potencialidade dessa tese ser encarada propriamente como um programa de pesquisa –, foi possível chegarmos a algumas conclusões principais após termos esboçado algumas leituras e releituras do futebol brasileiro e, mais largamente, do futebol moderno. Diante do que está sendo exposto, é importante ressaltar que o modelo de investigação contextualista, ou mais

precisamente, o modelo de releitura teórica do futebol como contexto de ação social, se trata tanto de uma construção epistemológica porque foi pensando “com e contra” uma série de interpretações teóricas sobre esse fenômeno – e sobre o esporte de uma maneira mais ampla – quanto uma construção ontológica porque reporta a uma série de elementos reais estruturantes da sociedade, sendo os conflitos sociais a categoria heurística – e real – que nos auxiliou ou, melhor dizendo, que regulou nossa tentativa de recuperar um quadro teórico alternativo para esclarecer a distribuição do futebol para diferentes direções sociais na modernidade.

Com relação aos esforços de teorização levados a cabo no campo dos estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol, pudemos visualizar que grande parte das categorias e dos conceitos que foram sistematizados na literatura especializada para explicar a circulação do futebol no país – e mesmo no mundo – trata-se de enunciações que tiveram papel efetivo na construção das relações sociais estruturadas no contexto de ação futebolístico brasileiro, sendo os principais mediadores desse processo os especialistas culturais atuantes através de suas inserções no campo literário e jornalístico. Além desses efeitos ideológicos que se fizeram traduzir em percepções e significações dominantes produzidas sobre o futebol na sociedade brasileira, essas categorias, ao longo do tempo, foram (e continuam sendo) tomadas de uma forma naturalizada nas pesquisas científicas de modo que não se abre um espaço para maiores tensionamentos e rupturas. Deste modo, as pesquisas sobre futebol, ao fazerem uso naturalizado dessas categorias analíticas contribuíram para atualizar o sistema de crenças que ajudou a regular a lógica de oferta e demanda futebolística no Brasil. Instaurou-se, em virtude disso, uma ordem social na qual foi sendo preservada a circularidade das “significações ideológicas” do futebol brasileiro e a posição de dominância dos porta-vozes autorizados a teorizarem e publicarem sobre futebol nos principais veículos científicos do país.

Em resposta a essas “significações ideológicas” aludidas, apresentamos nesta tese ao menos uma das vias possíveis para retermos esse fenômeno sociocultural com base efetiva em algumas das “significações reais”, concretas e passíveis, portanto, de serem visualizadas na estrutura empiricamente observável e verificável dos conflitos sociais que, de longa data, têm assumido a função de mecanismo integrador dos diferentes grupos, nas diferentes sociedades, configurem-se elas como tradicionais ou modernas. Em termos bastante sintéticos, nossa ideia foi propor justamente uma explicação acerca do “fascínio coletivo” desempenhado pelo futebol na modernidade, seja ela central ou periférica, a partir da forma com que essa prática foi se distribuindo pelo tecido social e sendo apropriada pelos diferentes grupos como um potente mecanismo de resolução e negociação mimética de suas contendas mais amplas e datadas. Estruturamos, em outras palavras, uma explicação para o “fascínio coletivo” exercido

pelo futebol na sociedade moderna a partir da ênfase nos significados e funções sociais dessa prática esportiva. Apoiados em Dunning (1992b, p. 322-323), podemos dizer então, ainda que sem fazer uso ortodoxo do modelo configuracional, que o futebol é uma das principais fontes de identificação coletiva dos grupos e de construção de sentidos para suas vidas.

Ao longo desse investimento, estivemos ainda preocupados em restituir e apresentar qual teria sido o “motor de desenvolvimento” ou o fio condutor que contribuiu para que o futebol adquirisse contornos de “*esporte das multidões*” desde tempos longínquos, primeiro naquele contexto social onde essa prática havia assumido a condição de esporte moderno e, posteriormente, em outros lugares do globo em que o futebol foi sendo difundido através da lógica expansionista de um mercado dos bens materiais e simbólicos monopolizado na figura da Inglaterra, ao menos, durante o período que abrange o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ao nos atermos mais especificamente ao caso brasileiro nesta tese, foi possível perceber, tanto por intermédio do estudo que realizamos sobre as linhagens da Sociologia do Futebol quanto pela retomada de uma recente historiografia esportiva, que a disseminação deste fenômeno pelo Brasil e, por conseguinte, alguns dos significados e funções que essa prática esportiva assumiu neste tipo de formação social, foram interpretados teoricamente no lastro de um processo de modernização tido como atrasado, de um processo de ideologização nascente com as lutas de classe, de um processo de construção nacionalista totalizante e de um processo de estratificação social estruturado a partir dos conflitos racialistas.

Nesse percurso, também nos deparamos com algumas leituras teóricas que propagam a ideia de que o fio condutor através do qual teria se dado a dinâmica interna de difusão e disseminação do futebol para as mais diferentes regiões e direções sociais no Brasil esteve incrustado ao desenvolvimento urbano e econômico – em uma linha interpretativa que quase sempre reifica o papel dos grandes centros urbanos nesse processo em detrimento do interior que supostamente estaria sempre aquém e defasado – ou, mais vagamente, ao próprio ideal modernizador que chegara ao país por via dos estratos superiores da sociedade, completando sua trajetória quando então, a partir desse núcleo restrito, o tal espírito moderno pôde se espalhar para os estratos inferiorizados. Vale notar que embora o fator econômico e urbano ou, mais precisamente, o espírito mercantil inglês tenha sido útil à difusão global do futebol, como nos aprouve discutir no último capítulo da tese, não podemos nos contentar com a ideia de que no Brasil ou em outros países com experiência de modernização periférica, os grupos localizados no topo da hierarquia social dos grandes centros se apropriaram racionalmente e por vias imitativas dessa novidade cultural inglesa e, só após cumprir-se essa etapa, é que o futebol se espalhou para outras direções sociais e pelas cidades do interior do país.

No nosso entendimento, portanto, uma coisa é intentar restituir a racionalidade do processo através do qual o futebol foi se difundindo massivamente pelo globo e outra coisa bem distinta – e com efeitos analíticos deletérios à compreensão sociológica do fenômeno – é encarar os diferentes atores e os grupos sociais como dotados de uma racionalidade fria e de uma natureza absurdamente calculista através da qual escolheriam o que ou não fazer, como se as estruturas profundas do inconsciente e, de igual modo, suas emoções e suas paixões não afetassem essas “escolhas”. Às leituras que distribuem então razão em excesso ao raio de ação de profissionais, especialistas e torcedores que – na condição de grupos socializados nos conflitos societários mais amplos – concorreram para que emergisse um contexto de ação futebolístico moderno em diferentes sociedades e, antes talvez dele, uma série de contextos de ação futebolísticos regionalistas como espaços de conflitos históricos particulares tal como demonstrado no capítulo 8 da tese, associamos um certo descaso à “revolução copernicana” que a noção de *habitus* – no sentido de Bourdieu – operou na teoria social contemporânea.

Evidentemente que a escrita sociológica da história do futebol pela ótica solitária do desenvolvimento urbano e econômico não se beneficiou apenas das teorias do ator racional em suas mais diferentes roupagens. As periodizações estáticas definidas com base na história política e econômica brasileira, assim como as análises etapistas acerca da difusão do futebol no Brasil, também contribuíram para que uma historiografia hegemônica do futebol fosse estruturada e, com suas devidas e destacadas exceções, reproduzida sem muitas modificações até os dias de hoje com o propósito de atestar, dentre outras coisas, a centralidade do eixo Rio-São Paulo – ou de outros pólos substitutos –, como também de suas elites ou, de forma reacionária e inversa, daqueles grupos localizados inferiormente na hierarquia social, na construção da história “oficial” do futebol brasileiro ou, no mínimo, de uma versão pouco questionada. É verdade que, muitas vezes, as fontes primárias fornecem elementos para chegar-se a esse tipo de raciocínio, mas também é verdade que é preciso problematizar a rigor as condições sociais de produção – e de não-produção – das notícias. Daí nossa esperança em encontrar alguma verdade para além das narrativas oficiais deduzidas das “fontes”.

Para além, portanto, das categorias de interpretação teórica que se fizeram (re)produzir no campo dos estudos sócio-histórico-antropológicos do futebol brasileiro e distantes também das metanarrativas estruturadas pela historiográfica tradicional do futebol, defendemos a tese de que uma reinterpretação relacional da difusão e circulação massiva desse esporte no Brasil, a propósito do que ocorreu em outras sociedades e do que se engendrou de forma pioneira na Inglaterra, se constitui na medida em que, respaldados por uma abordagem hermenêutica dos sentidos – isto é preocupada em restituir significados, funções sociais ou, em outros termos,

as “significações reais” atreladas à disseminação do futebol – demonstramos o modo com que o clubismo – essa forma tão eficaz pela qual o futebol e o esporte se propagou pelo mundo – se apresentou como uma extensão de conflitos sociais já presentes no tecido social. É verdade que o futebol desde que emergiu na Inglaterra – como um jogo de objetivos claros e com altas doses de excitação – já mimetizava o confronto entre grupos opostos, mas também é verdade que um jogo onde cada um dos lados em disputa não fosse imediatamente associado a um clube e, mais precisamente, a determinado grupo por detrás desse clube, estaria talvez fadado a seguir outra trajetória na sociedade moderna que não a de “*esporte das multidões*”.

Diante, portanto, do exposto e com base nas discussões teóricas e incursões empíricas arroladas ao longo das duas partes da tese, pudemos chegar à conclusão principal de que não são os significados inerentes e adjacentes às lógicas explicativas pleiteadas em cada uma das “famílias intelectuais” da Sociologia do Futebol brasileiro que esclarecem o porquê do futebol ter atingido o patamar de um fenômeno de apelo massivo no Brasil. Ao invés disso, foi a dinâmica do clubismo, na condição de mecanismo estruturante do processo de difusão do futebol associado para múltiplas direções sociais, que permitiu que essa prática esportiva fosse apropriada pelos mais diferentes grupos e assumisse contornos explícitos de “*esporte das multidões*” desde seu nascedouro na Inglaterra e suas primeiras “ondas” de propagação pelo mundo. O Brasil, ao que consta, partilhou dessa mesma lógica. Em estando imerso nesse processo, tratava-se de uma questão de tempo para que esse esporte pudesse então trilhar sua trajetória de sucesso nas diferentes regiões e cidades do país.

Como última observação, é importante advertir que esses delineamentos e contornos impressos ao processo de difusão e divulgação do futebol sobre bases clubísticas no Brasil, ao longo de aproximadamente 120 anos, foram assumindo formas mais complexas, intensas e transcendendo, no decorrer da história, as fronteiras regionalistas, tendo em vista, dentre uma série de outras dinâmicas estruturais, a própria diferenciação e complexificação do tecido social e, paralelamente a esse processo, o desenvolvimento de uma sociedade brasileira do consumo que, por sinal, só foi possível pela invenção de meios de transporte e comunicação mais integrados e eficientes. Evidente que só um estudo empírico-teórico mais abrangente daria conta de explicitar essas nuances e rupturas. De qualquer maneira, no capítulo 8 da tese, fornecemos algumas indicações teóricas, assim como trouxemos alguns elementos empíricos que nos permitem propor uma categorização histórica que possa inspirar estudos futuros cuja pretensão seja dar continuidade ao entendimento das formas e sentidos com que o clubismo se ergueu como mecanismo regulador da difusão do futebol na modernidade.

Essa categorização histórica, por sua vez, resulta na compreensão de que o clubismo em, um primeiro momento, atuou de modo predominantemente regionalista no Brasil, quando emergiram incipientes contextos de ação futebolísticos nas mais diferentes cidades brasileiras, opondo grupos locais, talvez bastante homogêneos e coesos internamente, em uma trama que teve como seu principal marco institucional a criação das ligas bem como a realização de torneios e campeonatos municipais e estaduais. Em um segundo momento, o clubismo passou a operar também em uma frente cada vez mais desregionalizada, sem, no entanto, prescindir da lógica regionalista. Os campos de produção cultural foram determinantes nesse processo. Clubes do eixo Rio-São Paulo se beneficiaram dessa lógica e alcançaram repercussão no país. Instituíram-se os primeiros certames futebolísticos nacionais, como também as rivalidades municipais tão efetivas, num primeiro momento, passaram a sucumbir e dar vez às rivalidades futebolísticas das capitais de seus respectivos estados ou das metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo que então se sobrepueram a elas. Tal sobreposição, todavia, só foi eficiente porque as bases miméticas de rivalidades já estavam consolidadas nessas cidades. Como resultado desse processo sugerido, emergiu um contexto de ação futebolístico efetivamente nacional.

Trata-se de um quadro hipotético que precisaria, sem dúvida, ser testado a partir de estudos empíricos. Não obstante esse trabalho a ser feito – por nós ou outros –, esse quadro totalizante na condição de esboço só pôde emergir nesta tese como um dos desdobramentos do modelo de investigação contextualista que, por sua vez, é de utilidade para apreendê-lo e decifrá-lo. A propósito, a preocupação com a totalidade neste estudo foi uma constante, mas não no sentido de fazer crer que a história do futebol carioca e paulistano pudesse passar por história do futebol brasileiro. Ao invés disso, a totalidade que buscávamos ao intentar restituir uma essência explicativa para o nosso problema de pesquisa é que permitiu entender que a configuração do futebol como *esporte das multidões* – as aspas, nesse momento, podem ser abdicadas – já havia se dado na Inglaterra vitoriana quando essa prática se diferenciou do rúgbi e as regras do emergente esporte foram unificadas, após uma série de lutas entre grupos rivais. Aqui no Brasil, por sua vez, nas duas primeiras décadas do século XX, o futebol já havia se espalhado para as diferentes direções sociais e regiões do país, sem isso significar alienação ou ímpeto democratizante. Assim sendo, o termo *esporte das multidões* não tem conotação política e foi aqui usado para se referir à lógica que permitiu ao futebol se distribuir pelo globo a partir de uma dinâmica em que uma pretensa totalidade só se fez revelar quando contemplada da perspectiva dos conflitos sociais e da emergência do clubismo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, B. O. L. **Uma leitura do idioma simbólico do racismo a partir do futebol.** Dissertação. (Mestrado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2006.

ABRAHÃO, B. O. L. **O “preconceito de marca” e a ambigüidade do “racismo à brasileira” no futebol.** Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2010.

ABRAHÃO, B. O. L.; PAOLI, P. B. SOARES, A. J. G. Identidades “raciais” e identidades nacionais: as representações do corpo negro na construção do “estilo brasileiro” de jogar futebol. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, pp. 195-210, abr./jun. 2011.

ADORNO, T. W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2.** Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985, pp. 113-156.

ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 4, v. 2, pp. 5-28, jun. 1987.

ALEXANDER, J. C. **Fin de siècle social theory: relativism, reduction, and the problem of reason.** London: Verso, 1995.

ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 23-90.

ALMEIDA, C. S. **Club Sportivo Annita Garibaldi: uma história social do início da prática do futebol em Florianópolis.** Monografia (História). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ALMEIDA, F. Q. **Valter Bracht.** Motrivivência, Florianópolis, v. 25, n. 40, pp. 207-209, jun. 2013.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.** Lisboa: Editorial Presença, 1970.

ALVES, R. O. T. **A lucta dos Titans** – a invenção da rivalidade entre Clube Atlético Mineiro e a Sociedade Sportiva Palestra Itália. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ALVITO, M. **A Rainha de Chuteiras**: um ano de futebol na Inglaterra. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, C. D. A mão. In: ANDRADE, C. D. **Poesia e prosa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p. 323-324.

ANDRADA E SILVA, J. B. **Projetos para o Brasil** [Organização e introdução de Miriam Dolnikoff]. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRADE, O. **Ponta de lança** – polêmica. 2. Ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1971.

ANGELI FILHO, A. Brasil fora da Copa. Disponível em:
<<http://discutindo.blog.terra.com.br/files/2011/02/pao-e-circo.gif>> Acesso 17 out. 2012.

ANGELI FILHO, A. Carnaval é uma festa democrática. **UOL**, São Paulo. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/angeli/papeisdeparede/papel.shl?imagem=angeli1024x768_213.jpg&tamanho=1024> Acesso 17 out. 2012.

ANTUNES, F. M. R. F. **Futebol de fábrica em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

ANTUNES, F. M. R. F. “**Com brasileiro, não há quem possa!**”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

ARAUJO, F. The lack of black faces in the crowds shows Brazil is no true rainbow nation. **The Guardian**, London, 01 de julho de 2014. Disponível em:
<<http://www.theguardian.com/commentisfree/2014/jul/01/brazil-black-faces-crowd-rainbow-nation-world-cup>> Acesso 03 jul. 2014.

AROEIRA, R. Racismo no futebol. **O dia**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2014. Disponível em:
<<http://www.esmaelmorais.com.br/2014/03/charge-do-dia-racismo-no-futebol>> Acesso 21 mar. 2014.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tablesb/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

AZEVEDO, A. A. **Dos velhos aos novos cartolas**: uma interpretação do poder e da suas resistências nos clubes, face ao impacto das relações futebol-empresa. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília, Universidade de Brasília, 1999.

AZEVEDO, C.; REBELO, A. A corrupção no futebol brasileiro. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, n. 17, pp. 1-18, set. 2001.

AZEVEDO, R. **Santos X Barcelona**: no futebol, cabe o inesperado, mas não o milagre. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/santos-x-barcelona-no-futebol-cabe-o-inesperado-mas-nao-o-milagre-ou-o-quer-faz-messi-ser-messi-ou-ainda-neymar-sera-um-dia-neymar/>> Acesso 06 fev. 2012.

BACHELARD, G. **A filosofia do não**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

BALBI, M. **Portinari**: o pintor do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARBOSA, A. M. S. O futebol e a sociedade global: uma reavaliação da identidade cultural brasileira. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 2, pp. 173-186, jul./dez. 2007.

BARRETO, A. H. L. Como Resposta. In: REZENDE, B.; VALENÇA, R. (orgs.). **Toda crônica** – vol. 2 (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004, pp. 516-517.

BARRETO, T. V. Freyre e o futebol-arte. **Revista da USP**, São Paulo, n. 62, pp. 233-238, jun./ago. 2004.

BARTHOLO, T. L.; SOARES, A. J. G. Mané Garrincha como síntese da identidade do futebol brasileiro. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, pp. 169-191, jan./mar. 2009.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e Negros em São Paulo**. 4 ed. São Paulo, Global, 2008.

BASTOS, E. R. O pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002)**. v. 4. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS/Brasília: CAPES, 2002, pp. 183-230.

BASTOS, E. R. Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010) – um analista do pensamento brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, pp. 5-10, 2010.

BECKER, L. **Do fundo do baú**: pioneirismos do futebol brasileiro. São Paulo: Ed. Campeões do Futebol, 2012.

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e Educação Física**. Campinas: Papirus, 1998.

BETTI, M. Educação Física e Sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 155-169.

BETTI, M. O papel da Sociologia do Esporte na retomada da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 20, sup. n. 5, pp.191-193, set. 2006.

BHASKAR, R. **Uma teoria realista da ciência**. Niterói: UFF, 2000.

BIER, A. Crise no futebol europeu. **Associação Grafar**, Porto Alegre, 14 nov. 2008. Disponível em: <http://grafar.blogspot.com.br/2008/11/charge-bier_14.html> Acesso 17 out. 2012.

BIRNER, V. Corinthians tem sido mais europeu que o Chelsea. **Lance**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2012. Disponível em: < <http://blogdobirner.virgula.uol.com.br/2012/12/10/corinthians-tem-sido-mais-europeu-que-o-chelsea/> > Acesso 12 jan. 2013.

BOLTANSKI, L. Usos fracos e usos intensos do *habitus*. In: ENCREVÉ, P; LAGRAVE, R. (orgs.) **Trabalhar com Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 155-163.

BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. **História**. Disponível em: <<http://www.botafoego.com.br/historia.php?cat=oclube>> Acesso 28 jul. 2014.

BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, pp. 49-82, 2007.

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 22, n. 1, pp. 47-66, jun. 2010.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, pp. 7-15, jul./dez. 2005.

BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS BÔAS, G. **O moderno em questão - a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOURDIEU, P. Sport and social class, **Social Science Information sur les Sciences Sociales**, Paris, v. 17, n. 6, pp. 819-840, dez. 1978.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b, pp.136-153.

BOURDIEU, P. Program for a sociology of sport. **Sociology of Sport Journal**, v. 5, n. 2, pp. 153-161, 1988.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

BOURDIEU, P. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990b, pp.207-220.

BOURDIEU, P. **As regras da arte** – gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997a.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998a.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998b.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998c, pp. 71-79.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. A causa da ciência: como a história das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 1, pp. 143-161, set. 2002a.

BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, v. 145, n.1, 2002b.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003a, pp. 39-72.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003b, pp. 112-143.

BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003c, pp. 73-111.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

BOURDIEU, P. Entrevista de Pierre Bourdieu com Yvette Delsaut – sobre o espírito da pesquisa. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, pp. 175-210, jun. 2005b.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 2007a.

BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papirus, 2007b, pp. 53-89.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, P. **Homo Academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008b.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008c.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 7, n. 2, pp. 62-68, jan. 1986.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

BRANDÃO, G. M. B. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, pp. 231-269, 2005.

BROHM, J-M. **Sociología Política del Deporte**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Economica, 1976.

BROHM, J-M. **La Tyrannie Sportive**: théorie critique d'un opium du people. Paris: Beauchesne, 2006.

BROWN, P. **The victorian football miscellany**. Newcastle upon Tyne: Superelastic, 2013.

BRUNET, I.; MORELL, A. Sociología e história: Norbert Elias y Pierre Bourdieu. **Sociológica**: Revista de pensamiento social, Cidade do México, n. 4, pp. 109-132, 2001.

CALDAS, W. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro São Paulo: IBRASA, 1990.

CALDAS, W. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista da USP**/ Dossiê futebol, São Paulo, n. 22, pp. 40-49, jun./ago. 1994.

CAPDEVIELLE, J. La sociología figuracional de Norbert Elias y el estructuralismo genético de Pierre Bourdieu: encuentros y desencuentros. **Aposta**/Revista de Ciencias Sociales, Madri, n. 52, pp. 1-23, jan./mar. 2012.

CAPRARO, A. M. **Football, uma prática elitista e civilizadora**: investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2002.

CAPRARO, A. M. **Identidades imaginadas**: futebol e nação na crônica esportiva brasileira do século XX. Tese (Doutorado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CAPRARO, A. M. O futebol na obra de um ensaísta: Gilberto Freyre e o ideal da integração racial. **Revista da Educação Física da UEM**, v. 22, n. 1, pp. 139-149, jan./ mar. 2011a.

CAPRARO, A. M. Mario Filho e a “invenção” do jornalismo esportivo profissional. **Revista Movimento**, v. 17, n. 2, pp. 213-224, abr./ jun. 2011b.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional** – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

CARDOSO, F. H. Um livro perene (prefácio) In: FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 51^a ed. São Paulo: Editora Global, 2006, pp. 19-28.

CAVALLINI, R. **The Wanderers** – five times F.A. Cup winners. Worcester Park: Dog N Duck Publications, 2005.

CAVALLINI, R. **Up Corinth**: a history of Corinthian Football Club. Chalford Stroud: Stadia. 2007.

CELIKATES, R. O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teórica crítica. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, pp. 29-42, jul. 2012.

CHARTIER, R. Bourdieu e a História – debate com José Sérgio Leite Lopez. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, pp. 139-182, mar. 2002.

CLARK, P. **British clubs and societies 1580-1800: the origins of an associational world**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CLOVIS. Avaí *versus* Santos. **O Estado**, Florianópolis, 15 set. 1976. Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/_7rO7du1BOvI/THluOx5vFqI/AAAAAAAAAHG4/OXpFSgZP5sE/s1600/0E+15-09-1976+-+01.JPG> Acesso 17 out. 2012.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. **Fla dará início aos festejos do centenário do futebol**. Rio de Janeiro, 02. Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.flamengo.com.br/site/noticia/detalhe/15464/fla-dara-inicio-aos-festejos-do-centenario-do-futebol>> Acesso 28 jul. 2014.

CLUBE DE REGATAS VASCO DA GAMA. **Linha do tempo – 1915: criação do departamento de futebol**. Disponível em: <http://www.vasco.com.br/site/index.php/linha_do_tempo> Acesso 28 jul. 2014.

CORINTHIAN-CASUALS F. C. Corinthians – taking the beautiful game across the globe. Disponível em: <<http://www.corinthian-casuals.com/corinthian-tours.html>> Acesso 21 jul. 2014.

CORREIA, J. M. **Os vínculos clubísticos e as lógicas do jogo: um estudo sobre a emergência e o processo de (des)elitização do futebol na cidade de Rio Grande – RS (1900-1916)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

CORRENTE 78. Brasil: país do futebol. **Som livre**, LP vinil, Rio de Janeiro, 1978. Disponível em: <http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-472811775-corrente-78-brasil-pais-do-lp-nacional-usado-varios-artistas-_JM> Acesso 30 mar. 2013.

CORRÊA, D. Somos desiguais? A propósito de Jessé Souza e Roberto DaMatta. In: SOUZA, J. F. (org). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, pp. 359-393.

CORRÊA, L. H. Racismo no futebol brasileiro. In: DIEGUEZ, G. K. (org.) **Esporte e poder**. Petrópolis: Vozes, 1985, pp. 31-39.

COSTA, W. O futebol na ponta da caneta. **Revista da USP/ Dossiê futebol**, São Paulo, n. 22, pp. 84-91, jun./ago. 1994.

CURRY, G. **Football: a study in diffusion**. Thesis (PhD in Sociology). Leicester, University of Leicester. 2001.

DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. (org.). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982a, pp. 19-42.

DAMATTA, R. Futebol: Ópio do Povo *versus* Drama de Justiça Social. **Novos Estudos**, São Paulo, v.1, n. 4, pp. 54-60, 1982b.

DAMATTA, R. Antropologia do óbvio – notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista da USP/ Dossiê futebol**, São Paulo, n. 22, pp. 10-17, jun./ago. 1994.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DAMATTA, R. Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, n. 14, pp. 17-39, 1. sem. 2003.

DAMATTA, R. O esporte e o jogo como formadores de comportamentos sociais. In: ROSA, A. M. (org.). **Esporte e sociedade: ações socioculturais para a cidadania**. São Paulo: IMK Relações Públicas, 2004, pp. 27-48.

DAMATTA, R. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre o futebol**. Rio de Janeiro, Rocco, 2006.

DAMATTA, R. Sport in society – an essay on brasilian football. **Vibrant**, Florianópolis, v. 6, n. 2, pp. 98-120, 2009.

DAMO, A. S. **Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Baal Porto Alegrense e seus torcedores**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

DAMO, A. S. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DÉCHAUX, J-H. N. Elias et P. Bourdieu: analyse conceptuelle comparée. **Archives Européenne de Sociologie**, Cambridge, v. 34, n. 2, pp. 364-385, 1993.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEPELTEAU, F. **Was Bourdieu a relational sociologist?** Some fundamental differences between Elias and Bourdieu. Draft version. Conference Elias in the 21th Century, University of Leicester, 10-12 april, 2006.

DIAS, C. Primórdios do futebol em Goiás, 1907-1936. **Revista de História Regional**, Maringá, v. 18, n. 1, 2013a, pp. 31-61.

DIAS, C. O esporte e a cidade na historiografia brasileira: uma revisão crítica. **Revista Tempo**, Niterói, v. 19, n. 34, jan./jun. 2013b, pp. 33-44.

DUNNING, E. **Early stages in the development of Football as in organized game**. Master Thesis. University of Leicester, Leicester, 1961.

DUNNING, E. Prefácio. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992a, pp. 11-37.

DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992b, pp. 299-325.

DUNNING, E. “Figurando” o esporte moderno: algumas reflexões sobre esporte, violência e civilização com referência especial ao futebol. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 1, pp. 11-26, jan./jun. 2011.

DUNNING, E.; CURRY, G. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GEBARA, A.; PILATTI, L. A. (Orgs.). **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006, pp. 45-76.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa** – o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

ELIAS, N. Introdução. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992a, pp. 39-99.

ELIAS, N. **O processo civilizador** – uma história dos costumes. (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **O processo civilizador** – formação do Estado e civilização (v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

ELIAS, N. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: ELIAS, N. **Escritos & Ensaio 1**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp. 197-231.

ELIAS, N. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, pp. 515-554, set./dez. 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. Leisure in the sparetime spectrum. In: ALBONIC, R.; PFISTER-BINS, K. (org). **Sociology of sport**: theoretical foundations and research methods. Basel: Birkhäuser, 1971, pp. 27-34.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **Quest for excitement**: sport and leisure in the civilizing process. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELSTER, J. Snobs – review of La distinction: critique sociale du jugement. **London Review of Books**, v. 3, n. 20, pp. 10-12, nov. 1981.

ELSTER, J. **Sour grapes**: studies in the subversion of rationality. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ENCYCLOPAEDIA Britannica digital. **Chichén Itzá**: tlachtli ball court. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/media/17623/The-tlachtli-ball-court-at-Chichen-Itza-Yucatan-Mexico?topicId=110599>> Acesso 05 mai. 2014.

EVANGELISTA, E. R. Brasil é medalha de ouro em corrupção. **Humor político**, 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.humorpholitico.com.br/brasil/brasil-e-medalha-de-ouro-em-corrupcao/>> Acesso 17 out. 2012.

FABRIS, A. **Portinari, pintor social**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

FABRIS, A. **Cândido Portinari**. São Paulo: Edusp, 1996.

FABRIS, A. Portinari y el arte social. IN: GIUNTA, A. (org). **Candido Portinari y el sentido social del arte**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, pp. 99-123.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1979, v. 1.

FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista da USP**. São Paulo, n. 17, 1993, pp. 14-29.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** – o legado da “raça branca”. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERREIRA, A. L. **O estado da arte da Sociologia do Esporte no Brasil**: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

FERREIRA, A. L. Mapeamento da produção científica sobre a Sociologia do Esporte no Brasil. In: MARCHI JÚNIOR, W. (org.). **Ensaio em Sociologia do Esporte**. São Paulo: Factash Editora, 2011, pp. 55-73.

FERREIRA, A. L. **O campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil (1980-2010)**: entre a institucionalização, os agentes e a produção. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2014.

FERREIRA, L. C. **Um personagem chamado Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado em Ciência Literária). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, L. O.; BRITO, N. Os intelectuais no mundo e o mundo dos intelectuais: uma leitura comparada de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências 1**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 133-150.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – nascimento da prisão. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO JÚNIOR, H. **A dança dos deuses**: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, F. **As raízes do país do futebol** – estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

FREITAS, C. M. S. M.; COSTA, A. S. Gênese da sociologia do desporto: evolução histórica. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 8, n. 21, pp. 6-23, abr./mai. 2006.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 73-148.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**. 14. ed. São Paulo: Editora Global, 2003a.

FREYRE, G. Prefácio à 1ª edição. In: RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003b, pp. 24-26.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

FRYDENBERG, J. D. Práticas y valores en el proceso de popularización del fútbol, Buenos Aires 1900-1910. **Lecturas, Educación Física y Deporte**, Buenos Aires, v. 3, n. 10, mai. 1998.

FUTEBOL NA REDE. **Campeonato gaúcho de futebol** – campeões. Disponível em: <<http://www.futebolnarede.com/campeonato/gaucho/gauchao-campeoes.php>> Acesso 16 ago. 2014.

GARRIGOU, A. O “grande jogo” da sociedade. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (orgs.). **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, pp. 65-88.

GASTALDO, É. **Pátria, chuteiras e propaganda: o brasileiro na publicidade da copa do mundo**. São Paulo: Annablume; São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

GASTALDO, É. Crônicas da pátria amada: futebol e identidades brasileiras na imprensa esportiva. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, pp. 147-163, 2. sem. 2005.

GASTALDO, É. Estudos sociais do esporte: vicissitudes e possibilidades de um campo em formação. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 6-15, jun./dez. 2010.

GASTALDO, É. Comunicação e esporte: explorando encruzilhadas, saltando cercas. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 8, n. 21, pp. 39-51, mar. 2011.

GAUDÊNCIO, I. R. P. **Diversão, rivalidade e política: o Re X Pa nos festivais futebolísticos de Belém do Pará (1905-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Belém, Universidade Federal do Pará, 2007.

GAYA, A. O importante é publicar. A (re) produção do conhecimento em Educação Física e Ciências do Desporto nos países de língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Porto, v. 10, n. 1, pp. 200-206, 2010.

GIGLIO, S. S.; SPAGGIARI, E. A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009). **Revista de História**. São Paulo, n.163, pp. 293-350, jul./dez. 2010.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 143-179.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GLOBO ESPORTE. **A pesquisa da vez: Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 04. fev. 2014. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/teoria-dos-jogos/post/pesquisa-da-vez-rio-grande-do-sul-exclusivo.html>> Acesso 15 ago. 2014.

GLOBO ESPORTE. **Grêmio 110 anos:** clube nasce de gol ‘anônimo’ e vira fábrica de artilheiros, Rio de Janeiro, 11 set. 2013. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/times/gremio/noticia/2013/09/gremio-110-anos-clube-nasce-de-gol-anonimo-e-vira-fabrica-de-artilheiros.html> > Acesso 16 ago. 2014.

GORDON JÚNIOR, C. História social dos negros no futebol brasileiro – primeiro tempo: “Essa maravilhosa obra de arte fruto da mistura”. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n. 2, pp. 71-90, 1995.

GORDON JÚNIOR, C. “Eu já fui preto e sei o que é isso” – história social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n. 3-4, pp. 65-78, 1996.

GUEDES, S. L. **O futebol brasileiro:** instituição zero. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.

GUEDES, S. L. **O Brasil no campo de futebol:** estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

GUEDES, S. L. Lógicas da emoção. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Caxambu, v. 18, n. 51, pp. 179-183, fev. 2003.

GUEDES, S. L. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. In: DEL PRIORI, M.; MELO, V. A. (orgs.). **História do esporte no Brasil:** do império aos dias atuais. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, pp. 453-480.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 47, n. 1, pp. 9-43, jun. 2004.

GURGEL, A. **O futebol no campo econômico:** construção jornalística da copa do mundo de 2002 como negócio. Dissertação (Comunicação e Semiótica). São Paulo, PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil:** uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009.

HALLAM Football Club. **World’s second oldest football club** – our history. Disponível em: <https://www.hallamfc.co.uk/history.php> > Acesso 02 jul. 2014.

HARVEY, A. **Football: the first hundred years** – the untold story. London: Routledge, 2005.

HELAL, R. **Passes e Impasses:** futebol e cultura de massas no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HELAL, R. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 8, n. 21, pp.11-37, mar. 2011.

HELAL, R.; GORDON JÚNIOR, C. Sociologia, História e Romance na construção da identidade nacional através do futebol. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, pp. 147-165, 1999.

HOBSBAWM, E. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2003.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências 1: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 199-231.

HOLANDA, S. B. **Tentativas de mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, B. B. B. Futebol, arte e política: a catarse na representação do torcedor. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 48, pp. 123-140, jan./mar. 2009.

HOLT, R. **Sport and the British: a modern history**. Oxford: Clarendon/OUP, 1989.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo** – apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 32, pp. 195-215, jun. 1991.

JENKINS, R. **Pierre Bourdieu**. London: Routledge, 2002.

Jogo sujo – a máfia do apito do futebol brasileiro. **Veja**, São Paulo, ed. 1924, pp. 72-80, 28 set. 2005.

JONG, M-J. Elias and Bourdieu: the cultural sociology of two structuralists in denial. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 38, n. 1, pp. 64-86, April 2001.

JORGE, T. P. **Em busca do corpo civilizado: o futebol como arte de governar do Colégio Catarinense em Florianópolis (1906-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

KILMINSTER, R. Norbert Elias and Karl Mannheim: closeness and distance. **Theory, Culture and Society**, v. 10, n. 3, pp. 81-114, 1993.

KLINTOWITZ, J. A implantação de um modelo alienígena exótico e outras questões pertinentes: a seleção brasileira de futebol – 1978. In: FÉLIX, M. *et al.* **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 113-118.

KOWALSKI, M. **Por que Flamengo?** Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2001.

KÖGLER, H. H. Alienation as epistemological source: reflexivity and social background after Mannheim and Bourdieu. **Social Epistemology**, v. 11, n. 2, pp. 297-320, 1997.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAHIRE, B. **Homem plural** – os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002a.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 78, pp. 37-55, abr. 2002b.

LAHIRE, B. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 49, p. 11-42, set./dez. 2005.

LAHIRE, B. Disposições e contextos de ação: o esporte em questões. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, pp. 11-29, out./dez. 2010.

LAHIRE, B. *Do homem plural ao mundo plural* – Entrevista cedida à Sofia Armândio. **Análise Social**, Lisboa, v. 47, n. 202, pp. 195-208, 2012.

LARSON, T. O brasileiro quando o assunto é... **Humor político**, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.humorpholitico.com.br/futebol/o-brasileiro-quando-o-assunto-e/>> Acesso 17 out. 2012.

LEITE LOPES, J. S. A vitória do futebol que incorporou a pelada – a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. **Revista da USP/ Dossiê futebol**, São Paulo, n. 22, pp. 64-83, jun./ago. 1994.

LE MOS, M. T. T. B. *Tlachtli* – o jogo de bola na Mesoamérica. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 55-62, 1995.

LEVER, J. Soccer: opium of the brazilian people. **Transaction**, v. 7, n. 2, pp. 36-43, 1969.

LEVER, J. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

LEVINE, R. M. Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro. In: MEIHY, J C. S. B.; WITTER, J. S. (orgs.). **Futebol e cultura**: coletânea de estudos. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982, pp. 21-44.

LIMA, E. J. S. **Recife entra em campo**: história social do futebol no Recife (1905-1937). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2013.

LINHALES, M. A. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

LOURENÇO, M. A. D. **Um rio e dois parques**: a formação da rivalidade entre Corinthians e Palestra Itália durante o período de construção de seus estádios (1917-1933). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2013.

LUCENA, R. F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas, Universidade de Campinas, 2000.

LYRA FILHO, J. **Introdução à sociologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1973.

MACK, R. C. V. **Futebol empresa** – a nova dimensão para o futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Palestra Edições Ltda., 1980.

MALERBA, J. Entre la sociología y la historia. Pensar la sociología figurativa en el contexto de la América portuguesa. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 61, n. 2, pp. 77-105, abr./jun. 1999.

MALERBA, J. Para uma teoria simbólica: conexões entre Elias e Bourdieu. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, pp. 199-225.

MANNHEIM, K. O problema de uma sociologia do conhecimento. In: BERTELLI, A. R. et al. (org.). **Sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pp. 13-80.

MARANHÃO, T. “Apolíneos e dionisíacos” – o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do “povo brasileiro”. **Análise Social**, Lisboa, v. 41, n. 179, pp. 435-450, 2006.

MARCHI JÚNIOR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002, pp. 77-111.

MARCHI JÚNIOR, W. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

MARCHI JÚNIOR, W.; AFONSO, G. F. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, L. C. (org.). **Futebol e globalização**. Jundiaí: Fontoura, 2007, pp. 127-143.

MARCHI JÚNIOR, W.; CAVICHIOLLI, F. R. Diagnóstico da sociologia do esporte no Brasil: para a consolidação de um campo do conhecimento. In: CORNEJO, M.; MARCHI JÚNIOR, W. (orgs.). **Estudios y proyectos en sociología del deporte en América Latina**. CHILE: ALESDE, 2008, pp. 102-112.

MARCHI JÚNIOR, W.; SOUZA, J. Norbert Elias e Pierre Bourdieu: tensões e conversações teórico-metodológicas no exercício de compreensão do mundo social. In: BOURGUIGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: interface, debates e metodologias**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012, pp. 31-47.

MARTINS, M. S. **Co-educação, cultura escolar e seus limites: Ginásio Barão de Antonina (1942-1952)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

MASCARENHAS, G. A via platina de introdução do futebol no Rio Grande do Sul. **Lecturas, Educación Física y Deporte**, Buenos Aires, v. 5, n. 26, out. 2000.

MASCARENHAS, G. **A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

MASCARENHAS, G. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2014.

MÁXIMO, J. Memórias do Futebol Brasileiro. **Revista Estudos Avançados – Dossiê Memória**. São Paulo, v. 13, n. 37, pp. 179-188, set./dez. 1999

MAZO, J. Z. **A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre – Brasil (1867-1945): espaço de representações da identidade teuto-brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto). Porto, Universidade do Porto, 2003.

MAZO, J. Z. **Banco de dados das associações esportivas e de Educação Física de Porto Alegre (1867-1945)**. Novo Hamburgo/RS: FEEVALE, 2010.

MEDEIROS, C. C. C.; GODOY, L. As referências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias na Revista Brasileira de Ciências do Esporte: mapeando tendências de apropriação e de produção de conhecimento na área da Educação Física (1979-2007). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 30, n. 2, pp. 199-214, jan. 2009.

MEIRELES, C. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MENNEL, S. The contribution of Eric Dunning to the Sociology of Sport: the foundation. **Sport in Society**, v. 9, n.4, pp. 514-532, out. 2006.

MENNELL, S. **The american civilizing process**. Cambridge: Polity Press, 2007.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MILLS, C. W. Usos da história. In: MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 156-187.

MONTEIRO, J. A ginga canonizada [escultura]. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2012. Disponível em: <<http://guia.folha.uol.com.br/exposicoes/1127052-escultura-de-garrincha-e-outros-craques-estao-em-mostra-sobre-futebol.shtml>> Acesso 17 out. 2012

MOORE JÚNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MORAES FILHO, E. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, J. Q.; REIS D. A. (orgs.). **História do marxismo no Brasil** – o impacto das revoluções. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 11-50.

MORAIS, J. V.; RATTON JÚNIOR, J. L. Gilberto Freyre e o futebol: entre processos sociais gerais e biografias individuais. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 1, pp. 89-109, jan./jun. 2011.

MORORÓ, A. C. **O futebol em Juiz de Fora**: uma perspectiva através da imprensa (1904-1914). Dissertação (Mestrado em Educação Física). Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

MOTA, C. G.. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1980.

MOTTA, R. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 113-133, dez. 2000.

MOURA, R. C. B. **O amadorismo, o profissionalismo, os sururus e outras tramas** – o futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930. Dissertação (Mestrado em Lazer). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MURAD, M. Corpo, magia e alienação – o negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social. **Pesquisa de Campo**, Rio de Janeiro, n. 0, pp. 71-78, 1994.

MURAD, M. **Dos pés à cabeça** – elementos básicos de Sociologia do Futebol. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

MURAD, M. Considerações possíveis de uma resposta necessária. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, pp. 431-446, 1999.

MURAD, M. Para una sociología del fútbol en Brasil. In: GODIO, M.; ULIANA, S. (Orgs.). **Fútbol y sociedad: prácticas locales e imaginarios globales**. Buenos Aires: EDUNTREF, 2011, pp. 217-238.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASSIF, L. O financiamento da masturbação sociológica, **Advivo**, 17 de setembro de 2012. Disponível em :<<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/o-financiamento-da-masturbacao-sociologica-pelo-cnpq>> Acesso 01 out. 2012.

NEEDEL, J. D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEGREIROS, P. J. L. C. **Resistência e Rendição: a gênese do Sport Club Corinthians Paulista e o futebol oficial em São Paulo (1910-1916)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

NEGREIROS, P. J. L. C. **A nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

NOVAES, O. Racismo no Brasil? Que absurdo!!!! **WordPress**, São Paulo, 20 nov. 2009. Disponível em: <<http://novacharges.files.wordpress.com/2009/11/cota.jpg>> Acesso 17 out. 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo digital** (resultado de busca para o termo futebol em 21 de julho de 2014). São Paulo, jul. 2014. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/futebol/Acervo/acervo>> Acesso 21 jul. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **A propaganda do futebol**, São Paulo, 15. Nov. 1929.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAOLI, P. B. **Os estilos de futebol e os processos de seleção e detecção de talentos**. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2007.

PARDINI, M. N. M. **A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

PATERNOSTRO, J. A corrupção e o jeitinho brasileiro. **Humor político**, 05 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.humorpholitico.com.br/ corrupcao/pais-do-futebol-e-corrupcao/>> Acesso 17 out. 2012.

PATRICK, G. T. H. The psychology of football. **The American Journal of Psychology**, v. 14, n. 3-4, pp. 104-117, jul./oct. 1903.

PAULO, S. Racismo no futebol. Roraima, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://sergiopaulocharge.blogspot.com.br/2010/09/racismo-no-futebol.html>> Acesso 19 fev. 2014.

PAULLE, B.; VAN HEERIKHUIZEN, B.; EMIRBAYER, M. Elias and Bourdieu. **Journal of Classical Sociology**, v. 12, n. 1, pp. 69-93, feb. 2012.

PEREIRA, L. A. M. O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: PEREIRA, L. A. M.; CHALHOUB, S. (orgs.). **A história contada** – capítulos da história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 195-231.

PEREIRA, L. A. M. **Footbalmania**: uma história social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Tese (Doutorado em História Social). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998b.

PEREIRA, M. Futebol jogado no Brasil não atrai interesse lá fora. Culpa dos brasileiros ou dos estrangeiros? **ESPN/Estadão**, São Paulo, 17 dez. 2012. Disponível em <http://espn.estadao.com.br/post/298586_futebol-jogado-no-brasil-nao-atrai-interesse-la-fora-culpa-dos-brasileiros-ou-dos-estrangeiros> Acesso 12 jan. 2013

PINTO, R. M. S. **Do passeio público à ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945). Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2007.

PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, pp. 411-424, jul./ set. 2009.

PITORESCO, E. A corrupção e o jeitinho brasileiro. **Portal da Rádio 97 NEWS FM**, 09 set. 2012. Disponível em: <http://www.97news.com.br/noticias_abrir.php?ct=23&id=9262> Acesso 17 out. 2012.

PORTINARI, J. C. **Futebol**. [1935]. 1 pintura a óleo/tela; 97 x 130 cm; Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/1127>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, J. C. **Futebol**. [1940]. 1 pintura a óleo/tela; 130 x 160 cm; Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/938>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, J. C. **Espantelho**. [1943]. 1 pintura a óleo/tela; 151 x 120 cm; São Paulo. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3055>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, J. C. **Retirantes**. [1944]. 1 painel a óleo/tela; 190 x 180 cm; Petrópolis. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, J. C. **Guerra**. [1952-1956]. 1 painel a óleo/madeira compensada; 1400 x 1058 cm; New York. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3799>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, J. C. **Paz**. [1952-1956]. 1 painel a óleo/madeira compensada; 1400 x 953 cm; New York. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3798>>. Acesso 01 abr. 2013.

PORTINARI, C. Retalhos de minha vida de infância. In: PORTINARI, J. C. (org). **Portinari – o menino de Brodowski**. Rio de Janeiro: Livroarte, 1979.

PORTINARI, J. C. Portinari. Un tema inagotable, el hombre. IN: GIUNTA, A. (org). **Candido Portinari y el sentido social del arte**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, pp. 255-262.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRONI, M. W. **Esporte-espetáculo e futebol-empresa**. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

PRONI, M. W. Ética e futebol no Brasil: argumentos para reflexão. **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, pp. 1-28, mar./jun. 2007.

RAMOS, G. **A redução sociológica** – introdução ao estudo da razão sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, R. **Futebol**: ideologia do poder. Petrópolis: Vozes, 1984.

RELÍQUIAS DO FUTEBOL. **Cartaz de divulgação de partida do S. C. Rio Grande**, 21 jun. 2012. Disponível em: <http://reliquiasdofutebol.blogspot.com.br/2012_06_17_archive.html> Acesso 16 ago. 2014.

RIBEIRO, R. R. **A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

RICUPERO, B. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; FAPESP; Ed. 34, 2000.

RIGO, L. C. **Memórias de um futebol de fronteira**. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

RIGO, L. C. O porto e a fronteira: notas sobre o pioneirismo do futebol do interior gaúcho. In: GOELLNER, S. V.; MÜHLEN, J. C. V. (orgs.). **Memórias do esporte e do lazer no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FUNDERGS, 2013, pp. 39-52.

ROBERTS, M. The Italian Job: Ball games in medieval Italy. In: **The Same Old Game**. Disponível em: <<http://sameoldgame.files.wordpress.com/2013/06/1688-illustration-of-calcio-fiorentino.jpg>> Acesso 05 mai. 2014.

RODRIGUES, C. R. A imprensa como fonte histórica: o caso dos indígenas no Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 3, n. 5, pp. 39-60, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, F. X. F. A sociologia da sociologia do futebol brasileiro. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 19, pp. 29-50, jul./dez. 2003.

RODRIGUES, F. X. F. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. Tese (Doutorado em Sociologia) Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

ROSA, A. L. **Operários da bola** – um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ROSSO, M. **Lima Barreto versus Coelho Neto: um Fla-Flu literário**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

SALDANHA, J. **Os subterrâneos do futebol**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

SALUM, A. O. **Palestra Itália e Corinthians: quinta coluna ou tudo buona gente?** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

SALVINI, L.; SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 3, pp. 401-410, jul./set. 2012.

SANTOS, H. S. **“Pugnas renhidas”**: futebol, cultura e sociedade em Salvador (1901-1924). Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana, Universidade Federal de Feira de Santana, 2012.

SANTOS, J. R. Na CBD até papagaio bate continência. In: FÉLIX, M. *et al.* **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp. 119-129.

SANTOS, J. R. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, J. A. **Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947)**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000.

SANTOS, J. M. C. M. **Revolução vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, R. P. Futebol e racismo no Brasil. **Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 169, n. 349, pp. 131-147, abr./jun. 2008.

SÃO CRISTÓVÃO DE FUTEBOL E REGATAS. **História do São Cristóvão**. Disponível em: <<http://saocristovaodefuteboleregatas.blogspot.com.br/p/historia-do-sao-cristovao.html>> Acesso 28 jul. 2014.

SCHMITZ FILHO, A. G. **A CPI do futebol**: agendamento e processualidades sistêmicas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2005.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930), São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHIRTS, M. G. Literatura futebolística: uma periodização. In: MEIHY, J C. S. B.; WITTER, J. S. (orgs.). **Futebol e cultura**: coletânea de estudos. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982, pp. 45-69.

SILVA, A. P. **Pelé e o complexo de vira-latas**: discursos sobre raça e modernidade no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, C. A. F. **Futebol, linguagem e mídia**: ascensão e consolidação dos negros e mestiços no futebol brasileiro. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 2002.

SILVA, E. J. **A seleção brasileira de futebol nos jogos da copa do mundo entre 1930 e 1958**: o esporte como um dos símbolos da identidade nacional. Tese (Doutorado em História). Assis, Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2004.

SILVA, R. S. **Mato Grosso do Sul**: labirintos da memória. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

SILVA, S. R. *et al.* **Levantamento da produção sobre o futebol nas Ciências Humanas e Sociais de 1980 a 2007**. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional-UFMG, 2009.

SIMANCA, O. *Panis et Circensis*. **A Tarde**, Salvador, 02 jun. 2009. Disponível em: <<http://oferrao.atarde.uol.com.br/?p=938>> Acesso 17 out. 2012.

SIMANCA, O. Casa-Grande & Senzala. **A Tarde**, Salvador, 01 jul. 2014. Disponível em: <http://oferrao.atarde.uol.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Casa_Grande_Senzala.jpg> Acesso 06 jul. 2014

SOARES, C. L. et al. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, A. J. G. **Futebol, malandragem e identidade**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/ UFES, 1994.

SOARES, A. J. G. A produção do conhecimento sobre o futebol brasileiro. In: AIESP. (Org.). **Memórias do Congresso Mundial de Educação Física**. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1998a, p. 175-182.

SOARES, A. J. G. **Futebol, raça e nacionalidade no Brasil**: releitura da história oficial. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1998b.

SOARES, A. J. G. História e invenção das tradições no campo do futebol. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, pp. 119-146, 1999a.

SOARES, A. J. G. A modo de resposta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, pp. 167-174, 1999b.

SOARES, A. J. G. O racismo no futebol do Rio de Janeiro nos anos 20: uma história de identidade. **Revista Paulista de Educação Física**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 119-129, jan./ jun.1999c.

SOARES, A. J. G. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre. In: ALABARCES, P. (org.). **Futbologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina**. Buenos Aires, 2003, v. 1, p. 145-162.

SOARES, A. J. G.; LOVISOLO, H. R. O futebol é fogo de palha: a “profecia” de Graciliano Ramos. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 07-20, 1997.

SOARES, A. J. G.; LOVISOLO, H. R. Futebol: a construção histórica do estilo nacional. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 129-143, set. 2003.

SOARES, R. S. **O foot-ball de todos**: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SOARES FILHO, S. Brasil, a continuidade da política do pão e circo ou é só impressão? **Revista Estudos Jurídicos/UNESP**. Franca, v. 14, n.19, pp. 335-358, 2010.

SOUZA, J. **O xadrez em xeque**: uma análise sociológica da “história esportiva” da modalidade. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2010.

SOUZA, J. A reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil – potencialidade e contribuições. In: MARCHI JÚNIOR, W. (org.). **Ensaios em Sociologia do Esporte**. São Paulo: Factash Editora, 2011, pp. 29-53.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, pp. 293-315, jan./mar. 2010a.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma gênese do campo da sociologia do esporte: cenários e perspectivas. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 45-70, abr./jun. 2010b.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 34, p. 245-255, jun. 2010c.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma sociologia da produção científica no campo acadêmico da Educação Física no Brasil. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 2, pp. 349-360, abr./jun. 2011.

SOUZA, J.; ALMEIDA, B. S. MARCHI JÚNIOR, W. Por uma reconstrução teórica do futebol a partir do referencial sociológico de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, pp. 221-232, abr./jun. 2014.

SOUZA, J.; CAVICHIOILLI, F. R.; MARCHI JÚNIOR, W. Fatores e pressões sociais inerentes a constituição de uma figuração de torcedores durante o “match do século” em 1972 – algumas notas e digressões sociológicas. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 22, n. 1, pp. 75-88, 1. trim. 2011.

SOUZA, J. F. **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora da UNB, 1999.

SOUZA, J. F. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 12, n. 1, pp. 69-100, mai. 2000.

SOUZA, J. F. A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Caxambu, v. 16, n. 45, p. 47-67, fev. 2001.

SOUZA, J. F. **A construção social da subcidadania**: para uma sociológica política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, J. F. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

SOUZA, J. F. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEBBINS, A. **The chinese civilizing process**: eliasian thought as an effective analytical tool for the chinese cultural context. Thesis (PHD in Philosophy). Perth/Austrália, University of Murdock, 2009.

STÉDILE, M. E. A. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

STREAPCO, J. P. **“Cego é aquele que só vê a bola”**: o futebol em São Paulo e a formação das principais equipes paulistanas: S. C. Corinthians Paulista, S. E. Palmeiras e São Paulo F. C. (1894-1942). Dissertação (Mestrado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

TAYLOR, M. **The association game** – a history of British football. London: Pearson, 2008.

TERRAY, E. Proposta sobre a violência simbólica. In: ENCREVÉ, P; LAGRAVE, R. (orgs.) **Trabalhar com Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 303-308.

THE LONDON FOOTBALL GUIDE. Map of London football club. **Google Maps**. Atualizado em 11 de junho de 2014. Disponível em:
<<https://maps.google.co.uk/maps/ms?hl=pt-BR&gl=uk&ptab=2&ie=UTF8&oe=UTF8&msa=0&msid=216609857547933921074.0004b25356ef2a44d46cb&dg=feature>> Acesso 10 jul. 2014.

TOLEDO, L. H. Contribuições ao estudo da crônica esportiva 1: a “contracrônica” esportiva de Lima Barreto. **Pesquisa de Campo**. Rio de Janeiro, n.3-4, pp.37-50, 1996.

TOLEDO, L. H. **Lógicas no futebol**: dimensões simbólicas de um esporte nacional. Tese (Doutorado em Antropologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000a.

TOLEDO, L. H. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b.

TOLEDO, L. H. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 52, pp. 133-165, 2001.

TOLEDO, L. H. Jogo livre: analogias em torno das 17 regras do futebol. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 14, n. 30, pp. 191-219, jul./dez. 2008.

TONINI, M. D. **Ferrovia e futebol**: o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Rio Claro, 1870-1930. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2006.

TONINI, M. D. **Além dos gramados**: história oral da vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010.

TORRI, D.; VAZ, A. F. Do centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas; v. 28, n.1, pp. 185-200, set. 2006.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VASCONCELOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, pp. 77-87, abr. 2002.

VAZ, A. F. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Caderno Cedes**, Campinas/SP, n. 48, pp. 89-108, ago. 1999.

VAZ, A. F. Na constelação da destrutividade: o tema do esporte em Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 65-108, 2000.

VAZ, A. F. Técnica, Esporte, Rendimento. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 7, n. 14, pp. 87-99, 2001.

VAZ, A. F. DaMatta: o futebol como drama e mitologia. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002, pp. 139-164.

VAZ, A. F. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade. **Esporte e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 01-23, mar./jun. 2005.

VAZ, A. F. Esporte e sociedade, segundo Theodor W. Adorno. **Constelaciones/Revista de Teoría Crítica**, Salamanca, n. 3, pp. 257-268, dez. 2011.

VEJA, Revista. **Propaganda da Coca-Cola**. São Paulo, ed. 1289, ano 26, n. 21, p. 60-61, 26 mai. 1993.

VEJA, Revista. **Propaganda da Mastercard** (edição especial da copa do mundo de 2002), São Paulo, ed. 1578A ano 35, n. 26A, p. 36-37, jul. 2002.

VERÍSSIMO, L. F. A monocultura do futebol – entrevista concedida a Revista Veja. **Veja**, São Paulo, ed. 509, pp. 3-6, 7 jun. 1978.

VIEIRA, J. J. **Paixão nacional e mito social**: a participação do negro no futebol, profissionalização e ascensão social. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001.

VIEIRA, J. J. Considerações sobre o preconceito e discriminação racial no futebol brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 42-43, pp. 221-244, jan./jul. 2003.

VINNAI, G. **El fútbol como ideología**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

ZAGO, V. L. O. **Futebol em Campinas**: a história e evolução do dérbi campineiro na sociedade e imprensa de Campinas. Dissertação (Mestrado em Multimeios). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

YACINE, T. Argélia, matriz de uma obra. In: ENCREVÉ, P; LAGRAVE, R. (orgs.) **Trabalhar com Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 337-349.

WACQUANT, L. Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras, **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 48, pp. 29-38, Jul. 1997.

WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal, **Revista de Sociologia e Política** – Dossiê Pierre Bourdieu no campo, Curitiba, n. 26, pp. 13-30, jun. 2006.

WACQUANT, L. Esclarecer o *habitus*. **Educação e linguagem**, São Paulo, v. 10, n. 16, pp. 63-71, jul./dez. 2007.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WHITING, C. **Football rivalries**: the survey. Disponível em:
<<http://thechriswhitingshow.wordpress.com/2012/08/28/2012-football-rivalry-census-results/>> Acesso 04 jul. 2014.

WISNIK, J. M. **Veneno remédio** – o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Anexos

Anexo 1

RIVALRIES – WHO ARE THEY?
Here is a complete list of the 92 Premier League and Football League clubs' top three rivalries;

Team	Main rivals	Second rivals	Third rivals
Accrington Stanley	Morecambe	Blackburn Rovers	Burnley
AFC Bournemouth	Southampton	Reading	Brighton & Hove Albion
AFC Wimbledon	Milton Keynes Dons	Crystal Palace	Crawley Town
Aldershot Town	Reading	Woking	Swindon Town
Arsenal	Tottenham Hotspur	Chelsea	Manchester United
Aston Villa	Birmingham City	West Bromwich Albion	Wolves
Barnet	Stevenage	Dagenham & Redbridge	Northampton Town / Carlisle United
Barnsley	Sheffield Wednesday	Sheffield United	Leeds United / Huddersfield Town
Birmingham City	Aston Villa	Wolves	West Bromwich Albion
Blackburn Rovers	Burnley	Bolton Wanderers	Manchester United
Blackpool	Preston North End	Bolton Wanderers	Burnley

Bolton Wanderers	Wigan Athletic	Burnley	Blackburn Rovers
Bradford City	Huddersfield Town	Leeds United	Rotherham United
Brentford	Fulham	Queens Park Rangers	Chelsea
Brighton & Hove Albion	Crystal Palace	Portsmouth	Southampton
Bristol City	Bristol Rovers	Cardiff City	Swindon Town
Bristol Rovers	Bristol City	Swindon Town	Cardiff City
Burnley	Blackburn Rovers	Bolton Wanderers	Blackpool / Preston North End
Burton Albion	Chesterfield	Derby County	Notts County
Bury	Bolton Wanderers	Rochdale	Oldham Athletic
Cardiff City	Swansea City	Bristol City	Leeds United
Carlisle United	Preston North End	Hartlepool United	Middlesbrough
Charlton Athletic	Crystal Palace	Millwall	West Ham United
Chelsea	Tottenham Hotspur	Arsenal	Manchester United
Cheltenham Town	Swindon Town	Oxford United	Shrewsbury Town / Kidderminster Harriers

Chesterfield	Mansfield Town	Rotherham United	Sheffield Wednesday
Colchester United	Southend United	Wycombe Wanderers	Ipswich Town
Coventry City	Leicester City	Aston Villa	Birmingham City
Crawley Town	AFC Wimbledon	Brighton & Hove Albion	Swindon Town
Crewe Alexandra	Port Vale	Stoke City	
Crystal Palace	Brighton & Hove Albion	Millwall	Charlton Athletic
Dagenham & Redbridge	Barnet	Leyton Orient	Brentford
Derby County	Nottingham Forest	Leeds United	Leicester City
Doncaster Rovers	Leeds United	Barnsley	Sheffield United / Sheffield Wednesday
Everton	Liverpool	Manchester United	Manchester City
Exeter City	Plymouth Argyle	Torquay United	Bristol Rovers / Yeovil Town
Fleetwood Town	Morecambe	Accrington Stanley	Barrow
Fulham	Queens Park Rangers	Chelsea	Brentford

Gillingham	Millwall	Charlton Athletic	Swindon Town
Hartlepool United	Darlington	Carlisle United	Sheffield Wednesday
Huddersfield Town	Leeds United	Bradford City	Sheffield Wednesday
Hull City	Leeds United	Leicester City	Scunthorpe United / Grimsby Town
Ipswich Town	Norwich City	West Ham United	Colchester United
Leeds United	Manchester United	Chelsea	Huddersfield Town / Millwall
Leicester City	Nottingham Forest	Derby County	Coventry City
Leyton Orient	Southend United	Brentford	Dagenham & Redbridge / West Ham United
Liverpool	Manchester United	Everton	Chelsea
Manchester City	Manchester United	Liverpool	Everton
Manchester United	Liverpool	Manchester City	Chelsea
Middlesbrough	Newcastle United	Sunderland	Leeds United
Millwall	West Ham United	Crystal Palace	Charlton Athletic
Milton Keynes Dons	Peterborough United	AFC Wimbledon	Northampton Town

Morecambe	Accrington Stanley	Burnley	Bradford City
Newcastle United	Sunderland	Middlesbrough	Manchester United
Northampton Town	Peterborough United	Milton Keynes Dons	Leicester City / Oxford United
Norwich City	Ipswich Town	Wolves	Leeds United
Nottingham Forest	Derby County	Leicester City	Sheffield United
Notts County	Nottingham Forest	Mansfield Town	Chesterfield
Oldham Athletic	Rochdale	Wigan Athletic	Huddersfield Town
Oxford United	Swindon Town	Reading	Wycombe Wanderers
Peterborough United	Northampton Town	Cambridge United	Leicester City / Milton Keynes Dons
Plymouth Argyle	Exeter City	Torquay United	Portsmouth
Port Vale	Stoke City	Crewe Alexandra	Shrewsbury Town
Portsmouth	Southampton	Brighton & Hove Albion	Millwall / Leicester City
Preston North End	Blackpool	Blackburn Rovers	Burnley
Queens Park Rangers	Chelsea	Fulham	Cardiff City / Stoke City

Reading	Aldershot Town	Swindon Town	Oxford United
Rochdale	Bury	Burnley	Oldham Athletic
Rotherham United	Doncaster Rovers	Sheffield Wednesday	Chesterfield
Scunthorpe United	Hull City	Grimsby Town	Doncaster Rovers
Sheffield United	Sheffield Wednesday	Leeds United	Barnsley / West Ham United
Sheffield Wednesday	Sheffield United	Barnsley	Leeds United
Shrewsbury Town	Walsall	Wolves	Port Vale
Southampton	Portsmouth	Brighton & Hove Albion	Bournemouth
Southend United	Colchester United	Leyton Orient	Dagenham & Redbridge
Stevenage	Milton Keynes Dons	Barnet	Dagenham & Redbridge
Stoke City	Port Vale	West Bromwich Albion	Wolves
Sunderland	Newcastle United	Middlesbrough	Leeds United
Swansea City	Cardiff City	Reading	Bristol City
Swindon Town	Oxford United	Reading	Bristol City / Bristol Rovers

Torquay United	Plymouth Argyle	Exeter City	Bristol Rovers
Tottenham Hotspur	Arsenal	Chelsea	West Ham United
Tranmere Rovers	Oldham Athletic	Bolton Wanderers	Everton / Liverpool
Walsall	Wolves	Aston Villa	West Bromwich Albion
Watford	Luton Town	Leeds United	Crystal Palace / Queens Park Rangers
West Bromwich Albion	Wolves	Aston Villa	Birmingham City
West Ham United	Millwall	Tottenham Hotspur	Arsenal / Chelsea
Wigan Athletic	Bolton Wanderers	Blackburn Rovers	Preston North End
Wolves	West Bromwich Albion	Birmingham City	Aston Villa
Wycombe Wanderers	Colchester United	Milton Keynes Dons	Oxford United
Yeovil Town	Bristol Rovers	Exeter City	
York City	Hull City	Leeds United	Bradford City

FONTE: WHITING, C. **Football rivalries: the survey.** Disponível em:
 <<http://thechriswhitingshow.wordpress.com/2012/08/28/2012-football-rivalry-census-results/>> Acesso 04 jul. 2014.

Anexo 2

Brazilian Clubs - Foundation Dates

Associação Atlética Anapolina (Anápolis, GO)	1 jan 1948
Aparecida Esporte Clube (Aparecida de Goiânia, GO)	1 jan 1995
Esporte Clube Bahia (Salvador, BA)	1 jan 1931
Centro Sportivo Batalhense (Batalha, AL)	1 jan 1984
Sport Club Bom Jesus (Matriz de Camaragibe, AL)	1 jan 1928
Calouros do Ar Futebol Clube (Fortaleza, CE)	1 jan 1952
Castelo Futebol Clube (Castelo, ES)	1 jan 1939
Associação Esportiva Catuense (Alagoinhas, BA)	1 jan 1974
Central Sport Club (Barra do Pirai, RJ)	1 jan 1922
Colo-Colo de Futebol e Regatas (Ilhéus, BA)	1 jan 1948
Comercial Atlético Clube (Alegre, ES)	1 jan 1927
Corumbaense Futebol Clube (Corumbá, MS)	1 jan 1914
Assoc. Esport. Recr. Engenheiro Beltrão (Engenheiro Beltrão, PR)	1 jan 2003
Fluminense de Feira Futebol Clube (Feira de Santana, BA)	1 jan 1941
Galícia Esporte Clube (Salvador, BA)	1 jan 1933
Esporte Clube Gararu (Gararu, SE)	1 jan 1989
Associação Atlética Guarany (Porto da Folha, SE)	1 jan 1941
Associação Desportiva Guarulhos (Guarulhos, SP)	1 jan 1964
Itapajé Futebol Clube (Itapajé, CE)	1 jan 1998
Associação Esportiva Jataiense (Jataí, GO)	1 jan 1952
Misto Esporte Clube (Três Lagoas, MS)	1 jan 1992
Clube Atlético Potengi (Macaíba, RN)	1 jan 2000
Assoc. Cultural e Desp. Potyguar Seridoense (Currais Novos, RN)	1 jan 1945
Unidos do Quarto Centenário Futebol Clube (Inhoaíba, RJ)	1 jan 1965
Rio das Ostras Futebol Clube (Rio das Ostras, RJ)	1 jan 1960
Sport Club Santa Cruz (Santa Cruz, RN)	1 jan 1945
Sobradinho Futebol Clube (Sobradinho, DF)	1 jan 1975
Tomazinho Futebol Clube (São João de Meriti, RJ)	1 jan 1936
Trem Desportivo Clube (Macapá, AP)	1 jan 1947
Tuna Luso Brasileira (Belém, PA)	1 jan 1903
Tupy Sport Club (Paracambi, RJ)	1 jan 1922
Sociedade Esportiva União Cacoalense (Cacoal, RO)	1 jan 1982
Coronel Vivida Esporte Clube (Coronel Vivida, PR)	2 jan 1987
Cruzeiro Esporte Clube (Belo Horizonte, MG)	2 jan 1921
Grêmio Esportivo Gabirobense (Alto Araguaia, MT)	2 jan 1982
Sport Club Penedense (Penedo, AL)	2 jan 1909
Clube Municipal Ananindeua (Ananindeua, PA)	3 jan 1978
Clube Atlético Jalesense (Jales, SP)	3 jan 1960
Esporte Clube Miranorte (Miranorte, TO)	3 jan 1995
São Raimundo Esporte Clube (Boa Vista, RR)	3 jan 1963
Clube Atlético Tupi (Gaspar, SC)	3 jan 1942
Clube Esportivo Dom Bosco (Cuiabá, MT)	4 jan 1925
Francisco Beltrão Futebol Clube (Francisco Beltrão, PR)	4 jan 1993
Colinas Esporte Clube (Colinas do Tocantins, TO)	5 jan 2001
Kaburé Esporte Clube (Colinas do Tocantins, TO)	5 jan 1985
Sport Club Shallon (Porto Velho, RO)	5 jan 1991
Esporte Clube Avenida (Santa Cruz do Sul, RS)	6 jan 1944
Associação Carazinhense de Fotebol (Carazinho, RS)	6 jan 1977
Grêmio Atlético Coariense (Coari, AM)	6 jan 1977
Grêmio Esportivo Pratense (Nova Prata, RS)	7 jan 1955
Clube Atlético Bragantino (Bragança Paulista, SP)	8 jan 1928

Comerciário Futebol Clube (São Luís, MA)	8 jan 2004
Mossoró Esporte Clube (Mossoró, RN)	8 jan 1995
Esporte Clube Poções (Poções, BA)	8 jan 1985
Barra Esporte Clube (Barra do Garças, MT)	9 jan 1978
Cachoeiro Futebol Clube (Cachoeiro do Itapemirim, ES)	9 jan 1919
Clube de Regatas Guará (Guará, DF)	9 jan 1967
São Raimundo Esporte Clube (Santarém, PA)	9 jan 1944
ASSU - Associação Sportiva Sociedade Unida (Assu, RN)	10 jan 2002
Cáceres Esporte Clube (Cáceres, MT)	10 jan 1977
Coxim Atlético Clube (Coxim, MS)	10 jan 2002
Atlético Cristalinense (Cristalina, GO)	10 jan 1997
Estrela Esporte Clube (Itu, SP)	10 jan 1976
Esporte Clube Passo Fundo (Passo Fundo, RS)	10 jan 1986
Esporte Clube Santo André (Santo André, SP)	10 jan 1974
Santa Cruz Esporte Clube (Barra dos Bugres, MT)	10 jan 1982
Palmeiras Futebol Clube (São João da Boa Vista, SP)	12 jan 1924
Associação Atlética Colatina (Colatina, ES)	13 jan 1978
Nacional Futebol Clube (Manaus, AM)	13 jan 1913
Associação Cultural Esporte Clube Baraúnas (Mossoró, RN)	14 jan 1959
Sociedade Esportiva São Borja (São Borja, RS)	14 jan 1977
Associação Atl. Teixeira de Freitas (Teixeira de Freitas, BA)	14 jan 1995
União São João Esporte Clube (Araras, SP)	14 jan 1981
Sociedade Esp. Recreativa e Cultural Brasil (Farroupilha, RS)	15 jan 1939
Diamantino Esporte Clube (Diamantino, MT)	15 jan 1999
Ouro Velho Esporte Clube (Ouro Velho, PB)	15 jan 1990
Veranópolis Esp. Clube Recreativo e Cultural (Veranópolis, RS)	15 jan 1992
Estrela do Norte Futebol Clube (Cachoeiro do Itapemirim, ES)	16 jan 1916
Sinop Futebol Clube (Sinop, MT)	16 jan 1977
Rubro Social Esporte Clube (Araruama, RJ)	17 jan 1991
Caldas Esporte Clube (Caldas, GO)	18 jan 1991
Cascavel Esporte Clube (Cascavel, PR)	19 jan 1979
Independente Esporte Clube (Macapá, AP)	19 jan 1965
Independente Futebol Sociedade Civil Ltda. (Limeira, SP)	19 jan 1944
Clube de Esportes União (Campo Grande, MS)	19 jan 1988
Mineiros Esporte Clube (Mineiros, GO)	20 jan 1977
Associação Atlética Ranchariense (Rancharia, SP)	20 jan 1943
Ramalat Sport Club (Ouricuri, PE)	20 jan 1994
Águia de Marabá Futebol Clube (Marabá, PA)	22 jan 1982
Clube Atlético Metropolitano (Blumenau, SC)	22 jan 2002
Grêmio Desportivo Combatentes (Belém, PA)	24 jan 1959
Luverdense Esporte Clube (Lucas do Rio Verde, MT)	24 jan 2004
Atlético Clube Corinthians (Caicó, RN)	25 jan 1968
Associação Atlética Ituveravense (Ituverava, SP)	25 jan 1926
Clube Júlio César (Belém, PA)	25 jan 1925
Mazagão Atlético Clube (Mazagão, AP)	25 jan 1979
Oeste Futebol Clube (Itápolis, SP)	25 jan 1961
Associação Esportiva Santacruzense (Santa Cruz do Rio Pardo, SP)	25 jan 1931
Assoc. Atlética Santa Ritense (Santa Rita do Passa Quatro, SP)	25 jan 1927
União Suzano Atlético Clube (Suzano, SP)	25 jan 1969
ADESG - Associação Desp. Senador Guimard (Sen. Guimard, AC)	26 jan 1982
Associação Atlética Alvorada (Alvorada, TO)	26 jan 1993
Monte Cristo Esporte Clube (Goiânia, GO)	26 jan 1970
São Paulo Futebol Clube (São Paulo, SP)	26 jan 1930
Sport Club Ulbra (Canoas, RS)	26 jan 1998
Carajás Esporte Clube (Carajás, PA)	27 jan 1997
Esporte Clube Primavera (Indaiatuba, SP)	27 jan 1927
Tá-Guá - Tabajara Guaíba Futebol Clube (Getúlio Vargas, RS)	27 jan 1964
América Futebol Clube (São José do Rio Preto, SP)	28 jan 1946
Atalaia Esporte Clube (Bananeiras, PB)	28 jan 1981
Jaraguá Atlético Clube (Jaraguá do Sul, SC)	29 jan 1996
Joinville Esporte Clube (Joinville, SC)	29 jan 1976

Prudentino Futebol Clube (Presidente Prudente, SP)	29 jan 2001
Samambaia Futebol Clube (Samambaia, DF)	29 jan 1993
Alegrense Futebol Clube (Alegre, ES)	30 jan 1970
Sport Clube Camaçariense (Camaçari, BA)	31 jan 2002
Dom Bosco Futebol Clube (Três Lagoas, MS)	31 jan 1952
Palmas Futebol e Regatas (Palmas, TO)	31 jan 1997
Grêmio Desportivo Valparaíso (Gama, DF)	31 jan 1998
Guarani Futebol Clube (Pouso Alegre, MG)	1 feb 1971
Associação Desp. Limoeiro Futebol Clube (Limoeiro do Norte, CE)	1 feb 2001
Mogi Mirim Esporte Clube (Mogi Mirim, SP)	1 feb 1932
União do Vale Esporte Clube (Juquiá, SP)	1 feb 2000
Paysandu Sport Club (Belém, PA)	2 feb 1914
Ajax Futebol Clube (Vilhena, RO)	3 feb 1982
Comercial Esporte Clube (Três Lagoas, MS)	3 feb 1931
Flamengo Esportivo Tiradentes (Brasília, DF)	3 feb 1967
Santa Cruz Futebol Clube (Recife, PE)	3 feb 1914
Esporte Clube São Bernardo (São Bernardo do Campo, SP)	3 feb 1928
São Paulo Futebol Clube (Macapá, AP)	3 feb 1988
Catanduva Esporte e Clube (Catanduva, SP)	5 feb 1970
Clube Atlético Fraiburgo (Fraiburgo, SC)	5 feb 1998
Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani (Palhoça, SC)	5 feb 1928
Clube do Remo (Belém, PA)	5 feb 1905
Ubiratan Esporte Clube (Dourados, MS)	5 feb 1947
Esporte Clube Corinthians (Presidente Prudente, SP)	8 feb 1945
Sociedade Esportiva de Picos (Picos, PI)	8 feb 1976
Santa Maria Esporte Clube (Santa Maria, RS)	9 feb 1954
Três Passos Atlético Clube (Três Passos, RS)	9 feb 1966
Volta Redonda Futebol Clube (Volta Redonda, RJ)	9 feb 1976
Associação Atlético Rinopolense (Rinópolis, SP)	10 feb 1976
TCW - Toledo Colônia Work (Toledo, PR)	10 feb 2004
Vilavelhense Futebol Clube (Vila Velha, ES)	10 feb 2003
Associação Cultural e Desportiva Potiguar (Mossoró, RN)	11 feb 1945
União Esportiva Inhumas (Inhumas, GO)	12 feb 1981
Manchete Futebol Clube (Recife, PE)	12 feb 1996
Uruburetama Futebol Clube (Uruburetama, CE)	12 feb 1994
Cianorte Futebol Clube (Cianorte, PR)	13 feb 2002
Esporte Clube Democrata (Governador Valadares, MG)	13 feb 1932
Clube Atlético Mundo Novo (Mundo Novo, MS)	13 feb 2000
Tupã Futebol Clube (Tupã, SP)	13 feb 1944
Clube Atlético Catarinense (Ilhota, SC)	14 feb 2000
Barreiras Esporte Clube (Barreiras, BA)	14 feb 1995
Garça Futebol Clube (Garça, SP)	15 feb 1965
Real Clube (Itumbiara, GO)	15 feb 1998
Associação Desportiva Comercial (Núcleo Bandeirante, DF)	16 feb 1981
Nacional Atlético Clube (São Paulo, SP)	16 feb 1919
Esp. Clube XV de Novembro de Caraguatatuba (Caraguatatuba, SP)	18 feb 1934
Esporte Clube São Luiz (Ijuí, RS)	20 feb 1936
Clube Atlético Sorocaba (Sorocaba, SP)	21 feb 1991
Esporte Clube Osasco (Osasco, SP)	21 feb 1984
Sociedade Esportiva Brazlândia (Brazlândia, DF)	22 feb 1996
Esporte Clube Dom Pedro II (Brasília, DF)	22 feb 1996
Luziânia Futebol Clube (Luziânia, GO)	22 feb 1996
São João de Meriti Futebol Clube (São João de Meriti, RJ)	22 feb 1995
Tangará Esporte Clube (Tangará da Serra, MT)	22 feb 1991
1° de Maio Futebol Clube (Petrolina, PE)	23 feb 1985
Associação Recreativa e Esportiva Usipa (Ipatinga, MG)	23 feb 1959
Cachoeira Futebol Clube (Cachoeira do Sul, RS)	24 feb 1914
Riachuelo Futebol Clube (Corumbá, MS)	24 feb 1915
Amapá Clube (Macapá, AP)	26 feb 1944
Clube Atlético Guaçuano (Mogi-Guaçu, SP)	26 feb 1959
Caiçara Esporte Clube (Campo Maior, PI)	27 feb 1954

Araguaína Futebol e Regatas (Araguaína, TO)	28 feb 1997
Foz do Iguaçu Esporte Clube (Foz do Iguaçu, PR)	28 feb 1988
Águas de Lindóia Esporte Clube (Águas de Lindóia, SP)	1 mar 1970
Associação Atlética Coruripe (Coruripe, AL)	1 mar 2003
Atlético Clube Juventus (Rio Branco, AC)	1 mar 1966
Palmares Futebol Clube (Palmares, RO)	1 mar 1985
River Atlético Clube (Teresina, PI)	1 mar 1946
Atlético Linharense Esporte Clube (Linhares, ES)	2 mar 2003
Ponta Porã Sociedade Esportiva (Ponta Porã, MS)	2 mar 1998
Porto Velho Futebol Clube (Porto Velho, RO)	2 mar 1993
Grêmio Esportivo Inhumense (Inhumas, GO)	3 mar 1999
Centro Sportivo Maruinense (Maruim, SE)	3 mar 1917
Terra Firme Esporte Clube (Belém, PA)	3 mar 1953
Ipiranga Futebol Clube (Manhuaçu, MG)	4 mar 1984
Abaeté Futebol Clube (Abaetetuba, PA)	5 mar 1936
América Futebol Clube (Morrinhos, GO)	5 mar 1937
Associação Atlética Paraisense (São Sebastião do Paraíso, MG)	5 mar 1919
Bragantino Clube do Pará (Bragança, PA)	6 mar 1975
Assoc. Atlética das Moreninhas I, II e III (Campo Grande, MS)	6 mar 1998
Formiga Esporte Clube (Formiga, MG)	7 mar 1929
Esporte Clube Milan (Júlio de Castilhos, RS)	7 mar 1989
Clube Atlético Camponovense (Campos Novos, SC)	8 mar 1993
Clube Atlético Pimentense (Pimenta Bueno, RO)	8 mar 1987
Itumbiara Esporte Clube (Itumbiara, GO)	9 mar 1970
Associação Atlética Caramuru (Castro, PR)	10 mar 1999
Grêmio Esportivo São-carlense (São Carlos, SP)	10 mar 1976
Tocantins Esporte Clube (Miracema, TO)	10 mar 1993
Toledo Esporte Clube (Toledo, PR)	10 mar 1983
Bandeirante Esporte Clube (Birigui, SP)	11 mar 1923
Grêmio Esportivo Novorizontino (Novo Horizonte, SP)	11 mar 1973
Bacabal Esporte Clube (Bacabal, MA)	12 mar 1974
Sociedade Esportiva Guaxupé (Guaxupé, MG)	12 mar 1952
Jandaia Esporte Clube (Jandaia do Sul, PR)	12 mar 1961
Juventus Atlético Clube (Santa Rita, RS)	12 mar 1951
Esporte Clube Comercial (Cornélio Procópio, PR)	14 mar 1943
Friburguense Atlético Clube (Nova Friburgo, RJ)	14 mar 1921
Atlético Clube Paranavaí (Paranavaí, PR)	14 mar 1946
Tocantinópolis Esporte Clube (Tocantinópolis, TO)	14 mar 1993
Sociedade Desportiva e Recreativa União (Timbó, SC)	14 mar 1972
Aliança Esporte Clube (Irecê, BA)	15 mar 1987
Linhares Esporte Clube (Linhares, ES)	15 mar 1991
Associação Atlética Batel (Guarapuava, PR)	17 mar 1951
Expressinho Futebol Clube (São Luís, MA)	17 mar 1975
Clube Ferroviário do Recife (Recife, PE)	17 mar 1928
Clube Atlético Taquaritinga (Taquaritinga, SP)	17 mar 1942
Quirinópolis Esporte Clube (Quirinópolis, GO)	18 mar 1986
Tio Sam Esporte Clube (Niterói, RJ)	18 mar 1990
Clube Náutico Marcílio Dias (Itajaí, SC)	19 mar 1919
Clube Atlético Patrocinense (Patrocínio, MG)	19 mar 1954
Bom Jesus Esporte Clube (Bom Jesus, GO)	20 mar 1995
Nova Xavantina Esporte Clube (Nova Xavantina, MT)	20 mar 1986
União Atlético Araguainense (Araguaína, TO)	20 mar 1993
Esporte Clube Pinheiros (Porto Alegre, RS)	22 mar 1931
Angra dos Reis Esporte Clube (Angra dos Reis, RJ)	23 mar 1999
Salgueiro Atlético Clube (Salgueiro, PE)	23 mar 1972
Clube Atlético Mineiro (Belo Horizonte, MG)	25 mar 1908
Sampaio Corrêa Futebol Clube (São Luís, MA)	25 mar 1923
Clube Esportivo Aimoré (São Leopoldo, RS)	26 mar 1936
Clube Atlético Paranaense (Curitiba, PR)	26 mar 1924
Grêmio Recreativo Barueri (Barueri, SP)	26 mar 1989
Queimados Futebol Clube (Queimados, RJ)	26 mar 1922

Futebol Clube Santa Cruz (Santa Cruz do Sul, RS)	26 mar 1913
Copacabana Sport Club (Rio de Janeiro, RJ)	28 mar 2000
Miramar Esporte Clube (Cabedelo, PB)	28 mar 1928
Chapadinha Futebol Clube (Chapadinha, MA)	29 mar 1999
Esporte Clube Próspera (Criciúma, SC)	29 mar 1946
Rio Branco Esporte Clube (Ibitinga, SP)	30 mar 1946
São Bento Esporte Clube (São Bento, MA)	30 mar 1996
Berga Esporte Clube (Cuiabá, MT)	1 apr 1999
Nova Iguaçu Futebol Clube (Nova Iguaçu, RJ)	1 apr 1990
Associação Pinheiros Esporte Clube (Rolim de Moura, RO)	1 apr 1989
Alagoinhas Atlético Clube (Alagoinhas, BA)	2 apr 1970
Clube Atlético Goianiense (Goiânia, GO)	2 apr 1937
Guarani Futebol Clube (Campinas, SP)	2 apr 1911
Associação Desportiva Leônico (Salvador, BA)	3 apr 1940
Canoas Futebol Clube (Canoas, RS)	4 apr 1957
Formosa Futebol Clube (Formosa do Sul, GO)	4 apr 1997
Sport Club Internacional (Porto Alegre, RS)	4 apr 1909
Ouro Preto Esporte Clube (Ouro Preto, RO)	4 apr 1989
Londrina Esporte Clube (Londrina, PR)	5 apr 1956
Sport Club São Sebastião (Porto Calvo, AL)	5 apr 1970
Goiás Esporte Clube (Goiânia, GO)	6 apr 1943
Clube Náutico Capibaribe (Recife, PE)	7 apr 1901
Coroatá Futebol Clube (Coroatá, MA)	8 apr 1986
São Bento Futebol Clube (São Bento do Sul, SC)	8 apr 2003
RS Futebol Clube (Alvorada, RS)	9 apr 2001
União de Futebol Araxá (Araxá, MG)	9 apr 2001
Sociedade Esportiva Recreativa Caxias (Caxias do Sul, RS)	10 apr 1935
Guarani Esporte Clube (Juazeiro do Norte, CE)	10 apr 1941
Sociedade Desportiva Camboriuense (Balneário Camboriú, SC)	11 apr 2003
América Futebol Clube (Recife, PE)	12 apr 1914
Campinense Clube (Campina Grande, PB)	12 apr 1925
Associação Ferroviária de Esportes (Araraquara, SP)	12 apr 1950
Marília Atlético Clube (Marília, SP)	12 apr 1942
Monlevade Esporte Clube (João Monlevade, MG)	12 apr 1999
Associação Atlético Rioverdense (Rio Verde, GO)	12 apr 1985
Esporte Clube Ipiranga (Sarandi, RS)	14 apr 1947
Santos Futebol Clube (Santos, SP)	14 apr 1912
Santa Cruz Recreativa Esporte Clube (Santa Rita, PB)	15 apr 1939
Santa Quitéria Futebol Clube (Santa Quitéria do Maranhão, MA)	16 apr 2003
Bangu Atlético Clube (Rio de Janeiro, RJ)	17 apr 1904
Esporte Clube Lemense (Leme, SP)	18 apr 1967
Guarany Futebol Clube (Bagé, RS)	19 apr 1907
Colorado Atlético Clube (Colorado, PR)	20 apr 1998
Clube Atlético Juventus (São Paulo, SP)	20 apr 1924
Comercial Atlético Clube (Campo Maior, PI)	21 apr 1945
Esporte Clube Encantado (Encantado, RS)	21 apr 1942
Grêmio Atlético Farroupilha (Pelotas, RS)	21 apr 1926
Iguatu Esporte Clube (Iguatu, CE)	21 apr 1995
Iraty Sport Club (Iraty, PR)	21 apr 1914
Esporte Clube Jacuiense (Riachão do Jacuípe, BA)	21 apr 1965
Nacional Futebol Clube (Cabedelo, PB)	21 apr 1973
Rio Preto Esporte Clube (São José do Rio Preto, SP)	21 apr 1919
Esporte Clube Taquaral (Maricá, RJ)	21 apr 1982
Associação Atlético Tiradentes (Belém, PA)	21 apr 1973
Tiradentes Esporte Clube (Tijucas, SC)	21 apr 1947
Grêmio Esportivo Torrense (Torres, RS)	21 apr 1949
Confiança Futebol Clube (Sapé, PB)	22 apr 1953
Ji-Paraná Futebol Clube (Ji-Paraná, RO)	22 apr 1991
Clube Esportivo Lajeadense (Lajeado, RS)	23 apr 1911
Clube Atlético Piranhas (Jardim de Piranhas, RN)	23 apr 1983
Associação Atlético Nova Venécia (Nova Venécia, ES)	24 apr 1983

Esporte Clube Itapetininga (Itapetininga, SP)	25 apr 1995
Grêmio Esportivo KM-49 (Itaguá, RJ)	26 apr 1967
Esporte Clube Igrejinha (Igrejinha, RS)	26 apr 1930
Atlético Clube Izabelense (Santa Izabel, PA)	26 apr 1924
Atlético Rio Negro Clube (Boa Vista, RR)	26 apr 1971
Atlético Acreano (Rio Branco, AC)	27 apr 1952
Amparo Atlético Clube (Amparo, SP)	28 apr 1909
Everest Atlético Clube (Rio de Janeiro, RJ)	28 apr 1953
Atlético Monte Azul (Monte Azul Paulista, SP)	28 apr 1920
Nacional Atlético Clube (Rolândia, PR)	28 apr 1947
Sociedade Esportiva Caxiense (Caxias, MA)	29 apr 1973
Associação Atlética Aciária (Ipatinga, MG)	30 apr 1974
América Futebol Clube (Belo Horizonte, MG)	30 apr 1912
Ituiutaba Esporte Clube (Ituiutaba, MG)	30 apr 1947
Jaboticabal Atlético (Jaboticabal, SP)	30 apr 1911
Paranoá Esporte Clube (Brasília, DF)	30 apr 2000
Rio Pardo Futebol Clube (Iúna, ES)	30 apr 1917
Anápolis Futebol Clube (Anápolis, GO)	1 may 1946
Associação Desportiva Ateneu (Montes Claros, MG)	1 may 1947
Auto Esporte Clube (Teresina, PI)	1 may 1951
Codó Futebol Clube (Codó, MA)	1 may 1995
Associação Desportiva Confiança (Aracaju, SE)	1 may 1936
Cruzeiro Futebol Clube (Porto Velho, RO)	1 may 1963
Estudantes Sport Club (Timbaúba, PE)	1 may 1958
Ferroviário Atlético Clube (Maceió, AL)	1 may 1937
Flamengo Atlético Clube (Arcoverde, PE)	1 may 1959
Grêmio Recreativo e Esportivo (Espigão D'Oeste, RO)	1 may 1984
ICASA Esporte Clube (Juazeiro do Norte, CE)	1 may 1963
Grêmio Esportivo Juventus (Jaraguá do Sul, SC)	1 may 1966
Muniz Freire Futebol Clube (Muniz Freire, ES)	1 may 1930
Esporte Clube Novo Hamburgo (Novo Hamburgo, RS)	1 may 1911
Esporte Clube Operário (Várzea Grande, MT)	1 may 1949
Operário Ferroviário Esporte Clube (Ponta Grossa, PR)	1 may 1912
Parnahyba Sport Club (Parnaíba, PI)	1 may 1913
Sociedade Esportiva Pauferrense (Pau dos Ferros, RN)	1 may 1995
Grêmio Esportivo Petribu (Pau d'Alho, PE)	1 may 1979
Radium Futebol Clube (Mococa, SP)	1 may 1919
Recife Futebol Clube (Recife, PE)	1 may 1950
São Gabriel Esporte Clube (São Gabriel, RS)	1 may 1979
Sul América Esporte Clube (Manaus, AM)	1 may 1932
União Esporte Clube (Paracatú, MG)	1 may 1968
União Esporte Clube (Vera, MT)	1 may 1986
Esporte Clube Alfredo Chaves (Alfredo Chaves, ES)	2 may 1949
Desportiva Atlética Guarabira (Guarabira, PB)	2 may 2005
Barra do Garças Futebol Clube (Barra do Garças, MT)	5 may 1978
Goiatuba Esporte Clube (Goiatuba, GO)	5 may 1970
Ipanema Atlético Clube (Santana do Ipanema, AL)	5 may 1923
Miracema Esporte Clube (Miracema, TO)	5 may 1992
Riolândia Atlético Clube (Riolândia, SP)	5 may 1962
Sociedade Esportiva Vila Aurora (Rondonópolis, MT)	5 may 1964
Conquista Esporte Clube (Vitória da Conquista, BA)	6 may 1967
Sport Club Ulbra Ji-Paraná (Ji-Paraná, RO)	6 may 2005
Aperibeense Futebol Clube (Aperibé, RJ)	7 may 1951
Riograndense Futebol Clube (Santa Maria, RS)	7 may 1912
Ferroviário Atlético Clube (Fortaleza, CE)	9 may 1933
Mesquita Futebol Clube (Nova Iguaçu, RJ)	9 may 1920
Rio Claro Futebol Clube (Rio Claro, SP)	9 may 1909
Associação Caçadoreense de Desportos (Caçador, SC)	10 may 1973
Associação Chapecoense de Futebol (Chapecó, SC)	10 may 1973
Elosport Capão Bonito (Capão Bonito, SP)	10 may 1993
Maringá Futebol Clube (Maringá, PR)	10 may 1995

Santos Futebol Clube (Macapá, AP)	11 may 1973
Sport Club Gaúcho (Passo Fundo, RS)	12 may 1918
Parecis Sociedade Esportiva S/C Ltda. (Parecis, MT)	12 may 2003
Criciúma Esporte Clube (Criciúma, SC)	13 may 1948
Moto Clube de Rondônia (Porto Velho, RO)	13 may 1952
Sociedade Esportiva Palmeiras (Barra dos Bugres, MT)	13 may 1998
Sport Club do Recife (Recife, PE)	13 may 1905
Esporte Clube Vitória (Salvador, BA)	13 may 1899
Associação Xanxereense de Futebol (Xanxerê, SC)	13 may 1978
América Futebol Clube (Três Rios, RJ)	14 may 1929
América Futebol Clube da Alfenas (Alfenas, MG)	15 may 1916
Biguaçu Atlético Clube (Biguaçu, SC)	15 may 1955
Potiguar Esporte Clube (Parnamirim, RN)	15 may 1950
Associação Portuguesa Londrinense (Londrina, PR)	15 may 1950
Royal Sport Club (Barra do Pirai, RJ)	15 may 1925
Ypiranga Clube (Macapá, AP)	15 may 1963
Esporte Clube Internacional (Santa Maria, RS)	16 may 1928
Sport Club Aymorés (Ubá, MG)	17 may 1926
Paulista Futebol Clube (Jundiaí, SP)	17 may 1909
Sociedade Esportiva Sousa (Sousa, PB)	18 may 1964
Vila Branca Sport Club (Solânea, PB)	18 may 1924
Sociedade Esportiva Nova Andradina (Nova Andradina, MS)	19 may 1989
Cruzeiro Esporte Clube (Santiago, RS)	20 may 1975
Joaçaba Esporte Clube (Joaçaba, SC)	20 may 1989
Mixto Esporte Clube (Cuiabá, MT)	20 may 1934
Telêmaco Borba Esporte Clube (Telêmaco Borba, PR)	20 may 1999
Vênus Atlético Clube (Abaetetuba, PA)	20 may 1949
Ipatinga Futebol Clube (Ipatinga, MG)	21 may 1998
Itabuna Atlético Clube (Itabuna, BA)	23 may 1967
Sociedade Esport. Recreativa Juventude (Primavera do Leste, MT)	23 may 1982
Associação Atlética Cori-Sabbá (Floriano, PI)	24 may 1973
Ituano Futebol Clube (Itu, SP)	24 may 1947
Sociedade Esportiva Matonense (Matão, SP)	24 may 1976
Esporte Clube São José (Porto Alegre, RS)	24 may 1913
Sociedade Esportiva Platinense (Santo Antônio da Platina, PR)	25 may 1953
Prudentópolis Esporte Clube (Prudentópolis, PR)	25 may 1968
Tubarão Futebol Clube (Tubarão, SC)	25 may 1992
Tupi Futebol Clube (Juiz de Fora, MG)	25 may 1912
Esporte Clube Costeira (São Gonçalo, RJ)	26 may 1960
Esporte Clube Palmeirense (Palmeira das Missões, RS)	27 may 1919
Andradina Futebol Clube (Andradina, SP)	28 may 1963
Casimiro de Abreu Esporte Clube (Casimiro de Abreu, RJ)	30 may 1975
Planaltina Esporte Clube (Planaltina, DF)	30 may 1963
Esporte Clube Águia Negra (Rio Brilhante, MS)	31 may 1971
Doreense Futebol Clube (Nossa Senhora das Dores, SE)	31 may 1948
Ideal Futebol Clube (Ipatinga, MG)	31 may 1968
Americano Futebol Clube (Campos dos Goytacazes, RJ)	1 jun 1914
Esporte Clube Boa Vontade (São Luís, MA)	1 jun 1957
Atlético Clíper Clube (Manaus, AM)	1 jun 1952
Curvelo Esporte Clube (Curvelo, MG)	1 jun 1938
Associação Atlética Flamengo (Guarulhos, SP)	1 jun 1954
Sociedade Esportiva e Cultural Terra e Mar Clube (Fortaleza, CE)	1 jun 1938
Brasília Esporte Clube (Brasília, DF)	2 jun 1975
Ceará Sporting Club (Fortaleza, CE)	2 jun 1914
Ponta Grossa Esporte Clube (Ponta Grossa, PR)	2 jun 1994
Associação Atlética Transmaba (Marituba, PA)	2 jun 1990
Araranguá Esporte Clube (Araranguá, SC)	3 jun 1981
Vilhena Esporte Clube (Vilhena, RO)	3 jun 1991
Centro Sportivo Internacional (Pão de Açúcar, AL)	4 jun 1981
ADAP - Associação Desp. Atlética do Paraná (Campo Mourão, PR)	5 jun 1999
Sport Club Corinthians Alagoano (Maceió, AL)	5 jun 1973

CTE - Centro de Treinamento Edmilson Colatina F.C. (Colatina, ES)	5 jun 1998
Butiá Futebol Clube (Butiá, RS)	6 jun 1926
Comercial Futebol Clube (Viçosa, AL)	6 jun 1965
Clube Atlético Pradense (Antônio Prado, RS)	6 jun 1918
Rodoviário Piraiá Futebol Clube (Piraiá, RJ)	6 jun 1956
União Esporte Clube (Rondonópolis, MT)	6 jun 1973
Associação Desportiva Ferroviária Vale do Rio Doce (Vitória, ES)	7 jun 1963
Associação Esportiva Sapiranga (Sapiranga, RS)	7 jun 1943
América Futebol Clube (São Luís do Quitunde, AL)	8 jun 1952
Macau Esporte Clube (Macau, RN)	8 jun 1978
Rio Branco Futebol Clube (Rio Branco, AC)	8 jun 1919
Palmares Futebol Clube (Palmares, PE)	9 jun 1985
ARUC - Assoc. Recr. Cultural Unidos do Cruzeiro (Cruzeiro, DF)	10 jun 1999
Cacerense Esporte Clube (Cáceres, MT)	10 jun 1996
Associação Olímpica Itabaiana (Itabaiana, SE)	10 jun 1938
Clube Atlético Lages (Lages, SC)	10 jun 2002
GAS - Grêmio Atlético Sampaio (Boa Vista, RR)	11 jun 1965
Grêmio de Football Santanense (Santana do Livramento, RS)	11 jun 1913
Grêmio Esportivo Internacional (Arroio Grande, RS)	11 jun 1943
Riachuelo Futebol Clube (Riachuelo, SE)	11 jun 1931
Esporte Clube Aracruz (Aracruz, ES)	12 jun 1954
Democrata Futebol Clube (Sete Lagoas, MG)	12 jun 1914
Figueirense Futebol Clube (Florianópolis, SC)	12 jun 1921
Guarapari Esporte Clube (Guarapari, ES)	12 jun 1936
Clube Atlético Linense (Lins, SP)	12 jun 1927
Campo Grande Atlético Clube (Rio de Janeiro, RJ)	13 jun 1940
Esporte Clube Internacional (Lajes, SC)	13 jun 1949
Esporte Clube Mamoré (Patos de Minas, MG)	13 jun 1949
Clube Rio Branco (Andradas, MG)	13 jun 1948
Alagoas Futebol Clube (Maceió, AL)	14 jun 2000
Esporte Clube Corinthians (Bataguassu, MS)	14 jun 1991
Estanciano Esporte Clube (Estância, SE)	14 jun 1956
Sociedade Esportiva Juventude (Caxias, MA)	14 jun 1979
Portuguesa Futebol Clube (Crato, CE)	14 jun 1962
São Gabriel Esporte Clube (São Gabriel, ES)	14 jun 1997
Sociedade Esportiva Veneciano (Nova Venécia, ES)	14 jun 2001
Central Sport Club (Caruaru, PE)	15 jun 1919
Grêmio Esportivo Jaciara (Jaciara, MT)	15 jun 1975
Jacarepaguá Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	16 jun 1992
Grêmio Esportivo Acreano (Sena Madureira, AC)	20 jun 1965
Tamandaré Futebol Clube (Almirante Tamandaré, PR)	20 jun 2000
Sport Club Batalha (Batalha, AC)	21 jun 1999
CSE - Centro Social Esportivo (Palmeira dos Índios, AL)	21 jun 1947
Rio Branco Atlético Clube (Vitória, ES)	21 jun 1913
Concórdia Esporte Clube (Concórdia, SC)	22 jun 1945
Centro Sportivo Miguelense (São Miguel dos Campos, AL)	22 jun 1995
Goianésia Esporte Clube (Goianésia, GO)	24 jun 1953
Guarabira Esporte Clube (Guarabira, PB)	24 jun 1936
Sociedade Esportiva Santa Maria (Santa Maria de Jetibá, ES)	24 jun 1930
Sociedade Desportiva Serra Futebol Clube (Serra, ES)	24 jun 1930
Marechal Esporte Clube Ltda. (Marechal Cândido Rondon, PR)	26 jun 1997
Clube Atlético Vila Rica (Belém, PA)	27 jun 1987
Associação Desportiva Vasco da Gama (Rio Branco, AC)	28 jun 1952
Villa Nova Atlético Clube (Nova Lima, MG)	28 jun 1908
ABC Futebol Clube (Natal, RN)	29 jun 1915
Esporte Clube Juventude (Caxias do Sul, RS)	29 jun 1913
Rio Branco Futebol Clube (Venda Nova do Imigrante, ES)	29 jun 1945
Serrano Futebol Clube (Petrópolis, RJ)	29 jun 1915
Esporte Clube Operário (Tambaú, SP)	30 jun 1921
Sociedade Esportiva Tiradentes (Teresina, PI)	30 jun 1959
Esporte Clube Anchieta (Rio de Janeiro, RJ)	1 jun 1919

Clube Atlético Carazinho (Carazinho, RS)	1 jul 1970
Associação Atlética Columbia (Duque de Caxias, RJ)	1 jul 1979
Olaria Atlético Clube (Rio de Janeiro, RJ)	1 jul 1915
Taguatinga Esporte Clube (Taguatinga, DF)	1 jul 1975
Associação Desportiva Bahia (Feira de Santana, BA)	2 jul 1937
CFZ de Brasília Sociedade Esportiva (Brasília, DF)	2 jul 2001
Comercial Futebol Clube (Tietê, SP)	2 jul 1920
Duquecaxiense Futebol Clube (Duque de Caxias, RJ)	2 jul 1997
Guarany Sport Club (Sobral, CE)	2 jul 1933
Grêmio Esportivo São José (Cachoeira do Sul, RS)	2 jul 1968
4 de Julho Esporte Clube (Piripiri, PI)	4 jul 1987
Açailândia Futebol Clube (Açailândia, MA)	4 jul 1997
Esporte Clube Boa Vontade (São Luís, MA)	5 jul 1961
Capital Futebol Clube (Brasília, DF)	5 jul 2005
Clube Atlético Cassilandense (Cassilândia, MS)	5 jul 1986
Goiânia Esporte Clube (Goiânia, GO)	5 jul 1937
Sociedade Esportiva Santa Maria (Santa Maria, DF)	5 jul 2000
Eunápolis Esporte Clube (Eunápolis, BA)	7 jul 1982
Grêmio de Esportes Maringá (Maringá, PR)	7 jul 1961
Novo Horizonte Futebol Clube (Ipameri, GO)	7 jul 1967
Pouso Alegre Futebol Clube (Pouso Alegre, MG)	7 jul 1944
Nacional Fast Clube (Manaus, AM)	8 jul 1930
Operário Atlético Clube (Dourados, MS)	8 jul 1953
URT - União Recreativa dos Trabalhadores (Patos de Minas, MG)	9 jul 1939
Atlântida Esporte Clube (Taguatinga, DF)	10 jul 1986
Atlético Cajazeirense de Desportos (Cajazeiras, PB)	10 jul 1948
Ceres Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	10 jul 1933
Ferroviário Atlético Clube (Porto Velho, RO)	10 jul 1943
Clube Esportivo Força e Luz (Natal, RN)	10 jul 1966
Macaé Esportes Futebol Clube (Macaé, RJ)	10 jul 1990
Sousa Esporte Clube (Sousa, PB)	10 jul 1991
Vila Nova Futebol Clube (Guamaré, RN)	10 jul 2003
Atlético Clube Chapecó (Chapecó, SC)	11 jul 1994
Football Club Riograndense (Rio Grande, RS)	11 jul 1909
Associação Atlética Internacional (Bebedouro, SP)	12 or 14 jul 1909 [exact date]
CRAC - Clube Recreativo Atlético Catalano (Catalão, GO) unknown]	13 jul 1931
Intercap Esporte Clube (Paraíso do Tocantins, TO)	13 jul 1992
Interporto Futebol Clube (Interporto, TO)	13 jul 1990
Esporte Clube 14 de Julho (Santana do Livramento, RS)	14 jul 1902
América Futebol Clube (Natal, RN)	14 jul 1915
Esporte Clube Cruzeiro (Porto Alegre, RS)	14 jul 1913
Associação Esportiva Ituiutabana (Ituiutaba, MG)	14 jul 1933
Parnamirim Futebol Clube (Parnamirim, RN)	14 jul 1985
Nacional Futebol Clube (Itaguaçu, ES)	15 jul 1933
Uberaba Sport Club (Uberaba, MG)	15 jul 1917
Esporte Clube Viana (Viana, MA)	15 jul 1995
Ceres Esporte Clube (Ceres, GO)	16 jul 1947
Ginásio Pinhalense Esp. Atlético (Espírito Santo do Pinhal, SP)	17 jul 1937
Esporte Clube Macapá (Macapá, AP)	18 jul 1944
Blumenau Esporte Clube (Blumenau, SC)	19 jul 1980
Sport Club Rio Grande (Rio Grande, RS)	19 jul 1900
River Esporte Clube (Boa Vista, RR)	19 jul 1973
Sorriso Esporte Clube (Sorriso, MT)	20 jul 1985
Fluminense Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	21 jul 1902
Itaperuna Esporte Clube (Itaperuna, RJ)	21 jul 1989
Atlético Progresso Clube (Mucajaí, RR)	21 jul 1959
VOCEM - Vila Operária Clube Esportivo Mariano (Assis, SP)	21 jul 1954
CFZ - Centro de Futebol Zico (Rio de Janeiro, RJ)	22 jul 1996
Atlético Clube Porto (Caruaru, PE)	23 jul 1983

Araucária Futebol Clube (Araucária, PR)	24 jul 1924
Noroeste Esporte Clube (Maringá, PR)	25 jul 2000
Olympic Club (Barbacena, MG)	25 jul 1915
Vila Nova Futebol Clube (Goiânia, GO)	29 jul 1943
Clube dos XXX (Araguaína, TO)	30 jul 1987
Grêmio Riograndense Futebol Clube (Cruz Alta, RS)	30 jul 1929
Esporte Clube Taveirópolis (Campo Grande, MS)	30 jul 1938
Arapongas Esporte Clube (Arapongas, PR)	1 aug 1990
Brasiliense Futebol Clube (Taguatinga, DF)	1 aug 2000
Associação Atlética Iguaçu (União da Vitória, PR)	1 aug 1990
Nacional Futebol Clube (Uberaba, MG)	1 aug 1944
América Futebol Clube (Manaus, AM)	2 aug 1939
Independência Futebol Clube (Rio Branco, AC)	2 aug 1946
Itacuruba Futebol Clube (Itacuruba, PE)	2 aug 1987
Grêmio Esportivo Taquariense (Taquari, RS)	3 aug 1940
Associação Desportiva Vitória (Vitória de Santo Antão, PE)	3 aug 1990
Soc. Espor. Ypiranga Futebol Clube (Sta. Cruz do Capibaribe, PE)	3 aug 1938
Rio Branco Esporte Clube (Americana, SP)	4 aug 1913
Surubim Futebol Clube (Surubim, PE)	4 aug 1995
América Futebol Clube (Propriá, SE)	4 aug 1942
Grêmio Esportivo Bagé (Bagé, RS)	5 aug 1920
Fluminense Futebol Clube (Araguari, MG)	5 aug 1978
São Paulo Futebol Clube (Parnamirim, RN)	5 aug 1972
Sertãozinho Futebol Clube (Sertãozinho, SP)	6 aug 1944
Flamengo Esporte Clube (Varginha, MG)	8 aug 1979
Luís Correia Esporte Clube (Luís Correia, PI)	8 aug 2003
Madureira Esporte Clube (Rio de Janeiro, RJ)	8 aug 1914
Grêmio Lútero Recreativo de Petrolândia (Petrolândia, PE)	9 aug 1958
Jaciobá Atlético Clube (Jaciobá, AL)	10 aug 1993
Esporte Clube Paulo Afonso (Paulo Afonso, BA)	10 aug 2000
Associação Atlética São Francisco (São Francisco do Conde, BA)	10 aug 1978
Atlético Clube Lagartense (Lagarto, SE)	11 aug 1992
Associação Atlética Ponte Preta (Campinas, SP)	11 aug 1900
Botafogo Futebol e Regatas (Rio de Janeiro, RJ)	12 aug 1904
Paysandú Esporte Clube (Parnaíba, PI)	12 aug 1928
São José Esporte Clube (São José dos Campos, SP)	13 aug 1913
Grêmio Atlético Guarany (Garibaldi, RS)	14 aug 1940
Associação Portuguesa de Desportos (São Paulo, SP)	14 aug 1920
River Ilheense Esporte Clube (Ilhéus, BA)	14 aug 1977
Alecrim Futebol Clube (Natal, RN)	15 aug 1915
ASA - Agremiação Sportiva Arapiraquense (Arapiraca, AL)	15 aug 1952
Associação Desp. e Comunitária Astro (Feira de Santana, BA)	15 aug 1978
Oratório Recreativo Clube (Macapá, AP)	15 aug 1969
Piauí Esporte Clube (Teresina, PI)	15 aug 1948
Real Madri Futebol Clube (Colatina, ES)	15 aug 1958
Tupinambás Futebol Clube (Juiz de Fora, MG)	15 aug 1911
Vasco Esporte Clube (Aracaju, SE)	15 aug 1931
CFA - Centro de Futebol Amazônia (Porto Velho, RO)	16 aug 1999
Juazeiro Social Clube (Juazeiro, BA)	16 aug 1995
Porto Alegre Futebol Clube (Itaperuna, RS)	16 aug 1915
Ass. Beneficente Cultural e Recr. dos Marítimos (Corumbá, MS)	18 aug 1951
Olímpico Esporte Clube (Itabaianinha, SE)	18 aug 1958
Princesa do Solimões Esporte Clube (Manacapuru, AM)	18 aug 1971
São Cristóvão Atlético Clube (Carmópolis, SE)	18 aug 1967
Vera Cruz Esporte Clube (Bom Retiro, SC)	18 aug 1933
Ypiranga Futebol Clube (Erexim, RS)	18 aug 1924
Goytacaz Futebol Clube (Campos dos Goytacazes, RJ)	20 aug 1912
Mimosense Futebol Clube (Mimoso do Sul, ES)	20 aug 1993
Igarapava Esporte Clube (Igarapava, SP)	21 aug 1919
Clube de Regatas Vasco da Gama (Rio de Janeiro, RJ)	21 aug 1898
Palmeiras do Nordeste Futebol Ltda. (Feira de Santana, BA)	22 aug 2000

Esporte Clube Rio Verde (Rio Verde, GO)	22 aug 1963
Universal Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	22 ago 2000
Amadense Esporte Clube (Tobias Barreto, SE)	23 aug 1981
Esporte Clube Caratinga (Caratinga, MG)	23 aug 1917
Sociedade Esportiva Recreativa Chapadão (Chapadão do Sul, MS)	23 aug 1981
Grêmio Esportivo e Recreativo Kindermann (Caçador, SC)	23 aug 1996
Dois Vizinhos Esporte Clube (Dois Vizinhos, PR)	24 aug 1995
Itapira Atlético Clube (Itapira, SP)	24 aug 1971
Sociedade Esportiva Palmeiras (São Paulo, SP)	26 aug 1914
Ceilândia Esporte Clube (Ceilândia, DF)	27 aug 1978
Esporte Clube Comercial (Campo Grande, MS)	28 aug 1943
Montes Claros Futebol Clube (Montes Claros, MG)	28 aug 1990
Operário Futebol Clube (Campo Grande, MS)	28 aug 1938
Sociedade Esportiva e Recreativa São José (Macapá, AP)	28 aug 1946
Associação Esportiva Velo Clube Rioclarense (Rio Claro, SP)	28 aug 1910
Clube Esportivo (Bento Gonçalves, RS)	29 aug 1919
Clube Esportivo Passense (Passos, MG)	30 aug 1984
Associação Atlético Sinop (Sinop, MT)	30 aug 2001
AGA - Associação Garanhunense de Atletismo (Garanhuns, PE)	31 aug 1930
Avaí Futebol Clube (Florianópolis, SC)	1 sep 1923
Clube Atlético Camboriú Ltda. (Balneário Camboriú, SC)	1 sep 1999
Sport Club Corinthians Paulista (São Paulo, SP)	1 sep 1910
Império Toledo de Futebol (Toledo, PR)	1 sep 2002
Esporte Clube Noroeste (Bauru, SP)	1 sep 1910
Palestra de São Bernardo (São Bernardo do Campo, SP)	1 sep 1935
Associação Sportiva São Domingos (Murici, AL)	1 sep 1970
Esporte Clube Guarani (Venâncio Aires, RS)	3 sep 1929
Caxias Esporte Clube (Vitória, ES)	6 sep 1940
26 de Outubro Futebol Clube (Brasília, DF)	7 sep 1978
Clube Desportivo 7 de Setembro (Dourados, MS)	7 sep 1994
7 de Setembro Esporte Clube (Garanhuns, PE)	7 sep 1950
Auto Esporte Clube (João Pessoa, PB)	7 sep 1936
Belo Horizonte Futebol e Cultura (Belo Horizonte, MG)	7 sep 1991
Grêmio Esportivo Brasil (Pelotas, RS)	7 sep 1911
Associação Atlético Caldense (Poços de Caldas, MG)	7 sep 1925
Castanhal Esporte Clube (Castanhal, PA)	7 sep 1924
Esporte Clube Cruzeiro (Arapiraca, AL)	7 sep 1983
CSA - Centro Sportivo Alagoano (Maceió, AL)	7 sep 1913
Dinamo Esporte Clube (Maceió, AL)	7 sep 1968
Esporte Clube de Patos (Patos, PB)	7 sep 1952
Fabril Esporte Clube (Lavras, MG)	7 sep 1932
Esporte Clube Gazeta (Ourinhos, SP)	7 sep 1948
Murici Futebol Clube (Murici, AL)	7 sep 1974
Clube Atlético Paranaibense (Paranaíba, MS)	7 sep 1986
Pedreira Esporte Clube (Mosqueiro, PA)	7 sep 1925
Clube Atlético Pirassununguense (Pirassununga, SP)	7 sep 1907
Sociedade Sportiva Sete de Setembro (Maceió, AL)	7 sep 1945
Tombense Futebol Clube (Tombos, MG)	7 sep 1914
Treze Futebol Clube (Campina Grande, PB)	7 sep 1925
União Futebol Clube (Mogi das Cruzes, SP)	7 sep 1913
Esporte Clube Vila Nova (Ji-Paraná, RO)	7 sep 1972
Vitória do Mar Futebol Clube (São Luís, MA)	7 sep 1949
Esporte Clube Ypiranga (Salvador, BA)	7 sep 1906
Oeiras Atlético Clube (Oeiras, PI)	8 sep 1997
Associação Desportiva Perilima (Campina Grande, PB)	8 sep 1992
Cataratas Atlético Clube (Foz do Iguaçu, PR)	9 sep 1999
Santos Futebol Clube (João Pessoa, PB)	9 sep 1949
Ferroviário Esporte Clube (São Luís, MA)	10 sep 1941
Esporte Clube Nova Cidade (Nilópolis, RJ)	10 sep 1939
Serra Negra Futebol Clube (Serra Negra, SP)	10 sep 1989
Sociedade Esportiva e Recreativa Operários Mafrenses (Mafra, SC)	12 sep 1897

Unibol Pernambuco Futebol Clube (Paulista, PE)	12 sep 1996
Moto Clube (São Luís, MA)	13 sep 1937
Atlético Clube (Três Corações, MG)	14 sep 1913
Itabaiana Coritiba Esporte Clube (Itabaiana, SE)	14 sep 1972
Centro Esportivo Limoeirense (Limoeiro, PE)	15 sep 1913
Ferroviário Esporte Clube (Serra Talhada, PE)	15 sep 1979
Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense (Porto Alegre, RS)	15 sep 1903
Gurupi Esporte Clube (Gurupi, TO)	15 sep 1988
Petrolina Futebol Clube (Petrolina, PE)	15 sep 1979
Associação Esportiva Tiradentes (Fortaleza, CE)	15 sep 1961
Associação Beneficente Estrela (Belém, PA)	16 sep 1950
América Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	18 sep 1904
Araxá Esporte Clube (Araxá, MG)	20 sep 1958
Arsenal Futebol Clube (Sorriso, MT)	20 sep 1991
Clube Atlético Hermann Aichinger (Ibirama, SC)	20 sep 1951
CRB - Clube de Regatas Brasil (Maceió, AL)	20 sep 1912
Guarani Esporte Clube (Divinópolis, MG)	20 sep 1930
Sport Club Guarany (Cruz Alta, RS)	20 sep 1913
Esporte Clube Ipitanga Bahia Ltda. (Teixeira de Freitas, BA)	20 sep 2003
Sociedade Esportiva Itapuã (Unai, MG)	20 sep 1988
Grêmio Recreativo Serrano (Serra Redonda, PB)	20 sep 1989
Varginha Esporte Clube (Varginha, MG)	23 sep 1993
Sociedade Atlético Imperatriz (Imperatriz, MA)	24 sep 1932
Maranhão Atlético Clube (São Luís, MA)	24 sep 1932
Santana Esporte Clube (Porto de Santana, AP)	25 sep 1955
Cruzeiro Futebol Clube (Cruz das Almas, BA)	26 sep 1967
Botafogo Futebol Clube (João Pessoa, PB)	28 sep 1931
Raiz da Gávea Esporte Clube (Rio de Janeiro, RJ)	29 sep 1974
Centro de Treinamento Uniclinic (Fortaleza, CE)	29 sep 1997
Sport Club Capixaba (Guaçuí, ES)	30 sep 1917
Atlético Roraima Clube (Boa Vista, RR)	1 oct 1944
Guaratinguetá Esporte Clube (Guaratinguetá, SP)	1 oct 1998
Serrano Futebol Clube (Serra Talhada, PE)	1 oct 1983
Social Futebol Clube (Coronel Fabriciano, MG)	1 oct 1944
Vitória Futebol Clube (Vitória, ES)	1 oct 1912
Alfenense Futebol Clube (Alfenas, MG)	3 oct 1945
Fluminense Futebol Clube (Natal, RN)	4 oct 1949
Olimpico Pirambú Futebol Clube (Aracaju, SE)	4 oct 1931
Sport Club São Paulo (Rio Grande, RS)	4 oct 1908
Passos Futebol Clube (Passos, MG)	5 oct 1986
Santa Rosa Esporte Clube (Icoaraci, PA)	6 oct 1925
Serrano Sport Club (Vitória da Conquista, BA)	7 oct 1963
Sociedade Esportiva Ceilandense (Ceilândia, DF)	8 oct 1977
Sociedade Esportiva Pontaporanense (Ponta Porã, MS)	8 oct 1953
Ibiraçu Esporte Clube (Ibiraçu, ES)	9 oct 1959
Clube Atlético Tocantinense (Palmas, TO)	10 oct 1999
Caicó Esporte Clube (Caicó, RN)	10 oct 1933
Comercial Futebol Club (Ribeirão Preto, SP)	10 oct 1911
Cotinguiba Sport Club (Aracaju, SE)	10 oct 1909
Socremo - Soc. Cultural e Recreativa Monteiro (Monteiro, PB)	10 oct 1968
Associação Boquinhense de Desportos (Boquim, SE)	11 oct 1965
Esporte Clube Pelotas (Pelotas, RS)	11 oct 1908
Bonsucesso Futebol Clube (Rio de Janeiro, RJ)	12 oct 1913
Botafogo Futebol Clube (Ribeirão Preto, SP)	12 oct 1918
Brusque Futebol Clube (Brusque, SC)	12 oct 1987
Capivariano Futebol Clube (Capivari, SP)	12 oct 1918
Caxias Futebol Clube (Joinville, SC)	12 oct 1920
Coritiba Football Club (Curitiba, PR)	12 oct 1909
Associação Atlético Franca (Franca, SP)	12 oct 1912
Grapiúna Atlético Clube (Itabuna, BA)	12 oct 1998
Juazeiro Esporte Clube (Juazeiro do Norte, CE)	12 oct 1998

Maracaju Atlético Clube (Maracaju, MS)	12 oct 1986
Esporte Clube Propriá (Propriá, SE)	12 oct 1913
Associação Esportiva Santo Ângelo (Santo Ângelo, RS)	12 oct 1921
São Cristóvão de Futebol e Regatas (Rio de Janeiro, RJ)	12 oct 1898
Rio Branco Sport Club (Paranaguá, PR)	13 oct 1913
Esporte Clube Barreira (Squaresma, RJ)	14 oct 1961
Esporte Clube São Bento (Sorocaba, SP)	14 oct 1913
Assoc. Desport. Comercial Bandeirante (Núcleo Bandeirante, DF)	15 oct 1994
Barretos Esporte Clube (Barretos, SP)	15 oct 1960
Associação Atlética Internacional (Limeira, SP)	15 oct 1913
Sport Club Tupy (Vila Velha, ES)	16 oct 1938
Club Sportivo Sergipe (Aracaju, SE)	17 oct 1909
Fortaleza Esporte Clube (Fortaleza, CE)	19 oct 1918
Tapajós Atlético Clube (Santarém, PA)	19 oct 1987
Barra da Tijuca Esporte Clube (Rio de Janeiro, RJ)	20 oct 1993
CFM - Cent. de Fut. Miguel de Vassouras Soc. Esp. (Vassouras, RJ)	20 oct 1997
Esporte Clube Falcão (São Luís, MA)	20 oct 2002
Associação Atlética Guapira (São Paulo, SP)	20 oct 1918
Associação Atlética Itararé (Itararé, SP)	20 oct 1950
São Francisco Esporte Clube (Santarém, PA)	20 oct 1929
Clube Atlético Alto Vale (Rio do Sul, SC)	21 oct 1995
Associação Atlética Aparecidense (Aparecida de Goiânia, GO)	22 oct 1985
ECUS - Esporte Clube União Suzano (Suzano, SP)	25 oct 1993
Esporte Clube Riachuelo (Aracruz, ES)	25 oct 1978
Jacareí Atlético Clube (Jacareí, SP)	27 oct 1980
Quixadá Futebol Clube (Quixadá, CE)	27 oct 1965
Sociedade Desportiva Decisão Esporte Clube (Recife, PE)	28 oct 1996
Santa Helena Esporte Clube (Santa Helena, GO)	29 oct 1965
São Gonçalo Futebol Clube (São Gonçalo do Amarante, RN)	29 oct 1999
Guajará Esporte Clube (Guajará Mirim, RO)	31 oct 1952
Andirá Esporte Clube (Rio Branco, AC)	1 nov 1964
Esporte Clube Limoeiro (Limoeiro do Norte, CE)	1 nov 1942
Esporte Clube Taubaté (Taubaté, SP)	1 nov 1914
Ariquemes Atlético Clube (Ariquemes, RO)	2 nov 1981
Uberlândia Esporte Clube (Uberlândia, MG)	2 nov 1922
Capela Esporte Clube (Capela, AL)	3 nov 1975
Pato Branco Esporte Clube (Pato Branco, PR)	5 nov 1959
Sport Club União Marechal Hermes (Rio de Janeiro, RJ)	5 nov 1915
Clube Esportivo Rio Branco (Campos dos Goytacazes, RJ)	5 nov 1912
Camaçari Futebol Clube (Camaçari, BA)	8 nov 1968
Minaçu Esporte Clube (Minaçu, GO)	8 nov 1993
Mirassol Futebol Clube (Mirassol, SP)	9 nov 1925
Russas Atlético Clube (Russas, CE)	9 nov 1996
América Futebol e Comércio (Fortaleza, CE)	11 nov 1920
Sociedade Esportiva Naviraiense (Navirai, MS)	11 nov 1983
Atlético Rio Negro Clube (Manaus, AM)	13 nov 1913
Canto do Rio Futebol Clube (Niterói, RJ)	14 nov 1913
Clube 15 de Novembro (Campo Bom, RS)	15 nov 1911
Clube Atlético Aliança (Santana, AP)	15 nov 1995
Americano Futebol Clube (Bacabal, MA)	15 nov 1978
Barras Futebol Clube (Barras, PI)	15 nov 2004
Sport Club Boa Vista (Santa Maria da Boa Vista, PE)	15 nov 1984
Associação Atlética Cabofriense (Cabo Frio, RJ)	15 nov 1955
Clube Atlético Cristal (Macapá, AP)	15 nov 1969
Associação Atlética Dimensão Saúde (Maceió, AL)	15 nov 1999
Fernandópolis Futebol Clube (Fernandópolis, SP)	15 nov 1961
Flamengo Esporte Clube (Cruzeiro Velho, RO)	15 nov 1955
Sociedade Esportiva Gama (Gama, DF)	15 nov 1975
Esporte Clube Genus Rondoniense (Porto Velho, RO)	15 nov 1981
Grêmio Esportivo Glória (Vacaria, RS)	15 nov 1956
Íbis Sport Club (Recife, PE)	15 nov 1938

Jabaquara Atlético Clube (Santos, SP)	15 nov 1914
Centro Esporte Umuarama (Umuarama, PR)	15 nov 1971
União Bandeirante Futebol Clube (Bandeirantes, PR)	15 nov 1964
Esporte Clube XV de Novembro de Jaú (Jaú, SP)	15 nov 1924
Esporte Clube XV de Novembro (Piracicaba, SP)	15 nov 1913
Zumbi Esporte Clube (União dos Palmares, AL)	15 nov 1954
Araguari Futebol Clube (Araguari, MG)	16 nov 1944
Clube Atlético Penapolense (Penápolis, SP)	16 nov 1944
Clube de Regatas do Flamengo (Rio de Janeiro, RJ)	17 nov 1895
Maranguape Futebol Clube (Maranguape, CE)	17 nov 1997
Tamoio Futebol Clube (São Gonçalo, RJ)	17 nov 1917
São Raimundo Esporte Clube (Manaus, AM)	18 nov 1918
América Futebol Clube (Caaporã, PB)	19 nov 1944
Associação Desportiva Macaé Barra Clube (Macaé, RJ)	19 nov 1994
Associação Desportiva Jequié (Jequié, BA)	20 nov 1969
Associação Atlética Portuguesa (Santos, SP)	20 nov 1917
Esporte Clube São José (São José do Rio Claro, MT)	22 nov 2003
União Agrícola Barbarense F. C. (Santa Bárbara d'Oeste, SP)	22 nov 1914
Valeriodoce Esporte Clube (Itabira, MG)	22 nov 1942
Jataí Atlético Clube (Jataí, GO)	24 nov 1997
Sport Club Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG)	24 nov 1918
Itaquaquecetuba Atlético Clube (Itaquaquecetuba, SP)	25 nov 1980
Esporte Clube Lageado (Porto Alegre, RS)	25 nov 1955
Baré Esporte Clube (Boa Vista, RR)	26 nov 1946
Associação Desportiva Cabense (Cabo de Santo Agostinho, PE)	26 nov 1995
Clube Atlético Paulistano (São Roque, SP)	26 nov 1950
Jaru Futebol Clube (Jaru, RO)	27 nov 1984
Independente Esporte Clube (Belém, PA)	28 nov 1972
Esporte Clube Paraguaçuense (Paraguaçu Paulista, SP)	28 nov 1965
Marituba Esporte Clube (Marituba, PA)	29 nov 1909
Associação Desportiva Guarujá (Guarujá, SP)	1 dec 1992
Associação Desportiva Ilha Solteira (Ilha Solteira, SP)	1 dec 1993
Princesa do Sul Futebol Clube (Floriano, PI)	1 dec 2001
União Esportiva Rochdale (Osasco, SP)	1 dec 1954
Sociedade Esportiva Santa Inês (Santa Inês, MA)	1 dec 1998
Centro Esportivo Arraial do Cabo (Arraial do Cabo, RJ)	2 dec 1994
Sport Club Belém (Belém, PA)	2 dec 1961
Tocantins Esporte Clube (Imperatriz, MA)	2 dec 1975
Associação Desportiva São Caetano (São Caetano do Sul, SP)	4 dec 1989
Ubiratã Esporte Clube (Ubiratã, PR)	4 dec 1961
Barcelona Esporte Clube (Rio de Janeiro, RJ)	5 dec 2000
Olímpia Futebol Clube (Olímpia, SP)	5 dec 1946
Roma Esporte Clube de Apucarana S/A Ltda. (Apucarana, PR)	6 dec 2000
Libermorro Futebol Clube (Manaus, AM)	7 dec 1958
Esporte Clube Flamengo (Teresina, PI)	8 dec 1937
Osasco Futebol Clube (Osasco, SP)	8 dec 1992
Pinheirense Esporte Clube (Belém, PA)	8 dec 1925
Sociedade Esportiva e Recreativa Cidreira (Cidreira, RS)	9 dec 1994
Cuiabá Esporte Clube (Cuiabá, MT)	10 dec 2001
Águia Futebol S/A Ltda. (Mandaguari, PR)	12 dec 2000
Conceição Atlético Clube (Conceição do Piancó, PB)	12 dec 1980
Entrerriense Futebol Clube (Três Rios, RJ)	12 dec 1923
Grêmio Esportivo Gabrielense (São Gabriel, RS)	12 dec 1945
Ladário Pantanal Futebol Clube (Corumbá, MS)	13 dec 1987
Clube Atlético Montenegro (Avaré, SP)	13 dec 1999
Centro Esp. Recr. Assoc. Atlética São Mateus (São Mateus, ES)	13 dec 1963
Ivinhema Atlético Clube (Ivinhema, MS)	14 dec 2000
Associação Desportiva América (Russas, CE)	15 dec 1991
Apucarana Atlético Clube (Apucarana, PR)	15 dec 1975
Associação Esportiva Araçatuba (Araçatuba, SP)	15 dec 1972
CENE - Centro Esportivo Nova Esperança (Campo Grande, MS)	15 dec 1999

Esporte Clube do Crato (Crato, CE)	15 dec 1996
Estrela de Cachoeiro Fut. Clube (Cachoeiro do Itapemirim, ES)	15 dec 2003
Associação Jaguare Esporte Clube (Jaguare, ES)	15 dec 2001
Grêmio Esportivo Mauaense (Mauá, SP)	15 dec 1981
Clube Atlético Lençoense (Lençóis Paulista, SP)	16 dec 1943
Esporte Clube Botafogo (Fagundes Varela, RS)	17 dec 1949
Associação Atlética Portuguesa (Rio de Janeiro, RJ)	17 dec 1924
Rio Verde Esporte Clube (Rio Verde, MS)	17 dec 1991
Sociedade Esportiva Unai (Unai, MG)	17 dec 2002
Ferroviário Esporte Clube (Cabo de Santo Agostinho, PE)	18 dec 1961
Sociedade Esportiva Matsubara (Cambará, PR)	18 dec 1974
Tanabi Esporte Clube (Tanabi, SP)	18 dec 1942
Paraná Clube (Curitiba, PR)	19 dec 1989
Itapipoca Esporte Clube (Itapipoca, CE)	20 dec 1993
Grêmio Recreativo Osan (Indaiatuba, SP)	20 dec 1990
Boa Viagem Esporte Clube (Boa Viagem, CE)	22 dec 1999
Hercílio Luz Esporte Clube (Tubarão, SC)	23 dec 1918
Nacional Atlético Clube (Patos, PB)	23 dec 1961
Náutico Futebol Clube (Boa Vista, RR)	23 dec 1962
Sociedade Esportiva Tupan (São Luís, MA)	23 dec 1958
Associação Atlética Votuporanguense (Votuporanga, SP)	23 dec 1956
J. Malucelli Futebol S/A (São José dos Pinhais, PR)	24 dec 1994
Sociedade Boca Júnior de Futebol Clube (Cristinápolis, SE)	25 dec 1993
Nacional Atlético Clube (Muriaé, MG)	25 dec 1927
Intercontinental Futebol Clube do Recife (Recife, PE)	26 dec 1999
Esporte Clube Mixto Bordô (Telêmaco Borba, PR)	26 dec 1996

About this document

Prepared and maintained by *Marcelo Leme de Arruda and Julio Bovi Diogo* for the
Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation

Authors: Marcelo Leme de Arruda and Julio Bovi Diogo

Last updated: 26 Jul 2006

(C) Copyright Marcelo Leme de Arruda, Julio Bovi Diogo and RSSSF 1996/2006

You are free to copy this document in whole or part provided that proper acknowledgement is given to the authors. All rights reserved.

Anexo 3

DISTRIBUIÇÃO DOS CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL POR ESTADOS (1894-1930)

	UF	CLUBE	CIDADE	FUNDAÇÃO
1.	AC	Rio Branco Futebol Clube	Rio Branco	8 jun 1919
2.	AL	Sport Club Penedense	Penedo	3 jan 1909
3.		CRB - Clube de Regatas Brasil	Maceió	20 sep 1912
4.		CSA - Centro Sportivo Alagoano	Maceió	7 sep 1913
5.		Ipanema Atlético Clube	Santana do Ipanema	5 may 1923
6.		Sport Club Bom Jesus	Matriz de Camaragibe	1 jan 1928
7.	AM	Nacional Futebol Clube	Manaus	13 jan 1913
8.		Atlético Rio Negro Clube	Manaus	13 nov 1913
9.		São Raimundo Esporte Clube	Manaus	18 nov 1918
10.		Nacional Fast Clube	Manaus	8 jul 1930
11.	BA	Esporte Clube Vitória	Salvador	13 may 1899
12.		Esporte Clube Ypiranga	Salvador	7 sep 1906
13.	CE	Ceará Sporting Club	Fortaleza	2 jun 1914
14.		Fortaleza Esporte Clube	Fortaleza	18 oct 1918
15.		América Futebol e Comércio	Fortaleza	11 nov 1920
16.	ES	Vitória Futebol Clube	Vitória	1 oct 1912
17.		Rio Branco Atlético Clube	Vitória	21 jun 1913
18.		Cachoeiro Futebol Clube	Cach. do Itapemirim	9 jan 1916
19.		Estrela do Norte Futebol Clube	Cach. do Itapemirim	16 jan 1916
20.		Rio Pardo Futebol Clube	Iúna	30 apr 1917
21.		Sport Club Capixaba	Guaçuí	30 sep 1917
22.		Comercial Atlético Clube	Alegre	1 jan 1927
23.		Muniz Freire Futebol Clube	Muniz Freire	1 may 1930
24.		Sociedade Esportiva Santa Maria	Santa Maria de Jetibá	24 jun 1930
25.		Sociedade Desp. Serra Futebol Clube	Serra	24 jun 1930
26.	MA	Sampaio Corrêa Futebol Clube	São Luís	25 mar 1923
27.	MG	Clube Atlético Mineiro	Belo Horizonte	25 mar 1908
28.		Villa Nova Atlético Clube	Nova Lima	28 jun 1908
29.		Tupinambás Futebol Clube	Juiz de Fora	15 aug 1911
30.		América Futebol Clube	Belo Horizonte	30 apr 1912
31.		Tupi Futebol Clube	Juiz de Fora	26 may 1912
32.		Atlético Clube	Três Corações	14 sep 1913
33.		Democrata Futebol Clube	Sete Lagoas	14 jun 1914
34.		Tombense Futebol Clube	Tombos	7 sep 1914
35.		Olympic Club	Barbacena	25 jul 1915
36.		América Futebol Clube de Alfenas	Alfenas	15 may 1916
37.		Sport Club Juiz de Fora	Juiz de Fora	24 set 1916
38.		Uberaba Sport Club	Uberaba	15 jul 1917
39.		Esporte Clube Caratinga	Caratinga	23 aug 1917
40.		Associação Atlética Paraisense	S. Sebastião do Paraíso	5 mar 1919
41.		Cruzeiro Esporte Clube	Belo Horizonte	2 jan 1921
42.		Uberlândia Esporte Clube	Uberlândia	1 nov 1922
43.		Sport Club Aymorés	Ubá	17 may 1923
44.		Associação Atlética Caldense	Poços de Caldas	7 sep 1925
45.		Nacional Atlético Clube	Muriaé	25 dec 1927
46.		Formiga Esporte Clube	Formiga	17 mar 1929
47.		Guarani Esporte Clube	Divinópolis	20 sep 1930
48.	MS	Corumbaense Futebol Clube	Corumbá	1 jan 1914
49.		Riachuelo Futebol Clube	Corumbá	24 feb 1915

50.	MT	Clube Esportivo Dom Bosco	Cuiabá	4 jan 1925
51.	PA	Tuna Luso Brasileira	Belém	1 jan 1903
52.		Clube do Remo	Belém	5 feb 1905
53.		Marituba Esporte Clube	Marituba	29 nov 1909
54.		Paysandú Sport Club	Belém	2 feb 1914
55.		Atlético Clube Izabelense	Santa Izabel	26 apr 1924
56.		Castanhal Esporte Clube	Castanhal	7 sep 1924
57.		Clube Júlio César	Belém	25 jan 1925
58.		Pedreira Esporte Clube	Mosqueiro	7 sep 1925
59.		Santa Rosa Esporte Clube	Icoaraci	6 oct 1925
60.		Pinheirense Esporte Clube	Belém	8 dec 1925
61.		São Francisco Esporte Clube	Santarém	30 oct 1929
62.	PB	Campinense Clube	Campina Grande	12 apr 1915
63.		Vila Branca Sport Club	Solânea	18 may 1924
64.		Treze Futebol Clube	Campina Grande	7 sep 1925
65.		Miramar Esporte Clube	Cabedelo	28 mar 1928
66.	PE	Clube Náutico Capibaribe	Recife	7 apr 1901
67.		Sport Club do Recife	Recife	13 may 1905
68.		Centro Esportivo Limoeirense	Limoeiro	15 sep 1913
69.		Santa Cruz Futebol Clube	Recife	3 feb 1914
70.		América Futebol Clube	Recife	12 apr 1914
71.		Central Sport Club	Caruaru	15 jun 1919
72.		Clube Ferroviário do Recife	Recife	17 mar 1928
73.		Assoc. Garanhunense de Atletismo	Garanhuns	31 aug 1930
74.	PI	Parnaíba Sport Club	Parnaíba	1 may 1913
75.		Paysandú Esporte Clube	Parnaíba	12 aug 1928
76.	PR	Coritiba Football Club	Curitiba	12 oct 1909
77.		Operário Ferroviário Esporte Clube	Ponta Grossa	1 may 1912
78.		Rio Branco Sport Club	Paranaguá	13 oct 1913
79.		Iraty Sport Club	Irati	21 apr 1914
80.		Clube Atlético Paranaense	Curitiba	26 mar 1924
81.		Araucária Futebol Clube	Araucária	24 jul 1924
82.	RJ	Botafogo Futebol e Regatas	Rio de Janeiro	1 jul 1894
83.		Clube de Regatas do Flamengo	Rio de Janeiro	17 nov 1895
84.		Clube de Regatas Vasco da Gama	Rio de Janeiro	21 aug 1898
85.		São Cristóvão de Futebol e Regatas	Rio de Janeiro	12 oct 1898
86.		Fluminense Futebol Clube	Rio de Janeiro	21 jul 1902
87.		Bangu Atlético Clube	Rio de Janeiro	17 apr 1904
88.		América Futebol Clube	Rio de Janeiro	18 sep 1904
89.		Goytacaz Futebol Clube	Campos	20 aug 1912
90.		Clube Esportivo Rio Branco	Campos	5 nov 1912
91.		Bonsucesso Futebol Clube	Rio de Janeiro	12 oct 1913
92.		Canto do Rio Futebol Clube	Niterói	14 nov 1913
93.		Americano Futebol Clube	Campos	1 jun 1914
94.		Madureira Esporte Clube	Rio de Janeiro	8 aug 1914
95.		Serrano Futebol Clube	Petrópolis	29 jun 1915
96.		Olaria Atlético Clube	Rio de Janeiro	1 jul 1915
97.		Porto Alegre Futebol Clube	Itaperuna	16 aug 1915
98.		Sport Club União Marechal Hermes	Rio de Janeiro	5 nov 1915
99.		Tamoio Futebol Clube	São Gonçalo	17 nov 1917
100.		Esporte Clube Anchieta	Rio de Janeiro	1 jun 1919
101.		Mesquita Futebol Clube	Nova Iguaçu	9 may 1920
102.		Friburguense Atlético Clube	Nova Friburgo	14 mar 1921
103.		Central Sport Club	Barra do Piraí	1 jan 1922
104.		Tupy Sport Club	Paracambi	1 jan 1922

105.	Queimados Futebol Clube	Queimados	26 mar 1922
106.	Associação Atlética Portuguesa	Rio de Janeiro	17 dec 1924
107.	Royal Sport Club	Barra do Piraí	15 may 1925
108.	Entrerriense Futebol Clube	Três Rios	14 dec 1925
109.	América Futebol Clube	Três Rios	14 may 1929
110. RN	ABC Futebol Clube	Natal	29 jun 1915
111.	América Futebol Clube	Natal	14 jul 1915
112.	Alecrim Futebol Clube	Natal	15 aug 1915
113. RS	Sport Club Rio Grande	Rio Grande	19 jul 1900
114.	Esporte Clube 14 de Julho	Santana do Livramento	14 jul 1902
115.	Grêmio de Foot-Ball Porto Alegre	Porto Alegre	15 sep 1903
116.	Guarany Futebol Clube	Bagé	19 apr 1907
117.	Sport Club São Paulo	Rio Grande	4 oct 1908
118.	Esporte Clube Pelotas	Pelotas	11 oct 1908
119.	Sport Club Internacional	Porto Alegre	4 apr 1909
120.	Football Club Riograndense	Rio Grande	11 jul 1909
121.	Clube Esportivo Lajeado	Lajeado	23 apr 1911
122.	Esporte Clube Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	1 may 1911
123.	Clube Atlético Pradense	Antônio Prado	6 jun 1911
124.	Grêmio Esportivo Brasil	Pelotas	7 sep 1911
125.	Clube XV de Novembro	Campo Bom	15 nov 1911
126.	Riograndense Futebol Clube	Santa Maria	7 may 1912
127.	Futebol Clube Santa Cruz	Santa Cruz do Sul	26 mar 1913
128.	Esporte Clube São José	Porto Alegre	24 may 1913
129.	Grêmio de Football Santanense	Santana do Livramento	11 jun 1913
130.	Esporte Clube Juventude	Caxias do Sul	29 jun 1913
131.	Esporte Clube Cruzeiro	Porto Alegre	14 jul 1913
132.	Sport Club Guarany	Cruz Alta	20 sep 1913
133.	Cachoeira Futebol Clube	Cachoeira do Sul	24 feb 1914
134.	Sport Club Gaúcho	Passo Fundo	12 may 1918
135.	Esporte Clube Palmeirense	Palmeira das Missões	27 may 1919
136.	Clube Esportivo	Bento Gonçalves	28 aug 1919
137.	Grêmio Esportivo Bagé	Bagé	5 aug 1920
138.	Associação Esportiva Santo Ângelo	Santo Ângelo	12 oct 1921
139.	Ypiranga Futebol Clube	Erexim	18 aug 1924
140.	Grêmio Atlético Farroupilha	Pelotas	26 apr 1926
141.	Butiá Futebol Clube	Butiá	6 sep 1926
142.	Esporte Clube Internacional	Santa Maria	16 may 1928
143.	Esporte Clube Guarani	Venâncio Aires	3 sep 1929
144.	Esporte Clube Igrejinha	Igrejinha	26 apr 1930
145. SC	Soc.Esp. e Rec. Operários Mafrenses	Mafra	12 sep 1897
146.	Hercílio Luz Esporte Clube	Tubarão	28 dec 1918
147.	Clube Náutico Marcílio Dias	Itajaí	17 mar 1919
148.	Figueirense Futebol Clube	Florianópolis	12 jun 1921
149.	Avaí Futebol Clube	Florianópolis	1 sep 1923
150.	Soc.Esp. Rec. e Cultural Guarani	Palhoça	15 feb 1928
151. SE	Cotinguiba Sport Club	Aracaju	10 oct 1909
152.	Club Sportivo Sergipe	Aracaju	17 oct 1909
153.	Esporte Clube Propriá	Propriá	12 oct 1913
154.	Centro Sportivo Maruinense	Maruim	3 apr 1917
155. SP	Associação Atlética Ponte Preta	Campinas	11 aug 1900
156.	Associação Atlética Internacional	Bebedouro	11 jun 1906
157.	Clube Atlético Pirassununguense	Pirassununga	7 sep 1907
158.	Rio Claro Futebol Clube	Rio Claro	9 may 1909
159.	Paulista Futebol Clube	Jundiaí	17 may 1909

160.	Assoc. Esportiva V. C. Rio-clarense	Rio Claro	28 aug 1910
161.	Sport Club Corinthians Paulista	São Paulo	1 sep 1910
162.	Esporte Clube Noroeste	Bauru	1 sep 1910
163.	Guarani Futebol Clube	Campinas	2 apr 1911
164.	Jaboticabal Atlético	Jaboticabal	30 apr 1911
165.	Comercial Futebol Club	Ribeirão Preto	10 oct 1911
166.	Santos Futebol Clube	Santos	14 apr 1912
167.	Associação Atlética Francana	Franca	12 oct 1912
168.	Rio Branco Esporte Clube	Americana	4 aug 1913
169.	São José Futebol Clube	São José dos Campos	15 aug 1913
170.	União Futebol Clube	Mogi das Cruzes	7 sep 1913
171.	Esporte Clube São Bento	Sorocaba	14 sep 1913
172.	Associação Atlética Internacional	Limeira	5 oct 1913
173.	Esporte Clube XV de Novembro	Piracicaba	15 nov 1913
174.	Sociedade Esportiva Palmeiras	São Paulo	26 aug 1914
175.	Esporte Clube Taubaté	Taubaté	1 nov 1914
176.	Jabaquara Atlético Clube	Santos	15 nov 1914
177.	União Agr. Barbarense Fut. Clube	Santa Bárbara d'Oeste	22 nov 1914
178.	Associação Atlética Portuguesa	Santos	20 nov 1917
179.	Botafogo Futebol Clube	Ribeirão Preto	12 oct 1918
180.	Capivariano Futebol Clube	Capivari	12 oct 1918
181.	Associação Atlética Guapira	São Paulo	20 oct 1918
182.	Nacional Atlético Clube	São Paulo	16 feb 1919
183.	Rio Preto Esporte Clube	São José do Rio Preto	21 apr 1919
184.	Amparo Atlético Clube	Amparo	28 apr 1919
185.	Radium Futebol Clube	Mococa	1 may 1919
186.	Igarapava Esporte Clube	Igarapava	21 aug 1919
187.	Atlético Monte Azul	Monte Azul Paulista	28 apr 1920
188.	Comercial Futebol Clube	Tietê	2 jul 1920
189.	Associação Portuguesa de Desportos	São Paulo	14 aug 1920
190.	Oeste Futebol Clube	Itápolis	25 jan 1921
191.	Esporte Clube Operário	Tambaú	30 jun 1921
192.	Bandeirante Esporte Clube	Birigui	11 mar 1923
193.	Palmeiras Futebol Clube	São João da Boa Vista	12 jan 1924
194.	Clube Atlético Juventus	São Paulo	20 apr 1924
195.	Esporte C.e XV de Novembro de Jaú	Jaú	15 nov 1924
196.	Mirassol Futebol Clube	Mirassol	9 nov 1925
197.	Associação Atlética Ituveravense	Ituverava	25 jan 1926
198.	Associação Atlética Santa Ritense	Sta. Rita do P. Quatro	25 jan 1927
199.	Esporte Clube Primavera	Indaiatuba	27 jan 1927
200.	Clube Atlético Linense	Lins	12 jun 1927
201.	Clube Atlético Bragantino	Bragança Paulista	8 jan 1928
202.	Esporte Clube São Bernardo	S. Bernardo do Campo	3 feb 1928
203.	Associação Atlética Chavantense	Chavantes	29 sep 1929
204.	São Paulo Futebol Clube	São Paulo	25 jan 1930

FONTE: Adaptado a partir dos dados reunidos e compilados por: ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tablesb/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

Anexo 4

DISTRIBUIÇÃO DOS CLUBES DE FUTEBOL NO BRASIL POR CIDADES (1894-1930)

	CIDADE	CLUBE	UF	FUNDAÇÃO
1.	Alegre	Comercial Atlético Clube	ES	1 jan 1927
2.	Alfenas	América Futebol Clube de Alfenas	MG	15 may 1916
3.	Americana	Rio Branco Esporte Clube	SP	4 aug 1913
4.	Amparo	Amparo Atlético Clube	SP	28 apr 1919
5.	Antônio Prado	Clube Atlético Pradense	RS	6 jun 1911
6.	Aracaju	Cotinguiba Sport Club	SE	10 oct 1909
7.	Aracaju	Club Sportivo Sergipe	SE	17 oct 1909
8.	Araucária	Araucária Futebol Clube	PR	24 jul 1924
9.	Bagé	Guarany Futebol Clube	RS	19 apr 1907
10.	Bagé	Grêmio Esportivo Bagé	RS	5 aug 1920
11.	Barbacena	Olympic Club	MG	25 jul 1915
12.	Barra do Piraí	Central Sport Club	RJ	1 jan 1922
13.	Barra do Piraí	Royal Sport Club	RJ	15 may 1925
14.	Bauru	Esporte Clube Noroeste	SP	1 sep 1910
15.	Bebedouro	Associação Atlética Internacional	SP	11 jun 1906
16.	Belém	Tuna Luso Brasileira	PA	1 jan 1903
17.	Belém	Clube do Remo	PA	5 feb 1905
18.	Belém	Paysandú Sport Club	PA	2 feb 1914
19.	Belém	Clube Júlio César	PA	25 jan 1925
20.	Belém	Pinhense Esporte Clube	PA	8 dec 1925
21.	Belo Horizonte	Clube Atlético Mineiro	MG	25 mar 1908
22.	Belo Horizonte	América Futebol Clube	MG	30 apr 1912
23.	Belo Horizonte	Cruzeiro Esporte Clube	MG	2 jan 1921
24.	Bento Gonçalves	Clube Esportivo	RS	28 aug 1919
25.	Birigui	Bandeirante Esporte Clube	SP	11 mar 1923
26.	Bragança Paulista	Clube Atlético Bragantino	SP	8 jan 1928
27.	Butiá	Butiá Futebol Clube	RS	6 sep 1926
28.	Cabedelo	Miramar Esporte Clube	PB	28 mar 1928
29.	Cach. do Itapemirim	Cachoeiro Futebol Clube	ES	9 jan 1916
30.	Cach. do Itapemirim	Estrela do Norte Futebol Clube	ES	16 jan 1916
31.	Cachoeira do Sul	Cachoeira Futebol Clube	RS	24 feb 1914
32.	Campina Grande	Campinense Clube	PB	12 apr 1915
33.	Campina Grande	Treze Futebol Clube	PB	7 sep 1925
34.	Campinas	Associação Atlética Ponte Preta	SP	11 aug 1900
35.	Campinas	Guarani Futebol Clube	SP	2 apr 1911
36.	Campo Bom	Clube XV de Novembro	RS	15 nov 1911
37.	Campos	Goytacaz Futebol Clube	RJ	20 aug 1912
38.	Campos	Clube Esportivo Rio Branco	RJ	5 nov 1912
39.	Campos	Americano Futebol Clube	RJ	1 jun 1914
40.	Capivari	Capivariano Futebol Clube	SP	12 oct 1918
41.	Caratinga	Esporte Clube Caratinga	MG	23 aug 1917
42.	Caruaru	Central Sport Club	PE	15 jun 1919
43.	Castanhal	Castanhal Esporte Clube	PA	7 sep 1924
44.	Caxias do Sul	Esporte Clube Juventude	RS	29 jun 1913
45.	Chavantes	Associação Atlética Chavantense	SP	29 sep 1929
46.	Corumbá	Corumbaense Futebol Clube	MS	1 jan 1914
47.	Corumbá	Riachuelo Futebol Clube	MS	24 feb 1915
48.	Cruz Alta	Sport Club Guarany	RS	20 sep 1913
49.	Cuiabá	Clube Esportivo Dom Bosco	MT	4 jan 1925

50.	Curitiba	Coritiba Football Club	PR	12 oct 1909
51.	Curitiba	Clube Atlético Paranaense	PR	26 mar 1924
52.	Divinópolis	Guarani Esporte Clube	MG	20 sep 1930
53.	Erexim	Ypiranga Futebol Clube	RS	18 aug 1924
54.	Florianópolis	Figueirense Futebol Clube	SC	12 jun 1921
55.	Florianópolis	Avaí Futebol Clube	SC	1 sep 1923
56.	Formiga	Formiga Esporte Clube	MG	17 mar 1929
57.	Fortaleza	Ceará Sporting Club	CE	2 jun 1914
58.	Fortaleza	Fortaleza Esporte Clube	CE	18 oct 1918
59.	Fortaleza	América Futebol e Comércio	CE	11 nov 1920
60.	Franca	Associação Atlética Francana	SP	12 oct 1912
61.	Garanhuns	Assoc. Garanhunense de Atletismo	PE	31 aug 1930
62.	Guaçuí	Sport Club Capixaba	ES	30 sep 1917
63.	Icoaraci	Santa Rosa Esporte Clube	PA	6 oct 1925
64.	Igarapava	Igarapava Esporte Clube	SP	21 aug 1919
65.	Igrejinha	Esporte Clube Igrejinha	RS	26 apr 1930
66.	Indaiatuba	Esporte Clube Primavera	SP	27 jan 1927
67.	Irati	Iraty Sport Club	PR	21 apr 1914
68.	Itajaí	Clube Náutico Marcílio Dias	SC	17 mar 1919
69.	Itaperuna	Porto Alegre Futebol Clube	RJ	16 aug 1915
70.	Itápolis	Oeste Futebol Clube	SP	25 jan 1921
71.	Ituverava	Associação Atlética Ituveravense	SP	25 jan 1926
72.	Iúna	Rio Pardo Futebol Clube	ES	30 apr 1917
73.	Jaboticabal	Jaboticabal Atlético	SP	30 apr 1911
74.	Jaú	Esporte C.e XV de Novembro de Jaú	SP	15 nov 1924
75.	Juiz de Fora	Tupinambás Futebol Clube	MG	15 aug 1911
76.	Juiz de Fora	Tupi Futebol Clube	MG	26 may 1912
77.	Juiz de Fora	Sport Club Juiz de Fora	MG	24 set 1916
78.	Jundiaí	Paulista Futebol Clube	SP	17 may 1909
79.	Lajeado	Clube Esportivo Lajeadense	RS	23 apr 1911
80.	Limeira	Associação Atlética Internacional	SP	5 oct 1913
81.	Limoeiro	Centro Esportivo Limoeirense	PE	15 sep 1913
82.	Lins	Clube Atlético Linense	SP	12 jun 1927
83.	Maceió	CRB - Clube de Regatas Brasil	AL	20 sep 1912
84.	Maceió	CSA - Centro Sportivo Alagoano	AL	7 sep 1913
85.	Mafra	Soc.Esp. e Rec. Operários Mafrenses	SC	12 sep 1897
86.	Manaus	Nacional Futebol Clube	AM	13 jan 1913
87.	Manaus	Atlético Rio Negro Clube	AM	13 nov 1913
88.	Manaus	São Raimundo Esporte Clube	AM	18 nov 1918
89.	Manaus	Nacional Fast Clube	AM	8 jul 1930
90.	Marituba	Marituba Esporte Clube	PA	29 nov 1909
91.	Maruim	Centro Sportivo Maruinense	SE	3 apr 1917
92.	Matriz de Camaragibe	Sport Club Bom Jesus	AL	1 jan 1928
93.	Mirassol	Mirassol Futebol Clube	SP	9 nov 1925
94.	Mococa	Radium Futebol Clube	SP	1 may 1919
95.	Mogi das Cruzes	União Futebol Clube	SP	7 sep 1913
96.	Monte Azul Paulista	Atlético Monte Azul	SP	28 apr 1920
97.	Mosqueiro	Pedreira Esporte Clube	PA	7 sep 1925
98.	Muniz Freire	Muniz Freire Futebol Clube	ES	1 may 1930
99.	Muriaé	Nacional Atlético Clube	MG	25 dec 1927
100.	Natal	ABC Futebol Clube	RN	29 jun 1915
101.	Natal	América Futebol Clube	RN	14 jul 1915
102.	Natal	Alecrim Futebol Clube	RN	15 aug 1915
103.	Niterói	Canto do Rio Futebol Clube	RJ	14 nov 1913
104.	Nova Friburgo	Friburguense Atlético Clube	RJ	14 mar 1921

105.	Nova Iguaçu	Mesquita Futebol Clube	RJ	9 may 1920
106.	Nova Lima	Villa Nova Atlético Clube	MG	28 jun 1908
107.	Novo Hamburgo	Esporte Clube Novo Hamburgo	RS	1 may 1911
108.	Palhoça	Soc.Esp. Rec. e Cultural Guarani	SC	15 feb 1928
109.	Palmeira das Missões	Esporte Clube Palmeirense	RS	27 may 1919
110.	Paracambi	Tupy Sport Club	RJ	1 jan 1922
111.	Paranaguá	Rio Branco Sport Club	PR	13 oct 1913
112.	Parnaíba	Parnaíba Sport Club	PI	1 may 1913
113.	Parnaíba	Paysandú Esporte Clube	PI	12 aug 1928
114.	Passo Fundo	Sport Club Gaúcho	RS	12 may 1918
115.	Pelotas	Esporte Clube Pelotas	RS	11 oct 1908
116.	Pelotas	Grêmio Esportivo Brasil	RS	7 sep 1911
117.	Pelotas	Grêmio Atlético Farroupilha	RS	26 apr 1926
118.	Penedo	Sport Club Penedense	AL	3 jan 1909
119.	Petrópolis	Serrano Futebol Clube	RJ	29 jun 1915
120.	Piracicaba	Esporte Clube XV de Novembro	SP	15 nov 1913
121.	Pirassununga	Clube Atlético Pirassununguense	SP	7 sep 1907
122.	Poços de Caldas	Associação Atlética Caldense	MG	7 sep 1925
123.	Ponta Grossa	Operário Ferroviário Esporte Clube	PR	1 may 1912
124.	Porto Alegre	Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense	RS	15 sep 1903
125.	Porto Alegre	Sport Club Internacional	RS	4 apr 1909
126.	Porto Alegre	Esporte Clube São José	RS	24 may 1913
127.	Porto Alegre	Esporte Clube Cruzeiro	RS	14 jul 1913
128.	Propriá	Esporte Clube Propriá	SE	12 oct 1913
129.	Queimados	Queimados Futebol Clube	RJ	26 mar 1922
130.	Recife	Clube Náutico Capibaribe	PE	7 apr 1901
131.	Recife	Sport Club do Recife	PE	13 may 1905
132.	Recife	Santa Cruz Futebol Clube	PE	3 feb 1914
133.	Recife	América Futebol Clube	PE	12 apr 1914
134.	Recife	Clube Ferroviário do Recife	PE	17 mar 1928
135.	Ribeirão Preto	Comercial Futebol Club	SP	10 oct 1911
136.	Ribeirão Preto	Botafofo Futebol Clube	SP	12 oct 1918
137.	Rio Branco	Rio Branco Futebol Clube	AC	8 jun 1919
138.	Rio Claro	Rio Claro Futebol Clube	SP	9 may 1909
139.	Rio Claro	Assoc. Esportiva V. C. Rio-clarense	SP	28 aug 1910
140.	Rio de Janeiro	Botafofo Futebol e Regatas	RJ	1 jul 1894
141.	Rio de Janeiro	Clube de Regatas do Flamengo	RJ	17 nov 1895
142.	Rio de Janeiro	Clube de Regatas Vasco da Gama	RJ	21 aug 1898
143.	Rio de Janeiro	São Cristóvão de Futebol e Regatas	RJ	12 oct 1898
144.	Rio de Janeiro	Fluminense Futebol Clube	RJ	21 jul 1902
145.	Rio de Janeiro	Bangu Atlético Clube	RJ	17 apr 1904
146.	Rio de Janeiro	América Futebol Clube	RJ	18 sep 1904
147.	Rio de Janeiro	Bonsucesso Futebol Clube	RJ	12 oct 1913
148.	Rio de Janeiro	Madureira Esporte Clube	RJ	8 aug 1914
149.	Rio de Janeiro	Olaria Atlético Clube	RJ	1 jul 1915
150.	Rio de Janeiro	Sport Club União Marechal Hermes	RJ	5 nov 1915
151.	Rio de Janeiro	Esporte Clube Anchieta	RJ	1 jun 1919
152.	Rio de Janeiro	Associação Atlética Portuguesa	RJ	17 dec 1924
153.	Rio Grande	Sport Club Rio Grande	RS	19 jul 1900
154.	Rio Grande	Sport Club São Paulo	RS	4 oct 1908
155.	Rio Grande	Football Club Riograndense	RS	11 jul 1909
156.	S. Bernardo do Campo	Esporte Clube São Bernardo	SP	3 feb 1928
157.	S. Sebastião do Paraíso	Associação Atlética Paraisense	MG	5 mar 1919
158.	Salvador	Esporte Clube Vitória	BA	13 may 1899
159.	Salvador	Esporte Clube Ypiranga	BA	7 sep 1906

160.	Santa Bárbara d'Oeste	União Agr. Barbarense Fut. Clube	SP	22 nov 1914
161.	Santa Cruz do Sul	Futebol Clube Santa Cruz	RS	26 mar 1913
162.	Santa Izabel	Atlético Clube Izabelense	PA	26 apr 1924
163.	Santa Maria	Riograndense Futebol Clube	RS	7 may 1912
164.	Santa Maria	Esporte Clube Internacional	RS	16 may 1928
165.	Santa Maria de Jetibá	Sociedade Esportiva Santa Maria	ES	24 jun 1930
166.	Santana do Ipanema	Ipanema Atlético Clube	AL	5 may 1923
167.	Santana do Livramento	Esporte Clube 14 de Julho	RS	14 jul 1902
168.	Santana do Livramento	Grêmio de Football Santanense	RS	11 jun 1913
169.	Santarém	São Francisco Esporte Clube	PA	30 oct 1929
170.	Santo Ângelo	Associação Esportiva Santo Ângelo	RS	12 oct 1921
171.	Santos	Santos Futebol Clube	SP	14 apr 1912
172.	Santos	Jabaquara Atlético Clube	SP	15 nov 1914
173.	Santos	Associação Atlética Portuguesa	SP	20 nov 1917
174.	São Gonçalo	Tamoio Futebol Clube	RJ	17 nov 1917
175.	São João da Boa Vista	Palmeiras Futebol Clube	SP	12 jan 1924
176.	São José do Rio Preto	Rio Preto Esporte Clube	SP	21 apr 1919
177.	São José dos Campos	São José Futebol Clube	SP	15 aug 1913
178.	São Luís	Sampaio Corrêa Futebol Clube	MA	25 mar 1923
179.	São Paulo	Sport Club Corinthians Paulista	SP	1 sep 1910
180.	São Paulo	Sociedade Esportiva Palmeiras	SP	26 aug 1914
181.	São Paulo	Associação Atlética Guapira	SP	20 oct 1918
182.	São Paulo	Nacional Atlético Clube	SP	16 feb 1919
183.	São Paulo	Associação Portuguesa de Desportos	SP	14 aug 1920
184.	São Paulo	Clube Atlético Juventus	SP	20 apr 1924
185.	São Paulo	São Paulo Futebol Clube	SP	25 jan 1930
186.	Serra	Sociedade Desp. Serra Futebol Clube	ES	24 jun 1930
187.	Sete Lagoas	Democrata Futebol Clube	MG	14 jun 1914
188.	Solânea	Vila Branca Sport Club	PB	18 may 1924
189.	Sorocaba	Esporte Clube São Bento	SP	14 sep 1913
190.	Sta. Rita do P. Quatro	Associação Atlética Santa Ritense	SP	25 jan 1927
191.	Tambaú	Esporte Clube Operário	SP	30 jun 1921
192.	Taubaté	Esporte Clube Taubaté	SP	1 nov 1914
193.	Tietê	Comercial Futebol Clube	SP	2 jul 1920
194.	Tombos	Tombense Futebol Clube	MG	7 sep 1914
195.	Três Corações	Atlético Clube	MG	14 sep 1913
196.	Três Rios	Entrerriense Futebol Clube	RJ	14 dec 1925
197.	Três Rios	América Futebol Clube	RJ	14 may 1929
198.	Tubarão	Hercílio Luz Esporte Clube	SC	28 dec 1918
199.	Ubá	Sport Club Aymorés	MG	17 may 1923
200.	Uberaba	Uberaba Sport Club	MG	15 jul 1917
201.	Uberlândia	Uberlândia Esporte Clube	MG	1 nov 1922
202.	Venâncio Aires	Esporte Clube Guarani	RS	3 sep 1929
203.	Vitória	Vitória Futebol Clube	ES	1 oct 1912
204.	Vitória	Rio Branco Atlético Clube	ES	21 jun 1913

FONTE: Adaptado a partir dos dados reunidos e compilados por: ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tables/b/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

Anexo 5

CONTEXTOS DE AÇÃO FUTEBOLÍSTICOS NO BRASIL (1894-1930)

	CIDADE	UF	CLUBE	FUNDAÇÃO
1.	Alegre	ES	Comercial Atlético Clube	1 jan 1927
2.	Alfenas	MG	América Futebol Clube de Alfenas	15 may 1916
3.	Americana	SP	Rio Branco Esporte Clube	4 aug 1913
4.	Amparo	SP	Amparo Atlético Clube	28 apr 1919
5.	Antônio Prado	RS	Clube Atlético Pradense	6 jun 1911
6.	Aracaju	SE	Cotinguiba Sport Club	10 oct 1909
			Club Sportivo Sergipe	17 oct 1909
7.	Araucária	PR	Araucária Futebol Clube	24 jul 1924
8.	Bagé	RS	Guarany Futebol Clube	19 apr 1907
			Grêmio Esportivo Bagé	5 aug 1920
9.	Barbacena	MG	Olympic Club	25 jul 1915
10.	Barra do Piraí	RJ	Central Sport Club	1 jan 1922
			Royal Sport Club	15 may 1925
11.	Bauru	SP	Esporte Clube Noroeste	1 sep 1910
12.	Bebedouro	SP	Associação Atlética Internacional	11 jun 1906
13.	Belém	PA	Tuna Luso Brasileira	1 jan 1903
			Clube do Remo	5 feb 1905
			Paysandú Sport Club	2 feb 1914
			Clube Júlio César	25 jan 1925
			Pinheirense Esporte Clube	8 dec 1925
14.	Belo Horizonte	MG	Clube Atlético Mineiro	25 mar 1908
			América Futebol Clube	30 apr 1912
			Cruzeiro Esporte Clube	2 jan 1921
15.	Bento Gonçalves	RS	Clube Esportivo	28 aug 1919
16.	Birigui	SP	Bandeirante Esporte Clube	11 mar 1923
17.	Bragança Paulista	SP	Clube Atlético Bragantino	8 jan 1928
18.	Butiá	RS	Butiá Futebol Clube	6 sep 1926
19.	Cabedelo	PB	Miramar Esporte Clube	28 mar 1928
20.	Cach. do Itapemirim	ES	Cachoeiro Futebol Clube	9 jan 1916
			Estrela do Norte Futebol Clube	16 jan 1916
21.	Cachoeira do Sul	RS	Cachoeira Futebol Clube	24 feb 1914
22.	Campina Grande	PB	Campinense Clube	12 apr 1915
			Treze Futebol Clube	7 sep 1925
23.	Campinas	SP	Associação Atlética Ponte Preta	11 aug 1900
			Guarani Futebol Clube	2 apr 1911
24.	Campo Bom	RS	Clube XV de Novembro	15 nov 1911
25.	Campos	RJ	Goytacaz Futebol Clube	20 aug 1912
			Clube Esportivo Rio Branco	5 nov 1912
			Americano Futebol Clube	1 jun 1914
26.	Capivari	SP	Capivariano Futebol Clube	12 oct 1918
27.	Caratinga	MG	Esporte Clube Caratinga	23 aug 1917
28.	Caruaru	PE	Central Sport Club	15 jun 1919
29.	Castanhal	PA	Castanhal Esporte Clube	7 sep 1924
30.	Caxias do Sul	RS	Esporte Clube Juventude	29 jun 1913
31.	Chavantes	SP	Associação Atlética Chavantense	29 sep 1929
32.	Corumbá	MS	Corumbaense Futebol Clube	1 jan 1914
			Riachuelo Futebol Clube	24 feb 1915
33.	Cruz Alta	RS	Sport Club Guarany	20 sep 1913
34.	Cuiabá	MT	Clube Esportivo Dom Bosco	4 jan 1925

35.	Curitiba	PR	Coritiba Football Club Clube Atlético Paranaense	12 oct 1909 26 mar 1924
36.	Divinópolis	MG	Guarani Esporte Clube	20 sep 1930
37.	Erexim	RS	Ypiranga Futebol Clube	18 aug 1924
38.	Florianópolis	SC	Figueirense Futebol Clube Avaí Futebol Clube	12 jun 1921 1 sep 1923
39.	Formiga	MG	Formiga Esporte Clube	17 mar 1929
40.	Fortaleza	CE	Ceará Sporting Club Fortaleza Esporte Clube América Futebol e Comércio	2 jun 1914 18 oct 1918 11 nov 1920
41.	Franca	SP	Associação Atlética Francana	12 oct 1912
42.	Garanhuns	PE	Associação Garanhunense de Atletismo	31 aug 1930
43.	Guaçuí	ES	Sport Club Capixaba	30 sep 1917
44.	Icoaraci	PA	Santa Rosa Esporte Clube	6 oct 1925
45.	Igarapava	SP	Igarapava Esporte Clube	21 aug 1919
46.	Igrejinha	RS	Esporte Clube Igrejinha	26 apr 1930
47.	Indaiatuba	SP	Esporte Clube Primavera	27 jan 1927
48.	Irati	PR	Iraty Sport Club	21 apr 1914
49.	Itajaí	SC	Clube Náutico Marcílio Dias	17 mar 1919
50.	Itaperuna	RJ	Porto Alegre Futebol Clube	16 aug 1915
51.	Itápolis	SP	Oeste Futebol Clube	25 jan 1921
52.	Ituverava	SP	Associação Atlética Ituveravense	25 jan 1926
53.	Iúna	ES	Rio Pardo Futebol Clube	30 apr 1917
54.	Jaboticabal	SP	Jaboticabal Atlético	30 apr 1911
55.	Jaú	SP	Esporte C.e XV de Novembro de Jaú	15 nov 1924
56.	Juiz de Fora	MG	Tupinambás Futebol Clube Tupi Futebol Clube Sport Club Juiz de Fora	15 aug 1911 26 may 1912 24 set 1916
57.	Jundiaí	SP	Paulista Futebol Clube	17 may 1909
58.	Lajeado	RS	Clube Esportivo Lajeadense	23 apr 1911
59.	Limeira	SP	Associação Atlética Internacional	5 oct 1913
60.	Limoeiro	PE	Centro Esportivo Limoeirense	15 sep 1913
61.	Lins	SP	Clube Atlético Linense	12 jun 1927
62.	Maceió	AL	CRB - Clube de Regatas Brasil CSA - Centro Sportivo Alagoano	20 sep 1912 7 sep 1913
63.	Mafra	SC	Soc.Esp. e Rec. Operários Mafrenses	12 sep 1897
64.	Manaus	AM	Nacional Futebol Clube Atlético Rio Negro Clube São Raimundo Esporte Clube Nacional Fast Clube	13 jan 1913 13 nov 1913 18 nov 1918 8 jul 1930
65.	Marituba	PA	Marituba Esporte Clube	29 nov 1909
66.	Maruim	SE	Centro Sportivo Maruinense	3 apr 1917
67.	Matriz de Camaragibe	AL	Sport Club Bom Jesus	1 jan 1928
68.	Mirassol	SP	Mirassol Futebol Clube	9 nov 1925
69.	Mococa	SP	Radium Futebol Clube	1 may 1919
70.	Mogi das Cruzes	SP	União Futebol Clube	7 sep 1913
71.	Monte Azul Paulista	SP	Atlético Monte Azul	28 apr 1920
72.	Mosqueiro	PA	Pedreira Esporte Clube	7 sep 1925
73.	Muniz Freire	ES	Muniz Freire Futebol Clube	1 may 1930
74.	Muriaé	MG	Nacional Atlético Clube	25 dec 1927
75.	Natal	RN	ABC Futebol Clube América Futebol Clube Alecrim Futebol Clube	29 jun 1915 14 jul 1915 15 aug 1915
76.	Niterói	RJ	Canto do Rio Futebol Clube	14 nov 1913
77.	Nova Friburgo	RJ	Friburguense Atlético Clube	14 mar 1921

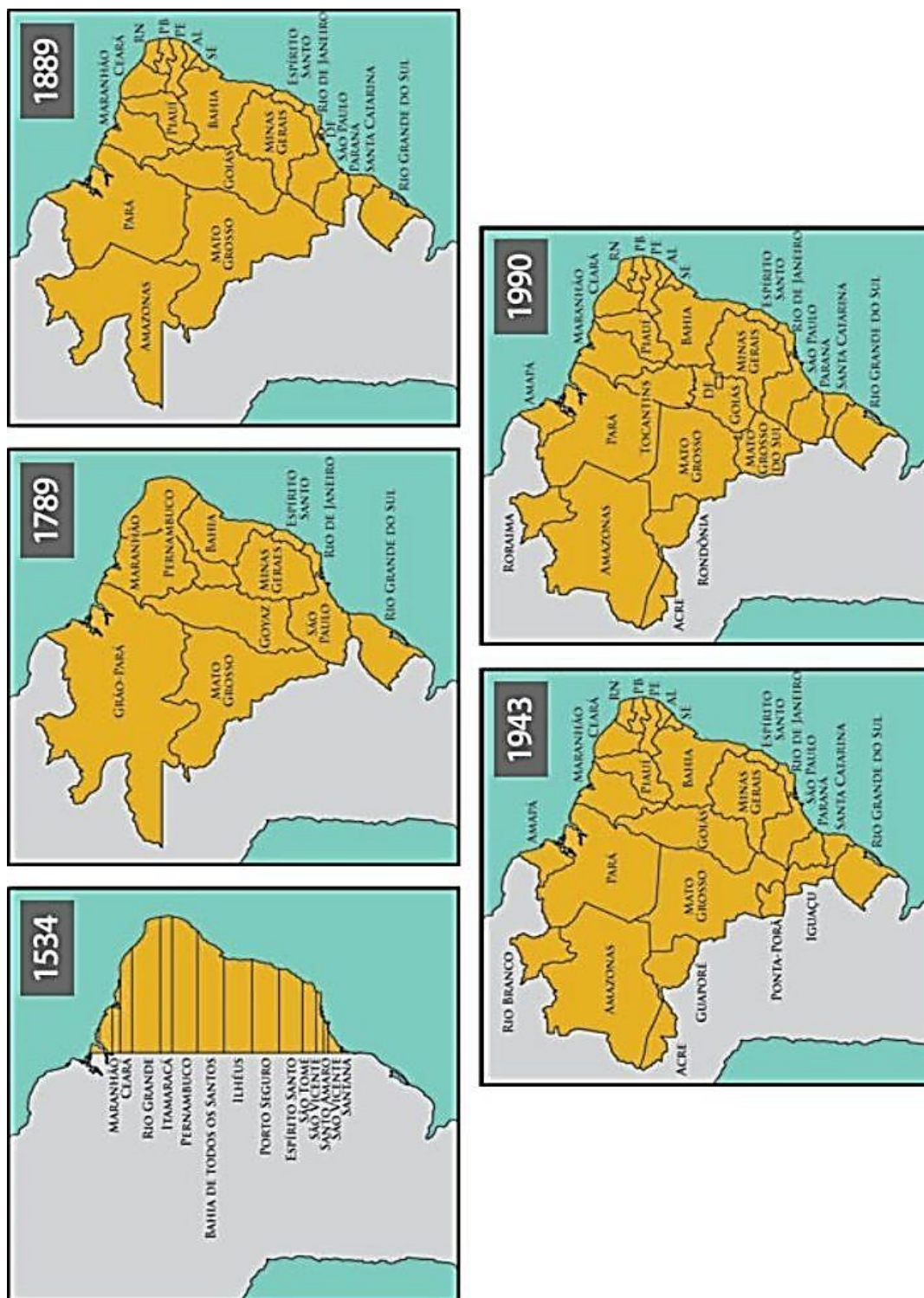
78.	Nova Iguaçu	RJ	Mesquita Futebol Clube	9 may 1920
79.	Nova Lima	MG	Villa Nova Atlético Clube	28 jun 1908
80.	Novo Hamburgo	RS	Esporte Clube Novo Hamburgo	1 may 1911
81.	Palhoça	SC	Soc.Esp. Rec. e Cultural Guarani	15 feb 1928
82.	Palmeira das Missões	RS	Esporte Clube Palmeirense	27 may 1919
83.	Paracambi	RJ	Tupy Sport Club	1 jan 1922
84.	Paranaguá	PR	Rio Branco Sport Club	13 oct 1913
85.	Parnaíba	PI	Parnaíba Sport Club	1 may 1913
			Paysandú Esporte Clube	12 aug 1928
86.	Passo Fundo	RS	Sport Club Gaúcho	12 may 1918
87.	Pelotas	RS	Esporte Clube Pelotas	11 oct 1908
			Grêmio Esportivo Brasil	7 sep 1911
			Grêmio Atlético Farroupilha	26 apr 1926
88.	Penedo	AL	Sport Club Penedense	3 jan 1909
89.	Petrópolis	RJ	Serrano Futebol Clube	29 jun 1915
90.	Piracicaba	SP	Esporte Clube XV de Novembro	15 nov 1913
91.	Pirassununga	SP	Clube Atlético Pirassununguense	7 sep 1907
92.	Poços de Caldas	MG	Associação Atlética Caldense	7 sep 1925
93.	Ponta Grossa	PR	Operário Ferroviário Esporte Clube	1 may 1912
94.	Porto Alegre	RS	Grêmio de Foot-Ball Porto Alegrense	15 sep 1903
			Sport Club Internacional	4 apr 1909
			Esporte Clube São José	24 may 1913
			Esporte Clube Cruzeiro	14 jul 1913
95.	Propriá	SE	Esporte Clube Propriá	12 oct 1913
96.	Queimados	RJ	Queimados Futebol Clube	26 mar 1922
97.	Recife	PE	Clube Náutico Capibaribe	7 apr 1901
			Sport Club do Recife	13 may 1905
			Santa Cruz Futebol Clube	3 feb 1914
			América Futebol Clube	12 apr 1914
			Clube Ferroviário do Recife	17 mar 1928
98.	Ribeirão Preto	SP	Comercial Futebol Club	10 oct 1911
			Botafogo Futebol Clube	12 oct 1918
99.	Rio Branco	AC	Rio Branco Futebol Clube	8 jun 1919
100.	Rio Claro	SP	Rio Claro Futebol Clube	9 may 1909
			Assoc. Esportiva V. C. Rio-clarense	28 aug 1910
101.	Rio de Janeiro	RJ	Botafogo Futebol e Regatas	1 jul 1894
			Clube de Regatas do Flamengo	17 nov 1895
			Clube de Regatas Vasco da Gama	21 aug 1898
			São Cristóvão de Futebol e Regatas	12 oct 1898
			Fluminense Futebol Clube	21 jul 1902
			Bangu Atlético Clube	17 apr 1904
			América Futebol Clube	18 sep 1904
			Bonsucesso Futebol Clube	12 oct 1913
			Madureira Esporte Clube	8 aug 1914
			Olaria Atlético Clube	1 jul 1915
			Sport Club União Marechal Hermes	5 nov 1915
			Esporte Clube Anchieta	1 jun 1919
			Associação Atlética Portuguesa	17 dec 1924
102.	Rio Grande	RS	Sport Club Rio Grande	19 jul 1900
			Sport Club São Paulo	4 oct 1908
			Football Club Riograndense	11 jul 1909
103.	S. Bernardo do Campo	SP	Esporte Clube São Bernardo	3 feb 1928
104.	S. Sebastião do Paraíso	MG	Associação Atlética Paraisense	5 mar 1919
105.	Salvador	BA	Esporte Clube Vitória	13 may 1899
			Esporte Clube Ypiranga	7 sep 1906

106.	Santa Bárbara d'Oeste	SP	União Agr. Barbarense Futebol Clube	22 nov 1914
107.	Santa Cruz do Sul	RS	Futebol Clube Santa Cruz	26 mar 1913
108.	Santa Izabel	PA	Atlético Clube Izabelense	26 apr 1924
109.	Santa Maria	RS	Riograndense Futebol Clube Esporte Clube Internacional	7 may 1912 16 may 1928
110.	Santa Maria de Jetibá	ES	Sociedade Esportiva Santa Maria	24 jun 1930
111.	Santana do Ipanema	AL	Ipanema Atlético Clube	5 may 1923
112.	Santana do Livramento	RS	Esporte Clube 14 de Julho Grêmio de Football Santanense	14 jul 1902 11 jun 1913
113.	Santarém	PA	São Francisco Esporte Clube	30 oct 1929
114.	Santo Ângelo	RS	Associação Esportiva Santo Ângelo	12 oct 1921
115.	Santos	SP	Santos Futebol Clube Jabaquara Atlético Clube Associação Atlética Portuguesa	14 apr 1912 15 nov 1914 20 nov 1917
116.	São Gonçalo	RJ	Tamoio Futebol Clube	17 nov 1917
117.	São João da Boa Vista	SP	Palmeiras Futebol Clube	12 jan 1924
118.	São José do Rio Preto	SP	Rio Preto Esporte Clube	21 apr 1919
119.	São José dos Campos	SP	São José Futebol Clube	15 aug 1913
120.	São Luís	MA	Sampaio Corrêa Futebol Clube	25 mar 1923
121.	São Paulo	SP	Sport Club Corinthians Paulista Sociedade Esportiva Palmeiras Associação Atlética Guapira Nacional Atlético Clube Associação Portuguesa de Desportos Clube Atlético Juventus São Paulo Futebol Clube	1 sep 1910 26 aug 1914 20 oct 1918 16 feb 1919 14 aug 1920 20 apr 1924 25 jan 1930
122.	Serra	ES	Sociedade Desp. Serra Futebol Clube	24 jun 1930
123.	Sete Lagoas	MG	Democrata Futebol Clube	14 jun 1914
124.	Solânea	PB	Vila Branca Sport Club	18 may 1924
125.	Sorocaba	SP	Esporte Clube São Bento	14 sep 1913
126.	Sta. Rita do P. Quatro	SP	Associação Atlética Santa Ritense	25 jan 1927
127.	Tambaú	SP	Esporte Clube Operário	30 jun 1921
128.	Taubaté	SP	Esporte Clube Taubaté	1 nov 1914
129.	Tietê	SP	Comercial Futebol Clube	2 jul 1920
130.	Tombos	MG	Tombense Futebol Clube	7 sep 1914
131.	Três Corações	MG	Atlético Clube	14 sep 1913
132.	Três Rios	RJ	Entrerriense Futebol Clube América Futebol Clube	14 dec 1925 14 may 1929
133.	Tubarão	SC	Hercílio Luz Esporte Clube	28 dec 1918
134.	Ubá	MG	Sport Club Aymorés	17 may 1923
135.	Uberaba	MG	Uberaba Sport Club	15 jul 1917
136.	Uberlândia	MG	Uberlândia Esporte Clube	1 nov 1922
137.	Venâncio Aires	RS	Esporte Clube Guarani	3 sep 1929
138.	Vitória	ES	Vitória Futebol Clube Rio Branco Atlético Clube	1 oct 1912 21 jun 1913

FONTE: Adaptado a partir dos dados reunidos e compilados por: ARRUDA, M. L.; DIOGO, J. B. Brazilian clubs – Foundation. **Rec. Sport. Soccer Statistics Foundation**, 26 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.rsssf.com/tables/b/brazfound.html>> Acesso 24 jul. 2014.

Anexo 6

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL ATRAVÉS DOS MAPAS



FONTE: REVISTA NOVA ESCOLA. **Como foi estabelecida a divisão dos estados brasileiros?** Editora Abril, ed. 249, São Paulo, jan./fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/como-foi-estabelecida-divisao-estados-brasileiros-679015.shtml>> Acesso 09 ago. 2014.

Anexo 7

CAMPEONATO GAÚCHO DE FUTEBOL – CAMPEÕES (1919-2013)

Ano	Campeão	Vice-Campeão
2013	Inter	Lajeadense
2012	Inter	Caxias
2011	Inter	Grêmio
2010	Grêmio	Inter
2009	Inter	Caxias
2008	Inter	Juventude
2007	Grêmio	Juventude
2006	Grêmio	Inter
2005	Inter	15 de Novembro
2004	Inter	Ulbra
2003	Inter	15 de Novembro
2002	Inter	15 de Novembro
2001	Grêmio	Juventude
2000	Caxias	Grêmio
1999	Grêmio	Inter
1998	Juventude	Inter
1997	Inter	Grêmio
1996	Grêmio	Juventude
1995	Grêmio	Inter
1994	Inter	Juventude
1993	Grêmio	Inter
1992	Inter	Grêmio
1991	Inter	Grêmio
1990	Grêmio	Caxias
1989	Grêmio	Inter
1988	Grêmio	Inter
1987	Grêmio	Inter
1986	Grêmio	Inter
1985	Grêmio	Inter
1984	Inter	Grêmio
1983	Inter	Brasil-PE
1982	Inter	Grêmio
1981	Inter	Grêmio
1980	Grêmio	Inter
1979	Grêmio	Esportivo
1978	Inter	Grêmio
1977	Grêmio	Inter
1976	Inter	Grêmio
1975	Inter	Grêmio
1974	Inter	Grêmio
1973	Inter	Grêmio
1972	Inter	Grêmio
1971	Inter	Grêmio
1970	Inter	Grêmio
1969	Inter	Grêmio
1968	Grêmio	Inter
1967	Grêmio	Inter
1966	Grêmio	Inter

1965	Grêmio	Juventude
1964	Grêmio	Inter
1963	Grêmio	Inter
1962	Grêmio	Inter
1961	Inter	Grêmio
1960	Grêmio	Pelotas
1959	Grêmio	Farroupilha
1958	Grêmio	Guarany-BA
1957	Grêmio	Bagé
1956	Grêmio	Pelotas
1955	Inter	Brasil-PE
1954	Renner	Brasil-PE
1953	Inter	Brasil-PE
1952	Inter	Florianópolis
1951	Inter	Pelotas
1950	Inter	Florianópolis
1949	Grêmio	Florianópolis
1948	Inter	Grêmio Santanense
1947	Inter	Florianópolis
1946	Grêmio	Riograndense-RG
1945	Inter	Pelotas
1944	Inter	Bagé
1943	Inter	Guarani Cachoeira
1942	Inter	Florianópolis
1941	Inter	Rio Grande
1940	Inter	Bagé
1939	Riograndense-RG	Grêmio Santanense
1938	Guarany-BA	Riograndense-RG
1937	Grêmio Santanense	Riograndense-RG
1936	Rio Grande	Inter
1935	9º Reg. Infantaria	Grêmio
1934	Inter	9º Reg. Infantaria
1933	São Paulo	Grêmio
1932	Grêmio	Pelotas
1931	Grêmio	Guarani (Alegrete)
1930	Pelotas	Grêmio
1929	Cruzeiro	Guarany-BA
1928	Americano	Bagé
1927	Inter	Bagé
1926	Grêmio	Guarany-BA
1925	Bagé	Grêmio
1922	Grêmio	Guarani (Alegrete)
1921	Grêmio	Riograndense-SM
1920	Guarany-BA	Grêmio
1919	Brasil-PE	Grêmio

FONTE: FUTEBOL NA REDE. **Campeonato gaúcho de futebol** – campeões. Disponível em: <<http://www.futebolnarede.com/campeonato/gaucha/gauchao-campeoes.php>> Acesso 16 ago. 2014.

Anexo 8

FOTOGRAFIAS DOS PAINÉIS “GUERRA” E “PAZ” (acervo pessoal)

